



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**  
**SESSÃO CONJUNTA**

---

**ANO LVI - Nº 013 - QUINTA-FEIRA, 22 DE MARÇO DE 2001 - BRASÍLIA-DF**

---

Mesa Diretora não disponível.

## CONGRESSO NACIONAL

### SUMÁRIO

#### 1 – ATA DA 3ª SESSÃO CONJUNTA, EM 21 DE MARÇO DE 2001

##### 1.1 – ABERTURA

##### 1.2. – EXPEDIENTE

##### 1.2.1 – Vetos Presidenciais

Veto Parcial nº 38, de 2000 (Mensagem nº 1.206/2000-CN), aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2000 (nº 2.845/2000, na Casa de origem), que "Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio 1943"..... 05532

Veto Parcial nº 39, de 2000 (Mensagem nº 1.257/2000 – CN) aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2000 (oriundo da Medida Provisória nº 1.981-54/2000), que "Dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS; altera o Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março de 1990, 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências"..... 05536

Veto Parcial nº 40, de 2000 (Mensagem nº 1.326/2000 – CN) aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2000 (nº 3.156/2000, na Casa de origem), que "Altera dispositivos da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas"..... 05555

Veto Parcial nº 41, de 2000 (Mensagem nº 1.327/2000 – CN) aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2000 (nº 3.745/2000, na Casa de origem), que "Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências"..... 05562

Veto Parcial nº 42, de 2000 (Mensagem nº 1.336/2000 – CN) aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2000 (nº 2.978/2000, na Casa de origem), que "Institui contribuição de interven-

ção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação e dá outras providências"..... 05571

Veto Parcial nº 43, de 2000 (Mensagem nº 1.337/2000 – CN) aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2000 (nº 4.653/98, na Casa de origem), que "Regula o § 2º do art. 236 da Constituição Federal, mediante o estabelecimento de normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro"..... 05575

Veto Parcial nº 2, de 2001 (Mensagem nº 2/2001-CN), aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2000 (nº 4.155/98, na Casa de origem), que "Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências"..... 05579

Veto Parcial nº 5, de 2001 (Mensagem nº 93/2001 – CN) aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2000 (oriundo da Medida Provisória nº 2.035-27/2000), que "Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências"... 05658

##### 1.2.2 – Comunicação da Presidência

Designação das Comissões Mistas e estabelecimento de calendário para tramitação dos Vetos Parciais nºs 38 a 43, de 2000, 2 e 5, de 2001, constantes de mensagens presidenciais lidas anteriormente..... 05668

##### 1.2.3 – Discursos do Expediente (Breves Comunicações)

DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS – Defesa da criação de Comissão Parlamentar de Inquéritodes-tinada a apurar os casos de corrupção no governo federal. Considerações sobre a privatização do sistema de água e esgoto no Brasil, por ocasião do transcurso, amanhã, do Dia Mundial da Água..... 05669

DEPUTADO FERNANDO FERRO – Con-vite aos parlamentares para que subscrevam o re-

querimento de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as denúncias de corrupção no governo federal..... 05670

DEPUTADO *FERNANDO CORUJA* – Apoio à instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a corrupção no governo federal. .. 05671

DEPUTADO *MANOEL VITÓRIO* – Apelo à bancada de Mato Grosso do Sul no sentido de que apoie a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito da corrupção..... 05672

DEPUTADO *JOSÉ PIMENTEL* – Necessidade de aprovação da Medida Provisória nº 2116, que estende a gratificação por operações especiais – GOE, aos policiais rodoviários federais..... 05672

DEPUTADO *CLOVIS ILGENFRITZ* – Ponderações sobre a Política Nacional de Saneamento, encaminhada à consideração do Congresso Nacional. Transcurso, amanhã, do Dia Mundial da Água. Defesa da assinatura do requerimento de instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a corrupção. .... 05673

DEPUTADA *LUCI CHOINACKI* – Justificativas à necessidade de instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a corrupção no governo federal..... 05673

DEPUTADA *TELMA DE SOUZA* – Defesa da instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o sistema portuário brasileiro. .... 05674

#### 1.2.4 – Leitura de requerimento

Nº 47, de 2001-CN, de autoria do Deputado Arthur Virgílio, solicitando a criação de Comissão Mista Especial destinada a estudar e diagnosticar as soluções para o drama da violência urbana. Será votado oportunamente. .... 05675

#### 1.2.5 – Ofício

Nº 36/2001, de 21 do corrente, da Liderança do Governo no Congresso Nacional, de substituição do Deputado Rodrigo Maia pela Deputada Yeda Crusius no cargo de Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional. À publicação. .... 05675

#### 1.2.6 – Leitura de Mensagem do Presidente da República

Nº 143, de 2001-CN (nº 230/2001, na origem), de 20 do corrente, encaminhando errata ao Projeto de Lei nº 16, de 2000-CN, que altera programas e ações do Plano Plurianual para o período de 2000/2003. Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria..... 05839

#### 1.2.7 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de dois dias úteis para interposição de recurso ao arquivamento do Veto Parcial nº 30, de 2000, aposto ao Projeto de Lei

nº 1, de 2000-CN, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da lei orçamentária de 2001 e dá outras providências..... 05839

Abertura do prazo de dois dias úteis para interposição de recurso ao arquivamento do Veto Parcial nº 14, de 2000, aposto ao Projeto de Lei nº 20, de 1999-CN, que estimaa Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2000. .... 05839

Prejudicialidade do Requerimento nº 85, de 2000-CN, que requer a constituição de Comissão Mista Especial destinada a analisar a crise das indústrias processadoras de oleaginosas do Brasil, e propor medidas para sua superação. Ao Arquivo..... 05839

#### 1.2.8 – Questão de ordem

Suscitada pelo Deputado Sérgio Miranda, em defesa da prerrogativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização quanto à análise do relatório de gestão fiscal encaminhado pelo Poder Executivo, tendo a Presidência remetido a questão à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. .... 05839

#### 1.2.9 – Discursos do Expediente – Breves Comunicações (Continuação)

DEPUTADO *ARTHUR VIRGÍLIO*, como Líder – Inconstitucionalidade da instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito para apreciar suspeitas de corrupção no governo, tendo em vista a falta de especificidade. .... 05840

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Considerações pessoais quanto à constituição da CPI da Corrupção. .... 05840

SENADOR *JOSÉ EDUARDO DUTRA*, como Líder – Contestação ao pronunciamento do Deputado Arthur Virgílio. Anúncio da incorporação ao texto do requerimento que cria a Comissão Parlamentar de Inquérito da Corrupção, de sugestões apresentadas pelo Presidente Jader Barbalho. .... 05845

DEPUTADO *MIRO TEIXEIRA*, como Líder – Estranheza frente à dificuldade de colher assinaturas para o requerimento de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as denúncias de corrupção no governo federal. .... 05848

DEPUTADO *ROBERTO JEFFERSON*, como Líder – Posicionamento contrário da Comissão Executiva do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, quanto à criação de qualquer comissão parlamentar de inquérito..... 05850

DEPUTADO *WALTER PINHEIRO*, como Líder – Defesa da apuração, por meio de CPI, do



conjunto de fatos e denúncias sobre corrupção no governo federal. .... 05851

DEPUTADO INÁCIO ARRUDA, como Líder – Considerações sobre o debate envolvendo a apuração, ou não, das denúncias de corrupção do governo federal. .... 05851

### 1.3 – ORDEM DO DIA

#### **Item 18 (Inversão da pauta, nos termos do Requerimento nº 48, de 2001-CN, lido e aprovado nesta oportunidade)**

Medida Provisória nº 2.099-35, publicada no dia 23 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a renegociação de dívidas no âmbito do Programa de Crédito Educativo, e dá outras providências. (Mensagem nº 111/2001-CN – nº 164/2001, na origem). Aprovada, com voto contrário do Bloco PSB/PCdoB, sendo rejeitadas as emendas, após pareceres de Plenário proferidos pelo Sr. Gilberto Mestrinho, tendo usado da palavra os Srs. João Paulo, Ricardo Barros, Arnaldo Faria de Sá e Orlando Fantazzini (Leitura e rejeição do Recurso nº 2, de 2001-CN). À promulgação..... 05853

#### **Item 29 (Inversão da pauta, nos termos do Requerimento nº 48, de 2001-CN, lido e aprovado anteriormente)**

Medida Provisória nº 2.104-16, publicada no dia 26 de fevereiro de 2001, que acresce dispositivos à Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, para facultar o acesso ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e ao seguro-desemprego. (Mensagem nº 122/2001-CN – nº 177/2001, na origem). Aprovada, sendo rejeitadas as emendas, após parecer de Plenário proferido pelo Sr. José Thomaz Nonô, tendo usado da palavra os Srs. José Carlos Aleluia, Arnaldo Faria de Sá e João Paulo (Leitura e rejeição do Recurso nº 3, de 2001-CN). À promulgação..... 05857

#### **Item 30 (Inversão da pauta, nos termos do Requerimento nº 48, de 2001-CN, lido e aprovado anteriormente)**

Medida Provisória nº 2.107-12, publicada no dia 26 de fevereiro de 2001, que institui o Vale-Pedágio obrigatório sobre transporte rodoviário de carga e dá outras providências. (Mensagem nº 123/2001-CN – nº 178/2001, na origem). Aprovada, com voto contrário do Sr. Arnaldo Faria de Sá, após parecer de Plenário proferido pelo Sr. João Henrique, tendo usado da palavra os Srs. Fernando Coruja, Arnaldo Faria de Sá, João Paulo e Ricardo Barros (Leitura e rejeição do Recurso nº 4, de 2001-CN). À promulgação..... 05863

#### **Item 36 (Inversão da pauta, nos termos do Requerimento nº 48, de 2001-CN, lido e aprovado anteriormente)**

Medida Provisória nº 2.118-28, publicada no dia 26 de fevereiro de 2001, que estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios. (Mensagem nº 129/2001-CN – nº 183/2001, na origem). Retirada da pauta, após pareceres de Plenário proferidos pelo Sr. Armando Monteiro, concluindo pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2001, tendo usado da palavra o Sr. Fernando Coruja, o Sr. Presidente Jader Barbalho e os Srs. Pauderney Avelino, Ricardo Barros, João Paulo, Robson Tuma e Arnaldo Faria de Sá (Leitura e rejeição do Recurso nº 5, de 2001-CN)..... 05867

#### **Item 37 (Inversão da pauta, nos termos do Requerimento nº 48, de 2001-CN, lido e aprovado anteriormente)**

Medida Provisória nº 2.121-40, publicada no dia 26 de fevereiro de 2001, que altera dispositivos das Leis nºs 9.082, de 25 de julho de 1995, 9.293, de 15 de julho de 1996, 9.473, de 22 de julho de 1997, 9.692, de 27 de julho de 1998, 9.811, de 28 de julho de 1999 e 9.995, de 25 de julho de 2000, que dispõem sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para os exercícios de 1996, 1997, 1998, 1999, 2000 e 2001, respectivamente. (Mensagem nº 130/2001-CN – nº 184/2001, na origem). Aprovada, sendo rejeitada a emenda, com votos contrários do PT, do Bloco PSB/PCdoB e do Bloco PDT/PPS, após pareceres de Plenário proferidos pelo Sr. Ney Suassuna, tendo usado da palavra os Srs. Fernando Coruja, José Antonio Almeida, João Paulo e Ricardo Barros (Leitura e rejeição do Recurso nº 6, de 2001-CN). À promulgação..... 05880

#### **Item 47 (Inversão da pauta, nos termos do Requerimento nº 48, de 2001-CN, lido e aprovado anteriormente)**

Medida Provisória nº 2.138-4, publicada no dia 26 de fevereiro de 2001, que define normas de regulação para o setor de medicamentos, institui a Fórmula Paramétrica de Reajuste de Preços de Medicamentos – FPR, cria a Câmara de Medicamentos e dá outras providências. (Mensagem nº 140/2001-CN – nº 190/2001, na origem). Aprovada com a Emenda nº 3, sendo rejeitadas as demais emendas, após pareceres de Plenário proferidos pelo Sr. Vicente Caropreso, tendo usado da palavra os Srs. Fernando Coruja, Arnaldo Faria de Sá, João Paulo e o Sr. Vicente Caropre-

so (Relator). (Leitura e rejeição do Recurso nº 7, de 2001-CN).....

05887

Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2001, consolidando o texto da Medida Provisória nº 2.138-4, de 2001, e da Emenda nº 3 (Parecer nº 1, de 2001-CN – Redação final). Aprovado. À sanção. ....

05892

**Item 7 (Inversão da pauta, nos termos do Requerimento nº 48, de 2001-CN, lido e aprovado anteriormente)**

Medida Provisória nº 2.083-32, publicada no dia 23 de fevereiro de 2001, que altera dispositivos da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento. (Mensagem nº 100/2001-CN – nº 153/2001, na origem). Aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2001, apresentado como conclusão de parecer de Plenário proferido pelo Sr. Ursicino Queiroz, tendo usado da palavra o Sr. Dr. Hélio (Leitura e rejeição do Recurso nº 8, de 2001-CN). À sanção. ....

05899

**Item 8 (Inversão da pauta, nos termos do Requerimento nº 48, de 2001-CN, lido e aprovado anteriormente)**

Medida Provisória nº 2.084-72, publicada no dia 23 de fevereiro de 2001, que altera a legislação referente ao Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM e ao Fundo da Marinha Mercante – FMM, e dá outras providências. (Mensagem nº 101/2001-CN – nº 154/2001, na origem). Aprovada, sendo rejeitadas as emendas, após pareceres de Plenário proferidos pelo Sr. Gilberto Mestrinho (Leitura e rejeição do Recurso nº 9, de 2001-CN). À promulgação. ....

05910

**Item 13 (Inversão da pauta, nos termos do Requerimento nº 48, de 2001-CN, lido e aprovado anteriormente)**

Medida Provisória nº 2.091-17, publicada no dia 23 de fevereiro de 2001, que altera dispositivos da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares. (Mensagem nº 106/2001-CN – nº 159/2001, na origem). Retirada da pauta em virtude de acordo de lideranças. ....

05916

**Item 1**

Medida Provisória nº 2.071-28, publicada no dia 23 de fevereiro de 2001, que dá nova redação a dispositivos da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. (Mensagem nº 94/2001-CN

– nº 148/2001, na origem). Retirada da pauta em virtude de acordo de lideranças. ....

05916

**Item 2**

Medida Provisória nº 2.072-65, publicada no dia 23 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a emissão de Notas do Tesouro Nacional – NTN destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências. (Mensagem nº 95/2001-CN – nº 149/2001, na origem). Retirada da pauta em virtude de acordo de lideranças. ....

05916

**Item 3**

Medida Provisória nº 2.073-34, publicada no dia 23 de fevereiro de 2001, que acrescenta dispositivo à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. (Mensagem nº 96/2001-CN – nº 150/2001, na origem). Retirada da pauta em virtude de acordo de lideranças. ....

05916

**Item 4**

Medida Provisória nº 2.075-36, publicada no dia 23 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a adoção de medidas relacionadas com o Sistema Financeiro da Habitação – SFH, altera as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.692, de 28 de julho de 1993, e dá outras providências. (Mensagem nº 97/2001-CN – nº 151/2001, na origem). Retirada da pauta em virtude de acordo de lideranças. ....

05916

**Item 5**

Medida Provisória nº 2.077-29, publicada no dia 23 de fevereiro de 2001, que institui o Auxílio-Transporte, dispõe sobre o pagamento dos militares, e dos servidores do Poder Executivo Federal, inclusive de suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, e dá outras providências. (Mensagem nº 98/2001-CN – nº 165/2001, na origem). Retirada da pauta em virtude de acordo de lideranças. ....

05916

**Item 6**

Medida Provisória nº 2.080-60, publicada no dia 23 de fevereiro de 2001, que altera os arts. 1º, 4º, 14, 16 e 44, e acresce dispositivos à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal, bem como altera o art. 10 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, e dá outras providências. Retirada da pauta em virtude de acordo de lideranças. ....

05916

**Item 9**

Medida Provisória nº 2.085-33, publicada no dia 23 de fevereiro de 2001, e republicada em 24 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre o

Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária – RECOOP, autoriza a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP, e dá outras providências. (Mensagem nº 102/2001-CN – nº 155/2001, na origem). Retirada da pauta em virtude de acordo de lideranças. ....

05916

**Item 10**

Medida Provisória nº 2.086-36, publicada no dia 23 de fevereiro de 2001, que estende aos servidores públicos civis do Poder Executivo Federal a vantagem de vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento, objeto da decisão do Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências. (Mensagem nº 103/2001-CN – nº 156/2001, na origem). Retirada da pauta em virtude de acordo de lideranças. ....

05917

**Item 11**

Medida Provisória nº 2.087-29, publicada no dia 23 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a administração dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, consolida e atualiza a legislação pertinente ao assunto e dá outras providências. (Mensagem nº 104/2001-CN – nº 157/2001, na origem). Retirada da pauta em virtude de acordo de lideranças. ....

05917

**Item 12**

Medida Provisória nº 2.089-25, publicada no dia 23 de fevereiro de 2001, que estabelece a nulidade das disposições contratuais que menciona e inverte, nas hipóteses que prevê, o ônus da prova nas ações intentadas para sua declaração. (Mensagem nº 105/2001-CN – nº 158/2001, na origem). Retirada da pauta em virtude de acordo de lideranças. ....

05917

**Item 14**

Medida Provisória nº 2.092-21, publicada no dia 23 de fevereiro de 2001, que institui, no âmbito do Poder Executivo da União, o Programa de Desligamento Voluntário – PDV, a jornada de trabalho reduzida com remuneração proporcional e a licença sem remuneração com pagamento de incentivo em pecúnia, destinados ao servidor da administração pública direta, autárquica e fundacional. (Mensagem nº 107/2001-CN – nº 160/2001, na origem). Retirada da pauta em virtude de acordo de lideranças. ....

05917

**Item 15**

Medida Provisória nº 2.093-22, publicada no dia 23 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional e organização da Carreira Auditoria-Fiscal da Previdência Social e da Carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho. (Mensagem nº

108/2001-CN – nº 161/2001, na origem). Retirada da pauta em virtude de acordo de lideranças. .

05917

**Item 16**

Medida Provisória nº 2.094-24, publicada no dia 23 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências. (Mensagem nº 109/2001-CN – nº 162/2001, na origem). Retirada da pauta em virtude de acordo de lideranças. ....

05917

**Item 17**

Medida Provisória nº 2.095-72, publicada no dia 23 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais, e dá outras providências. (Mensagem nº 110/2001-CN – nº 163/2001, na origem). Retirada da pauta em virtude de acordo de lideranças. ....

05917

**Item 19**

Medida Provisória nº 2.065-18, publicada no dia 24 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a Cédula de Crédito Bancário. (Mensagem nº 112/2001-CN – nº 171/2001, na origem). Retirada da pauta em virtude de acordo de lideranças. .

05917

**Item 20**

Medida Provisória nº 2.081-46, publicada no dia 24 de fevereiro de 2001, que autoriza a União a receber em valores mobiliários os dividendos e juros sobre o capital próprio a serem pagos por entidades de cujo capital o Tesouro Nacional participe, e dá outras providências. (Mensagem nº 113/2001-CN – nº 172/2001, na origem). Retirada da pauta em virtude de acordo de lideranças. ....

05917

**Item 21**

Medida Provisória nº 2.100-29, publicada no dia 24 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, que dispõe sobre programa de garantia de renda mínima, institui programas de apoio da União às ações dos Estados e Municípios, voltadas para o atendimento educacional, e dá outras providências. (Mensagem nº 114/2001-CN – nº 170/2001, na origem). Retirada da pauta em virtude de acordo de lideranças. ....

05917

**Item 22**

Medida Provisória nº 2.062-63, publicada no dia 26 de fevereiro de 2001, que altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências. (Mensagem nº 115/2001-CN – nº 199/2001, na origem). Retirada da pauta em virtude de acordo de lideranças. ....

05917

**Item 23**

Medida Provisória nº 2.076-34, publicada no dia 26 de fevereiro de 2001, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para dispor sobre o trabalho a tempo parcial, a suspensão do contrato de trabalho e o programa de qualificação profissional, modifica as Leis nºs 4.923, de 23 de dezembro de 1965, 6.321, de 14 de abril de 1976, 6.494, de 7 de dezembro de 1977, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 9.601, de 21 de janeiro de 1998, e dá outras providências. (Mensagem nº 116/2001-CN – nº 173/2001, na origem). Retirada da pauta em virtude de acordo de lideranças. ....

05917

**Item 24**

Medida Provisória nº 2.088-37, publicada no dia 26 de fevereiro de 2001, que altera as Leis nºs 6.368, de 21 de outubro de 1976, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.249, de 2 de junho de 1992, e 9.525, de 3 de dezembro de 1997, e dá outras providências. (Mensagem nº 117/2001-CN – nº 191/2001, na origem). Retirada da pauta em virtude de acordo de lideranças. .

05917

**Item 25**

Medida Provisória nº 2.097-37, publicada no dia 26 de fevereiro de 2001, que "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde, e dá outras providências. (Mensagem nº 118/2001-CN – nº 174/2001, na origem). Retirada da pauta em virtude de acordo de lideranças. .

05918

**Item 26**

Medida Provisória nº 2.101-29, publicada no dia 26 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre as relações financeiras entre a União e o Banco Central do Brasil e dá outras providências. (Mensagem nº 119/2001-CN – nº 192/2001, na origem). Retirada da pauta em virtude de acordo de lideranças. ....

05918

**Item 27**

Medida Provisória nº 2.102-28, publicada no dia 26 de fevereiro de 2001, que acresce e altera dispositivos das Leis nºs 8.437, de 30 de junho de 1992, 9.028, de 12 de abril de 1995, 9.494, de 10 de setembro de 1997, 7.347, de 24 de julho de 1985, 8.429, de 2 de junho de 1992, 9.704, de 17 de novembro de 1998, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.869, de 11 de janeiro de 1973, e 4.348, de 26 de junho de 1964 e dá outras providências. (Mensagem nº 120/2001-CN – nº 175/2001, na origem). Retirada da pauta em virtude de acordo de lideranças. ....

05918

**Item 28**

Medida Provisória nº 2.103-38, publicada no dia 26 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre operações financeiras entre o Tesouro Nacional e

as entidades que menciona, e dá outras providências. (Mensagem nº 121/2001-CN – nº 176/2001, na origem). Retirada da pauta em virtude de acordo de lideranças. ....

05918

**Item 31**

Medida Provisória nº 2.108-11, publicada no dia 26 de fevereiro de 2001, que institui, no âmbito da União, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. (Mensagem nº 124/2001-CN – nº 179/2001, na origem). Retirada da pauta em virtude de acordo de lideranças. ....

05918

**Item 32**

Medida Provisória nº 2.109-49, publicada no dia 26 de fevereiro de 2001, que acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nºs 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e dá outras providências. (Mensagem nº 125/2001-CN – nº 193/2001, na origem). Retirada da pauta em virtude de acordo de lideranças. ....

05918

**Item 33**

Medida Provisória nº 2.113-28, publicada no dia 26 de fevereiro de 2001, que altera a legislação das Contribuições para a Seguridade Social – COFINS, para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências. (Mensagem nº 126/2001-CN – nº 180/2001, na origem). Retirada da pauta em virtude de acordo de lideranças. .

05918

**Item 34**

Medida Provisória nº 2.115-16, publicada no dia 26 de fevereiro de 2001, que "Dispõe sobre a atuação das câmaras e dos prestadores de serviços de compensação e de liquidação, no âmbito do sistema de pagamentos brasileiros, e dá outras providências". (Mensagem nº 127/2001-CN – nº 181/2001, na origem). Retirada da pauta em virtude de acordo de lideranças. .

05918

**Item 35**

Medida Provisória nº 2.116-16, publicada no dia 26 de fevereiro de 2001, que assegura percepção de gratificação por servidores das carreiras Policial Federal, Delegado de Polícia do Distrito Federal, e de Polícia Civil do Distrito Federal, altera as Leis nºs 4.878, de 3 de dezembro de 1965, 5.619, de 3 de novembro de 1970, e 5.906, de 23 de julho de 1973, e dá outras providências. (Mensagem nº 128/2001-CN – nº 182/2001, na origem). Retirada da pauta em virtude de acordo de lideranças. ....

05918

**Item 38**

Medida Provisória nº 2.123-29, publicada no dia 26 de fevereiro de 2001, que altera dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. (Mensagem nº 131/2001-CN – nº 194/2001, na origem). Retirada da pauta em virtude de acordo de lideranças. .... 05918

**Item 39**

Medida Provisória nº 2.126-9, publicada no dia 26 de fevereiro de 2001, que regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os arts. 1º, 8º, alínea "j", 10, alínea "c", 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e a transferência de tecnologia para sua conservação e utilização, e dá outras providências. (Mensagem nº 132/2001-CN – nº 185/2001, na origem). Retirada da pauta em virtude de acordo de lideranças. . 05918

**Item 40**

Medida Provisória nº 2.128-7, publicada no dia 26 de fevereiro de 2001, que altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências. (Mensagem nº 133/2001-CN – nº 186/2001, na origem). Retirada da pauta em virtude de acordo de lideranças. .... 05919

**Item 41**

Medida Provisória nº 2.129-6, publicada no dia 26 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social, e altera dispositivos das Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 9.604, de 5 de fevereiro de 1998, 9.639, de 25 de maio de 1998, 9.717, de 27 de novembro de 1998, e 9.796, de 5 de maio de 1999, e dá outras providências. (Mensagem nº 134/2000-CN – nº 195/2001, na origem). Retirada da pauta em virtude de acordo de lideranças. .... 05919

**Item 42**

Medida Provisória nº 2.131-2, publicada no dia 26 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nº 3.765, de 4 de maio de 1.960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências. (Mensagem nº 135/2001-CN – nº 187/2001, na origem). Retirada da pauta em virtude de acordo de lideranças. . 05919

**Item 43**

Medida Provisória nº 2.132-42, publicada no dia 26 de fevereiro de 2001, que altera a legislação do imposto de renda relativamente à incidência na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras, inclusive de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, à conversão, em capital social, de obrigações no exterior de pessoas jurídicas domiciliadas no País, amplia as hipóteses de opção, pelas pessoas físicas, pelo desconto simplificado, regula a informação, na declaração de rendimentos, de depósitos mantidos em bancos no exterior, e dá outras providências. (Mensagem nº 136/2001-CN – nº 188/2001, na origem). Retirada da pauta em virtude de acordo de lideranças. .... 05919

**Item 44**

Medida Provisória nº 2.134-27, publicada no dia 26 de fevereiro de 2001, que altera dispositivos da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal e estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências. (Mensagem nº 137/2001-CN – nº 196/2001, na origem). Retirada da pauta em virtude de acordo de lideranças. .... 05919

**Item 45**

Medida Provisória nº 2.136-35, publicada no dia 26 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras, cargos e funções comissionadas técnicas no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências. (Mensagem nº 138/2001-CN – nº 197/2001, na origem). Retirada da pauta em virtude de acordo de lideranças. .... 05919

**Item 46**

Medida Provisória nº 2.137-2, publicada no dia 26 de fevereiro de 2001, que acresce e altera dispositivos da Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e dá outras providências. (Mensagem nº 139/2001-CN – nº 189/2001, na origem). Retirada da pauta em virtude de acordo de lideranças. . 05919

**Item 48**

Medida Provisória nº 2.139-63, publicada no dia 26 de fevereiro de 2001, que estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências. (Mensagem nº 141/2001-CN – nº 198/2001, na origem). Retirada da pauta em virtude de acordo de lideranças. .... 05919

**Item 49**

Medida Provisória nº 2.140-1, publicada no dia 15 de março de 2001, que cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação – "Bolsa Escola", e dá outras providências. (Mensagem nº 142/2001-CN – nº 227/2001, na origem). Retirada da pauta em virtude de acordo de lideranças. .... 05919

**1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia**

DEPUTADO ARTHUR VIRGÍLIO – Encaminhamento de consulta à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, no sentido de que seja examinada a incompatibilidade da subscrição, pelo Sr. Presidente Jader Barbalho, do requerimento que solicita a criação da CPI da Corrupção. .... 05919

DEPUTADO JOÃO PAULO – Considerações sobre o pronunciamento do Deputado Arthur Virgílio. .... 05920

**1.3.2 – Comunicação**

Do Deputado José Carlos Aleluia, de 20 de fevereiro último, referente à constatação de equí-

voco na digitação do art. 12, § 1º, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2001, oriundo da Medida Provisória nº 2.053-35. Aprovada a retificação. .... 05921

**1.3.3 – Comunicação da Presidência**

Convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se no próximo dia 27 do corrente, às 19 horas, destinada à apreciação de medidas provisórias. .... 05921

**1.4 – ENCERRAMENTO****2 – ATA DE COMISSÃO**

7ª Reunião da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, realizada em 24 de novembro de 1999. .... 05921

**3 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO****4 – ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA (OCFEPNI)****5 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)**

# Ata da 3ª Sessão Conjunta, em 21 de março de 2001

## 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª legislatura

*Presidência dos Srs. Jader Barbalho e Efraim Moraes*

ÀS 19 HORAS E 15 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Alberto Silva – Álvaro Dias – Amir Lando – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Bello Parga – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Fernando Matusalém – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Gilvam Borges – Heloísa Helena – Hugo Napoleão – Iris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João Alberto Souza – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Alencar – José Coelho – José

Eduardo Dutra – José Fogaça – José Roberto Arruda – Juvêncio da Fonseca – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Otavio – Luiz Pontes – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Mozarildo Cavalcanti – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Nilo Teixeira Campos – Osmar Dias – Paulo Hartung – Paulo Souto – Pedro Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Ricardo Santos – Roberto Freire – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Tasso Rosado – Tião Viana – Valmir Amaral – Waldeck Ornelas – Wellington Roberto.

*E OS SRS. DEPUTADOS:*

### RORAIMA

002 - Airton Cascavel  
004 - Luciano Castro  
005 - Luis Barbosa  
007 - Robério Araújo  
Presentes Roraima: 4

### AMAPÁ

009 - Antonio Feijão  
010 - Badu Picanço  
012 - Dr. Benedito Dias  
014 - Eduardo Seabra  
015 - Evandro Milhomen  
011 - Fátima Pelaes  
017 - Jurandil Juarez  
016 - Sérgio Barcellos  
Presentes Amapá: 8

### PARÁ

019 - Anivaldo Vale  
595 - Asdrubal Bentes  
021 - Babá  
018 - Deusdeth Pantoja  
022 - Elcione Barbalho  
023 - Gerson Peres  
025 - Giovanni Queiroz  
613 - Haroldo Bezerra  
027 - José Priante  
029 - Josué Bengtson  
028 - Nicias Ribeiro  
030 - Paulo Rocha  
032 - Raimundo Santos  
033 - Renildo Leal  
599 - Socorro Gomes  
035 - Vic Pires Franco  
034 - Zenaldo Coutinho  
Presentes Pará: 17

### AMAZONAS

037 - Arthur Virgílio  
038 - Átila Lins

### Partido

### Bloco

PPS  
PFL  
PFL  
PL

PDT/PPS  
PFL/PST  
PFL/PST  
PL/PSL

PSDB  
PSDB  
PPB  
PTB  
PSB  
PSDB  
PMDB  
PFL

PSDB/PTB  
PSDB/PTB  
  
PSDB/PTB  
PSB/PCDOB  
PSDB/PTB  
  
PFL/PST

PSDB  
PMDB  
PT  
PFL  
PMDB  
PPB  
PDT  
PSDB  
PMDB  
PTB  
PSDB  
PT  
PFL  
PTB  
PCdoB  
PFL  
PSDB

PSDB/PTB  
  
PFL/PST  
  
PDT/PPS  
PSDB/PTB  
  
PSDB/PTB  
PSDB/PTB  
  
PFL/PST  
PSDB/PTB  
PSB/PCDOB  
PFL/PST  
PSDB/PTB

PSDB  
PFL

PSDB/PTB  
PFL/PST

	Partido	Bloco
<b>AMAZONAS</b>		
563 - Euler Ribeiro	PFL	PFL/PST
036 - Francisco García	PFL	PFL/PST
043 - Pauderney Avelino	PFL	PFL/PST
039 - Silas Câmara	PTB	PSDB/PTB
040 - Vanessa Grazziotin	PCdoB	PSB/PCDOB
Presentes Amazonas: 7		
<b>RONDONIA</b>		
044 - Agnaldo Muniz	PPS	PDT/PPS
047 - Eurípedes Miranda	PDT	PDT/PPS
048 - Expedito Júnior	PFL	PFL/PST
050 - Marinha Raupp	PSDB	PSDB/PTB
046 - Nilton Capixaba	PTB	PSDB/PTB
049 - Oscar Andrade	PFL	PFL/PST
051 - Sérgio Carvalho	PSDB	PSDB/PTB
Presentes Rondonia: 7		
<b>ACRE</b>		
053 - Ildefonso Cordeiro	PFL	PFL/PST
054 - João Tota	PPB	
557 - José Aleksandro	PSL	PL/PSL
055 - Márcio Bittar	PPS	PDT/PPS
056 - Marcos Afonso	PT	
057 - Nilson Mourão	PT	
058 - Sérgio Barros	PSDB	PSDB/PTB
059 - Zila Bezerra	PTB	PSDB/PTB
Presentes Acre: 8		
<b>TOCANTINS</b>		
060 - Antônio Jorge	PTB	PSDB/PTB
063 - Freire Júnior	PMDB	
062 - Igor Avelino	PMDB	
064 - João Ribeiro	PFL	PFL/PST
564 - Kátia Abreu	PFL	PFL/PST
065 - Osvaldo Reis	PMDB	
067 - Pastor Amarildo	PPB	
066 - Paulo Mourão	PSDB	PSDB/PTB
Presentes Tocantins: 8		
<b>MARANHÃO</b>		
068 - Albérico Filho	PMDB	
536 - Antonio Joaquim Araújo	PPB	
070 - Cesar Bandeira	PFL	PFL/PST
071 - Costa Ferreira	PFL	PFL/PST
073 - Eliseu Moura	PPB	
075 - Gastão Vieira	PMDB	
072 - João Castelo	PSDB	PSDB/PTB
076 - José Antonio Almeida	PSB	PSB/PCDOB
077 - Neiva Moreira	PDT	PDT/PPS
078 - Nice Lobão	PFL	PFL/PST
080 - Pedro Fernandes	PFL	PFL/PST
082 - Pedro Novais	PMDB	



	Partido	Bloco
<b>MARANHÃO</b>		
083 - Remi Trinta	PST	PFL/PST
086 - Sebastião Madeira	PSDB	PSDB/PTB
Presentes Maranhão: 14		
<b>CEARÁ</b>		
088 - Adolfo Marinho	PSDB	PSDB/PTB
087 - Aníbal Gomes	PMDB	
091 - Antonio Cambraia	PSDB	PSDB/PTB
090 - Arnon Bezerra	PSDB	PSDB/PTB
093 - Chiquinho Feitosa	PSDB	PSDB/PTB
095 - Eunício Oliveira	PMDB	
094 - Inácio Arruda	PCdoB	PSB/PCDOB
096 - José Linhares	PPB	
097 - José Pimentel	PT	
098 - Léo Alcântara	PSDB	PSDB/PTB
100 - Manoel Salviano	PSDB	PSDB/PTB
099 - Marcelo Teixeira	PMDB	
559 - Mauro Benevides	PMDB	
101 - Moroni Torgan	PFL	PFL/PST
548 - Nelson Otoch	PSDB	PSDB/PTB
103 - Pinheiro Landim	PMDB	
102 - Raimundo Gomes de Matos	PSDB	PSDB/PTB
104 - Roberto Pessoa	PFL	PFL/PST
105 - Rommel Feijó	PSDB	PSDB/PTB
108 - Sérgio Novais	PSB	PSB/PCDOB
106 - Ubiratan Aguiar	PSDB	PSDB/PTB
Presentes Ceará: 21		
<b>PIAUI</b>		
109 - Átila Lira	PSDB	PSDB/PTB
111 - B. Sá	PSDB	PSDB/PTB
112 - Ciro Nogueira	PFL	PFL/PST
114 - Heráclito Fortes	PFL	PFL/PST
115 - João Henrique	PMDB	
110 - Marcelo Castro	PMDB	
117 - Mussa Demes	PFL	PFL/PST
118 - Paes Landim	PFL	PFL/PST
113 - Themístocles Sampaio	PMDB	
116 - Wellington Dias	PT	
Presentes Piauí: 10		
<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>		
119 - Ana Catarina	PMDB	
124 - Iberê Ferreira	PPB	
121 - Lavoisier Maia	PFL	PFL/PST
122 - Múcio Sá	PMDB	
126 - Ney Lopes	PFL	PFL/PST
610 - Salomão Gurgel	PPS	PDT/PPS
Presentes Rio Grande do Norte: 6		
<b>PARAÍBA</b>		
127 - Adauto Pereira	PFL	PFL/PST

	Partido	Bloco
<b>PARAÍBA</b>		
129 - Armando Abílio	PSDB	PSDB/PTB
130 - Carlos Dunga	PTB	PSDB/PTB
133 - Damião Feliciano	PMDB	
131 - Efraim Moraes	PFL	PFL/PST
132 - Enivaldo Ribeiro	PPB	
135 - Inaldo Leitão	PSDB	PSDB/PTB
136 - Marcondes Gadelha	PFL	PFL/PST
137 - Ricardo Rique	PSDB	PSDB/PTB
138 - Wilson Braga	PFL	PFL/PST
Presentes Paraíba: 10		
<b>PERNAMBUCO</b>		
144 - Armando Monteiro	PMDB	
148 - Carlos Batata	PSDB	PSDB/PTB
153 - Clementino Coelho	PPS	PDT/PPS
155 - Djalma Paes	PSB	PSB/PCDOB
140 - Eduardo Campos	PSB	PSB/PCDOB
141 - Fernando Ferro	PT	
143 - Gonzaga Patriota	PSB	PSB/PCDOB
145 - Inocêncio Oliveira	PFL	PFL/PST
146 - João Colaço	PMDB	
156 - Joaquim Francisco	PFL	PFL/PST
538 - Joel De Hollanda	PFL	PFL/PST
147 - José Chaves	PMDB	
150 - José Múcio Monteiro	PFL	PFL/PST
157 - Luciano Bivar	PSL	PL/PSL
151 - Luiz Piauhylino	PSDB	PSDB/PTB
161 - Marcos de Jesus	PL	PL/PSL
600 - Maurílio Ferreira Lima	PMDB	
539 - Pedro Corrêa	PPB	
162 - Pedro Eugênio	PPS	PDT/PPS
163 - Ricardo Fiuza	PFL	PFL/PST
158 - Salatiel Carvalho	PMDB	
160 - Severino Cavalcanti	PPB	
609 - Wolney Queiroz	PDT	PDT/PPS
Presentes Pernambuco: 23		
<b>ALAGOAS</b>		
165 - Augusto Farias	PPB	
598 - Divaldo Suruagy	PST	PFL/PST
166 - Givaldo Carimbão	PSB	PSB/PCDOB
549 - Helenildo Ribeiro	PSDB	PSDB/PTB
167 - João Caldas	PST	PL/PSL
169 - José Thomaz Nonô	PFL	PFL/PST
170 - Luiz Dantas	PST	PFL/PST
171 - Olavo Calheiros	PMDB	
168 - Regis Cavalcante	PPS	PDT/PPS
Presentes Alagoas: 9		
<b>SERGIPE</b>		
173 - Augusto Franco	PSDB	PSDB/PTB
174 - Ivan Paixão	PPS	PDT/PPS

	Partido	Bloco
<b>SERGIPE</b>		
175 - Jorge Alberto	PMDB	
177 - Pedro Valadares	PSB	PSB/PCDOB
180 - Sérgio Reis	PSDB	PSDB/PTB
604 - Tânia Soares	PCdoB	PSB/PCDOB
Presentes Sergipe: 6		
<b>BAHIA</b>		
589 - Ariston Andrade	PFL	PFL/PST
184 - Benito Gama	PMDB	
186 - Claudio Cajado	PFL	PFL/PST
187 - Coriolano Sales	PMDB	
190 - Eujácio Simões	PL	PL/PSL
191 - Félix Mendonça	PTB	PSDB/PTB
181 - Francistônio Pinto	PFL	PFL/PST
193 - Geddel Vieira Lima	PMDB	
185 - Gerson Gabrielli	PFL	PFL/PST
194 - Haroldo Lima	PCdoB	PSB/PCDOB
188 - Jaime Fernandes	PFL	PFL/PST
196 - Jairo Carneiro	PFL	PFL/PST
197 - Jaques Wagner	PT	
198 - João Almeida	PSDB	PSDB/PTB
199 - João Leão	PSDB	PSDB/PTB
192 - Jonival Lucas Junior	PMDB	
201 - Jorge Khoury	PFL	PFL/PST
202 - José Carlos Aleluia	PFL	PFL/PST
200 - José Lourenço	PMDB	
203 - José Rocha	PFL	PFL/PST
206 - Jutahy Junior	PSDB	PSDB/PTB
204 - Leur Lomanto	PMDB	
603 - Luiz Alberto	PT	
207 - Luiz Moreira	PFL	PFL/PST
210 - Mário Negromonte	PSDB	PSDB/PTB
586 - Milton Barbosa	PFL	PFL/PST
209 - Nelson Pellegrino	PT	
211 - Nilo Coelho	PSDB	PSDB/PTB
213 - Paulo Braga	PFL	PFL/PST
214 - Paulo Magalhães	PFL	PFL/PST
212 - Pedro Irujo	PFL	PFL/PST
537 - Reginaldo Germano	PFL	PFL/PST
215 - Roland Lavigne	PMDB	
216 - Saulo Pedrosa	PSDB	PSDB/PTB
219 - Ursicino Queiroz	PFL	PFL/PST
217 - Waldir Pires	PT	
218 - Walter Pinheiro	PT	
535 - Yvonilton Gonçalves	PFL	PFL/PST
Presentes Bahia: 38		
<b>MINAS GERAIS</b>		
221 - Aécio Neves	PSDB	PSDB/PTB
222 - Antônio do Valle	PMDB	
223 - Aracely de Paula	PFL	PFL/PST

	Partido	Bloco
<b>MINAS GERAIS</b>		
528 - Bonifácio de Andrada	PSDB	PSDB/PTB
224 - Cabo Júlio	PL	PL/PSL
227 - Carlos Mosconi	PSDB	PSDB/PTB
225 - Cleuber Carneiro	PFL	PFL/PST
228 - Custódio Mattos	PSDB	PSDB/PTB
229 - Danilo de Castro	PSDB	PSDB/PTB
231 - Edmar Moreira	PPB	
230 - Eduardo Barbosa	PSDB	PSDB/PTB
612 - Elias Murad	PSDB	PSDB/PTB
232 - Eliseu Resende	PFL	PFL/PST
233 - Fernando Diniz	PMDB	
234 - Gilmar Machado	PT	
236 - Glycon Terra Pinto	PMDB	
237 - Hélio Costa	PMDB	
235 - Herculano Anghinetti	PPB	
238 - Ibrahim Abi-Ackel	PPB	
240 - Jaime Martins	PFL	PFL/PST
239 - João Magalhães	PMDB	
534 - João Magno	PT	
241 - José Militão	PSDB	PSDB/PTB
245 - Lael Varella	PFL	PFL/PST
243 - Lincoln Portela	PSL	PL/PSL
247 - Márcio Reinaldo Moreira	PPB	
524 - Marcos Lima	PMDB	
244 - Maria do Carmo Lara	PT	
246 - Maria Lúcia	PMDB	
567 - Mário Assad Júnior	PFL	PFL/PST
250 - Mário de Oliveira	PMDB	
252 - Mauro Lopes	PMDB	
248 - Narcio Rodrigues	PSDB	PSDB/PTB
254 - Nilmário Miranda	PT	
255 - Odelmo Leão	PPB	
251 - Olímpio Pires	PDT	PDT/PPS
256 - Osmânio Pereira	PSDB	PSDB/PTB
257 - Paulo Delgado	PT	
259 - Philemon Rodrigues	PL	PL/PSL
258 - Rafael Guerra	PSDB	PSDB/PTB
262 - Romel Anízio	PPB	
260 - Romeu Queiroz	PSDB	PSDB/PTB
265 - Saraiva Felipe	PMDB	
574 - Saulo Coelho	PSDB	PSDB/PTB
266 - Sérgio Miranda	PCdoB	PSB/PCDOB
268 - Silas Brasileiro	PMDB	
264 - Virgílio Guimarães	PT	
271 - Vittorio Mediolí	PSDB	PSDB/PTB
<b>Presentes Minas Gerais: 48</b>		
<b>ESPÍRITO SANTO</b>		
275 - João Coser	PT	
276 - José Carlos Elias	PTB	PSDB/PTB

	Partido	Bloco
<b>ESPÍRITO SANTO</b>		
273 - José Carlos Fonseca Jr.	PFL	PFL/PST
277 - Magno Malta	PST	PFL/PST
278 - Marcus Vicente	PSDB	PSDB/PTB
281 - Max Mauro	PTB	PSDB/PTB
282 - Ricardo Ferraço	PSDB	PSDB/PTB
280 - Rita Camata	PMDB	
611 - Rose de Freitas	PSDB	PSDB/PTB
Presentes Espírito Santo: 9		
<b>RIO DE JANEIRO</b>		
283 - Aldir Cabral	PFL	PFL/PST
284 - Alexandre Cardoso	PSB	PSB/PCDOB
285 - Alexandre Santos	PSDB	PSDB/PTB
286 - Almerinda de Carvalho	PFL	PFL/PST
288 - Arolde de Oliveira	PFL	PFL/PST
289 - Bispo Rodrigues	PL	PL/PSL
597 - Candinho Mattos	PSDB	PSDB/PTB
290 - Carlos Santana	PT	
291 - Cornélio Ribeiro	PSB	PSB/PCDOB
293 - Dino Fernandes	PSDB	PSDB/PTB
294 - Dr. Heleno	PSDB	PSDB/PTB
301 - Eber Silva	PST	PL/PSL
295 - Eurico Miranda	PPB	
297 - Fernando Gonçalves	PTB	PSDB/PTB
308 - Iédio Rosa	PSB	PSB/PCDOB
581 - Itamar Serpa	PSDB	PSDB/PTB
302 - Jair Bolsonaro	PPB	
303 - Jandira Feghali	PCdoB	PSB/PCDOB
304 - João Mendes	PMDB	
309 - João Sampaio	PDT	PDT/PPS
310 - Jorge Bittar	PT	
305 - Jorge Wilson	PMDB	
577 - José Egydio	PL	PL/PSL
311 - Laura Carneiro	PFL	PFL/PST
312 - Luisinho	PST	PFL/PST
298 - Luiz Ribeiro	PSDB	PSDB/PTB
313 - Luiz Sérgio	PT	
316 - Milton Temer	PT	
318 - Miriam Reid	PSB	PSB/PCDOB
317 - Miro Teixeira	PDT	PDT/PPS
320 - Paulo Baltazar	PSB	PSB/PCDOB
321 - Paulo Feijó	PSDB	PSDB/PTB
323 - Roberto Jefferson	PTB	PSDB/PTB
322 - Rodrigo Maia	PTB	PSDB/PTB
324 - Ronaldo Cezar Coelho	PSDB	PSDB/PTB
325 - Rubem Medina	PFL	PFL/PST
327 - Simão Sessim	PPB	
319 - Valdeci Paiva	PSL	PL/PSL
326 - Vivaldo Barbosa	PDT	PDT/PPS
328 - Wanderley Martins	PSB	PSB/PCDOB

	Partido	Bloco
<b>Presentes Rio de Janeiro: 40</b>		
<b>SÃO PAULO</b>		
330 - Alberto Goldman	PSDB	PSDB/PTB
331 - Aldo Rebelo	PCdoB	PSB/PCDOB
332 - Aloizio Mercadante	PT	
339 - André Benassi	PSDB	PSDB/PTB
340 - Angela Guadagnin	PT	
334 - Antonio Carlos Pannunzio	PSDB	PSDB/PTB
335 - Antonio Kandir	PSDB	PSDB/PTB
337 - Arnaldo Faria de Sá	PPB	
343 - Arnaldo Madeira	PSDB	PSDB/PTB
338 - Ary Kara	PPB	
347 - Bispo Wanderval	PL	PL/PSL
573 - Chico Sardelli	PFL	PFL/PST
554 - Clovis Volpi	PSDB	PSDB/PTB
345 - Corauci Sobrinho	PFL	PFL/PST
346 - Cunha Bueno	PPB	
382 - De Velasco	PSL	PL/PSL
348 - Delfim Netto	PPB	
358 - Dr. Hélio	PDT	PDT/PPS
349 - Duilio Pisaneschi	PTB	PSDB/PTB
353 - Emerson Kapaz	PPS	PDT/PPS
354 - Fernando Zuppo	S.Part.	
357 - Gilberto Kassab	PFL	PFL/PST
360 - Iara Bernardi	PT	
607 - Ivan Valente	PT	
359 - Jair Meneguelli	PT	
591 - João Eduardo Dado	PMDB	
364 - João Herrmann Neto	PPS	PDT/PPS
361 - João Paulo	PT	
362 - Jorge Tadeu Mudalen	PMDB	
596 - Jose Coimbra	PTB	PSDB/PTB
366 - José de Abreu	PTN	
365 - José Dirceu	PT	
367 - José Genoíno	PT	
391 - José Roberto Batochio	PDT	PDT/PPS
369 - Julio Semeghini	PSDB	PSDB/PTB
605 - Kincas Mattos	PSB	PSB/PCDOB
370 - Lamartine Posella	PMDB	
608 - Luciano Zica	PT	
341 - Luiz Antonio Fleury	PTB	PSDB/PTB
602 - Luiz Eduardo Greenhalgh	PT	
371 - Luiza Erundina	PSB	PSB/PCDOB
376 - Marcelo Barbieri	PMDB	
372 - Marcos Cintra	PFL	PFL/PST
373 - Medeiros	PL	PL/PSL
380 - Michel Temer	PMDB	
374 - Milton Monti	PMDB	
377 - Moreira Ferreira	PFL	PFL/PST
381 - Nelson Marquzezelli	PTB	PSDB/PTB

	Partido	Bloco
<b>SÃO PAULO</b>		
379 - Neuton Lima	PFL	PFL/PST
587 - Orlando Fantazzini	PT	
384 - Paulo Kobayashi	PSDB	PSDB/PTB
388 - Professor Luizinho	PT	
390 - Ricardo Berzoini	PT	
385 - Ricardo Izar	PMDB	
386 - Robson Tuma	PFL	PFL/PST
394 - Rubens Furlan	PPS	PDT/PPS
387 - Salvador Zimbaldi	PSDB	PSDB/PTB
395 - Sampaio Dória	PSDB	PSDB/PTB
553 - Silvio Torres	PSDB	PSDB/PTB
389 - Telma de Souza	PT	
392 - Vadão Gomes	PPB	
393 - Valdemar Costa Neto	PL	PL/PSL
594 - Wagner Rossi	PMDB	
396 - Wagner Salustiano	PPB	
397 - Xico Graziano	PSDB	PSDB/PTB
540 - Zulaiê Cobra	PSDB	PSDB/PTB
Presentes São Paulo: 66		
<b>MATO GROSSO</b>		
400 - Celcíta Pinheiro	PFL	PFL/PST
401 - Lino Rossi	PSDB	PSDB/PTB
402 - Murilo Domingos	PTB	PSDB/PTB
518 - Ricarte de Freitas	PSDB	PSDB/PTB
405 - Teté Bezerra	PMDB	
406 - Welinton Fagundes	PSDB	PSDB/PTB
404 - Wilson Santos	PMDB	
Presentes Mato Grosso: 7		
<b>DISTRITO FEDERAL</b>		
407 - Agnelo Queiroz	PCdoB	PSB/PCDOB
545 - Alberto Fraga	PMDB	
408 - Geraldo Magela	PT	
526 - Jorge Pinheiro	PMDB	
409 - Maria Abadia	PSDB	PSDB/PTB
410 - Paulo Octávio	PFL	PFL/PST
412 - Pedro Celso	PT	
414 - Wigberto Tartuce	PPB	
Presentes Distrito Federal: 8		
<b>GOIÁS</b>		
579 - Aldo Arantes	PCdoB	PSB/PCDOB
416 - Barbosa Neto	PMDB	
415 - Euler Moraes	PMDB	
417 - Geovan Freitas	PMDB	
419 - Jovair Arantes	PSDB	PSDB/PTB
420 - Lidia Quinan	PSDB	PSDB/PTB
421 - Lúcia Vânia	PSDB	PSDB/PTB
422 - Luiz Bittencourt	PMDB	
024 - Nair Xavier Lobo	PMDB	
424 - Norberto Teixeira	PMDB	

	Partido	Bloco
<b>GOIÁS</b>		
425 - Pedro Canedo	PSDB	PSDB/PTB
428 - Pedro Chaves	PMDB	
430 - Vilmar Rocha	PFL	PFL/PST
431 - Zé Gomes da Rocha	PMDB	
Presentes Goiás: 14		
<b>MATO GROSSO DO SUL</b>		
434 - Flávio Derzi	PMDB	
433 - João Grandão	PT	
584 - Manoel Vitorio	PT	
435 - Marçal Filho	PMDB	
437 - Nelson Trad	PTB	PSDB/PTB
438 - Pedro Pedrossian	PFL	
439 - Waldemir Moka	PMDB	
Presentes Mato Grosso do Sul: 7		
<b>PARANÁ</b>		
440 - Abelardo Lupion	PFL	PFL/PST
441 - Affonso Camargo	PFL	PFL/PST
442 - Aírton Roveda	PSDB	PSDB/PTB
445 - Alex Canziani	PSDB	PSDB/PTB
443 - Basílio Villani	PSDB	PSDB/PTB
444 - Dilceu Sperafico	PPB	
449 - Dr. Rosinha	PT	
447 - Flávio Arns	PSDB	PSDB/PTB
450 - Gustavo Fruet	PMDB	
448 - Hermes Parcianello	PMDB	
455 - Iris Simões	PTB	PSDB/PTB
527 - Ivanio Guerra	PFL	PFL/PST
451 - José Borba	PMDB	
457 - José Carlos Martinez	PTB	PSDB/PTB
453 - Luciano Pizzatto	PFL	PFL/PST
454 - Luiz Carlos Haulý	PSDB	PSDB/PTB
461 - Márcio Matos	PTB	PSDB/PTB
462 - Moacir Micheletto	PMDB	
458 - Nelson Meurer	PPB	
464 - Oliveira Filho	PL	PL/PSL
463 - Osmar Serraglio	PMDB	
460 - Padre Roque	PT	
465 - Ricardo Barros	PPB	
467 - Rubens Bueno	PPS	PDT/PPS
468 - Santos Filho	PFL	PFL/PST
469 - Werner Wanderer	PFL	PFL/PST
Presentes Paraná: 26		
<b>SANTA CATARINA</b>		
475 - Antônio Carlos Konder Reis	PFL	PFL/PST
476 - Carlito Merss	PT	
470 - Edinho Bez	PMDB	
471 - Edison Andrino	PMDB	
477 - Eni Voltolini	PPB	
478 - Fernando Coruja	PDT	PDT/PPS



	Partido	Bloco
<b>SANTA CATARINA</b>		
479 - Gervásio Silva	PFL	PFL/PST
473 - João Matos	PMDB	
474 - João Pizzolatti	PPB	
481 - Luci Choinacki	PT	
484 - Paulo Gouvêa	PFL	PFL/PST
520 - Pedro Bittencourt	PFL	PFL/PST
482 - Renato Vianna	PMDB	
485 - Serafim Venzon	PDT	PDT/PPS
483 - Vicente Caropreso	PSDB	PSDB/PTB
Presentes Santa Catarina: 15		
<b>RIO GRANDE DO SUL</b>		
486 - Adão Pretto	PT	
488 - Aírton Dipp	PDT	PDT/PPS
487 - Alceu Collares	PDT	PDT/PPS
601 - Ana Corso	PT	
489 - Augusto Nardes	PPB	
494 - Cezar Schirmer	PMDB	
606 - Clovis Ilgenfritz	PT	
491 - Darcísio Perondi	PMDB	
578 - Edir Oliveira	PTB	PSDB/PTB
493 - Enio Bacci	PDT	PDT/PPS
532 - Esther Grossi	PT	
590 - Ezídio Pinheiro	PSB	PSB/PCDOB
496 - Fetter Júnior	PPB	
497 - Germano Rigotto	PMDB	
498 - Henrique Fontana	PT	
500 - Luis Carlos Heinze	PPB	
501 - Marcos Rolim	PT	
504 - Mendes Ribeiro Filho	PMDB	
506 - Nelson Marchezan	PSDB	PSDB/PTB
507 - Nelson Proença	PMDB	
593 - Orlando Desconsi	PT	
503 - Paulo José Gouvêa	PL	PL/PSL
505 - Pompeo de Mattos	PDT	PDT/PPS
508 - Roberto Argenta	PHS	
513 - Telmo Kirst	PPB	
516 - Yeda Crusius	PSDB	PSDB/PTB
Presentes Rio Grande do Sul: 26		

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Aliste de presença registra o comparecimento de 76 Srs. Senadores e de 462 Srs. Deputados.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sobre a mesa vetos presidenciais que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

São lidos os seguintes:

## **VETO PARCIAL Nº 38, DE 2000**

aposto ao

### **Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2000**

(nº 2.845/2000, na Casa de origem)

(Mensagem nº 1.206/2000-CN – nº 1.899/2000, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1º do artigo 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente, por contrariar o interesse público, o Projeto de Lei nº 74, de 2000 (nº 2.845/00 na Câmara dos Deputados), que "Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943".

Ouvido, o Ministério do Trabalho e Emprego assim se manifestou sobre o dispositivo a seguir vetado:

#### **Parágrafo único do art. 431.**

“Art. 431 .....”  
“ .....”

“Parágrafo único. O inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte da entidade sem fins lucrativos implicará responsabilidade da empresa onde se realizar a aprendizagem quanto às obrigações relativas ao período em que o menor esteve a sua disposição.” (NR)

#### **Razões do veto**

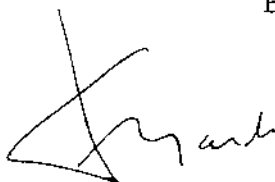
“É manifesta a incoerência entre o disposto no *caput* do art. 431 - que admite a contratação por intermédio da entidade sem fins lucrativos, estabelecendo que, neste caso, não haverá vínculo de emprego com o tomador de serviço - e a regra prevista no parágrafo único, que transfere a responsabilidade para o tomador de serviço caso a entidade contratante não cumpra as obrigações trabalhistas.

Ora, não faz sentido admitir a contratação por entidade interposta, sem vínculo de emprego com o tomador do serviço, e concomitantemente transferir para o tomador do serviço a responsabilidade decorrente da contratação.

Por outro lado, a supressão do referido parágrafo único não acarretará qualquer prejuízo aos trabalhadores, pois é pacífico o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho no sentido de que o inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica na responsabilidade subsidiária do tomador de serviços (Enunciado nº 331 do TST).”

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o dispositivo acima mencionado do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 19 de dezembro de 2000.



(\*) PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, DE 2000  
(nº 2.845/2000, na Casa de origem)

Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º** Os arts. 402, 403, 428, 429, 430, 431, 432 e 433 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 402. Considera-se menor para os efeitos desta Consolidação o trabalhador de quatorze até dezoito anos.” (NR)

“.....”

“Art. 403. É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.” (NR)

“Parágrafo único. O trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência à escola.” (NR)

“a) revogada;”

“b) revogada.”

“Art. 428. Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação.” (NR)

“§ 1º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.” (AC)

“§ 2º Ao menor aprendiz, salvo condição mais favorável, será garantido o salário mínimo hora.” (AC)

“§ 3º O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de dois anos.” (AC)

“§ 4º A formação técnico-profissional a que se refere o *caput* deste artigo caracteriza-se por atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho.” (AC)

“Art. 429. Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.” (NR)

“a) revogada;”

“b) revogada.”

“§ 1º-A. O limite fixado neste artigo não se aplica quando o empregador for entidade sem fins lucrativos, que tenha por objetivo a educação profissional.” (AC)

“§ 1º As frações de unidade, no cálculo da percentagem de que trata o *caput*, darão lugar à admissão de um aprendiz.” (NR)

“Art. 430. Na hipótese de os Serviços Nacionais de Aprendizagem não oferecerem cursos ou vagas suficientes para atender à demanda dos estabelecimentos, esta poderá ser suprida por outras entidades qualificadas

em formação técnico-profissional metódica, a saber:" (NR)

"I – Escolas Técnicas de Educação;" (AC)

"II – entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente." (AC)

"§ 1º As entidades mencionadas neste artigo deverão contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados." (AC)

"§ 2º Aos aprendizes que concluírem os cursos de aprendizagem, com aproveitamento, será concedido certificado de qualificação profissional." (AC)

"§ 3º O Ministério do Trabalho e Emprego fixará normas para avaliação da competência das entidades mencionadas no inciso II deste artigo." (AC)

"Art. 431. A contratação do aprendiz poderá ser efetivada pela empresa onde se realizará a aprendizagem ou pelas entidades mencionadas no inciso II do art. 430, caso em que não gera vínculo de emprego com a empresa tomadora dos serviços." (NR)

"a) revogada;"

"b) revogada;"

"c) revogada."

"Parágrafo único. O inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte da entidade sem fins lucrativos implicará responsabilidade da empresa onde se realizar a aprendizagem quanto às obrigações relativas ao período em que o menor esteve a sua disposição." (NR)

"Art. 432. A duração do trabalho do aprendiz não excederá de seis horas diárias, sendo vedadas a prorrogação e a compensação de jornada." (NR)

"§ 1º O limite previsto neste artigo poderá ser de até oito horas diárias para os aprendizes que já tiverem completado o ensino fundamental, se nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica." (NR)

"§ 2º Revogado."

"Art. 433. O contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar dezoito anos, ou ainda antecipadamente nas seguintes hipóteses:" (NR)

"a) revogada;"

"b) revogada."

"I – desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz;" (AC)

"II – falta disciplinar grave;" (AC)

"III – ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo; ou" (AC)

"IV – a pedido do aprendiz." (AC)

"Parágrafo único. Revogado."

"§ 2º Não se aplica o disposto nos arts. 479 e 480 desta Consolidação às hipóteses de extinção do contrato mencionadas neste artigo." (AC)

Art. 2º O art. 15 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º:

"§ 7º Os contratos de aprendizagem terão a alíquota a que se refere o caput deste artigo reduzida para dois por cento." (AC)

Art. 3º São revogados o art. 80, o § 1º do art. 405, os arts. 436 e 437 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

\* AC = Acréscimo.

## **VETO PARCIAL Nº 39, DE 2000**

**aposto ao**  
**Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2000**  
**(oriundo da Medida Provisória nº 1.981-54/2000)**

**(Mensagem nº 1.257/2000-CN – nº 2.007/2000, na origem)**

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1º do artigo 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente, por contrariar o interesse público, o Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2000, que "Dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS; altera o Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março de 1990, 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências".

Ouvido, o Ministério da Fazenda assim se manifestou sobre os dispositivos a seguir vetados:

### **§ 7º do art. 2º**

“Art. 2º ..... ”

§ 7º A novação entre o agente financiador e os mutuários produzirá eficácia plena com o reconhecimento da dívida do FCVS pela Caixa Econômica Federal ou no prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a assinatura da mesma.”

### **Razões do veto**

“O legislador, ao inserir o parágrafo acima mencionado, pretendeu preservar o interesse do mutuário final na liquidação antecipada de contratos, firmados no âmbito do

Sistema Financeiro da Habitação – SFH. Tal dispositivo, no entanto, possibilitaria que na novação de eventuais saldos de responsabilidade do mutuário (Ex. prestações em atraso), o contrato entre este e o agente financeiro tenha eficácia somente após 24 (vinte e quatro) meses, salvo se, antes, o FCVS confirmar o saldo de sua responsabilidade perante o agente financeiro.

Referido dispositivo possibilitaria ao agente demandar do mutuário nova contratação, caso, nesse intervalo, fosse apurada diferença contra esse último. Tudo isso poderia gerar demanda por parte do mutuário em retornar às condições contratuais originais, colocando sob questão o apelo à liquidação antecipada, e que poderia imprimir litígio entre as partes. Além disso, não seria possível ao mutuário obter do agente financeiro a quitação de sua dívida, e a conseqüente liberação da hipoteca do imóvel.”

#### **Inciso II do art. 6º**

“Art. 6º .....

II - pagamento de até setenta e cinco por cento da contribuição trimestral dos agentes financeiros do SFH ao FCVS, conforme disposto no inciso II do art. 6º do Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, na redação dada por esta Lei;

#### **Razões do veto**

“O dispositivo contém erro de remissão, pois deveria referir-se ao “disposto na letra b do inciso II do art. 6º do Decreto-Lei nº 2.406,...”. Como referiu-se apenas ao caput do inciso II conflita com o comando expresso no art. 12 do projeto de lei de conversão, cujo § 2º autoriza o pagamento de “até setenta e cinco por cento da contribuição trimestral” aos agentes que pagam maior alíquota, ou seja 0,1%. Não foi intenção do Governo estender aos agentes não captadores de poupança tal prerrogativa, mas tão-somente a redução da alíquota que passou de 0,1% para o 0,025%.”

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 21 de dezembro de 2000.

(\*) PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 11, DE 2000  
(oriundo da Medida Provisória nº 1.981-54/2000)

Dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS; altera o Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março de 1990, 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** As dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, junto às instituições financiadoras, relativas a saldos devedores remanescentes da liquidação de contratos de financiamento habitacional, firmados com mutuários finais do Sistema Financeiro da Habitação - SFH, poderão ser objeto de novação, a ser celebrada entre cada credor e a União, nos termos desta Lei.

§ 1º Para os efeitos desta Lei consideram-se:

I - dívida caracterizada vencida, a originária de contratos encerrados, por decurso de prazo, transferências com desconto ou por liquidação antecipada, de financiamentos habitacionais com cobertura do FCVS, estando a responsabilidade do Fundo definida e expirado o prazo para quitação de parcelas mensais ou do saldo;

II - dívida caracterizada vincenda, a originária de contratos encerrados, por decurso de prazo, transferências com desconto ou por liquidação antecipada, de financiamentos habitacionais com cobertura do FCVS, nos quais a responsabilidade do Fundo está definida, mas o prazo para quitação das parcelas mensais ainda não chegou a seu termo;

III - dívida não caracterizada, a originária de contratos de financiamentos habitacionais com cobertura do FCVS, em relação aos quais ainda não foi definida a responsabilidade do Fundo.

§ 2º A novação objeto deste artigo obedecerá às seguintes condições:

I - prazo máximo de trinta anos, contados a partir de 1º de janeiro de 1997, com carência de oito anos para os juros e de doze anos para o principal;



II - remuneração equivalente à Taxa Referencial - TR ou ao índice que a suceder na atualização dos saldos dos depósitos de poupança, acrescida:

a) de juros à taxa efetiva de três vírgula doze por cento ao ano para as operações realizadas com recursos oriundos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

b) de juros de seis vírgula dezessete por cento ao ano, correspondente à taxa efetiva de juros aplicada aos depósitos de poupança, para as demais operações;

III - registro sob a forma escritural em sistema centralizado de liquidação e de custódia.

§ 3º As dívidas do FCVS referidas neste artigo são as derivadas de contratos de financiamentos habitacionais que tenham cobertura do FCVS e em relação aos quais tenha havido, quando devida, contribuição ao Fundo.

§ 4º As dívidas referidas no parágrafo anterior poderão ser objeto de novação ainda que os respectivos créditos tenham sido transferidos a terceiros.

§ 5º Independentemente da data em que for realizada a novação, a partir de 1º de janeiro de 1997, a remuneração de todos os saldos residuais de responsabilidade do FCVS será realizada observando-se os critérios estabelecidos no inciso II do § 2º deste artigo.

§ 6º A novação das dívidas do FCVS de que trata esta Lei far-se-á, anual ou semestralmente, a partir de 1º de janeiro de 1997, de acordo com cronograma a ser estabelecido em portaria do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 7º As instituições financiadoras que optarem pela novação prevista nesta Lei deverão, até 20 de fevereiro de 2001, manifestar à Caixa Econômica Federal - CEF a sua adesão às condições de novação estabelecidas neste artigo.

§ 8º A adesão a que se refere o § 7º deste artigo incluirá, obrigatoriamente, os créditos não caracterizados, que serão objeto de novação, à medida em que se tornarem caracterizados, nos termos desta Lei.

**Art. 2º** Os saldos residuais de responsabilidade do FCVS, decorrentes das liquidações antecipadas previstas nos §§ 1º, 2º e 3º, em contratos firmados com mutuários finais do SFH, poderão ser novados antecipadamente pela União, nos termos desta Lei, e equiparadas às dívidas caracterizadas vencidas, de que trata o inciso I do § 1º do artigo anterior, independentemente da restrição imposta pelo § 8º do art. 1º.

§ 1º As dívidas de que trata o **caput** deste artigo poderão ser novadas por montante correspondente a trinta por cento do valor do saldo devedor posicionado na data do reajustamento do contrato, extinguindo-se a responsabilidade do FCVS sobre o saldo devedor remanescente, que será renegociado mediante acordo entre o agente financeiro e o mutuário.

§ 2º As dívidas relativas aos contratos cuja prestação total, em 31 de março de 1998, era de até R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) poderão ser novadas por montante correspondente a setenta por cento do valor do saldo devedor, posicionado na data de reajustamento do contrato, extinguindo-se a responsabilidade do FCVS sobre o saldo devedor remanescente, que será renegociado mediante acordo entre o agente financeiro e o mutuário.

§ 3º As dívidas relativas aos contratos referidos no **caput**, assinados até 31 de dezembro de 1987, poderão ser novadas por montante correspondente a cem por cento do valor do saldo devedor, posicionado na data de reajustamento do contrato, extinguindo-se a responsabilidade do FCVS sob os citados contratos.

§ 4º O saldo que remanescer da aplicação do disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo será objeto de novação entre a instituição financiadora e o mutuário, por meio de instrumento particular de aditamento contratual, com força de escritura pública, onde se estabelecerão novas condições financeiras relativas a prazo, taxa nominal de juros, sistema de amortização, plano de reajuste e apólice de seguro sem garantia de equilíbrio pelo FCVS, preservando-se, enquanto existir saldo devedor da operação, a prerrogativa de o mutuário utilizar os recursos de sua conta vinculada do FGTS nas modalidades previstas nos incisos V e VI do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

§ 5º A formalização das disposições contidas no **caput** e nos §§ 1º, 2º, 3º e 4º deste artigo condiciona-se à prévia e expressa anuência do devedor.

§ 6º Fica dispensado de registro, averbação ou arquivamento no Registro de Imóveis e no Registro de Títulos e Documentos o aditivo contratual decorrente da novação da dívida de que trata o **caput** deste artigo, mantendo-se a garantia hipotecária em favor do agente financeiro.

§ 7º A novação entre o agente financiador e os mutuários produzirá eficácia plena com o reconhecimento da dívida do FCVS pela Caixa Econômica Federal ou no prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a assinatura da mesma.

**Art. 3º** A novação de que trata o art. 1º far-se-á mediante:

I - prévia compensação entre eventuais débitos e créditos das instituições financiadoras junto ao FCVS;

II - prévio pagamento das dívidas vencidas, abaixo definidas, apuradas com base nos saldos existentes nas datas previstas no § 5º do art. 1º desta Lei, ainda que a conciliação entre credor e devedor, do valor a ser liquidado, se efetue em data posterior:

a) das instituições financiadoras do SFH junto à CEF, na qualidade de Agente Operador do FGTS, decorrentes de operações vinculadas a financiamentos habitacionais, efetuadas no âmbito do SFH;

b) das instituições financiadoras do SFH junto ao Fundo de Assistência Habitacional - FUNDHAB, ao Fundo de Garantia de Depósitos e Letras Imobiliárias - FGDLI ou de seu sucessor e aos demais fundos geridos pelo extinto Banco Nacional de Habitação - BNH;

c) das instituições financiadoras do SFH relativas ao Seguro Habitacional;

III - requerimento da instituição credora, em caráter irrevogável e irretratável, dirigido ao Ministro de Estado da Fazenda, por intermédio da CEF, aceitando todas as condições da novação estabelecidas por esta Lei, instruído com a relação de seus créditos caracterizados, previamente homologados, bem assim com a comprovação da regularização dos débitos a que se refere o inciso II deste artigo;

IV - requerimento instruído com a relação dos contratos de responsabilidade do FCVS, não caracterizados, para os fins do disposto no § 8º do art. 1º desta Lei;

V - manifestação da CEF, na qualidade de Administradora do FCVS, reconhecendo a titularidade, o montante, a liquidez e a certeza da dívida caracterizada;

VI - declaração do credor, firmada por dois de seus representantes legais, quanto ao correto recolhimento das contribuições mensais e trimestrais ao FCVS, e das contribuições ao FUNDHAB, no montante e forma estipulados pela legislação pertinente, bem como sobre a informação, na habilitação de seus créditos ao FCVS, da origem de recursos, da data e tipo de evento dos financiamentos concedidos aos mutuários finais;

VII - parecer da Secretaria Federal de Controle, sobre o disposto no inciso V;

VIII - parecer da Secretaria do Tesouro Nacional;

IX - parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

X - autorização do Ministro de Estado da Fazenda publicada no Diário Oficial da União.

§ 1º As condições estabelecidas nas alíneas "a" e "b" do inciso II deste artigo poderão ser atendidas mediante dação em pagamento de créditos das instituições financiadoras do SFH junto ao FCVS, desde que aceita pelo credor, mediante autorização dos órgãos gestores ou curadores.

§ 2º A CEF, como Administradora ou Gestora dos diversos Fundos do SFH, no âmbito de sua competência, apurará os valores dos débitos referidos nas alíneas "a" e "b" do inciso II deste artigo.

§ 3º O gestor do FGDLI, ou o seu sucessor, apurará os valores dos débitos das instituições financiadoras do SFH junto àquele Fundo.

§ 4º A Superintendência de Seguros Privados - SUSEP atestará o valor dos débitos a que se refere a alínea "c" do inciso II deste artigo.

§ 5º O Banco Central do Brasil aferirá a veracidade da declaração de que trata o inciso VI deste artigo e, quando verificar sua inexatidão, sem prejuízo das medidas legais cabíveis, promoverá a cobrança, por débito automático à conta de Reservas Bancárias, com a imediata transferência para o Tesouro Nacional das diferenças eventualmente apuradas em instituições financeiras bancárias, ou, nos demais casos, encaminhará os documentos pertinentes à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para fins de inscrição em Dívida Ativa da União.

§ 6º A novação será objeto de instrumentos contratuais, nos quais será declarada extinta a dívida anterior.

§ 7º As instituições financiadoras do SFH que prestarem informações inverídicas, destinadas à constituição do Cadastro Nacional de Mutuários - CADMUT, e receberem valor indevido do FCVS, serão cobradas, a qualquer época, na forma do § 5º deste artigo, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

§ 8º As Companhias de Habitação Popular - COHAB's, e assemelhadas, que exercerem a opção pela novação prevista nesta Lei, poderão, excepcionalmente, pagar seus débitos, existentes até 31 de dezembro de 2000, junto ao Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação, mediante prévio encontro de contas com créditos do FCVS, no ato da primeira novação, observada a equivalência econômica da operação, sem prejuízo da incidência dos encargos previstos na legislação pertinente.

§ 9º O encontro de contas previstos no parágrafo anterior será operacionalizado pela CEF, na qualidade de Administradora do FCVS, por meio da subconta Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice de Seguro Habitacional - FESA/FCVS, ouvida a Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 10. As instituições operadoras do Seguro Habitacional do SFH não farão jus a qualquer remuneração sobre o montante dos valores envolvidos no encontro de contas, citado no § 8º deste artigo.

**Art. 4º** Ficam alterados o **caput** e o § 3º do art. 3º da Lei nº 8.100, de 5 de dezembro de 1990, e acrescentado o § 4º, os quais passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º O Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS quitará somente um saldo devedor remanescente por mutuário ao final do contrato, exceto aqueles relativos aos contratos firmados até 5 de dezembro de 1990, ao amparo da legislação do SFH, independentemente da data de ocorrência do evento caracterizador da obrigação do FCVS.

.....  
§ 3º Para assegurar o cumprimento do disposto neste artigo, fica a CEF, na qualidade de Administradora do FCVS, autorizada a desenvolver, implantar e operar cadastro nacional de mutuários do

Sistema Financeiro da Habitação - SFH, constituído a partir dos cadastros de operações imobiliárias e de seguro habitacional, ficando sob responsabilidade do FCVS os custos decorrentes do desenvolvimento, implantação, produção e manutenção do referido cadastro.

§ 4º O Conselho Monetário Nacional - CMN editará os atos normativos necessários à administração e manutenção do cadastro a que se refere o § 3º deste artigo." (NR)

**Art. 5º** As instituições do SFH e as instituições credoras do FCVS, com créditos oriundos de contratos de financiamentos imobiliários ativos e inativos, independentemente da adesão a que se refere o § 7º do art. 1º desta Lei, deverão encaminhar, até 31 de dezembro de 1996, as informações necessárias para a constituição do CADMUT, conforme disposto no § 3º do art. 3º da Lei nº 8.100, de 1990, na redação dada por esta Lei.

§ 1º As informações correspondentes aos contratos de financiamentos imobiliários com recursos do SFH, firmados a partir do exercício de 1997, deverão ser encaminhadas mensalmente ao CADMUT.

§ 2º O não-cumprimento do disposto neste artigo importará, para as operações não cadastradas no CADMUT, a perda da prioridade quanto à responsabilização do FCVS.

**Art. 6º** Os créditos correspondentes às dívidas novadas, ressalvado o disposto no § 2º deste artigo e no art. 7º, são livremente negociáveis, na forma do disposto nesta Lei, e poderão ser utilizados para:

I - liquidação, desde que aceitas pelo credor, de dívidas vincendas da mesma espécie daquelas a que se referem as alíneas "a" e "b" do inciso II do art. 3º desta Lei;

II - pagamento de até setenta e cinco por cento da contribuição trimestral dos agentes financeiros do SFH ao FCVS, conforme disposto no inciso II do art. 6º do Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, na redação dada por esta Lei;

III - pagamento do preço de alienação de bens e direitos efetuada no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND, observados os limites estabelecidos em cada leilão para pagamento em moedas de privatização.

§ 1º A utilização dos créditos novados para os fins previstos nos incisos II e III deste artigo ficará limitada àqueles substituídos por dívida caracterizada e vencida na data da novação.

§ 2º As dívidas caracterizadas vincendas, objeto de novação, poderão ser utilizadas para os fins previstos nos incisos II e III deste artigo, desde que substituídas previamente em leilão público por títulos a serem emitidos para este fim, na forma de

regulamentação a ser estabelecida pelo Ministro de Estado da Fazenda.

**Art. 7º** Os créditos novados, relativos a contratos de financiamentos com recursos originários do FGTS e dos demais fundos geridos ou administrados pelo extinto BNH, ficarão caucionados ao Agente Operador até a liquidação dos saldos devedores das correspondentes dívidas.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá dispensar a caução de que trata este artigo quando se tratar de créditos do FGTS.

**Art. 8º** O Conselho Curador do FGTS, por deliberação da maioria absoluta de seus membros, poderá autorizar a CEF, na qualidade de Agente Operador do FGTS, a:

I - receber créditos novados junto ao FCVS, mediante dação em pagamento das dívidas das instituições financiadoras do SFH junto à CEF, excluídas as dívidas decorrentes das contribuições previstas no art. 15 da Lei nº 8.036, de 1990;

II - ceder a terceiros, sem deságio, inclusive mediante financiamento concedido pelo próprio FGTS, os créditos mencionados no inciso anterior;

III - promover amortização extraordinária da dívida de responsabilidade das instituições financiadoras, relativamente às operações de financiamento a mutuários do SFH realizadas com repasses de recursos oriundos do FGTS, em montante correspondente a eventual diferença, se positiva, entre os valores:

a) do saldo devedor residual apurado na data do evento caracterizador da obrigação do FCVS; e

b) do saldo devedor residual de responsabilidade do FCVS, apurado nas condições estabelecidas na alínea "a" do inciso II do § 2º e § 5º do art. 1º desta Lei.

§ 1º A amortização extraordinária prevista no inciso III deste artigo será integralmente assumida pelo FGTS, aplicando-se apenas às instituições financiadoras que exercerem a opção pela novação prevista nesta Lei.

§ 2º O dispositivo previsto no inciso III deste artigo alcança também as dívidas de responsabilidade do FCVS, relativas às operações de financiamento com recursos do FGTS, enquadradas nos conceitos definidos nos incisos I e II do § 1º do art. 1º desta Lei.

**Art. 9º** Não incidirão Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, instituída pela Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, na utilização dos créditos de que trata o art. 6º, como contrapartida da aquisição de bens e direitos no âmbito do PND, observado o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 65 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica ao ganho de capital auferido nas operações de alienação a terceiros dos créditos de que trata o art. 6º desta Lei ou dos bens e direitos adquiridos no âmbito do PND.

**Art. 10.** O valor correspondente aos créditos a que se refere o art. 6º desta Lei será considerado, para efeito de direcionamento obrigatório de recursos de depósitos de poupança, como aplicação em fins habitacionais, enquanto os créditos se encontrarem na titularidade de instituição financeira.

Parágrafo único. Competirá ao CMN baixar as normas necessárias ao ajustamento das posições de direcionamento obrigatório dos recursos de depósitos de poupança, quando houver redução dos saldos de aplicações habitacionais por decorrência da utilização dos créditos a que se refere o **caput** deste artigo.

**Art. 11.** A partir de 1º de março de 1998, somente as instituições financiadoras, que exercerem a opção pela novação prevista nesta Lei, poderão computar, como operações de financiamento habitacional no âmbito do SFH, os créditos junto ao FCVS, para efeito de atendimento da exigibilidade de direcionamento de recursos captados em depósitos de poupança.

**Art. 12.** O art. 6º do Decreto-Lei nº 2.406, de 1988, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.6º.....

.....  
II - a alíquota da contribuição trimestral dos agentes financeiros do SFH, incidente sobre o saldo dos financiamentos concedidos aos mutuários no âmbito desse Sistema, com cobertura do FCVS, existente no último dia do trimestre, será:

- a) de 0,025% (vinte e cinco milésimos por cento), devida desde a criação dessa contribuição, nas operações lastreadas com recursos do FGTS, para os agentes que, até 31 de dezembro de 2000, não estejam captando depósitos de poupança;
- b) 0,1% (um décimo por cento), para os demais agentes.

.....  
§ 1º A partir de 1º de janeiro de 2001 os agentes a que se refere a alínea "a" do inciso II estarão isentos da contribuição trimestral ao FCVS.

§ 2º A contribuição trimestral ao FCVS no percentual fixado na alínea "b" do inciso II deste artigo é devida desde 26 de setembro de 1996, podendo ser paga, em até setenta e cinco por cento, com títulos recebidos da quitação da dívida do FCVS para com os agentes financeiros.

§ 3º Enquanto não for efetivada a primeira novação da dívida do FCVS, o valor que corresponder a até setenta e cinco por cento da contribuição trimestral referida na alínea "b" do inciso II deste artigo não será exigido.

§ 4º O valor da parcela de contribuição a que se refere o § 2º deste artigo será remunerado pelo mesmo índice de atualização dos saldos de caderneta de poupança com data de crédito de rendimento no dia 1º de cada mês, acrescido de juros correspondentes à taxa dos títulos recebidos na primeira novação, incidindo desde o último dia do trimestre de referência da contribuição até o dia do efetivo pagamento." (NR)

**Art. 13.** O saldo de recursos existente no FUNDHAB será transferido ao FCVS para liquidar as obrigações remanescentes do extinto Seguro de Crédito do SFH.

**Art. 14.** Ficam extintas as contribuições ao FUNDHAB.

**Art. 15.** Nos financiamentos concedidos a mutuário do SFH, vinculados a operações com recursos do FGTS caucionadas à CEF, na qualidade de Agente Operador do FGTS, fica o Tesouro Nacional autorizado a assumir e a emitir títulos em favor da CEF, com as características descritas nos incisos I a III do § 2º do art. 1º desta Lei, em ressarcimento às parcelas do **pro rata** correspondentes à diferença entre os valores do saldo devedor contábil da operação de financiamento habitacional e o saldo devedor residual de responsabilidade do FCVS, ambos apurados por esse Fundo, sem prejuízo do disposto no § 5º do art. 1º desta Lei.

§ 1º Os recursos de que trata o **caput** deste artigo serão integralizados na proporção em que forem apurados pela administradora do FCVS.

§ 2º A CEF promoverá o repasse, ao FGTS, dos créditos recebidos do Tesouro Nacional na mesma data de seu recebimento.

**Art. 16.** A partir de 15 de dezembro de 1998, mediante acordo entre as partes, as instituições financiadoras do SFH poderão conceder aos mutuários que tenham firmado contrato com previsão de cobertura de eventuais saldos devedores residuais pelo FCVS, no prazo de até 30 de dezembro de 2000, liquidação antecipada de sua dívida, mediante pagamento de montante correspondente a cinquenta por cento do saldo devedor contábil da operação, atualizado **pro rata die** da data do último reajuste até a data da liquidação, ou de montante correspondente ao valor atual das prestações vincendas.

§ 1º Na obtenção do valor atual das prestações vincendas, serão considerados o prazo remanescente do contrato na data do evento, a taxa nominal de juros contratual e a prestação de amortização e juros, corrigida **pro rata die**, com base no índice de remuneração básica aplicado às cadernetas de poupança, a contar da data do último reajustamento aplicado ao encargo mensal até a data da liquidação antecipada.

§ 2º As instituições financiadoras suportarão valores equivalentes a vinte por cento do saldo devedor contábil da operação atualizado na forma do **caput** deste artigo, sendo



facultado a elas arcar com os valores remanescentes de responsabilidade do FCVS.

§ 3º Após deduzidas as parcelas assumidas pelos mutuários e pelas instituições financiadoras, na forma deste artigo, os saldos residuais de responsabilidade do FCVS, resultante das liquidações antecipadas previstas no **caput**, poderão ser novados antecipadamente pela União, nos termos desta Lei, independentemente da restrição imposta pelo § 8º do art. 1º.

§ 4º Aos créditos referidos no parágrafo anterior não se aplica a restrição imposta às dívidas caracterizadas vincendas, de que trata o § 2º do art. 6º desta Lei.

§ 5º A liquidação do saldo devedor de que trata o **caput** poderá, alternativamente, ser efetuada mediante novação da dívida nas condições estabelecidas no § 4º do art. 2º desta Lei, mantendo-se o mesmo registro hipotecário, extinguindo-se a responsabilidade do FCVS sobre o referido saldo.

**Art. 17.** A partir de 12 de junho de 1998, alternativamente ao disposto no art. 2º da Lei nº 8.004, de 14 de março de 1990, com a redação dada pelo art. 19 desta Lei, as transferências de contratos do SFH que tenham cobertura do FCVS poderão ser efetuadas, por acordo entre as partes, mediante a assunção pelo novo mutuário de montante equivalente a setenta por cento do saldo devedor contábil da operação, atualizado **pro rata die** da data do último reajuste até a data da transferência, observados os requisitos legais e regulamentares da casa própria, vigentes para novas contratações, inclusive quanto à demonstração da capacidade de pagamento do cessionário em relação ao valor do novo encargo mensal.

§ 1º O saldo remanescente da aplicação do disposto no **caput** deste artigo será assumido integralmente pelo FCVS na forma de participação antecipada e ressarcido às instituições financiadoras com créditos dotados das mesmas características constantes do § 2º do art. 1º, independentemente de a instituição ter optado pela novação prevista nesta Lei.

§ 2º Efetivada a transferência, cessa a responsabilidade do FCVS relativamente ao contrato transferido, devendo tal condição constar dos instrumentos respectivos.

**Art. 18.** Os valores suportados pelas instituições financiadoras do SFH em decorrência da implantação das novações antecipadas estabelecidas no art. 2º, das liquidações antecipadas na forma do art. 16 e das transferências de contratos previstas no art. 17 desta Lei poderão ser diferidos em vinte semestres.

**Art. 19.** O parágrafo único do art. 1º e os arts. 2º, 3º e 5º da Lei nº 8.004, de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.....

Parágrafo único. A formalização de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão relativas a imóvel financiado através do SFH dar-se-á em ato

concomitante à transferência do financiamento respectivo, com a interveniência obrigatória da instituição financiadora." (NR)

"Art. 2º Nos contratos que tenham cláusula de cobertura de eventual saldo devedor residual pelo FCVS, a transferência dar-se-á mediante simples substituição do devedor, mantidas para o novo mutuário as mesmas condições e obrigações do contrato original, desde que se trate de financiamento destinado à casa própria, observando-se os requisitos legais e regulamentares, inclusive quanto à demonstração da capacidade de pagamento do cessionário em relação ao valor do novo encargo mensal.

§ 1º Além do disposto no **caput**, o valor do encargo mensal para o novo mutuário será atualizado **pro rata die**, a contar da data do último reajustamento desse encargo até a data da formalização da transferência, com base no índice de atualização das contas de poupança mantidas no Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo - SBPE, e acrescido da quinta parte do valor atualizado do encargo, observando que:

a) o acréscimo da quinta parte do valor do encargo atualizado será integralmente direcionado à elevação da parcela correspondente à prestação de amortização e juros e, quando devida, da contribuição mensal ao FCVS;

b) nos contratos enquadrados no Plano de Equivalência Salarial, instituído pelo Decreto-Lei nº 2.164, de 19 de setembro de 1984, o enquadramento na categoria profissional do novo mutuário dar-se-á a partir da data da transferência;

c) na aplicação do primeiro reajuste do encargo mensal, após a transferência, nos contratos não enquadrados na alínea anterior, será compensada a atualização **pro rata die** de que trata o **caput** deste inciso.

§ 2º Nas transferências dos contratos de financiamento da casa própria que não tenham cobertura de eventual saldo devedor residual pelo FCVS, e daqueles não enquadrados na Lei nº 8.692, de 1993, aplicam-se as condições previstas no **caput** e no parágrafo anterior.

§ 3º Nas transferências de que trata o **caput** deste artigo, as instituições financiadoras ficam dispensadas da observância das seguintes exigências:

a) limite máximo de financiamento, desde que não haja desembolso adicional de recursos;

b) limite máximo de preço de venda ou de avaliação do imóvel objeto da transferência;

c) localização do imóvel no domicílio do comprador." (NR)

Art. 3º A critério da instituição financiadora, as transferências poderão ser efetuadas mediante assunção, pelo novo mutuário, do saldo devedor contábil da operação, atualizado **pro rata die** da data do último reajuste até a data da transferência, observados os percentuais de pagamento previstos no **caput** e nos incisos I, II e III do art. 5º desta Lei e os requisitos legais e regulamentares da casa própria, vigentes para novas contratações, inclusive quanto à demonstração da capacidade de pagamento do cessionário em relação ao valor do novo encargo mensal." (NR)

"Art. 5º O mutuário do SFH que tenha firmado contrato até 31 de março de 1990 com cláusula de cobertura de eventuais saldos devedores residuais pelo FCVS poderá, no prazo máximo de um ano, liquidar antecipadamente sua dívida, mediante pagamento de valor correspondente a:

I - contratos firmados até 28 de fevereiro de 1986: cinquenta por cento do saldo devedor contábil da operação, atualizado **pro rata die** da data do último reajuste até a data da liquidação;

II - contratos firmados de 1º de março de 1986 até 31 de dezembro de 1988: sessenta por cento do saldo devedor contábil da operação, atualizado **pro rata die** da data do último reajuste até a data da liquidação;

III - contratos firmados de 1º de janeiro de 1989 até 31 de março de 1990: setenta por cento do saldo devedor contábil da operação, atualizado **pro rata die** da data do último reajuste até a data da liquidação.

§ 1º A critério do mutuário, a liquidação antecipada dos saldos devedores dos contratos firmados até 28 de fevereiro de 1986, que tenham cláusula de cobertura de eventuais saldos devedores residuais pelo FCVS, poderá ser efetivada, alternativamente, mediante o pagamento do montante equivalente ao valor total das mensalidades vincendas, que será integralmente utilizado para amortizar o saldo devedor, inexistindo qualquer repasse para a apólice do seguro do SFH, cuja cobertura se encerra no momento da liquidação do contrato.

....." (NR)

Art. 20. As transferências no âmbito do SFH, à exceção daquelas que envolvam contratos enquadrados nos planos de reajustamento definidos pela Lei nº 8.692, de 28 de julho de 1993, que tenham sido celebradas entre o mutuário e o adquirente até 25

de outubro de 1996, sem a interveniência da instituição financiadora, poderão ser regularizadas nos termos desta Lei.

**Parágrafo único.** A condição de cessionário poderá ser comprovada junto à instituição financiadora, por intermédio de documentos formalizados junto a Cartórios de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, ou de Notas, onde se caracterize que a transferência do imóvel foi realizada até 25 de outubro de 1996.

**Art. 21.** É assegurado aos promitentes compradores de unidades habitacionais, cujas propostas de transferência de financiamento tenham sido formalizadas junto aos agentes financeiros do SFH até 25 de outubro de 1996, o direito de optarem pela concretização da operação nas condições vigentes até a referida data.

**Art. 22.** Na liquidação antecipada de dívida de contratos do SFH, inclusive aquelas que forem efetuadas com base no saldo que remanescer da aplicação do disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 2º desta Lei, o comprador de imóvel, cuja transferência foi efetuada sem a interveniência da instituição financiadora, equipara-se ao mutuário final, para todos os efeitos inerentes aos atos necessários à liquidação e habilitação junto ao FCVS, inclusive quanto à possibilidade de utilização de recursos de sua conta vinculada do FGTS, em conformidade com o disposto no inciso VI do art. 20 da Lei nº 8.036, de 1990.

§ 1º A condição de cessionário poderá ser comprovada junto à instituição financiadora, por intermédio de documentos formalizados junto a Cartórios de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, ou de Notas, onde se caracterize que a transferência do imóvel foi realizada até 25 de outubro de 1996.

§ 2º Para os fins a que se refere o parágrafo anterior, poderá ser admitida a apresentação dos seguintes documentos:

I - contrato particular de cessão de direitos ou de promessa de compra e venda, com firma reconhecida em cartório em data anterior à liquidação do contrato, até 25 de outubro de 1996;

II - procuração por instrumento público outorgada até 25 de outubro de 1996, ou, se por instrumento particular, com firma reconhecida em cartório até 25 de outubro de 1996.

**Art. 23.** Os contratos firmados no SFH, sem cobertura do FCVS, poderão, a critério da instituição financiadora, ser novados entre as partes, estabelecendo-se novas condições financeiras relativas a prazo, taxa nominal de juros, apólice de seguro, sistema de amortização e plano de reajuste, preservando-se para a operação, enquanto existir saldo devedor, a prerrogativa de os mutuários utilizarem os recursos da conta vinculada do FGTS nas modalidades previstas nos incisos V e VI do art. 20 da Lei nº 8.036, de 1990.

**Parágrafo único.** O contrato objeto de renegociação será formalizado por meio de instrumento particular de aditamento contratual, com força de escritura pública, dispensando-se

registro, averbação ou arquivamento no Registro de Imóveis e no Registro de Títulos e Documentos.

**Art. 24.** A Lei nº 8.692, de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.21.....  
.....

§ 2º Para efeito de registro e averbação de contratos de financiamentos para moradia, as taxas e emolumentos serão cobrados de acordo com os seguintes critérios:

a) até zero vírgula um por cento sobre o valor do financiamento, quando os contratos forem celebrados no âmbito de programas custeados com recursos do FGTS, compreendidos ou não no SFH;

b) até um por cento incidente sobre o valor do negócio jurídico, incluindo as parcelas financiadas e não financiadas, nos demais contratos pactuados no âmbito do SFH." (NR)

"Art. 31-A. Na aquisição de unidades residenciais destinadas ao público de baixa renda e de suas unidades comerciais complementares, a serem construídas em terrenos cujo valor esteja incluído no preço final de cada unidade, na forma das diretrizes fixadas pela entidade pública adquirente, as propostas serão julgadas, observadas a lei geral de licitações em função do preço global final, calculado por metro quadrado construído, considerando todos os insumos que o compõem." (NR)

**Art. 25.** Fica assegurada à CEF o recebimento mensal do FCVS de taxa de administração pelos serviços prestados ao Fundo, a ser definida pelo Conselho Curador do FCVS.

**Art. 26.** Fica assegurada à CEF o recebimento mensal do FCVS de taxa de administração pelos serviços prestados ao extinto FUNDHAB, correspondente ao período de agosto de 1992 a setembro de 1996, a ser definida pelo Conselho Curador do FCVS.

**Art. 27.** O FCVS será regido segundo normas e diretrizes estabelecidas por um Conselho Curador, a ser regulamentado em ato do Poder Executivo, que disporá sobre a estrutura, funcionamento e competência do colegiado.

§ 1º Além das atribuições definidas no ato regulamentador a que se refere o **caput**, competirá ao Conselho Curador do FCVS - CCFCVS, relativamente a contratos de financiamentos habitacionais cujo equilíbrio da apólice do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação esteja sob garantia do FCVS:

I - julgar, em instância administrativa única, os litígios decorrentes da aplicação das condições de cobertura, normas e rotinas desse seguro;

II - dirimir as questões relacionadas à operacionalização desse seguro, bem como decidir sobre o tratamento a ser dado aos casos omissos relativos à regulação de sinistros.

§ 2º O CCFCVS poderá delegar as competências referidas no § 1º deste artigo a um comitê de recursos integrante de sua estrutura.

§ 3º Fica a CEF autorizada a promover, nos parcelamentos de dívidas autorizados pelo CCFCVS, o encontro de contas entre débitos relativos a prêmios devidos pelos agentes do SFH e créditos correspondentes a indenizações retidas dos agentes financeiros perante o Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação.

**Art. 28.** Compete ao CMN dispor sobre a aplicação dos recursos provenientes da captação em depósitos de poupança pelas entidades integrantes do SBPE, nos termos da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.

Parágrafo único. Ficam convalidados todos os atos do CMN que dispuseram sobre a aplicação dos recursos de que trata o **caput**.

**Art. 29.** O FCVS é autorizado a transferir ao Tesouro Nacional Letras Hipotecárias, de emissão da CEF, ficando credor da União em valor equivalente.

Parágrafo único. A União pagará a dívida decorrente da transferência dos ativos de que trata este artigo mediante a securitização das obrigações, pelo Tesouro Nacional, observadas as condições previstas no art. 1º desta Lei, mantendo a equivalência econômica entre os ativos.

**Art. 30.** Fica a CEF autorizada a participar minoritariamente, observada a legislação pertinente, na composição do capital acionário de sociedade anônima que tenha por objeto social a securitização de créditos hipotecários e imobiliários.

**Art. 31.** O prazo de um ano a que se refere o art. 5º da Lei nº 8.004, de 1990, com a redação dada por esta Lei, contar-se-á a partir de 31 de março de 1997.

**Art. 32.** O Ministro de Estado da Fazenda e o CMN expedirão, no âmbito das respectivas competências, as instruções que se fizerem necessárias à execução das disposições desta Lei, inclusive com relação aos prazos.

**Art. 33.** Fica a União autorizada, a exclusivo critério do Ministério da Fazenda, a compensar os créditos decorrentes dos contratos de refinanciamento de que trata a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, com créditos detidos pelas Unidades da Federação e que tenham sido objeto da novação a que se refere esta Lei.

Parágrafo único. Na compensação, observar-se-ão os seguintes critérios:

I - os créditos remunerados à Taxa Referencial - TR acrescida de juros à taxa efetiva de seis vírgula dezessete por cento ao ano serão aceitos pelo seu valor de face;

II - os créditos remunerados à Taxa Referencial - TR acrescida de juros à taxa efetiva de três vírgula doze por cento ao ano serão aceitos com deságio sobre seu valor de face a ser estabelecido pelo Ministério da Fazenda.

**Art. 34.** A prerrogativa prevista no inciso II do art. 6º do Decreto-Lei nº 2.406, de 1988, somente poderá ser exercida pelos agentes financiadores que se manifestarem pela novação e se encontrarem em dia com as contribuições ao FCVS, nos termos desta Lei.

**Art. 35.** Os emolumentos devidos em todos os atos de que trata a Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973, relacionados com o Programa instituído pela Medida Provisória nº 1.944-19, de 21 de setembro de 2000, serão reduzidos em cinquenta por cento.

**Art. 36.** Fica facultado aos entes públicos estaduais e municipais, desde que obtidas as autorizações legislativas pertinentes, alocarem recursos próprios em empreendimentos habitacionais específicos enquadrados no Programa de que trata a Medida Provisória nº 1.944-19, de 2000.

§ 1º Na hipótese do **caput** deste artigo, os recursos serão aplicados para subsidiar a produção ou recuperação de unidades habitacionais, com o propósito de adequar seu valor unitário às metas e parâmetros estabelecidos pelos órgãos e entidades competentes no âmbito federal e, no que couber, estadual ou municipal, para o Programa de que trata a Medida Provisória nº 1.944-19, de 2000, a fim de evitar operação suplementar do arrendatário.

§ 2º Os recursos aportados pelos entes públicos estaduais ou municipais serão aplicados em empreendimentos habitacionais enquadrados no Programa, localizados no Estado ou Município de que forem provenientes, vedada a sua transferência para outras localidades ou a sua retenção ou dispêndio a qualquer outro título.

**Art. 37.** As operações celebradas pelos Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades a eles vinculadas, destinadas à contratação de mão-de-obra para construção ou reforma de imóveis enquadradas no Programa instituído pela Medida Provisória nº 1.944-19, de 2000, ficam dispensadas de adotar os procedimentos específicos da lei geral de licitações, desde que observadas a regulamentação e os princípios de legalidade, finalidade, razoabilidade, moralidade administrativa e interesse público.

**Art. 38.** Ficam as instituições financeiras captadoras de depósitos à vista e que operem crédito imobiliário autorizadas a promover Arrendamento Imobiliário Especial com Opção de Compra dos imóveis que tenham arrematado, adjudicado ou recebido em dação em pagamento por força de financiamentos habitacionais por elas concedidos.

§ 1º Entende-se por Arrendamento Imobiliário Especial com Opção de Compra a operação em que o arrendatário se compromete a

pagar ao arrendador, mensalmente e por prazo determinado, contraprestações pela ocupação do imóvel com direito ao exercício de opção de compra no final do prazo contratado.

§ 2º O arrendamento de que trata este artigo poderá ser contratado com o ex-proprietário, com o ocupante a qualquer título ou com terceiros, com base no valor de mercado do bem, atestado em laudo de avaliação passado por profissional habilitado no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA, com atribuição para avaliação imobiliária.

**Art. 39.** Os contratos de Arrendamento Imobiliário Especial com Opção de Compra conterão, necessariamente, cláusulas dispendo sobre o seguinte:

I - descrição do imóvel arrendado com todas as características que permitam a sua perfeita identificação;

II - prazos do arrendamento especial e do exercício da opção de compra;

III - direito de opção de compra, o preço de compra ou o critério para a fixação desse valor;

IV - valor da prestação mensal do arrendamento, bem assim critérios e periodicidade para sua atualização;

V - valor das despesas e dos encargos adicionais incidentes;

VI - direito da arrendadora, por si ou por prepostos formalmente autorizados, de proceder vistorias periódicas no imóvel arrendado, bem como de exigir do arrendatário, no prazo que lhe for fixado, a adoção de providências destinadas à preservação da integridade do bem;

VII - obrigações e responsabilidades do arrendatário e as sanções decorrentes do descumprimento do contrato de arrendamento;

VIII - hipóteses de rescisão contratual;

IX - previsão de não devolução dos valores pagos nos casos de rescisão contratual ou de desistência do arrendatário.

Parágrafo único. Os contratos celebrados no âmbito do programa de arrendamento imobiliário especial com opção de compra, incluindo os de dação em pagamento de imóveis destinados ao arrendamento, serão formalizados por instrumento particular com força de escritura pública.

**Art. 40.** A falta de pagamento de três parcelas mensais constitui o arrendatário em mora de pleno direito, configurando o esbulho possessório que autoriza o arrendador a promover a reintegração de posse.



**Art. 41.** Aplicam-se ao Arrendamento Imobiliário Especial com Opção de Compra, no que couber, as disposições referentes ao arrendamento mercantil e ao Programa de Arrendamento Residencial.

**Art. 42.** O Conselho Monetário Nacional, o Banco Central do Brasil e a Secretaria da Receita Federal, no âmbito de suas respectivas competências, poderão baixar as normas necessárias à implementação do disposto nesta Lei a respeito das operações de Arrendamento Imobiliário Especial com Opção de Compra.

**Art. 43.** Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 1.981-54, de 23 de novembro de 2000.

**Art. 44.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 45.** Fica revogado o art. 6º da Lei nº 8.004, de 14 de março de 1990.

(\*) EM DESTAQUE AS PARTES VETADAS

### **VETO PARCIAL Nº 40, DE 2000**

aposto ao

**Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2000**

**(nº 3.156/2000, na Casa de origem)**

**(Mensagem nº 1.326/2000-CN – nº 2.088/2000)**

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1º do artigo 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente o Projeto de Lei nº 3.156, de 2000 (nº 47/00 no Senado Federal), que "Altera dispositivos da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas".

Ouvido, o Ministério da Justiça assim se manifestou:

§ 5º do art. 9º da Lei nº 9.294/96, alterado no art. 1º do projeto:

"Art. 1º .....

Art. 9º .....

§ 5º As sanções previstas neste artigo não serão interpretadas nem aplicadas de forma a embaraçar o princípio da plena liberdade de informação jornalística, em qualquer veículo de comunicação social, ou que implique censura ao conteúdo editorial e da

programação de órgão de mídia, nem constituir óbice ao livre exercício profissional da atividade jornalística e aos meios de comunicação de massa.”

#### **Razões do veto**

“A redação dada ao § 5º do art. 9º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, contém regra de tal impropriedade de técnica legislativa e de conteúdo inócuo que o interesse público não recomenda sua manutenção. Quis o legislador prevenir-se de contendas judiciais acerca da constitucionalidade das normas projetadas por meio de evocação fundada na norma constante do § 1º do art. 220 da Lei Maior, que se dirige ao legislador, mas que não se presta para afirmar a constitucionalidade do direito posto, mediante regra interpretativa.”

O Ministério da Justiça, no que foi seguido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acrescentou veto aos seguintes dispositivos:

#### **Art. 2º**

“Art. 2º Os trabalhadores ou produtores fumageiros que forem prejudicados em consequência dos efeitos econômicos desta Lei serão deslocados para atividades compatíveis e receberão ajuda proveniente de recursos de fomento agrícola e de combate ao desemprego, de origem pública e privada, a serem criados.”

#### **Razões do veto**

“Igualmente, o art. 2º da proposta, que parece impor aos trabalhadores ou produtores fumígenos o desempenho de outra atividade, descurando-se da vontade destes, como se o Estado pudesse, a seu talante, direcionar a atividade que esses exercerão em virtude de restrição legal que pode acarretar consequências em seu mister. Não se pode esquecer que o art. 5º, XIII, da Carta Política, assegura o livre exercício de qualquer trabalho ou ofício, o que, pelo menos, não poderia emprestar à norma, em sua leitura literal, contorno compatível com a Constituição. Não bastasse isso, a regra projetada é inócua, porque está condicionada à edição de diploma legal que possibilite a ajuda financeira ali descrita.”

#### **Art. 3º**

“Art. 3º A União adotará políticas de incentivos fiscais, creditícios e tecnológicos visando a criação de culturas alternativas à do fumo, bem como deverá estabelecer políticas de compensação financeira para os Estados e municípios pelas possíveis perdas de receitas tributárias decorrentes da execução desta Lei.”

#### **Razões do veto**

“Por fim, o art. 3º do projeto, que sinaliza para a adoção de incentivos fiscais, creditícios e tecnológicos para a criação de culturas alternativas à do fumo e o estabelecimento de políticas de compensação financeira para os Estados e Municípios pelas possíveis perdas de receitas tributárias, condicionadas, também, à edição de norma legal, é um perigoso precedente, que permite ao intérprete a incorreta ilação de que a União toda vez que a ação do legislador, por norma restritiva, tiver consequências financeiras prejudiciais deve arcar com o ônus que dela decorre, ainda que tal regra deflua do próprio texto constitucional. O dispositivo contraria o interesse público, devendo, portanto, ser vetado.”

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 27 de dezembro de 2000.



(\*) PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2000  
(nº 3.156/2000, na Casa de origem)

Altera dispositivos da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

§ 2º É vedado o uso dos produtos mencionados no caput nas aeronaves e demais veículos de transporte coletivo. (NR)

"Art. 3º A propaganda comercial dos produtos referidos no artigo anterior só poderá ser efetuada através de pôsteres, painéis e cartazes, na parte interna dos locais de venda. (NR)

§ 1º .....

IV - não associar o uso do produto à prática de atividades esportivas, olímpicas ou não, nem sugerir ou induzir seu consumo em locais ou situações perigosas, abusivas ou ilegais; (NR)

VI - não incluir a participação de crianças ou adolescentes. (NR).

§ 3º A embalagem, exceto se destinada à exportação, e o material de propaganda referido neste artigo conterão a advertência mencionada no parágrafo anterior. (NR)

§ 5º A advertência a que se refere o § 2º deste artigo, escrita de forma legível e ostensiva, será sequencialmente usada de modo simultâneo ou rotativo, nesta última hipótese variando, no máximo, a cada cinco meses. (NR) "

"Art. 3º A Quanto aos produtos referidos no art. 2º desta Lei, são proibidos:

I - a venda por via postal;

II - a distribuição de qualquer tipo de amostra ou brinde;

III - a propaganda por meio eletrônico, inclusive internet;

IV - a realização de visita promocional ou distribuição gratuita em estabelecimento de ensino ou local público;

V - o patrocínio de atividade cultural ou esportiva;

VI - a propaganda fixa ou móvel em estúdio, pista, palco ou local similar;

VII - a propaganda indireta contratada, também denominada *merchandising*, nos programas produzidos no País após a publicação desta Lei, em qualquer horário;

VIII - a comercialização em estabelecimentos de ensino e de saúde.

Parágrafo único. O disposto nos incisos V e VI deste artigo entrará em vigor em 1º de janeiro de 2003, no caso de eventos esportivos internacionais e culturais, desde que o patrocinador seja identificado apenas com a marca do produto ou fabricante, sem recomendação de consumo."

"Art. 3ºB Somente será permitida a comercialização de produtos fumígenos que ostentem em sua embalagem a identificação junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, na forma do regulamento."

"Art. 9º Aplicam-se ao infrator desta Lei, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação em vigor, especialmente no Código de Defesa do Consumidor e na Legislação de Telecomunicações, as seguintes sanções: (NR)

.....

V - multa, de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), aplicada conforme a capacidade econômica do infrator; (NR)

VI - suspensão da programação da emissora de rádio e televisão, pelo tempo de dez minutos, por cada minuto ou fração de duração da propaganda transmitida em desacordo com esta Lei, observando-se o mesmo horário.

.....

§ 3º Considera-se infrator, para os efeitos desta Lei, toda e qualquer pessoa natural ou jurídica que, de forma direta ou indireta, seja responsável pela divulgação da peça publicitária ou pelo respectivo veículo de comunicação. (NR)

§ 4º Compete à autoridade sanitária municipal aplicar as sanções previstas neste artigo, na forma do art. 12 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, ressalvada a competência exclusiva ou concorrente:

I - do órgão de vigilância sanitária do Ministério da Saúde, inclusive quanto às sanções aplicáveis às agências de publicidade, responsáveis por propaganda de âmbito nacional;

II - do órgão de regulamentação da aviação civil do Ministério da Defesa, em relação a infrações verificadas no interior de aeronaves;

III - do órgão do Ministério das Comunicações responsável pela fiscalização das emissoras de rádio e televisão;

IV - do órgão de regulamentação de transportes do Ministério dos Transportes, em relação a infrações ocorridas no interior de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários de passageiros.

§ 5º As sanções previstas neste artigo não serão interpretadas nem aplicadas de forma a embarçar o princípio da plena liberdade de informação jornalística, em qualquer veículo de comunicação social, ou que implique censura ao conteúdo editorial e da programação de órgão de mídia, nem constituir óbice ao livre exercício profissional da atividade jornalística e aos meios de comunicação de massa."

Art. 2º Os trabalhadores ou produtores fumageiros que forem prejudicados em consequência dos efeitos econômicos desta Lei serão deslocados para atividades compatíveis e receberão ajuda proveniente de recursos de fomento agrícola e de combate ao desemprego, de origem pública e privada, a serem criados.

Art. 3º A União adotará políticas de incentivos fiscais, creditícios e tecnológicos visando a criação de culturas alternativas à do fumo, bem como deverá estabelecer políticas de compensação financeira para os Estados e municípios pelas possíveis perdas de receitas tributárias decorrentes da execução desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

(\*) EM DESTAQUE AS PARTES VETADAS

**VETO PARCIAL Nº 41, DE 2000**  
**aposto ao**  
**Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2000**  
**(nº 3.745/2000, na Casa de origem)**

**(Mensagem nº 1.327/2000-CN – nº 2.099/2000, na origem)**

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1º do artigo 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente o Projeto de Lei nº 117, de 2000 (nº 3.745/2000 na Câmara dos Deputados), que "Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências".

Ouvidos, os Ministérios da Justiça, da Agricultura e do Abastecimento e dos Transportes assim se manifestaram sobre os dispositivos a seguir vetados:

**Itens 21 e 22 do Anexo VIII:**

ANEXO VIII

---

21	Atividades Agropecuárias	- projeto agrícola; criação intensiva de animais.	Médio
22	Obras de Infra-Estrutura	- rodovias, ferrovias, hidrovias, metropolitanos; barragens e diques; canais para drenagem; retificação de curso d'água; abertura de barras, embocaduras e canais, transposição de bacias hidrográficas; outras obras de arte; distrito e pólo industrial.	Médio



### Razões do veto

“O item 21 do Anexo VIII do projeto sob exame, ao referir “projeto agrícola” e “criação intensiva de animais”, contempla universo vasto e indeterminado, incompatível com princípios constitucionais tributários inafastáveis pelo legislador ordinário, tais como o princípio da legalidade e o da não-surpresa, entre outros. Isso porque o simples projeto agrícola, mera conjectura – e não “atividade” para os fins do art. 17-C do próprio projeto –, que apenas em tese poderá vir a ser poluidora, não pode ensejar a cobrança da taxa em causa.

A seu turno, “criação intensiva de animais” é conceito de imensurável amplitude, por isso mesmo podendo implicar situações de difícil previsibilidade o que, por si só, denota falta de razoabilidade. Em outras palavras, criadores de espécies em nada ofensivas ao meio ambiente podem ser surpreendidos por exação em face de – efetiva ou potencial – poluição ambiental.

E, registre-se, foi essa indefinição um dos principais fundamentos do deferimento de medida liminar no seio da ADIn nº 2.178, ajuizada, justamente, contra a original Taxa de Fiscalização Ambiental do Ibama. Mais: o projeto da nova taxa, tal qual concebido pelo Poder Executivo, norteou-se pela preocupação em adequar-se à jurisprudência do Excelso Pretório. É o que se depreende de maneira cristalina da Exposição de Motivos nº 079/GM/MAA/2000, *verbis*:

“10. Soluciona também o presente projeto a crítica referente à indefinição do universo de contribuintes, que se levantava contra a taxa da Lei nº 9.960, de 2000, vez que as atividades cujos empreendedores se sujeitam à tributação vêm agora definidas no anexo VIII da própria lei.”

Por sua vez, o item 22 é maculado por duas inconstitucionalidades, a saber:

(1) ao fazer referência a “rodovias, ferrovias, hidrovias, metropolitanos – o projeto procede a uma discriminação desarrazoada entre as rodovias, ferrovias e hidrovias que são metropolitanas de todas aquelas outras que não o são. A União Federal poderia vir a ser, a um só tempo, sujeito ativo e passivo da obrigação tributária, máxime em face de eventual e futura revogação da isenção constante do art. 17-F do projeto;

(2) “distrito e pólo industrial” são meras ficções jurídicas que, *de per se*, não ensejam a incidência do gravame tributário em causa, porquanto, justamente por sua abstração – dado que não passam de áreas idealmente previstas no plano diretor – nada poluem, ainda que potencialmente. São as empresas que lá vierem a se instalar que serão sujeitos passivos da taxa, estas sim – ao menos potencialmente – poluidoras e, muito provavelmente, já enquadradas nos itens remanescentes do Anexo VIII do projeto.

Ademais os itens 21 e 22 do Anexo VIII mencionam atividades sujeitas ao licenciamento de diversos órgãos públicos federais, em razão do que, por vezes, são devidas outras taxas pelo exercício do poder de polícia do Estado. Assim, a manutenção destes dispositivos poderia gerar duplicidade de cobrança da exação em causa.”

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 27 de dezembro de 2000.



(\*) PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 117, DE 2000

(nº 3.745/2000 , na Casa de origem)

Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Os arts. 17-B, 17-C, 17-D, 17-F, 17-G, 17-H, 17-I e 17-O da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17-B. Fica instituída a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA, cujo fato gerador é o exercício regular do poder de polícia conferido ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama para controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais.”(NR)

“§ 1º Revogado.”

“§ 2º Revogado.”

“Art. 17-C. É sujeito passivo da TCFA todo aquele que exerça as atividades constantes do Anexo VIII desta Lei.” (NR)

“§ 1º O sujeito passivo da TCFA é obrigado a entregar até o dia 31 de março de cada ano relatório das atividades exercidas no ano anterior, cujo modelo será definido pelo Ibama, para o fim de colaborar com os procedimentos de controle e fiscalização.” (NR)

“§ 2º O descumprimento da providência determinada no § 1º sujeita o infrator a multa equivalente a vinte por cento da TCFA devida, sem prejuízo da exigência desta.”(NR)

“§ 3º Revogado.”

“Art. 17-D. A TCFA é devida por estabelecimento e os seus valores são os fixados no Anexo IX desta Lei.” (NR)

“§ 1º Para os fins desta Lei, consideram-se:” (AC)\*

“I – microempresa e empresa de pequeno porte, as pessoas jurídicas que se enquadrem, respectivamente, nas descrições dos incisos I e II do *caput* do art. 2º da Lei nº 9.841, de 5 de outubro de 1999;” (AC)

“II – empresa de médio porte, a pessoa jurídica que tiver receita bruta anual superior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) e igual ou inferior a R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais);” (AC)

“III – empresa de grande porte, a pessoa jurídica que tiver receita bruta anual superior a R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais).” (AC)

“§ 2º O potencial de poluição (PP) e o grau de utilização (GU) de recursos naturais de cada uma das atividades sujeitas à fiscalização encontram-se definidos no Anexo VIII desta Lei.” (AC)

“§ 3º Caso o estabelecimento exerça mais de uma atividade sujeita à fiscalização, pagará a taxa relativamente a apenas uma delas, pelo valor mais elevado.” (AC)

“Art. 17-F. São isentas do pagamento da TCFA as entidades públicas federais, distritais, estaduais e municipais, as entidades filantrópicas, aqueles que praticam agricultura de subsistência e as populações tradicionais.” (NR)

“Art. 17-G. A TCFA será devida no último dia útil de cada trimestre do ano civil, nos valores fixados no Anexo IX desta Lei, e o recolhimento será efetuado em conta bancária vinculada ao Ibama, por intermédio de documento próprio de arrecadação, até o quinto dia útil do mês subsequente.” (NR)

“Parágrafo único. Revogado.”

“Art. 17-H. A TCFA não recolhida nos prazos e nas condições estabelecidas no artigo anterior será cobrada com os seguintes acréscimos:” (NR)

“I – juros de mora, na via administrativa ou judicial, contados do mês seguinte ao do vencimento, à razão de um por cento;” (NR)

“II – multa de mora de vinte por cento, reduzida a dez por cento se o pagamento for efetuado até o último dia útil do mês subsequente ao do vencimento;” (NR)

“III – encargo de vinte por cento, substitutivo da condenação do devedor em honorários de advogado, calculado sobre o total do débito inscrito como Dívida Ativa, reduzido para dez por cento se o pagamento for efetuado antes do ajuizamento da execução.” (AC)

“§ 1º-A. Os juros de mora não incidem sobre o valor da multa de mora.” (AC)

“§ 1º Os débitos relativos à TCFA poderão ser parcelados de acordo com os critérios fixados na legislação tributária, conforme dispuser o regulamento desta Lei.” (NR)

“Art. 17-I. As pessoas físicas e jurídicas que exerçam as atividades mencionadas nos incisos I e II do art. 17 e que não estiverem inscritas nos respectivos cadastros até o último dia útil do terceiro mês que se seguir ao da publicação desta Lei incorrerão em infração punível com multa de:” (NR)

“I – R\$ 50,00 (cinquenta reais), se pessoa física;” (AC)

“II – R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), se microempresa;” (AC)

“III – R\$ 900,00 (novecentos reais), se empresa de pequeno porte;” (AC)

“IV – R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais), se empresa de médio porte;” (AC)

“V – R\$ 9.000,00 (nove mil reais), se empresa de grande porte.” (AC)

“Parágrafo único. Revogado.”

“Art. 17-O. Os proprietários rurais que se beneficiarem com redução do valor do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, com base em Ato Declaratório Ambiental - ADA, deverão recolher ao Ibama a importância prevista no item 3.11 do Anexo VII da Lei nº 9.960, de 29 de janeiro de 2000, a título de Taxa de Vistoria.” (NR)

“§ 1º-A. A Taxa de Vistoria a que se refere o *caput* deste artigo não poderá exceder a dez por cento do valor da redução do imposto proporcionada pelo ADA.” (AC)

“§ 1º A utilização do ADA para efeito de redução do valor a pagar do ITR é obrigatória.” (NR)

“§ 2º O pagamento de que trata o *caput* deste artigo poderá ser efetivado em cota única ou em parcelas, nos mesmos moldes escolhidos pelo contribuinte para o pagamento do ITR, em documento próprio de arrecadação do Ibama.” (NR)

“§ 3º Para efeito de pagamento parcelado, nenhuma parcela poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).” (NR)

“§ 4º O inadimplemento de qualquer parcela ensejará a cobrança de juros e multa nos termos dos incisos I e II do *caput* e §§ 1º-A e 1º, todos do art. 17-H desta Lei.” (NR)

“§ 5º Após a vistoria, realizada por amostragem, caso os dados constantes do ADA não coincidam com os efetivamente levantados pelos técnicos do Ibama, estes lavrarão, de ofício, novo ADA, contendo os dados reais, o qual será encaminhado à Secretaria da Receita Federal, para as providências cabíveis.” (NR)

**Art. 2º** A Lei nº 6.938, de 1981, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

“Art. 17-P. Constitui crédito para compensação com o valor devido a título de TCFA, até o limite de sessenta por cento e relativamente ao mesmo ano, o montante efetivamente pago pelo estabelecimento ao Estado, ao Município e ao Distrito Federal em razão de taxa de fiscalização ambiental.” (AC)

“§ 1º Valores recolhidos ao Estado, ao Município e ao Distrito Federal a qualquer outro título, tais como taxas ou preços públicos de licenciamento e venda de produtos, não constituem crédito para compensação com a TCFA.” (AC)

“§ 2º A restituição, administrativa ou judicial, qualquer que seja a causa que a determine, da taxa de fiscalização ambiental estadual ou distrital compensada com a TCFA restaura o direito de crédito do Ibama contra o estabelecimento, relativamente ao valor compensado.” (AC)

“Art. 17-Q. É o Ibama autorizado a celebrar convênios com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal para desempenharem atividades de fiscalização ambiental, podendo repassar-lhes parcela da receita obtida com a TCFA.” (AC)

**Art. 3º** A Lei nº 6.938, de 1981, passa a vigorar acrescida dos seguintes Anexos VIII e IX:

**ANEXO VIII**  
**ATIVIDADES POTENCIAMENTE POLUIDORAS E UTILIZADORAS**  
**DE RECURSOS AMBIENTAIS**

Código	Categoria	Descrição	Pp/gu
01	Extração e Tratamento de Minerais	- pesquisa mineral com guia de utilização; lavra a céu aberto, inclusive de aluvião, com ou sem beneficiamento; lavra subterrânea com ou sem beneficiamento, lavra garimpeira, perfuração de poços e produção de petróleo e gás natural.	Alto
02	Indústria de Produtos Minerais Não Metálicos	- beneficiamento de minerais não metálicos, não associados a extração; fabricação e elaboração de produtos minerais não metálicos tais como produção de material cerâmico, cimento, gesso, amianto, vidro e similares.	Médio
03	Indústria Metalúrgica	- fabricação de aço e de produtos siderúrgicos, produção de fundidos de ferro e aço, forjados, arames, relaminados com ou sem tratamento; de superfície, inclusive galvanoplastia, metalurgia dos metais não-ferrosos, em formas primárias e secundárias, inclusive ouro; produção de laminados, ligas, artefatos de metais não-ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia; relaminação de metais não-ferrosos, inclusive ligas, produção de soldas e anodos; metalurgia de metais preciosos; metalurgia do pó, inclusive peças moldadas; fabricação de estruturas metálicas com ou sem tratamento de superfície, inclusive; galvanoplastia, fabricação de artefatos de ferro, aço e de metais não-ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia, têmpera e cementação de aço, recozimento de arames, tratamento de superfície.	Alto
04	Indústria Mecânica	- fabricação de máquinas, aparelhos, peças, utensílios e acessórios com e sem tratamento térmico ou de superfície.	Médio

05	Indústria de material Elétrico, Eletrônico e Comunicações	- fabricação de pilhas, baterias e outros acumuladores; fabricação de material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática; fabricação de aparelhos elétricos e eletrodomésticos.	Médio
06	Indústria de Material de Transporte	- fabricação e montagem de veículos rodoviários e ferroviários, peças e acessórios; fabricação e montagem de aeronaves; fabricação e reparo de embarcações e estruturas flutuantes.	Médio
07	Indústria de Madeira	- serraria e desdobramento de madeira; preservação de madeira; fabricação de chapas, placas de madeira aglomerada, prensada e compensada; fabricação de estruturas de madeira e de móveis.	Médio
08	Indústria de Papel e Celulose	- fabricação de celulose e pasta mecânica; fabricação de papel e papelão; fabricação de artefatos de papel, papelão, cartolina, cartão e fibra prensada.	Alto
09	Indústria de Borracha	- beneficiamento de borracha natural, fabricação de câmara de ar, fabricação e recondicionamento de pneumáticos; fabricação de laminados e fios de borracha; fabricação de espuma de borracha e de artefatos de espuma de borracha, inclusive látex.	Pequeno
10	Indústria de Couros e Peles	- secagem e salga de couros e peles, curtimento e outras preparações de couros e peles; fabricação de artefatos diversos de couros e peles; fabricação de cola animal.	Alto
11	Indústria Têxtil, de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	- beneficiamento de fibras têxteis, vegetais, de origem animal e sintéticos; fabricação e acabamento de fios e tecidos; tingimento, estamparia e outros acabamentos em peças do vestuário e artigos diversos de tecidos; fabricação de calçados e componentes para calçados.	Médio
12	Indústria de Produtos de Matéria Plástica	- fabricação de laminados plásticos, fabricação de artefatos de material plástico.	Pequeno
13	Indústria do Fumo	- fabricação de cigarros, charutos, cigarrilhas e outras atividades de beneficiamento do fumo.	Médio
14	Indústrias Diversas	- usinas de produção de concreto e de asfalto.	Pequeno
15	Indústria Química	- produção de substâncias e fabricação de produtos químicos, fabricação de produtos derivados do processamento de petróleo, de rochas betuminosas e da madeira; fabricação de combustíveis não derivados de petróleo, produção de óleos, gorduras, ceras, vegetais e animais, óleos essenciais, vegetais e produtos similares, da destilação da madeira, fabricação de resinas e de fibras e fios artificiais e sintéticos e de borracha e látex sintéticos, fabricação de pólvora, explosivos, detonantes, munição para caça e desporto, fósforo de segurança e artigos pirotécnicos; recuperação e refino	Alto

		de solventes, óleos minerais, vegetais e animais; fabricação de concentrados aromáticos naturais, artificiais e sintéticos; fabricação de preparados para limpeza e polimento, desinfetantes, inseticidas, germicidas e fungicidas; fabricação de tintas, esmaltes, lacas, vernizes, impermeabilizantes, solventes e secantes; fabricação de fertilizantes e agroquímicos; fabricação de produtos farmacêuticos e veterinários; fabricação de sabões, detergentes e velas; fabricação de perfumarias e cosméticos; produção de álcool etílico, metanol e similares.	
16	Indústria de Produtos Alimentares e Bebidas	- beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares; matadouros, abatedouros, frigoríficos, charqueadas e derivados de origem animal; fabricação de conservas; preparação de pescados e fabricação de conservas de pescados; beneficiamento e industrialização de leite e derivados; fabricação e refinação de açúcar; refino e preparação de óleo e gorduras vegetais; produção de manteiga, cacau, gorduras de origem animal para alimentação; fabricação de fermentos e leveduras; fabricação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais; fabricação de vinhos e vinagre; fabricação de cervejas, chopes e maltes; fabricação de bebidas não-alcoólicas, bem como engarrafamento e gaseificação e águas minerais; fabricação de bebidas alcoólicas.	Médio
17	Serviços de Utilidade	- produção de energia termoeletrica; tratamento e destinação de resíduos industriais líquidos e sólidos; disposição de resíduos especiais tais como: de agroquímicos e suas embalagens; usadas e de serviço de saúde e similares; destinação de resíduos de esgotos sanitários e de resíduos sólidos urbanos, inclusive aqueles provenientes de fossas; dragagem e derrocamentos em corpos d'água; recuperação de áreas contaminadas ou degradadas.	Médio
18	Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio	- transporte de cargas perigosas, transporte por dutos; marinas, portos e aeroportos; terminais de minério, petróleo e derivados e produtos químicos; depósitos de produtos químicos e produtos perigosos; comércio de combustíveis, derivados de petróleo e produtos químicos e produtos perigosos.	Alto
19	Turismo	- complexos turísticos e de lazer, inclusive parques temáticos.	Pequeno
20	Uso de Recursos Naturais	- silvicultura; exploração econômica da madeira ou lenha e subprodutos florestais; importação ou exportação da fauna e flora nativas brasileiras; atividade de criação e exploração econômica de fauna exótica e de fauna silvestre; utilização do patrimônio	Médio

		genético natural; exploração de recursos aquáticos vivos; introdução de espécies exóticas ou geneticamente modificadas; uso da diversidade biológica pela biotecnologia.	
21	Atividades Agropecuárias	- projeto agrícola; criação intensiva de animais.	Médio
22	Obras de Infra-Estrutura	- rodovias, ferrovias, hidrovias, metropolitanos; barragens e diques; canais para drenagem; retificação de curso d'água; abertura de barras, embocaduras e canais, transposição de bacias hidrográficas; outras obras de arte; distrito e pólo industrial.	Médio

## ANEXO IX

## VALORES, EM REAIS, DEVIDOS A TÍTULOS DE TCFA POR ESTABELECIMENTO POR TRIMESTRE

Potencial de Poluição, Grau de utilização de Recursos Naturais	Pessoa Física	Microempresa	Empresa de Pequeno Porte	Empresa de Médio Porte	Empresa de Grande Porte
Pequeno	-	-	112,50	225,00	450,00
Médio	-	-	180,00	360,00	900,00
Alto	-	50,00	225,00	450,00	2.250,00

**Art. 4º** O Poder Executivo publicará texto consolidado da Lei nº 6.938, de 1981, no prazo de trinta dias após a publicação desta Lei.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 6º** Revoga-se o art. 17-J da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

(\*) EM DESTAQUE AS PARTES VETADAS



**VETO TOTAL Nº 42, DE 2000**  
**aposto ao**  
**Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2000**  
**(nº 2.978/2000, na Casa de origem)**

**(Mensagem nº 1.336/2000-CN – nº 2.112/2000, na origem)**

Senhor Presidente do Senado Federal.

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1º do artigo 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente, por contrariar o interesse público, o Projeto de Lei nº 32, de 2000 (nº 2.978/2000 na Câmara dos Deputados), que “Institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação e dá outras providências”.

Ouvido, o Ministério da Ciência e Tecnologia assim se pronunciou sobre o seguinte dispositivo:

**§ 1º do art. 5º**

“Art. 5º. ....

§ 1º O Comitê Gestor será composto por:

I – um representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, que o presidirá;

II – um representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

III – um representante da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP;

IV – um representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES;

V – um representante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq;

VI – um representante da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – CAPES.

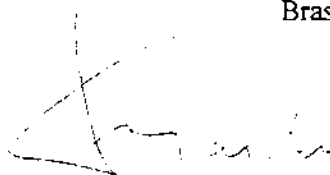
### Razões do veto

"A razão que justifica esta proposição é justamente atender às demandas formuladas por diversos segmentos da sociedade, visando dar maior transparência e legitimidade à gestão dos recursos públicos. Para tanto, será proposto na regulamentação desta Lei uma nova estrutura do Comitê Gestor que permita a participação efetiva de representantes do setor produtivo e do segmento acadêmico-científico, além de membros do próprio governo.

Cabe ressaltar, que esta Lei foi implementada em consonância com a política de criação dos Fundos Setoriais para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico, anunciada em abril do ano corrente pelo governo, com o objetivo de ampliar e estabilizar o volume de recursos dedicados ao fomento da atividade de pesquisa e ao processo inovativo em nosso País."

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o dispositivo acima mencionado do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 29 de dezembro de 2000.



### (\*) PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, DE 2000 (nº 2.978/2000, na Casa de origem)

Institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação e dá outras providências.

#### O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Fica instituído o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação, cujo objetivo principal é estimular o desenvolvimento tecnológico brasileiro, mediante programas de pesquisa científica e tecnológica cooperativa entre universidades, centros de pesquisa e o setor produtivo.

**Art. 2º** Para fins de atendimento ao Programa de que trata o artigo anterior, fica instituída contribuição de intervenção no domínio econômico, devida pela pessoa jurídica detentora de licença de uso ou adquirente de conhecimentos tecnológicos, bem como aquela signatária de contratos que impliquem transferência de tecnologia, firmados com residentes ou domiciliados no exterior.

§ 1º Consideram-se, para fins desta Lei, contratos de transferência de tecnologia os relativos à exploração de patentes ou de uso de marcas e os de fornecimento de tecnologia e prestação de assistência técnica.

§ 2º A contribuição incidirá sobre os valores pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos, a cada mês, a residentes ou domiciliados no exterior, a título de remuneração decorrente das obrigações indicadas no *caput* deste artigo.

§ 3º A alíquota da contribuição será de dez por cento.

§ 4º O pagamento da contribuição será efetuado até o último dia útil da quinzena subsequente ao mês de ocorrência do fato gerador.

**Art. 3º** Compete à Secretaria da Receita Federal a administração e a fiscalização da contribuição de que trata esta Lei.

Parágrafo único. A contribuição de que trata esta Lei sujeita-se às normas relativas ao processo administrativo fiscal de determinação e exigência de créditos tributários federais, previstas no Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, e alterações posteriores, bem como, subsidiariamente e no que

couber, às disposições da legislação do imposto de renda, especialmente quanto a penalidades e demais acréscimos aplicáveis.

**Art. 4º** A contribuição de que trata o art. 2º será recolhida ao Tesouro Nacional e destinada ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, criado pelo Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, e restabelecido pela Lei nº 8.172, de 18 de janeiro de 1991.

§ 1º Os recursos destinados ao FNDCT serão alocados em categoria de programação específica e administrados conforme o disposto no regulamento.

§ 2º Para fins do disposto no § 5º do art. 165 da Constituição Federal, o Poder Executivo incluirá na proposta de lei orçamentária anual os recursos de que trata o *caput* deste artigo.

**Art. 5º** Será constituído, no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia, um Comitê Gestor com a finalidade de coordenar as atividades do Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação, cabendo-lhe definir as diretrizes gerais e o plano anual de investimentos, acompanhar a implementação das ações e avaliar anualmente os resultados alcançados.

§ 1º O Comitê Gestor será composto por:

I - um representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, que o presidirá;

II - um representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

III - um representante da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP;

IV - um representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES;

V - um representante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq;

VI - um representante da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior - CAPES.

§ 2º A participação no Comitê Gestor não será remunerada.

§ 3º O Ministério da Ciência e Tecnologia prestará ao Comitê Gestor apoio técnico, administrativo e financeiro necessários ao seu funcionamento.

**Art. 6º** Do total dos recursos a que se refere o art. 2º, trinta por cento, no mínimo, serão aplicados em programas de fomento à capacitação tecnológica e ao amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

**Art. 7º** Não se aplica a este Fundo o disposto na Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2001.

(\*) EM DESTAQUE AS PARTES VETADAS

**VETO TOTAL Nº 43, DE 2000**  
**aposto ao**  
**Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2000**  
**(nº 4.653/98, na Casa de origem)**

(Mensagem nº 1.337/2000-CN – nº 2.113/2000, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1º do artigo 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente Projeto de Lei nº 38, de 2000 (nº 4.653/98 na Câmara dos Deputados), que “Regula o § 2º do art. 236 da Constituição Federal, mediante o estabelecimento de normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro”.

Ouvido, o Ministério da Justiça assim se pronunciou sobre o veto aos seguintes dispositivos:

**Inciso I do art. 3º**

“Art. 3º .....

I - estabelecer, como base de cálculo de emolumentos, valores outros que não o equivalente ao negócio jurídico realizado, salvo no caso de imóveis, nos quais prevalecerá o maior valor estabelecido entre o valor do contrato, a avaliação judicial e a tributação fiscal;”

**Razões do veto**

“O inciso I do art. 3º do projeto de lei finda por estabelecer como base de cálculo de emolumentos o valor do imóvel. Levando-se em conta que os emolumentos são taxas – é este o seu significado, a sua natureza jurídica, como já firmado pela Excelsa Corte (RTJ 168/95) – encontra o dispositivo como obstáculo o disposto no § 2º do art. 145 da Constituição, tendo em vista que o valor do imóvel é base de cálculo para o Imposto de Transmissão de Propriedade de Imóvel, o que, por certo, impossibilita que para a cobrança dos emolumentos seja utilizada essa mesma base de cálculo. Cumpre colocar ser este o entendimento do Supremo Tribunal Federal (...) (ADIN nº 1.530-BA – RTJ 169/32).”

**Inciso V do art. 3º**

“Art. 3º .....

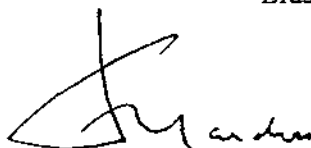
V - instituir taxa, contribuição, acréscimo ou percentual sobre os emolumentos, salvo se destinados a Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização, criados por lei, exclusivamente para as atividades jurisdicionais;”

**Razões do veto**

“O inciso V do art. 3º do projeto abre uma ressalva para a vedação estabelecida no *caput* a partir da expressão “salvo se destinados a Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização, criados por lei, exclusivamente para as atividades jurisdicionais”, a qual resulta em inconstitucionalidade, por ensejar que seja criado um inadmissível adicional de emolumentos, sendo despiciendo demonstrar a impossibilidade de criação de adicionais a tributos. Convém ressaltar que o Supremo Tribunal Federal manifestou-se neste sentido por meio da ADIn nº 1.778 (*vide* RTJ 173/24), em cujo acórdão ficou assentado o entendimento de que os Estados da Federação não têm competência “para instituir impostos sobre os negócios notariais.”

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 29 de dezembro de 2000.

**(\*) PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, DE 2000  
(nº 4.653/98, na Casa de origem)

Regula o § 2º do art. 236 da Constituição Federal, mediante o estabelecimento de normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º** Os Estados e o Distrito Federal fixarão o valor dos emolumentos relativos aos atos praticados pelos respectivos serviços notariais e de registro, observadas as normas desta Lei.

Parágrafo único. O valor fixado para os emolumentos deverá corresponder ao efetivo custo e à adequada e suficiente remuneração dos serviços prestados.

**Art. 2º** Para a fixação do valor dos emolumentos, a Lei dos Estados e do Distrito Federal levará em conta a natureza pública e o caráter social dos serviços notariais e de registro, atendidas ainda as seguintes regras:

I – os valores dos emolumentos constarão de tabelas e serão expressos em moeda corrente do País;

II – os atos comuns aos vários tipos de serviços notariais e de registro serão remunerados por emolumentos específicos, fixados para cada espécie de ato;

III – os atos específicos de cada serviço serão classificados em:

a) atos relativos a situações jurídicas, sem conteúdo financeiro, cujos emolumentos atenderão às peculiaridades socioeconômicas de cada região;

b) atos relativos a situações jurídicas, com conteúdo financeiro, cujos emolumentos serão fixados mediante a observância de faixas que estabeleçam valores mínimos e máximos, nas quais enquadrar-se-á o valor constante do documento apresentado aos serviços notariais e de registro.

Parágrafo único. Nos casos em que, por força de lei, devam ser utilizados valores decorrentes de avaliação judicial ou fiscal, estes serão os valores considerados para os fins do disposto na alínea *b* do inciso III deste artigo.

**Art. 3º** É vedado:

I – estabelecer, como base de cálculo de emolumentos, valores outros que não o equivalente ao negócio jurídico realizado, salvo no caso de imóveis, nos quais prevalecerá o maior valor estabelecido entre o valor do contrato, a avaliação judicial e a tributação fiscal;

II – fixar emolumentos em percentual incidente sobre o valor do negócio jurídico objeto dos serviços notariais e de registro;

III – cobrar das partes interessadas quaisquer outras quantias não expressamente previstas nas tabelas de emolumentos;

IV – cobrar emolumentos em decorrência da prática de ato de retificação ou que teve de ser refeito ou renovado em razão de erro imputável aos respectivos serviços notariais e de registro;

V – instituir taxa, contribuição, acréscimo ou percentual sobre os emolumentos, salvo se destinados a Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização, criados por lei, exclusivamente para as atividades jurisdicionais.

**Art. 4º** As tabelas de emolumentos serão publicadas nos órgãos oficiais das respectivas unidades da Federação, cabendo às autoridades competentes determinar a fiscalização do seu cumprimento e sua afixação obrigatória em local visível em cada serviço notarial e de registro.

**Art. 5º** Quando for o caso, o valor dos emolumentos poderá sofrer reajuste, publicando-se as respectivas tabelas, até o último dia do ano, observado o princípio da anterioridade.

**Art. 6º** Os notários e os registradores darão recibo dos emolumentos percebidos, sem prejuízo da indicação definitiva e obrigatória dos respectivos valores à margem do documento entregue ao interessado, em conformidade com a tabela vigente ao tempo da prática do ato.

**Art. 7º** O descumprimento, pelos notários e registradores, do disposto nesta Lei sujeitá-los-á às penalidades previstas na Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, sem prejuízo da aplicação de outras sanções legais.

**Art. 8º** Os Estados e o Distrito Federal, no âmbito de sua competência, respeitado o prazo estabelecido no art. 9º desta Lei, estabelecerão forma de compensação aos registradores civis das pessoas naturais pelos atos gratuitos, por eles praticados, conforme estabelecido em lei federal.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não poderá gerar ônus para o Poder Público.

**Art. 9º** Os Estados e o Distrito Federal deverão proceder à revisão das tabelas de emolumentos atualmente em vigor, a fim de adaptá-las ao disposto nesta Lei, no prazo de noventa dias contado da data de sua vigência.

Parágrafo único. Até a publicação das novas tabelas de emolumentos, revistas e adaptadas conforme estabelece este artigo, os atos praticados pelos serviços notariais e de registro continuarão a ser remunerados na forma da legislação em vigor nos Estados e no Distrito Federal, observadas, desde logo, as vedações estabelecidas no art. 3º desta Lei.

**Art. 10.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

(\*) EM DESTAQUE AS PARTES VETADAS



**VETO PARCIAL Nº 2, DE 2001**  
**aposto ao**  
**Projeto de Lei da Câmara nº 42. de 2000**  
**(nº 4.155/1998, na Casa de origem)**  
**(Mensagem nº 2/2001-CN – nº 9/2001, na origem)**

Senhor Presidente do Senado Federal.

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1º do artigo 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente o Projeto de Lei nº 42, de 2000 (nº 4.155/98 na Câmara dos Deputados), que “Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências”.

Ouvidos, os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão manifestaram-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

**Item 1.3, subitem 22**

“22. Ampliar o Programa de Garantia de Renda Mínima associado a ações sócio-educativas, de sorte a atender, nos três primeiros anos deste Plano, a 50% das crianças de 0 a 6 anos que se enquadram nos critérios de seleção da clientela e a 100% até o sexto ano.”

**Razões do veto**

“A última revisão do PPA contempla, para 2001, o atendimento de um universo de 4,3 milhões de crianças de 0 a 6 anos beneficiadas pelo Programa de Garantia de Renda Mínima, o que representa considerável incremento em relação ao previsto para 2000, exercício em que foram contempladas em torno de 383,4 mil crianças.

Todavia, as metas propostas de atingimento de 50% da clientela habilitada em 3 anos e de 100%, em 6 anos, implicam conta em aberto para o Tesouro Nacional, configurando-se em despesa adicional de caráter continuado, sem a correspondente fonte de recurso, o que não se compadece com o quanto estabelecido nos arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Assim, por contrariar o interesse público, propõe-se o veto ao texto mencionado.”

#### **Item 4.3, subitem 2**

“2. Ampliar a oferta de ensino público de modo a assegurar uma proporção nunca inferior a 40% do total das vagas, prevendo inclusive a parceria da União com os Estados na criação de novos estabelecimentos de educação superior.”

#### **Razões do veto**

“A proposição contida nesse subitem, segundo a qual se tenciona assegurar a ampliação da oferta de ensino público, assim como o estabelecimento de parceria da União com os Estados na criação de novos estabelecimentos de educação superior, não guarda consonância com o texto constitucional, razão por que se propõe a oposição de veto.

Com efeito, o art. 165, § 4º da Constituição, dispõe que “os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional”. Não há, no Plano Plurianual – PPA, sequer na Lei Orçamentária, previsão de ampliação da oferta de ensino público nos níveis propostos, pelo que a disposição, em decorrência do impacto imediato por ela causado, se mostra incompatível com a Constituição, como também com as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.”

#### **Item 4.4, subitem 24**

“24. Assegurar, na esfera federal, através de legislação, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Superior, constituído, entre outras fontes, por, pelo menos 75% dos recursos da União vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino, destinados à manutenção e expansão da rede de instituições federais.”

#### **Razões do veto**

“Apesar de, à primeira vista, parecer tratar-se de matéria programática, cuida-se, na verdade, de tentativa de subvinculação de recursos já vinculados, buscando direcionar parcela destes à constituição de Fundo voltado a manutenção e expansão da rede de instituições federais.

Cogita-se, no item examinado, destacar às instituições federais 75% dos recursos da União vinculados a manutenção e desenvolvimento do ensino (destinados, como se sabe, ao atendimento de todos os níveis).

Essa proposição não se mostra compatível com o disposto no art. 165, § 4º da Constituição, segundo o qual “os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional”, uma vez que, diversamente do quanto pretendido, o Plano Plurianual – PPA apresenta hipóteses diferentes de distribuição dos recursos entre os diversos níveis de ensino.”

**Item 4.4, subitem 26.**

“26. Ampliar o programa de crédito educativo, associando-o ao processo de avaliação das instituições privadas e agregando contribuições federais e estaduais, e, tanto quanto possível, das próprias instituições beneficiadas, de modo a atender a, no mínimo, 30% da população matriculada no setor particular, com prioridade para os estudantes de menor renda.”

**Razões do veto**

“A oferta de crédito para os universitários vem sendo efetuada por intermédio do antigo “Programa de Crédito Educativo” e pelo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES. Consoante previsão incluída no PPA, no período de 2000 a 2003 deverão ser atendidos 160 mil alunos.

A aprovação do texto conforme proposto ensejaria o atendimento de uma clientela de 396 mil alunos, demandando significativo acréscimo de recursos sem a correspondente indicação de fonte de custeio pelo projeto de lei ou no PPA. Tal circunstância caracteriza descumprimento do art. 167, § 1º, da Constituição Federal, além do § 5º do art. 5º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o que recomenda o veto tanto por inconstitucionalidade quanto por contrariedade ao interesse público.”

**Item 4.4, subitem 29.**

“29. Ampliar o financiamento público à pesquisa científica e tecnológica, através das agências federais e fundações estaduais de amparo à pesquisa e da colaboração com as empresas públicas e privadas, de forma a triplicar, em dez anos, os recursos atualmente destinados a esta finalidade.”

**Razões do veto**

“Estabelecer o objetivo de triplicar o financiamento público, como expresso na versão do Plano aprovada pelo Congresso, contraria o interesse público por não respeitar o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, já que a proposição não indica as fontes de compensação desse aumento permanente de despesas, sendo, pois, recomendável o veto.”

**Item 10.3, subitem 4.**

“4. Implantar, no prazo de um ano, planos gerais de carreira para os profissionais que atuam nas áreas técnica e administrativa e respectivos níveis de remuneração.”

**Razões do veto**

“A implantação de planos gerais de carreira para profissionais das áreas técnica e administrativa, no prazo de um ano, exigiria um aporte adicional de recursos para despesas com pessoal capaz de comportar a revisão remuneratória de cerca de 94 mil servidores federais, sem considerar o possível impacto em relação a 66 mil inativos e pensionistas. Tal determinação implicaria descumprimento das diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que não existe previsão na Lei Orçamentária e nem no Plano Plurianual para a efetivação da proposta, o que justifica o seu veto.

Essa circunstância, pelas razões expostas, recomenda o veto por contrariedade ao interesse público.”

### **Item 11.3. subitem 1.**

“1. Elevação, na década, através de esforço conjunto da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, do percentual de gastos públicos em relação ao PIB, aplicados em educação, para atingir o mínimo de 7%. Para tanto, os recursos devem ser ampliados, anualmente, à razão de 0,5% do PIB, nos quatro primeiros anos do Plano e de 0,6% no quinto ano.”

### **Razões do veto**

“Estabelecer-se, nos termos propostos, uma vinculação entre despesas públicas e PIB, a vigorar durante exercícios subsequentes, contraria o disposto na Lei Complementar nº 101/2000, por não indicar fonte de receita correspondente e não estar em conformidade com o PPA. Saliente-se que a ampliação anual de despesa em meio ponto percentual do PIB, prevista no texto, representaria um acréscimo em torno de R\$ 5 bilhões/ano sem qualquer indicação de fonte de arrecadação ou da forma como esse esforço seria compartilhado entre União, Estados e Municípios.

Vale lembrar que o art. 165, § 4º, da Constituição Federal prevê que “os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional” e que o atual PPA não contempla o acréscimo de recursos proposto, prevendo, em seu anexo “O Cenário, o Plano e os Orçamentos”, item Desenvolvimento Social, a utilização, em quatro anos, de R\$ 36,2 bilhões. A prevalecer a parte final do dispositivo examinado do Anexo ao projeto de lei, os recursos a serem utilizados para essa finalidade seriam ampliados em aproximadamente R\$ 25 bilhões nos quatro primeiros anos, de forma que superariam, indevidamente, a previsão constante do PPA. Dessa forma, estaria desatendido o comando constitucional antes citado que determina a consonância entre os Planos e Programas e o próprio PPA. A nosso ver, não obstante sua louvável motivação, até porque a primeira parte do texto é meramente programática, a proposição em foco está a merecer a oposição de veto, por também contrariar o disposto no art. 165, § 4º, da Constituição.

Além disso, a falta de determinação do quantum correspondente, no Plano Nacional de Educação, para a participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - o que se justifica para não inquirar de inconstitucionalidade a proposta por interferência indevida entre as diversas esferas de poder - impossibilitará o encaminhamento, para atendimento às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, da legislação prevista no Anexo ao projeto, o que recomendaria, também pelo prisma do interesse público, o veto ao referido dispositivo.”

### **Item 11.3. subitem 7.**

“7. Orientar os orçamentos nas três esferas governamentais, de modo a cumprir as vinculações e subvinculações constitucionais, e alocar, no prazo de dois anos, em todos os níveis e modalidades de ensino, valores por aluno, que correspondam a padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos nacionalmente.”

**Razões do veto**

“Embora a disposição contida nesse subitem contenha, aparentemente, conteúdo meramente programático, voltado à orientação de financiamentos, contempla determinação direcionada às três esferas governamentais no sentido do cumprimento das vinculações e subvinculações constitucionais, assim como a alocação de valores correspondentes a padrões mínimos de qualidade de ensino.

Conquanto seja inequívoca a relevância de tal disposição, não se mostra adequada a veiculação de conteúdo de tal natureza por intermédio de lei ordinária federal, que não tem o condão de obrigar Estados e Municípios, principalmente em matéria de vinculações e subvinculações constitucionais, razão por que a proposta estaria eivada de inconstitucionalidade por determinar interferência indevida entre as diversas esferas de poder.”

**Item 11.3, subitem 13.**

“13. Garantir recursos do Tesouro Nacional para o pagamento de aposentados e pensionistas do ensino público na esfera federal, excluindo estes gastos das despesas consideradas como manutenção de desenvolvimento do ensino.”

**Razões do veto**

“O projeto, tal como redigido, traz enorme encargo para os cofres públicos, desprezando, num primeiro plano, as contribuições dos beneficiários para a Previdência Social, indo de encontro, portanto, às diretrizes atualmente em vigor de reformulação do setor como contribuição para o ajuste fiscal.

Além disso, a medida atribui, injustificadamente, tratamento diferenciado e privilegiado aos aposentados e pensionistas do ensino público, em detrimento dos demais aposentados e pensionistas.

A disciplina constante do projeto e a sua implantação imediata contraria o interesse público, razão por que se propõe o veto.”

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 9 de janeiro de 2001.

(\*) PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2000  
(nº 4.155/1998, na Casa de origem)

Aprova o Plano Nacional de Educação e dá  
outras providências.

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º** Fica aprovado o Plano Nacional de Educação, constante do documento anexo, com duração de dez anos.

**Art. 2º** A partir da vigência desta Lei, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão, com base no Plano Nacional de Educação, elaborar planos decenais correspondentes.

**Art. 3º** A União, em articulação com os Estados, o Distrito Federal, os municípios e a sociedade civil, procederá a avaliações periódicas da implementação do Plano Nacional de Educação.

§ 1º O Poder Legislativo, por intermédio das Comissões de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados e da Comissão de Educação do Senado Federal, acompanhará a execução do Plano Nacional de Educação.

§ 2º A primeira avaliação realizar-se-á no quarto ano de vigência desta Lei, cabendo ao Congresso Nacional aprovar as medidas legais decorrentes, com vistas à correção de deficiências e distorções.

**Art. 4º** A União instituirá o Sistema Nacional de Avaliação e estabelecerá os mecanismos necessários ao acompanhamento das metas constantes do Plano Nacional de Educação.

**Art. 5º** Os planos plurianuais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão elaborados de modo a dar suporte às metas constantes do Plano Nacional de Educação e dos respectivos planos decenais.

**Art. 6º** Os Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios empenhar-se-ão na divulgação deste Plano e da progressiva realização de seus objetivos e metas, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

# PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

## ÍNDICE

### **I – INTRODUÇÃO**

Histórico .....	06
Objetivos e Prioridades .....	07

### **II – NÍVEIS DE ENSINO**

#### **A – EDUCAÇÃO BÁSICA**

1. EDUCAÇÃO INFANTIL .....	09
1.1. Diagnóstico .....	09
1.2. Diretrizes .....	12
1.3. Objetivos e Metas .....	14

2 – ENSINO FUNDAMENTAL .....	17
2.1. Diagnóstico .....	17
2.2. Diretrizes .....	20
2.3. Objetivos e Metas .....	22

3 – ENSINO MÉDIO .....	24
3.1. Diagnóstico .....	24
3.2. Diretrizes .....	27
3.3. Objetivos e Metas .....	29

#### **B – EDUCAÇÃO SUPERIOR**

4 – EDUCAÇÃO SUPERIOR .....	31
4.1. Diagnóstico .....	31
4.2. Diretrizes .....	35
4.3. Objetivos e Metas .....	37
4.4. Financiamento e Gestão da Educação Superior .....	39

### **III – MODALIDADES DE ENSINO**

5 – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS .....	40
5.1. Diagnóstico .....	40
5.2. Diretrizes .....	43
5.3. Objetivos e Metas .....	44

6 – EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS .....	46
6.1. Diagnóstico .....	46
6.2. Diretrizes .....	47
6.3. Objetivos e Metas .....	47

7 – EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL .....	49
7.1. Diagnóstico .....	49
7.2. Diretrizes .....	51

7.3. Objetivos e Metas .....	51
8 – EDUCAÇÃO ESPECIAL .....	53
8.1. Diagnóstico .....	53
8.2. Diretrizes .....	55
8.3. Objetivos e Metas .....	57
9 – EDUCAÇÃO INDÍGENA .....	59
9.1. Diagnóstico .....	59
9.2. Diretrizes .....	61
9.3. Objetivos e Metas .....	61
<i>IV – MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA</i>	
10 – FORMAÇÃO DOS PROFESSORES E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO .....	63
10.1. Diagnóstico .....	63
10.2. Diretrizes .....	66
10.3. Objetivos e Metas .....	68
<i>V – FINANCIAMENTO E GESTÃO</i>	
11.1. Diagnóstico .....	70
11.2. Diretrizes .....	77
11.3. Objetivos e Metas .....	79
11.3.1. Financiamento .....	79
11.3.2. Gestão .....	81
VI – ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO .....	82

### ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 (Matrícula, 25/3/98, no ensino fundamental, por faixa etária e localização) .....	18
Tabela 2 (Taxa de escolarização bruta e líquida - 7 a 14 anos Brasil e Regiões – 1991 e 1996) .....	19
Tabela 3 (Ensino médio – matrícula – Brasil – 1991 e 1998) .....	25
Tabela 4 (Ensino médio – taxa de abandono e reprovação – 1995 e 1997) .....	26
Tabela 5 (Ensino médio – taxa de distorção idade-série – 1996-1998) .....	26
Tabela 6 (Educação básica – matrículas Brasil: 1995-2010) .....	27
Tabela 7 (Quadro do ensino superior no Brasil – 1998) .....	31
Tabela 8 (Evolução da matrícula por dependência administrativa – Brasil – 1980-1998) .....	32
Tabela 9 (Matrícula por dependência administrativa – Brasil e regiões – nível superior/98) .....	33
Tabela 10 (Índice de crescimento da matrícula por dependência administrativa Brasil 1988-1998) .....	34
Tabela 11 (IFES – Participação das despesas com aposentadorias e pensões no total de despesas com pessoal e encargos sociais) .....	34
Tabela 12 (IFES – Relação entre despesas com aposentadorias e pensões e com outros custeios e capital) .....	35
Tabela 13 (IFES – Despesas com investimentos e inversões financeiras) .....	35
Tabela 14 (Taxas de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais – Brasil e regiões-1996) .....	41
Tabela 15 (Escolarização da população – 1996) .....	41
Tabela 16 (População de 15 anos ou mais de idade por situação de alfabetização – 1997) .....	42
Tabela 17 (Média de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais por sexo e cor – 1996) .....	43
Tabela 18 (Habilitações de nível médio com maior número de concluintes – 1988 e 1996) .....	50



<b>Tabela 19 (Funções docentes – distribuição nacional por nível de formação e níveis escolares em que atuam – 1998) .....</b>	<b>64</b>
<b>Tabela 20 (Ministério da Educação – Despesa por Fonte) .....</b>	<b>71</b>
<b>Tabela 21 (Gastos diretos com educação das administrações públicas – 1997) .....</b>	<b>72</b>
<b>Tabela 22 (Gastos com educação – esferas federativas – 1997) .....</b>	<b>72</b>
<b>Tabela 23 (Origem das receitas do Fundef – 1998) .....</b>	<b>73</b>
<b>Tabela 24 (Efeitos financeiros do Fundef nos municípios com gasto abaixo do valor mínimo (R\$ 315,00) – 1998) .....</b>	<b>74</b>
<b>Tabela 25 (Despesas públicas em educação, em relação ao PIB – 1995) .....</b>	<b>76</b>
<b>Tabela 26 (Programa dinheiro na escola 1995 a 1998 – atendimento) .....</b>	<b>77</b>

## I - INTRODUÇÃO

### 1. HISTÓRICO

A instalação da República no Brasil e o surgimento das primeiras idéias de um plano que tratasse da educação para todo o território nacional aconteceram simultaneamente. A medida que o quadro social, político e econômico do início deste século se desenhava, a educação começava a se impor como condição fundamental para o desenvolvimento do País. Havia grande preocupação com a instrução, nos seus diversos níveis e modalidades. Nas duas primeiras décadas, as várias reformas educacionais, ajudaram no amadurecimento da percepção coletiva da educação como um problema nacional.

Em 1932, um grupo de educadores, 25 homens e mulheres da elite intelectual brasileira, lançou um manifesto ao povo e ao governo que ficou conhecido como "Manifesto dos Pioneiros da Educação". Propunham a reconstrução educacional, "de grande alcance e de vastas proporções... um plano com sentido unitário e de bases científicas...". O documento teve grande repercussão e motivou uma campanha que resultou na inclusão de um artigo específico na Constituição Brasileira de 16 de julho de 1934. O art.150 declarava ser competência da União "fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País". Atribuía, em seu art.152, competência precípua ao Conselho Nacional de Educação, organizado na forma da lei, a elaborar o plano para ser aprovado pelo Poder Legislativo, sugerindo ao Governo as medidas que julgasse necessárias para a melhor solução dos problemas educacionais bem como a distribuição adequada de fundos especiais".

Todas as constituições posteriores, com exceção da Carta de 37, incorporaram, implícita ou explicitamente, a idéia de um Plano Nacional de Educação. Havia, subjacente, o consenso de que o plano devia ser fixado por lei. A idéia prosperou e nunca mais foi inteiramente abandonada.

O primeiro Plano Nacional de Educação surgiu em 1962, elaborado já na vigência da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024, de 1961. Ele não foi proposto na forma de um projeto de lei, mas apenas como uma iniciativa do Ministério da Educação e Cultura, Iniciativa essa aprovada pelo então Conselho Federal de Educação. Era basicamente um conjunto de metas quantitativas e qualitativas a serem alcançadas num prazo de oito anos. Em 1965, sofreu uma revisão, quando foram introduzidas normas descentralizadoras e estimuladoras da elaboração de planos estaduais. Em 1966, uma nova revisão, que se chamou Plano Complementar de Educação, introduziu importantes alterações na distribuição dos recursos federais, beneficiando a implantação de ginásios orientados para o trabalho e o atendimento de analfabetos com mais de dez anos.

A idéia de uma lei ressurgiu em 1967, novamente proposta pelo Ministério da Educação e Cultura e discutida em quatro Encontros Nacionais de Planejamento, sem que a iniciativa chegasse a se concretizar.

Com a Constituição Federal de 1988, cinquenta anos após a primeira tentativa oficial, ressurgiu a idéia de um plano nacional de longo prazo, com força de lei, capaz de conferir estabilidade às iniciativas governamentais na área de educação. O art. 214 contempla esta obrigatoriedade.

Por outro lado, a Lei nº 9.394, de 1996, que "estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional", determina nos artigos 9º e 87, respectivamente, que cabe à União, a elaboração do Plano, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e institui a Década da Educação. Estabelece ainda, que a União encaminhe o Plano ao Congresso Nacional, um ano após a publicação da citada lei, com diretrizes e metas para os dez anos posteriores, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

Em 10 de fevereiro de 1998, o Deputado Ivan Valente apresentou no Plenário da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 4.155, de 1998 que "aprova o Plano Nacional de Educação". A construção deste plano atendeu aos compromissos assumidos pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, desde sua participação nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, consolidou os trabalhos do I e do II Congresso Nacional de Educação - CONED e sistematizou contribuições advindas de diferentes segmentos da sociedade civil. Na justificação, destaca o Autor a importância desse documento-referência que "contempla dimensões e problemas sociais, culturais, políticos e educacionais brasileiros, embasado nas lutas e proposições daqueles que defendem uma sociedade mais justa e igualitária".

Em 11 de fevereiro de 1998, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional a Mensagem 180/98, relativa ao projeto de lei que "Institui o Plano Nacional de Educação". Iniciou sua tramitação na Câmara dos Deputados como Projeto de Lei nº 4.173, de 1998, apensado ao PL nº 4.155/98, em 13 de março de 1998. Na Exposição de Motivos destaca o Ministro da Educação a concepção do Plano, que teve como eixos norteadores, do ponto de vista legal, a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, e a Emenda Constitucional nº 14, de 1995, que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Considerou ainda realizações anteriores, principalmente o Plano Decenal de Educação para Todos, preparado de acordo com as recomendações da reunião organizada pela UNESCO e realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1993. Além deste, os documentos resultantes de ampla mobilização regional e nacional que foram apresentados pelo Brasil nas conferências da UNESCO constituíram subsídios igualmente importantes para a preparação do documento. Várias entidades foram consultadas pelo MEC, destacando-se o Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME.

Os projetos foram distribuídos às Comissões de Educação, Cultura e Desporto; de Finanças e Tributação; e de Constituição, Justiça e de Redação. Na primeira, é Relator, o Deputado Nelson Marchezan.

## 2. OBJETIVOS E PRIORIDADES

Em síntese, o Plano tem como objetivos:

- . a elevação global do nível de escolaridade da população;
- . a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis;
- . a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública e
- . democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Considerando que os recursos financeiros são limitados e que a capacidade para responder ao desafio de oferecer uma educação compatível, na extensão e na qualidade, à dos países desenvolvidos precisa ser construída constante e progressivamente, são estabelecidas prioridades neste plano, segundo o dever constitucional e as necessidades sociais.

**1. Garantia de ensino fundamental obrigatório de oito anos a todas as crianças de 7 a 14 anos, assegurando o seu ingresso e permanência na escola e a conclusão desse ensino.** Essa prioridade inclui o necessário esforço dos sistemas de ensino para que todas obtenham a formação mínima para o exercício da cidadania e para o usufruto do patrimônio cultural da sociedade moderna. O processo pedagógico deverá ser adequado às necessidades dos alunos e corresponder a um ensino socialmente significativo. Prioridade de tempo integral para as crianças das camadas sociais mais necessitadas.

**2. Garantia de ensino fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram.** A erradicação do analfabetismo faz parte dessa prioridade, considerando-se a alfabetização de jovens e adultos como ponto de partida e parte intrínseca desse nível de ensino. A alfabetização dessa população é entendida no sentido amplo de domínio dos instrumentos básicos da cultura letrada, das operações matemáticas elementares, da evolução histórica da sociedade humana, da diversidade do espaço físico e político mundial e da constituição da sociedade brasileira. Envolve, ainda, a formação do cidadão responsável e consciente de seus direitos e deveres.

**3. Ampliação do atendimento nos demais níveis de ensino – a educação infantil, o ensino médio e a educação superior.** Está prevista a extensão da escolaridade obrigatória para crianças de seis anos de idade, quer na educação infantil, quer no ensino fundamental, e a gradual extensão do acesso ao ensino médio para todos os jovens que completam o nível anterior, como também para os jovens e adultos que não cursaram os níveis de ensino nas idades próprias. Para as demais séries e para os outros níveis, são definidas metas de ampliação dos percentuais de atendimento da respectiva faixa etária. A ampliação do atendimento, neste plano, significa maior acesso, ou seja, garantia crescente de vagas e, simultaneamente, oportunidade de formação que corresponda às necessidades das diferentes faixas etárias, assim como, nos níveis mais elevados, às necessidades da sociedade, no que se refere a lideranças científicas e tecnológicas, artísticas e culturais, políticas e intelectuais, empresariais e sindicais, além das demandas do mercado de trabalho. Faz parte dessa prioridade a garantia de oportunidades de educação profissional complementar à educação básica, que conduza ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia.

**4. Valorização dos profissionais da educação.** Particular atenção deverá ser dada à formação inicial e continuada, em especial dos professores. Faz parte dessa valorização a garantia das condições adequadas de trabalho, entre elas o tempo para estudo e preparação das aulas, salário digno, com piso salarial e carreira de magistério.

**5. Desenvolvimento de sistemas de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino,** inclusive educação profissional, contemplando também o aperfeiçoamento dos processos de coleta e difusão dos dados, como instrumentos indispensáveis para a gestão do sistema educacional e melhoria do ensino.

Este Plano Nacional de Educação define por conseguinte:

- . as diretrizes para a gestão e o financiamento da educação;
- . as diretrizes e metas para cada nível e modalidade de ensino e
- . as diretrizes e metas para a formação e valorização do magistério e demais profissionais da educação, nos próximos dez anos.

Tratando-se de metas gerais para o conjunto da Nação, será preciso, como desdobramento, adequação às especificidades locais e definição de estratégias adequadas, a cada circunstância, elaboração de planos estaduais e municipais.

## II – NÍVEIS DE ENSINO

### A – EDUCAÇÃO BÁSICA

#### 1. EDUCAÇÃO INFANTIL

##### 1.1 Diagnóstico

A educação das crianças de zero a seis anos em estabelecimentos específicos de educação infantil vem crescendo no mundo inteiro e de forma bastante acelerada, seja em decorrência da necessidade da família de contar com uma instituição que se encarregue do cuidado e da educação de seus filhos pequenos, principalmente quando os pais trabalham fora de casa, seja pelos argumentos advindos das ciências que investigaram o processo de desenvolvimento da criança. Se a inteligência se forma a partir do nascimento e se há "janelas de oportunidade" na infância quando um determinado estímulo ou experiência exerce maior influência sobre a inteligência do que em qualquer outra época da vida, descuidar desse período significa desperdiçar um imenso potencial humano. Ao contrário, atendê-la com profissionais especializados capazes de fazer a mediação entre o que a criança já conhece e o que pode conhecer significa investir no desenvolvimento humano de forma inusitada. Hoje se sabe que há períodos cruciais no desenvolvimento, durante os quais o ambiente pode influenciar a maneira como o cérebro é ativado para exercer funções em áreas como a matemática, a linguagem, a música. Se essas oportunidades forem perdidas, será muito mais difícil obter os mesmos resultados mais tarde.

À medida que essa ciência da criança se democratiza, a educação infantil ganha prestígio e interessados em investir nela.

Não são apenas argumentos econômicos que têm levado governos, sociedade e famílias a investirem na atenção às crianças pequenas. Na base dessa questão está o direito ao cuidado e à educação a partir do nascimento. A educação é elemento constitutivo da pessoa e, portanto, deve estar presente desde o momento em que ela nasce, como meio e condição de formação, desenvolvimento, integração social e realização pessoal. Além do direito da criança, a Constituição Federal estabelece o direito dos trabalhadores, pais e responsáveis, à educação de seus filhos e dependentes de zero a seis anos. Mas o argumento social é o que mais tem pesado na expressão da demanda e no seu atendimento por parte do Poder Público. Ele deriva das condições limitantes das famílias trabalhadoras, monoparentais, nucleares, das de renda familiar insuficiente para prover os meios adequados para o cuidado e educação de seus filhos pequenos e da impossibilidade de a maioria dos pais adquirirem os conhecimentos sobre o processo de desenvolvimento da criança que a pedagogia oferece. Considerando que esses fatores continuam presentes, e até mais agudos nesses anos recentes, é de se supor que a educação infantil continuará conquistando espaço no cenário educacional brasileiro como uma necessidade social. Isso, em parte, determinará a prioridade que as crianças das famílias de baixa renda terão na política de expansão da educação infantil. No entanto, é preciso evitar uma educação pobre para crianças pobres e a redução da qualidade à medida que se democratiza o acesso.

No Brasil, a educação das crianças menores de 7 anos tem uma história de cento e cinquenta anos. Seu crescimento, no entanto, deu-se principalmente a partir dos anos 70 deste século e foi mais acelerado até 1993. Em 1998, estava presente em 5.320 Municípios, que correspondem a 96,6% do total. A mobilização de organizações da sociedade civil, decisões políticas e programas governamentais têm sido meios eficazes de expansão das matrículas e de aumento da consciência social sobre o direito, a importância e a necessidade da educação infantil.

É preciso analisar separadamente as faixas etárias de 0 a 3 e de 4 a 6 anos, porque foram grupos tratados diferentemente, quer nos objetivos, quer por instituições que atuaram nesse campo, sejam públicas ou privadas. A primeira faixa esteve

predominantemente sob a égide da assistência social e tinha uma característica mais assistencial, como cuidados físicos, saúde, alimentação. Atendia principalmente as crianças cujas mães trabalhavam fora de casa. Grande parte era atendida por instituições filantrópicas e associações comunitárias, que recebiam apoio financeiro e, em alguns casos, orientação pedagógica de algum órgão público, como a antiga LBA. As estatísticas informavam sobre os atendimentos conveniados, não havendo um levantamento completo de quantas crianças estavam freqüentando algum tipo de instituição nessa faixa etária. Estimativas precárias indicavam, até alguns anos atrás, um número de 1.400.000 crianças atendidas na faixa de 0 a 3 anos. A Sinopse Estatística da Educação Básica reuniu dados de 1998 sobre a creche, indicando um atendimento de 381.804 crianças, em idades que variam de menos de 4 a mais de 9 anos. São dados incompletos, mesmo porque só agora as creches começam a registrar-se nos órgãos de cadastro educacional. Qualquer número, no entanto, será uma quantidade muito pequena diante da magnitude do segmento populacional de 0 a 3 anos, constituído de 12 milhões de crianças.

A maioria dos ambientes não conta com profissionais qualificados, não desenvolve programa educacional, não dispõe de mobiliário, brinquedos e outros materiais pedagógicos adequados. Mas deve-se registrar, também, que existem creches de boa qualidade, com profissionais com formação e experiência no cuidado e educação de crianças, que desenvolvem proposta pedagógica de alta qualidade educacional. Bons materiais pedagógicos e uma respeitável literatura sobre organização e funcionamento das instituições para esse segmento etário vêm sendo produzidos nos últimos anos no país.

Por determinação da LDB, as creches atenderão crianças de zero a três anos, ficando a faixa de 4 a 6 para a pré-escola, e deverão adotar objetivos educacionais, transformando-se em instituições de educação, segundo as diretrizes curriculares nacionais emanadas do Conselho Nacional de Educação. Essa determinação segue a melhor pedagogia, porque é nessa idade, precisamente, que os estímulos educativos têm maior poder de influência sobre a formação da personalidade e o desenvolvimento da criança. Trata-se de um tempo que não pode estar descurado ou mal orientado. Esse é um dos temas importantes para o PNE.

Para a faixa de 4 a 6 anos, dispomos de dados mais consistentes, coletados pelo sistema nacional de estatísticas educacionais. De uma população de aproximadamente 9,2 milhões de crianças, 4,3 milhões estavam matriculadas em pré-escolas no ano de 1997, equivalendo a 46,7%. Já em 1998, ele caiu para 4,1 milhões e 44%. O atendimento maior se dá nas idades mais próximas da escolarização obrigatória, de sorte que a maioria das crianças de 6 anos já está na pré-escola.

A partir de 1993, as matrículas quase estacionaram no patamar de 4,2 milhões, certamente não por ter alcançado a satisfação da demanda, uma vez que o déficit de atendimento é bastante grande. Considerando o aumento do número de famílias abaixo do nível de pobreza no Brasil, que vem se verificando nos últimos anos, conclui-se que há uma demanda reprimida ou um não-atendimento das necessidades de seus filhos pequenos. O Poder Público será cada vez mais instado a atuar nessa área, o que, aliás, é dever constitucional, determinado pelo art. 208, IV da Constituição Federal.

Observando a distribuição das matrículas entre as esferas públicas e a iniciativa privada, constata-se uma redução acentuada no atendimento por parte dos Estados, uma pequena redução na área particular e um grande aumento na esfera municipal. Em 1987, os Estados atendiam 850 mil e, em 1997, somente 600 mil, baixando sua participação no total de matrículas de 25,9% para 9,6% e as da iniciativa privada, de 34 para 24%. Em 1998, a retração foi maior ainda: para 396 mil matrículas. Já os Municípios passaram, naquele período, de 1,3 milhão de matrículas para 2,7 milhões, aumentando sua parcela, no conjunto, de 39,2% para 66,3%. Esse fenômeno decorre da expressão e pressão da demanda sobre a esfera de governo (municipal) que está mais próximo às famílias e corresponde à prioridade constitucional de atuação dos Municípios nesse nível, simultaneamente ao ensino fundamental.

A distribuição das matrículas, quanto ao gênero, está equilibrada: feminino, 49,5% e masculino, 50,5%. Esse equilíbrio é uniforme em todas as regiões do País. Diferentemente de outros países e até de preocupações internacionais, em nosso País essa questão não requer correções.

Existiam, em 1998, 78.106 pré-escolas, das quais o Nordeste detém quase metade (47,5%) e o Sudeste, 1/4 delas. Em relação a 1987, observa-se o mesmo fenômeno que ocorreu com as matrículas: os Estados se retraíram, e mais acentuadamente a partir de 1994, pois em 1993 detinham 31% dos estabelecimentos e, atualmente, somente 8,8%. Os Municípios passaram de 47,4% para 65,7% e a iniciativa privada, de 22,7% para 25,4%. Em relação ao número de alunos por estabelecimento, é interessante observar que quase metade (45%) atende até 25 alunos, o que caracteriza pequenas unidades pré-escolares de uma sala. Com 51 e mais alunos temos apenas 29,4% dos estabelecimentos.

Das 219 mil funções docentes, 129 mil são municipais; 17 mil, estaduais e 72,8 mil, particulares. Em torno de 13% dos professores possuem apenas o ensino fundamental, completo ou incompleto; 66% são formados em nível médio e 20% já têm o curso superior. De 1987 para 1998 houve aumento do número dos diplomados em nível universitário trabalhando na educação infantil (de 20 para 44 mil), elevando o percentual nessa categoria em relação ao total de professores, o que revela uma progressiva melhoria da qualificação docente. Os com ensino médio completo eram 95 mil em 1987 e em 1998 já chegavam a 146 mil. Esses dados são alvissareiros, considerando-se que nos primeiros anos de vida, dada a maleabilidade da criança às interferências do meio social, especialmente da qualidade das experiências educativas, é fundamental que os profissionais sejam altamente qualificados. Nível de formação acadêmica, no entanto, não significa necessariamente habilidade para educar crianças pequenas. Daí porque os cursos de formação de magistério para a educação infantil devem ter uma atenção especial à formação humana, à questão de valores e às habilidades específicas para tratar com seres tão abertos ao mundo e tão ávidos de explorar e conhecer, como são as crianças.

Outra questão importante a analisar é o número de crianças por professor pois, nessa faixa etária, as crianças precisam de atenção bastante individualizada em muitas circunstâncias e requerem mais cuidados dos adultos do que nos níveis subsequentes da escolarização. No setor público, a relação é de 21,0 por 1 na esfera municipal e de 23,4, na estadual, o que é um bom número para a faixa de 4 a 6 anos. O setor privado baixa a média nacional para 18,7, pois está com 14 crianças por professor. Esses valores são semelhantes em todas as regiões.

Em relação à infra-estrutura dos estabelecimentos, relativamente a 1998, há que se apontar que 4.153 pré-escolas, que atendem a 69.714 crianças, não têm abastecimento de água, 84% das quais se situam no Nordeste. Essa carência ocorre para menos de 0,5% das crianças atendidas nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Além disso, 70% dos estabelecimentos não têm parque infantil, estando privadas da rica atividade nesses ambientes nada menos que 54% das crianças. É possível que muitos dos estabelecimentos sejam anexos a escolas urbanas de ensino fundamental, onde o espaço externo é restrito e tem que ser dividido com muitos outros alunos. Dada a importância do brincar livre, criativo e grupal nessa faixa etária, esse problema deve merecer atenção especial na década da educação, sob pena de termos uma educação infantil descaracterizada, pela predominância da atividade cognoscitiva em sala de aula.

Há que se registrar, também, a inexistência de energia elétrica em 20% dos estabelecimentos, ficando 167 mil crianças matriculadas sem possibilidade de acesso aos meios mais modernos da informática como instrumentos lúdicos de aprendizagem. Serão essas, certamente, pré-escolas da zona rural. Mais grave é que 58% das crianças freqüentam estabelecimento sem sanitário adequado, sendo 127 mil em estabelecimento sem esgoto sanitário, mais da metade das quais, no Nordeste.

Finalmente, um diagnóstico das necessidades da educação infantil precisa assinalar as condições de vida e desenvolvimento das crianças brasileiras. A pobreza, que

afeta a maioria delas, que retira de suas famílias as possibilidades mais primárias de alimentá-las e assisti-las, tem que ser enfrentada com políticas abrangentes que envolvam a saúde, a nutrição, a educação, a moradia, o trabalho e o emprego, a renda e os espaços sociais de convivência, cultura e lazer. Pois todos esses são elementos constitutivos da vida e do desenvolvimento da criança. O efeito sinérgico de ações na área da saúde, nutrição e educação está demonstrado por avaliações de políticas e programas. Daí porque a intervenção na infância, através de programas de desenvolvimento infantil, que englobem ações integradas de educação, saúde, nutrição e apoio familiar são vistos como um importante instrumento de desenvolvimento econômico e social.

A Síntese Estatística da Educação Básica/1999 registra um decréscimo de cerca de 200 mil matrículas na pré-escola, em 1998, persistindo, embora em número menor (159 mil), em 1999. Tem-se atribuído essa redução à implantação do FUNDEF, que contemplou separadamente o ensino fundamental das etapas anterior e posterior da educação básica. Recursos antes aplicados na educação infantil foram carreados, por Municípios e Estados, ao ensino fundamental, tendo sido fechadas muitas instituições de educação infantil. Na década da educação, terá que ser encontrada uma solução para as diversas demandas, sem prejuízo da prioridade constitucional do ensino fundamental.

### 1.2 Diretrizes

A educação infantil é a primeira etapa da Educação Básica. Ela estabelece as bases da personalidade humana, da inteligência, da vida emocional, da socialização. As primeiras experiências da vida são as que marcam mais profundamente a pessoa. Quando positivas, tendem a reforçar, ao longo da vida, as atitudes de autoconfiança, de cooperação, solidariedade, responsabilidade. As ciências que se debruçaram sobre a criança nos últimos cinquenta anos, investigando como se processa o seu desenvolvimento, coincidem em afirmar a importância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento e aprendizagem posteriores. E têm oferecido grande suporte para a educação formular seus propósitos e atuação a partir do nascimento. A pedagogia mesma vem acumulando considerável experiência e reflexão sobre sua prática nesse campo e definindo os procedimentos mais adequados para oferecer às crianças interessantes, desafiantes e enriquecedoras oportunidades de desenvolvimento e aprendizagem. A educação infantil inaugura a educação da pessoa.

Essa educação se dá na família, na comunidade e nas instituições. As instituições de educação infantil vêm se tornando cada vez mais necessárias, como complementares à ação da família, o que já foi afirmado pelo mais importante documento internacional de educação deste século, a Declaração Mundial de Educação para Todos (Jomtien, Tailândia, 1990).

Considera-se, no âmbito internacional, que a educação infantil terá um papel cada vez maior na formação integral da pessoa, no desenvolvimento de sua capacidade de aprendizagem e na elevação do nível de inteligência das pessoas, mesmo porque inteligência não é herdada geneticamente nem transmitida pelo ensino, mas construída pela criança, a partir do nascimento, na interação social mediante a ação sobre os objetos, as circunstâncias e os fatos. Avaliações longitudinais, embora ainda em pequeno número, indicam os efeitos positivos da ação educacional nos primeiros anos de vida, em instituições específicas ou em programas de atenção educativa, quer sobre a vida acadêmica posterior, quer sobre outros aspectos da vida social. Há bastante segurança em afirmar que o investimento em educação infantil obtém uma taxa de retorno econômico superior a qualquer outro.

As diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil, definidas pelo Conselho Nacional de Educação, consoante determina o art. 9º, IV da LDB, complementadas pelas normas dos sistemas de ensino dos Estados e Municípios, estabelecem os marcos para a elaboração das propostas pedagógicas para as crianças de 0 a 6 anos.

No horizonte dos dez anos deste Plano Nacional de Educação, a demanda de educação infantil poderá ser atendida com qualidade, beneficiando a toda criança que necessite e cuja família queira ter seus filhos freqüentando uma instituição educacional. Para tanto, requerem-se, ademais de orientações pedagógicas e medidas administrativas conducentes à melhoria da qualidade dos serviços oferecidos, medidas de natureza política, tais como decisões e compromissos políticos dos governantes em relação às crianças, medidas econômicas relativas aos recursos financeiros necessários e medidas administrativas para articulação dos setores da política social envolvidos no atendimento dos direitos e das necessidades das crianças, como a Educação, a Assistência Social, a Justiça, o Trabalho, a Cultura, a Saúde e as Comunicações Sociais, além das organizações da sociedade civil.

Na distribuição de competências referentes à educação infantil, tanto a Constituição Federal quanto a LDB são explícitas na co-responsabilidade das três esferas de governo - Municípios, Estado e União - e da família. A articulação com a família visa, mais do que qualquer outra coisa, ao mútuo conhecimento de processos de educação, valores, expectativas, de tal maneira que a educação familiar e a escolar se complementem e se enriqueçam, produzindo aprendizagens coerentes, mais amplas e profundas. Quanto às esferas administrativas, a União e os Estados atuarão subsidiariamente, porém necessariamente, em apoio técnico e financeiro aos Municípios, consoante o art. 30, VI da Constituição Federal.

As inversões financeiras requeridas para cumprir as metas de abrangência e qualidade deverão ser vistas sobretudo como aplicações necessárias em direitos básicos dos cidadãos na primeira etapa da vida e como investimento, cujas taxas de retorno alguns estudos já indicam serem elevadas.

As metas estão relacionadas à demanda manifesta, e não à demanda potencial, definida pelo número de crianças na faixa etária, pois a educação infantil não é obrigatória, mas um direito da criança. Os fatores históricos que determinam a demanda continuam vigentes em nossa sociedade, tornando-se cada vez mais óbvios, acrescentando-se a eles a própria oferta como motivadora da procura. Afinal a existência da possibilidade de acesso e o conhecimento dos benefícios da freqüência a um centro de educação infantil de qualidade induzem um número cada vez maior de famílias a demandar uma vaga para seus filhos. Importante, nesse processo, é o cuidado na qualidade do atendimento, pois só esta o justifica e produz resultados positivos.

A formação dos profissionais da educação infantil merecerá uma atenção especial, dada a relevância de sua atuação como mediadores no processo de desenvolvimento e aprendizagem. A qualificação específica para atuar na faixa de zero a seis anos inclui o conhecimento das bases científicas do desenvolvimento da criança, da produção de aprendizagens e a habilidade de reflexão sobre a prática, de sorte que esta se torne, cada vez mais, fonte de novos conhecimentos e habilidades na educação das crianças. Além da formação acadêmica prévia, requer-se a formação permanente, inserida no trabalho pedagógico, nutrido-se dele e renovando-o constantemente.

Para orientar uma prática pedagógica condizente com os dados das ciências e mais respeitosa possível do processo unitário de desenvolvimento da criança, constitui diretriz importante a superação das dicotomias creche/pré-escola, assistência ou assistencialismo/ educação, atendimento a carentes/educação para classe média e outras, que orientações políticas e práticas sociais equivocadas foram produzindo ao longo da história. Educação e cuidados constituem um todo indivisível para crianças indivisíveis, num processo de desenvolvimento marcado por etapas ou estágios em que as rupturas são bases e possibilidades para a seqüência. No período dos dez anos coberto por este plano, o Brasil poderá chegar a uma educação infantil que abarque o segmento etário 0 a 6 anos (ou 0 a 5, na medida em que as crianças de 6 anos ingressem no ensino fundamental) sem os percalços das passagens traumáticas, que exigem "adaptação" entre o que hoje constitui a creche e a pré-escola, como vem ocorrendo entre esta e a primeira série do ensino fundamental.



As medidas propostas por este plano nacional para implementar as diretrizes e os referenciais curriculares nacionais para a educação infantil se enquadram na perspectiva da melhoria da qualidade. No entanto, é preciso sublinhar que é uma diretriz nacional o respeito às diversidades regionais, aos valores e às expressões culturais das diferentes localidades, que formam a base sócio-histórica sobre a qual as crianças iniciam a construção de suas personalidades.

A educação infantil é um direito de toda criança e uma obrigação do Estado (art. 208, IV da Constituição Federal). A criança não está obrigada a frequentar uma instituição de educação infantil, mas sempre que sua família deseje ou necessite, o Poder Público tem o dever de atendê-la. Em vista daquele direito e dos efeitos positivos da educação infantil sobre o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças, já constatado por muitas pesquisas, o atendimento de qualquer criança num estabelecimento de educação infantil é uma das mais sábias estratégias de desenvolvimento humano, de formação da inteligência e da personalidade, com reflexos positivos sobre todo o processo de aprendizagem posterior. Por isso, no mundo inteiro, esse segmento da educação vem crescendo significativamente e vem sendo recomendado por organismos e conferências internacionais.

Considerando, no entanto, as condições concretas de nosso País, sobretudo no que se refere à limitação de meios financeiros e técnicos, este plano propõe que a oferta pública de educação infantil conceda prioridade às crianças das famílias de menor renda, situando as instituições de educação infantil nas áreas de maior necessidade e nelas concentrando o melhor de seus recursos técnicos e pedagógicos. Deve-se contemplar, também, a necessidade do atendimento em tempo integral para as crianças de idades menores, das famílias de renda mais baixa, quando os pais trabalham fora de casa. Essa prioridade não pode, em hipótese alguma, caracterizar a educação infantil pública como uma ação pobre para pobres. O que este plano recomenda é uma educação de qualidade prioritariamente para as crianças mais sujeitas à exclusão ou vítimas dela. A expansão que se verifica no atendimento das crianças de 6 e 5 anos de idade conduzirá invariavelmente à universalização, transcendendo a questão da renda familiar.

A norma constitucional de integração das crianças especiais no sistema regular será, na educação infantil, implementada através de programas específicos de orientação aos pais, qualificação dos professores, adaptação dos estabelecimentos quanto às condições físicas, mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos. Quando a avaliação recomendar atendimento especializado em estabelecimentos específicos, diretrizes para essa modalidade constarão do capítulo sobre educação especial.

### **1.3 Objetivos e Metas<sup>1</sup>**

1. Ampliar a oferta de educação infantil de forma a atender, em cinco anos, a 30% da população de até 3 anos de idade e 60% da população de 4 e 6 anos (ou 4 e 5 anos) e, até o final da década, alcançar a meta de 50% das crianças de 0 a 3 anos e 80% das de 4 e 5 anos.

2. Elaborar, no prazo de um ano, padrões mínimos de infra-estrutura para o funcionamento adequado das instituições de educação infantil (creches e pré-escolas) públicas e privadas, que, respeitando as diversidades regionais, assegurem o atendimento das características das distintas faixas etárias e das necessidades do processo educativo quanto a:

- a) espaço interno, com iluminação, insolação, ventilação, visão para o espaço externo, rede elétrica e segurança, água potável, esgotamento sanitário;
- b) instalações sanitárias e para a higiene pessoal das crianças;
- c) instalações para preparo e/ou serviço de alimentação;

<sup>1</sup> (\*) a iniciativa para cumprimento deste Objetivo/Meta depende da iniciativa da União;

(\*\*) é exigida a colaboração da União.

d) ambiente interno e externo para o desenvolvimento das atividades, conforme as diretrizes curriculares e a metodologia da educação infantil, incluindo o repouso, a expressão livre, o movimento e o brincar;

e) mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos;

f) adequação às características das crianças especiais.\*\*

3. A partir do segundo ano deste plano, somente autorizar construção e funcionamento de instituições de educação infantil, públicas ou privadas, que atendam aos requisitos de infra-estrutura definidos no item anterior.

4. Adaptar os prédios de educação infantil de sorte que, em cinco anos, todos estejam conformes aos padrões mínimos de infra-estrutura estabelecidos.

5. Estabelecer um Programa Nacional de Formação dos Profissionais de educação infantil, com a colaboração da União, Estados e Municípios, inclusive das universidades e institutos superiores de educação e organizações não-governamentais, que realize as seguintes metas:

a) que, em cinco anos, todos os dirigentes de instituições de educação infantil possuam formação apropriada em nível médio (modalidade Normal) e, em dez anos, formação de nível superior;

b) que, em cinco anos, todos os professores tenham habilitação específica de nível médio e, em dez anos, 70% tenham formação específica de nível superior.\*\*

6. A partir da vigência deste plano, somente admitir novos profissionais na educação infantil que possuam a titulação mínima em nível médio, modalidade normal, dando-se preferência à admissão de profissionais graduados em curso específico de nível superior.

7. No prazo máximo de três anos a contar do início deste plano, colocar em execução programa de formação em serviço, em cada município ou por grupos de Município, preferencialmente em articulação com instituições de ensino superior, com a cooperação técnica e financeira da União e dos Estados, para a atualização permanente e o aprofundamento dos conhecimentos dos profissionais que atuam na educação infantil, bem como para a formação do pessoal auxiliar.\*\*

8. Assegurar que, em dois anos, todos os Municípios tenham definido sua política para a educação infantil, com base nas diretrizes nacionais, nas normas complementares estaduais e nas sugestões dos referenciais curriculares nacionais.

9. Assegurar que, em três anos, todas as instituições de educação infantil tenham formulado, com a participação dos profissionais de educação neles envolvidos, seus projetos pedagógicos.\*\*

10. Estabelecer em todos os Municípios, no prazo de três anos, sempre que possível em articulação com as instituições de ensino superior que tenham experiência na área, um sistema de acompanhamento, controle e supervisão da educação infantil, nos estabelecimentos públicos e privados, visando ao apoio técnico-pedagógico para a melhoria da qualidade e à garantia do cumprimento dos padrões mínimos estabelecidos pelas diretrizes nacionais e estaduais.

11. Instituir mecanismos de colaboração entre os setores da educação, saúde e assistência na manutenção, expansão, administração, controle e avaliação das instituições de atendimento das crianças de 0 a 3 anos de idade.\*\*

12. Garantir a alimentação escolar para as crianças atendidas na educação infantil, nos estabelecimentos públicos e conveniados, através da colaboração financeira da União e dos Estados.\*\*

13. Assegurar, em todos os Municípios, o fornecimento de materiais pedagógicos adequados às faixas etárias e às necessidades do trabalho educacional, de forma que, em cinco anos, sejam atendidos os padrões mínimos de infra-estrutura definidos na meta nº 2. \*\*

14. Incluir as creches ou entidades equivalentes no sistema nacional de estatísticas educacionais, no prazo de três anos.\*

15. Extinguir as classes de alfabetização incorporando imediatamente as crianças no ensino fundamental e matricular, também, naquele nível todas as crianças de 7 anos ou mais que se encontrem na educação infantil.

16. Implantar conselhos escolares e outras formas de participação da comunidade escolar e local na melhoria do funcionamento das instituições de educação infantil e no enriquecimento das oportunidades educativas e dos recursos pedagógicos.

17. Estabelecer, até o final da década, em todos os Municípios e com a colaboração dos setores responsáveis pela educação, saúde e assistência social e de organizações não-governamentais, programas de orientação e apoio aos pais com filhos entre 0 e 3 anos, oferecendo, inclusive, assistência financeira, jurídica e de suplementação alimentar nos casos de pobreza, violência doméstica e desagregação familiar extrema.\*\*

18. Adotar progressivamente o atendimento em tempo integral para as crianças de 0 a 6 anos.

19. Estabelecer parâmetros de qualidade dos serviços de educação infantil, como referência para a supervisão, o controle e a avaliação, e como instrumento para a adoção das medidas de melhoria da qualidade.\*\*

20. Promover debates com a sociedade civil sobre o direito dos trabalhadores à assistência gratuita a seus filhos e dependentes em creches e pré-escolas, estabelecido no art. 7º, XXV, da Constituição Federal. \*\* Encaminhar ao Congresso Nacional projeto de lei visando à regulamentação daquele dispositivo. \*

21. Assegurar que, em todos os Municípios, além de outros recursos municipais os 10% dos recursos de manutenção e desenvolvimento do ensino não vinculados ao FUNDEF sejam aplicados, prioritariamente, na educação infantil.\*\*

22. Ampliar o Programa de Garantia de Renda Mínima associado a ações sócio-educativas, de sorte a atender, nos três primeiros anos deste Plano, a 50% das crianças de 0 a 6 anos que se enquadram nos critérios de seleção da clientela e a 100% até o sexto ano.\*\*

23. Realizar estudos sobre custo da educação infantil com base nos parâmetros de qualidade, com vistas a melhorar a eficiência e garantir a generalização da qualidade do atendimento.\*\*

24. Ampliar a oferta de cursos de formação de professores de educação infantil de nível superior, com conteúdos específicos, prioritariamente nas regiões onde o déficit de qualificação é maior, de modo a atingir a meta estabelecida pela LDB para a década da educação.\*\*

25. Exercer a ação supletiva da União e do Estado junto aos Municípios que apresentem maiores necessidades técnicas e financeiras, nos termos dos arts. 30, VI e 211, § 1º, da Constituição Federal.\*\*

26. Observar as metas estabelecidas nos demais capítulos referentes à educação infantil.

## **2. ENSINO FUNDAMENTAL**

### **2.1. Diagnóstico**

De acordo com a Constituição Brasileira, o ensino fundamental é obrigatório e gratuito. O art. 208 preconiza a garantia de sua oferta, inclusive para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria. É básico na formação do cidadão, pois de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu art. 32, o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo constituem meios para o desenvolvimento da capacidade de aprender e de se relacionar no meio social e político. É prioridade oferecê-lo a toda população brasileira.

O art. 208, § 1º, da Constituição Federal afirma: "O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo", e seu não-oferecimento pelo Poder Público ou sua oferta irregular implica responsabilidade da autoridade competente.

Existe hoje, no Brasil, um amplo consenso sobre a situação e os problemas do ensino fundamental.

As matrículas do ensino fundamental brasileiro superam a casa dos 35 milhões, número superior ao de crianças de 7 a 14 anos representando 116% dessa faixa etária. Isto significa que há muitas crianças matriculadas no ensino fundamental com idade acima de 14 anos. Em 1998, tínhamos mais de 8 milhões de pessoas nesta situação, (Tabela 1).

A exclusão da escola de crianças na idade própria, seja por inércia do Poder Público, seja por omissão da família e da sociedade, é a forma mais perversa e irremediável de exclusão social, pois nega o direito elementar de cidadania, reproduzindo o círculo da pobreza e da marginalidade e alienando milhões de brasileiros de qualquer perspectiva de futuro.

A consciência desse fato e a mobilização social que dela decorre têm promovido esforços coordenados das diferentes instâncias do Poder Público que resultaram numa evolução muito positiva do sistema de ensino fundamental como um todo, em termos tanto de cobertura quanto de eficiência. Os dados evolutivos, condensados na Tabela 2, indicam claramente esta questão.

Tabela 1 - Matrícula, em 25/3/98, no ensino fundamental, por Faixa Etária e Localização - 1998

Unidade da Federação	Matrícula por Faixa Etária e Localização									
	Total	Menos de 7 anos	De 7 a 14 Anos	De 15 a 19 anos	Mais de 19 anos	Total	Menos de 7 anos	De 7 a 14 anos	De 15 a 19 anos	Mais de 19 anos
<b>Brasil</b>	35.792.554	449.279	26.870.018	7.097.448	1.375.509	6.663.506	147.566	5.156.473	1.137.652	221.815
<b>Norte</b>	3.207.860	36.561	2.377.054	664.080	130.185	974.716	19.782	750.146	171.836	32.952
<b>Roraima</b>	308.992	2.050	244.847	53.991	8.104	85.331	479	71.060	14.578	2.214
<b>Acre</b>	140.176	2.178	105.565	27.922	4.511	45.472	1.072	33.818	8.769	1.623
<b>Amazonas</b>	638.303	3.169	452.295	144.983	37.886	134.758	1.953	103.180	23.742	5.883
<b>Paraná</b>	66.609	518	54.779	10.719	595	15.388	216	12.886	2.341	245
<b>Pará</b>	1.585.239	24.361	1.195.568	322.838	42.372	605.686	13.736	463.143	111.169	17.638
<b>Amapá</b>	122.392	864	99.097	20.636	1.805	19.020	642	15.769	2.172	437
<b>Pernambuco</b>	346.169	3.423	224.813	82.921	34.912	69.061	1.884	50.590	12.075	4.712
<b>Nordeste</b>	12.210.131	182.830	8.407.429	2.918.530	701.342	3.910.466	92.067	2.924.691	744.068	148.642
<b>Maranhão</b>	1.606.227	22.299	1.153.629	357.220	73.079	632.387	14.459	480.890	113.232	23.806
<b>Piauí</b>	731.247	12.985	552.609	144.399	21.254	276.468	7.322	209.910	50.853	8.393
<b>Ceará</b>	1.842.237	30.954	1.293.015	423.898	94.270	598.124	15.380	441.521	115.618	25.605
<b>P. G. do Norte</b>	650.711	10.916	472.791	142.470	24.534	149.082	4.518	116.892	24.079	3.593
<b>Parabá</b>	382.868	12.103	604.904	215.175	50.686	241.278	4.516	184.815	43.658	8.289
<b>Pernambuco</b>	1.818.479	16.780	1.297.492	412.394	91.813	464.679	7.440	364.690	80.995	11.554
<b>Piauí</b>	688.285	10.117	485.382	159.822	33.864	242.813	6.008	185.365	44.723	6.717
<b>Pernambuco</b>	436.631	2.728	296.161	11.266	264.766	117.648	1.197	91.466	20.630	4.355
<b>Pernambuco</b>	3.553.446	63.948	2.251.446	951.786	286.266	1.187.987	31.127	849.142	250.378	57.340
<b>Pernambuco</b>	13.249.814	71.441	10.431.785	2.369.062	377.526	952.847	10.698	787.539	126.881	27.729
<b>Pernambuco</b>	3.857.553	28.472	2.770.672	810.408	248.001	532.361	4.686	426.262	77.248	22.165
<b>Pernambuco</b>	619.559	3.038	499.894	100.666	15.063	97.893	956	86.383	8.984	1.370
<b>Pernambuco</b>	2.377.864	32.287	1.855.903	441.211	48.383	150.305	1.892	120.796	22.137	2.480
<b>Pernambuco</b>	6.394.838	7.646	5.305.136	1.016.777	65.279	172.488	164	152.098	18.512	1.714
<b>Pernambuco</b>	4.558.892	117.483	3.777.447	614.192	49.770	577.204	20.287	498.724	54.878	3.315
<b>Pernambuco</b>	1.808.149	18.073	1.490.423	255.121	44.532	171.333	2.057	149.082	17.335	2.859
<b>Pernambuco</b>	983.880	8.712	839.874	130.056	5.238	149.808	1.548	134.580	13.224	456
<b>Pernambuco</b>	1.766.863	30.698	1.447.150	229.015	116.986	256.063	16.652	215.062	24.319	-
<b>Pernambuco</b>	2.565.837	40.964	1.876.303	531.584	116.986	248.273	4.732	195.373	39.991	8.177
<b>Pernambuco</b>	459.876	10.761	350.324	82.345	16.526	34.815	320	29.313	4.669	513
<b>Pernambuco</b>	567.961	9.993	424.786	104.440	18.742	86.537	1.771	68.420	13.411	2.935
<b>Pernambuco</b>	1.135.948	12.091	788.100	262.954	71.803	97.633	1.742	75.034	16.736	4.121
<b>Pernambuco</b>	412.052	8.119	312.173	81.845	9.915	29.288	899	22.608	5.175	608

Fonte: MEC/INEP/SEEC - (Nota: A Idade foi obtida a partir do Ano do Nascimento informado no cadastro escolar - o ano 4, foi considerada a idade que o aluno completou em 1998)

**Tabela 2 - Taxas de Escolarização Bruta e Líquida na faixa etária de 7 a 14 anos  
Brasil e Regiões - 1991 e 1996**

Região/Ano	População de 7 a 14 anos	Matrícula no Ensino Fundamental Total	Taxa de Escolarização Bruta %	Matrícula no Ensino Fundamental 7 a 14 anos	Taxa de Escolarização Líquida %
<b>Brasil</b>					
1991	27.611.580	29.203.724	105,8	23.777.428	86,1
1996	28.525.815	33.131.270	116,1	25.909.860	90,8
<b>Norte</b>					
1991	2.248.157	2.246.339	99,9	1.780.876	79,2
1996	2.417.649	2.820.531	116,7	2.171.209	89,8
<b>Nordeste</b>					
1991	9.010.532	8.650.474	96,0	6.528.914	72,5
1996	9.180.333	10.475.469	114,1	7.601.089	82,8
<b>Sudeste</b>					
1991	10.737.330	11.965.480	111,4	10.185.214	94,9
1996	11.127.665	12.958.674	116,5	10.558.852	94,9
<b>Sul</b>					
1991	3.811.860	4.201.369	110,2	3.589.194	94,2
1996	3.899.007	4.475.774	114,8	3.773.730	96,8
<b>Centro-Oeste</b>					
1991	1.803.701	2.140.062	118,6	1.693.230	93,4
1996	1.901.161	2.400.822	126,3	1.804.980	94,9

Fontes: MEC/INEP/SEEC e IBGE

Considerando-se o número de crianças de 7 a 14 anos matriculadas no ensino fundamental, o índice de atendimento dessa faixa etária (taxa de escolarização líquida) aumentou, de 86% para cerca de 91% entre 1991 e 1996. O progresso foi impressionante, principalmente se tomarmos os dados já disponíveis de 1998: taxa bruta de escolarização de 128% e líquida, de 95%. A taxa de atendimento subiu para 96%, na faixa de 7 a 14 anos. As diferenças regionais estão diminuindo, pois nas regiões Norte e Nordeste a taxa de escolarização líquida passou a 90%, portanto aproximando-se da média nacional.

Em 1998, o ensino privado absorvia apenas 9,5% das matrículas, mantendo a tendência decrescente de participação relativa.

Se considerarmos, por outro lado, o número de crianças de 7 a 14 anos efetivamente matriculadas em algum nível de ensino, o que inclui algumas que estão na pré-escola, outras que freqüentam classes de alfabetização, além de uma parcela muito reduzida que já ingressou no ensino médio, o atendimento é ainda maior e o progresso igualmente impressionante: entre 1991 e 1998, essa taxa de atendimento cresceu de 91,6% para 95%, o que está muito próximo de uma universalização real do atendimento.

Temos, portanto, uma situação de inchaço nas matrículas do ensino fundamental, que decorre basicamente da distorção idade-série, a qual, por sua vez, é consequência dos elevados índices de reprovação. De acordo com o censo escolar de 1996, mais de 46% dos alunos do ensino fundamental têm idade superior à faixa etária correspondente a cada série. No Nordeste essa situação é mais dramática, chegando a 64% o índice de distorção. Esse problema dá a exata dimensão do grau de ineficiência do sistema educacional do País: os alunos levam em média 10,4 anos para completar as oito séries do ensino fundamental.

Tomando como referência apenas as crianças de 14 anos, verificamos que, em 1998, dos 3,5 milhões de adolescentes nessa faixa etária, apenas cerca de 622 mil freqüentavam a 8ª série do ensino fundamental. Além de indicar atraso no percurso escolar dos alunos, o que tem sido um dos principais fatores de evasão, a situação de distorção idade-série provoca custos adicionais aos sistemas de ensino, mantendo as crianças por

período excessivamente longo no ensino fundamental. A correção dessa distorção abre a perspectiva de, mantendo-se o atual número de vagas, ampliar o ensino obrigatório para nove séries, com início aos seis anos de idade. Esta medida é importante porque, em comparação com os demais países, o ingresso no ensino fundamental é relativamente tardio no Brasil, sendo de seis anos a idade padrão na grande maioria dos sistemas, inclusive nos demais países da América Latina. Corrigir essa situação constitui prioridade da política educacional.

Tendo em vista este conjunto de dados e a extensão das matrículas no ensino fundamental, é surpreendente e inaceitável que ainda haja crianças fora da escola. O problema da exclusão ainda é grande no Brasil. De acordo com a contagem da população realizada pelo IBGE em julho de 1996, são cerca de 2,7 milhões de crianças de 7 a 14 anos fora da escola, parte das quais nela já esteve e a abandonou. Uma parcela dessa população pode ser reincorporada à escola regular e outra precisa ser atendida pelos programas de educação de jovens e adultos.

A existência de crianças fora da escola e as taxas de analfabetismo estão estreitamente associadas. Trata-se, em ambos os casos, de problemas localizados, concentrando-se em bolsões de pobreza existentes nas periferias urbanas e nas áreas rurais.

Na maioria das situações, o fato de ainda haver crianças fora da escola não tem como causa determinante o déficit de vagas, está relacionado à precariedade do ensino e às condições de exclusão e marginalidade social em que vivem segmentos da população brasileira. Não basta, portanto, abrir vagas. Programas paralelos de assistência a famílias são fundamentais para o acesso à escola e a permanência nela, da população muito pobre, que depende, para sua subsistência, do trabalho infantil.

A desigualdade regional é grave, tanto em termos de cobertura como de sucesso escolar. Apesar do expressivo aumento de 9 pontos percentuais de crescimento entre 1991 e 1998, as regiões Norte e Nordeste continuam apresentando as piores taxas de escolarização do País. O Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, assim como o Projeto Nordeste/Fundescola, devem garantir os recursos para a correção dessas desigualdades. É preciso que a União continue atenta a este problema, priorizando o auxílio técnico e financeiro para as regiões que apresentam maiores deficiências.

## 2.2 Diretrizes

As diretrizes norteadoras da educação fundamental estão contidas na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nas Diretrizes Curriculares para o ensino fundamental.

Nos cinco primeiros anos de vigência deste plano, o ensino fundamental deverá atingir a sua universalização, sob a responsabilidade do Poder Público, considerando a indissociabilidade entre acesso, permanência e qualidade da educação escolar. O direito ao ensino fundamental não se refere apenas à matrícula, mas ao ensino de qualidade, até a conclusão.

O atraso no percurso escolar resultante da repetência e da evasão sinaliza para a necessidade de políticas educacionais destinadas à correção das distorções idade-série. A expressiva presença de jovens com mais de 14 anos no ensino fundamental demanda a criação de condições próprias para a aprendizagem dessa faixa etária, adequadas à sua maneira de usar o espaço, o tempo, os recursos didáticos e às formas peculiares com que a juventude tem de conviver.

A oferta qualitativa deverá, em decorrência, regularizar os percursos escolares, permitindo que crianças e adolescentes permaneçam na escola o tempo necessário para concluir este nível de ensino, eliminando mais celeremente o analfabetismo e elevando gradativamente a escolaridade da população brasileira. A ampliação da jornada escolar para turno integral tem dado bons resultados. O atendimento em tempo integral, oportunizando orientação no cumprimento dos deveres escolares, prática de esportes, desenvolvimento de atividades artísticas e alimentação adequada, no mínimo em duas refeições, é um avanço

significativo para diminuir as desigualdades sociais e ampliar democraticamente as oportunidades de aprendizagem.

O turno integral e as classes de aceleração são modalidades inovadoras na tentativa de solucionar a universalização do ensino e minimizar a repetência.

A LDB, em seu art. 34, § 2º, preconiza a progressiva implantação do ensino em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino, para os alunos do ensino fundamental. À medida que forem sendo implantadas as escolas de tempo integral, mudanças significativas deverão ocorrer quanto à expansão da rede física, atendimento diferenciado da alimentação escolar e disponibilidade de professores, considerando a especificidade de horários.

Além do atendimento pedagógico, a escola tem responsabilidades sociais que extrapolam o simples ensinar, especialmente para crianças carentes. Para garantir um melhor equilíbrio e desempenho dos seus alunos, faz-se necessário ampliar o atendimento social, sobretudo nos Municípios de menor renda, com procedimentos como renda mínima associada à educação, alimentação escolar, livro didático e transporte escolar.

A escola rural requer um tratamento diferenciado, pois a oferta de ensino fundamental precisa chegar a todos os recantos do País e a ampliação da oferta de quatro séries regulares em substituição às classes isoladas unidocentes é meta a ser perseguida, consideradas as peculiaridades regionais e a sazonalidade.

Reforçando o projeto político-pedagógico da escola, como a própria expressão da organização educativa da unidade escolar, surgem os conselhos escolares, que deverão orientar-se pelo princípio democrático da participação. A gestão da educação e a cobrança de resultados, tanto das metas como dos objetivos propostos neste plano, envolverão comunidade, alunos, pais, professores e demais trabalhadores da educação.

A atualidade do currículo, valorizando um paradigma curricular que possibilite a interdisciplinaridade, abre novas perspectivas no desenvolvimento de habilidades para dominar esse novo mundo que se desenha. As novas concepções pedagógicas, embasadas na ciência da educação, sinalizaram a reforma curricular expressa nos Parâmetros Curriculares Nacionais, que surgiram como importante proposta e eficiente orientação para os professores. Os temas estão vinculados ao cotidiano da maioria da população. Além do currículo composto pelas disciplinas tradicionais, propõem a inserção de temas transversais como ética, meio ambiente, pluralidade cultural, trabalho e consumo, entre outros. Esta estrutura curricular deverá estar sempre em consonância com as diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Educação e dos conselhos de educação dos Estados e Municípios.

Deve-se assegurar a melhoria da infra-estrutura física das escolas, generalizando inclusive as condições para a utilização das tecnologias educacionais em multimídia, contemplando-se desde a construção física, com adaptações adequadas a portadores de necessidades especiais, até os espaços especializados de atividades artístico-culturais, esportivas, recreativas e a adequação de equipamentos.

É preciso avançar mais nos programas de formação e de qualificação de professores. A oferta de cursos para a habilitação de todos os profissionais do magistério deverá ser um compromisso efetivo das instituições de educação superior e dos sistemas de ensino.

E, finalmente, a consolidação e o aperfeiçoamento do censo escolar, assim como do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e a criação de sistemas complementares nos Estados e Municípios permitirão um permanente acompanhamento da situação escolar do País, podendo dimensionar as necessidades e perspectivas do ensino médio e superior.

### **2.3 Objetivos e Metas<sup>2</sup>**

1. Universalizar o atendimento de toda a clientela do ensino fundamental, no prazo de cinco anos a partir da data de aprovação deste plano, garantindo o acesso e a permanência

<sup>2</sup> (\*) a iniciativa para cumprimento deste Objetivo/Meta depende da iniciativa da União;  
(\*\*) é exigida a colaboração da União.



**de todas as crianças na escola, estabelecendo em regiões em que se demonstrar necessário programas específicos , com a colaboração da União, dos Estados e dos Municípios.\*\***

**2. Ampliar para nove anos a duração do ensino fundamental obrigatório com início aos seis anos de idade, à medida que for sendo universalizado o atendimento na faixa de 7 a 14 anos.\***

**3. Regularizar o fluxo escolar reduzindo em 50%, em cinco anos, as taxas de repetência e evasão, por meio de programas de aceleração da aprendizagem e de recuperação paralela ao longo do curso, garantindo efetiva aprendizagem.**

**4. Elaborar, no prazo de um ano, padrões mínimos nacionais de infra-estrutura para o ensino fundamental, compatíveis com o tamanho dos estabelecimentos e com as realidades regionais, incluindo:\*\***

- a) espaço, iluminação, insolação, ventilação, água potável, rede elétrica, segurança e temperatura ambiente;**
- b) instalações sanitárias e para higiene;**
- c) espaços para esporte, recreação, biblioteca e serviço de merenda escolar;**
- d) adaptação dos edifícios escolares para o atendimento dos alunos portadores de necessidades especiais;**
- e) atualização e ampliação do acervo das bibliotecas;**
- f) mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos;**
- g) telefone e serviço de reprodução de textos;**
- h) informática e equipamento multimídia para o ensino.**

**5. A partir do segundo ano da vigência deste plano, somente autorizar a construção e funcionamento de escolas que atendam aos requisitos de infra-estrutura definidos.\*\***

**6. Assegurar que, em cinco anos, todas as escolas atendam os itens de "a" a "d" e, em dez anos, a totalidade dos itens.\*\***

**7. Estabelecer, em todos os sistemas de ensino e com o apoio da União e da comunidade escolar, programas para equipar todas as escolas, gradualmente, com os equipamentos discriminados nos itens de "e" a "h".\*\***

**8. Assegurar que, em três anos, todas as escolas tenham formulado seus projetos pedagógicos, com observância das Diretrizes Curriculares para o ensino fundamental e dos Parâmetros Curriculares Nacionais.**

**9. Promover a participação da comunidade na gestão das escolas, universalizando, em dois anos, a instituição de conselhos escolares ou órgãos equivalentes.**

**10. Integrar recursos do Poder Público destinados à política social, em ações conjuntas da União, dos Estados e Municípios, para garantir entre outras metas, a Renda Mínima Associada a Ações Sócio-educativas para as famílias com carência econômica comprovada.\*\***

**11. Manter e consolidar o programa de avaliação do livro didático criado pelo Ministério de Educação, estabelecendo entre seus critérios a adequada abordagem das questões de gênero e etnia e a eliminação de textos discriminatórios ou que reproduzam estereótipos acerca do papel da mulher, do negro e do índio.\***

12. Elevar de quatro para cinco o número de livros didáticos oferecidos aos alunos das quatro séries iniciais do ensino fundamental, de forma a cobrir as áreas que compõem as Diretrizes Curriculares do ensino fundamental e os Parâmetros Curriculares Nacionais.\*\*

13. Ampliar progressivamente a oferta de livros didáticos a todos os alunos das quatro séries finais do ensino fundamental, com prioridade para as regiões nas quais o acesso dos alunos ao material escrito seja particularmente deficiente.\*\*

14. Prover de literatura, textos científicos, obras básicas de referência e livros didático-pedagógicos de apoio ao professor as escolas do ensino fundamental; \*\*

15. Transformar progressivamente as escolas unidocentes em escolas de mais de um professor, levando em consideração as realidades e as necessidades pedagógicas e de aprendizagem dos alunos.

~~16. Associar as classes isoladas unidocentes remanescentes a escolas de, pelo menos, quatro séries completas.~~

17. Prover de transporte escolar as zonas rurais, quando necessário, com colaboração financeira da União, Estados e Municípios, de forma a garantir a escolarização dos alunos e o acesso à escola por parte do professor.\*\*

18. Garantir, com a colaboração da União, Estados e Municípios, o provimento da alimentação escolar e o equilíbrio necessário garantindo os níveis calóricos- protéicos por faixa etária.\*\*

19. Assegurar, dentro de três anos, que a carga horária semanal dos cursos diurnos compreenda, pelo menos, 20 horas semanais de efetivo trabalho escolar.

20. Eliminar a existência, nas escolas, de mais de dois turnos diurnos e um turno noturno, sem prejuízo do atendimento da demanda.

21. Ampliar, progressivamente a jornada escolar visando expandir a escola de tempo integral, que abranja um período de pelo menos sete horas diárias, com previsão de professores e funcionários em número suficiente.

22. Prover, nas escolas de tempo integral, preferencialmente para as crianças das famílias de menor renda, no mínimo duas refeições, apoio às tarefas escolares, a prática de esportes e atividades artísticas, nos moldes do Programa de Renda Mínima Associado a Ações Sócio-educativas.

23. Estabelecer em dois anos, a reorganização curricular dos cursos noturnos, de forma a adequá-los às características da clientela e promover a eliminação gradual da necessidade de sua oferta.

24. Articular as atuais funções de supervisão e inspeção no sistema de avaliação.

25. Prever formas mais flexíveis de organização escolar para a zona rural, bem como a adequada formação profissional dos professores, considerando a especificidade do alunado e as exigências do meio.

**26. Assegurar a elevação progressiva do nível de desempenho dos alunos mediante a implantação, em todos os sistemas de ensino, de um programa de monitoramento que utilize os indicadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e dos sistemas de avaliação dos Estados e Municípios que venham a ser desenvolvidos.\*\***

**27. Estimular os Municípios a proceder um mapeamento, por meio de censo educacional, das crianças fora da escola, por bairro ou distrito de residência e/ou locais de trabalho dos pais, visando localizar a demanda e universalizar a oferta de ensino obrigatório.**

**28. A educação ambiental, tratada como tema transversal, será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em conformidade com a Lei nº 9.795/99.**

**29. Apoiar e incentivar as organizações estudantis, como espaço de participação e exercício da cidadania.**

**30. Observar as metas estabelecidas nos capítulos referentes à educação a distância, formação de professores, educação indígena, educação especial e financiamento e gestão, na medida em que estão relacionadas às previstas neste capítulo.**

### **3. ENSINO MÉDIO**

#### **3.1 Diagnóstico**

Considerando o processo de modernização em curso no País, o ensino médio tem um importante papel a desempenhar. Tanto nos países desenvolvidos quanto nos que lutam para superar o subdesenvolvimento, a expansão do ensino médio pode ser um poderoso fator de formação para a cidadania e de qualificação profissional.

Justamente em virtude disso, no caso brasileiro, é particularmente preocupante o reduzido acesso ao ensino médio, muito menor que nos demais países latino-americanos em desenvolvimento, embora as estatísticas demonstrem que os concluintes do ensino fundamental começam a chegar à terceira etapa da educação básica em número um pouco maior, a cada ano. Essas pequenos incrementos anuais terão efeito cumulativo. Ao final de alguns anos, resultarão em uma mudança nunca antes observada na composição social, econômica, cultural e etária do alunado do ensino médio.

A Contagem da População realizada pelo IBGE em 1997 acusa uma população de 16.580.383 habitantes na faixa etária de 15 a 19 anos. Estavam matriculados no ensino médio, no mesmo ano, 5.933.401 estudantes. Significa que, idealmente, se o fluxo escolar fosse regular, o ensino médio comportaria bem menos que metade de jovens desta faixa etária. Isso é muito pouco, especialmente quando se considera a acelerada elevação do grau de escolaridade exigida pelo mercado de trabalho. A situação agrava-se quando se considera que, no caso do ensino médio, os cálculos das taxas de atendimento dessa faixa etária são pouco confiáveis, por diversas razões. Em primeiro lugar porque, em virtude das elevadas taxas de repetência no ensino fundamental, os jovens chegam ao ensino médio bem mais velhos. Em segundo lugar porque há um grande número de adultos que volta à escola vários anos depois de concluir o ensino fundamental.

Em virtude dessas duas condições, o ensino médio atende majoritariamente jovens e adultos com idade acima da prevista para este nível de ensino (Tabela 3), devendo-se supor que já estejam inseridos no mercado de trabalho. De fato os 6.968.531 alunos do ensino médio, em 1998, 54,8% - ou seja 3.817.688 - estudavam à noite.

**Tabela 3 - Ensino Médio - Matrícula  
Brasil - 1991 e 1998**

Dependência Administrativa	1991		1998		Crescimento
Faixa Etária	Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%	%
Total	3.770.230	100,0	6.968.531	100,0	84,8
Dependência Administrativa					
Federal	103.092	2,7	122.927	1,8	19,2
Estadual	2.472.757	65,6	5.301.475	76,0	114,4
Municipal	176.769	4,7	317.488	4,6	79,6
Particular	1.017.612	27,0	1.226.641	17,6	20,5
Faixa Etária					
Menos de 15 anos	128.804	3,4	96.474	1,4	-25,1
15 a 17 anos	1.625.789	43,1	3.120.185	44,8	91,9
Mais de 17 anos	2.015.637	53,5	3.751.872	53,8	86,1

Fonte: MEC/INEP/SEEC. Informe Estatístico, 1996 e censo escolar 1998

O número reduzido de matrículas no ensino médio - apenas cerca de 30,8% da população de 15 a 17 anos não se explica, entretanto, por desinteresse do Poder Público em atender à demanda, pois a oferta de vagas na 1ª série do ensino médio tem sido consistentemente superior ao número de egressos da 8ª série do ensino fundamental. A exclusão ao ensino médio deve-se às baixas taxas de conclusão do ensino fundamental, que, por sua vez, estão associadas à baixa qualidade daquele nível de ensino, da qual resultam elevados índices de repetência e evasão.

O ensino médio convive, também, com alta seletividade interna. Se os alunos estão chegando em maior número a esse nível de ensino, os índices de conclusão nas últimas décadas sinalizam que há muito a ser feito. Na coorte 1970-73, 74% dos que iniciavam o ensino médio conseguiram concluí-lo na coorte 1977-80, este índice caiu para 50,8%; na de 1991-94, para 43,8%.

Causas externas ao sistema educacional contribuem para que adolescentes e jovens se percam pelos caminhos da escolarização, agravadas por dificuldades da própria organização da escola e do processo ensino-aprendizagem. Os números do abandono e da repetência, apesar da melhoria dos últimos anos, ainda são bastante desfavoráveis (Tabela 4).

**Tabela 4 - Ensino Médio - Taxa de Abandono e Reprovação  
1995 e 1997**

Regiões	1995			1997		
	Abandono	Reprovação	Total	Abandono	Reprovação	Total
Brasil	21,6	10,1	31,7	13,7	7,5	21,2
Norte	32,2	10,9	33,1	26,0	7,7	33,7
Nordeste	26,6	10,1	36,7	18,1	7,5	25,6
Sudeste	19,3	9,1	28,4	10,9	6,3	17,2
Sul	16,5	12,7	26,2	10,0	10,0	20,0
Centro-Oeste	23,4	12,1	35,5	16,2	10,1	26,3

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Nota: Não incluído o não-seriado nas taxas de reprovação

Desagregados por regiões, os dados da repetência e abandono, ao lado das taxas de distorção idade-série, permitem visualizar – na falta de políticas específicas – em que região haverá maior percentual de alunos no ensino médio, em idade pedagogicamente adequada (Tabela 5).

**Tabela 5 - Ensino Médio – Taxa de Distorção Idade-série  
1996-1998**

Regiões	Total Geral	1ª série	2ª série	3ª série
Brasil 1996	55,2	57,7	54,6	51,0
1998	53,9	56,4	52,8	51,3
Norte 1996	74,8	77,2	73,2	71,8
1998	73,2	75,6	71,9	70,0
Nordeste 1996	69,6	72,6	68,8	64,7
1998	69,5	72,3	68,4	66,0
Sudeste 1996	50,0	52,2	49,8	46,3
1998	48,4	49,7	48,0	47,1
Sul 1996	41,4	43,3	41,4	37,6
1998	39,1	41,6	36,6	36,2
Centro-Oeste 1996	58,9	62,4	57,5	53,4
1998	57,7	60,8	55,9	53,9

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Nota: Para o ensino médio, a idade recomendada é de 15 anos para a 1ª série, 16 para a 2ª e 17 para a 3ª série. A 4ª série do ensino médio não é incluída nos cálculos, pois apresenta características diferentes das outras séries.

Há, entretanto, aspectos positivos no panorama do ensino médio brasileiro. O mais importante deles é que este foi o nível de ensino que apresentou maior taxa de crescimento nos últimos anos, em todo o sistema. Apenas no período de 1991 a 1998, a matrícula evoluiu de 3.770.230 para 6.968.531 alunos, de acordo com censo escolar, o que está claramente associado a uma recente melhoria do ensino fundamental e à ampliação do acesso ao ensino médio, já ocorridas. Nos próximos anos, como resultado do esforço que está sendo feito para elevar as taxas de conclusão da 8ª série, a demanda por ensino médio deverá se ampliar de forma explosiva, conforme estimativas contidas na Tabela 6.

**Tabela 6 - Educação Básica – Matrículas Brasil: 1995 – 2010 (em mil)**

Ano	Fundamental			Médio
	Total	1ª a 4ª	5ª a 8ª	
1995	32.544	20.041	12.503	5.313
1996	33.131	20.027	13.104	5.739
1998	35.488	21.164	14.325	6.962
2000*	35.439	20.151	15.288	8.774
2002*	34.947	19.282	15.666	10.020
2004*	34.253	18.562	15.691	10.297
2005*	33.879	18.255	15.624	10.383
2008*	32.813	17.552	15.261	10.446
2010*	32.225	17.245	14.980	10.369

Fonte: MEC/INEP/SEEC (\*) Dados estimados

Entretanto, no caso do ensino médio, não se trata apenas de expansão. Entre os diferentes níveis de ensino, esse foi o que enfrentou, nos últimos anos, a maior crise em termos de ausência de definição dos rumos que deveriam ser seguidos em seus objetivos e em sua organização. Um aspecto que deverá ser superado com a implementação das Novas Diretrizes Curriculares para o ensino médio e com programas de formação de professores, sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática.

Quanto ao financiamento do ensino médio, a Emenda Constitucional nº 14, assim como a Lei de Diretrizes e Bases, atribui aos Estados a responsabilidade pela sua manutenção e desenvolvimento. De fato, o surpreendente crescimento do ensino médio se deve, basicamente, às matrículas na rede estadual (Tabela 3). A diminuição da matrícula na rede privada atesta o caráter cada vez mais público deste nível de ensino. A expansão futura, porém, dependerá da utilização judiciosa dos recursos vinculados à educação, especialmente porque não há, para este nível de ensino, recursos adicionais como os que existem para o ensino fundamental na forma do Salário Educação. Assim, como os Estados estão obrigados a aplicar 15% da receita de impostos no ensino fundamental, os demais 10% vinculados à educação deverão ser aplicados, nessa instância federativa, prioritariamente, no ensino médio. Essa destinação deve prover fundos suficientes para a ampliação desse nível de ensino, especialmente quando se considera que o ensino fundamental consta de oito séries e o Médio, de apenas três; isso significa que, mesmo com a universalização do ensino médio, o número de alunos matriculados será, no máximo, 35% daquele atendido no nível fundamental.

Há de se considerar, entretanto, que, em muitos Estados, a ampliação do ensino médio vem competindo com a criação de universidades estaduais. O mais razoável seria promover a expansão da educação superior estadual com recursos adicionais, sem comprometer os 25% constitucionalmente vinculados à educação, que devem ser destinados prioritariamente à educação básica.

### 3.2 Diretrizes

O aumento lento, mas contínuo, do número dos que conseguem concluir a escola obrigatória, associado à tendência para a diminuição da idade dos concluintes, vai permitir que um crescente número de jovens ambicione uma carreira educacional mais longa. Assim, a demanda pelo ensino médio – terceira etapa da educação básica – vai compor-se, também, de segmentos já inseridos no mercado de trabalho, que aspirem melhoria social e salarial e precisem dominar habilidades que permitem assimilar e utilizar, produtivamente, recursos tecnológicos novos e em acelerada transformação.

Estatísticas recentes confirmam esta tendência. Desde meados dos anos 80, foi no ensino médio que se observou o maior crescimento de matrículas do País. De 1985 a 1994, esse crescimento foi superior a 100%, enquanto no ensino fundamental foi de 30%.

Se, no passado mais longínquo, o ponto de ruptura do sistema educacional brasileiro situou-se no acesso à escola, posteriormente na passagem do antigo primário ao ginásio, em seguida pela diferenciação da qualidade do ensino oferecido, hoje ele se dá no limiar e dentro do ensino médio.

Pelo caráter que assumiu na história educacional de quase todos os países, a educação média é particularmente vulnerável à desigualdade social. Na disputa permanente entre orientações profissionalizantes ou acadêmicas, entre objetivos humanistas ou econômicos, a tensão expressa nos privilégios e nas exclusões decorre da origem social. Em vista disso, o ensino médio proposto neste plano deverá enfrentar o desafio dessa dualidade com oferta de escola média de qualidade a toda a demanda. Uma educação que propicie aprendizagem de competências de caráter geral, forme pessoas mais aptas a assimilar mudanças, mais autônomas em suas escolhas, que respeitem as diferenças e superem a segmentação social.

Preparando jovens e adultos para os desafios da modernidade, o ensino médio deverá permitir aquisição de competências relacionadas ao pleno exercício da cidadania e da inserção produtiva: auto-aprendizagem; percepção da dinâmica social e capacidade para nela intervir; compreensão dos processos produtivos; capacidade de observar, interpretar e tomar

decisões; domínio de aptidões básicas de linguagens, comunicação, abstração; habilidades para incorporar valores éticos de solidariedade, cooperação e respeito às individualidades.

Ao longo dos dez anos de vigência deste plano, conforme disposto no art. 208, II, da Constituição Federal que prevê como dever do Estado a *garantia da progressiva universalização do ensino médio gratuito*, a oferta da educação média de qualidade não pode prescindir de definições pedagógicas e administrativas fundamentais a uma formação geral sólida e medidas econômicas que assegurem recursos financeiros para seu financiamento. Como os Estados e o Distrito Federal estão obrigados a aplicar 15% da receita de impostos no ensino fundamental, os demais 10% vinculados à educação deverão ser aplicados, prioritariamente, no ensino médio. Esta destinação assegurará a manutenção e a expansão deste nível de ensino nos próximos anos.

As metas de expansão da oferta e de melhoria da qualidade do ensino médio devem estar associadas, de forma clara, a diretrizes que levem à correção do fluxo de alunos na escola básica, hoje com índices de distorção idade-série inaceitáveis.

Por outro lado, o estabelecimento de um sistema de avaliação, à semelhança do que ocorre com o ensino fundamental, é essencial para o acompanhamento dos resultados do ensino médio e correção de seus equívocos. O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e, mais recentemente, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), operados pelo MEC, os sistemas de avaliação já existentes em algumas unidades da federação que, certamente, serão criados em outras, e os sistemas estatísticos já disponíveis, constituem importantes mecanismos para promover a eficiência e a igualdade do ensino médio oferecido em todas as regiões do País.

Há que se considerar, também, que o ensino médio atende a uma faixa etária que demanda uma organização escolar adequada à sua maneira de usar o espaço, o tempo e os recursos didáticos disponíveis. Esses elementos devem pautar a organização do ensino a partir das novas diretrizes curriculares para o ensino médio, já elaboradas e aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação.

Como nos demais níveis de ensino, as metas do PNE devem associar-se, fortemente, às de formação, capacitação e valorização do magistério, tratadas noutra parte deste documento. Reconhece-se que a carência de professores da área de Ciências constitui problema que prejudica a qualidade do ensino e dificulta tanto a manutenção dos cursos existentes como sua expansão.

A disposição constitucional (art. 208, III) de segregação dos portadores de deficiência na rede regular de ensino será, no ensino médio, implementada através de qualificação dos professores e da adaptação das escolas quanto às condições físicas, mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos. Quando necessário atendimento especializado, serão observadas diretrizes específicas contidas no capítulo sobre educação especial.

Assim, as diretrizes do Plano Nacional de Educação apontam para a criação de incentivos e a retirada de todo obstáculo para que os jovens permaneçam no sistema escolar e, aos 17 ou 18 anos de idade, estejam concluindo a educação básica com uma sólida formação geral.

### 3.3 Objetivos e Metas<sup>3</sup>

1. Formular e implementar, progressivamente, uma política de gestão da infraestrutura física na educação básica pública, que assegure:

a) o reordenamento, a partir do primeiro ano deste Plano, da rede de escolas públicas que contemple a ocupação racional dos estabelecimentos de ensino estaduais e municipais, com o objetivo, entre outros, de facilitar a delimitação de instalações físicas

<sup>3</sup> (\*) a iniciativa para cumprimento deste Objetivo/Meta depende da iniciativa da União;

(\*\*) é exigida a colaboração da União.

próprias para o ensino médio separadas, pelo menos, das quatro primeiras séries do ensino fundamental e da educação infantil;

b) a expansão gradual do número de escolas públicas de ensino médio de acordo com as necessidades de infra-estrutura identificada ao longo do processo de reordenamento da rede física atual;

c) no prazo de dois anos, a contar da vigência deste Plano, o atendimento da totalidade dos egressos do ensino fundamental e a inclusão dos alunos com defasagem de idade e dos que possuem necessidades especiais de aprendizagem;

d) o oferecimento de vagas que, no prazo de cinco anos, correspondam a 50% e, em dez anos, a 100% da demanda de ensino médio, em decorrência da universalização e regularização do fluxo de alunos no ensino fundamental.

2. Implantar e consolidar, no prazo de cinco anos, a nova concepção curricular elaborada pelo Conselho Nacional de Educação.

3. Melhorar o aproveitamento dos alunos do ensino médio, de forma a atingir níveis satisfatórios de desempenho definidos e avaliados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e pelos sistemas de avaliação que venham a ser implantados nos Estados.

4. Reduzir, em 5% ao ano, a repetência e a evasão, de forma a diminuir para quatro anos o tempo médio para conclusão deste nível.

5. Assegurar, em cinco anos, que todos os professores do ensino médio possuam diploma de nível superior, oferecendo, inclusive, oportunidades de formação nesse nível de ensino àqueles que não a possuem."

6. Elaborar, no prazo de um ano, padrões mínimos nacionais de infra-estrutura para o ensino médio, compatíveis com as realidades regionais, incluindo:"

a) espaço, iluminação, ventilação e insolação dos prédios escolares;

b) instalações sanitárias e condições para a manutenção da higiene em todos os edifícios escolares;

c) espaço para esporte e recreação;

d) espaço para a biblioteca;

e) adaptação dos edifícios escolares para o atendimento dos alunos portadores de necessidades especiais;

f) instalação para laboratórios de ciências;

g) informática e equipamento multimídia para o ensino.

h) atualização e ampliação do acervo das bibliotecas incluindo material bibliográfico de apoio ao professor e aos alunos;

i) equipamento didático-pedagógico de apoio ao trabalho em sala de aula;

j) telefone e reproduutor de texto;

7. Não autorizar o funcionamento de novas escolas fora dos padrões de "a" a "g".

8. Adaptar, em cinco anos, as escolas existentes, de forma a atender aos padrões mínimos estabelecidos.

9. Assegurar que, em cinco anos, todas as escolas estejam equipadas, pelo menos, com biblioteca, telefone e reproduutor de textos.

10. Assegurar que, em cinco anos, pelo menos 50%, e, em 10 anos, a totalidade das escolas disponham de equipamento de informática para modernização da administração e para apoio à melhoria do ensino e da aprendizagem."



11. Adotar medidas para a universalização progressiva das redes de comunicação, para melhoria do ensino e da aprendizagem.

12. Adotar medidas para a universalização progressiva de todos os padrões mínimos durante a década, incentivando a criação de instalações próprias para esse nível de ensino.

13. Criar mecanismos, como conselhos ou equivalentes, para incentivar a participação da comunidade na gestão, manutenção e melhoria das condições de funcionamento das escolas.

14. Assegurar a autonomia das escolas, tanto no que diz respeito ao projeto pedagógico como em termos de gestão de recursos mínimos para a manutenção do cotidiano escolar.

15. Adotar medidas para ampliar a oferta diurna e manter a oferta noturna, suficiente para garantir o atendimento dos alunos que trabalham.

16. Proceder, em dois anos, a uma revisão da organização didático-pedagógica e administrativa do ensino noturno, de forma a adequá-lo às necessidades do aluno-trabalhador, sem prejuízo da qualidade do ensino.

17. Estabelecer, em um ano, programa emergencial para formação de professores, especialmente nas áreas de Ciências e Matemática.\*\*

18. Apoiar e incentivar as organizações estudantis, como espaço de participação e exercício da cidadania.

19. A educação ambiental, tratada como tema transversal, será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em conformidade com a Lei nº 9.795/99.

20. Observar, no que diz respeito ao ensino médio, as metas estabelecidas nos capítulos referentes à formação de professores, financiamento e gestão e ensino a distância.

## B- EDUCAÇÃO SUPERIOR

### 4. EDUCAÇÃO SUPERIOR

#### 4.1 Diagnóstico

A educação superior enfrenta, no Brasil, sérios problemas, que se agravarão se o Plano Nacional de Educação não estabelecer uma política que promova sua renovação e desenvolvimento.

Atualmente, os cerca de 1,5 milhões de jovens egressos do nível médio têm à sua disposição um número razoável de vagas. (Tabela 7).

Tabela 7 - Quadro do Ensino Superior no Brasil - 1998

Ensino Superior	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
Instituições	973	57	74	78	764
Cursos	8.950	1.338	1.125	507	3.980
Ingressantes	661.353	89.160	67.888	39.317	454.988
Vagas oferecidas	776.031	90.788	70.670	44.267	570.306
Vagas não preenchidas	124.678	1.628	2.782	4.950	115.318

Fonte : INEP/MEC - dados referentes a 1998

Entretanto, como resultado conjugado de fatores demográficos, aumento das exigências do mercado de trabalho, além das políticas de melhoria do ensino médio, prevê-se uma explosão na demanda por educação superior. A matrícula no ensino médio deverá crescer na rede estaduais, sendo provável que o crescimento seja oriundo de alunos das camadas mais pobres da população. Isto é, haverá uma demanda crescente de alunos carentes por educação superior. Em 1998, 55% dos estudantes deste nível freqüentavam cursos noturnos; na rede estadual esta porcentagem sobe para 62%.

A matrícula nas instituições de educação superior vem apresentando um rápido crescimento nos últimos anos. Apenas em 1998, o número total de matriculados saltou de 1 milhão e 945 mil, em 1997, para 2 milhões e 125 mil em 1998. Houve, portanto, um crescimento de 9%, - índice igual ao atingido pelo sistema em toda a década de 80.

Tabela 8 - Evolução da Matrícula no Ensino Superior Administrativo - Brasil - 1980 - 1998

Ano	Total	Federal	Estadual	Municipal	Total Públicas	% Públicas	Particular	% Particular
1980	1.377.286	316.715	109.252	66.265	492.232	35,74	885.054	64,26
1981	1.386.792	313.217	129.659	82.934	535.810	38,64	850.982	61,36
1982	1.407.987	316.940	134.901	98.547	548.388	38,95	859.599	61,05
1983	1.438.992	340.118	147.197	89.374	576.689	40,08	862.303	59,92
1984	1.399.639	326.199	156.013	89.667	571.879	40,87	827.680	59,13
1985	1.367.609	326.522	148.816	83.342	556.680	40,71	810.929	59,29
1986	1.418.196	325.734	153.789	98.108	577.632	40,74	840.564	59,26
1987	1.470.555	329.423	168.039	87.503	584.965	39,76	885.590	60,22
1988	1.503.555	317.831	190.738	76.784	585.351	38,94	918.204	61,06
1989	1.518.904	315.283	193.697	75.434	584.414	38,48	934.490	61,52
1990	1.540.080	308.867	194.417	75.341	578.625	37,58	961.455	62,42
1991	1.585.056	320.135	202.315	83.286	605.736	38,71	979.320	61,29
1992	1.535.768	325.884	210.133	93.845	629.662	41,00	906.126	59,00
1993	1.594.868	344.387	216.535	92.594	653.516	40,99	941.152	59,01
1994	1.661.034	363.543	231.938	94.971	690.450	41,57	970.584	58,43
1995	1.759.703	367.531	239.215	93.794	700.540	38,82	1.059.163	60,18
1996	1.868.529	388.967	243.101	103.339	735.427	39,36	1.133.102	60,64
1997	1.945.615	395.833	253.676	109.671	759.182	39,03	1.186.433	60,97
1998	2.125.958	408.640	274.934	121.155	804.729	37,86	1.321.229	62,14

Fonte : MEC/INEP

A participação do ensino privado no nível superior aumentou sobretudo na década de 70, como decorrência de uma pressão de demanda a partir da "questão dos excedentes". Nos últimos vinte anos, o setor privado tem oferecido pouco menos de dois terços das vagas na educação superior (Tabela 8). De 1994 para cá, o número de alunos subiu 36,1% nas instituições privadas, bem acima das públicas. Nestas, o crescimento foi de 12,4% nas federais, 18,5% nas estaduais, e 27,6% nas municipais.

A manutenção de atividades típicas das universidades - ensino, pesquisa e extensão - que constituem o suporte necessário para o desenvolvimento científico,

tecnológico e cultural do País, não será possível sem o fortalecimento do setor público. Paralelamente, a expansão do setor privado deve continuar, desde que garantida a qualidade.

Como se pode verificar na Tabela 9, registra-se também, no caso da educação superior, uma distribuição de vagas muito desigual por região, o que precisará ser corrigido. Deve-se observar, entretanto, que esta desigualdade resulta da concentração das matrículas em instituições particulares das regiões mais desenvolvidas. O setor público, por outro lado, está mais bem distribuído e cumpre assim uma função importante de diminuição das desigualdades regionais - função esta que deve ser preservada.

**Tabela 9 - Matrículas por Dependência Administrativa - Brasil e Regiões - Nível Superior 1998**

Região	Dependência Administrativa								
	Total	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Particular	%
Brasil	2.125.958	408.640	19,22	274.934	12,93	121.155	5,69	1.321.229	62,14
Norte	85.077	45.957	54,01	9.688	11,38	952	1,11	28.480	33,47
Nordeste	310.159	118.455	38,19	80.702	26,01	10.681	3,44	100.321	32,34
Sudeste	1.148.004	127.991	11,14	114.716	9,99	43.210	3,78	862.087	75,09
Sul	419.133	71.960	17,16	55.543	13,25	61.264	14,61	230.366	54,96
Centro-Oeste	163.585	44.277	27,06	14.285	8,73	5.048	3,08	99.975	61,11

Fonte : MEC/INEP/SEEC

No conjunto da América Latina, o Brasil apresenta um dos índices mais baixos de acesso à educação superior, mesmo quando se leva em consideração o setor privado. Assim, a porcentagem de matriculados na educação superior brasileira em relação à população de 18 a 24 anos é de menos de 12% , comparando-se desfavoravelmente com os índices de outros países do continente. A Argentina, embora conte com 40% da faixa etária, configura um caso à parte, uma vez que adotou o ingresso irrestrito, o que se reflete em altos índices de repetência e evasão nos primeiros anos. Mas o Brasil continua em situação desfavorável frente ao Chile (20,6%), à Venezuela ( 26%) e à Bolívia ( 20,6%).

É importante observar que o crescimento do setor público se deveu, nos últimos anos, à ampliação do atendimento nas redes estaduais, como se verifica na Tabela 8. A contribuição estadual para a educação superior tem sido importante, mas não deve ocorrer em detrimento da expansão com qualidade do ensino médio. Para um desenvolvimento equilibrado e nos marcos do regime de colaboração, os recursos destinados pelos Estados à educação superior devem ser adicionais aos 25% da receita de impostos vinculada à manutenção e desenvolvimento da educação básica.

Observe-se, ainda que, entre 1988 e 1998, verificou-se ampliação expressiva das matrículas em estabelecimentos municipais, com crescimento de 5,8% ao ano, ao passo que as estaduais e particulares, apresentam crescimento de 4,4% e, as federais de 2,9%. Ainda que em termos do contingente, a participação das municipais seja pouco expressiva - a participação das municipais correspondia a menos de 6% do total das matrículas -, esta tendência de ampliação das municipais contraria o disposto na Emenda Constitucional nº 14, de 1996, onde o sistema municipal de ensino deve atender prioritariamente à educação infantil e ao ensino fundamental. (Tabela 10).

**Tabela 10 - Índice do Crescimento da Administração (FES) Dependência Administrativa Brasil 1988-1998**  
1988=100

Ano	Federal	Estadual	Municipal	Privada
1988	100,0	100,0	100,0	100,0
1989	99,2	101,6	98,2	101,8
1990	97,2	101,9	98,1	104,7
1991	100,7	106,1	108,5	104,6
1992	102,5	110,2	122,0	98,7
1993	108,4	113,5	120,8	102,5
1994	114,4	121,6	123,7	105,7
1995	115,6	125,4	122,2	115,4
1996	122,4	127,5	134,6	123,4
1997	124,5	133,0	142,8	129,2
1998	128,6	144,1	157,8	143,9
Crescimento médio Anual	2,9	4,4	5,8	4,4

Fonte: MEC/INEP/SEEC

À União atribui-se historicamente o papel de atuar na educação superior, função prevista na Carta Magna. As instituições públicas deste nível de ensino não podem prescindir do apoio do Estado. As universidades públicas têm um importante papel a desempenhar no sistema, seja na pesquisa básica e na pós-graduação *stricto sensu*, seja como padrão de referência no ensino de graduação. Além disso, cabe-lhe qualificar os docentes que atuam na educação básica e os docentes da educação superior que atuam em instituições públicas e privadas, para que se atinjam as metas previstas na LDB quanto à titulação docente.

Há que se pensar, evidentemente, em racionalização de gastos e diversificação do sistema, mantendo o papel do setor público.

Há uma grande controvérsia acerca do gasto por aluno no nível superior, que reflete uma acirrada disputa de concepções. Há uma variação de 5 a 11 mil reais como gasto anual por aluno, dependendo da metodologia adotada e da visão do analista. Parte dos estudos acerca do tema divide simplesmente todo o orçamento da universidade pelo número de alunos. Desta forma são embutidos no custo da graduação os consideráveis gastos com pesquisa – o que não se admite, por exemplo, na França. Muitos estudiosos brasileiros também contestam esta posição, uma vez que não se pode confundir a função “ensino” com as funções “pesquisa” e “extensão”. Alguns autores desconsideram ainda os elevados gastos com os hospitais universitários e as aposentadorias. (Tabela 11).

**Tabela 11 - IFES – Participação das Despesas com Aposentadorias e Pensões no Total de Despesas com Pessoal e Encargos Sociais**  
R\$ 1,00

Exercício	Pessoal e Encargos	Aposentadorias e Pensões	% (B/A)
1995	2.970.957.348	859.809.496	28,9
1996	4.981.168.224	1.470.679.381	29,5
1997	4.973.428.714	1.499.419.168	30,1
1998	4.907.154.735	1.578.478.032	32,2

Fonte: SIAFI/TCU – valores constantes de 1998, deflacionando-se com base no IGP-DIVGV, exclusive os Centros Federais de Educação Tecnológica-CEFETs

Não cabe ao Plano Nacional de Educação tomar partido nesta disputa. Recomenda-se que a comunidade acadêmica procure critérios consensuais de avaliação. Entretanto, no que se refere à questão dos inativos, entende-se que devem ser custeados pela União, mas desligados do orçamento das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES.

O Tribunal de Contas da União ressalta que, além de significativo, o percentual relativo às aposentadorias é crescente ao longo do período e que o verdadeiro significado dessa despesa é mais perceptível quando comparada com outras despesas das IFES como os gastos com Outros Custeios e Capital-OCC: o que é gasto com o pagamento dos inativos e pensionistas é equivalente ao montante gasto com todas as demais despesas das IFES que não se referem a pessoal, incluindo manutenção em geral, investimentos, inversões financeiras, etc. (Tabela 12)

**Tabela 12 - IFES – Relação entre Despesas com Aposentadorias e Pensões e com Outros Custeios e Capital**

Exercício	Aposentadorias e Pensões		Outros Custeios e Capital	
	R\$ 1,00	% (apos. + occ)	R\$ 1,00	% (apos. + occ)
1995	859.609.496	48,0	849.592.914	51,0
1996	1.470.679.381	50,3	1.452.937.403	49,7
1997	1.499.419.168	51,3	1.421.472.930	48,7
1998	1.578.478.032	53,8	1.354.278.172	48,2

Fonte : Tribunal de Contas da União – valores constantes de 1998

Verifica-se, portanto que o percentual de recursos destinados à manutenção e investimento nas IFES decresce na mesma proporção em que aumentam os gastos com inativos e pensionistas.

É importante observar, ainda o comportamento das despesas com investimentos e inversões financeiras. (Tabela 13).

**Tabela 13 - IFES - Despesas com Investimentos e Inversões Financeiras**

Exercício	Total	Índice de Gasto	(%) Em Relação a 1995
1995	260.891.319	100,0	0,0
1996	172.984.623	66,3	- 33,7
1997	168.287.637	64,5	- 35,5
1998	88.552.016	33,2	- 66,8

Fonte : Tribunal de Contas da União - valores constantes de 1998, exclusive os CEFETs

Dessa forma, ao contrário das despesas totais das IFES, que, após um salto em 1996, passaram a apresentar relativa estabilidade, as despesas com investimento apresentam declínio.

Como estratégia de diversificação, há que se pensar na expansão do pós-secundário, isto é, na formação de qualificação em áreas técnicas e profissionais. A própria modulação do ensino universitário, com diploma intermediário, como foi estabelecido na França, permitiria uma expansão substancial do atendimento nas atuais instituições de educação superior, sem custo adicional excessivo.

#### 4.2 Diretrizes

Nenhum país pode aspirar a ser desenvolvido e independente sem um forte sistema de educação superior. Num mundo em que o conhecimento sobrepõe os recursos

materiais como fator de desenvolvimento humano, a importância da educação superior e de suas instituições é cada vez maior. Para que estas possam desempenhar sua missão educacional, institucional e social, o apoio público é decisivo.

A importância que neste plano se deve dar às Instituições de Ensino Superior (IES), mormente à universidade e aos centros de pesquisa, erige-se sobre a constatação de que a produção de conhecimento, hoje mais do que nunca e assim tende a ser cada vez mais é a base do desenvolvimento científico e tecnológico e que este é que está criando o dinamismo das sociedades atuais.

As IES têm muito a fazer, no conjunto dos esforços nacionais, para colocar o País à altura das exigências e desafios do Séc. XXI, encontrando a solução para os problemas atuais, em todos os campos da vida e da atividade humana e abrindo um horizonte para um futuro melhor para a sociedade brasileira, reduzindo as desigualdades. A oferta de educação básica de qualidade para todos está grandemente nas mãos dessas instituições, na medida que a elas compete primordialmente a formação dos profissionais do magistério; a formação dos quadros profissionais, científicos e culturais de nível superior, a produção de pesquisa e inovação, a busca de solução para os problemas atuais são funções que destacam a universidade no objetivo de projetar a sociedade brasileira num futuro melhor.

O sistema de educação superior deve contar com um conjunto diversificado de instituições que atendam a diferentes demandas e funções. Seu núcleo estratégico há de ser composto pelas universidades, que exercem as funções que lhe foram atribuídas pela Constituição: ensino, pesquisa e extensão. Esse núcleo estratégico tem como missão contribuir para o desenvolvimento do País e a redução dos desequilíbrios regionais, nos marcos de um projeto nacional. Por esse motivo, estas instituições devem ter estreita articulação com as instituições de ciência e tecnologia – como aliás está indicado na LDB (art. 86). No mundo contemporâneo, as rápidas transformações destinam às universidades o desafio de reunir em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, os requisitos de *relevância*, incluindo a superação das desigualdades sociais e regionais, *qualidade* e *cooperação internacional*. As universidades constituem, a partir da reflexão e da pesquisa, o principal instrumento de transmissão da experiência cultural e científica acumulada pela humanidade. Nessas instituições apropria-se o patrimônio do saber humano que deve ser aplicado ao conhecimento e desenvolvimento do País e da sociedade brasileira. A universidade é, simultaneamente, depositária e criadora de conhecimentos.

A diretriz básica para o bom desempenho desse segmento é a autonomia universitária, exercida nas dimensões previstas na Carta Magna: didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

A Constituição Federal preceitua que o dever do Estado com a educação efetiva-se mediante a garantia de, entre outros, acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

A pressão pelo aumento de vagas na educação superior, que decorre do aumento acelerado do número de egressos da educação média, já está acontecendo e tenderá a crescer. Deve-se planejar a expansão com qualidade, evitando-se o fácil caminho da massificação. É importante a contribuição do setor privado, que já oferece a maior parte das vagas na educação superior e tem um relevante papel a cumprir, desde que respeitados os parâmetros de qualidade estabelecidos pelos sistemas de ensino.

Há necessidade da expansão das universidades públicas para atender à demanda crescente dos alunos, sobretudo os carentes, bem como ao desenvolvimento da pesquisa necessária ao País, que depende dessas instituições, uma vez que realizam mais de 90% da pesquisa e da pós-graduação nacionais – em sintonia com o papel constitucional a elas reservado.

Deve-se assegurar, portanto, que o poder público neste processo, tenha uma expansão de vagas tal que, no mínimo, mantenha uma proporção nunca inferior a 40% do total.

Para promover a renovação do ensino universitário brasileiro, é preciso, também, reformular o rígido sistema atual de controles burocráticos. A efetiva autonomia das universidades, a ampliação da margem de liberdade das instituições não-universitárias e a

permanente avaliação dos currículos constituem medidas tão necessárias quanto urgentes, para que a educação superior possa enfrentar as rápidas transformações por que passa a sociedade brasileira e constituir um pólo formulador de caminhos para o desenvolvimento humano em nosso país.

Deve-se ressaltar, também, que as instituições não vocacionadas para a pesquisa, mas que praticam ensino de qualidade e, eventualmente, extensão, têm um importante papel a cumprir no sistema de educação superior e sua expansão, devendo exercer inclusive prerrogativas da autonomia. É o caso dos centros universitários.

Ressalte-se a importância da expansão de vagas no período noturno, considerando que as universidades, sobretudo as federais possuem espaço para este fim, destacando a necessidade de se garantir o acesso a laboratórios, bibliotecas e outros recursos que assegurem ao aluno-trabalhador o ensino de qualidade a que tem direito nas mesmas condições de que dispõem os estudantes do período diurno. Esta providência implicará a melhoria do indicador referente ao número de docentes por alunos.

É igualmente indispensável melhorar a qualidade do ensino oferecido, para o que constitui instrumento adequado a institucionalização de um amplo sistema de avaliação associada à ampliação dos programas de pós-graduação, cujo objetivo é qualificar os docentes que atuam na educação superior.

Historicamente, o desenho federativo brasileiro reservou à União o papel de atuar na educação superior. Esta é sua função precípua e que deve atrair a maior parcela dos recursos de sua receita vinculada. É importante garantir um financiamento estável às universidades públicas, a partir de uma matriz que considere suas funções constitucionais.

Ressalte-se que à educação superior está reservado, também, o papel de fundamentar e divulgar os conhecimentos ministrados nos outros níveis de ensino, assim como preparar seus professores. Assim, não só por parte da universidade, mas também das outras instituições de educação superior deve haver não só uma estreita articulação entre este nível de ensino e os demais como também um compromisso com o conjunto do sistema educacional brasileiro.

Finalmente, é necessário rever e ampliar, em colaboração com o Ministério da Ciência e Tecnologia e com as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, a política de incentivo à pós-graduação e à investigação científica, tecnológica e humanística nas universidades.

#### **4.3 Objetivos e Metas**

1. Prover, até o final da década, a oferta de educação superior para , pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos\*\*

2. Ampliar a oferta de ensino público de modo a assegurar uma proporção nunca inferior a 40% do total das vagas, prevendo inclusive a parceria da União com os Estados na criação de novos estabelecimentos de educação superior.\*\*

3. Estabelecer uma política de expansão que diminua as desigualdades de oferta existentes entre as diferentes regiões do País\*

4. Estabelecer um amplo sistema interativo de educação a distância, utilizando-o, inclusive, para ampliar as possibilidades de atendimento nos cursos presenciais, regulares ou de educação continuada.\*\*

5. Assegurar efetiva autonomia didática, científica, administrativa e de gestão financeira para as universidades públicas.\*\*

\* (\*\*) a iniciativa para cumprimento deste Objetivo/Meta depende da iniciativa da União;

(\*\*) é exigida a colaboração da União.

6. Institucionalizar um amplo e diversificado sistema de avaliação interna e externa que englobe os setores público e privado, e promova a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão acadêmica.\*

7. Instituir programas de fomento para que as instituições de educação superior constituam sistemas próprios e sempre que possível nacionalmente articulados, de avaliação institucional e de cursos, capazes de possibilitar a elevação dos padrões de qualidade do ensino, de extensão e no caso das universidades, também de pesquisa.\*

8. Estender, com base no sistema de avaliação, diferentes prerrogativas de autonomia às instituições não-universitárias públicas e privadas.\*

9. Estabelecer sistema de credenciamento periódico das instituições e reconhecimento periódicos dos cursos superiores, apoiado no sistema nacional de avaliação.\*\*

10. Diversificar o sistema superior de ensino, favorecendo e valorizando estabelecimentos não-universitários que ofereçam ensino de qualidade e que atendam clientela com demandas específicas de formação: tecnológica, profissional liberal, em novas profissões, para exercício do magistério ou de formação geral.\*\*

11. Estabelecer, em nível nacional, diretrizes curriculares que assegurem a necessária flexibilidade e diversidade nos programas de estudos oferecidos pelas diferentes instituições de educação superior, de forma a melhor atender às necessidades diferenciais de suas clientela e às peculiaridades das regiões nas quais se inserem.\*

12. Incluir nas diretrizes curriculares dos cursos de formação de docentes temas relacionados às problemáticas tratadas nos temas transversais, especialmente no que se refere à abordagem tais como: gênero, educação sexual, ética (justiça, diálogo, respeito mútuo, solidariedade e tolerância), pluralidade cultural, meio ambiente, saúde e temas locais.

13. Diversificar a oferta de ensino, incentivando a criação de cursos noturnos com propostas inovadoras, de cursos sequenciais e de cursos modulares, com a certificação, permitindo maior flexibilidade na formação e ampliação da oferta de ensino.\*\*

14. A partir de padrões mínimos fixados pelo Poder Público, exigir melhoria progressiva da infra-estrutura de laboratórios, equipamentos e bibliotecas, como condição para o credenciamento das instituições de educação superior e renovação do reconhecimento de cursos.\*

15. Estimular a consolidação e o desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa das universidades, dobrando, em dez anos, o número de pesquisadores qualificados.\*\*

16. Promover o aumento anual do número de mestres e de doutores formados no sistema nacional de pós-graduação em, pelo menos, 5%.\*\*

17. Promover levantamentos periódicos do êxodo de pesquisadores brasileiros formados, para outros países, investigar suas causas, desenvolver ações imediatas no sentido de impedir que o êxodo continue e planejar estratégias de atração desses pesquisadores, bem como de talentos provenientes de outros países.\*\*

18. Incentivar a generalização da prática da pesquisa como elemento integrante e modernizador dos processos de ensino-aprendizagem em toda a educação superior, inclusive com a participação de alunos no desenvolvimento da pesquisa.\*\*

19. Criar políticas que facilitem às minorias, vítimas de discriminação, o acesso à educação superior, através de programas de compensação de deficiências de sua formação escolar anterior, permitindo-lhes, desta forma, competir em igualdade de condições nos processos de seleção e admissão a esse nível de ensino.\*\*



**20. Implantar planos de capacitação dos servidores técnico-administrativos das instituições públicas de educação superior, sendo de competência da IES definir a forma de utilização dos recursos previstos para esta finalidade.\*\***

**21. Garantir, nas instituições de educação superior, a oferta de cursos de extensão, para atender as necessidades da educação continuada de adultos, com ou sem formação superior, na perspectiva de integrar o necessário esforço nacional de resgate da dívida social e educacional.**

**22. Garantir a criação de conselhos com a participação da comunidade e de entidades da sociedade civil organizada, para acompanhamento e controle social das atividades universitárias, com o objetivo de assegurar o retorno à sociedade dos resultados das pesquisas, do ensino e da extensão.**

**23. Implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio 2001-2004 e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas.**

#### ***4.4 - Financiamento e Gestão da Educação Superior***

**24. Assegurar, na esfera federal, através da legislação, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Superior, constituído, entre outras fontes, por, pelo menos 75% dos recursos da União vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino, destinados à manutenção e expansão da rede de instituições federais.\***

**25. Estabelecer um sistema de financiamento para o setor público, que considere, na distribuição de recursos para cada instituição, além da pesquisa, o número de alunos atendidos, resguardada a qualidade dessa oferta.\*\***

**26. Ampliar o programa de crédito educativo, associando-o ao processo de avaliação das instituições privadas e agregando contribuições federais e estaduais, e, tanto quanto possível, das próprias instituições beneficiadas, de modo a atender a, no mínimo, 30% da população matriculada no setor particular, com prioridade para os estudantes de menor renda.\*\***

**27. Oferecer apoio e incentivo governamental para as instituições comunitárias sem fins lucrativos, preferencialmente aquelas situadas em localidades não atendidas pelo Poder Público, levando em consideração a avaliação do custo e a qualidade do ensino oferecido.**

**28. Estimular, com recursos públicos federais e estaduais, as instituições de educação superior a constituírem programas especiais de titulação e capacitação de docentes, desenvolvendo e consolidando a pós-graduação no País.\*\***

**29. Ampliar o financiamento público à pesquisa científica e tecnológica, através das agências federais e fundações estaduais de amparo à pesquisa e da colaboração com as empresas públicas e privadas, de forma a triplicar, em dez anos, os recursos atualmente destinados a esta finalidade.\*\***

**30. Utilizar parte dos recursos destinados à ciência e tecnologia, para consolidar o desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa.\*\***

**31. Incluir, nas informações coletadas anualmente através do questionário anexo ao Exame Nacional de Cursos, questões relevantes para a formulação de políticas de gênero, tais como trancamento de matrícula ou abandono temporário dos cursos superiores motivados por gravidez e/ou exercício de funções domésticas relacionadas à guarda e educação dos filhos.\***

**32. Estimular a inclusão de representantes da sociedade civil organizada nos Conselhos Universitários.\*\***

**33. Estimular as instituições de ensino superior a identificar, na educação básica, estudantes com altas habilidades intelectuais, nos estratos de renda mais baixa, com vistas a oferecer bolsas de estudo e apoio ao prosseguimento dos estudos.\*\***

**34. Estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico.\*\***

**35. Observar, no que diz respeito à educação superior, as metas estabelecidas nos capítulos referentes à educação a distância, formação de professores, educação indígena, educação especial e educação de jovens e adultos.**

### **III – MODALIDADES DE ENSINO**

#### **5. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

##### **5.1 Diagnóstico**

A Constituição Federal determina como um dos objetivos do Plano Nacional de Educação a integração de ações do poder público que conduzam à erradicação do analfabetismo (art. 214, I). Trata-se de tarefa que exige uma ampla mobilização de recursos humanos e financeiros por parte dos governos e da sociedade.

Os déficits do atendimento no ensino fundamental resultaram, ao longo dos anos, num grande número de jovens e adultos que não tiveram acesso ou não lograram terminar o ensino fundamental obrigatório.

Embora tenha havido progresso com relação a essa questão, o número de analfabetos é ainda excessivo e envergonha o País: atinge 16 milhões de brasileiros maiores de 15 anos. O analfabetismo está intimamente associado às taxas de escolarização e ao número de crianças fora da escola.

Todos os indicadores apontam para aprofundada desigualdade regional na oferta de oportunidades educacionais e a concentração de população analfabeta ou insuficientemente escolarizada nos bolsões de pobreza existentes no País. Cerca de 30% da população analfabeta com mais de 15 anos está localizada no Nordeste.(Tabela 14).

**Tabela 14 - Taxas de Analfabetismo das Pessoas de 15 anos de idade ou mais – Brasil e Regiões - 1996**

<b>Brasil</b>	<b>14,7 %</b>
<b>Região Norte urbana *</b>	<b>11,8 %</b>
<b>Região Nordeste</b>	<b>28,7 %</b>
<b>Região Sudeste</b>	<b>8,7 %</b>
<b>Região Sul</b>	<b>8,9 %</b>
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>11,6 %</b>

Fonte : Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios- 1996. Rio de Janeiro. IBGE, v. 18, 1998.

\*Exclui-se a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Uma concepção ampliada de alfabetização, abrangendo a formação equivalente às oito séries do ensino fundamental, aumenta a população a ser atingida, pois, como se verifica na Tabela 15, é muito elevado o número de jovens e adultos que não lograram completar a escolaridade obrigatória.

**Tabela 15 - Escolarização da População - 1996**

Grupos de Idades	Classes de Anos de Estudo (%)							
	Sem Instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 anos	5 a 7 anos	8 anos	8 a 11 anos	12 anos e mais	Não determinados
<b>Total</b>	13,61	21,55	16,84	18,32	8,25	14,68	5,88	0,87
<b>10 a 14 anos</b>	10,11	42,99	18,66	26,37	0,85	0,07	0,00	0,96
<b>15 a 19 anos</b>	5,36	16,29	12,75	32,15	12,46	19,20	0,76	1,03
<b>20 a 24 anos</b>	5,75	14,37	13,05	22,73	10,80	25,70	6,81	0,79
<b>25 a 29 anos</b>	7,03	14,86	14,80	19,87	11,18	23,10	8,44	0,71
<b>30 a 39 anos</b>	9,10	16,61	17,59	15,39	10,29	19,87	10,08	1,08
<b>40 a 49 anos</b>	15,46	20,61	19,85	11,20	8,72	13,51	10,4	0,60
<b>50 a 59 anos</b>	25,53	24,17	20,59	8,00	6,32	8,34	6,53	0,51
<b>60 anos ou mais</b>	40,99	22,01	17,81	5,84	4,35	5,10	3,41	0,47
<b>Idade ignorada</b>	22,81	20,08	11,14	11,36	5,27	8,50	3,02	17,83

Fonte: IBGE. Contagem da População de 1996.

Embora o analfabetismo esteja concentrado nas faixas etárias mais avançadas (Tabela 16) e as taxas tenham se reduzido, passando de 20,1% da população, em 1991, para 15,6 % em 1995, há também uma redução insuficiente do analfabetismo ao longo do tempo. As gerações antigas não podem ser consideradas como as únicas responsáveis pelas taxas atuais, pois pessoas entre quinze e trinta anos em 1997 somavam cerca de 21,4 % do analfabetismo total. O problema não se resume a uma questão demográfica. Como há reposição do estoque de analfabetos, além do fenômeno da regressão, é de se esperar que apenas a dinâmica demográfica seja insuficiente para promover a redução em níveis

razoáveis nos próximos anos. Portanto, para alcançar a redução do analfabetismo é necessário agir ativamente tanto sobre o estoque existente quanto sobre as futuras gerações.

Tabela 16 - População de 15 anos ou mais de idade por situação de alfabetização - 1997 (\*)

Sexo Localização do Domicílio	População de 15 anos ou mais por Grupos de Idade						
	Total	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 anos ou mais
Total	108.025.650	16.580.383	13.454.058	12.303.375	23.245.389	17.801.843	24.840.802
Não Alfabetizada	15.883.372	941.773	960.560	1.058.705	2.382.562	2.683.390	7.856.382
Analfabetis- mo %	14,07	5,7	7,1	8,6	10,2	15,2	31,6
Homens	52.043.984	8.312.899	6.667.807	5.855.295	11.197.194	8.421.656	11.489.133
Não Alfabetizada	7.608.924	637.555	599.186	623.931	1.255.761	1.227.800	3.264.691
Analfabetis- mo %	14,6	7,7	9,0	10,5	11,2	14,6	28,4
Mulheres	55.981.666	8.267.484	6.786.251	6.348.080	12.048.195	9.179.987	13.351.669
Não Alfabetizada	8.274.448	304.218	361.374	434.774	1.126.801	1.455.590	4.591.691
Analfabetis- mo %	14,8	3,7	5,3	6,8	9,4	15,9	34,4
Urbana	87.675.076	13.159.144	10.953.391	10.083.779	19.214.275	14.537.968	19.728.519
Não Alfabetizada	9.385.517	442.582	490.730	542.744	1.318.435	1.564.595	5.006.451
Analfabetis- mo %	10,7	3,4	4,5	5,4	6,9	10,8	25,4
Rural	20.350.574	3.421.239	2.500.667	2.219.596	4.031.114	3.063.675	5.114.283
Não Alfabetizada	6.517.855	499.211	469.830	515.961	1.064.127	1.118.795	2.849.931
Analfabetis- mo %	32,0	14,6	18,8	23,2	26,4	36,5	55,7

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1991/PNAD 1995/1996/1997

\* Exclui-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Como se infere da Tabela 15, não se verificam, tomado este indicador, distorções significativas em função do gênero, estando inclusive as mulheres melhor posicionadas nos grupos etários abaixo de 40 anos. Tomando-se o corte regional, as mulheres têm, em todas as regiões, uma maior média de anos de estudo. Entretanto, quando o fator verificado é a etnia, nota-se uma distorção, a indicar a necessidade de políticas focalizadas. (Tabela 17)

**Tabela 17 - Média de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade por sexo e cor - 1996**

Brasil	Média de anos de estudo				
	Total	Homens	Mulheres	Branca	Preta e Parda
Total	5,3	5,2	5,4	6,2	4,2
Região Norte Urbana	5,2	4,9	5,4	6,3	4,7
Região Nordeste	3,9	3,8	4,2	4,8	3,5
Região Sudeste	6,0	6,0	6,0	6,6	4,9
Região Sul	5,8	5,8	5,8	6,0	4,3
Região Centro-Oeste	5,5	5,2	5,5	6,3	4,7

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1996, (CD-ROM).

### 5.2 Diretrizes

As profundas transformações que vêm ocorrendo em escala mundial, em virtude do acelerado avanço científico e tecnológico e do fenômeno da globalização, têm implicações diretas nos valores culturais, na organização das rotinas individuais, nas relações sociais, na participação política, assim como na reorganização do mundo do trabalho.

A necessidade de contínuo desenvolvimento de capacidades e competências para enfrentar essas transformações alterou a concepção tradicional de educação de jovens e adultos, não mais restrita a um período particular da vida ou a uma finalidade circunscrita. Desenvolve-se o conceito de educação ao longo de toda a vida, que há de se iniciar com a alfabetização. Mas não basta ensinar a ler e a escrever. Para inserir a população no exercício pleno da cidadania, melhorar sua qualidade de vida e de fruição do tempo livre e ampliar suas oportunidades no mercado de trabalho, a educação de jovens e adultos deve compreender no mínimo, a oferta de uma formação equivalente às oito séries iniciais do ensino fundamental.

De acordo com a Carta Magna (art. 208, I), a modalidade de ensino "educação de jovens e adultos", no nível fundamental deve ser oferecida gratuitamente pelo Estado a todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. Trata-se de um direito público subjetivo (CF, art. 208, § 1º). Por isso, compete aos poderes públicos disponibilizar os recursos para atender a essa educação.

As experiências bem sucedidas de concessão de incentivos financeiros, como bolsas de estudo, devem ser consideradas pelos sistemas de ensino responsáveis pela educação de jovens e adultos. Sempre que possível, esta política deve ser integrada àquelas dirigidas às crianças, como as que associam educação e renda mínima. Assim, dar-se-á atendimento integral à família.

Para atender a essa clientela, numerosa e heterogênea no que se refere a interesses e competências adquiridas na prática social, há que se diversificar os programas. Neste sentido, é fundamental a participação solidária de toda a comunidade, com o envolvimento das organizações da sociedade civil diretamente envolvidas na temática. É necessária, ainda, a produção de materiais didáticos e técnicas pedagógicas apropriadas, além da especialização do corpo docente.

A integração dos programas de educação de jovens e adultos com a educação profissional aumenta sua eficácia, tornando-os mais atrativos. É importante o apoio dos empregadores, no sentido de considerar a necessidade de formação permanente – o que pode dar-se de diversas formas: organização de jornadas de trabalho compatíveis com o horário escolar; concessão de licenças para frequência em cursos de atualização; implantação de cursos de formação de jovens e adultos no próprio local de trabalho. Também é oportuno observar que há milhões de trabalhadores inseridos no amplo mercado informal, ou à procura

de emprego, ou ainda – sobretudo as mulheres – envolvidas com tarefas domésticas. Daí a importância da associação das políticas de emprego e proteção contra o desemprego à formação de jovens e adultos, além de políticas dirigidas para as mulheres, cuja escolarização têm, ademais, um grande impacto na próxima geração, auxiliando na diminuição do surgimento de “novos analfabetos”.

Como face da pobreza, as taxas de analfabetismo acompanham os desequilíbrios regionais brasileiros, tanto no que diz respeito às regiões político-administrativas, como no que se refere ao corte urbano/rural. Assim, é importante o acompanhamento regionalizado das metas, além de estratégias específicas para a população rural.

Cabe, por fim, considerar que o reagate da dívida educacional não se restringe à oferta de formação equivalente às quatro séries iniciais do ensino fundamental. A oferta do ciclo completo de oito séries àqueles que lograrem completar as séries iniciais é parte integrante dos direitos assegurados pela Constituição Federal e deve ser ampliada gradativamente. Da mesma forma, deve ser garantido, aos que completaram o ensino fundamental, o acesso ao ensino médio.

Uma tarefa dessa envergadura necessita da garantia e programação de recursos necessários. Esta questão é abordada no capítulo referente ao financiamento e gestão.

Embora o financiamento das ações pelos poderes públicos seja decisivo na formulação e condução de estratégias necessárias para enfrentar o problema dos déficits educacionais, é importante ressaltar que, sem uma efetiva contribuição da sociedade civil, dificilmente o analfabetismo será erradicado e, muito menos, lograr-se-á universalizar uma formação equivalente às oito séries iniciais do ensino fundamental. Universidades, igrejas, sindicatos, entidades estudantis, empresas, associações de bairros, meios de comunicação de massa e organizações da sociedade civil em geral devem ser agentes dessa ampla mobilização. Dada a importância de criar oportunidades de convivência com um ambiente cultural enriquecedor, há que se buscar parcerias com os equipamentos culturais públicos, tais como museus e bibliotecas e privados, como cinemas e teatros. Assim, as metas que se seguem, imprescindíveis à construção da cidadania no País, requerem um esforço nacional, com responsabilidade partilhada entre a União, os Estados e o Distrito Federal, os Municípios e a sociedade organizada.

### **5.3 Objetivos e Metas<sup>\*</sup>**

1. Estabelecer, a partir da aprovação do PNE, programas visando a alfabetizar 10 milhões de jovens e adultos, em cinco anos e, até o final da década, erradicar o analfabetismo.\*\*

2. Assegurar, em cinco anos, a oferta de educação de jovens e adultos equivalente às quatro séries iniciais do ensino fundamental para 50% da população de 15 anos e mais que não tenha atingido este nível de escolaridade.\*\*

3. Assegurar, até o final da década, a oferta de cursos equivalentes às quatro séries finais do ensino fundamental para toda a população de 15 anos e mais que concluiu as quatro séries iniciais.\*\*

4. Estabelecer programa nacional, para assegurar que as escolas públicas de ensino fundamental e médio localizadas em áreas caracterizadas por analfabetismo e baixa escolaridade ofereçam programas de alfabetização e de ensino e exames para jovens e adultos, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais.\*\*

5. Estabelecer programa nacional de fornecimento, pelo Ministério da Educação, de material didático-pedagógico, adequado à clientela, para os cursos em nível de ensino fundamental para jovens e adultos, de forma a incentivar a generalização das iniciativas mencionadas na meta anterior.\*

\* ) a iniciativa para cumprimento deste Objetivo/Meta depende da iniciativa da União;

\*\* ) é exigida a colaboração da União.

6. Realizar anualmente, levantamento e troca de experiências em alfabetização de jovens e adultos, que constituam referência para os agentes integrados ao esforço nacional de erradicação do analfabetismo.\*\*

7. Assegurar que os sistemas estaduais de ensino, em regime de colaboração com os demais entes federativos, mantenham programas de formação de educadores de jovens e adultos, capacitados para atuar de acordo com o perfil da clientela, e habilitados para, no mínimo, o exercício do magistério nas séries iniciais do ensino fundamental, de forma a atender a demanda de órgãos públicos e privados envolvidos no esforço de erradicação do analfabetismo.\*\*

8. Estabelecer políticas que facilitem parcerias para o aproveitamento dos espaços ociosos existentes na comunidade, bem como o efetivo aproveitamento do potencial de trabalho comunitário das entidades da sociedade civil, para a educação de jovens e adultos.\*\*

9. Instar Estados e Municípios a procederem um mapeamento, por meio de censo educacional, nos termos do art. 5º, §1º da LDB, da população analfabeta, por bairro ou distrito das residências e/ou locais de trabalho, visando localizar e induzir a demanda e programar a oferta de educação de jovens e adultos para essa população.\*\*

10. Reestruturar, criar e fortalecer, nas secretarias estaduais e municipais de educação, setores próprios incumbidos de promover a educação de jovens e adultos.

11. Estimular a concessão de créditos curriculares aos estudantes de educação superior e de cursos de formação de professores em nível médio que participarem de programas de educação de jovens e adultos.

12. Elaborar, no prazo de um ano, parâmetros nacionais de qualidade para as diversas etapas da educação de jovens e adultos, respeitando-se as especificidades da clientela e a diversidade regional.\*

13. Aperfeiçoar o sistema de certificação de competências para prosseguimento de estudos.\*\*

14. Expandir a oferta de programas de educação a distância na modalidade de educação de jovens e adultos, incentivando seu aproveitamento nos cursos presenciais.\*\*

15. Sempre que possível, associar ao ensino fundamental para jovens e adultos a oferta de cursos básicos de formação profissional.

16. Dobrar em cinco anos e quadruplicar em dez anos a capacidade de atendimento nos cursos de nível médio para jovens e adultos.\*\*

17. Implantar, em todas as unidades prisionais e nos estabelecimentos que atendam adolescentes e jovens infratores, programas de educação de jovens e adultos de nível fundamental e médio, assim como de formação profissional, contemplando para esta clientela as metas nº 5 e nº 14.\*\*

18. Incentivar as instituições de educação superior a oferecerem cursos de extensão para prover as necessidades de educação continuada de adultos, tenham ou não formação de nível superior.\*\*

19. Estimular as universidades e organizações não-governamentais a oferecer cursos dirigidos à terceira idade.

20. Realizar em todos os sistemas de ensino, a cada dois anos, avaliação e divulgação dos resultados dos programas de educação de jovens e adultos, como instrumento para assegurar o cumprimento das metas do Plano.

21. Realizar estudos específicos com base nos dados do censo demográfico da PNAD, de censos específicos (agrícola, penitenciário, etc) para verificar o grau de escolarização da população.\*\*

22. Articular as políticas de educação de jovens e adultos com as de proteção contra o desemprego e de geração de empregos.\*\*

23. Nas empresas públicas e privadas incentivar a criação de programas permanentes de educação de jovens e adultos para os seus trabalhadores, assim como de condições para a recepção de programas de teleeducação.

24. Articular as políticas de educação de jovens e adultos com as culturais, de sorte que sua clientela seja beneficiária de ações que permitam ampliar seus horizontes culturais.

25. Observar, no que diz respeito à educação de jovens e adultos, as metas estabelecidas para o ensino fundamental, formação dos professores, educação a distância, financiamento e gestão, educação tecnológica, formação profissional e educação indígena.

26. Incluir, a partir da aprovação do Plano Nacional de Educação, a Educação de Jovens e Adultos nas formas de financiamento da Educação Básica.

## **5. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS**

### **5.1 Diagnóstico**

No processo de universalização e democratização do ensino, especialmente no Brasil, onde os déficits educativos e as desigualdades regionais são tão elevados, os desafios educacionais existentes podem ter, na educação a distância, um meio auxiliar de indiscutível eficiência. Além do mais, os programas educativos podem desempenhar um papel inestimável no desenvolvimento cultural da população em geral.

O País já conta com inúmeras redes de televisão e rádio educativas no setor público. Paralelamente, há que se considerar a contribuição do setor privado, que tem produzido programas educativos de boa qualidade, especialmente para a televisão. Há, portanto, inúmeras iniciativas neste setor.

Ainda são incipientes, no entanto, aquelas que concretizam um trabalho em regime de cooperação, capaz de elevar a qualidade e aumentar o número de programas produzidos e apresentados. O sistema também se ressentia da falta de uma rede informatizada que permita o acesso generalizado aos programas existentes. Entretanto a regulamentação constante na Lei de Diretrizes e Bases é o reconhecimento da construção de um novo paradigma da educação a distância.

A União cabe o credenciamento das instituições autorizadas a oferecer cursos de educação a distância, assim como o estabelecimento dos requisitos para a realização de exames e o registro de diplomas (art. 87, §§ 1º e 2º); são de responsabilidade dos sistemas de ensino as normas para produção, controle e avaliação dos programas, assim como a autorização para sua implementação (art. 87, § 3º).

Ao introduzir novas concepções de tempo e espaço na educação, a educação a distância tem função estratégica: contribui para o surgimento de mudanças significativas na instituição escolar e influi nas decisões a serem tomadas pelos dirigentes políticos e pela sociedade civil na definição das prioridades educacionais.

As possibilidades da educação a distância são particularmente relevantes quando analisamos o crescimento dos índices de conclusão do ensino fundamental e médio. Cursos a distância ou semipresenciais podem desempenhar um papel crucial na oferta de formação equivalente ao nível fundamental e médio para jovens e adultos insuficientemente escolarizados.

O Ministério da Educação, nesse setor, tem dado prioridade à atualização e aperfeiçoamento de professores para o ensino fundamental e ao enriquecimento do material pedagógico disponível para esse nível de ensino. A TV Escola e o fornecimento, aos estabelecimentos escolares, do equipamento tecnológico necessário constituem importantes iniciativas. Além disso, a TV Escola deverá revelar-se um instrumento importante para orientar os sistemas de ensino quanto à adoção das Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental e os Parâmetros Curriculares. Estão também em fase inicial os treinamentos que orientam os professores a utilizar sistematicamente a televisão, o vídeo, o rádio e o computador como instrumentos pedagógicos de grande importância.

O Ministério da Educação, a União e os Estados são parceiros necessários para o desenvolvimento da informática nas escolas de ensino fundamental e médio.



### **6.2 Diretrizes**

Ao estabelecer que o Poder Público incentivará o desenvolvimento de programas de educação a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional introduziu uma abertura de grande alcance para a política educacional. É preciso ampliar o conceito de educação a distância para poder incorporar todas as possibilidades que as tecnologias de comunicação possam propiciar a todos os níveis e modalidades de educação, seja por meio de correspondência, transmissão radiofônica e televisiva, programas de computador, internet, seja por meio dos mais recentes processos de utilização conjugada de meios como a telemática e a multimídia.

O material escrito, parte integrante e essencial para a eficácia desta modalidade de educação, deverá apresentar a mesma qualidade dos materiais audiovisuais.

No conjunto da oferta de programas para formação a distância, há certamente que permitir-se a multiplicação de iniciativas. Os programas educativos e culturais devem ser incentivados dentro do espírito geral da liberdade de imprensa, consagrada pela Constituição Federal, embora sujeitos a padrões de qualidade que precisam ser objeto de preocupação não só dos órgãos governamentais, mas também dos próprios produtores, por meio de um sistema de auto-regulamentação. Quando se trata, entretanto, de cursos regulares, que dêem direito a certificados ou diplomas, a regulamentação e o controle de qualidade por parte do Poder Público são indispensáveis e devem ser rigorosos.

Há, portanto, que distinguiam-se claramente as políticas dirigidas para o incentivo de programas educativos em geral e aquelas formuladas para controlar e garantir a qualidade dos programas que levam à certificação ou diploma.

A Lei de Diretrizes e Bases considera a educação a distância como um importante instrumento de formação e capacitação de professores em serviço. Numa visão prospectiva, de prazo razoavelmente curto, é preciso aproveitar melhor a competência existente no ensino superior presencial para institucionalizar a oferta de cursos de graduação e iniciar um projeto de universalidade aberta que dinamize o processo de formação de profissionais qualificados, de forma a atender as demandas da sociedade brasileira.

As tecnologias utilizadas na educação a distância não podem, entretanto, ficar restritas a esta finalidade. Elas constituem hoje um instrumento de enorme potencial para o enriquecimento curricular e a melhoria da qualidade do ensino presencial. Para isto, é fundamental equipar as escolas com multimeios, capacitar os professores para utilizá-los, especialmente na Escola Normal, nos cursos de Pedagogia e nas Licenciaturas, e integrar a informática na formação regular dos alunos.

A televisão, o vídeo, o rádio e o computador constituem importantes instrumentos pedagógicos auxiliares, não devendo substituir, no entanto, as relações de comunicação e interação direta entre educador e educando.

Só será permitida a celebração de contratos onerosos para a retransmissão de programa de Educação à Distância com redes de televisão e de rádio quando não houver cobertura da Televisão e de Rádio Educativa, bem como a elaboração dos programas será realizada pelas Secretarias Estaduais, Municipais ou pelo Ministério da Educação.

### **6.3 Objetivos e Metas<sup>6</sup>**

1. A União deverá estabelecer, dentro de um ano, normas para credenciamento das instituições que ministram cursos a distância.

---

<sup>6</sup> (\*) a iniciativa para cumprimento deste Objetivo/Meta depende da iniciativa da União;

(\*\*) é exigida a colaboração da União.

2. Estabelecer, dentro de 2 anos, em cooperação da União com os Estados e Municípios, padrões éticos e estéticos mediante os quais será feita a avaliação da produção de programas de educação a distância.\*

3. Utilizar os canais educativos televisivos e radiofônicos, assim como redes telemáticas de educação, para a disseminação de programas culturais e educativos, assegurando às escolas e à comunidade condições básicas de acesso a esses meios.\*\*

4. Garantir a integração de ações dos Ministérios da Educação, da Cultura, do Trabalho, da Ciência e Tecnologia e das Comunicações para o desenvolvimento da educação a distância no País, pela ampliação da infra-estrutura tecnológica e pela redução de custos dos serviços de comunicação e informação, criando, em dois anos, um programa que assegure essa colaboração.

5. Enviar ao Congresso Nacional, no prazo de um ano, proposta de regulamentação da reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, para transmissão de programas educativos pelos canais comerciais de rádio e televisão, inclusive em horários nobres.\*

6. Fortalecer e apoiar o Sistema Nacional de Rádio e Televisão Educativa, comprometendo-o a desenvolver programas que atendam as metas propostas neste capítulo.

7. Promover imagens não estereotipadas de homens e mulheres na Televisão Educativa, incorporando em sua programação temas que afirmem pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, assim como a adequada abordagem de temas referentes à etnia e portadores de necessidades especiais.\*

8. Ampliar a oferta de programas de formação a distância para a educação de jovens e adultos, especialmente no que diz respeito à oferta de ensino fundamental, com especial consideração para o potencial dos canais radiofônicos e para o atendimento da população rural.

9. Promover, em parceria com o Ministério do Trabalho, as empresas, os serviços nacionais de aprendizagem e as escolas técnicas federais, a produção e difusão de programas de formação profissional a distância.\*\*

10. Promover, com a colaboração da União e dos Estados e em parceria com instituições de ensino superior, a produção de programas de educação a distância de nível médio.\*\*

11. Iniciar, logo após a aprovação do Plano, a oferta de cursos a distância, em nível superior, especialmente na área de formação de professores para a educação básica.\*\*

12. Ampliar, gradualmente, a oferta de formação a distância em nível superior para todas as áreas, incentivando a participação das universidades e das demais instituições de educação superior credenciadas.\*\*

13. Incentivar, especialmente nas universidades, a formação de recursos humanos para educação a distância.\*\*

14. Apoiar financeira e institucionalmente a pesquisa na área de educação a distância.\*\*

15. Assegurar, nas escolas públicas de nível fundamental e médio, o acesso universal à televisão educativa e a outras redes de programação educativo-cultural, com o fornecimento do equipamento correspondente, promovendo sua integração no projeto pedagógico da escola.\*

16. Capacitar, em cinco anos, pelo menos 500.000 professores para a utilização plena da TV Escola e de outras redes de programação educacional.\*\*

17. Instalar, em dez anos, 2.000 núcleos de tecnologia educacional, os quais deverão atuar como centros de orientação para as escolas e para os órgãos administrativos dos sistemas de ensino no acesso aos programas informatizados e aos vídeos educativos.\*\*

18. Instalar, em cinco anos, 500.000 computadores em 30.000 escolas públicas de ensino fundamental e médio, promovendo condições de acesso à Internet.\*

19. Capacitar, em dez anos, 12.000 professores multiplicadores em informática da educação.\*\*

20. Capacitar, em cinco anos, 150.000 professores e 34.000 técnicos em informática educativa e ampliar em 20% ao ano a oferta dessa capacitação.\*\*

21. Equipar, em dez anos, todas as escolas de nível médio e todas as escolas de ensino fundamental com mais de 100 alunos, com computadores e conexões Internet que possibilitem a instalação de uma Rede Nacional de Informática na Educação e desenvolver programas educativos apropriados, especialmente a produção de softwares educativos de qualidade.\*\*

22. Observar, no que diz respeito à educação a distância e às novas tecnologias educacionais, as metas pertinentes incluídas nos capítulos referentes à educação infantil, à formação de professores, à educação de jovens e adultos, à educação indígena e à educação especial.

## **7. EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

### **7.1 Diagnóstico**

Não há informações precisas, no Brasil, sobre a oferta de formação para o trabalho, justamente porque ela é muito heterogênea. Além das redes federais e estaduais de escolas técnicas, existem os programas do Ministério do Trabalho, das secretarias estaduais e municipais do trabalho e dos sistemas nacionais de aprendizagem, assim como um certo número, que se imagina muito grande, de cursos particulares de curta duração, inclusive de educação a distância, além de treinamento em serviço de cursos técnicos oferecidos pelas empresas para seus funcionários.

O primeiro Censo da Educação Profissional, iniciado pelo Ministério da Educação em 1999, fornecerá dados abrangentes sobre os cursos básicos, técnicos e tecnológicos oferecidos pelas escolas técnicas federais, estaduais, municipais e pelos estabelecimentos do chamado Sistema S (SESI, SENAI, SENAC, SESC e outros), até aqueles ministrados por instituições empresariais, sindicais, comunitárias e filantrópicas.

A heterogeneidade e a diversidade são elementos positivos, pois permitem atender a uma demanda muito variada. Mas há fatores preocupantes. O principal deles é que a oferta é pequena: embora, de acordo com as estimativas mais recentes, já atinja, cerca de cinco milhões de trabalhadores, está longe de atingir a população de jovens que precisa se preparar para o mercado de trabalho e a de adultos que a ele precisa se readaptar.

Associada a esse fato, está a limitação da maioria dos estabelecimentos públicos, especialmente na rede das 152 escolas federais de nível técnico e tecnológico, que allam a formação geral de nível médio à formação profissional.

O maior problema, no que diz respeito às escolas técnicas públicas de nível médio, é que a alta qualidade do ensino que oferecem está associada a um custo extremamente alto para sua instalação e manutenção, o que torna inviável uma multiplicação capaz de poder atender ao conjunto de jovens que procura formação profissional. Além disso, em razão da oferta restrita, criou-se um sistema de seleção que tende a favorecer os alunos de maior renda e melhor nível de escolarização, afastando os jovens trabalhadores, que são os que dela mais necessitam.

Afora estas redes específicas – a federal e outras poucas estaduais vocacionadas para a educação profissional – as demais escolas que oferecem educação profissional padecem de problemas de toda ordem.

No sistema escolar, a matrícula em 1996 expressa que, em cada dez concluintes do ensino médio, 4,3 haviam cursado alguma habilitação profissional. Destes, 3,2 eram concluintes egressos das habilitações de Magistério e Técnico em Contabilidade – um conjunto três vezes maior que a soma de todas as outras nove habilitações listadas pela estatística.

Tabela 18 – Habilitações de nível médio com maior número de concluintes - 1988 e 1996

Habilitações	Concluintes				Crescimento 1988 - 1996
	1988	%	1996	%	
Magistério 1º grau	127.023	20,1	193.024	16,6	52,0
Técnico Contabilidade	113.548	18,0	174.186	15,0	53,4
Administração	24.185	3,8	32.001	2,7	32,4
Proc. de Dados	14.881	2,4	31.293	2,7	110,3
Auxiliar de Contabilidade	3.739	0,6	15.394	1,3	311,7
Magistério Est. Adicionais	12.249	1,9	9.443	0,8	-22,9
Eletrônica	7.349	1,2	9.056	0,8	23,2
Agropecuária	7.959	1,3	8.768	0,8	10,2
Mecânica	5.789	0,9	8.451	0,7	46,0
Secretariado	8.811	1,4	8.389	0,7	-4,8
Total	325.513	51,6	490.005	42,1	50,0

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Funcionando em escolas onde há carências e improvisações generalizadas, a Educação Profissional tem reafirmado a dualidade propedêutico-profissional existente na maioria dos países ocidentais. Funcionou sempre como mecanismo de exclusão fortemente associado à origem social do estudante. Embora não existam estatísticas detalhadas a respeito, sabe-se que a maioria das habilitações de baixo custo e prestígio encontra-se em instituições noturnas estaduais ou municipais. Em apenas 15% delas há bibliotecas, menos de 5% oferecem ambiente adequado para estudo das ciências e nem 2% possuem laboratório de informática – indicadores da baixa qualidade do ensino que oferecem às camadas mais desassistidas da população.

Há muito, o País selou a educação profissional de qualquer nível, mas sobretudo o médio, como forma de separar aqueles que não se destinariam às melhores posições na sociedade. Um cenário que as diretrizes da educação profissional propostas neste plano

buscam superar, ao prever que o cidadão brasileiro deve contar – com apoio do Poder Público – níveis altos de escolarização, até porque estudos têm demonstrado que o aumento de um ano na média educacional da população economicamente ativa determina um incremento de 5,5 % do PIB (Produto Interno Bruto). Nesse contexto, a elevação da escolaridade do trabalhador coloca-se como essencial para a inserção competitiva do Brasil no mundo globalizado.

### 7.2 Diretrizes

Há um consenso nacional: a formação para o trabalho exige hoje níveis cada vez mais altos de educação básica, geral, não podendo esta ficar reduzida à aprendizagem de algumas habilidades técnicas, o que não impede o oferecimento de cursos de curta duração voltados para a adaptação do trabalhador às oportunidades do mercado de trabalho, associados à promoção de níveis crescentes de escolarização regular. Finalmente, entende-se que a educação profissional não pode ser concebida apenas como uma modalidade de ensino médio, mas deve constituir educação continuada, que perpassa toda a vida do trabalhador.

Por isso mesmo, estão sendo implantadas novas diretrizes no sistema público de educação profissional, associadas à reforma do ensino médio. Prevê-se que a educação profissional, sob o ponto de vista operacional, seja estruturada nos níveis básico – independente do nível de escolarização do aluno, técnico – complementar ao ensino médio e tecnológico – superior de graduação ou de pós-graduação.

Prevê-se, ainda, a integração desses dois tipos de formação: a formal, adquirida em instituições especializadas, e a não-formal, adquirida por meios diversos, inclusive no trabalho. Estabelece para isso um sistema flexível de reconhecimento de créditos obtidos em qualquer uma das modalidades e certifica competências adquiridas por meios não-formais de educação profissional. É importante também considerar que a oferta de educação profissional é responsabilidade igualmente compartilhada entre o setor educacional, o Ministério do Trabalho, secretarias do trabalho, serviços sociais do comércio, da agricultura e da indústria e os sistemas nacionais de aprendizagem. Os recursos provêm, portanto, de múltiplas fontes. É necessário também, e cada vez mais, contar com recursos das próprias empresas, as quais devem financiar a qualificação dos seus trabalhadores, como ocorre nos países desenvolvidos. A política de educação profissional é, portanto, tarefa que exige a colaboração de múltiplas instâncias do Poder Público e da sociedade civil.

As metas do Plano Nacional de Educação estão voltadas para a implantação de uma nova educação profissional no País e para a integração das iniciativas. Têm como objetivo central generalizar as oportunidades de formação para o trabalho, de treinamentos, mencionando, de forma especial, o trabalhador rural.

### 7.3 Objetivos e Metas<sup>7</sup>

1. Estabelecer, dentro de dois anos, um sistema integrado de informações, em parceria com agências governamentais e instituições privadas, que oriente a política educacional para satisfazer as necessidades de formação inicial e continuada da força de trabalho.\*

2. Estabelecer a permanente revisão e adequação às exigências de uma política de desenvolvimento nacional e regional, dos cursos básicos, técnicos e superiores da educação profissional, observadas as ofertas do mercado de trabalho, em colaboração com empresários e trabalhadores nas próprias escolas e em todos os níveis de governo.

<sup>7</sup> (\*) a iniciativa para cumprimento deste Objetivo/Meta depende da iniciativa da União;

(\*\*) é exigida a colaboração da União.

3. Mobilizar, articular e aumentar a capacidade instalada na rede de instituições de educação profissional, de modo a triplicar, a cada cinco anos, a oferta de cursos básicos destinados a atender à população que está sendo excluída do mercado de trabalho, sempre associados à educação básica, sem prejuízo de que sua oferta seja conjugada com ações para elevação da escolaridade.\*\*

4. Integrar a oferta de cursos básicos profissionais, sempre que possível, com a oferta de programas que permitam aos alunos que não concluíram o ensino fundamental obter formação equivalente.\*\*

5. Mobilizar, articular e ampliar a capacidade instalada na rede de instituições de educação profissional, de modo a triplicar, a cada cinco anos, a oferta de formação de nível técnico aos alunos nela matriculados ou egressos do ensino médio.\*\*

6. Mobilizar, articular e ampliar a capacidade instalada na rede de instituições de educação profissional, de modo a triplicar, a cada cinco anos, a oferta de educação profissional permanente para a população em idade produtiva e que precisa se readaptar às novas exigências e perspectivas do mercado de trabalho.\*\*

7. Modificar, dentro de um ano, as normas atuais que regulamentam a formação de pessoal docente para essa modalidade de ensino, de forma a aproveitar e valorizar a experiência profissional dos formadores.\*

8. Estabelecer, com a colaboração entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho, as universidades, os CEFETs, as escolas técnicas de nível superior, os serviços nacionais de aprendizagem e a iniciativa privada, programas de formação de formadores para a educação tecnológica e formação profissional.\*\*

9. Transformar, gradativamente, unidades da rede de educação técnica federal em centros públicos de educação profissional e garantir, até o final da década, que pelo menos um desses centros em cada unidade federada possa servir como centro de referência para toda a rede de educação profissional, notadamente em matéria de formação de formadores e desenvolvimento metodológico.\*

10. Estabelecer parcerias entre os sistemas federal, estaduais e municipais e a iniciativa privada, para ampliar e incentivar a oferta de educação profissional.\*\*

11. Incentivar, por meio de recursos públicos e privados, a produção de programas de educação a distância que ampliem as possibilidades de educação profissional permanente para toda a população economicamente ativa.\*

12. Reorganizar a rede de escolas agrotécnicas, de forma a garantir que cumpram o papel de oferecer educação profissional específica e permanente para a população rural, levando em conta seu nível de escolarização e as peculiaridades e potencialidades da atividade agrícola na região.\*

13. Estabelecer junto às escolas agrotécnicas e em colaboração com o Ministério da Agricultura cursos básicos para agricultores, voltados para a melhoria do nível técnico das práticas agrícolas e da preservação ambiental, dentro da perspectiva do desenvolvimento auto-sustentável.\*

14. Estimular permanentemente o uso das estruturas públicas e privadas não só para os cursos regulares, mas também para o treinamento e retreinamento de trabalhadores

### **8.3 Objetivos e Metas<sup>1</sup>**

1. Organizar, em todos os Municípios e em parceria com as áreas de saúde e assistência, programas destinados a ampliar a oferta da estimulação precoce (interação educativa adequada) para as crianças com necessidades educacionais especiais, em instituições especializadas ou regulares de educação infantil, especialmente creches. \*\*

2. Generalizar, em cinco anos, como parte dos programas de formação em serviço, a oferta de cursos sobre o atendimento básico a educandos especiais, para os professores em exercício na educação infantil e no ensino fundamental, utilizando inclusive a TV Escola e outros programas de educação a distância.

3. Garantir a generalização, em cinco anos, da aplicação de testes de acuidade visual e auditiva em todas as instituições de educação infantil e do ensino fundamental, em parceria com a área de saúde, de forma a detectar problemas e oferecer apoio adequado às crianças especiais.

4. Nos primeiros cinco anos de vigência deste plano, redimensionar conforme as necessidades da clientela, incrementando, se necessário, as classes especiais, salas de recursos e outras alternativas pedagógicas recomendadas, de forma a favorecer e apoiar a integração dos educandos com necessidades especiais em classes comuns, fornecendo-lhes o apoio adicional de que precisam.

5. Generalizar, em dez anos, o atendimento dos alunos com necessidades especiais na educação infantil e no ensino fundamental, inclusive através de consórcios entre Municípios, quando necessário, provendo, nestes casos, o transporte escolar.

6. Implantar, em até quatro anos, em cada unidade da Federação, em parceria com as áreas de saúde, assistência social, trabalho e com as organizações da sociedade civil, pelo menos um centro especializado, destinado ao atendimento de pessoas com severa dificuldade de desenvolvimento. \*\*

7. Ampliar, até o final da década, o número desses centros, de sorte que as diferentes regiões de cada Estado contem com seus serviços.

8. Tornar disponíveis, dentro de cinco anos, livros didáticos falados, em braille e em caracteres ampliados, para todos os alunos cegos e para os de visão subnormal do ensino fundamental. \*\*

9. Estabelecer, em cinco anos, em parceria com as áreas de assistência social e cultura e com organizações não-governamentais, redes municipais ou intermunicipais para tornar disponíveis aos alunos cegos e aos de visão sub-normal livros de literatura falados, em braille e em caracteres ampliados.

10. Estabelecer programas para equipar, em cinco anos, as escolas de educação básica e, em dez anos, as de educação superior que atendam educandos surdos e aos de visão sub-normal, com aparelhos de amplificação sonora e outros equipamentos que facilitem a aprendizagem, atendendo-se, prioritariamente, as classes especiais e salas de recursos. \*\*

---

<sup>1</sup> (\*) a iniciativa para cumprimento deste Objetivo/Meta depende da iniciativa da União;

(\*\*) é exigida a colaboração da União.

11. Implantar, em cinco anos, e generalizar em dez anos, o ensino da Língua Brasileira de Sinais para os alunos surdos e, sempre que possível, para seus familiares e para o pessoal da unidade escolar, mediante um programa de formação de monitores, em parceria com organizações não-governamentais. \*\*

12. Em coerência com as metas nºs 2, 3 e 4, da educação infantil e metas nºs 4.d, 5 e 6, do ensino fundamental:

a) estabelecer, no primeiro ano de vigência deste plano, os padrões mínimos de infra-estrutura das escolas para o recebimento dos alunos especiais; \*\*

b) a partir da vigência dos novos padrões, somente autorizar a construção de prédios escolares, públicos ou privados, em conformidade aos já definidos requisitos de infra-estrutura para atendimento dos alunos especiais;

c) adaptar, em cinco anos, os prédios escolares existentes, segundo aqueles padrões.

13. Definir, em conjunto com as entidades da área, nos dois primeiros anos de vigência deste plano, indicadores básicos de qualidade para o funcionamento de instituições de educação especial, públicas e privadas, e generalizar, progressivamente, sua observância. \*\*

14. Ampliar o fornecimento e uso de equipamentos de informática como apoio à aprendizagem do educando com necessidades especiais, inclusive através de parceria com organizações da sociedade civil voltadas para esse tipo de atendimento. \*\*

15. Assegurar, durante a década, transporte escolar com as adaptações necessárias aos alunos que apresentem dificuldade de locomoção. \*\*

16. Assegurar a inclusão, no projeto pedagógico das unidades escolares, do atendimento às necessidades educacionais especiais de seus alunos, definindo os recursos disponíveis e oferecendo formação em serviço aos professores em exercício.

17. Articular as ações de educação especial e estabelecer mecanismos de cooperação com a política de educação para o trabalho, em parceria com organizações governamentais e não-governamentais, para o desenvolvimento de programas de qualificação profissional para alunos especiais, promovendo sua colocação no mercado de trabalho. Definir condições para a terminalidade para os educandos que não puderem atingir níveis superiores de ensino. \*\*

18. Estabelecer cooperação com as áreas de saúde, previdência e assistência social para, no prazo de dez anos, tornar disponíveis órteses e próteses para todos os educandos com deficiências, assim como atendimento especializado de saúde, quando for o caso.

19. Incluir nos currículos de formação de professores, nos níveis médio e superior, conteúdos e disciplinas específicas para a capacitação ao atendimento dos alunos especiais. \*\*

20. Incluir ou ampliar, especialmente nas universidades públicas, habilitação específica, em níveis de graduação e pós-graduação, para formar pessoal especializado em educação especial, garantindo, em cinco anos, pelo menos um curso desse tipo em cada unidade da Federação. \*\*

21. Introduzir, dentro de três anos a contar da vigência deste plano, conteúdos disciplinares referentes aos educandos com necessidades especiais nos cursos que formam profissionais em áreas relevantes para o atendimento dessas necessidades, como Medicina, Enfermagem e Arquitetura, entre outras. \*\*



22. Incentivar, durante a década, a realização de estudos e pesquisas, especialmente pelas instituições de ensino superior, sobre as diversas áreas relacionadas aos alunos que apresentam necessidades especiais para a aprendizagem. \*\*

23. Aumentar os recursos destinados à educação especial, a fim de atingir, em dez anos, o mínimo equivalente a 5% dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino, contando, para tanto, com as parcerias com as áreas de saúde, assistência social, trabalho e previdência, nas ações referidas nas metas n°s 6, 9, 11, 14, 17 e 18. \*\*

24. No prazo de três anos a contar da vigência deste plano, organizar e pôr em funcionamento em todos os sistemas de ensino um setor responsável pela educação especial, bem como pela administração dos recursos orçamentários específicos para o atendimento dessa modalidade, que possa atuar em parceria com os setores de saúde, assistência social, trabalho e previdência e com as organizações da sociedade civil.

25. Estabelecer um sistema de informações completas e fidedignas sobre a população a ser atendida pela educação especial, a serem coletadas pelo censo educacional e pelos censos populacionais. \*

26. Implantar gradativamente, a partir do primeiro ano deste plano, programas de atendimento aos alunos com altas habilidades nas áreas artística, intelectual ou psicomotora.

27. Assegurar a continuidade do apoio técnico e financeiro às instituições privadas sem fim lucrativo com atuação exclusiva em educação especial, que realizem atendimento de qualidade, atestado em avaliação conduzida pelo respectivo sistema de ensino.

28. Observar, no que diz respeito a essa modalidade de ensino, as metas pertinentes estabelecidas nos capítulos referentes aos níveis de ensino, à formação de professores e ao financiamento e gestão.

## 9. EDUCAÇÃO INDÍGENA

### 9.1 Diagnóstico

No Brasil, desde o século XVI, a oferta de programas de educação escolar às comunidades indígenas esteve pautada pela catequização, civilização e integração forçada dos índios à sociedade nacional. Dos missionários jesuítas aos positivistas do Serviço de Proteção aos Índios, do ensino catequético ao ensino bilíngüe, a tônica foi uma só: negar a diferença, assimilar os índios, fazer com que eles se transformassem em algo diferente do que eram. Nesse processo, a instituição da escola entre grupos indígenas serviu de instrumento de imposição de valores alheios e negação de identidades e culturas diferenciadas.

Só em anos recentes esse quadro começou a mudar. Grupos organizados da sociedade civil passaram a trabalhar junto com comunidades indígenas, buscando alternativas à submissão desses grupos, como a garantia de seus territórios e formas menos violentas de relacionamento e convivência entre essas populações e outros segmentos da sociedade nacional. A escola entre grupos indígenas ganhou, então, um novo significado: um novo sentido, como meio para assegurar o acesso a conhecimentos gerais sem precisar negar as especificidades culturais e a identidade daqueles grupos. Diferentes experiências surgiram em várias regiões do Brasil, construindo projetos educacionais específicos à realidade sociocultural e histórica de determinados grupos indígenas, praticando a interculturalidade e o bilingüismo e adequando-se ao seu projeto de futuro.

O abandono da previsão de desaparecimento físico dos índios e da postura integracionista que buscava assimilar os índios à comunidade nacional, porque os entendia como categoria étnica e social transitória e fadada à extinção, está integrado nas mudanças e inovações garantidas pelo atual texto constitucional e fundamenta-se no reconhecimento da

extraordinária capacidade de sobrevivência e mesmo de recuperação demográfica, como se verifica hoje, após séculos de práticas genocidas. As pesquisas mais recentes indicam que existem hoje entre 280.000 e 329.000 índios em terras indígenas, constituindo cerca de 210 grupos distintos. Não há informações sobre os índios urbanizados, e muitos deles preservam suas línguas e tradições.

O tamanho reduzido da população indígena, sua dispersão e heterogeneidade tornam particularmente difícil a implementação de uma política educacional adequada. Por isso mesmo, é de particular importância o fato de a Constituição Federal ter assegurado o direito das sociedades indígenas a uma educação escolar diferenciada, específica, intercultural e bilíngüe, o que vem sendo regulamentado em vários textos legais. Só dessa forma se poderá assegurar não apenas sua sobrevivência física mas também étnica, resgatando a dívida social que o Brasil acumulou em relação aos habitantes originais do território.

Em que pese a boa vontade de setores de órgãos governamentais, o quadro geral da educação escolar indígena no Brasil, permeado por experiências fragmentadas e descontínuas, é regionalmente desigual e desarticulado. Há, ainda, muito a ser feito e construído no sentido da universalização da oferta de uma educação escolar de qualidade para os povos indígenas, que venha ao encontro de seus projetos de futuro, de autonomia e que garanta a sua inclusão no universo dos programas governamentais que buscam a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, nos termos da Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

A transferência da responsabilidade pela educação indígena da Fundação Nacional do Índio para o Ministério da Educação não representou apenas uma mudança do órgão federal gerenciador do processo. Representou também uma mudança em termos de execução: se antes as escolas indígenas eram mantidas pela FUNAI (ou por secretarias estaduais e municipais de educação, através de convênios firmados com o órgão indigenista oficial), agora cabe aos Estados assumirem tal tarefa. A estadualização das escolas indígenas e, em alguns casos, sua municipalização ocorreram sem a criação de mecanismos que assegurassem uma certa uniformidade de ações que garantissem a especificidade destas escolas. A estadualização assim conduzida não representou um processo de instituição de parcerias entre órgãos governamentais e entidades ou organizações da sociedade civil, compartilhando uma mesma concepção sobre o processo educativo a ser oferecido para as comunidades indígenas, mas sim uma simples transferência de atribuições e responsabilidades. Com a transferência de responsabilidades da FUNAI para o MEC, e desta para as secretarias estaduais de educação, criou-se uma situação de acefalia no processo de gerenciamento global da assistência educacional aos povos indígenas.

Não há, hoje, uma clara distribuição de responsabilidades entre a União, os Estados e os Municípios, o que dificulta a implementação de uma política nacional que assegure a especificidade do modelo de educação intercultural e bilíngüe às comunidades indígenas.

Há também a necessidade de regularizar juridicamente as escolas indígenas, contemplando as experiências bem sucedidas em curso e reorientando outras para que elaborem regimentos, calendários, currículos, materiais didático-pedagógicos e conteúdos programáticos adaptados às particularidades étno-culturais e lingüísticas próprias a cada povo indígena.

## 9.2 Diretrizes

A Constituição Federal assegura às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

A coordenação das ações escolares de educação indígena está, hoje, sob responsabilidade do Ministério da Educação, cabendo aos Estados e Municípios, a sua execução.

A proposta de uma escola indígena diferenciada, de qualidade, representa uma grande novidade no sistema educacional do País e exige das instituições e órgãos

responsáveis a definição de novas dinâmicas, concepções e mecanismos, tanto para que estas escolas sejam de fato incorporadas e beneficiadas por sua inclusão no sistema oficial, quanto para que sejam respeitadas em suas particularidades.

A educação bilíngüe, adequada às peculiaridades culturais dos diferentes grupos, é melhor atendida através de professores índios. É preciso reconhecer que a formação inicial e continuada dos próprios índios, enquanto professores de suas comunidades, deve ocorrer em serviço e concomitantemente à sua própria escolarização. A formação que se contempla deve capacitar os professores para a elaboração de currículos e programas específicos para as escolas indígenas; o ensino bilíngüe, no que se refere à metodologia e ensino de segundas línguas e ao estabelecimento e uso de um sistema ortográfico das línguas maternas; a condução de pesquisas de caráter antropológico visando à sistematização e incorporação dos conhecimentos e saberes tradicionais das sociedades indígenas e à elaboração de materiais didático-pedagógicos, bilíngües ou não, para uso nas escolas instaladas em suas comunidades.

### **9.3 Objetivos e Metas<sup>9</sup>**

1. Atribuir aos Estados a responsabilidade legal pela educação indígena, quer diretamente, quer através de delegação de responsabilidades aos seus Municípios, sob a coordenação geral e com o apoio financeiro do Ministério da Educação.\*\*

2. Universalizar imediatamente a adoção das diretrizes para a política nacional de educação escolar indígena e os parâmetros curriculares estabelecidos pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Ministério da Educação.\*\*

3. Universalizar, em dez anos, a oferta às comunidades indígenas de programas educacionais equivalentes às quatro primeiras séries do ensino fundamental, respeitando seus modos de vida, suas visões de mundo e as situações sociolingüísticas específicas por elas vivenciadas.\*\*

4. Ampliar, gradativamente, a oferta de ensino de 5ª a 8ª série à população indígena, quer na própria escola indígena, quer integrando os alunos em classes comuns nas escolas próximas, ao mesmo tempo que se lhes ofereça o atendimento adicional necessário para sua adaptação, a fim de garantir o acesso ao ensino fundamental pleno.\*\*

5. Fortalecer, garantir a consolidação, o aprimoramento e o reconhecimento de experiências de construção de uma educação diferenciada e de qualidade atualmente em curso em áreas indígenas.\*\*

6. Criar, dentro de um ano, a categoria oficial de "escola indígena" para que a especificidade do modelo de educação intercultural e bilíngüe seja assegurada.\*\*

7. Proceder, dentro de dois anos, ao reconhecimento oficial e à regularização legal de todos os estabelecimentos de ensino localizados no interior das terras indígenas e em outras áreas assim como a constituição de um cadastro nacional de escolas indígenas.\*\*

8. Assegurar a autonomia das escolas indígenas, tanto no que se refere ao projeto pedagógico quanto ao uso de recursos financeiros públicos para a manutenção do cotidiano escolar, garantindo a plena participação de cada comunidade indígena nas decisões relativas ao funcionamento da escola.

<sup>9</sup> (\*) a iniciativa para cumprimento deste Objetivo/Meta depende da iniciativa da União;

(\*\*) é exigida a colaboração da União.

9. Estabelecer, dentro de um ano, padrões mínimos mais flexíveis de infraestrutura escolar para esses estabelecimentos, que garantam a adaptação às condições climáticas da região e, sempre que possível, as técnicas de edificação próprias do grupo, de acordo com o uso social e concepções do espaço próprias de cada comunidade indígena, além de condições sanitárias e de higiene.\*\*

10. Estabelecer um programa nacional de colaboração entre a União e os Estados para, dentro de cinco anos, equipar as escolas indígenas com equipamento didático-pedagógico básico, incluindo bibliotecas, videotecas e outros materiais de apoio.\*\*

11. Adaptar programas do Ministério da Educação de auxílio ao desenvolvimento da educação, já existentes, como transporte escolar, livro didático, biblioteca escolar, merenda escolar, TV Escola, de forma a contemplar a especificidade da educação indígena, quer em termos do contingente escolar, quer quanto aos seus objetivos e necessidades, assegurando o fornecimento desses benefícios às escolas.\*\*

12. Fortalecer e ampliar as linhas de financiamento existentes no Ministério da Educação para implementação de programas de educação escolar indígena, a serem executados pelas secretarias estaduais ou municipais de educação, organizações de apoio aos índios, universidades e organizações ou associações indígenas.\*

13. Criar, tanto no Ministério da Educação como nos órgãos estaduais de educação, programas voltados à produção e publicação de materiais didáticos e pedagógicos específicos para os grupos indígenas, incluindo livros, vídeos, dicionários e outros, elaborados por professores indígenas juntamente com os seus alunos e assessores.\*\*

14. Implantar, dentro de um ano, as diretrizes curriculares nacionais e os parâmetros curriculares e universalizar, em cinco anos, a aplicação pelas escolas indígenas na formulação do seu projeto pedagógico.\*

15. Instituir e regulamentar, nos sistemas estaduais de ensino, a profissionalização e reconhecimento público do magistério indígena, com a criação da categoria de professores indígenas como carreira específica do magistério, com concurso de provas e títulos adequados às particularidades lingüísticas e culturais das sociedades indígenas, garantindo a esses professores os mesmos direitos atribuídos aos demais do mesmo sistema de ensino, com níveis de remuneração correspondentes ao seu nível de qualificação profissional.

16. Estabelecer e assegurar a qualidade de programas contínuos de formação sistemática do professorado indígena, especialmente no que diz respeito aos conhecimentos relativos aos processos escolares de ensino-aprendizagem, à alfabetização, à construção coletiva de conhecimentos na escola e à valorização do patrimônio cultural da população atendida.\*\*

17. Formular, em dois anos, um plano para a implementação de programas especiais para a formação de professores indígenas em nível superior, através da colaboração das universidades e de instituições de nível equivalente.

18. Criar, estruturar e fortalecer, dentro do prazo máximo de dois anos, nas secretarias estaduais de educação, setores responsáveis pela educação indígena, com a incumbência de promovê-la, acompanhá-la e gerenciá-la.

19. Implantar, dentro de um ano, cursos de educação profissional, especialmente nas regiões agrárias, visando à auto-sustentação e ao uso da terra de forma equilibrada.

20. Promover, com a colaboração entre a União, os Estados e Municípios e em parceria com as instituições de ensino superior, a produção de programas de formação de professores de educação a distância de nível fundamental e médio.”

21. Promover a correta e ampla informação da população brasileira em geral, sobre as sociedades e culturas indígenas, como meio de combater o desconhecimento, a intolerância e o preconceito em relação a essas populações.

#### **IV – MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

##### **10. FORMAÇÃO DOS PROFESSORES E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO**

###### **10.1 Diagnóstico**

A melhoria da qualidade do ensino, que é um dos objetivos centrais do Plano Nacional de Educação, somente poderá ser alcançada se for promovida, ao mesmo tempo, a valorização do magistério. Sem esta, ficam baldados quaisquer esforços para alcançar as metas estabelecidas em cada um dos níveis e modalidades do ensino. Essa valorização só pode ser obtida por meio de uma política global de magistério, a qual implica, simultaneamente,

- . a formação profissional inicial;
- . as condições de trabalho, salário e carreira;
- . a formação continuada.

A simultaneidade dessas três condições, mais do que uma conclusão lógica, é uma lição extraída da prática. Esforços dos sistemas de ensino e, especificamente, das instituições formadoras em qualificar e formar professores têm se tornado pouco eficazes para produzir a melhoria da qualidade do ensino por meio de formação inicial porque muitos professores se deparam com uma realidade muitas vezes desanimadora. Ano após ano, grande número de professores abandona o magistério devido aos baixos salários e às condições de trabalho nas escolas. Formar mais e melhor os profissionais do magistério é apenas uma parte da tarefa. É preciso criar condições que mantenham o entusiasmo inicial, a dedicação e a confiança nos resultados do trabalho pedagógico. É preciso que os professores possam vislumbrar perspectivas de crescimento profissional e de continuidade de seu processo de formação. Se, de um lado, há que se repensar a própria formação, em vista dos desafios presentes e das novas exigências no campo da educação, que exige profissionais cada vez mais qualificados e permanentemente atualizados, desde a educação infantil até a educação superior (e isso não é uma questão meramente técnica de oferta de maior número de cursos de formação inicial e de cursos de qualificação em serviço) por outro lado é fundamental manter na rede de ensino e com perspectivas de aperfeiçoamento constante os bons profissionais do magistério. Salário digno e carreira de magistério entram, aqui, como componentes essenciais. Avaliação de desempenho também tem importância, nesse contexto.

Em coerência com esse diagnóstico, o Plano Nacional de Educação estabelece diretrizes e metas relativas à melhoria das escolas, quer no tocante aos espaços físicos, à infra-estrutura, aos instrumentos e materiais pedagógicos e de apoio, aos meios tecnológicos, etc., quer no que diz respeito à formulação das propostas pedagógicas, à participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e nos conselhos escolares, quer, ainda, quanto à formulação dos planos de carreira e de remuneração do magistério e do pessoal administrativo e de apoio.

As funções docentes em educação básica, em todas as modalidades de ensino, passam de 2 milhões. O número de professores é menor, considerando que o mesmo docente pode estar atuando em mais de um nível e/ou modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento, sendo, nesse caso, contado mais de uma vez. As funções docentes estão assim distribuídas, segundo os dados de 1998 (MEC/INEP/SEEC):

Educação infantil: 219.593

Classes de alfabetização: 46.126

Ensino fundamental: 1.439.064

Ensino médio: 365.874

Educação especial: 37.356

Educação de jovens e adultos: 103.051

A análise da distribuição das funções docentes por nível de formação e níveis escolares em que atuam somente pode ser feita sobre os dados de 1996, os últimos publicados pelo MEC/INEP/SEEC, conforme se vê a seguir:

**Tabela 19 - Funções Docentes - distribuição nacional por nível de formação e níveis escolares em que atuam - 1996**

Nível de formação	Total de funções	Níveis e modalidades de atuação					
		Pré-Esc e Alfabetiz.	1ª à 4ª séries	5ª à 8ª séries	ensino médio	educação especial	jovens e adultos
Ens.Fund. Incompl.	65.968	20.581	44.335	712	18	322	567
Ens.Fund. Completo	80.119	22.043	50.641	5.913	675	847	1.462
Ens. Médio Completo	916.791	174.948	531.256	153.258	38.250	19.079	32.150
Ens. Sup. Completo	1.066.396	48.147	172.715	501.625	326.801	17.108	68.872
<b>Total</b>	<b>2.129.274</b>	<b>265.719</b>	<b>798.947</b>	<b>661.508</b>	<b>365.744</b>	<b>37.356</b>	<b>103.051</b>

Fonte: MEC/INEP: Síntese Estatística 1996. Nota: O mesmo docente pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento.

Se uma função docente correspondesse a um professor, depreender-se-ia dessa Tabela a seguinte necessidade de qualificação:

Para a *educação infantil*: 29.458 professores que atuam na pré-escola precisam fazer o curso de nível médio, modalidade normal, para atingirem a qualificação mínima permitida. Quanto aos *da creche* / não há dados. Um levantamento urgente se faz necessário, para dimensionar a demanda e definir a estratégia e os recursos requeridos.

Quanto às *classes de alfabetização*: como serão desfeitas, conforme as diretrizes e metas deste plano, não se trata de qualificar os professores para nelas permanecerem, mas para atuarem no ensino fundamental. São 13.166 professores que possuem formação apenas de ensino fundamental e que deverão cursar pelo menos o ensino médio, modalidade normal.

Para as *4 primeiras séries do ensino fundamental*: 94.976 precisam obter diploma de nível médio, modalidade normal. Considerando o grande aumento do número de matrículas nesse nível de ensino, entre 1996 e 1999, é de supor que a quantidade de professores nessa situação seja bem maior, principalmente se houve admissões sem a qualificação mínima exigida.

Para as *4 últimas séries do ensino fundamental*: 159.883 carecem de formação de nível superior, com licenciatura plena.

Para o *ensino médio*: 44.486 necessitam de formação superior. Chega-se ao número de 58.000, em 1997, calculando-se a partir dos dados disponíveis sobre o percentual dos que atuam nesse nível com curso superior.

As necessidades de qualificação para a *educação especial* e para a *educação de jovens e adultos* são pequenas no que se refere ao nível de formação pois, em ambas as modalidades, 97% dos professores têm nível médio ou superior. A questão principal, nesses dois casos, é a qualificação para a especificidade da tarefa.

Esta exigência, aliás, se aplica também na formação para o magistério na *educação infantil*, nas séries iniciais e finais do ensino fundamental e no ensino médio. As características psicológicas, sociais e físicas das diferentes faixas etárias carregam modos

diversos de encarar os objetos de conhecimento e de aprender. Daí por que não basta ser formado num determinado nível de ensino; é preciso adquirir o conhecimento da especificidade do processo de construção do conhecimento em cada uma daquelas circunstâncias e faixas etárias.

É fundamental que os dados sobre necessidades de qualificação sejam desagregados por Estado, o que deverá ser feito nos planos estaduais, a fim de dimensionar o esforço que em cada um deles deverá ser feito para alcançar o patamar mínimo de formação exigido.

Os dados acima apontam somente para a necessidade atual, isto é, para que o magistério brasileiro que está atuando nos sistemas de ensino possua o nível de formação mínimo estabelecido pela lei. Considerando que este plano fixa metas de expansão e de melhoria da qualidade do ensino, as necessidades de formação crescerão na mesma proporção daquelas metas.

No campo da remuneração, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério está fazendo uma extraordinária mudança naqueles Estados e Municípios onde o professor recebia salários muito baixos, inferiores ao salário mínimo. Devem ser aplicados, obrigatoriamente, pelo menos 60% dos recursos do FUNDEF na remuneração do pessoal de magistério em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental público (Lei 9.429/96, art. 7º). Nos Estados e Municípios onde o salário já era mais alto do que o possibilitado pelo FUNDEF, não houve melhoria para os professores, antes, dificuldades adicionais para certos Municípios manter o padrão anterior de remuneração. A avaliação do FUNDEF vem apontando as falhas e sugerindo revisões com vistas a solucionar os problemas que vêm ocorrendo. Em alguns lugares, os professores de educação infantil, de jovens e adultos e de ensino médio, ficaram prejudicados. Se os 10% dos mínimos constitucionalmente vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino não postos no FUNDEF forem efetivamente destinados, nos Municípios, à educação infantil e, nos Estados, ao ensino médio, os problemas ficarão em parte minimizados.

Em cumprimento à Lei 9.424/96, estão sendo elaborados ou reformulados os planos de carreira do magistério. Tratando-se de um processo em curso, este plano reforça o propósito através de metas específicas, a expectativa de que isso constitua um importante passo e instrumento na valorização do magistério.

### 10.2 Diretrizes

A qualificação do pessoal docente se apresenta hoje como um dos maiores desafios para o Plano Nacional de Educação, e o Poder Público precisa se dedicar prioritariamente à solução deste problema. A implementação de políticas públicas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação é uma condição e um meio para o avanço científico e tecnológico em nossa sociedade e, portanto, para o desenvolvimento do País, uma vez que a produção do conhecimento e a criação de novas tecnologias dependem do nível e da qualidade da formação das pessoas.

A melhoria da qualidade do ensino, indispensável para assegurar à população brasileira o acesso pleno à cidadania e a inserção nas atividades produtivas que permita a elevação constante do nível de vida, constitui um compromisso da Nação. Este compromisso, entretanto, não poderá ser cumprido sem a valorização do magistério, uma vez que os docentes exercem um papel decisivo no processo educacional.

A valorização do magistério implica, pelo menos, os seguintes requisitos:

- \* uma formação profissional que assegure o desenvolvimento da pessoa do educador enquanto cidadão e profissional, o domínio dos conteúdos objeto de trabalho com os alunos e dos métodos pedagógicos que promovam a aprendizagem;

- \* um sistema de educação continuada que permita ao professor um crescimento constante de seu domínio sobre a cultura letrada, dentro de uma visão crítica e da perspectiva de um novo humanismo;

\* jornada de trabalho organizada de acordo com a jornada dos alunos, concentrada num único estabelecimento de ensino e que inclua o tempo necessário para as atividades complementares ao trabalho em sala de aula;

\* salário condigno, competitivo, no mercado de trabalho, com outras ocupações que requerem nível equivalente de formação;

\* compromisso social e político do magistério.

Os quatro primeiros precisam ser supridos pelos sistemas de ensino. O quinto depende dos próprios professores: o compromisso com a aprendizagem dos alunos, o respeito a que têm direito como cidadãos em formação, interesse pelo trabalho e participação no trabalho de equipe, na escola. Assim, a valorização do magistério depende, pelo lado do Poder Público, da garantia de condições adequadas de formação, de trabalho e de remuneração e, pelo lado dos profissionais do magistério, do bom desempenho na atividade. Dessa forma, há que se prever na carreira sistemas de ingresso, promoção e afastamentos periódicos para estudos que levem em conta as condições de trabalho e de formação continuada e a avaliação do desempenho dos professores.

Na *formação inicial* é preciso superar a histórica dicotomia entre teoria e prática e o divórcio entre a formação pedagógica e a formação no campo dos conhecimentos específicos que serão trabalhados na sala de aula.

A *formação continuada* assume particular importância, em decorrência do avanço científico e tecnológico e da exigência de um nível de conhecimentos sempre mais amplos e profundos na sociedade moderna. Este Plano, portanto, deverá dar especial atenção à formação permanente (em serviço) dos profissionais da educação.

Quanto à remuneração, é indispensável que níveis mais elevados correspondam a exigências maiores de qualificação profissional e de desempenho.

Este plano estabelece as seguintes diretrizes para a formação dos profissionais da educação e sua valorização:

Os cursos de formação deverão observar, em quaisquer de seus níveis e modalidades, aos seguintes princípios:

- a) sólida formação teórica nos conteúdos específicos a serem ensinados na Educação Básica, bem como nos conteúdos especificamente pedagógicos;
- b) ampla formação cultural;
- c) atividade docente como foco formativo;
- d) contato com a realidade escolar desde o início até o final do curso, integrando a teoria à prática pedagógica;
- e) pesquisa como princípio formativo;
- f) domínio das novas tecnologias de comunicação e da informação e capacidade para integrá-las à prática do magistério;
- g) análise dos temas atuais da sociedade, da cultura e da economia;
- h) inclusão das questões relativas à educação dos alunos com necessidades especiais e das questões de gênero e de etnia nos programas de formação;
- i) trabalho coletivo interdisciplinar;
- j) vivência, durante o curso, de formas de gestão democrática do ensino;
- k) desenvolvimento do compromisso social e político do magistério; e
- l) conhecimento e aplicação das diretrizes curriculares nacionais dos níveis e modalidades da educação básica.

A formação inicial dos profissionais da educação básica deve ser responsabilidade principalmente das instituições de ensino superior, nos termos do art. 62 da LDB, onde as funções de pesquisa, ensino e extensão e a relação entre teoria e prática podem garantir o patamar de qualidade social, política e pedagógica que se considera necessário. As instituições de formação em nível médio (modalidade normal), que ofereçam a formação admitida para atuação na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental formam os profissionais.

A formação continuada do magistério é parte essencial da estratégia de melhoria permanente da qualidade da educação, e visará à abertura de novos horizontes na atuação profissional. Quando feita na modalidade de educação a distância, sua realização incluirá



sempre uma parte presencial, constituída, entre outras formas, de encontros coletivos, organizados a partir das necessidades expressas pelos professores. Essa formação terá como finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca de seu aperfeiçoamento técnico, ético e político.

A formação continuada dos profissionais da educação pública deverá ser garantida pelas secretarias estaduais e municipais de educação, cuja atuação incluirá a coordenação, o financiamento e a manutenção dos programas como ação permanente e a busca de parceria com universidades e instituições de ensino superior. Aquela relativa aos professores que atuam na esfera privada será de responsabilidade das respectivas instituições.

A educação escolar não se reduz à sala de aula e se viabiliza pela ação articulada entre todos os agentes educativos - docentes, técnicos, funcionários administrativos e de apoio que atuam na escola. Por essa razão, a formação dos profissionais para as áreas técnicas e administrativas deve esmerar-se em oferecer a mesma qualidade dos cursos para o magistério.

O ensino fundamental nas comunidades indígenas, segundo o preceito constitucional, deverá ser oferecido também nas suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem, para o que será necessário formar professores dessas mesmas comunidades.

### **10.3 Objetivos e Metas<sup>19</sup>**

1. Garantir a implantação, já a partir do primeiro ano deste plano, dos planos de carreira para o magistério, elaborados e aprovados de acordo com as determinações da Lei nº. 9.424/98 e a criação de novos planos, no caso de os antigos ainda não terem sido reformulados segundo aquela lei. Garantir, igualmente, os novos níveis de remuneração em todos os sistemas de ensino, com piso salarial próprio, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, assegurando a promoção por mérito.<sup>20</sup>

2. Implementar, gradualmente, uma jornada de trabalho de tempo integral, quando conveniente, cumprida em um único estabelecimento escolar.

3. Destinar entre 20 e 25% da carga horária dos professores para preparação de aulas, avaliações e reuniões pedagógicas.

4. Implantar, no prazo de um ano, planos gerais de carreira para os profissionais que atuam nas áreas técnica e administrativa e respectivos níveis de remuneração.

5. Identificar e mapear, a partir do primeiro ano deste plano, os professores em exercício em todo o território nacional, que não possuem, no mínimo, a habilitação de nível médio para o magistério, de modo a elaborar-se, em dois anos, o diagnóstico da demanda de habilitação de professores leigos e organizar-se, em todos os sistemas de ensino, programas de formação de professores, possibilitando-lhes a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu art. 87.

6. Nos Municípios onde a necessidade de novos professores é elevada e é grande o número de professores leigos, identificá-los e mapear, já no primeiro ano deste PNE, portadores de diplomas de licenciatura e de habilitação de nível médio para o magistério, que se encontram fora do sistema de ensino, com vistas a seu possível aproveitamento.

<sup>19</sup> (\*) a iniciativa para cumprimento deste Objetivo/Meta depende da iniciativa da União;

(\*\*) é exigida a colaboração da União.

**7. A partir da entrada em vigor deste PNE, somente admitir professores e demais profissionais de educação que possuam as qualificações mínimas exigidas no art. 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.**

**8. Estabelecer, dentro de um ano, diretrizes e parâmetros curriculares para os cursos superiores de formação de professores e de profissionais da educação para os diferentes níveis e modalidades de ensino.**

**9. Definir diretrizes e estabelecer padrões nacionais para orientar os processos de credenciamento das instituições formadoras, bem como a certificação, o desenvolvimento das competências profissionais e a avaliação da formação inicial e continuada dos professores.**

**10. Onde ainda não existam condições para formação em nível superior de todos os profissionais necessários para o atendimento das necessidades do ensino, estabelecer cursos de nível médio, em instituições específicas, que observem os princípios definidos na diretriz nº 1 e preparem pessoal qualificado para a educação infantil, para a educação de jovens e adultos e para as séries iniciais do ensino fundamental, prevendo a continuidade dos estudos desses profissionais em nível superior.\*\***

**11. Nos concursos de provas e títulos para preenchimento dos cargos de professor para a educação indígena, incluir requisitos referentes às particularidades culturais, especialmente lingüísticas, dos grupos indígenas. \*\***

**12. Ampliar, a partir da colaboração da União, dos Estados e dos Municípios, os programas de formação em serviço que assegurem a todos os professores a possibilidade de adquirir a qualificação mínima exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, observando as diretrizes e os parâmetros curriculares. \*\***

**13. Desenvolver programas de educação a distância que possam ser utilizados também em cursos semi-presenciais modulares, de forma a tornar possível o cumprimento da meta anterior. \*\***

**14. Generalizar, nas instituições de ensino superior públicas, cursos regulares noturnos e cursos modulares de licenciatura plena que facilitem o acesso dos docentes em exercício à formação nesse nível de ensino. \*\***

**15. Incentivar as universidades e demais instituições formadoras a oferecer no interior dos Estados, cursos de formação de professores, no mesmo padrão dos cursos oferecidos na sede, de modo a atender à demanda local e regional por profissionais do magistério graduados em nível superior. \*\***

**16. Promover, nas instituições públicas de nível superior, a oferta, na sede ou fora dela, de cursos de especialização voltados para a formação de pessoal para as diferentes áreas de ensino e, em particular, para a educação especial, a gestão escolar, a formação de jovens e adultos e a educação infantil. \*\***

**17. Garantir que, no prazo de 5 anos, todos os professores em exercício na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, inclusive nas modalidades de educação especial e de jovens e adultos, possuam, no mínimo, habilitação de nível médio (modalidade normal), específica e adequada às características e necessidades de aprendizagem dos alunos.**

**18. Garantir, por meio de um programa conjunto da União, dos Estados e Municípios, que, no prazo de dez anos, 70% dos professores de educação infantil e de ensino**

fundamental (em todas as modalidades) possuam formação específica de nível superior, de licenciatura plena em instituições qualificadas.\*\*

19. Garantir que, no prazo de dez anos, todos os professores de ensino médio possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura plena nas áreas de conhecimento em que atuam.

20. Incluir em quaisquer cursos de formação profissional, de nível médio e superior, conhecimentos sobre educação das pessoas com necessidades especiais, na perspectiva da integração social.

21. Incluir, nos currículos e programas dos cursos de formação de profissionais da educação, temas específicos de história, da cultura, dos conhecimentos, das manifestações artísticas e religiosas do segmento afro-brasileiro, das sociedades indígenas e dos trabalhadores rurais e sua contribuição na sociedade brasileira.

22. Garantir, já no primeiro ano de vigência deste plano, que os sistemas estaduais e municipais de ensino mantenham programas de formação continuada de professores alfabetizadores, com conteúdo compatível com as instituições de ensino superior sediadas nas respectivas áreas geográficas.

23. Ampliar a oferta de cursos de mestrado e doutorado na área educacional e desenvolver a pesquisa neste campo.\*\*

24. Desenvolver programas de pós-graduação e pesquisa em educação como centro irradiador da formação profissional em educação, para todos os níveis e modalidades de ensino.

25. Identificar e mapear, nos sistemas de ensino, as necessidades de formação inicial e continuada do pessoal técnico e administrativo, elaborando e dando início à implementação, no prazo de três anos a partir da vigência deste PNE, de programas de formação.

26. Criar, no prazo de dois anos, cursos profissionalizantes de nível médio destinados à formação de pessoal de apoio para as áreas de administração escolar, multimeios e manutenção de infra-estruturas escolares, inclusive para alimentação escolar e, a médio prazo, para outras áreas que a realidade demonstrar ser necessário.

27. Promover, em ação conjunta da União, dos Estados e dos Municípios, a avaliação periódica da qualidade de atuação dos professores, com base nas diretrizes de que trata a meta nº 8, como subsídio à definição de necessidades e características dos cursos de formação continuada.

28. Observar as metas estabelecidas nos demais capítulos referentes à formação de professores e valorização do magistério.

## **V – FINANCIAMENTO E GESTÃO**

### **11.1 Diagnóstico**

A fixação de um plano de metas exige uma definição de custos assim como a identificação dos recursos atualmente disponíveis e das estratégias para sua ampliação, seja por meio de uma gestão mais eficiente, seja por meio de criação de novas fontes, a partir da constatação da necessidade de maior investimento. Os percentuais constitucionalmente vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino devem representar o ponto de partida para a formulação e implementação de metas educacionais. É preciso, entretanto, desfazer alguns enganos. Há uma imagem equivocada de que esta fonte representa valor

elevado. A vinculação é realizada em relação às receitas resultantes de impostos, e não à totalidade dos recursos orçamentários. Os recursos de impostos não constituem sequer a totalidade dos recursos tributários (que incluem taxas e contribuições de melhoria). O imposto é espécie do gênero tributo. O orçamento fiscal da União de 1998, por exemplo, equivalia a 325,6 bilhões, sendo o orçamento da seguridade social da ordem de 105 bilhões. A receita vinculada à manutenção e desenvolvimento do ensino, no nível federal, não chegou a 4 bilhões, valor que sequer cobre os gastos com instituições de ensino superior (Tabela 20).

Tabela 20 - Ministério da Educação, 1995-1999, em R\$ milhões

Fonte	1995	%	1996	%	1997	%	1998	%	1999	%
Recursos ordinários	0	0	0	0	977	10,1	478	4,4	1.138	10,26
Manutenção e desenvolvimento do ensino - art 212, CF	3.489	38,5	4.788	52,3	3.360	34,9	3.831	35,8	3.826	34,5
Salário-Educação	370	4,1	486	5,3	613	6,4	619	5,7	738	6,7
Contrib. Social S/ Lucro das Pessoas Jurídicas	271	3,0	259	2,8	39	0,4	161	1,5	529	4,8
Contrib. Social p/ Seguridade Social	356	3,9	787	8,6	1.099	11,4	0	0	694	6,3
Fundo de Estabilização Fiscal - FEF	3.388	37,4	1.632	17,8	2.440	25,3	3.733	34,7	2.152	19,4
Recursos Diretamente arrecadados	575	6,3	530	5,8	495	5,1	518	4,8	246	2,2
Recursos de Concessões e Permissões	0	0	0	0	0	0	496	4,5	0	0
Outros	621	6,8	671	7,4	620	6,4	932	8,6	1.762	15,9
Total	9.070	100,0	9.153	100,0	9.643	100,0	10.768	100,0	11.085	100,0

Fonte : SIAFI/PRODASEN - Elaboração - COFF/CD

1995 a 1998 - valores liquidados

1999 - Lei Orçamentária

Dada a natureza federativa do Estado brasileiro, a Constituição definiu uma divisão de responsabilidades entre a União, os Estados e os Municípios, estabelecendo ainda a organização dos sistemas de ensino em regime de colaboração. As Tabelas 21 e 22 mostram o retrato dos gastos com educação, somadas todas as esferas administrativas.

**Tabela 21 - Gastos Diretos com Educação nas Administrações Públicas - 1997**

Natureza da despesa	Esfera de governo			Todas as esferas-consolidado
	União	Estados	Municípios	
Pessoal e encargos sociais	4.027.842.317	12.275.243.303	7.214.711.927	23.517.797.547
Transferência de Assistência e Previdência	2.413.067.152	2.983.201.731	913.985.248	6.310.254.129
Outras despesas correntes	2.430.273.641	3.067.446.542	3.119.763.513	8.617.483.696
Investimentos	603.634.891	917.226.164	717.058.074	2.237.919.129
Inversões financeiras	152.685.812	12.132.874	2.955.326	167.774.012
<b>Total</b>	<b>9.627.503.814</b>	<b>19.258.250.613</b>	<b>11.968.474.085</b>	<b>40.851.228.512</b>

Fonte : FECAMP - em valores históricos

**Tabela 22 - Gastos Com Educação - Esferas Federativas - 1997**

Ente federativo	%
UNIAO	23,6
ESTADOS	47,1
MUNICIPIOS	29,3

Fonte: Fecamp

Em 1995, antes da aprovação da Emenda Constitucional nº 14, verificavam-se graves distorções. Por exemplo, no Maranhão, na reduzida rede estadual, o gasto médio por aluno era de 343 reais, ao passo que nas redes municipais, responsáveis pela maioria das matrículas o valor aplicado não passava de 88 reais. No extremo oposto, em São Paulo, onde o estado arcava com a maior parte das matrículas do ensino fundamental, o gasto correspondia a 336 reais, enquanto nas redes municipais equivalia a 1.165 reais. O conjunto dos Municípios do Maranhão e de Alagoas era responsável por dois terços das matrículas e recebia apenas um terço dos recursos. Assim, dois cidadãos do mesmo estado e do mesmo nível de ensino eram tratados de forma absolutamente distinta.

Para corrigir esta situação foi concebido o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, que passou a ser conhecido como FUNDEF. Este é constituído por uma cesta de recursos equivalentes a 15% de alguns impostos do estado (FPE, ICMS, cota do IPI-Exp.) e dos Municípios (FPM, cota do ICMS, cota do IPI-Exp), além da compensação referente às perdas com a desoneração das exportações, decorrentes da Lei Complementar nº 87/96.

Os núcleos da proposta do FUNDEF são: o estabelecimento de um valor mínimo por aluno a ser despendido anualmente (fixado em 315 reais para os anos de 1998 e 1999); a redistribuição dos recursos do fundo, segundo o número de matrículas e a subvinculação de 60% de seu valor para o pagamento de profissionais do magistério em efetivo exercício. Se o fundo, no âmbito de determinado estado não atingir o valor mínimo, a União efetua a complementação. Em 1998 esta foi equivalente a cerca de 435 milhões (Tabela 23). Para o exercício de 1999 a previsão é de que a complementação da União seja de cerca de 610 milhões (Portaria nº 286/99-MF).

Tabela 23 - Origem das Receitas do FUNDEF

R\$ Mil

Receita	Valor Distribuído	%
FPM	1.838.315	13,9
FPE	1.638.058	12,4
ICMS	8.759.096	68,3
IPI-Exp.	237.989	1,8
LC 87/96	314.003	2,4
Subtotal	12.787.461	98,8
Complementação da União	434.619	3,2
Total	13.222.280	100,0

Fonte : SIAFI/Tribunal de Contas da União

Além de promover a equidade, o FUNDEF foi o instrumento de uma política que induziu várias outras transformações:

- com a criação de contas únicas e específicas e dos conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEF deu-se mais transparência à gestão. A maior visibilidade dos recursos possibilitou inclusive a identificação de desvios;
  - com a obrigatoriedade da apresentação de planos de carreira com exigência de habilitação, deflagrou-se um processo de profissionalização da carreira;
  - com a subvinculação ao pagamento dos professores melhoraram os salários e foram novamente atraídos para a carreira professores que ocupavam outras posições no mercado de trabalho;
  - a fixação de um critério objetivo do número de matrículas e a natureza contábil do fundo permitiram colocar os recursos onde estão os alunos e eliminar práticas clientelistas;
  - diminuiu consideravelmente o número de classes de alfabetização e de alunos maiores de 7 anos na pré-escola, sendo trazidos para o ensino fundamental.
- Em 21 dos 26 Estados, verificou-se uma transferência líquida de recursos das redes estaduais para as municipais. É inegável o efeito redistributivo do FUNDEF, sobretudo no Nordeste - onde as redes municipais são responsáveis por cerca de 50% das matrículas. Conforme indica a Tabela 24, dos 5.506 Municípios brasileiros, cerca de 39% (2.159) contavam com um valor por aluno/ano abaixo do valor mínimo nacional de 315 reais.

Tabela 24 - Efeitos Financeiros do FUNDEF, dos Municípios com o gasto abaixo do valor mínimo (R\$ 315,00) - 1998

Valor por aluno/ano (R\$1,00)	Municípios		Alunos/97		Valor por aluno/ano		Receita Adicional Bruta (R\$ Milhões)	Variação	
	Número	%	Número	%	Antes do FUNDEF (A)	Com o FUNDEF (B)		Do valor por aluno	% (B/A)
Até 100	308	5,6	1.740.209	14,0	77,8	324,9	429,9	247,0	317
De 100 a 150	613	11,1	2.192.551	17,6	124,2	335,4	463,1	211,2	170
De 150 a 200	474	8,6	2.006.045	16,1	178,4	437,0	518,8	258,8	145
De 200 a 250	370	6,7	1.193.002	9,7	225,7	389,3	195,1	163,5	72
De 250 a 315	394	7,1	1.125.758	9,0	281,3	405,7	140,0	124,3	44
Subtotal	2.159	39,2	8.257.565	66,4	163,7	375,2	1.748,9	211,5	129
Outros Municípios	3.347	60,8	4.178.963	33,6					
Total	5.506	100,0	12.435.528	100,0					

Fonte : MEC/SEADE - Banco do primeiro ano do FUNDEF

A partir desta redistribuição, O FUNDEF constituiu-se em instrumento fundamental para alcançar a meta prioritária da universalização. De 1997 para 1998, houve um aumento expressivo de 6% nas matrículas, que cresceram de 30.535.072, em 1997, para 32.380.024, em 1998.

É certo que alguns ajustes e aperfeiçoamentos são necessários, como está previsto na própria legislação. Destacam-se as questões de como garantir o financiamento da educação de jovens e adultos, educação infantil e ensino médio. De toda sorte, qualquer política de financiamento há de partir do FUNDEF, inclusive a eventual criação, no futuro, de um fundo único para toda a educação básica – que não pode ser feito no âmbito deste plano, uma vez que requer alteração na Emenda Constitucional nº 14.

Como apontou Barjas Negri (Financiamento da Educação no Brasil - MEC/INEP, 1997), "há uma grande controvérsia sobre o quanto se gasta com educação no Brasil. A partir de 1986 iniciou-se a disseminação de informações que continham grave erro metodológico, ou seja, incluindo-se uma dupla contagem de gastos, sem a devida dedução das transferências intragovernamentais destinadas à educação, do governo federal para os governos estaduais e municipais e dos governos estaduais para os municipais. Isso pode ter elevado indevidamente a estimativa do percentual do PIB, inflacionando os dados da UNESCO" (de 1989, mas que constavam ainda do Anuário Estatístico de 1995).

Para superar esta dificuldade, Negri procurou em criterioso estudo estimar os recursos potencialmente disponíveis, a partir das vinculações. O problema deste método é que capta muito bem o que se deve gastar, mas não o quanto se gasta - dado que só pode ser aferido após a consolidação dos balanços de todos Estados, Municípios e da União. Recentemente, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA calculou em 4,2% os gastos públicos com educação para o ano de 1995. Negri havia chegado, para aquele exercício, ao número de 4,53% de recursos disponíveis.

Observe-se que, embora trabalhe com a execução o IPEA considera os gastos da função educação e cultura, superestimando, portanto os gastos apenas com educação. Dado recente da OCDE indica um gasto público em educação no Brasil equivalente a 5% do PIB (Tabela 25).

Não se devem interpretar estes dados de maneira estática, isto é, os países desenvolvidos que já fizeram um amplo esforço no período pós-guerra estabilizaram seus gastos. Outra é a situação do Brasil, que tem os enormes desafios discutidos neste plano.

Este dado foi informado à OCDE pelo governo brasileiro. Partindo deste dado oficial, a meta estabelecida pelo PL nº 4.173/98, de atingir 6,5% do PIB, incluindo os gastos do setor privado (que Negri estima em 1% do PIB), afigura-se muito modesta. Por outro lado, a meta contida no PL nº 4.155/98, de atingir, apenas no setor público o equivalente a 10% do PIB é muito elevada. Em valores atuais, cada ponto percentual significa cerca de 10 bilhões de reais. Este plano propõe que num prazo de dez anos atinjam um gasto público equivalente a 7% do PIB, através de aumento contínuo e progressivo de todas as esferas federativas. Este esforço inicial é indispensável. Para tanto é necessário o compromisso do Congresso Nacional, e dos Legislativos subnacionais, que elaborarão os planos plurianuais e orçamentos que vigorarão no período. Com o tempo haveria uma estabilização num patamar menor, na medida em que fosse sendo erradicado o analfabetismo, corrigida a distorção idade-série e aperfeiçoada a gestão.

Tabela 25 - Despesas Públicas em Educação, como % do PIB - 1995

PAIS	% do PIB
<b>AMERICA DO NORTE</b>	
Canadá	5,8
Estados Unidos	5,0
México	4,6
<b>AMERICA DO SUL</b>	
Argentina*	3,4
BRASIL	5,0
Chile*	3,0
Paraguai*	3,1
Uruguai*	2,7
<b>ASIA</b>	
Coreia	3,6
Malásia*	4,9
Tailândia*	3,6
<b>EUROPA</b>	
Austria	5,3
Dinamarca	6,5
França	5,8
Noruega	6,8
Portugal	5,4
Espanha	4,8
Suécia	6,6
Reino Unido	4,6

Fonte: Base de dados da OCDE

\*Dados de 1996

Financiamento e gestão estão indissoluvelmente ligados. A transparência da gestão de recursos financeiros e o exercício do controle social permitirão garantir a efetiva aplicação dos recursos destinados à educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional facilita amplamente esta tarefa, ao estabelecer, no § 5º do art. 69, o repasse automático dos recursos vinculados ao órgão gestor e ao regulamentar quais as despesas admitidas como gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino.

Conforme dispunha o Plano Nacional de Educação para Todos, "a melhoria dos níveis de qualidade do ensino requer a profissionalização tanto das ações do Ministério da Educação e dos demais níveis da administração educativa como a ação nos estabelecimentos de ensino. Essa profissionalização implica a definição de competências específicas e a dotação de novas capacidades humanas, políticas e técnicas, tanto nos níveis centrais como nos descentralizados, tendo como objetivo o desenvolvimento de uma gestão responsável. A profissionalização requer também a ampliação do leque de diferentes profissões envolvidas na gestão educacional, com o objetivo de aumentar a racionalidade e produtividade."

O governo federal vem atuando de maneira a descentralizar recursos, direcionando-os diretamente às escolas, de modo a fortalecer sua autonomia (Tabela 26). Neste processo foi induzida a formação de Associações de Pais e Mestres ou de Conselhos escolares. Estes aumentaram de 11.643, em 1995, para 54.591 em 1998.



Tabela 26 - Programas Dinheiro na Escola 1995 a 1998 - Atendimento

Ano	Número de escolas*	Número de alunos	Valor em R\$ mil
1995	144.306	28.350.229	229.348
1996	167.760	31.287.583	259.743
1997	108.711	26.672.800	279.428
1998**	129.632	28.857.262	304.337

Fonte: FNDE (Relatório de Atividades e Gerência do Programa) - Mensagem presidencial ao Congresso Nacional/1999

\*a partir de 1997, apenas escolas com mais de 20 alunos

\*\* Dados até julho

## 11.2 Diretrizes

Ao tratar do financiamento da Educação, é preciso reconhecê-la como um valor em si, requisito para o exercício pleno da cidadania, para o desenvolvimento humano e para a melhoria da qualidade de vida da população. A Constituição de 1988, sintonizada com os valores jurídicos que emanam dos documentos que incorporam as conquistas de nossa época – tais como a Declaração Universal de Direitos do Homem e a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança –, determinou expressamente que a Educação é um direito de todos e dever do Estado e da família (art. 205, CF), devendo ser assegurada “com absoluta prioridade” à criança e ao adolescente (art. 227, *caput*, CF) pela família, pelo Estado e pela sociedade. Embora a educação tenha outras dimensões relevantes, inclusive a econômica, o fundamento da obrigação do Poder Público de financiá-la é o fato de constituir um direito. Assim, a Educação e seu financiamento não serão tratados neste PNE como um problema econômico, mas como um questão de cidadania.

Partindo deste enfoque, de nada adiantariam as previsões de dever do Estado, acompanhadas de rigorosas sanções aos agentes públicos em caso de desrespeito a este direito, se não fossem dados os instrumentos para garanti-lo. Daí emerge a primeira diretriz básica para o financiamento da Educação: a vinculação constitucional de recursos à manutenção e desenvolvimento do ensino, adotada pela primeira vez pela Constituição de 1934, ressurgindo com a redemocratização em 1946, e, ainda uma vez, no bojo do processo de abertura política, com a aprovação da Emenda Calmon, sendo consolidada pela Constituição de 1988. Nos interregnos em que o princípio da vinculação foi enfraquecido ou suprimido, houve uma drástica redução de gastos na educação – como demonstrou o Senador João Calmon nos debates que precederam a aprovação de sua proposta. O avanço significativo dos indicadores educacionais alcançado na década de 90 apoiou-se na vinculação de recursos, o que permitiu manter níveis razoáveis de investimento na educação pública. Embora encontre ainda alguma resistência em alguns nichos da tecnocracia econômica mais avessos ao social, a vinculação de recursos impõe-se não só pela prioridade conferida à Educação, mas também como condição de uma gestão mais eficaz. Somente a garantia de recursos e seu fluxo regular permitem o planejamento educacional.

Outra diretriz importante é a gestão de recursos da educação por meio de fundos de natureza contábil e contas específicas. O fundo contábil permite que a vinculação seja efetiva, sendo a base do planejamento, e não se reduza a um jogo *ex post* de justificação para efeito de prestação de contas. Além disso, permite um controle social mais eficaz e evita a aplicação excessiva de recursos nas atividades-meio e as injunções de natureza política.

Com o FUNDEF inaugurou-se importante diretriz de financiamento: a alocação de recursos segundo as necessidades e compromissos de cada sistema, expressos pelo número de matrículas. Desta forma, há estímulo para a universalização do ensino. O dinheiro é aplicado na atividade-fim: recebe mais quem tem rede, quem tem alunos, dá-se um enfoque

positivo ao financiamento da Educação. Até então, aqueles que não cumprissem determinadas disposições eram punidos. Agora, os que cumprem são premiados.

Além disso, a diversidade da capacidade de arrecadação de Estados e Municípios, e destes entre si, levava a uma diferença significativa de gasto por aluno, pelo simples fato de estar matriculado numa escola estadual ou municipal.

Cumprir consolidar e aperfeiçoar outra diretriz introduzida a partir do FUNDEF, cuja preocupação central foi a equidade. Para tanto, é importante o conceito operacional de *valor mínimo gasto por aluno, por ano, definido nacionalmente*. A equidade refere-se não só aos sistemas, mas aos alunos em cada escola. Assim, de nada adianta receber dos fundos educacionais um valor por aluno e praticar gastos que privilegiem algumas escolas em detrimento das escolas dos bairros pobres. A LDB preceitua que aos Municípios cabe exercer a função redistributiva com relação a suas escolas.

Instaurada a equidade, o desafio é obter a adequação da aprendizagem a um *padrão mínimo de qualidade* (art. 211, § 1º, CF e art. 60, § 4º, ADCT), definido em termos precisos na LDB (art. 4º, IX) como "a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem". Aqui o conceito chave já não é mais o de valor mínimo, mas o de *custo-aluno-qualidade*. Este deve ser a referência para a política de financiamento da Educação. Para enfrentar esta necessidade, os sistemas de ensino devem ajustar suas contribuições financeiras a este padrão desejado, e particularmente à União cabe fortalecer sua função supletiva, através do aumento dos recursos destinados à complementação do FUNDEF.

A Constituição Federal preceitua que à União compete exercer as funções redistributiva e supletiva de modo a garantir a *equalização de oportunidades educacionais* (art. 211, § 1º). Trata-se de dar às crianças real possibilidade de acesso e permanência na escola. Há que se combinar, em primeiro lugar, as ações para tanto com aquelas dirigidas ao combate do trabalho infantil. É fundamental fortalecer a educação como um dos alicerces da rede de proteção social. A educação deve ser considerada uma prioridade estratégica para um projeto nacional de desenvolvimento que favoreça a superação das desigualdades na distribuição de renda e a erradicação da pobreza. As *políticas que associam a renda mínima à educação*, adotadas em alguns Estados e Municípios, por iniciativa própria ou com apoio da União, a partir da Lei nº 9.533/97, ou, ainda, diretamente pela União em áreas em que as crianças se encontrem em situação de risco, têm-se revelado instrumentos eficazes de melhoria da qualidade de ensino, reduzindo a repetência e a evasão e envolvendo mais a família com a educação de seus filhos – ingrediente indispensável para o sucesso escolar. Por se tratar não propriamente de um programa educacional, mas de um programa social de amplo alcance, com critérios educacionais, deve ser financiado com recursos oriundos de outras fontes que não as destinadas à educação escolar em senso estrito. Observa-se a propósito que a Educação é uma responsabilidade do Estado e da sociedade e não apenas de um órgão. Evidentemente, o Ministério (ou Secretaria, nos níveis estadual e municipal) da área há de ter o papel central no que se refere à educação escolar. Mas há também que se articular com outros ministérios (ou secretarias), reunindo competências seja em termos de apoio técnico ou recursos financeiros, em áreas de atuação comum.

O MEC há de ter uma atuação conjunta com o Ministério do Trabalho, para a qualificação, formação e treinamento de trabalhadores, nos quais devem ser aplicados, inclusive, recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT. O mesmo raciocínio vale para a Assistência Social e para a Saúde, no que se refere à educação infantil; para a Assistência Social, no que concerne à erradicação da pobreza; para o Ministério da Justiça em relação à educação de jovens e adultos para presos e egressos, contando com recursos do Fundo Penitenciário - FUNPEN; para o Ministério das Comunicações, no que se refere aos recursos para a universalização que devem ser disponibilizados em condições privilegiadas para as escolas públicas; para os Ministérios da Cultura; Esporte e Turismo; Ciência e Tecnologia e assim por diante. A Educação não é uma preocupação confinada em gueto de um segmento. Envolve todo o governo e deve permear todas as suas ações.

Para que a gestão seja eficiente há que se promover o autêntico federalismo em matéria educacional, a partir da divisão de responsabilidades previstas na Carta Magna. A educação é um todo integrado, de sorte que o que ocorre num determinado nível repercute nos demais, tanto no que se refere aos aspectos quantitativos como qualitativos. Há competências concorrentes, como é o caso do ensino fundamental, provido por Estados e Municípios. Ainda que consolidadas as redes de acordo com a vontade política e capacidade de financiamento de cada ente, algumas ações devem envolver Estados e Municípios, como é o caso do transporte escolar. Mesmo na hipótese de competência bem definida, como a educação infantil, que é de responsabilidade dos Municípios, não pode ser negligenciada a função supletiva dos Estados (art. 30, VI, CF) e da União (art. 30, VI, CF e art. 211, § 1º, CF). Portanto, uma diretriz importante é o *aprimoramento contínuo do regime de colaboração*. Este deve dar-se, não só entre União, Estados e Municípios, mas também, sempre que possível, entre entes da mesma esfera federativa, mediante ações, fóruns e planejamento interestaduais, regionais e intermunicipais.

Quanto à distribuição e gestão dos recursos financeiros, constitui diretriz da maior importância a *transparência*. Assim sendo, devem ser fortalecidas as instâncias de controle interno e externo, órgãos de gestão nos sistemas de ensino, como os Conselhos de Educação e os órgãos de controle social, como os Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF, cuja competência deve ser ampliada, de forma a alcançar todos os recursos destinados à Educação Básica.

Para que seja possível o planejamento educacional, é importante *implantar sistemas de informação*, com o aprimoramento da base de dados educacionais do aperfeiçoamento dos processos de coleta e armazenamento de dados censitários e estatísticas sobre a educação nacional. Desta maneira, poder-se-á consolidar um *sistema de avaliação* - indispensável para verificar a eficácia das políticas públicas em matéria de educação. A adoção de ambos os sistemas requer a formação de recursos humanos qualificados e a informatização dos serviços, inicialmente nas secretarias; mas com o objetivo de conectá-las em rede com suas escolas e com o MEC.

Deve-se promover a *efetiva desburocratização e descentralização da gestão* nas dimensões pedagógica, administrativa e de gestão financeira, devendo as unidades escolares contar com repasse direto de recursos para desenvolver o essencial de sua proposta pedagógica e para despesas de seu cotidiano.

Finalmente, no exercício de sua autonomia, cada sistema de ensino há de implantar *gestão democrática*. Em nível de gestão de sistema na forma de Conselhos de Educação que reúnam competência técnica e representatividade dos diversos setores educacionais; em nível das unidades escolares, por meio da formação de conselhos escolares de que participe a comunidade educacional e formas de escolha da direção escolar que associem a garantia da competência ao compromisso com a proposta pedagógica emanada dos conselhos escolares e a representatividade e liderança dos gestores escolares.

### 11.3 Objetivos e Metas<sup>11</sup>

#### 11.3.1 Financiamento

1. Elevação, na década, através de esforço conjunto da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, do percentual de gastos públicos em relação ao PIB, aplicados em educação, para atingir o mínimo de 7%. Para tanto, os recursos devem ser ampliados, anualmente, à razão de 0,5% do PIB, nos quatro primeiros anos do Plano e de 0,6% no quinto ano.\*

<sup>11</sup> (\*) a iniciativa para cumprimento deste Objetivo/Meta depende da iniciativa da União;

(\*\*) é exigida a colaboração da União.

2. Implementar mecanismos de fiscalização e controle que assegurem o rigoroso cumprimento do art. 212 da Constituição Federal em termos de aplicação dos percentuais mínimos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino.\* Entre esses mecanismos estará o demonstrativo de gastos elaborado pelos poderes executivos e apreciado pelos legislativos com o auxílio dos tribunais de contas respectivos, discriminando os valores correspondentes a cada uma das alíneas do art. 70 da LDB.

3. Criar mecanismos que viabilizem, imediatamente, o cumprimento do § 5º do art. 69 da Lei de Diretrizes e Bases, que assegura o repasse automático dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino para o órgão responsável por este setor. Entre esses mecanismos deve estar a aferição anual pelo censo escolar da efetiva automaticidade dos repasses\*

4. Estabelecer mecanismos destinados a assegurar o cumprimento dos arts. 70 e 71 da Lei de Diretrizes e Bases, que definem os gastos admitidos como de manutenção e desenvolvimento do ensino e aqueles que não podem ser incluídos nesta rubrica.\*

5. Mobilizar os Tribunais de Contas, as Procuradorias da União e dos Estados, os Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF, os sindicatos, as organizações não-governamentais e a população em geral para exercerem a fiscalização necessária para o cumprimento das metas nºs 2, 3 e 4.\*\*

6. Garantir, entre as metas dos planos plurianuais vigentes nos próximos dez anos, a previsão do suporte financeiro às metas constantes deste PNE.\*

7. Orientar os orçamentos nas três esferas governamentais, de modo a cumprir as vinculações e subvinculações constitucionais, e alocar, no prazo de dois anos, em todos os níveis e modalidades de ensino, valores por aluno, que correspondam a padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos nacionalmente.\*\*

8. Estabelecer, nos Municípios, a educação infantil como prioridade para a aplicação dos 10% dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino não reservados para o ensino fundamental.

9. Estabelecer, nos Estados, o ensino médio como prioridade para a aplicação dos 10% dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino não reservados para o ensino fundamental.

10. Estabelecer a utilização prioritária para a educação de jovens e adultos, de 15% dos recursos destinados ao ensino fundamental cujas fontes não integrem o FUNDEF: nos Municípios (IPTU, ISS, ITBI, cota do ITR, do IRRF e do IOF-Ouro, parcela da dívida ativa tributária que seja resultante de impostos), nos Estados e no Distrito Federal (IPVA, ITCM, cota do IRRF e do IOF-Ouro, parcela da dívida ativa tributária que seja resultante de impostos).

11. Estabelecer programa nacional de apoio financeiro e técnico-administrativo da União para a oferta, preferencialmente, nos Municípios mais pobres, de educação de jovens e adultos para a população de 15 anos e mais, que não teve acesso ao ensino fundamental.\*

12. Ampliar o atendimento dos programas de renda mínima associados à educação, de sorte a garantir o acesso e permanência na escola a toda população em idade escolar no País.\*\*

13. Garantir recursos do Tesouro Nacional para o pagamento de aposentados e pensionistas do ensino público na esfera federal, excluindo estes gastos das despesas consideradas como manutenção de desenvolvimento do ensino.\*

14. Promover a equidade entre os alunos dos sistemas de ensino e das escolas pertencentes a um mesmo sistema de ensino.

15. Promover a autonomia financeira das escolas mediante repasses de recursos, diretamente aos estabelecimentos públicos de ensino, a partir de critérios objetivos.

16. Integrar ações e recursos técnicos, administrativos e financeiros do Ministério de Educação e de outros Ministérios nas áreas de atuação comum.\*

17. Assegurar recursos do Tesouro e da Assistência Social para programas de renda mínima associados à educação; recursos da Saúde e Assistência Social para a

educação infantil; recursos tecnológicos; uniformização de telecomunicações, à criação de condições de acesso da escola, às redes de comunicação informática; recursos do Trabalho para a qualificação dos trabalhadores; recursos do Fundo Penitenciário para a educação de presos e egressos.\*

18. A União deverá calcular o valor mínimo para o custo-aluno para efeito de suplementação dos fundos estaduais rigorosamente de acordo com o estabelecido pela Lei nº 9.424/96.\*

### **11.3.2 Gestão**

19. Aperfeiçoar o regime de colaboração entre os sistemas de ensino com vistas a uma ação coordenada entre entes federativos, compartilhando responsabilidades, a partir das funções constitucionais próprias e supletivas e das metas deste PNE.\*\*

20. Estimular a colaboração entre as redes e sistemas de ensino municipais, através de apoio técnico a consórcios intermunicipais e colegiados regionais consultivos, quando necessários.

21. Estimular a criação de Conselhos Municipais de Educação e apoiar tecnicamente os Municípios que optarem por constituir sistemas municipais de ensino.

22. Definir, em cada sistema de ensino, normas de gestão democrática do ensino público, com a participação da comunidade.

23. Editar pelos sistemas de ensino, normas e diretrizes gerais desburocratizantes e flexíveis, que estimulem a iniciativa e a ação inovadora das instituições escolares.

24. Desenvolver padrão de gestão que tenha como elementos a destinação de recursos para as atividades-fim, a descentralização, a autonomia da escola, a equidade, o foco na aprendizagem dos alunos e a participação da comunidade.

25. Elaborar e executar planos estaduais e municipais de educação, em consonância com este PNE.

26. Organizar a educação básica no campo, de modo a preservar as escolas rurais no meio rural e imbuídas dos valores rurais.

27. Apoiar tecnicamente as escolas na elaboração e execução de sua proposta pedagógica.

28. Assegurar a autonomia administrativa e pedagógica das escolas e ampliar sua autonomia financeira, através do repasse de recursos diretamente às escolas para pequenas despesas de manutenção e cumprimento de sua proposta pedagógica.

29. Informatizar, em três anos, com auxílio técnico e financeiro da União, as secretarias estaduais de educação, integrando-as em rede ao sistema nacional de estatísticas educacionais.\*\*

30. Informatizar progressivamente, em dez anos, com auxílio técnico e financeiro da União e dos Estados, todas as secretarias municipais de educação, atendendo, em cinco anos pelo menos, a metade dos Municípios com mais de 20.000 habitantes.\*\*

31. Estabelecer, em todos os Estados, com auxílio técnico e financeiro da União, programas de formação do pessoal técnico das secretarias, para suprir, em cinco anos, pelo menos, as necessidades dos setores de informação e estatísticas educacionais, planejamento e avaliação.\*\*

32. Promover medidas administrativas que assegurem a permanência dos técnicos formados e com bom desempenho nos quadros das secretarias.

33. Informatizar, gradualmente, com auxílio técnico e financeiro da União, a administração das escolas com mais de 100 alunos, conectando-as em rede com as secretarias de educação, de tal forma que, em dez anos, todas as escolas estejam no sistema.\*\*

34. Estabelecer, em todos os Estados, com a colaboração dos Municípios e das universidades, programas diversificados de formação continuada e atualização visando a melhoria do desempenho no exercício da função ou cargo de diretores de escolas.

35. Assegurar que, em cinco anos, 50% dos diretores, pelo menos, possuam formação específica em nível superior e que, no final da década, todas as escolas contem com diretores adequadamente formados em nível superior, preferencialmente com cursos de especialização.

36. Ampliar a oferta de cursos de formação em administração escolar nas instituições públicas de nível superior, de forma a permitir o cumprimento da meta anterior."

37. Estabelecer políticas e critérios de alocação de recursos federais, estaduais e municipais, de forma a reduzir desigualdades regionais e desigualdades internas a cada sistema."

38. Consolidar e aperfeiçoar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB e o censo escolar."

39. Estabelecer, nos Estados, em cinco anos, com a colaboração técnica e financeira da União, um programa de avaliação de desempenho que atinja, pelo menos, todas as escolas de mais de 50 alunos do ensino fundamental e Médio."

40. Estabelecer, nos Municípios, em cinco anos, programas de acompanhamento e avaliação dos estabelecimentos de educação infantil.

41. Definir padrões mínimos de qualidade da aprendizagem na Educação Básica numa Conferência Nacional de Educação, que envolva a comunidade educacional."

42. Instituir em todos os níveis, Conselhos de Acompanhamento e Controle Social dos recursos destinados à Educação não incluídos no FUNDEF, qualquer que seja sua origem, nos moldes dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF.

43. Incluir, nos levantamentos estatísticos e no censo escolar informação acerca do gênero, em cada categoria de dados coletados."

44. Observar as metas estabelecidas nos demais capítulos referentes à financiamento e gestão.

## VI – ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO

Um plano da importância e da complexidade do PNE tem que prever mecanismos de acompanhamento e avaliação que lhe dêem segurança no prosseguimento das ações ao longo do tempo e nas diversas circunstâncias em que se desenvolverá. Adaptações e medidas corretivas conforme a realidade for mudando ou assim que novas exigências forem aparecendo dependerão de um bom acompanhamento e de uma constante avaliação de percurso.

Será preciso, de imediato, iniciar a elaboração dos planos estaduais em consonância com este Plano Nacional e, em seguida, dos planos municipais, também coerentes com o plano do respectivo Estado. Os três documentos deverão compor um conjunto integrado e articulado. Integrado quanto aos objetivos, prioridades, diretrizes e metas aqui estabelecidas. E articulado nas ações, de sorte que, na soma dos esforços das três esferas, de todos os Estados e Municípios mais a União, chegue-se às metas aqui estabelecidas.

A implantação e o desenvolvimento desse conjunto precisam de uma coordenação em âmbito nacional, de uma coordenação em cada Estado e no Distrito Federal e de uma coordenação na área de cada Município, exercidas pelos respectivos órgãos responsáveis pela Educação.

Ao Ministério da Educação cabe um importante papel indutor e de cooperação técnica e financeira. Trata-se de corrigir acentuadas diferenças regionais, elevando a qualidade geral da educação no País. Os diagnósticos constantes deste plano apontam algumas, nos diversos níveis e/ou modalidades de ensino, na gestão, no financiamento, na formação e valorização do magistério e dos demais trabalhadores da educação. Há muitas

ações cuja iniciativa cabe à União, mais especificamente ao Poder Executivo Federal. E há metas que precisam da cooperação do Governo Federal para serem executadas, seja porque envolvem recursos de que os Estados e os Municípios não dispõem, seja porque a presença da União confere maior poder de mobilização e realização.

Desempenharão também um papel essencial nessas funções o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação - CONSED e a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME, nos temas referentes à Educação Básica, assim como o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB, naqueles relativos à educação superior. Considera-se, igualmente, muito importante a participação de entidades da comunidade educacional, dos trabalhadores da educação, dos estudantes e dos pais reunidos nas suas entidades representativas.

É necessário que algumas entidades da sociedade civil diretamente interessadas e responsáveis pelos direitos da criança e do adolescente participem do acompanhamento e da avaliação do Plano Nacional de Educação. O art. 227, § 7º da Constituição Federal determina que no atendimento dos direitos da criança e do adolescente (incluídas nesse grupo as pessoas de 0 a 18 anos de idade) seja levado em consideração o disposto no art. 204, que estabelece a diretriz de *"participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis"*. Além da ação direta dessas organizações há que se contar com a atuação dos conselhos governamentais com representação da sociedade civil como o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, os Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e os Conselhos Tutelares (Lei nº 8.069/90). Os Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção - Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, organizados nas três esferas administrativas, deverão ter, igualmente, co-responsabilidade na boa condução deste plano.

A avaliação do Plano Nacional de Educação deve valer-se também dos dados e análises qualitativas e quantitativas fornecidos pelo sistema de avaliação já operado pelo Ministério da Educação, nos diferentes níveis, como os do Sistema de Avaliação do Ensino Básico - SAEB; do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM; do Sistema de Avaliação do Ensino Superior (Comissão de Especialistas, Exame Nacional de Cursos, Comissão de Autorização e Reconhecimento), avaliação conduzida pela Fundação/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

Além da avaliação contínua, deverão ser feitas avaliações periódicas, sendo que a primeira será no quarto ano após a implantação do PNE.

A organização de um sistema de acompanhamento e controle do PNE não prescinde das atribuições específicas do Congresso Nacional, do Tribunal de Contas da União - TCU e dos Tribunais de Contas dos Estados - TCEs, na fiscalização e controle.

Os objetivos e as metas deste plano somente poderão ser alcançados se ele for concebido e acolhido como *Plano de Estado*, mais do que *Plano de Governo* e, por isso, assumido como um compromisso da sociedade para consigo mesma. Sua aprovação pelo Congresso Nacional, num contexto de expressiva participação social, o acompanhamento e a avaliação pelas instituições governamentais e da sociedade civil e a conseqüente cobrança das metas nele propostas, são fatores decisivos para que a educação produza a grande mudança, no panorama do desenvolvimento, da inclusão social, da produção científica e tecnológica e da cidadania do povo brasileiro.

(\*) EM DESTAQUE AS PARTES VETADAS

**VETO PARCIAL Nº 5, DE 2001**  
**aposto ao**  
**Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2000**  
**(oriundo da Medida Provisória nº 2.035-27/2000)**

(Mensagem nº 93/2001-CN – nº 20/2001, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1º do artigo 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente o Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2000, que “Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências”.

Ouvido, o Ministério da Fazenda assim se manifestou sobre o dispositivo a seguir vetado:

**§ 1º do art. 1º**

“Art. 1º .....

§ 1º Os contratos de financiamento celebrados até 13 de janeiro de 2000 terão, se do interesse do mutuário, os respectivos encargos financeiros ajustados a partir de 14 de janeiro de 2000, de forma a compatibilizá-los aos custos previstos neste artigo, observado o prazo de noventa dias a contar da publicação desta Lei para a formalização do respectivo ajuste.

.....”

**Razões do veto**

“Cumpre enfatizar que a nova redação atribuída ao seu § 1º contém regra de conteúdo inconstitucional, por ofensa ao ato jurídico perfeito. Na dicção da medida provisória, referido dispositivo permitia que o prazo para formalização dos ajustes dos contratos celebrados até



13 de janeiro de 2000 se prolongasse até 30 de junho de 2000 e objetivava adaptá-los aos encargos financeiros, a partir de 14 de janeiro de 2000, conforme índices estipulados na própria medida provisória (e reduzidos no projeto de lei de conversão). Com a nova redação expressa no projeto de lei de conversão, pretende-se permitir que o prazo para formalização dos ajustes se estenda até noventa dias a contar da publicação da Lei.

Isso implica reconhecer a possibilidade de que os mutuários que já tenham realizado operações com base nas condições previstas na medida provisória possam pretender buscar novo ajuste a fim de adequar seus contratos aos novos percentuais de encargos financeiros definidos no projeto de lei de conversão, francamente mais favoráveis aos devedores (e, em contrapartida, desfavoráveis aos Fundos Constitucionais). Dessa forma, a abertura de novo prazo para formalização da avença para ajustar encargos a contar de 14 de janeiro de 2000 viola o ato jurídico perfeito, o que é vedado pela Carta Magna, em seu art. 5º, XXXVI, segundo o qual “a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.”

O Ministério da Fazenda, juntamente com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, manifestaram-se a respeito de outros dispositivos a seguir transcritos:

#### §§ 7º e 8º do art. 3º

“Art. 3º .....

§ 7º Sobre o valor de cada parcela de pagamento da dívida referente às operações contratadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, enquadradas na categoria prevista nas alíneas “b”, “c” e “d” do Inciso I do art. 1º e renegociadas ao amparo desta Lei, quando pagas até a data do vencimento, será aplicado bônus, nos seguintes percentuais:

I - operações com saldo devedor em 13 de janeiro de 2000 de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais): 30% (trinta por cento);

II - operações com saldo devedor, em 13 de janeiro de 2000, acima de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais): 15% (quinze por cento).

§ 8º O bônus estabelecido no parágrafo anterior não se aplica às operações renegociadas ao amparo da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e da Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional.

.....”

#### **Razões do veto**

“Estes dispositivos prevêm a concessão de bônus de 15% a 30% sobre o valor das parcelas de pagamento das dívidas referentes às operações contratadas com recursos dos referidos fundos, quando pagas até o vencimento. O veto se justifica pela necessidade de se preservar o patrimônio dos Fundos Constitucionais de Financiamento. Portanto, contrário ao interesse público.”

**§ 1º do art. 4º**

“Art. 4º .....

§ 1º As operações formalizadas nos termos do *caput* deste artigo terão, a partir da data da renegociação, redução de um ponto percentual nas taxas de juros fixadas pela Resolução nº 2.666, de 11 de novembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional, aplicável a cada parcela de encargos financeiros paga até a data do respectivo vencimento.

.....”

**Razões do veto**

“A aplicação desse dispositivo teria impacto diretamente sobre o Tesouro Nacional, estimado pelo Ministério da Fazenda em R\$ 500,0 milhões. Além disso, certamente seria reivindicado pelos demais mutuários do crédito rural, razão pela qual contraria o interesse público.”

**Art. 17 da Lei nº 7.827/89 alterado pelo art. 9º do projeto**

“Art. 9º .....

.....

“Art. 17. Os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento farão jus, a partir da publicação desta Lei, à taxa de administração de um inteiro e cinco décimos por cento, ao ano, apropriada mensalmente, sobre o total dos saldos devedores das operações de crédito contratadas com os mutuários com recursos dos respectivos Fundos.

Parágrafo único. A taxa de administração de que trata o *caput* fica limitada, em cada exercício, a partir de 1999, a dez por cento do valor das transferências de que trata a alínea “c”, inciso I, do art. 159 da Constituição Federal, realizadas pelo Tesouro Nacional a cada um dos bancos administradores.” (NR)

**Razões do veto**

“Este dispositivo reduz a menos da metade a remuneração atualmente percebida pelos bancos operadores, o que inviabilizaria as operações de dois dos três bancos operadores. Além disso o parágrafo único obrigaria os bancos a devolverem os recursos que excedessem a 10% as transferências recebidas anualmente pelos fundos, a partir de 1999, recebidas a título de taxa de administração. O dispositivo contraria o interesse público.”

**Art. 8º da Lei nº 9.126/95 alterado pelo art. 10 do projeto**

“Art. 10.....

.....

“Art. 8º Os bancos administradores poderão aplicar até vinte por cento dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste no financiamento de produtores, empresas e cooperativas do setor produtivo, para a produção e comercialização de produtos e bens de produção própria destinados à exportação inter-regional e internacional.

.....” (NR)

**Razões do veto**

“Este dispositivo visava inicialmente reservar parte dos recursos dos fundos para o financiamento de projetos voltados para a exportação. Através de emenda, passou a permitir tratamento similar a empreendimentos destinados à exportação inter-regional (comércio interno). Essa mudança implica que as operações que tenham essa característica sejam referenciadas em moeda estrangeira e tenham como encargo a Taxa de Juros para Empréstimos e Financiamentos no Mercado Interbancário de Londres – LIBOR, conforme prescrito nos §§ 1º e 2º do art. 8º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995, o que não faz sentido por se tratar de produção e comercialização de produtos para consumo no País. Além disso, amplia demasiadamente a abrangência dessas operações, em prejuízo do objetivo inicial de aumentar o apoio aos empreendimentos voltados para a exportação de produtos brasileiros ao exterior. Portanto, contrário ao interesse público.”

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 12 de janeiro de 2001.

**(\*) PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:****PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 8, DE 2000**  
(oriundo da Medida Provisória nº 2.035-27/2000)

Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º** A partir de 14 de janeiro de 2000, os encargos financeiros dos financiamentos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, serão os seguintes:

I - operações rurais:

- a) agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF: os definidos na legislação e regulamento daquele Programa;
- b) mini produtores, suas cooperativas e associações: seis por cento ao ano;
- c) pequenos e médios produtores, suas cooperativas e associações: oito inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano;
- d) grandes produtores, suas cooperativas e associações: dez inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano;

II - operações industriais, agro-industriais e de turismo:

- a) microempresa: oito inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano;
- b) empresa de pequeno porte: dez por cento ao ano;
- c) empresa de médio porte: doze por cento ao ano;
- d) empresa de grande porte: quatorze por cento ao ano.

III - operações comerciais e de serviços:

- a) microempresa: oito inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano;
- b) empresa de pequeno porte: dez por cento ao ano;
- c) empresa de médio porte: doze por cento ao ano;
- d) empresa de grande porte: quatorze por cento ao ano.

§ 1º Os contratos de financiamento celebrados até 13 de janeiro de 2000 terão, se do interesse do mutuário, os respectivos encargos financeiros ajustados a partir de 14 de janeiro de 2000, de forma a compatibilizá-los aos custos previstos neste artigo, observado o prazo de noventa dias a contar da publicação desta Lei para a formalização do respectivo ajuste.

§ 2º O *del credere* do banco administrador, limitado a três por cento ao ano, está contido nos encargos financeiros cobrados pelos Fundos Constitucionais e será reduzido em percentual idêntico ao percentual garantido por fundos de aval.

§ 3º Os contratos de financiamento conterão cláusula estabelecendo que os encargos financeiros serão revistos anualmente e sempre que a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP apresentar variação acumulada, para mais ou para menos, superior a trinta por cento.

§ 4º No mês de janeiro de cada ano, observadas as disposições do parágrafo anterior, o Poder Executivo, por proposta conjunta dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, poderá realizar ajustes nas taxas dos encargos financeiros, limitados à variação percentual da TJLP no período.

§ 5º Sobre os encargos de que tratam as alíneas “b”, “c” e “d” do Inciso I e as alíneas dos Incisos II e III deste artigo, serão concedidos bônus de adimplência de vinte e cinco por cento para mutuários que desenvolvem suas atividades na região do semi-árido nordestino e de quinze por cento para mutuários das demais regiões, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do respectivo vencimento.

§ 6º No caso de desvio na aplicação dos recursos, o mutuário perderá, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis, inclusive de natureza executória, todo e qualquer benefício, especialmente os relativos ao bônus de adimplência.

**Art. 2º** Os recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, desembolsados pelos bancos administradores, serão remunerados pelos encargos pactuados com os devedores, excluído o *del credere* correspondente.

**Art. 3º** Os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento ficam autorizados a adotar, nas assunções, renegociações, prorrogações e composições de dívidas, as seguintes condições:

I - o saldo devedor da operação, para efeito da renegociação da dívida, será apurado sem computar encargos por inadimplemento, multas, mora e honorários de advogados;

II - beneficiários: mutuários de financiamentos concedidos até 31 de dezembro de 1998, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento;

III - encargos financeiros: os fixados no art. 1º, com a incidência dos bônus estabelecidos no seu § 5º;

IV - prazo: até dez anos, acrescidos ao prazo final da operação, estabelecendo-se novo esquema de amortização fixado de acordo com a capacidade de pagamento do devedor.

§ 1º Não são passíveis de renegociação, nos termos deste artigo, as operações negociadas com amparo na Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995.

§ 2º Os mutuários interessados na renegociação, prorrogação e composição de dívidas de que trata este artigo deverão manifestar, formalmente, seu interesse aos bancos administradores até 60 dias, a contar da publicação desta Lei.

§ 3º Fica estabelecido o prazo de 180 dias, a contar da publicação desta Lei, para encerramento das renegociações, prorrogações e composições de dívidas amparadas em recursos dos Fundos Constitucionais, inclusive sob a forma alternativa de que trata o art. 4º.

§ 4º As operações originariamente contratadas ao amparo dos Fundos Constitucionais de Financiamento que se enquadrarem no disposto neste artigo e tenham sido recompostas com recursos de outras fontes dos agentes financeiros poderão ser renegociadas com base nesta Lei, a critério dos bancos operadores.

§ 5º Os saldos devedores das operações de que trata o parágrafo anterior, para efeito de reversão aos Fundos Constitucionais de Financiamento, serão atualizados, a partir da data da exclusão dos financiamentos das contas dos Fundos, com encargos financeiros não superiores à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e sem imputar encargos por inadimplemento e honorários de advogados.

§ 6º O disposto neste artigo não se aplica às operações em que tenham sido constatados desvio de recursos.

§ 7º Sobre o valor de cada parcela de pagamento da dívida referente às operações contratadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, enquadradas na categoria prevista nas alíneas “b”, “c” e “d” do Inciso I do art. 1º e renegociadas ao amparo desta Lei, quando pagas até a data do vencimento, será aplicado bônus, nos seguintes percentuais:

I - operações com saldo devedor em 13 de janeiro de 2000 de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais): 30% (trinta por cento);

II - operações com saldo devedor, em 13 de janeiro de 2000, acima de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais): 15 % (quinze por cento).

§ 8º O bônus estabelecido no parágrafo anterior não se aplica às operações renegociadas ao amparo da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e da Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional.

§ 9º Os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento deverão fornecer aos mutuários demonstrativo de cálculo da evolução dos saldos da conta do financiamento.

Art. 4º Ficam os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento, se do interesse dos mutuários de financiamentos amparados por recursos dos Fundos e alternativamente às condições estabelecidas no artigo anterior, autorizados a renegociar as operações de crédito rural nos termos da Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional, e suas alterações posteriores.

§ 1º As operações formalizadas nos termos do *caput* deste artigo terão, a partir da data da renegociação, redução de um ponto percentual nas taxas de juros fixadas pela Resolução nº 2.666, de 11 de novembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional, aplicável a cada parcela de encargos financeiros paga até a data do respectivo vencimento.

§ 2º Nas renegociações de que trata este artigo, os bancos administradores poderão financiar, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, a aquisição de Certificado do Tesouro Nacional - CTN, adotando para essa operação o prazo máximo de cinco anos, com os encargos de que trata o art. 1º.

Art. 5º O mutuário que vier a inadimplir, depois de ter renegociado, prorrogado ou recomposto sua dívida nos termos desta Lei, não poderá tomar novos financiamentos em bancos oficiais, enquanto não for regularizada a situação da respectiva dívida.

Art. 6º Em cada operação dos Fundos Constitucionais, contratada a partir de 1º de dezembro de 1998, excluída a decorrente da renegociação, prorrogação e composição de que trata o art. 3º, o risco operacional do banco administrador será de cinquenta por cento, cabendo igual percentual ao respectivo Fundo.

Parágrafo único. Eventuais prejuízos, decorrentes de valores não liquidados em cada operação de financiamento, serão rateados entre as partes nos percentuais fixados no *caput*.

Art. 7º Os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento e dos Fundos de Investimentos Regionais fornecerão ao Ministério da Integração Nacional, na forma que vier a ser por este determinada, as informações necessárias à supervisão, ao acompanhamento e ao controle da aplicação dos recursos e à avaliação de desempenho desses Fundos.

Parágrafo único. Sem prejuízo das informações atualmente prestadas, será facultado aos bancos administradores período de adaptação de até um ano para atendimento do previsto no *caput*.

Art. 8º Os Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, em conjunto, estabelecerão normas para estruturação e padronização dos balanços e balancetes dos Fundos Constitucionais de Financiamento.

Art. 9º A Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º .....  
§ 1º Os Fundos Constitucionais de Financiamento poderão financiar empreendimentos não-governamentais de infra-estrutura econômica até o limite de dez por cento dos recursos previstos, em cada ano, para os respectivos Fundos.

....." (NR)  
"§ 3º Os Fundos Constitucionais de Financiamento poderão financiar empreendimentos comerciais e de serviços até o limite de dez por cento dos recursos previstos, em cada ano, para os respectivos Fundos."

"Art. 7º A Secretaria do Tesouro Nacional liberará ao Ministério da Integração Nacional, nas mesmas datas e, no que couber, segundo a mesma sistemática adotada na transferência dos recursos dos Fundos de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, os valores destinados aos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, cabendo ao Ministério da Integração Nacional, observada essa mesma sistemática, repassar os recursos diretamente em favor das instituições federais de caráter regional e do Banco do Brasil S.A.

Parágrafo único. O Ministério da Fazenda informará, mensalmente, ao Ministério da Integração Nacional e aos bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento a soma da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados, o valor das liberações efetuadas para cada Fundo, bem como a previsão de datas e valores das três liberações imediatamente subsequentes." (NR)

"Art. 9º Observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, os bancos administradores poderão repassar recursos dos Fundos Constitucionais a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com capacidade técnica comprovada e com estrutura operacional e administrativa aptas a realizar, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas, programas de crédito especificamente criados com essa finalidade." (NR)

"Art. 13. A administração dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste será distinta e autônoma e, observadas as atribuições previstas em lei, exercida pelos seguinte órgãos:

I - Conselho Deliberativo das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste e pelo Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste;

II - Ministério da Integração Nacional; e

III - instituição financeira de caráter regional e Banco do Brasil S.A." (NR)

"Art. 14. Cabe ao Conselho Deliberativo das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste e ao Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste:

I - aprovar, anualmente, até o dia 15 de dezembro, os programas de financiamento de cada Fundo, com os respectivos tetos de financiamento por mutuário;

.....  
III - avaliar os resultados obtidos e determinar as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento das diretrizes aprovadas." (NR)

"Art. 15. São atribuições de cada uma das instituições financeiras federais de caráter regional e do Banco do Brasil S.A., nos termos da lei:

I - aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito de acordo com os programas aprovados pelos respectivos Conselhos Deliberativos;

II - definir normas, procedimentos e condições operacionais próprias da atividade bancária, respeitadas, dentre outras, as diretrizes constantes dos programas de financiamento aprovados pelos Conselhos Deliberativos de cada Fundo;

III - enquadrar as propostas nas faixas de encargos e deferir os créditos;

IV - formalizar contratos de repasses de recursos na forma prevista no art. 9º;

V - prestar contas sobre os resultados alcançados, desempenho e estado dos recursos e aplicações ao Ministério da Integração Nacional, que as submeterá aos Conselhos Deliberativos;

VI - exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos e à recuperação dos créditos.

Parágrafo único. Até o dia 30 de setembro de cada ano, as instituições financeiras de que trata o *caput* encaminharão ao Ministério da Integração Nacional a proposição de aplicação dos recursos relativa aos programas de financiamento para o exercício seguinte." (NR)

"Art. 15-A. Até 15 de novembro de cada ano, o Ministério da Integração Nacional encaminhará ao Conselho Deliberativo das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste e ao Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste as propostas de aplicação dos recursos relativas aos programas de financiamento para o exercício seguinte." (NR)

"Art. 17. Os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento farão jus, a partir da publicação desta Lei, à taxa de administração de um inteiro e cinco décimos por cento, ao ano, apropriada mensalmente, sobre o total dos saldos devedores das operações de crédito contratadas com os mutuários com recursos dos respectivos Fundos.

Parágrafo único. A taxa de administração de que trata o *caput* fica limitada, em cada exercício, a partir de 1999, a dez por cento do valor das transferências de que trata a alínea "c", inciso I, do art. 159 da Constituição Federal, realizadas pelo Tesouro Nacional a cada um dos bancos administradores." (NR)



"Art. 20. Os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento apresentarão, semestralmente, ao Ministério da Integração Nacional, relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos.

.....  
§ 5º O Ministério da Integração Nacional encaminhará ao Conselho Deliberativo das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste e ao Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste os relatórios de que trata o *caput*." (NR)

Art. 10. A Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º Os saldos diários dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, do FINOR, do FINAM e do FUNRES, bem como dos recursos depositados na forma do art. 19 da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, enquanto não desembolsados pelos bancos administradores e operadores, serão remunerados com base na taxa extra-mercado divulgada pelo Banco Central do Brasil." (NR)

"Art. 8º Os bancos administradores poderão aplicar até vinte por cento dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste no financiamento de produtores, empresas e cooperativas do setor produtivo, para a produção e comercialização de produtos e bens de produção própria destinados à exportação inter-regional e internacional.

....." (NR)

Art. 11. O art. 1º da Lei nº 9.808, de 20 de julho de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....  
§ 1º A aplicação de que trata este artigo poderá ser realizada na forma do art. 9º da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, ou em composição com os recursos de que trata o art. 5º da mesma Lei.

.....  
§ 4º Na hipótese de utilização de recursos de que trata o art. 5º da Lei nº 8.167, de 1991, o montante não poderá ultrapassar cinquenta por cento do total da participação do Fundo no projeto, e as debêntures a serem subscritas serão totalmente inconvertíveis em ações, observadas as demais normas que regem a matéria.

§ 5º A subscrição de debêntures de que trata o parágrafo anterior não será computada no limite de trinta por cento do orçamento anual fixado no § 1º do art. 5º da Lei nº 8.167, de 1991." (NR)

Art. 12. As disposições do art. 1º da Lei nº 9.808, de 1999, na redação dada por esta Lei, aplicam-se aos projetos aprovados até 27 de setembro de 1999.

**Art. 13.** O art. 2º da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Ficam mantidos, até o exercício financeiro de 2013, correspondente ao período-base de 2012, os prazos e percentuais para destinação dos recursos de que tratam o art. 5º do Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, e o art. 6º do Decreto-Lei nº 1.179, de 6 de julho de 1971, e alterações posteriores, para aplicação em projetos relevantes para o desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste, sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional." (NR)

**Art.14.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art.15.** Ficam revogados o art. 11 e o § 2º do art. 16 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; os arts. 1º, 3º, 5º, 6º, o § 3º do art. 8º e o art. 13, da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995.

**Art. 16.** Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.035-28, de 21 de dezembro de 2000.

#### (\*) EM DESTAQUE AS PARTES VETADAS

**O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes)** – De acordo com o disposto no § 2º do art. 104 do Regimento Comum, ficam assim constituídas as Comissões Mistas incumbidas de relatar os vetos:

Veto Parcial nº 38, de 2000 (PLC 74/2000)

##### **Senadores**

Moreira Mendes

Heloísa Helena

Osmar Dias

##### **Deputados**

Jair Meneguelli

Paulo Magalhães

Jovair Arantes

Veto Parcial nº 39, de 2000 (PLV 11/2000)

##### **Senadores**

Geraldo Althoff

Ricardo Santos

Roberto Saturnino

##### **Deputados**

Walter Pinheiro

Adolfo Marinho

José Índio

Veto Parcial nº 40, de 2000 (PLC 47/2000)

##### **Senadores**

José Roberto Arruda

José Agripino

Jefferson

##### **Deputados**

Darcísio Perondi

Pinheiro Landim

Jutahy Júnior

Veto Parcial nº 41, de 2000 (PLC 117/2000)

##### **Senadores**

Ney Suassuna

Heloísa Helena

Hugo Napoleão

##### **Deputados**

Fernando Gabeira

Dacísio Perondi

Luiz Carlos Hauly

Veto Parcial nº 42, de 2000 (PLC 32/2000)

##### **Senadores**

José Fogaça

Romeu Tuma

José Eduardo Dutra

##### **Deputados**

Gilmar Machado

Germano Rigotto

Aroldo de Oliveira

**Art. 13.** O art. 2º da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Ficam mantidos, até o exercício financeiro de 2013, correspondente ao período-base de 2012, os prazos e percentuais para destinação dos recursos de que tratam o art. 5º do Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, e o art. 6º do Decreto-Lei nº 1.179, de 6 de julho de 1971, e alterações posteriores, para aplicação em projetos relevantes para o desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste, sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional." (NR)

**Art.14.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art.15.** Ficam revogados o art. 11 e o § 2º do art. 16 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; os arts. 1º, 3º, 5º, 6º, o § 3º do art. 8º e o art. 13, da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995.

**Art. 16.** Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.035-28, de 21 de dezembro de 2000.

#### (\*) EM DESTAQUE AS PARTES VETADAS

**O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes)** – De acordo com o disposto no § 2º do art. 104 do Regimento Comum, ficam assim constituídas as Comissões Mistas incumbidas de relatar os vetos:

Veto Parcial nº 38, de 2000 (PLC 74/2000)

##### **Senadores**

Moreira Mendes

Heloísa Helena

Osmar Dias

##### **Deputados**

Jair Meneguelli

Paulo Magalhães

Jovair Arantes

Veto Parcial nº 39, de 2000 (PLV 11/2000)

##### **Senadores**

Geraldo Althoff

Ricardo Santos

Roberto Saturnino

##### **Deputados**

Walter Pinheiro

Adolfo Marinho

José Índio

Veto Parcial nº 40, de 2000 (PLC 47/2000)

##### **Senadores**

José Roberto Arruda

José Agripino

Jefferson

##### **Deputados**

Darcísio Perondi

Pinheiro Landim

Jutahy Júnior

Veto Parcial nº 41, de 2000 (PLC 117/2000)

##### **Senadores**

Ney Suassuna

Heloísa Helena

Hugo Napoleão

##### **Deputados**

Fernando Gabeira

Dacísio Perondi

Luiz Carlos Hauly

Veto Parcial nº 42, de 2000 (PLC 32/2000)

##### **Senadores**

José Fogaça

Romeu Tuma

José Eduardo Dutra

##### **Deputados**

Gilmar Machado

Germano Rigotto

Aroldo de Oliveira

Veto Parcial nº 43, de 2000 (PLC 38/2000)

**Senadores**

Lúcio Alcântara  
José Agripino  
Jefferson Peres

**Deputados**

Nelson Otoch  
Gerson Peres  
Vilmar Rocha

Veto Parcial nº 2, de 2001 (PLC 42/2000)

**Senadores**

Freitas Neto  
José Fogaça  
Emília Fernandes

**Deputados**

Nelson Marchezan  
Pauderney Avelino  
Maria Elvira

Veto Parcial nº 5, de 2001 (PLV 8/2000)

**Senadores**

Ramez Tebet  
Jonas Pinheiro  
Eduardo Suplicy

**Deputados**

Osvaldo Coelho  
Gerson Peres  
João Grandão

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Nos termos do art. 105 do Regimento Comum, as Comissões Mistas deverão apresentar os relatórios sobre os vetos até o dia 10 de abril de 2001.

A convocação de sessão conjunta destinada à apreciação das matérias será feita após a publicação e distribuição de avulsos contendo os textos dos projetos vetados, os pareceres das comissões que os apreciaram e os relatórios das comissões mistas ora designadas.

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal encerra-se-á em 20 de abril de 2001.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Passa-se às Breves Comunicações.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Sérgio Novais.

**O SR. SÉRGIO NOVAIS** (Bloco/PSB-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Congressistas, primeiramente quero registrar o ato que as oposições fizeram hoje, às 15h, quando foi renovada a nossa intenção de coletar as assinaturas para a CPI mista da corrupção.

Pelo menos catorze casos de corrupção estão listados nos últimos tempos, desde o envolvimento do Sr. Eduardo Jorge, quando ainda era Chefe de Gabinete do então Ministro da Fazenda Sr. Fernando Henrique, e depois como Secretário-Geral da Presidência, passando pelo processo de privatização da Tele Norte Leste, a famosa "telegangue". Recentemente, houve a denúncia de que o Sr. Ricardo Sérgio de Oliveira, ex-Diretor do Banco do Brasil, recebeu apenas uma parcela do dinheiro proveniente de corrupção, 30 milhões de reais. Existem os casos do DNER, do Secretário de Comunicação da Presidência da República, Sr. Andrea Matarazzo, do Banco Central, do BANPARÁ, que envolve o Senador Jader Barbalho, da SUDAM, dos Portos de Santos e de Salvador. No Ceará, existem as irregularidades da concessão de financiamento do Banco do Nordeste, irregularidades constatadas pelo Tribunal de Contas da União.

É infundável a onda de corrupção que grassa neste País. O **Jornal do Brasil** de hoje afirma que CPI só faz espuma. Ora, se formos analisar o que as CPIs da Câmara e do Senado já fizeram, constataremos que esse jornal comete grave injustiça contra esta Casa. A partir de investigação desta Casa, poderemos chegar ao fio da meada da corrupção existente neste País.

Nada podemos esperar desse engavetador geral da República, o Sr. Geraldo Brindeiro, que vem engavetando muitos processos, o do Amapá é um deles. Um dos mais graves processos sobre envolvimento com o narcotráfico está engavetado pelo Sr. Geraldo Brindeiro.

A esperança do povo brasileiro é a de que esta Casa crie uma CPI mista e consiga, como já conseguiu, cassar um Presidente desta Casa, um Senador e até um Presidente da República. Esta Casa deu um sinal ao povo de que somos capazes de ter uma política minimamente comprometida com os interesses do País e deste povo.

Já temos 23 assinaturas, faltam três. Aqui temos que avançar a fim de chegar a um terço, para, conseqüentemente, na próxima semana, ver se começa essa CPI da corrupção.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, aproveito a oportunidade para fazer um registro da mais

Veto Parcial nº 43, de 2000 (PLC 38/2000)

**Senadores**

Lúcio Alcântara  
José Agripino  
Jefferson Peres

**Deputados**

Nelson Otoch  
Gerson Peres  
Vilmar Rocha

Veto Parcial nº 2, de 2001 (PLC 42/2000)

**Senadores**

Freitas Neto  
José Fogaça  
Emília Fernandes

**Deputados**

Nelson Marchezan  
Pauderney Avelino  
Maria Elvira

Veto Parcial nº 5, de 2001 (PLV 8/2000)

**Senadores**

Ramez Tebet  
Jonas Pinheiro  
Eduardo Suplicy

**Deputados**

Osvaldo Coelho  
Gerson Peres  
João Grandão

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – Nos termos do art. 105 do Regimento Comum, as Comissões Mistas deverão apresentar os relatórios sobre os vetos até o dia 10 de abril de 2001.

A convocação de sessão conjunta destinada à apreciação das matérias será feita após a publicação e distribuição de avulsos contendo os textos dos projetos vetados, os pareceres das comissões que os apreciaram e os relatórios das comissões mistas ora designadas.

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal encerra-se-á em 20 de abril de 2001.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – Passa-se às Breves Comunicações.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Sérgio Novais.

**O SR. SÉRGIO NOVAIS** (Bloco/PSB-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Congressistas, primeiramente quero registrar o ato que as oposições fizeram hoje, às 15h, quando foi renovada a nossa intenção de coletar as assinaturas para a CPI mista da corrupção.

Pelo menos catorze casos de corrupção estão listados nos últimos tempos, desde o envolvimento do Sr. Eduardo Jorge, quando ainda era Chefe de Gabinete do então Ministro da Fazenda Sr. Fernando Henrique, e depois como Secretário-Geral da Presidência, passando pelo processo de privatização da Tele Norte Leste, a famosa "telegangue". Recentemente, houve a denúncia de que o Sr. Ricardo Sérgio de Oliveira, ex-Diretor do Banco do Brasil, recebeu apenas uma parcela do dinheiro proveniente de corrupção, 30 milhões de reais. Existem os casos do DNER, do Secretário de Comunicação da Presidência da República, Sr. Andrea Matrazzo, do Banco Central, do BANPARÁ, que envolve o Senador Jader Barbalho, da SUDAM, dos Portos de Santos e de Salvador. No Ceará, existem as irregularidades da concessão de financiamento do Banco do Nordeste, irregularidades constatadas pelo Tribunal de Contas da União.

É infundável a onda de corrupção que grassa neste País. O **Jornal do Brasil** de hoje afirma que CPI só faz espuma. Ora, se formos analisar o que as CPIs da Câmara e do Senado já fizeram, constataremos que esse jornal comete grave injustiça contra esta Casa. A partir de investigação desta Casa, poderemos chegar ao fio da meada da corrupção existente neste País.

Nada podemos esperar desse engavetador geral da República, o Sr. Geraldo Brindeiro, que vem engavetando muitos processos, o do Amapá é um deles. Um dos mais graves processos sobre envolvimento com o narcotráfico está engavetado pelo Sr. Geraldo Brindeiro.

A esperança do povo brasileiro é a de que esta Casa crie uma CPI mista e consiga, como já conseguiu, cassar um Presidente desta Casa, um Senador e até um Presidente da República. Esta Casa deu um sinal ao povo de que somos capazes de ter uma política minimamente comprometida com os interesses do País e deste povo.

Já temos 23 assinaturas, faltam três. Aqui temos que avançar a fim de chegar a um terço, para, conseqüentemente, na próxima semana, ver se começa essa CPI da corrupção.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, aproveito a oportunidade para fazer um registro da mais

alta importância. Amanhã será o Dia Mundial da Água. A água tem sido um instrumento de extrema cobiça por esse sistema vil. Como disse Ricardo Petrella, recentemente, no Fórum Social Mundial e na Câmara dos Deputados, a água é nosso ouro azul. Agora este ouro passa a ser o elemento da grande cobiça. Anteriormente a água era o elemento do amor, da solidariedade, dos homens, mulheres, crianças, dos seres vivos do planeta, mas agora passa a ter esse caráter de mercadoria. Aliás, nesta Casa está sendo discutido projeto que aponta para a privatização do sistema de água e esgoto do Brasil.

Talvez amanhã tenhamos o dia de maior reflexão em nosso País e no mundo, mas principalmente aqui, onde o neoliberalismo vai avançando num elemento essencial a todos nós. Já não satisfeitos em retirar o poder do Estado sobre a eletricidade, a telecomunicação, a saúde, a educação, agora vai querer avançar num elemento essencial à vida, como é a água. Com certeza, amanhã virá o avanço sobre o ar.

Portanto, quando é feito esse alerta, no Fórum Social e em diversos fóruns no mundo inteiro, não podemos de forma alguma deixar que o neoliberalismo avance nesse mercado das águas que estão querendo implantar no Brasil e no restante dos países. É o limite. Já basta desse neoliberalismo. O que andaram fazendo com o serviço público dos países em desenvolvimento, principalmente da América Latina? Nos Estados Unidos, esse país guerreiro, a água é elemento de segurança nacional. Na Alemanha, no Japão, na Austrália, no Canadá, a água é pública e serve para o seu povo. Mas para nós, periféricos, tão ricos em água — o nosso País possui 12% da água doce do planeta —, temos que nos submeter à lei de mercado, à lei da escassez. A lei, com certeza, vai tirar o acesso de milhões de brasileiros que têm o direito de ter água como elemento essencial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Ferro.

**O SR. FERNANDO FERRO** (PT-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, estamos assistindo a uma tentativa do Governo de impedir uma das investigações mais importantes da história política do País.

É contraditório o movimento que o Governo Fernando Henrique Cardoso vem fazendo. Na semana passada, solicitou à polícia federal norte-americana, FBI, que fizesse uma investigação so-

bre o Dossiê Cayman e, ao mesmo tempo, tenta impedir o Congresso brasileiro de investigar essas denúncias. Aliás, investigá-las até para tirar todas e quaisquer dúvidas que pairam sobre a imagem do Presidente da República.

Então, não vejo como sair desse constrangimento de apelar para instituições policiais de outros países no sentido de que verifiquem a autenticidade dessa denúncia e, internamente, de querer impedir a manifestação democrática de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, onde, como Governo tem maioria, evidentemente retiraria todas as dúvidas sobre os últimos acontecimentos envolvendo o Brasil.

É constrangedor, repito, observarmos que as principais Lideranças do Governo, os Senadores Antonio Carlos Magalhães e Jader Barbalho, anunciam que assinam requerimento para instalação dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, e, no entanto, há toda essa movimentação para fazer um jogo de cena a fim de abafar a iniciativa e impedir que a investigação se faça necessária no nosso País.

É nesse sentido que apelo para a consciência livre, independente, cívica dos Parlamentares deste Congresso no sentido de que não permitamos que essa questão seja abafada.

A propósito, esse é um cadáver insepulto; quanto mais se protelar, mais vai cheirar mal. É necessário que o povo brasileiro tenha uma resposta sobre esses fatos.

Gostaria que todos os Parlamentares assinassem o requerimento de instalação da referida CPI, apoiando essa iniciativa de investigação, porque é decisiva para superarmos a crise política que está acontecendo no País. Não adianta o Governo dizer que a investigação levaria o Brasil à instabilidade econômica e política, porque essa instabilidade já está estabelecida: é a instabilidade política da disputa, gerada pelas denúncias que sacodem o Governo.

É necessário que façamos uma investigação, investigação essa que o Governo, com sua maioria, poderá até conduzir para onde bem entender. Na verdade, acho que o receio do Governo se fundamenta nas nossas suspeitas de que há algo muito grave a ser apurado no atual momento político.

Portanto, peço aos Congressistas brasileiros que não permitam que o FBI, a polícia norte-americana, faça essas investigações no nosso lu-

gar. Sejam coerentes, até com a posição do Governo, que pede a investigação policial. Vamos cumprir o nosso papel democrático de investigar e retirar toda e qualquer dúvida que paira sobre acusações que rondam não só esta Casa, mas também a vida de figuras públicas brasileiras. Essa situação precisa de esclarecimentos, sob pena de desmoralizarmos completamente as instituições e a democracia no Brasil.

Mais do que nunca é preciso ter altivez e, acima de tudo, compromisso e responsabilidade e não tentar colocar o tapete nessa situação que constrange todos nós.

Acredito que os Deputados dos partidos da base do Governo, com a manifestação expressa do Sr. Antonio Carlos Magalhães e do Sr. Jader Barbalho, já têm autorização dos principais interessados nessa investigação. Por isso, nós, Congressistas, não temos outro caminho a não ser cumprirmos o nosso dever constitucional de devolver à Nação um processo de investigação que se faz necessário para, evidentemente, preservar as instituições, a democracia e o Estado de Direito.

O pior dos mundos é aquele onde permanece a dúvida, a incerteza e a impressão de que se está fazendo uma cena para abafar todas essas acusações, que podem ser verdadeiras ou não. Mas, em qualquer das duas situações, é necessário que se apurem esses fatos para restabelecer a verdade, preservar os homens de bem e punir aqueles que não fazem jus ao cargo e às suas funções públicas. Essas acusações, que hoje estão sendo levadas a conhecimento público, precisam, evidentemente, de esclarecimento, para que as biografias fiquem à altura da democracia, do Estado de Direito e de um país civilizado que precisa encontrar o seu caminho político de honradez e de ética no trato da coisa pública.

Muito obrigado.

**O SR. MARCOS DE JESUS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. MARCOS DE JESUS** (Bloco/PL-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar que, na votação anterior, na sessão da Câmara dos Deputados, o meu voto foi de acordo com a orientação da bancada.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Coruja.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (Bloco/PDT-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, os dois primeiros oradores já aborda-

ram a tribuna sobre o assunto da maior importância no País, o qual também vou referir: a instalação ou não de CPI para investigar a corrupção no Governo Federal.

Há solicitação de CPI mista por parte dos partidos de oposição, tanto no Senado Federal quanto na Câmara dos Deputados, que desejam ver investigadas e esclarecidas uma série de denúncias de ordem variada, feitas não por qualquer um, mas pelo ex-Presidente do Congresso Nacional, por pessoas ligadas ao Governo que demonstram, conhecem e sabem o que está acontecendo.

O Governo utiliza-se de argumentação básica segundo a qual não se deve instalar CPI, porque trará prejuízos econômicos ao País e irá paralisá-lo. Sr. Presidente, é com relação a este ponto que faço reflexão. Ora, a argumentação é econômica. O Ministro Pedro Malan diz que os fundamentos da economia estão sólidos, demonstram que o País está avançando. Dizem que estamos navegando em um mar de rosas.

Embora questione muito essa argumentação, quero levar a discussão para outro campo. Não podemos e não vamos construir um país calcado apenas em fundamentos econômicos. A economia muda a cada dia no mundo globalizado, a inflação, a questão dos grandes números, tudo depende de inúmeros fatores que não conseguimos controlar. Um país se constrói, sim, com fundamentos éticos. E com eles muitos construíram as nações no mundo. Por isso, argumentamos que é preciso criar, sim, uma CPI, para que clareie o que está acontecendo no Brasil.

Não se construiu e não se constrói nenhuma nação baseada apenas em fundamentos econômicos. Como se construiu um país como os Estados Unidos, do qual temos algumas divergências? Com fundamentação que respeita a Constituição, o que estava escrito, o que não ocorre no Brasil.

Hoje vamos votar nove medidas provisórias. E muitos dos assuntos não têm relevância e urgência exigidas pela Constituição, mas o Sr. Presidente da República insiste em desrespeitar a Carta Magna.

Companheiros, é preciso mudar a maneira de encarar o mundo. Não podemos encará-lo apenas economicamente. É necessário que reflitamos sobre o assunto e o tratemos de forma diferente. A diversidade, o pluralismo e a inobservância de valores éticos, da forma como acontece hoje no País não podem continuar.

Não é preciso ser nenhum Shakespeare para saber que "há algo de podre no reino da Dinamarca". Algo está errado e tem de ser investigado. Queremos

gar. Sejam coerentes, até com a posição do Governo, que pede a investigação policial. Vamos cumprir o nosso papel democrático de investigar e retirar toda e qualquer dúvida que paira sobre acusações que rondam não só esta Casa, mas também a vida de figuras públicas brasileiras. Essa situação precisa de esclarecimentos, sob pena de desmoralizarmos completamente as instituições e a democracia no Brasil.

Mais do que nunca é preciso ter altivez e, acima de tudo, compromisso e responsabilidade e não tentar colocar o tapete nessa situação que constrange todos nós.

Acredito que os Deputados dos partidos da base do Governo, com a manifestação expressa do Sr. Antonio Carlos Magalhães e do Sr. Jader Barbalho, já têm autorização dos principais interessados nessa investigação. Por isso, nós, Congressistas, não temos outro caminho a não ser cumprirmos o nosso dever constitucional de devolver à Nação um processo de investigação que se faz necessário para, evidentemente, preservar as instituições, a democracia e o Estado de Direito.

O pior dos mundos é aquele onde permanece a dúvida, a incerteza e a impressão de que se está fazendo uma cena para abafar todas essas acusações, que podem ser verdadeiras ou não. Mas, em qualquer das duas situações, é necessário que se apurem esses fatos para restabelecer a verdade, preservar os homens de bem e punir aqueles que não fazem jus ao cargo e às suas funções públicas. Essas acusações, que hoje estão sendo levadas a conhecimento público, precisam, evidentemente, de esclarecimento, para que as biografias fiquem à altura da democracia, do Estado de Direito e de um país civilizado que precisa encontrar o seu caminho político de honradez e de ética no trato da coisa pública.

Muito obrigado.

**O SR. MARCOS DE JESUS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. MARCOS DE JESUS** (Bloco/PL-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar que, na votação anterior, na sessão da Câmara dos Deputados, o meu voto foi de acordo com a orientação da bancada.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Coruja.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (Bloco/PDT-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, os dois primeiros oradores já aborda-

ram a tribuna no assunto da maior importância no País, o qual também vou referir: a instalação ou não de CPI para investigar a corrupção no Governo Federal.

Há solicitação de CPI mista por parte dos partidos de oposição, tanto no Senado Federal quanto na Câmara dos Deputados, que desejam ver investigadas e esclarecidas uma série de denúncias de ordem variada, feitas não por qualquer um, mas pelo ex-Presidente do Congresso Nacional, por pessoas ligadas ao Governo que demonstram, conhecem e sabem o que está acontecendo.

O Governo utiliza-se de argumentação básica segundo a qual não se deve instalar CPI, porque trará prejuízos econômicos ao País e irá paralisá-lo. Sr. Presidente, é com relação a este ponto que faço reflexão. Ora, a argumentação é econômica. O Ministro Pedro Malan diz que os fundamentos da economia estão sólidos, demonstram que o País está avançando. Dizem que estamos navegando em um mar de rosas.

Embora questione muito essa argumentação, quero levar a discussão para outro campo. Não podemos e não vamos construir um país calcado apenas em fundamentos econômicos. A economia muda a cada dia no mundo globalizado, a inflação, a questão dos grandes números, tudo depende de inúmeros fatores que não conseguimos controlar. Um país se constrói, sim, com fundamentos éticos. E com eles muitos construíram as nações no mundo. Por isso, argumentamos que é preciso criar, sim, uma CPI, para que clareie o que está acontecendo no Brasil.

Não se construiu e não se constrói nenhuma nação baseada apenas em fundamentos econômicos. Como se construiu um país como os Estados Unidos, do qual temos algumas divergências? Com fundamentação que respeita a Constituição, o que estava escrito, o que não ocorre no Brasil.

Hoje vamos votar nove medidas provisórias. E muitos dos assuntos não têm relevância e urgência exigidas pela Constituição, mas o Sr. Presidente da República insiste em desrespeitar a Carta Magna.

Companheiros, é preciso mudar a maneira de encarar o mundo. Não podemos encará-lo apenas economicamente. É necessário que reflitamos sobre o assunto e o tratemos de forma diferente. A diversidade, o pluralismo e a inobservância de valores éticos, da forma como acontece hoje no País não podem continuar.

Não é preciso ser nenhum Shakespeare para saber que "há algo de podre no reino da Dinamarca". Algo está errado e tem de ser investigado. Queremos



que o Presidente do PMDB e o ex-Presidente do Congresso Nacional Antonio Carlos Magalhães demonstrem o comando que têm das suas bancadas quando dizem que vão assinar o pedido de instalação de CPI. Temos de mostrar à população brasileira o que está ocorrendo no Brasil. Não se constrói um país em um dia, mas em séculos. Este País precisa entrar nos eixos, ser uma pátria em que os fundamentos éticos sejam mais importantes.

Portanto, CPI já!

**O SR. MANOEL VITÓRIO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. MANOEL VITÓRIO** (PT-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, faço apelo à bancada do Estado de Mato Grosso do Sul no sentido de que dê todo o apoio à instalação da CPI, fundamental para o País. É inaceitável que Deputados sejam inquiridos na rua, como se estivessem a omitir-se diante dela. Hoje os Senadores Antonio Carlos Magalhães e Jader Barbalho concordam com sua criação. É necessário que Deputados e Senadores dêem sua contribuição.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Concedo a palavra ao Deputado José Pimentel.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (PT-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, no ano passado, discutimos muito a necessidade de estender a Gratificação por Operações Especiais — GOE aos policiais rodoviários federais. O debate nesta Casa quase encontrava unanimidade. A argumentação na época era de que não havia verba no Orçamento Geral da União para atender ao pleito da categoria. Em dezembro de 2000, aprovamos crédito suplementar, mas não foi possível votar a matéria. Já estamos em março de 2001, ano cujo Orçamento possui recursos para atender ao pedido dos policiais rodoviários federais.

É estranho que até hoje o Congresso Nacional não tenha encontrado unanimidade ou acordo político para estender benefício que, durante toda a década de 1980, foi pago às Polícias Federal, Militar e Rodoviária Federal e ao Corpo de Bombeiros. No final da década de 1990, o Governo Collor extinguiu essa gratificação em todos os segmentos. Mas, no início de 1999, o Poder Executivo, por meio de medida provisória, estendeu inicialmente, por justiça, tal benefício apenas à Polícia Federal, o que resultou, posteriormente, na deflagração de greve da Polícia

Militar de Brasília e do Corpo de Bombeiros. Daí, então, aconteceu a extensão desse benefício a essas duas categorias na mesma medida provisória. Estranho também é o fato de não termos tido capacidade política nem força necessária para estendê-lo à Polícia Rodoviária Federal.

Em agosto de 2000, realizamos neste plenário sessão solene em homenagem à Polícia Rodoviária Federal, ocasião em que estiveram presentes o Sr. Ministro da Justiça e o Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal. Naquela sessão, todos os Líderes que se pronunciaram declaravam que não passaria do mês de setembro a reedição da medida provisória que estendia os benefícios da GOE à Polícia Rodoviária Federal.

Já passamos do ano 2000, estamos em 2001, e continuamos assistindo à mesma forma de empurrar com a barriga benefício tão justo e necessário. Não quero crer que o Governo e aqueles que não aceitam a inclusão, nessa matéria, dos benefícios à Polícia Rodoviária Federal estejam querendo que esses policiais tenham de fazer greve para receber o que a eles pertence. Temos mediado o conflito, tentando negociar com o Poder Executivo. O Ministério da Justiça e o Comando-Geral da Polícia Rodoviária Federal têm-se empenhado nesta matéria, mas, quando o assunto chega à área econômica, particularmente ao Ministério do Planejamento, há má vontade, uma barreira que não permite incluir esse benefício.

Faço apelo aos Srs. Líderes para que, na próxima sessão do Congresso Nacional, tenhamos coragem de incluir na pauta essa medida provisória, já reeditada pela décima sexta vez, no sentido de fazermos justiça aos policiais rodoviários federais. Volto a dizer que no Orçamento da União de 2001 há verba para isso. Trata-se de emenda incluída no Orçamento por acordo de todos os membros desta Casa. A Polícia Rodoviária Federal, por intermédio dos mecanismos de aplicação de multas e de recuperação de recursos, gera também receita suficiente para atender ao pleito da categoria.

Sr. Presidente, não se justifica continuar empurrando com a barriga os benefícios da nossa gloriosa Polícia Rodoviária Federal.

Ratifico apelo a todos os Líderes para que, na próxima sessão do Congresso Nacional, tenhamos coragem de votar a Medida Provisória nº 2.116, convertendo-a em lei e atendendo à Polícia Rodoviária

Federal, concedendo-lhe essa gratificação, tão justa e necessária.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Clovis Ilgenfritz.

**O SR. CLOVIS ILGENFRITZ** (PT-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Congressistas, inicialmente gostaria de lembrar que amanhã será um dia importantíssimo, pois se comemora o Dia Mundial da Água, questão de interesse público e prioridade para uma vida saudável. Continuamos lutando para que o projeto encaminhado pelo Poder Executivo sobre a Política Nacional de Saneamento — e há um pedido para que tramite em regime de urgência — seja discutido com calma, receba emendas ou substitutivos e realmente atenda aos interesses da sociedade brasileira e não dos privatizantes, a exemplo do que já aconteceu nos setores energético e de telecomunicações.

Cheguei a esta Casa no meio de um tiroteio, como se diz no Rio Grande. Iniciada a disputa pelos cargos das Mesas Diretores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, travou-se debate acalorado. Surgiram acusações violentíssimas. E todos os candidatos, tanto na Câmara quanto no Senado, comprometeram-se a assinar requerimento de instalação de CPI que investigue as denúncias de corrupção. Cito, com todo o respeito, os então candidatos Inocêncio Oliveira, Severino Cavalcanti, bem como o próprio Deputado Aécio Neves.

Precisamos livrar-nos da pecha de corruptos. Para a população, estamos juntos no mesmo balaio da corrupção. Algum Deputado tem medo da CPI? Então, não assine o requerimento. No entanto, os Parlamentares que não têm culpa no cartório, que dizem lá na base que são honestos, que prometem assinar o requerimento, tal como tenho ouvido na imprensa, que o façam. Hoje mesmo o Senador Jader Barbalho disse à imprensa que vai assinar o requerimento. Então, ilustre Presidente do Congresso Nacional, assine-o, pois assim ajudaremos o Presidente da República, que tem reticência enorme em relação à tentativa de se apurar a corrupção e o desvio de dinheiro público no seu Governo.

Será que o Presidente Fernando Henrique Cardoso vai continuar com o dedo na moleira de cada Parlamentar, subjugando-os?

Ouvi os candidatos aos cargos das Mesas Diretores dizerem que não se submeteriam ao domínio do Planalto, ao domínio do monarca. Hoje estão calados. Alguns não, faça-se justiça. Os três Senadores do Rio

Grande do Sul — Emília Fernandes, José Fogaça e Pedro Simon — já assinaram, o que muito orgulha os gaúchos. Os Deputados Germano Rigotto e Augusto Nardes também assinaram, porque não têm medo de investigação e não são corruptos.

Srs. Senadores, este é o apelo que fazemos: ajudem-nos a sair desse emaranhado de corrupção. O povo brasileiro foi lançado na podridão e já está perdendo a auto-estima, não vê mais sentido ético na vida. Aonde vamos chegar, se não aproveitarmos este momento histórico e não instalarmos uma CPI séria, a fim de que sejam punidos os culpados e liberados os demais? Temos mãos e consciências limpas e aceitaremos a acusação de envolvimento com a corrupção.

Muito obrigado.

**O SR. JOÃO PAULO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. JOÃO PAULO** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ao abrir esta sessão, V.Exa. anunciou a presença de 76 Senadores e 453 Deputados.

O Regimento Comum do Congresso Nacional determina:

Art. 31. A primeira hora da sessão será destinada aos oradores inscritos que poderão usar da palavra pelo prazo de 5 (cinco) minutos improrrogáveis.

Art. 32. Terminado o expediente, passar-se-á à Ordem do Dia.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que passe imediatamente à Ordem do Dia e convoque o Presidente do Congresso Nacional, para conduzir os trabalhos de votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Na condição de Vice-Presidente do Congresso Nacional, tenho condições de conduzir os trabalhos.

Informo a V.Exa. que concederei a palavra a mais um Sr. Deputado e, logo em seguida, darei início à Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Concedo a palavra à Deputada Luci Choinacki.

**A SRA. LUCI CHOINACKI** (PT-SC. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, chamo a atenção de V.Exas. para a ne-

cessidade de instalação de CPI que investigue a corrupção que se denuncia todos os dias.

Precisamos recuperar a credibilidade desta instituição e moralizá-la. Isso só será possível se cumprir o seu papel de instalar CPI que investigue as denúncias de corrupção, para que o povo brasileiro saiba quem realmente respeita o dinheiro público.

Sr. Presidente, hoje tive o capricho de fazer um levantamento de quanto o juiz Lalau furtou e com quem deve ter dividido tanto dinheiro público. Os 169 milhões desviados da obra do TRT paulista equivalem a 1 milhão, 119 mil e 205 salários mínimos. Imaginem todos os furtos praticados no Brasil. Esse dinheiro daria para comprar 21.125 sacas de milho de 60 quilos, vendidas pelos agricultores por 8 reais, em média. Isso prova que, se está falando do salário para os trabalhadores brasileiros, é porque alguém está passando a mão no dinheiro público.

Esta Casa precisa tomar uma decisão, em nome da dignidade da população brasileira. Do contrário, vai ser conivente com a corrupção. Milhares de pessoas estão na miséria, porque recebem menos de um salário mínimo, enquanto milhões de salários mínimos são surrupiados dos cofres públicos. Imaginem V.Exas. se fizemos a conta de tudo que o País perdeu nos desvios praticados durante o Governo Fernando Henrique Cardoso.

O Congresso Nacional precisa tomar uma posição não apenas por ele próprio, mas por respeito ao povo brasileiro, e ter a coragem de instalar uma CPI para limpar a corrupção deste País em nome de tantas mulheres, de tantas mães que hoje não têm um pedaço de pão para dar aos seus filhos, de tantas crianças que vivem vendendo coisas na rua ou cheirando cola, porque seus pais não têm emprego.

Pelo menos mais uma vez na história, como aconteceu com Fernando Collor de Mello, é preciso que este Congresso passe a limpo este País. To dos dias, um denuncia a corrupção do outro. E as denúncias vêm dos próprios aliados Palácio do Planalto.

Por isso queremos que os Srs. Deputados e os Srs. Senadores tenham respeito para com o povo brasileiro, tenham coragem de punir os responsáveis e moralizar o uso do dinheiro público, que não deve ser roubado, pois pertence à Saúde, à Educação, à Previdência, aos pobres deste País.

Vamos fazer as contas. Quanta comida foi tirada de mães que estão sofrendo hoje por não terem um pedaço de pão para dar aos seus filhos?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Com a palavra a nobre Deputada Telma de Souza.

**A SRA. TELMA DE SOUZA** (PT-SP. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ocupo esta tribuna para fazer uma reflexão e chamar a atenção não só desta Casa, mas de todos aqueles que nos vêem através da TV Câmara e da TV Senado no sentido de analisarmos o significado do pedido de CPIs entre nós.

O termo CPI, até por estar sendo grandemente usado na imprensa, pode estar mascarando a ausência de definições para que possa mostrar as dúvidas à tona e aclará-las. Mais ainda, para que pessoas apontadas pelo uso incorreto de suas atribuições públicas apresentem ou não sua defesa à opinião pública.

Nesse sentido, a Oposição, nas duas Casas do Congresso Nacional, está coletando assinaturas para que seja instalada a CPI da corrupção. Esta Deputada, oriunda de região balizada pela presença do Porto de Santos, no Estado de São Paulo, tem em mão requerimento de instalação de CPI para apurar a questão portuária nacional — faltam apenas dezoito assinaturas para o número regimentalmente exigido.

Digo isso porque hoje, na Câmara dos Deputados, houve uma série de intervenções relativamente à questão portuária em nosso País. Não me refiro exclusivamente a Santos, mas a um processo que carece de ações, principalmente para que a população brasileira saiba o que efetivamente ocorre nos portos brasileiros.

Se a expressão está aparentemente vazia de significado, cabe a esta Casa instalar pelo menos uma CPI do sistema portuário, para que possamos dar conhecimento à opinião pública do que efetivamente ocorre.

O que acontece no cais do maior porto da América Latina? Será que a competitividade do Porto de Santos é igual à de outros portos brasileiros, sendo ele até hoje o de maior expressão geográfica e importância econômica?

Como fazer quando denúncias que não querem calar envolvem uma série de situações que precisam ser esclarecidas de verdade?

Não podemos calar, e ter certeza de que as pessoas que têm seus nomes indicados em denúncias sigilosas, suspeitas, disfarçadas ou não, têm de ser as primeiras a querer esse esclarecimento.

cessidade de instalação de CPI que investigue a corrupção que se denuncia todos os dias.

Precisamos recuperar a credibilidade desta instituição e moralizá-la. Isso só será possível se cumprir o seu papel de instalar CPI que investigue as denúncias de corrupção, para que o povo brasileiro saiba quem realmente respeita o dinheiro público.

Sr. Presidente, hoje tive o capricho de fazer um levantamento de quanto o juiz Lalau furtou e com quem deve ter dividido tanto dinheiro público. Os 169 milhões desviados da obra do TRT paulista equivalem a 1 milhão, 119 mil e 205 salários mínimos. Imaginem todos os furtos praticados no Brasil. Esse dinheiro daria para comprar 21.125 sacas de milho de 60 quilos, vendidas pelos agricultores por 8 reais, em média. Isso prova que, se está falando do salário para os trabalhadores brasileiros, é porque alguém está passando a mão no dinheiro público.

Esta Casa precisa tomar uma decisão, em nome da dignidade da população brasileira. Do contrário, vai ser conivente com a corrupção. Milhares de pessoas estão na miséria, porque recebem menos de um salário mínimo, enquanto milhões de salários mínimos são surrupiados dos cofres públicos. Imaginem V.Exas. se fizemos a conta de tudo que o País perdeu nos desvios praticados durante o Governo Fernando Henrique Cardoso.

O Congresso Nacional precisa tomar uma posição não apenas por ele próprio, mas por respeito ao povo brasileiro, e ter a coragem de instalar uma CPI para limpar a corrupção deste País em nome de tantas mulheres, de tantas mães que hoje não têm um pedaço de pão para dar aos seus filhos, de tantas crianças que vivem vendendo coisas na rua ou cheirando cola, porque seus pais não têm emprego.

Pelo menos mais uma vez na história, como aconteceu com Fernando Collor de Mello, é preciso que este Congresso passe a limpo este País. To dos dias, um denuncia a corrupção do outro. E as denúncias vêm dos próprios aliados Palácio do Planalto.

Por isso queremos que os Srs. Deputados e os Srs. Senadores tenham respeito para com o povo brasileiro, tenham coragem de punir os responsáveis e moralizar o uso do dinheiro público, que não deve ser roubado, pois pertence à Saúde, à Educação, à Previdência, aos pobres deste País.

Vamos fazer as contas. Quanta comida foi tirada de mães que estão sofrendo hoje por não terem um pedaço de pão para dar aos seus filhos?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Com a palavra a nobre Deputada Telma de Souza.

**A SRA. TELMA DE SOUZA** (PT-SP. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ocupo esta tribuna para fazer uma reflexão e chamar a atenção não só desta Casa, mas de todos aqueles que nos vêem através da TV Câmara e da TV Senado no sentido de analisarmos o significado do pedido de CPIs entre nós.

O termo CPI, até por estar sendo grandemente usado na imprensa, pode estar mascarando a ausência de definições para que possa mostrar as dúvidas à tona e aclará-las. Mais ainda, para que pessoas apontadas pelo uso incorreto de suas atribuições públicas apresentem ou não sua defesa à opinião pública.

Nesse sentido, a Oposição, nas duas Casas do Congresso Nacional, está coletando assinaturas para que seja instalada a CPI da corrupção. Esta Deputada, oriunda de região balizada pela presença do Porto de Santos, no Estado de São Paulo, tem em mão requerimento de instalação de CPI para apurar a questão portuária nacional — faltam apenas dezoito assinaturas para o número regimentalmente exigido.

Digo isso porque hoje, na Câmara dos Deputados, houve uma série de intervenções relativamente à questão portuária em nosso País. Não me refiro exclusivamente a Santos, mas a um processo que carece de ações, principalmente para que a população brasileira saiba o que efetivamente ocorre nos portos brasileiros.

Se a expressão está aparentemente vazia de significado, cabe a esta Casa instalar pelo menos uma CPI do sistema portuário, para que possamos dar conhecimento à opinião pública do que efetivamente ocorre.

O que acontece no cais do maior porto da América Latina? Será que a competitividade do Porto de Santos é igual à de outros portos brasileiros, sendo ele até hoje o de maior expressão geográfica e importância econômica?

Como fazer quando denúncias que não querem calar envolvem uma série de situações que precisam ser esclarecidas de verdade?

Não podemos calar, e ter certeza de que as pessoas que têm seus nomes indicados em denúncias sigilosas, suspeitas, disfarçadas ou não, têm de ser as primeiras a querer esse esclarecimento.

Quando fazemos arrendamentos, quando privatizamos sem critérios absolutamente transparentes, aquilo que a pessoa detentora de mandato público — seja do Executivo, seja do Legislativo — tem a fazer é trazer para o controle social, pelo menos da opinião pública, os respectivos dados.

Esta Deputada tem certeza de que pelo menos a Câmara estará apostos para que possamos instalar no menor prazo de tempo uma CPI relativa à questão portuária nacional. E tenho mais certeza ainda de que as duas Casas, a Câmara e o Senado, têm ainda maior interesse numa CPI Mista, para podermos efetivamente separar o joio do trigo.

Os contratos estão superfaturados? Não houve arrendamentos transparentes? Houve licitações? Houve drenagens de porte e de preços indevidos? Por que não se pode definitivamente estadualizar um porto como o de Santos? E, mais que isso, no bojo das denúncias que estão acontecendo neste País, seria um bem para aqueles que nos elegeram um dia se pudéssemos trazer um pouco de esclarecimento à opinião pública brasileira sobre essa questão.

As duas Casas vêm, num curtíssimo espaço de tempo, de conflito muito grande em termos de poder e na direção dos partidos políticos que as envolvem: o PFL, o PMDB, o próprio PSDB, partido do Presidente da República.

Sendo os portos brasileiros responsáveis pela balança comercial, por um imenso contingente de trabalhadores que não podem entrar em colapso se houver preferências empresariais por este ou por aquele grupo econômico que lida com a questão portuária e retroportuária, precisamos estar juntos para prestar esclarecimentos. Não falo apenas dos Estados que estão à beira-mar, mas de todos os que vêm nos portos brasileiros a saída do corredor leste, do corredor graneleiro e principalmente da competitividade com outros portos mundiais.

Sr. Presidente, sei que uma CPI tem sempre uma natureza amedrontadora, mas ela tem muito a fazer pelo povo brasileiro. Tem o poder de fazer vir à tona informações que contribuem para a democracia e a cidadania do povo brasileiro. O ano que vem será eleitoral. Teremos de saber exatamente quem é quem, quais os partidos e, principalmente, quem se interessa verdadeiramente pelo futuro do País, pelos empregos dos nossos trabalhadores e pela capacidade de trazermos para o domínio da **res publica**, da República, a condução das questões de forma

transparente e limpa e que haja esperança no porvir para a população e para o País.

Sr. Presidente, muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) — Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Deputado Ivan Paixão.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 47, DE 2001 – CN**

Requeremos, nos termos do art. 10, do Regimento Comum, a criação de uma Comissão Mista Especial composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados como titulares e igual número de suplentes, para no prazo de 90 dias, estudar e diagnosticar as soluções para o drama da violência urbana.

Sala das Sessões, 21 de março de 2001. — Deputado **Arthur Virgílio Neto**, Líder do Governo no Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) — O requerimento lido será votado oportunamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) — Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. Secretário em exercício, Deputado Ivan Paixão.

É lido o seguinte:

Ofício GLC nº 36/01

Brasília, 21 de março de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Nos termos do § 2º do art. 4º do Regimento Comum, alterado pela Resolução nº 1, de 1995-CN, indico a Senhora Deputada Yeda Crusius, PSDB/RS, para substituir o Deputado Rodrigo Maia, PTB/RJ, no cargo de Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional.

Na oportunidade manifesto apreço e consideração a Vossa Excelência.

Atenciosamente, — Deputado **Arthur Virgílio Neto**, Líder do Governo no Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) — O ofício lido vai à publicação.

Sobre a mesa mensagem presidencial que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Deputado Ivan Paixão.

É lida a seguinte:

**MENSAGEM Nº 143, DE 2001-CN**  
(nº 230/2001, na origem )

**Errata ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 16, de 2000, que  
"Altera programas e ações do Plano Plurianual para o período  
2000/2003".**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Encaminho a Vossas Excelências errata ao Projeto de Lei nº 16, de 2000-CN, que "Altera programas e ações do Plano Plurianual para o período 2000/2003", encaminhado ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 1.222, de 2000, conforme anexa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Brasília, 20 de março de 2001.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'A. Maranhão', is written below the date.

**00025.000208/2001-30****EM nº 00050 /MP**

Brasília, 19 de março de 2001.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à consideração de Vossa Excelência Errata ao Projeto de Lei encaminhado ao Congresso Nacional por Mensagem de nº 1.222/2000, que “Altera Programas e Ações do Plano Plurianual”, e que tomou o nº 16/2000 – CN.

2. A necessidade de se corrigir o Projeto de Lei originalmente encaminhado decorre da constatação de erro material, de igual natureza, em 388 ações, provocado por falha de programação no sistema de informação utilizado para geração dos relatórios. Em decorrência, foram atribuídos como valores dessas ações aqueles inicialmente propostos no Projeto de Lei do Plano Plurianual, acrescidos dos recursos da Lei Orçamentária de 2000, não se considerando, equivocadamente, os incrementos oriundos de emendas introduzidas pelo Congresso Nacional.
3. Nesse sentido, a Errata consubstanciada nos relatórios em anexo restitui os valores aprovados por emendas àquelas ações.
4. Estas são as razões que levam este Ministério a propor as correções ao aludido Projeto de Lei.

Respeitosamente,

**GUILHERME GOMES DIAS**  
Ministro de Estado do  
Planejamento, Orçamento e Gestão, Interino



## PPA 2000/2003

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN**

Página: 1/161

## Programa: 0364 AGRICULTURA DE PRECISÃO

**Objetivo:** Promover a geração e adaptação de conhecimentos e tecnologias para o desenvolvimento sustentável do agronegócio.

2300.42/0 A	DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIAS AVANÇADAS PARA O AGRONEGÓCIO	Unidade			
	metodologia disponibilizada	\$1	48	0	0
		R\$1	23.204.662	0	0
	Recursos do Orçamento da União				3
					0
					900.620

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Investimentos Estratégicos



**PPA 2000/2003**

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN**

**Programa: 0351 AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF**

**Objetivo:** Fortalecer a agricultura familiar, promovendo sua inserção competitiva nos mercados de produtos e fatores

49000.5005	P	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	Unidade	16.738.230	7.345.173	2.214.049	2.932.703	1.427.607	740.245	2.068.453
		projetos assistidos	RS1	137.681.672	62.400.000	18.264.108	23.210.247	11.131.158	5.887.702	16.818.457
49000.5051	P	CAPACITAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES	Unidade	291.081	106.984	21.111	87.226	34.805	14.903	26.052
		agricultores capacitados	RS1	25.746.879	10.000.000	1.791.159	7.586.918	2.926.540	1.253.879	2.189.383
49000.5098	P	DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO RURAL	Unidade	9.510	9.138	68	92	31	5	156
		entidades assistidas	RS1	125.341.681	130.206.681	985.000	1.340.000	465.000	70.000	2.265.000
49000.2174	A	PESQUISAS TECNOLÓGICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	Unidade	64	58	6	0	0	0	0
		tecnologias produzidas	RS1	99.466.182	88.466.182	10.000.000	0	0	0	0

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E GESTÃO - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

OBRS.: TIPO DE PROJETO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS



# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 3/181

## Programa: 0497 ÁGUAS DO BRASIL

Objetivo: Contribuir para a melhoria da qualidade e da quantidade da água

IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS									
44000.1908	P	sistema implantado	% de execução física	130	100	0	30	0	0
		Recursos do Orçamento da União	RS1	20.370.233	19.879.233	0	500.000	0	0
44000.3040	P	PROJETOS PARA MINIMIZAÇÃO DOS IMPACTOS DA SECA E COMBATE À DESERTIFICAÇÃO							
		projeto elaborado	Unidade	195	24	22	149	0	0
		Recursos do Orçamento da União	RS1	21.510.004	2.395.004	2.500.000	18.615.000	0	0
44000.3041	P	PROJETOS PARA PREVENÇÃO DE ENCHENTES							
		projeto elaborado	Unidade	19	16	0	0	3	0
		Recursos do Orçamento da União	RS1	4.126.276	3.825.276	0	0	500.000	0

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos  
OBS.: TIPO DE PROJETO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS



# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 4/161

## Programa: 0008 ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

Objetivo: Reduzir e controlar a desnutrição, as carências por micronutrientes nos serviços de saúde e promover a alimentação saudável nos diferentes ciclos de vida



30000.4294	A	AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MICRONUTRIENTES PARA CRIANÇAS, GESTANTES E IDOSOS EM ÁREAS ENDEMICAS DE MÁ NUTRIÇÃO	pessoa beneficiada	Unidade	R\$1	Recursos do Orçamento da União					0	0	0	0				
							41.768.538	41.707.000	0	0	0	61.538	0	0				
							38.841.000	38.781.000	0	0	0	50.000	0	0				

**PPA 2000/2003**

Página: 5/161

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN**

**Programa: 0502 AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL**

**Objetivo:** Promover o desenvolvimento da Amazônia com o uso sustentável de seus recursos naturais

440000.2040	A	DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL URBANO NA AMAZÔNIA	município apoiado	Unidade	63	0	51	6	0	6	0
440000.2063	A	FOMENTO A PROJETOS DE GESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA	Recursos do Orçamento da União	R\$1	8.484.572	0	7.331.246	576.863	0	576.863	0
440000.3023	P	FOMENTO A PROJETOS DE GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS NA AMAZÔNIA (PPG-7)	projeto apoiado	Unidade	108	100	8	0	0	0	0
440000.3043	P	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS ALTERADAS NA AMAZÔNIA	áreas recuperada	ha	12.127	0	10.487	820	0	820	0
			Recursos do Orçamento da União	R\$1	5.774.441	5.274.441	500.000	0	0	0	0
			Recursos do Orçamento da União	R\$1	38.644.795	0	28.822.294	3.467.709	0	5.354.792	0
			Recursos do Orçamento da União	R\$1	8.488.999	0	7.429.893	529.868	0	529.868	0

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS Estratégicas

ORG. TIPO DE PROJETO: P-PROJETO: A-ATIVIDADE: E-OPERAÇÕES ESPECIAIS

**PPA 2000/2003**

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN**

**Página: 8/181**

**Programa: 0489 APLICAÇÕES NUCLEARES NA ÁREA MÉDICA**

**Objetivo:** Contribuir para o atendimento da demanda nacional de produtos e técnicas nucleares para diagnóstico e tratamento terapêutico

340001.1405 P	AMPLIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES E DA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DE RADIOSCÓTIPOS E RADIOFÁRMACOS				
	instalação ampliação	Unidade	12	0	0
		R\$1	7.688.000	0	0
	Recursos do Orçamento da União		7.688.000	0	0
				0	0
				0	0
				0	0

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

**PPA 2000/2003**

Página: 7/161

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN****Programa: 0670 ASSISTÊNCIA A VÍTIMAS E A TESTEMUNHAS AMEAÇADAS**

Objetivo: Garantir proteção especial a testemunhas e vítimas sobreventores de crimes

**30000.4278 A SERVIÇOS DE PROTEÇÃO ESPECIAL, ASSISTÊNCIA E APOIO A TESTEMUNHAS E VÍTIMAS DE CRIMES**

testemunha/vítima assediada	Unidade	47	47	0	0	0	0	0	0
Recursos do Orçamento da União	R\$1	8.902.000	8.902.000	0	0	0	0	0	0

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos  
OBS.: TIPO DE PROJETO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E=OPERAÇÕES ESPECIAIS

**PPA 2000/2003**

Página: 8/101

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN**

## Programa: 0005 ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA

**Objetivo:** Garantir o acesso da população a medicamentos básicos

36000.4568	A	AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS ESTRATÉGICOS									
		paciente atendido	Unidade	410.410	407.700	370	14.70	450	0	420	
			R\$1	549.205.924	546.011.924	344.100	2.040.900	420.000	0	390.000	
36000.0593	E	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS À PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA BÁSICA - FARMÁCIA BÁSICA									
		paciente beneficiada	Milhar	4.691,180	0	2.059.644	189.685	287.684	2.053.670	100.496	
			R\$1	673.293.000	0	51.101.387	189.523.348	285.225.560	47.466.014	99.926.391	

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos



# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 9/161

## Programa: 0699 ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA

Objetivo: Garantir prestação de assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita, ao cidadão necessitado.

30000.2726 A	Prestação de assistência jurídica, judicial e extrajudicial ao cidadão necessitado	Unidade	Recursos do Orçamento da União				Recursos do Orçamento da União			
			R\$1		R\$2		R\$1		R\$2	
			8.620	8.620	0	0	0	0	250	0
			3.408.392	3.408.392	0	0	0	0	100.000	0

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos  
OBS.: TIPO DE PROJETO: P-PROJETO; A-ATIVIDADE; E- OPERAÇÕES ESPECIAIS





# PPA 2000/2003

## Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 10/161

### Programa: 0067 ATENÇÃO À CRIANÇA

Objetivo: Assegurar o atendimento a crianças carentes de até seis anos em creches, pré-escolas ou outras alternativas comunitárias



33000.2556 A	ATENÇÃO À CRIANÇA EM CRECHE	criança atendida	Recursos do Orçamento da União	Unidade	R\$1	7.493.920	443.976	779.433	4.388.177	977.425	296.410	614.499
						1.172.158.861	70.358.838	121.959.049	681.923.918	153.506.631	48.683.367	97.728.058



# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 11/161

## Programa: 0065 ATENÇÃO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA

Objetivo: Assegurar os direitos e combater a discriminação de pessoas portadoras de deficiência.

33000.2681	A	ATENDEMENTO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA EM SITUAÇÃO DE POBREZA E/OU RISCO PESSOAL E SOCIAL	Unidade	RS1	809.547	236.892	65.596	130.789	211.042	63.981	102.247
30000.1740	P	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA ATENÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	Unidade	RS1	438.576.359	127.808.030	35.415.590	70.014.858	113.756.593	34.517.873	55.082.375
30000.1740	P	ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS ARQUITETÔNICAS E AMBIENTAIS	Unidade	RS1	23.104	21.336	0	0	1.768	0	0
30000.3882	P	NÚCLEOS DE REABILITAÇÃO PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA	Unidade	RS1	17.584	16.786	0	0	798	0	0
30000.3882	P	NÚCLEO DE REABILITAÇÃO APOLADO	Unidade	RS1	84	34	30	0	0	0	0
30000.3882	P	RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO	Unidade	RS1	6.720.000	4.320.000	2.400.000	0	0	0	0

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos  
OBS.: TIPO DE PROJETO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS





# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 13/161

## Programa: 0466 BIOTECNOLOGIA E RECURSOS GENÉTICOS - GENOMA

Objetivo: Conservar recursos genéticos e desenvolver produtos e processos biotecnológicos relevantes para a produção industrial, a agropecuária e a saúde humana

22000.4416	A	CARACTERIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS GENÉTICOS	Unidade	39.414	39.042	0	0	0	372	0
		germoplasma avaliado	RS1							
22000.1106	P	Recursos do Orçamento da União	RS1	26.481.083	26.231.083	0	0	0	250.000	0
		ESTUDIOS EM BIOTECNOLOGIA PARA O AGRONEGÓCIO								
		estudo realizado	Unidade	86	78	0	0	0	8	0
30000.4560	A	Recursos do Orçamento da União	RS1	10.068.149	9.068.149	0	0	0	1.000.000	0
		FITOTERAPIA EM SAÚDE PÚBLICA								
		produto fitoterápico desenvolvido	Unidade	16	16	0	0	0	0	0
24000.4158	A	Recursos do Orçamento da União	RS1	7.111.000	7.111.000	0	0	0	0	0
		POMENTO A PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO DE INIMUNOLÓGICOS, MEDICAMENTOS, HEMODERIVADOS E PROCESSOS TERAPÊUTICOS								
		projeto apoiado	Unidade	72	72	0	0	0	0	0
24000.4159	A	Recursos do Orçamento da União	RS1	34.589.950	34.589.950	0	0	0	0	0
		POMENTO A PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO PARA A CONSERVAÇÃO E O USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE								
		projeto apoiado	Unidade	437	437	0	0	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União	RS1	44.785.184	44.785.184	0	0	0	0	0

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos  
OBS.: TIPO DE PROJETO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS

**PPA 2000/2003**

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN**

Page: 14/161

**Programa: 0812 BRASIL CLASSE MUNDIAL**

**Objetivo:** Elevar a competitividade industrial das principais cadeias produtivas do País

28000.4384	P	ESTÍMULO AO REVORAMENTO DO CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DOS ESTADOS									
		conselho apoiado	Unidade	27							
		Recursos do Orçamento da União	RS1	147.000							
28000.4386	P	ESTUDOS PARA IDENTIFICAÇÃO DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS PRODUTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL									
		estudo realizado	Unidade	32							
		Recursos do Orçamento da União	RS1	392.000							
28000.4384	P	ESTUDOS PARA IDENTIFICAÇÃO DOS ENTRAVES AO REPOSICIONAMENTO COMPETITIVO DE CADA CADEIA PRODUTIVA NA ÁREA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS									
		estudo realizado	Unidade	27							
		Recursos do Orçamento da União	RS1	314.000							
28000.4385	P	ESTUDOS PARA IDENTIFICAÇÃO DOS ENTRAVES AO REPOSICIONAMENTO COMPETITIVO DE CADA CADEIA PRODUTIVA SELECIONADA NA ÁREA INDUSTRIAL									
		estudo realizado	Unidade	37							
		Recursos do Orçamento da União	RS1	372.000							
28000.4391	P	INSTALAÇÃO DE FÓRUMS DE COMPETITIVIDADE POR CADEIA PRODUTIVA									
		evento realizado	Unidade	35							
		Recursos do Orçamento da União	RS1	246.000							
28000.4461	P	PLANOS DE AÇÃO POR CADEIA PRODUTIVA ENVOLVENDO COMPROMISSOS DO SETOR PÚBLICO E PRIVADO E METAS DE DESEMPENHO SETORIAL									
		plano estabelecido	Unidade	35							
		Recursos do Orçamento da União	RS1	392.000							

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos



# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 15/161

## Programa: 0516 BRASIL JOGA LIMPO

Objetivo: Reduzir a geração, aumentar a reciclagem e o reaproveitamento de resíduos e garantir meios de disposição ambientalmente adequados



### 4400.7507 P PROJETOS DEMONSTRATIVOS DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS E SANEAMENTO AMBIENTAL

projeto realizado	Unidade	R\$1	492	470	0	11	0	11
Recursos do Orçamento da União			21.600.000	20.800.000	0	500.000	0	500.000

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos  
OBS.: TIPO DE PROJETO: P-PROJETO; A-ATIVIDADE; E- OPERAÇÕES ESPECIAIS



# PPA 2000/2003

## Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 16/161

### Programa: 0070 BRASIL JOVEM

Objetivo: Atender a jovens menores de 24 anos em risco pessoal e social em comunidades de baixa renda

		2000		2001		2002		2003	
		1.000.000,00		1.000.000,00		1.000.000,00		1.000.000,00	

33000.5304	P	IMPLANTACAO DE CENTROS DA JUVENTUDE	Unidade	3.683	709	350	909	1.076	106	384
		Centro Implantiado	R\$1	73.670.000	14.200.000	6.990.000	18.180.000	20.515.000	2.105.000	11.690.000
		Recursos do Orçamento da União								

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos  
OBS.: TIPO DE PROJETO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS

Página: 17/161

**PPA 2000/2003****Errata ao PL nº 16/2000 - CN****Programa: 0181 BRASIL POTÊNCIA ESPORTIVA**

Objetivo: Melhorar o desempenho do atleta de rendimento brasileiro em competições nacionais e internacionais e promover a imagem do País no exterior

91000.1625 P	evento realizado	Recursos do Orçamento da União	Unidade	RS1	21	18	0	0	0	0	0	3
				6.732.407	6.232.407	0	0	0	0	0	0	500.000

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS  
 CSS: TIPO DE PROJETO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E=OPERAÇÕES ESPECIAIS





# PPA 2000/2003

## Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 18/181

### Programa: 0643 CALHA NORTE

Objetivo: Aumentar a presença do Poder Público na região ao norte do rio Solimões/Amazonas, contribuindo para a defesa nacional, proporcionando assistência às suas populações e fixando o homem na região

52000.2444 A APOIO ÀS COMUNIDADES CARENTES NA REGIÃO DA CALHA NORTE		comunidade atendida	Unidade	183	0	183	0	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	1.007.298	0	1.007.298	0	0	0	0
52000.2460 A	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTO BÁSICO ÀS COMUNIDADES INDÍGENAS NA REGIÃO DA CALHA NORTE	material distribuído	Unidade	82	0	82	0	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	388.440	0	388.440	0	0	0	0
52000.1388 P	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA NOS MUNICÍPIOS MARGINAIS DA REGIÃO DA CALHA NORTE	obra executada	Unidade	130	0	130	0	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	34.550.000	0	34.550.000	0	0	0	0

Página: 18/181

**PPA 2000/2003****Errata ao PL nº 16/2000 - CN****Programa: 0460 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA PESQUISA**

Objetivo: Ampliar a capacidade de resposta do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia às demandas de conhecimento e de serviços técnico-científicos da sociedade, mediante a formação e qualificação de pesquisadores

24000.4204	A	CONCESSÃO DE BOLSA DE ESTÍMULO À PESQUISA	Unidade	44.469	44.469	0	0	0	0	0	0	0
		bolsa concedida	RS1	548.570.068	548.570.068	0	0	0	0	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União										
24000.4205	A	CONCESSÃO DE BOLSA DE FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE PESQUISADORES	Unidade	70.160	70.160	0	0	0	0	0	0	0
		bolsa concedida	RS1	1.012.778.813	1.012.778.813	0	0	0	0	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União										
24000.4206	A	CONCESSÃO DE BOLSA DE INICIAÇÃO À PESQUISA	Unidade	85.708	85.708	0	0	0	0	0	0	0
		bolsa concedida	RS1	251.540.539	251.540.539	0	0	0	0	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União										

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

OBS: TIPO DE PROJETO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS



Página: 20/161

**PPA 2000/2003**

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN**

## Programa: 0039 CESTA DE VIENTOS

**Objetivo:** Reduzir a carência da população brasileira com carência de alimentação básica

[illegible]

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos



# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 21/161

## Programa: 0169 CINEMA, SOM E VÍDEO

Objetivo: Aumentar a participação da indústria nacional nas atividades audiovisuais

42000.4407 A	FOMENTO A PROJETOS CULTURAIS NA ÁREA DE AUDIOVISUAL	Unidade	440	52.908.282	440	52.908.282	0	0	0	0	0	0
	projeto apoiado	R\$1										
	Recursos do Orçamento da União											

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos  
OBS.: TIPO DE PROJETO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS



**Página: 22/181**

**PPA 2000/2003**

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN**

**Programa: 0462 CLIMATOLOGIA, METEOROLOGIA E HIDROLOGIA**

**Objetivo:** Ampliar a antecedência e a confiabilidade das previsões de tempo e clima, protegendo a sociedade, o meio ambiente e os setores produtivos

estação implantada	Unidade	4	87	91	133	87	48
Recursos do Orçamento da União	R\$1	4.982.000	5.423.368	15.404.148	5.423.499	5.423.308	1.867.353

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

**PPA 2000/2003**

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN**

Página: 23/181

**Programa: 0158 COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

**Objetivo:** Combater a violência doméstica contra a mulher

30000.1713	P	CAPACITAÇÃO DE QUADROS DAS DELEGACIAS DA MULHER E JUZADOS ESPECIAIS									
		profissional capacitado	Unidade	7.285	0	0	0	0	0	279	
		Recursos do Orçamento da União	RS1	2.708.600	0	0	0	0	0	100.000	
30000.1817	P	CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE RISCO									
		abrigo construído	Unidade	362	3	0	5	14	0	0	
		Recursos do Orçamento da União	RS1	9.650.000	100.000	0	100.000	0	0	428.000	
30000.1737	P	EDUCAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL INFORMATIVO SOBRE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SEXUAL									
		exemplar distribuído	Unidade	878.602	0	0	0	0	0	20.322	
		Recursos do Orçamento da União	RS1	2.182.277	0	0	0	0	0	50.000	
30000.1804	P	INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EM ABRIGOS PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE RISCO DE VIDA									
		abrigo equipado	Unidade	34	14	0	0	0	30	0	
		Recursos do Orçamento da União	RS1	300.000	46.000	0	0	0	100.000	0	

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos



# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 24/161

## Programa: 0073 COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Objetivo: Prevenir e combater a violência, o abuso e a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes maiores de 14 anos de idade



33000.4448 A	ATENDEMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM JORNADA ESCOLAR AMPLIADA NO COMBATE À EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL INFANTO-JUVENIL	95.996	24.399	48.599	3.999	18.999	0	0
	criança/adolescente atendido	Unidade						
	Recursos do Orçamento da União	R\$1	7.320.000	14.590.000	1.200.000	5.700.000	0	0

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos  
OBS.: TIPO DE PROJETO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS



# PPA 2000/2003

Página: 25/161

## Errata ao PL nº 16/2000 - CN

### Programa: 0071 COMUNIDADE ATIVA

Objetivo: Promover o desenvolvimento social por meio da inclusão ao desenvolvimento local integrado e sustentável, articulando ações de governo e celebrando parcerias com a sociedade civil

APOIO A PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL									
Código	Atividade	Unidade	RS1	RS2	RS3	RS4	RS5	RS6	RS7
20000.4586	A	projeto apoiado	3.695	375	680	240	1.560	240	0
		Recursos do Orçamento da União	18.476.500	4.376.500	3.400.000	1.200.000	8.900.000	1.200.000	0
47000.3832	P	CAPACITAÇÃO DE GESTORES LOCAIS NOS MUNICÍPIOS-ALVO							
		gestor capacitado	29.441	29.441	0	0	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União	29.441.000	29.441.000	0	0	0	0	0

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos  
OBS.: TIPO DE PROJETO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS



Página: 28/181

# PPA 2000/2003

## Errata ao PL nº 16/2000 - CN

### Programa: 0510 CONSERVAÇÃO AMBIENTAL DE REGIÕES MINERADAS

Objetivo: Mitigar os impactos provocados pelas atividades de mineração e garantir a reabilitação ambiental nas regiões mineradas

[REDACTED]

32000.2401 A PROTEÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS MINERADAS							
relatório ambiental elaborado		Unidade		Recursos do Orçamento da União			
			R\$1				
		25	8.242.000	22	8.242.000	0	3
						0	1.000.000

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

OBS.: TIPO DE PROJETO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E=OPERAÇÕES ESPECIAIS



# PPA 2000/2003

**Página: 27/161**

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN**

## Programa: 0368 CONSERVAÇÃO DE SOLOS NA AGRICULTURA

**Objetivo:** Recuperar áreas degradadas com vistas à sua reincorporação ao processo produtivo, mediante a adoção de práticas conservacionistas de uso e manejo adequados do solo e da água

22000.1088	P	IMPLANTÇÃO DE UNIDADES DEMONSTRATIVAS DE MANEJO E CONSERVAÇÃO DE SOLO E ÁGUA									
		unidade implantada	364	0	43	44	200	73	4		
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	19.398.790	0	1.598.849	2.824.050	10.395.877	4.492.329	77.885	
22000.2172	A	pesquisa e desenvolvimento em manejo e conservação de solo e água									
		tecnologia gerada	Unidade	159	138	3	3	3	3	9	
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	35.165.424	31.685.424	200.000	200.000	400.000	400.000	2.300.000	

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos



# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 28/161

## Programa: 0020 CONTROLE DA HANSENÍASE E DE OUTRAS DERMATOSES

Objetivo: Estudar a Hanseníase como problema de saúde pública e controlar dermatoses de interesse sanitário



SENDO: 0219 A TRATAMENTO DA HANSENÍASE E OUTRAS DERMATOSES  
 Unidade  
 Recursos do Orçamento do União R\$1

347.405	335.340	22.165	0	0	0
33.692.500	30.693.000	3.299.500	0	0	0

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos  
 CDS: TPO DE PROJETO: P-PROJETO: A-ATIVIDADE: B-OPERAÇÕES ESPECIAIS

**PPA 2000/2003**

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN**

Page: 29/151

**Programa: 0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS**

**Objetivo:** Reduzir o custo do transporte de cargas na região que abrange os Estados do Pará, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso e Goiás

[illegible]

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos**

TIPO DE PROJETO: P-PROJETO: A-A TIVIDADE: E- OPERAÇÕES ESPECIAIS

**PPA 2000/2003**

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN**

**Página: 30/161**

**PROGRAMA: 0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS**

**Objetivo:** Reduzir o custo do transporte de cargas na região que abrange os Estados do Pará, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso e Goiás

PROBLEMA	P	TRANSFORMAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SANTA RIZABEL (PARTO)	obras executadas	% de participação física	obras executadas	% de participação física
				26	0	0
				41.000.000	0	0
				41.000.000	0	0

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos



# PPA 2000/2003

Página: 31/161

## Errata ao PL nº 16/2000 - CN

### Programa: 0238 CORREDOR FRONTEIRA NORTE

Objetivo: Incrementar o fluxo de pessoas e mercadorias entre os Estados do Amapá, Roraima, Amazonas e Acre com os países da fronteira norte do Brasil

39000.6716	P	CONSTRUÇÃO DE ANEL RODOVIÁRIO NO CORREDOR FRONTEIRA NORTE	km	63	0	0	0	0	0	0
		trecho pavimentado								
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	18.628.500	0	18.628.500	0	0	0	0
39000.6711	P	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR FRONTEIRA NORTE	km	1.675	0	1.675	0	0	0	0
		trecho pavimentado								
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	587.577.800	0	587.577.800	0	0	0	0
39000.3332	P	EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA NO PORTO DE MACAPÁ EM SANTANA (AP)	% de execução física	100	0	100	0	0	0	0
		obra executada								
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	8.000.000	0	8.000.000	0	0	0	0



## PPA 2000/2003

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN**

Página: 32/101

**Programa: 0230 CORREDOR LESTE**

**Objetivo:** Reduzir o custo do transporte de cargas na região geográfica que engloba os Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro

[illegible]

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

UNES: TIPO DE PROJETO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E=OPERAÇÕES ESPECIAIS





**PPA 2000/2003**

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN**

Página: 34/181

## Programa: 0233 CORREDOR MERCOSUL

**Objetivo:** Reduzir o custo do transporte de cargas entre o Brasil e os países do Mercosul

39000.5727	P	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL	km	1.819	0	0	0	1.119
		trecho adequado			0	0	0	
39000.5722	P	Recursos do Orçamento da União	RS1	1.877.818.500	0	0	0	1.877.818.500
		CONSTRUÇÃO DE ACESSOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL						
		trecho construído	km	112	0	0	0	0
39000.5765	P	Recursos do Orçamento da União	RS1	52.970.000	0	0	0	52.970.000
		CONSTRUÇÃO DE ANÉIS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL						
		trecho pavimentado	km	18	0	0	0	0
39000.5581	P	Recursos do Orçamento da União	RS1	9.055.000	0	0	0	9.055.000
		CONSTRUÇÃO DE CANTOERNOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL						
		trecho construído	km	6	0	0	0	6
39000.5755	P	Recursos do Orçamento da União	RS1	5.788.720	0	0	0	5.788.720
		CONSTRUÇÃO DE INTERLAÇÕES RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL						
		trecho construído	km	63	0	0	0	63
39000.5766	P	Recursos do Orçamento da União	RS1	28.025.000	0	0	0	28.025.000
		CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR MERCOSUL						
		ponte construída	Unidade	6	0	0	0	6
39000.5767	P	Recursos do Orçamento da União	RS1	55.138.100	0	0	0	55.138.100
		CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL						
		trecho pavimentado	km	1.310	0	0	0	1.310
39000.5774	P	Recursos do Orçamento da União	RS1	438.858.800	0	0	0	438.858.800
		CONSTRUÇÃO DE VIADUTOS NO CORREDOR MERCOSUL						
		obra de arte especial construída	% de execução física	211	0	0	0	211
39000.7276	P	Recursos do Orçamento da União	RS1	12.000.000	0	0	0	12.000.000
		DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO PORTO DE PARANAGUÁ (PR)						
		dragagem executada	1.000 m³	30	0	0	0	30
39000.7286	P	Recursos do Orçamento da União	RS1	2.500.000	0	0	0	2.500.000
		MELHORAMENTO E AMPLIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL						
		obra executada	% de execução física	100	0	0	0	100
		Recursos do Orçamento da União	RS1	41.500.000	0	0	0	41.500.000

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos**

0081L: TIPO DE PROJETO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS

**PPA 2000/2003****Errata ao PL nº 16/2000 - CN****Programa: 0233 CORREDOR MERCOSUL**

Objetivo: Reduzir o custo do transporte de cargas entre o Brasil e os países do Mercosul

39000.7284	P	MELHORAMENTOS E AMPLIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO PORTO DE PARANAGUÁ	(R\$)	obra executada	% de execução física	100	0	0	0	0	100
		Recursos do Orçamento da União	R\$1			14.500.000	0	0	0	0	14.500.000
39000.7287	P	MELHORAMENTOS NA INFRA-ESTRUTURA DO PORTO DE ITAJAÍ (SC)		obra executada	% de execução física	100	0	0	0	0	100
		Recursos do Orçamento da União	R\$1			12.640.000	0	0	0	0	12.640.000

**PPA 2000/2003**

Página: 36/161

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN**

**Programa: 0235 CORREDOR NORDESTE**

**Objetivo:** Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas

39000.5511	P	ADQUAÇÃO DE ACESSOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE	trecho adequado	km	2	0	0	2	0	0
		Recursos do Orçamento da União	RS1		1.100.000	0	0	1.100.000	0	0
39000.5728	P	ADQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE	trecho adequado	km	887	0	0	887	0	0
		Recursos do Orçamento da União	RS1		887.748.300	0	0	887.748.300	0	0
39000.5511	P	COMPLEMENTAÇÃO E MELHORAMENTO DO PORTO DE BUAPE	obra escautada	% de execução física	100	0	0	100	0	0
		Recursos do Orçamento da União	RS1		115.615.400	0	0	115.615.400	0	0
39000.5714	P	CONSTRUÇÃO DE ANEL RODOVIÁRIO NO CORREDOR NORDESTE	trecho pavimentado	km	246	0	0	246	0	0
		Recursos do Orçamento da União	RS1		74.000.000	0	0	74.000.000	0	0
39000.5597	P	CONSTRUÇÃO DE CASAS PARA CONTENHORES NO PORTO DE MACAÉ	obra escautada	% de execução física	100	0	0	100	0	0
		Recursos do Orçamento da União	RS1		6.050.000	0	0	6.050.000	0	0
39000.5598	P	CONSTRUÇÃO DE FERROVIAS NO CORREDOR NORDESTE	trecho construído	% de execução física	99	0	0	99	0	0
		Recursos do Orçamento da União	RS1		60.000.000	0	0	60.000.000	0	0
39000.5798	P	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE	trecho pavimentado	km	1.186	0	0	1.186	0	0
		Recursos do Orçamento da União	RS1		329.778.931	0	0	329.778.931	0	0
39000.5718	P	CONSTRUÇÃO DE VAZIDUTOS NO CORREDOR NORDESTE	obra de arte especial construída	% de execução física	200	0	0	200	0	0
		Recursos do Orçamento da União	RS1		25.200.000	0	0	25.200.000	0	0
39000.5698	P	RECUPERAÇÃO DO MOLHE DE PROTEÇÃO DO PORTO DE MACAÉ (AL)	obra escautada	% de execução física	100	0	0	100	0	0
		Recursos do Orçamento da União	RS1		6.000.000	0	0	6.000.000	0	0
39000.5268	P	RECUPERAÇÃO DO PORTO DE CABEDELO (PS)	obra escautada	% de execução física	100	0	0	100	0	0
		Recursos do Orçamento da União	RS1		40.905.000	0	0	40.905.000	0	0

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos**

LEGENDA: T= TIPO DE PROJETO; P= PROJETO; A= ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS



# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 37/161

## Programa: 0236 CORREDOR OESTE-NORTE

Objetivo: Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange parte dos Estados do Amazonas, Pará, Rondônia e Mato Grosso

39000.5720	P	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR OESTE-NORTE	km	44	0	1	0	0	0	43	0
		trecho adequado									
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	36.535.000	0	1.000.000	0	0	0	35.535.000	0
39000.5786	P	CONSTRUÇÃO DE ANÉIS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR OESTE-NORTE									
		trecho pavimentado	km	90	0	60	0	0	0	30	0
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	21.138.100	0	18.138.100	0	0	0	9.000.000	0
39000.5717	P	CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR OESTE-NORTE									
		parte construída	% de execução física	500	0	500	0	0	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	27.381.000	0	27.381.000	0	0	0	0	0
39000.7303	P	CONSTRUÇÃO DE PORTO PARA CARGA EM MANAUS (AM)									
		obra executada	% de execução física	21	0	21	0	0	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	5.500.000	0	5.500.000	0	0	0	0	0
39000.5709	P	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR OESTE-NORTE									
		trecho pavimentado	km	2.830	0	2.045	0	0	0	785	0
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	809.368.442	0	612.376.942	0	0	0	196.991.500	0
39000.5720	P	CONSTRUÇÃO DE VIADUTOS NO CORREDOR OESTE-NORTE									
		obra de arte especial construída	% de execução física	90	0	0	0	0	0	90	0
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	8.775.000	0	0	0	0	0	8.775.000	0
39000.5748	P	IMPLANTAÇÃO DE HIDROVIAS NO CORREDOR OESTE-NORTE									
		hidrovia implantada	% de execução física	100	0	71	0	0	0	29	0
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	34.500.000	0	24.420.000	0	0	0	10.080.000	0
39000.5771	P	MELHORIA DA NAVEGAÇÃO DAS HIDROVIAS NO CORREDOR OESTE-NORTE									
		obra executada	% de execução física	100	0	87	0	0	0	13	0
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	16.000.000	0	12.000.000	0	0	0	4.000.000	0

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

OBS.: TIPO DE PROJETO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS

**PPA 2000/2003**

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Page 32/181

**Programa: 0229 CORREDOR SÃO FRANCISCO**

**Objetivo:** Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados da Bahia e Sergipe e o norte de Minas Gerais.

39000.5736	P	ADEQUAÇÃO DE CONTORNOS RODOVÁRIOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO	trcho adequado	km	59	0	0	59	0	0
		Recursos do Orçamento da União	RS1		59.800.000	0	0	59.800.000	0	0
39000.5941	P	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVÁRIOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO								
		trcho adequado	km	120	0	0	0	120	0	0
		Recursos do Orçamento da União	RS1		118.707.064	0	0	118.707.064	0	0
39000.5777	P	CONSTRUÇÃO DE ACESSOS RODOVÁRIOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO								
		trcho pavimentado	km	3	0	0	0	3	0	0
		Recursos do Orçamento da União	RS1		1.055.000	0	0	1.055.000	0	0
39000.5712	P	CONSTRUÇÃO DE ANEL RODOVÁRIO NO CORREDOR SÃO FRANCISCO								
		trcho pavimentado	km	23	0	0	0	12	11	0
		Recursos do Orçamento da União	RS1		8.025.000	0	0	5.000.000	3.025.000	0
39000.5793	P	CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR SÃO FRANCISCO								
		porta consagrada	% de execução física	400	0	0	0	400	0	0
		Recursos do Orçamento da União	RS1		28.500.000	0	0	28.500.000	0	0
39000.5703	P	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVÁRIOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO								
		trcho pavimentado	km	1.116	0	0	0	636	480	0
		Recursos do Orçamento da União	RS1		335.180.898	0	0	191.441.788	143.719.100	0
39000.3308	P	EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA NO PORTO DE ARATU (BA)								
		obra executada	% de execução física	28	0	0	0	28	0	0
		Recursos do Orçamento da União	RS1		13.800.000	0	0	13.800.000	0	0
39000.3311	P	EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA NO PORTO DE ILHEUS (BA)								
		obra executada	% de execução física	26	0	0	0	26	0	0
		Recursos do Orçamento da União	RS1		4.007.000	0	0	4.007.000	0	0
39000.5859	P	OBRAS COMPLEMENTARES NA MURTOVA DO SÃO FRANCISCO								
		obra executada	% de execução física	100	3	0	0	96	1	0
		Recursos do Orçamento da União	RS1		131.000.001	21.000.000	0	110.000.000	1	0

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS



# PPA 2000/2003

## Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 39/161

### Programa: 0232 CORREDOR SUDOESTE

Objetivo: Reduzir o custo do transporte de cargas na área compreendida pelo Estado de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, o sul da Goiás e a parte da Região Sudeste do País

39000.5723	P	ADEQUAÇÃO DE ANEL RODOVIÁRIO NO CORREDOR SUDOESTE	km	19	0	0	0	0	19	0
		tracção adequado								
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	19.000.000	0	0	0	0	19.000.000	0
39000.5740	P	ADEQUAÇÃO DE TRAVESSIAS URBANAS NO CORREDOR SUDOESTE	km	12	0	0	0	0	12	0
		tracção adequado								
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	11.035.000	0	0	0	0	11.035.000	0
39000.5842	P	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SUDOESTE	km	32	0	0	0	0	32	0
		tracção adequado								
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	32.200.000	0	0	0	0	32.200.000	0
39000.5706	P	CONSTRUÇÃO DE CONTORNOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR SUDOESTE	km	28	0	0	0	0	28	0
		tracção construído								
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	28.000.000	0	0	0	0	28.000.000	0
39000.5706	P	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SUDOESTE	km	638	0	1	0	0	637	0
		tracção pavimentado								
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	181.534.999	0	1	0	0	181.534.999	0
39000.5747	P	MEMÓRIA DA NAVEGAÇÃO DAS HIDROVIAS NO CORREDOR SUDOESTE	% de execução física	300	0	0	0	0	200	0
		obra executada								
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	32.025.900	0	0	0	0	12.000.000	0

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos  
OBS.: TIPO DE PROJETO: A-PROJETO; A-ATIVIDADE; E- OPERAÇÕES ESPECIAIS



# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 40/161

## Programa: 0231 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO

Objetivo: Reduzir o custo do transporte de cargas na região geográfica compreendida pelo Estado de São Paulo e sudoeste de Minas Gerais

39000.3726	P	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO	km	203	0	0	0	203	0	0
		trecho adequado								
		Recursos do Orçamento da União	RS\$	203.625.000	0	0	0	203.625.000	0	0
39000.5744	P	CONSTRUÇÃO DE CONTORNOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO	km	4	0	0	0	4	0	0
		trecho construído								
		Recursos do Orçamento da União	RS\$	4.000.000	0	0	0	4.000.000	0	0
39000.6716	P	CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO	% de execução física	100	0	0	0	7%	24	0
		ponte construída								
		Recursos do Orçamento da União	RS\$	46.500.000	0	0	0	34.500.000	12.000.000	0
39000.3705	P	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO	km	212	0	0	0	212	0	0
		trecho pavimentado								
		Recursos do Orçamento da União	RS\$	63.825.000	0	0	0	63.825.000	0	0
39000.7315	P	MELHORAMENTOS E AMPLIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO (SP)	% de execução física	100	0	0	0	100	0	0
		obra executada								
		Recursos do Orçamento da União	RS\$	22.000.000	0	0	0	22.000.000	0	0
39000.3325	P	RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA NO PORTO DE SANTOS (SP)	% de execução física	100	0	0	0	100	0	0
		obra executada								
		Recursos do Orçamento da União	RS\$	104.549.240	0	0	0	104.549.240	0	0

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

OBS.: TIPO DE PROJETO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E=OPERAÇÕES ESPECIAIS



# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 41/161

## Programa: 0172 CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Objetivo: Preservar a cultura e a memória afro-brasileira

42000.4400	A	FOMENTO A PROJETOS DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA	Unidade	177	164	0	0	13	0	0
		projeto apoiado								
		Recursos do Orçamento da União	R\$:	1.330.000	1.230.000	0	0	100.000	0	0
42000.2037	A	PRESERVAÇÃO DE BENS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO AFRO-BRASILEIRO								
		bem preservado	Unidade	394	384	0	0	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União	R\$:	2.062.521	2.062.521	0	0	0	0	0

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

OBS.: TIPO DE PROJETO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS





# PPA 2000/2003

Página: 42/161

## Errata ao PL nº 16/2000 - CN

### Programa: 0416 CULTURA EXPORTADORA

Objetivo: Ampliar a capacitação dos agentes promotores das exportações brasileiras



22001.3805 P FORMAÇÃO DE NEGOCIADORES EM COMÉRCIO EXTERIOR

técnico capacitado

Unidade

Recursos do Orçamento da União

R\$1

714	714	0	0	0	0	0
1.908.774	1.908.774	0	0	0	0	0





**PPA 2000/2003**

Página: 44/161

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN**

**Programa: 0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA**

**Objetivo:** Defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis

NEWARK, N.J. (AP) — The New York City Police Department has announced that it has received information that a man, identified as a member of the Black Liberation Army, is planning to travel to New York City to carry out a series of bombings. The man, whose name has not been disclosed, is believed to be in the New York City area. The police are currently searching for him and have issued a warrant for his arrest. The information was obtained from a confidential source who has provided reliable information in the past. The police are taking the information seriously and are working to prevent any potential attacks.

34000.2000 A MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0
	117.662.985	117.662.985	0	0	0

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos



**PPA 2000/2003**

Página: 46/163

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN**

**Programa: 0519 DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA LEGAL**

**Objetivo:** Promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal

22000.3647	P	ESTUDOS PARA O PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA OCIDENTAL									
		estudo realizado	Unidade	148	0	0	0	0	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	6.500.000	0	8.500.000	0	0	0	0	0
15000.4247	A	FOMENTO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA E SOCIAL NA AMAZÔNIA OCIDENTAL									
		projeto apoiado	Unidade	602	0	602	0	0	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	169.941.558	0	169.941.558	0	0	0	0	0
33000.3669	P	GESTÃO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL INTEGRADO NA AMAZÔNIA LEGAL									
		projeto implantado	Unidade	619	0	607	0	0	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	68.835.400	0	59.960.400	0	0	0	12	0
33000.3870	P	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS AGROINDUSTRIAIS DEMONSTRATIVOS NA AMAZÔNIA OCIDENTAL									
		projeto implantado	Unidade	354	0	354	0	0	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	14.500.000	0	14.500.000	0	0	0	0	0

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Página: 47/161

**PPA 2000/2003**

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

**Programa: 0372 DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA**

Objetivo: Aumentar a produção de peixe e a renda do aquicultor

53501.2519	A	FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÕES E CENTROS DE PESQUISA EM AQUICULTURA	Atividade produzida	54.296	0	0	53.394	1.002	0	0
			Mêtar							
53501.1862	P	Recursos do Orçamento da União	RS1	16.376.639	0	0	15.767.838	808.803	0	0
		IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE PESQUISAS EM AQUICULTURA								
		contra implantado	% de execução física	200	100	0	100	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União	RS1	11.800.000	11.400.000	0	500.000	0	0	0
53501.3870	P	PESQUISAS, ESTUDOS E PROJETOS EM AQUICULTURA								
		estudo realizado	Unidade	71	0	53	6	0	12	0
		Recursos do Orçamento da União	RS1	3.300.999	0	2.108.630	283.379	0	831.790	0

**PPA 2000/2003**

Página: 48/151

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN**

## Programa: 0350 DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEEIRA

**Objetivo:** Elevar a produtividade da lavoura cafeeira nacional e sustentar a renda do agricultor do café

[illegible]

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

**PPA 2000/2003**

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 49/161

**Programa: 0049 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Objetivo: Ampliar e melhorar a oferta de oportunidades de atendimento aos portadores de necessidades educacionais especiais

28000.4088	A	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	Instituição apoiada					Recursos do Orçamento da União	R\$1
			Unidade						
			5.409	5.373	0	0	26	0	9
			118.243.000	117.498.000	0	0	545.000	0	200.000





# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 50/181

## Programa: 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Objetivo: Ampliar a oferta de vagas e melhorar a qualidade da educação profissional

APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL									
26000.4023	A	Instituição apoiada	Unidade	210	204	2	0	3	1
Recursos do Orçamento da União									
26000.3208	P	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	RS1	72.122.000	71.012.000	450.000	0	650.000	10.000
área construída									
			m²	57.465	50.420	204	1.143	0	1.696
Recursos do Orçamento da União									
26000.2962	A	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	RS1	13.072.644	12.327.644	50.000	280.000	0	415.000
aluno matriculado									
			Unidade	711.014	710.939	45	0	30	0
Recursos do Orçamento da União									
26000.3208	P	REFORMA DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	RS1	1.857.753.542	1.857.568.542	110.000	0	75.000	0
área reformada									
			m²	29.045	25.142	475	1.323	2.105	0
Recursos do Orçamento da União									
			RS1	4.826.266	4.170.266	79.000	220.000	350.000	0

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

ONS: TIPO DE PROJETO: A=PROJETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS



# PPA 2000/2003

Página: 51/161

## Errata ao PL nº 16/2000 - CN

### Programa: 0354 DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA

Objetivo: Elevar a competitividade do setor frutícola

22000.1103	P	CAMPANHA PARA PROMOÇÃO DAS FRUTAS BRASILEIRAS	Unidade	119	16	13	83	7	0	0
		campanha realizada	R\$1	21.033.299	2.672.800	2.190.700	15.133.749	1.036.050	0	0
22000.1102	P	CAPACITAÇÃO DE FRUTICULTORES	Unidade	41.160	34.000	0	2.370	0	0	4.740
		instituto capacitado	R\$1	15.853.298	12.853.298	0	1.000.000	0	0	2.000.000
22000.4343	A	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM FRUTICULTURA	Unidade	102	45	6	3	12	0	36
		tecnologia gerada	R\$1	70.889.387	28.809.387	3.000.000	10.000.000	8.000.000	0	20.000.000
22000.1004	P	PREVENÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS NA FRUTICULTURA	Unidade	8.215.109	81.240	737.074	5.082.634	1.162.063	312.015	840.093
		área prevista	ha	20.208.168	190.850	1.813.204	12.503.264	2.858.874	767.558	2.088.898
		Recursos do Orçamento da União	R\$1							

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos  
 OBS.: TIPO DE PROJETO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E=OPERAÇÕES ESPECIAIS

**PPA 2000/2003**

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN**

Página: 52/161

## Programa 0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

**Objetivo: Aumentar a capacidade de operar a eficiência do sistema de infra-estrutura aeroportuária brasileira**

Código	Descrição	Unidade da Federação				Total	ESTADOS				Total	
		Unidade	RS1	Unidade	RS1		Unidade	RS1	Unidade	RS1		
62000.3211	CONSTRUÇÃO DE AEROPORTOS E AERÓDROMOS DE INTERESSE ESTADUAL											
	Aeroporto/aeródromo constr.	Unidade	RS1	Unidade	RS1							
	Recursos do Orçamento da União					51	126.194.316					
62000.0620	CONSTRUÇÃO DE AEROPORTOS E AERÓDROMOS DE INTERESSE NACIONAL											
	Aeroporto/aeródromo constr.	Unidade	RS1	Unidade	RS1							
	Recursos do Orçamento da União					22	17.100.000					
62000.3110	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS E AERÓDROMOS DE INTERESSE ESTADUAL											
	Aeroporto/aeródromo reform.	Unidade	RS1	Unidade	RS1							
	Recursos do Orçamento da União					139	59.803.468					
						3	11.290.937					
						23	21.100.566					
						35	8.237.587					
						21	7.579.573					
						31	11.958.106					

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos



# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 53/161

## Programa: 0370 DESENVOLVIMENTO DA PESCA

Objetivo: Aumentar a renda do pescador e contribuir para a sustentabilidade da sua atividade

22000.5321	P	DIFUSÃO DE TECNOLOGIAS EM PESCA	Unidade	1.133	46	180	376	160	371
		pescador atendido		8.907.849	370.000	1.414.284	2.954.283	1.257.141	2.912.141
		Recursos do Orçamento da União	R\$1						

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos  
OBS.: TIPO DE PROJETO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E=OPERAÇÕES ESPECIAIS

Página: 64/161

# **PPA 2000/2003** **Errata ao PL nº 16/2000 - CN**



## **Programa: 0391 DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO MINERAL**

Objetivo: Promover o desenvolvimento da produção mineral do País



32000.4398 A	AVALIAÇÃO DOS DISTritos MINEROS devido avaliao	Unidade R\$1	32 8.218.816	26 4.752.200	0 0	6 1.484.816	0 0	0 0	0 0
	Recursos do Orcamento da Uniao								



**PPA 2000/2003**

Página: 55/181

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN**

**Programa: 0808 DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO-OESTE**

**Objetivo:** Promover o desenvolvimento sustentável da Região Centro-Oeste

33000.0000 P	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE-PILOTO DE PROMOÇÃO DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS NO CENTRO-OESTE			
	unidade-piloto implantada	% de execução física		
		33		
		R\$1		
	Recursos do Orçamento da União	17.000.000	0	0
			0	0
			0	35
			0	17.000.000

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

**PPA 2000/2003**

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN**

Página: 56/169

## Programa: 0800 DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO NORDESTE

**Objetivo:** Promover o desenvolvimento sustentável da Região Nordeste

IS0000.1840	P	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO NORDESTE									
		pessoas capacitada	Unidade	0	0	22.710	4.220	0	0		
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	31.148.906	0	0	26.177.074	4.971.832	0	0	
		GESTÃO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL INTEGRADO NA REGIÃO NORDESTE									
		projeto implementado	Unidade	570	0	468	102	0	0		
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	71.814.002	0	0	68.888.548	2.945.458	0	0	
IS0000.3075	P										

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

**PPA 2000/2003**

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN**

Página: 57/161

**Programa: 0362 DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU**

**Objetivo:** Recuperar a renda agropecuária nas regiões caçaveirais.

22000.5001 P	DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE MUDAS E SAMPÓS DE CACAUEIROS RESISTENTES A DOENÇAS	Unidade	0	4.276,561	0	0	0
	mudal/garfo distribuído	R\$1	20.721.459	0	5.705,857	22.268,113	0
	Recursos do Orçamento da União		27.973.970	0	0	0	0

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos



**PPA 2000/2003**

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN**

**Programa: 0419 DESENVOLVIMENTO DE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS**

**Objetivo:** Promover o fortalecimento econômico-administrativo das micro, pequenas e médias empresas por intermédio da ampliação das linhas de crédito, acesso a novas tecnologias e capacitação gerencial

P	APOIO À INSTALAÇÃO DE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS	Unidade				
29000-2374	empresa beneficiada	R\$1	1.244	0	0	44
	Recursos do Orçamento da União		8.220.000	0	6.000.000	220.000

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS E ESTRATÉGIAS



# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 59/161

## Programa: 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO

Objetivo: Ampliar a oferta de vagas e melhorar a qualidade do ensino de graduação

20000.4027	A	APOIO A ENTRADAS DE ENSINO SUPERIOR FEDERAIS	entidade apoiada	207	0	1	0	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União	RS1	35.073.506	0	50.000	0	0	0	0
20000.4028	A	APOIO A ENTRADAS DE ENSINO SUPERIOR NÃO-FEDERAIS	entidade apoiada	480	3	6	1,5	22	20	20
		Recursos do Orçamento da União	RS1	48.887.043	7.870.000	855.000	1.530.000	2.700.000	1.100.000	1.100.000
20000.3076	P	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE BENS MÓVEIS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	área construída	1.330.030	93.560	67.551	0	74.485	0	0
		Recursos do Orçamento da União	RS1	101.823.865	23.120.000	16.880.000	0	14.290.000	0	0
20000.3714	P	MODERNIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ACADÊMICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DE SEUS HOSPÍTAIS DE ENSINO	entidade apoiada	2.600	0	0	0	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União	RS1	218.098.000	0	0	0	0	0	0
20000.3082	P	REFORMA DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	área reformada	360.501	623	11.684	47.276	5.615	2.500	2.500
		Recursos do Orçamento da União	RS1	52.802.178	100.000	1.954.353	8.922.584	939.408	368.172	368.172

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos  
OBS.: TIPO DE PROJETO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS

**PPA 2000/2003**

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

**Programa: 0043 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Objetivo: Formar recursos humanos, em nível de pós-graduação, no País e no exterior

2000.4018	A	FORNIMENTO À PÓS-GRADUAÇÃO	Unidade	3.218	0	0	0	0	0	0
		projeto aprovado	RS1	3.218	0	0	0	0	0	0
2000.4048	A	RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIDADE	RS1	91.944.511	0	0	0	0	0	0
		PERFOMANAMENTO DA RESIDÊNCIA MÉDICA								
		edifício residente médico	Unidade	15.467	5	0	0	0	0	0
		Recursos do Orçamento da Unidade	RS1	221.880.302	80.000	0	0	0	0	0
2000.4058	A	FUNCIIONAMENTO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	Unidade	15.467	5	0	0	0	0	0
		aluno matriculado	RS1	305.799	0	0	0	0	0	0
		Recursos do Orçamento da Unidade	RS1	81.178.846	0	0	0	0	0	0
2000.4068	P	IMPLEMENTAÇÃO DE CENTROS NEURONIAIS DE FORMAÇÃO PARA A PESQUISA E O DESENVOLVIMENTO DA PÓS-GRADUAÇÃO								
		centro implantado	Unidade	50	0	0	0	0	0	0
		Recursos do Orçamento da Unidade	RS1	49.500.000	0	0	0	0	0	0



## PPA 2000/2003

Page: 61/161

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN**

## Programa: 0045 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO

**Objetivo:** Contribuir para a oferta de vagas no ensino médio

20000.3679	P	APOIO AO DESENVOLVIMENTO CURRICULAR E DE PROJETOS PEDAGÓGICOS NAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO (PROMED)									
		currículo atualizado	Unidade	179		0	0	0	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	31.524.187		0	0	0	0	0	0
20000.3679	P	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O ENSINO MÉDIO (PROMED)				31.524.187		0	0	0	0
		profissional capacitado	Unidade	3.148		0	0	0	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	23.309.951		0	0	0	0	0	0
20000.3680	P	ESTUDOS E PESQUISAS PARA A IMPLANTAÇÃO DAS POLÍTICAS PARA O ENSINO MÉDIO (PROMED)				23.309.951		0	0	0	0
		estudo realizado	Unidade	477		0	0	0	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	11.100.900		0	0	0	0	0	0
20000.3682	P	EXPANSÃO E MELHORIA DA REDE ESCOLAR (PROMED)				11.100.900		0	0	0	0
		escola atendida	Unidade	4.705		0	0	0	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	425.184.933		0	0	0	0	0	0
20000.3688	P	IMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO (PROMED)				425.184.933		0	0	0	0
		projeto implementado	% de execução física	100		0	0	0	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	44.894.341		0	0	0	0	0	0

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos**

Obs.: TIPO DE PROJETO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E=OPERAÇÕES ESPECIAIS

Página: 62/161

**PPA 2000/2003****Errata ao PL nº 16/2000 - CN****Programa: 0412 DESENVOLVIMENTO DO SETOR EXPORTADOR**

Objetivo: Desenvolver o setor exportador a partir dos instrumentos de incentivo e informação sobre o comércio exterior

									
2000A.1000	P	DESENVOLVIMENTO DE NOVOS POLOS DE EXPORTAÇÃO	33	28	4	0	0	0	1
		para despesa	Unidade						
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	7.216.000	1.000.000	0	0	0	200.000

**PPA 2000/2003**

Página: 63/161

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN****Programa: 0366 DESENVOLVIMENTO DOS CERRADOS - PRODECER**

Objetivo: Estimular e desenvolver a implantação de agricultura moderna e empresarial na região dos cerrados

22000.2136 A	PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS EMPRESÁRIOS DO PRODECER	produtor atendido	Unidade	R\$1	3.249	0	316	570	1.502	961	0
	Recursos do Orçamento da União				31.948.798	0	3.024.764	5.451.032	14.305.359	9.167.844	0

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos  
OBS.: TIPO DE PROJETO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS



Página: 64/181

**PPA 2000/2003**

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN**

**Programa: 0120 DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA FAIXA DE FRONTEIRA**

**Objetivo:** Contribuir para o desenvolvimento social da faixa de fronteira de 150 Km de largura, fixando o homem à terra e contribuindo para a solução do problema do êxodo populacional em direção às metrópoles regionais ou nacionais

[illegible]

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretária de Planejamento e Investimentos Estratégicos



**PPA 2000/2003**

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN**

Página: 65/161

**Programa: 0396 DESIGN BRASIL**

**Objetivo:** Ampliar a competitividade dos produtos brasileiros mediante a inovação na área de design

24000.4171 A	FOMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO DESIGN NACIONAL				
	projeto apoiado	Unidade	23	0	0
	Recursos do Orçamento da União	R\$1	615.285	0	0
			615.285	0	0

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS**

OBS.: TIPO DE PROJETO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E=OPERAÇÕES ESPECIAIS



**PPA 2000/2003**

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN**



**Programa: 0154 DIREITOS HUMANOS, DIREITO DE TODOS**

**Objetivo:** Conscientizar a Sociedade Brasileira sobre seus direitos individuais, coletivos e difusos

CODIGO	NOME DO PROJETO	RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIDADE	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	VALOR EM R\$	UNIDADE
30000.1767	P ESTRUCTURAÇÃO DA REDE NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS				
	rede estruturada		143	100	0
	Recursos do Orçamento da União			43	0
	R\$1		2.581.000	370.300	0
	IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA E ORIENTAÇÃO A GRUPOS DISCRIMINADOS				
30000.2392	P serviço implantado				
	Unidade		163	0	0
	Recursos do Orçamento da União				
	R\$1		3.403.114	0	0

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretária de Planejamento e Investimentos Estratégicos



# PPA 2000/2003

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN**

**Página: 67/161**

## Programa: 0682 DIVULGAÇÃO DO BRASIL NO EXTERIOR

**Objetivo:** Ampliar o conhecimento de governos e povos estrangeiros sobre a cultura e a sociedade brasileira e as políticas interna e externa do País

35000, 1430	P	PROMOÇÃO DE EVENTOS DE DIVULGAÇÃO DO BRASIL NO EXTERIOR			
		evento realizado	Unidade	1.431	0
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	13.068.824	0
				13.068.824	0

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Página: 08/161

**PPA 2000/2003****Errata ao PL nº 16/2000 - CN****Programa: 0052 EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Objetivo: Promover a conscientização e a capacitação da coletividade na prevenção e solução dos problemas ambientais

44000.2006 A	FOMENTO A PROJETOS INTEGRADOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	projeto apoiado	Unidade	97	62	11	10	8	4	2
		Recursos do Orçamento da União	RS1	8.185.171	4.520.171	1.075.000	1.000.000	750.000	850.000	180.000
44000.1044 P	IMPLANTÇÃO DE PÓLOS DE DIFUSÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS	pólo implantado	Unidade	45	35	0	10	0	0	0
	Recursos do Orçamento da União		RS1	8.478.116	6.478.116	0	2.000.000	0	0	0

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos  
 OBS.: TIPO DE PROJETO: PROJETO, ATIVIDADE E OPERAÇÕES ESPECIAIS

**PPA 2000/2003**

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN**

Página: 88/161

## Programa: 0047 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

**Objetivo:** Contribuir para a educação de jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo na idade própria

440000.0318 P	ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NAS ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA									
aluno matriculado	Unidade	93.155	1.351	15.488	45.090	7.483	11.155	11.998		
	Recursos do Orçamento da União	RS1	58.306.800	3.000.000	5.730.395	2.768.632	4.127.232	4.439.052		
260000.3000 A	FOMENTO A PROJETOS ESPECIAIS PARA OFERTA DE ENSINO FUNDAMENTAL A JOVENS E ADULTOS									
aluno matriculado	Unidade	309.003	296.348	7.700	1.500	0	250	3.265		
	Recursos do Orçamento da União	RS1	61.800.434	59.289.434	1.540.000	300.000	50.000	841.000		

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos**

OBS.: TIPO DE PROJETO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E=OPERAÇÕES ESPECIAIS

**PPA 2000/2003**

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN**

Página: 70/161

**Programa: 0660 EDUCAÇÃO E SEGURANÇA NO TRÂNSITO**

**Objetivo:** Reduzir o número de acidentes de trânsito no País

[illegible]

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos



# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 18/2000 - CN

Página: 71/161

## Programa: 0137 EMANCIPAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS

Objetivo: Emancipar os assentamentos rurais criados até 1998, mediante atendimento complementar que lhes propiciem condições de sustentabilidade

49000.5533	P	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E CAPACITAÇÃO DE FAMÍLIAS ASSENTADAS EM PROJETOS CRIADOS ATÉ 1998 - LUMIMAR	Unidade	132.424	0	44.850	51.081	6.125	17.652	12.716
			família assediada	R\$1	21.750.000	0	7.365.762	1.006.815	2.899.435	2.088.895
49000.6427	E	CONCESSÃO DE CRÉDITO-INSTALAÇÃO AS FAMÍLIAS ASSENTADAS EM PROJETOS CRIADOS ATÉ 1998	Unidade	85.400	10.917	22.151	28.691	4.325	13.274	6.042
			família beneficiada	R\$1	149.941.581	38.868.930	50.390.012	7.605.586	23.311.794	10.811.273
49000.5968	P	INFRA-ESTRUTURA COMPLEMENTAR PARA EMANCIPAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS CRIADOS ATÉ 1998	Unidade	102.474	13.226	37.133	28.827	4.262	13.088	5.938
			família beneficiada	R\$1	204.950.000	74.267.300	67.854.200	8.525.000	28.177.000	11.874.500

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos  
OBJ. TIPO DE PROJETO: P-PROJETO; A-ATIVIDADE; E- OPERAÇÕES ESPECIAIS



# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 72/161

## Programa: 0273 ENERGIA DAS PEQUENAS COMUNIDADES

Objetivo: Suprir de energia elétrica, de maneira sustentável, as populações rurais não-atendidas pela eletrificação convencional, aproveitando fontes de energia renováveis descentralizadas

32000.1379 P	localidade atendida	Unidade	39.395	0	9.200	19.936	3.881	3.681	2.697
			305.975.555	0	69.087.934	162.663.378	28.058.432	25.521.488	19.634.323

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS Estratégicos  
OBJ: TIPO DE PROJETO: PLANEJAMENTO, ATIVIDADE: E- OPERAÇÕES ESPECIAIS







# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 74/161

## Programa: 0291 ENERGIA NO EIXO ARCO NORTE

Objetivo: Suprir de energia elétrica a região compreendida pelos Estados do Amapá e Roraima

32000.3243	P	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO AMAPÁ (821 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO E SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS COM 330 MVA)	100	0	100	0	0	0	0
		sistema implantado	% de execução física						
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	72.963.980	0	72.963.980	0	0	0
32000.7168	P	IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA ÁGUA BRANCA DE 73 MW, NA BACIA DOS RIOS ARAQUARI E ANAPARI, EM SERRA DO NAVIO (AP)	52	0	52	0	0	0	0
		usina implantada	% de execução física						
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	36.500.000	0	36.500.000	0	0	0
32000.6846	P	IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA SANTO ANTÔNIO (AP) DE 100 MW	95	6	89	0	0	0	0
		usina implantada	% de execução física						
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	10.000.000	10.000.000	5.000.000	0	0	0

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos  
CGL: TIPO DE PROJETO: P-PROJETO; ATIVIDADE: E-OPERAÇÕES ESPECIAIS

**PPA 2000/2003**

Página: 75/161

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN**

**Programa: 0295 ENERGIA NO EIXO SUL**

**Objetivo:** Suprir de energia elétrica a região compreendida pelos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná

32000.3422 P	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO (TAIPIU (PI) A SÃO PAULO (SP) 245 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO E SUBESTAÇÕES COM 1.500 MVA)	42	0	0	0	42
	sistema implantado	% de execução física	0	0	0	0
	Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	157.743.781
			0	0	0	157.743.781

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos



# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 76/161

## Programa: 0107 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVIZADOR E DEGRADANTE

Objetivo: Eliminar a prática do trabalho escravizador e degradante

30000.0020 A FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVIZADOR E DEGRADANTE									
Realização realizada		Unidade	1.537	0	0	0	0	0	0
Recursos do Orçamento da União		R\$1	24.450.700	0	0	0	0	0	0

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos  
OBS.: TIPO DE PROJETO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E=OPERAÇÕES ESPECIAIS

Página: 77/161

**PPA 2000/2003****Errata ao PL nº 16/2000 - CN****Programa: 0068 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL**

Objetivo: Eliminar a prática do trabalho por menores de 18 anos, salvo na condição de aprendiz.

30000.2060	A	ATENDEMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM JORNADA ESCOLAR AMPLIADA	criança/adolescente atendido	Unidade	2.881.178	2.603.415	30.349	211.704	13.439	21.934	337
			Recursos do Orçamento da União	R\$1	514.472.530	463.278.724	5.574.129	33.131.251	2.461.697	3.968.729	90.000
30000.2060	A	CONCESSÃO DA BOLSA CRIANÇA-CIDADÃ	criança/adolescente atendido	Unidade	1.590.515	1.430.028	45.950	60.750	9.547	6.820	27.620
			Recursos do Orçamento da União	R\$1	725.499.973	655.154.761	21.141.674	28.952.875	4.450.011	3.205.832	12.568.000
30000.2602	A	MAPEAMENTO DOS FOCOS DE TRABALHO INFANTIL POR MUNICÍPIO	mapeamento realizado	Unidade	7	4	0	0	0	0	3
			Recursos do Orçamento da União	R\$1	105.000	80.000	0	0	0	0	45.000

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos  
 CDS: TIPO DE PROJETO: P-PROJETO; A-ATIVIDADE; E- OPERAÇÕES ESPECIAIS

Página: 78/161

# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

## Programa: 0042 ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS

Objetivo: Contribuir para a universalização do ensino fundamental de qualidade

20000.3206 P	FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS									
	professor capacitado	Unidade	RS1	61.863	61.730	0	0	133	0	0
	Recursos do Orçamento da União			30.840.965	30.780.995	0	0	60.000	0	0

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretária de Planejamento e Investimentos Estratégicos  
OBS.: TIPO DE PROJETO: P-PROJETO; ATIVIDADE: E-OPERAÇÕES ESPECIAIS



Página: 79/181

**PPA 2000/2003**

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN**

**Programa: 0182 ESPORTE DIREITO DE TODOS**

**Objetivo:** Contribuir para a inserção social, a melhoria da qualidade de vida e a formação da cidadania por meio da ampliação da prática esportiva e do lazer, considerando as dimensões culturais e educacionais

[illegible]

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

# PPA 2000/2003

## Errata ao PL nº 16/2000 - CN

### Programa: 0180 ESPORTE SOLIDÁRIO

Objetivo: Diminuir a situação de exclusão e risco social de jovens e adolescentes carentes na faixa etária de 10 a 24 anos pela intensificação da prática desportiva

51000.3460	P	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA EM COMUNIDADES CARENTES	Unidade	1.574	945	78	191	207	61	92
			espaço esportivo implantado							
51000.3073	P	MODERNIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA EM COMUNIDADES CARENTES	R\$1	213.960.702	126.002.952	11.352.800	26.920.000	29.034.950	8.608.000	13.042.000
			espaço esportivo modernizado	319	67	110	35	66	12	29
			R\$1	11.287.501	2.218.001	3.970.000	1.225.000	2.427.000	407.500	1.040.000

Página: 81/161

**PPA 2000/2003**

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

**Programa: 0150 ETNODESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES INDÍGENAS**

Objetivo: Garantir a assistência e promover o etnoenvolvimento das comunidades indígenas

2000.3060 P CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INDÍGENA		professor capacitado		Unidade		RS1		0		0		0	
3000.1725 P Recursos do Orçamento da União		1.252		800.000		1.130		172		0		0	
CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE POSTOS INDÍGENAS		100.000		0		0		0		0		0	
3000.2711 A posto indígena construído/ampliado		14.660		13.407		1.253		0		0		0	
3000.2711 A Recursos do Orçamento da União		6.892.000		5.432.000		500.000		0		0		0	
FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS EM ÁREAS INDÍGENAS		154.179		20.345		74.748		20.886		3.351		23.182	
3000.2713 A FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS EM ÁREAS INDÍGENAS		38.148.065		4.808.072		18.574.977		5.178.346		837.251		5.751.858	
FUNCCIONAMENTO DAS ESCOLAS NAS COMUNIDADES INDÍGENAS		3.339		2.994		345		0		0		0	
3000.2813 P saneamento básico em comunidades indígenas		4.052.300		3.052.300		1.000.000		0		0		0	
comunidade indígena beneficiada		46		46		0		0		0		0	
3000.2813 P Recursos do Orçamento da União		15.438.250		15.438.250		0		0		0		0	
11.667		2.800.681											

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

OBS.: TIPO DE PROJETO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E=OPERAÇÕES ESPECIAIS



**PPA 2000/2003**

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

**Programa: 0461 EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO**

Objetivo: Ampliar e ajustar a base técnico-científica do País às necessidades do mercado da conhecimento e de serviços em ciência e tecnologia

Ações		Unidade de Medida		Total		Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Centro-Sul	
24000.3470	P	EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE PESQUISA	Unidade	79	79	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		Instituição apoiada	R\$1	49.283.634	49.283.634	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
24000.4158	A	Recursos do Orçamento da União													
		FOMENTO À PESQUISA FUNDAMENTAL													
		projeto apoiado	Unidade	612	612	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	67.201.486	67.201.486	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
24000.4216	A	FOMENTO A PROJETOS DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA													
		projeto apoiado	Unidade	275	275	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	5.960.306	5.960.306	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
24000.4182	A	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO DA FONTE DE LUZ SÍNCROTRON													
		projeto desenvolvido	Unidade	80	80	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	56.488.778	56.488.778	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

CURS: TIPO DE PROJETO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS

Página: 83/161

**PPA 2000/2003****Errata ao PL nº 16/2000 - CN****Programa: 0050 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

Objetivo: Promover o aperfeiçoamento dos alunos universitários e prestar serviços socioculturais à comunidade

28000.4004 A FUNCIONAMENTO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA  
 evento realizado  
 Recursos do Orçamento da União  
 Unidade  
 R\$1

28000.4004 A	FUNCIONAMENTO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	evento realizado	Recursos do Orçamento da União	Unidade	R\$1	23.681	0	1.995	4.231	8.769	3.123	5.564
						34.777.282	0	2.830.288	6.213.435	12.877.715	4.584.812	8.171.012

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos  
 OBS: TIPO DE PROJETO: P-PROJETO; A-ATIVIDADE; E- OPERAÇÕES ESPECIAIS



# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 84/161

## Programa: 0505 FLORESTAR

Objetivo: Aumentar a oferta de produtos e subprodutos florestais oriundos de áreas plantadas

44000.1574 A	ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO FLORESTAL SUSTENTÁVEL	Unidade	10	0	0	0	3	0
	estudo realizado	RS1	907.549	0	0	0	250.000	0
44000.2001 A	PONTO A PROJETO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO FAZENDADO FLORESTAL	RS1	1.157.544	0	0	0	0	0
	licença emitida	RS1	11.204	0	1.840	7.700	4.170	0
44000.2003 A	PONTO A PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA FLORESTAL	RS1	1.021.781	0	201.503	1.208.782	645.696	0
	projeto aplicado	RS1	10	1	0	0	0	0
44000.2004 A	PONTO A PROJETO DE EXTENSÃO FLORESTAL	RS1	1.809.500	100.000	0	0	0	0
	área reforestada	RS1	23.962	0	0	0	0	0
44000.2006 A	PONTO A PROJETO DE REPLANTIO FLORESTAL	RS1	20.660.530	0	0	0	0	0
	área reforestada	RS1	4.125	23.348	1.293	3.043	1.250	10.352
22000.2017 A	PONTO A PROJETO DE DESENVOLVIMENTO EM CONSERVAÇÃO, MANEJO, TRANSFORMAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE FLORESTAS E AGROFLORESTAS	RS1	4.162.750	22.500.000	1.800.282	3.834.765	1.144.500	10.302.800
	tecnologia gerada	RS1	346	0	0	0	6	0
44000.2008 A	REPLANTIO FLORESTAL	RS1	63.474.824	0	0	0	1.000.000	0
	área reforestada	RS1	6.900	550	0	0	0	0
	Recursos do Orçamento da União	RS1	4.077.741	500.000	0	0	0	0

Página: 65/161

**PPA 2000/2003****Errata ao PL nº 16/2000 - CN****Programa: 0508 FLORESTAS SUSTENTÁVEIS**

Objetivo: Promover o uso sustentável dos recursos florestais, conciliando os interesses da exploração comercial com a necessidade de sua preservação

44000.2082 A MONITORAMENTO DOS PLANOS DE MANEJO DAS FLORESTAS SUSTENTÁVEIS									
	plano de manejo visionário	Unidade	113	103	0	0	0	10	0
	Recursos do Orçamento da União	RS1	5.222.748	4.722.748	0	0	0	500.000	0
44000.3022 P PLANO PARA ORDENAMENTO E MANEJO DE RECURSOS FLORESTAIS									
	plano implantado	Unidade	3	4	0	1	0	0	0
	Recursos do Orçamento da União	RS1	3.313.861	2.813.861	0	800.000	0	0	0

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos  
 ORS: TIPO DE PROJETO: P-PROJETO; ATIVIDADE: E- OPERAÇÕES ESPECIAIS



# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 86/161

## Programa: 5006 FOMENTO À PESQUISA EM SAÚDE

Objetivo: Promover a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologia de produtos e processos aplicáveis em saúde pública

24000.7498	A	FOMENTO À PESQUISA EM DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS	Projeto apoiado	Unidade	R\$1	5.155.000	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União					0	0	0
24000.7498	A	FOMENTO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM SAÚDE	Projeto apoiado	Unidade	R\$1	3.390.908	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União					0	0	0

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos  
OBS.: TIPO DE PROJETO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS



# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 87/161

## Programa: 0103 GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

Objetivo: Ampliar as oportunidades de trabalho e renda em segmentos econômicos caracterizados como micro e pequenos empreendimentos com dificuldade de acesso ao crédito e à capacitação gerencial

CAPACITAÇÃO GERENCIAL DE EMPREENDEDORES FINANCIADOS									
empreendedor capacitado		Unidade		Recursos do Orçamento da União		R\$1			
38000.5379	P	288.471	0	776	180.238	66.618	3.054	37.765	
		48.107.488	0	123.546	28.898.418	10.606.063	486.219	8.193.223	



**PPA 2000/2003**

Página: 88/161

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN**

## Programa: 0138 GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

**Objetivo:** Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime, uso e posse da terra

40000.2110 A	DEMARCAÇÃO TOPOGRÁFICA EM AÇÕES DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA			
	demarcação realizada	km		
		172,534	31,1313	0
	Recursos do Orçamento da União	R\$1	8.946.364	0
			23.417,162	0
				9,259
				2.845,774

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Página: 88/161

**PPA 2000/2003**

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

**Programa: 0380 GESTÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA**

Objetivo: Apoiar o planejamento, avaliação e controle dos programas nas áreas agrícola e pecuária

22000.2152 A	PROMOÇÃO DO ASSOCIATIVISMO RURAL E DO COOPERATIVISMO	entidade assistida	Unidade	R\$1	Recursos do Orçamento da União							
					13.943	13.349	0	0	0	394	0	0
					88.224.122	86.224.122	0	0	0	4.000.000	0	0

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos  
 OBS.: TIPO DE PROJETO: P-PROJETO; A-ATIVIDADE; E-OPERAÇÕES ESPECÍFICAS



**PPA 2000/2003**

Página: 90/181

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN**

## Programa: 0051 GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

**Objetivo:** Apoiar o planejamento, avaliação e controle dos programas na área da educação

[illegible]

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

**PPA 2000/2003**

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN**

Página: 91/181

**Programa: 0757 GESTÃO DA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL**

**Objetivo:** Apoiar o planejamento, avaliação e controle dos programas da área de integração nacional

Projeto	Unidade	64	0	0	0	40
Projeto Implantado						
Recursos do Orçamento da União	R\$1	1.280.000	0	0	0	800.000

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos**

OBS.: TIPO DE PROJETO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E=OPERAÇÕES ESPECIAIS



**PPA 2000/2003**

**Errata ao PL nº 18/2000 - CN**

Página: 92/161

**Programa: 0413 GESTÃO DAS POLÍTICAS DE ESPORTE E TURISMO**

**Objetivo:** Apoiar o planejamento, avaliação e controle dos programas nas áreas do esporte e do turismo

ESTADOS E PESSOAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	Unidade	
estabelecimentos públicos	37	34
Recursos do Orçamento da União	R\$1	10.980.800
		9.980.800
		0
		1.000.000
		0
		0
		0

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos



# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 93/161

## Programa: 0311 GESTÃO URBANA

Objetivo: Aumentar a eficiência e eficácia da gestão urbana e da qualidade e produtividade na produção de serviços de saneamento básico e transporte urbano.

2017.3905	P	ESTUDOS PARA FORMULAÇÃO DE PLANOS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL	estudo realizado	Unidade	RS1	51	50	1	0	0	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União				16.204.372	16.134.372	70.000	0	0	0	0	0

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos  
OBS: TIPO DE PROJETO: P-PROJETO; A-ATIVIDADE; E- OPERAÇÕES ESPECIAIS



## PPA 2000/2003

Página: 94/181

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN**

**Programma: 0046 HOSPITAIS DE ENSINO**

**Objetivo:** Completar a formação de profissionais nas áreas das ciências da saúde e prestar assistência ambulatorial e hospitalar à população.

20000.0000	P	AMPLIAÇÃO DE HOSPITAIS DE ENFERM	Unidade	\$	0	0	0	1	4
		unidade simplificada							
20000.0000	A	Recursos do Orçamento da União	RS1	4.010.000	0	0	0	30.000	3.980.000
		APÓIO AO FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS DE ENFERM							
		hospital apoiado	Unidade	185	0	3	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União	RS1	133.000.000	129.500.000	0	0	0	0
		FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS DE ENFERM							
		leito obrigado	Unidade	20.594	0	0	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União	RS1	151.522.131	151.522.131	0	0	0	0

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretária de Planejamento e Investimentos Estratégicos

**PPA 2000/2003****Errata ao PL nº 16/2000 - CN****Programa: 0463 INOVAÇÃO PARA COMPETITIVIDADE**

Objetivo: Desenvolver e difundir soluções e inovações tecnológicas voltadas à melhoria da competitividade dos produtos e processos das empresas nacionais e das condições de inserção da economia brasileira no mercado internacional

Cód.	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Ações	Unidade de Medida	Total	METAS / CUSTOS					Sul
						Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	
24000.4147	A	FOMENTO À CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA EM SETORES DE IMPACTO SOCIAL			340	340	0	0	0	0	0
		projeto apoiado		Unidade							
		Recursos do Orçamento da União		RS1	30.830.112	30.830.112	0	0	0	0	0
24000.4152	A	FOMENTO À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS									
		projeto apoiado		Unidade	9.100	9.100	0	0	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União		RS1	12.316.369	12.316.369	0	0	0	0	0
24000.4106	A	UTILIZAÇÃO DE CAPITAL DE RISCO EM EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA									
		projeto apoiado		Unidade	350	350	0	0	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União		RS1	85.231.324	85.231.324	0	0	0	0	0



# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 96/161

## Programa: 0298 INTEGRAÇÃO ELÉTRICA NORTE-SUL

Objetivo: Otimizar o aproveitamento do potencial hidrológico dos sistemas energéticos Norte/Nordeste e Sul/Sudeste e suprir de energia elétrica a região compreendida pelos Estados de Goiás, Tocantins e o Distrito Federal, e sudeste do Pará

		UNIDADES DE PRODUÇÃO		UNIDADES DE TRANSMISSÃO		UNIDADES DE DISTRIBUIÇÃO		UNIDADES DE CONSUMO		UNIDADES DE RESERVA		UNIDADES DE OUTROS	
		Norte		Nordeste		Sudeste		Centro-Oeste		Sul		Centro-Sul	
		Pará		Goiás		Tocantins		Distrito Federal		Goiás		Tocantins	
		Unidade de Produção		Unidade de Transmissão		Unidade de Distribuição		Unidade de Consumo		Unidade de Reserva		Unidade de Outros	
32000-3235	P	AMPLIAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA TUCURUÍ - 2ª ETAPA DE 4.245 MW PARA 8.370 MW											
		usina ampliada											
		Recursos do Orçamento da União											
		%											
		de execução física											
		R\$1											
		93		1		92		0		0		0	
		1.083.189.998		9.800.000		1.083.393.998		0		0		0	

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

OBS.: TIPO DE PROJETO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E=OPERAÇÕES ESPECIAIS



# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 97/161

## Programa: 0379 IRRIGAÇÃO E DRENAGEM

Objetivo: Promover o desenvolvimento sustentável de áreas irrigadas e irrigáveis, elevando os níveis de produção e produtividade agrícola e a melhoria das condições de vida do homem do campo

		ACÓES		Unidade de Medida		Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
		Unidade de Medida		Unidade de Medida		Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
53000.1836	P	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM										
		área construída	% de execução física			14.200	100	2.500	8.500	1.200	1.400	500
		Recursos do Orçamento da União	RS\$			1.434.887.510	110.000	120.888.582	1.096.727.069	44.579.535	170.228.634	2.353.690
53000.1854	P	EMANCIPAÇÃO DE PERÍMETROS DE IRRIGAÇÃO										
		área emancipada	ha			79.913	0	0	67.953	11.960	0	0
		Recursos do Orçamento da União	RS\$			191.974.147	0	0	161.801.861	30.172.286	0	0
53000.1866	P	ESTUDOS PARA O APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA EM ÁREAS IRRIGÁVEIS										
		estudo realizado	Unidade			312	16	0	124	6	127	35
		Recursos do Orçamento da União	RS\$			69.281.351	867.609	0	31.046.395	1.409.192	28.038.155	7.900.000
53000.1869	P	PROMOÇÃO DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS										
		evento realizado	Unidade			18	12	0	0	0	6	0
		Recursos do Orçamento da União	RS\$			1.337.210	837.210	0	0	0	500.000	0

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretária de Planejamento e Investimentos Estratégicos

OBS: TP= TIPO DE PROJETO; P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS





# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 98/161

## Programa: 0415 JOVEM EMPREENDEDOR

Objetivo: Criar oportunidades de trabalho para jovens com vocação empreendedora

AÇÕES			Unidade de Medida	Total	METAS / CUSTOS					Sul
Cód. / Tipo	Descrição da Ação / Produto	Nacional			Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste		
38000.5417	P	CAPACITAÇÃO DE JOVENS EMPREENDEDORES								
		Unidade	259.626	5.425	11.555	28.999	16.405	96.543		
		Recurso do Orçamento da União	R\$ 39.464.826	813.783	1.733.316	4.350.018	2.486.545	14.681.104		



# PPA 2000/2003

Página: 99/161

## Errata ao PL nº 16/2000 - CN

### Programa: 0168 LIVRO ABERTO

Objetivo: Estimular o hábito da leitura, facilitando o acesso às bibliotecas públicas

42000.1831 P		IMPLANTACÃO DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS EM CADA MUNICÍPIO									
		biblioteca implantada									
		Unidade									
		RS1									
42000.2833 A		PROMOÇÃO DE ENCONTROS DE LETURA									
		público atendido									
		Unidade									
		RS1									
		1.713	1.670	14	23	19	18	9			
		67.178.920	63.714.000	590.000	948.320	820.000	750.000	355.000			
		120.921	100.118	0	0	803	0	20.000			
		2.860.240	2.202.817	0	0	17.823	0	440.000			

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos  
OBS.: TIPO DE PROJETO: P=PROJETO, A=ATIVIDADE, E= OPERAÇÕES ESPECIAIS



# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 100/161

## Programa: 0220 MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL

Objetivo: Manter a malha rodoviária federal em boas condições operacionais de tráfego

39000.2841	A	CONSERVAÇÃO PREVENTIVA, ROTINEIRA E EMERGENCIAL DE RODOVIAS	trecho conservado	km	8.116	52.567	70.758	45.074	36.539	23.349
			Recursos do Orçamento da União	R\$1	20.100.000	130.198.883	175.247.898	111.831.343	90.645.886	57.876.112
39000.4384	P	OBRAS RODOVIÁRIAS EMERGENCIAIS	obra executada	km	59	4	0	0	0	0
			Recursos do Orçamento da União	R\$1	59.000.000	4.000.000	0	0	0	0
39000.4400	P	RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS	obra de arte recuperada	Unidade	150	38	40	26	27	19
			Recursos do Orçamento da União	R\$1	122.450.000	21.131.782	24.688.768	19.872.869	17.131.783	38.643.788
39000.2634	P	RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS	trecho restaurado	km	19.215	1.861	3.385	3.350	3.035	1.912
			Recursos do Orçamento da União	R\$1	1.812.582.965	177.678.692	318.200.438	319.719.918	279.144.282	176.906.839

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos  
OBS: TIPO DE PROJETO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS



# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 101/181

## Programa: 0684 MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL

Objetivo: Aprimorar a estrutura e o modelo operacional, gerencial e a capacidade executiva do policiamento federal

30000.9536	P	CONSTRUÇÃO DA DELEGACIA DA POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DE IGUAÇU - PR	90	0	0	0	0	0	0	90
		área construída com 7.420 m²	% de execução física							
		Recursos do Orçamento da União	RS1	7.050.000	0	0	0	0	0	7.050.000

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos  
OBS.: TIPO DE PROJETO: P-PROJETO; A-ATIVIDADE; E- OPERAÇÕES ESPECIAIS



# PPA 2000/2003

## Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 102/161

### Programa: 0128 MORAR MELHOR

Objetivo: Universalizar os serviços de saneamento básico, reduzir o déficit habitacional e melhorar a infra-estrutura urbana para a população em estado de exclusão social

20117.3978	P	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS EM PARCERIA COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS										
		unidade habitacional construída	Unidade	79.732	0	5.873	31.298	17.765	10.173	14.623		
20117.3980	P	Recursos do Orçamento da União										
		RS1	187.868.344	0	12.543.731	65.174.501	37.128.185	43.145.541	29.965.328			
IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ENTRE 10 MIL E 75 MIL HABITANTES												
		família beneficiada	Unidade	2.101.135	160.231	264.865	834.400	421.347	197.106	223.186		
20117.3971	P	Recursos do Orçamento da União										
		RS1	975.086.169	70.564.254	125.928.775	385.494.271	186.548.650	92.961.021	103.593.167			
IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO INTEGRADO EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO INFERIOR A 20 MIL HABITANTES												
		família beneficiada	Unidade	249.272	215.941	4.166	12.832	8.444	4.311	3.578		
20117.3986	P	Recursos do Orçamento da União										
		RS1	224.381.243	194.381.243	3.750.000	11.550.000	7.600.000	3.880.000	3.220.000			
IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM MUNICÍPIOS COM CRIANÇAS QUE VIVEM DO LIXO												
		criança beneficiada	Unidade	974.073	49.060	32.962	156.190	502.937	47.192	185.792		
		RS1	67.040.777	4.000.000	2.341.413	10.620.801	34.169.658	3.249.051	12.028.754			
20117.3988	P	Recursos do Orçamento da União										
		RS1	826.058.057	101.324.588	35.968	87.219	53.401	41.639	123.378.354	78.898.034		
MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE												
		família beneficiada	Unidade	267.064	11.727	107.881.446	254.921.321	159.883.334	35.110			
		RS1										



**PPA 2000/2003**

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN**

Página: 103/161

**Programa: 0414 MUNICIPALIZAÇÃO DO TURISMO**

**Objetivo:** Promover o desenvolvimento do turismo sustentável local, atuando junto à sociedade organizada de forma a gerar emprego e renda duradouros

20117.5008	P	IMPLANTÇÃO DE SISTEMAS DE COLETA E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS							
		família beneficiada	889.344	145.860	147.696	292.990	122.063	96.667	84.068
		Recursos do Orçamento da União	68.846.727	13.000.000	11.122.219	21.895.332	9.121.891	7.223.991	6.282.294
51000.1630	P	PROMOÇÃO DO TURISMO SUSTENTÁVEL LOCAL EM MUNICÍPIOS							
		município atendido	2.854	1.368	1.431	355	451	145	392
		Recursos do Orçamento da União	79.312.028	8.204.263	20.251.789	17.965.000	19.505.000	5.026.580	8.380.000

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos



# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 104/161

## Programa: 0166 MÚSICA E ARTES CÊNICAS

Objetivo: Aumentar a produção e a difusão da música e das artes cênicas

40000.4405 A	APOIO A BANDA DE MÚSICA															
	banda apolada															
	Unidade															
						2.087	2.040	0	2	21	0	4				
Recursos do Orçamento da União											RS1					
						33.643.478	33.190.478	0	37.800	351.200	0	64.000				



# PPA 2000/2003

## Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 105/161

### Programa: 0665 NACIONAL ANTIDROGAS

Objetivo: Prevenir o uso de entorpecentes e promover a recuperação de usuários de drogas



20501.2642	A	TRATAMENTO DE DEPENDENTES QUÍMICOS	Unidade	124.503	120.000	0	1.300	3.203	0	0
		personas atendidas	R\$1	4.518.000	4.148.000	0	50.000	320.000	0	0
		Recursos do Orçamento da União								

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretária de Planejamento e Investimentos Estratégicos

OBS.: TIPO DE PROJETO: P=PROJETO, A=ATIVIDADE, E= OPERAÇÕES ESPECIAIS





# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 103/161

## Programa: 0484 NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE

Objetivo: Capacitar o país para desenvolver e utilizar tecnologias espaciais na solução de problemas nacionais e em benefício da sociedade brasileira



22000.3704	P	IMPLANTACÃO DE INFRA-ESTRUTURA NECESSÁRIA AO CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCANTARA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LANÇAMENTO	Infra-estrutura implantada	% de execução física	9	9	0	0	0	0	0
Recursos do Orçamento da União		R\$1	11.598.285	11.598.285	0	0	0	0	0	0	0



# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 107/161

## Programa: 0514 NOSSOS RIOS: ARAGUAIA-TOCANTINS

Objetivo: Aplicar modelo-piloto de gestão integrada que permita o uso múltiplo dos recursos hídricos em bases sustentáveis no eixo Araguaia-Tocantins para difundir soluções inovadoras nas demais bacias



44000.3627 P RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE NASCENTES E MANANCIAIS NA BACIA DO ARAGUAIA-TOCANTINS

Área recuperada	ha	743	268	65	4	0	406	0
Recursos do Orçamento da União	R\$1	23.075.043	795.996	375.209	11.879	0	21.892.069	0



# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 108/161

## Programa: 0507 NOSSOS RIOS: SÃO FRANCISCO

Objetivo: Aplicar modelo-piloto de gestão integrada que permita o uso múltiplo dos recursos hídricos em bases sustentáveis na bacia do rio São Francisco para difundir soluções inovadoras nas demais bacias

ACÓES	Descrição de Ação / Produto	Unidade de Medida	METAS / CUSTOS			
			Nacional	Norte	Sudeste	Centro-Oeste
44000.3823	P RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE NASCENTES E MANANCIAIS NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO	ha	8.279	0	2.518	95
	Recursos do Orçamento da União	R\$1	37.848.115	0	11.758.018	405.153
	área recuperada					0

**PPA 2000/2003**

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 109/161

**Programa: 0099 NOVO EMPREGO E SEGURO-DESEMPREGO**

Objetivo: Elevar o número de trabalhadores cobertos pelo SINE, reduzir o tempo de espera do trabalhador por um posto de trabalho adequado a suas habilidades e mitigar o custo social do desemprego pela maior abrangência da intermediação do emprego e da assistência financeira temporária ao trabalhador, conforme previsto legal

**36004.2549 E BOLSA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA TRABALHADOR COM CONTRATO DE TRABALHO SUSPENSO**

Unidade	Recursos do Orçamento da União	Unidade	Recursos do Orçamento da União	Unidade	Recursos do Orçamento da União
130.400	128.294.587	120.902	9.588	0	0
		119.784.587	9.500.000	0	0
				0	0

**PPA 2000/2003**

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN**

Página: 110/181

## Programa: 0135 NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS

**Objetivo:** Assentar famílias de trabalhadores rurais, possibilitando o acesso do homem à terra

4490000.0001	E	CONCESSÃO DE CRÉDITO PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS - BANCO DA TERRA									
		área obtida	ha	3.135,180	3.139,998	0	9.091	0	9.091		
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	694.800.000	690.800.000	0	2.000.000	0	2.000.000		
4490000.0002	E	CONCESSÃO DE CRÉDITO-INSTALAÇÃO ÀS FAMÍLIAS ASSENTADAS									
		família beneficiada	Unidade	185.800	800	76.590	54.760	8.880	10.730		
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	464.500.000	2.000.000	191.475.000	138.900.000	22.200.000	85.100.000		26.825.000
4490000.6611	P	OBTENÇÃO DE TERRAS									
		área obtida	ha	7.243.629	4.328.640	412.585	568.545	69.338	1.294.524		369.997
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	1.825.021.000	1.203.910.317	109.681.616	151.141.528	18.433.042	344.156.387		97.718.109
4490000.6608	P	PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO RURAL									
		família atendida	Unidade	345.000	20.000	176.590	74.760	8.880	10.730		
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	34.500.000	2.000.000	17.659.000	7.476.000	896.000	5.404.000		1.073.000

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos



# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 111/161

## Programa: 0136 NOVO MUNDO RURAL: CONSOLIDAÇÃO DE ASSENTAMENTOS

Objetivo: Prover os assentamentos de infra-estrutura social e de produção de modo a garantir sua sustentabilidade para emancipação

49000.2613	P	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E CAPACITAÇÃO DE ASSENTADOS - LUMIAR	Unidade	845.473	546.383	93.135	95.604	19.125	55.760	35.464
		família assediada	R\$1							
49000.0060	E	Recursos do Orçamento da União	R\$1	138.658.000	89.608.000	15.274.641	15.679.010	3.136.126	9.144.393	5.015.828
		CONCESSÃO DE CRÉDITO PARA IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA - BANCO DA TERRA								
		família beneficiada	Unidade	90.767	90.767	0	0	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	368.520.000	368.520.000	0	0	0	0	0
49000.3067	P	INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA BÁSICA PARA ASSENTAMENTOS RURAIS	Unidade	211.181	2.840	92.187	37.024	8.797	34.477	15.856
		família beneficiada	R\$1	422.305.000	5.690.000	184.374.200	114.048.900	17.594.400	68.055.200	31.712.400
		Recursos do Orçamento da União								



# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 112/161

## Programa: 0499 PARQUES DO BRASIL

Objetivo: Ampliar a conservação, no local, dos recursos genéticos e o manejo sustentável dos parques e áreas de proteção ambiental

### 44000.1872 P ESTUDOS PARA DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA NACIONAL PARA ÁREAS PROTEGIDAS

44000.2008 A	gestão, manejo e fiscalização de unidades de conservação	Unidade R\$1	24	5	0	19	0	0	0
	Recursos do Orçamento da União		1.259.488	259.488	0	1.000.000	0	0	0
	unidade marinha	Unidade	755	16	163	207	179	97	93
	Recursos do Orçamento da União	R\$1	26.892.276	600.000	5.727.789	7.340.306	6.487.230	3.446.949	3.266.002
44000.1908 P	implantação de infraestrutura ecoturística em unidades de conservação	Unidade R\$1	434	225	31	58	48	26	46
	projeto implantado		17.383.485	9.000.000	1.271.807	2.340.388	1.813.625	1.071.805	1.895.889
	Recursos do Orçamento da União								



# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 113/161

## Programa: 0810 PBQP - HABITAT - PROGRAMA BRASILEIRO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT

Objetivo: Apoiar o esforço de modernização do setor da construção e da gestão urbana, por meio da melhoria de qualidade e aumento da produtividade, com vistas ao aumento da competitividade, como forma de ampliar a eficiência da construção habitacional, do saneamento e serviços de transporte urbano, reduzindo custos de manutenção das edificações, fornecimento de água e

20117.9982 P ESTUDOS PARA A MODERNIZAÇÃO E O REORDENAMENTO INSTITUCIONAL E OPERACIONAL DO SETOR DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO

estudo realizado	Unidade	RS:							
	58	0	0	0	0	0	0	0	0
	59	8.033.057	5.853.057	0	0	0	0	200.000	0

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos  
OBS.: TIPO DE PROJETO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS



**PPA 2000/2003**

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN**

Página: 114/161

**Programa: 0476 PESQUISA APLICADA NA ÁREA ENERGÉTICA**

**Objetivo:** Adaptar às condições brasileiras tecnologias de energia já disponíveis ou em desenvolvimento

24400.4191	A	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE FONTES NOVAS E RENOVÁVEIS DE ENERGIA	Unidade	13	0	0	0
		projeto apoiado					
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	2.804.010	0	0	0
				2.804.010	0	0	0

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

**PPA 2000/2003****Errata ao PL nº 16/2000 - CN****Programa: 0012 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM SAÚDE**

Objetivo: Desenvolver e divulgar tecnologia de produtos e processos aplicáveis em saúde pública



35000.3373 P	ADEQUAÇÃO DA PLANTA DE PRODUÇÃO DE VACINAS	unidade adequada	% de execução física	R\$1	34.719.000	100	94	0	0	0	0	6	0
	Recursos do Orçamento da União						32.719.000	0	0	0	0	2.000.000	0

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos  
 OBS.: TIPO DE PROJETO: P-PROJETO: A-ATIVIDADE: E- OPERAÇÕES ESPECIAIS



# PPA 2000/2003

Página: 116/161

## Errata ao PL nº 16/2000 - CN

### Programa: 0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL

Objetivo: Garantir pleno exercício do direito por meio da prestação dos serviços jurisdicionais, observando o disposto nos artigos 108 e 109 da Constituição Federal e legislação complementar.

12000.7022	P	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL, EM BLUMENAU - SC									
		sede construída com 6.000 m²		% de execução física		54		0		0	
				Recursos do Orçamento da União		R\$1		1.800.000		0	
12000.7022	P	IMPLANTAÇÃO DE JUÍZADOS ESPECIAIS DE PEQUENAS CAUSAS									
		juizado implantado		Unidade		100		0		0	
		Recursos do Orçamento da União		R\$1		13.661.000		0		0	
						13.661.000		0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	
								0		0	

Página: 117/161

**PPA 2000/2003****Errata ao PL nº 16/2000 - CN****Programa: 0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA**

Objetivo: Conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União

16099.3003 A AÇÕES DE INFORMÁTICA

Recursos do Orçamento da União

RS:

0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
104.718.500	104.718.500	104.718.500	104.718.500	104.718.500	104.718.500	104.718.500	104.718.500	104.718.500	104.718.500

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS  
OBS.: TIPO DE PROJETO: P-PROJETO; A-ATIVIDADE; E-OPERAÇÕES ESPECIAIS



# PPA 2000/2003

Página: 118/161

## Errata ao PL nº 16/2000 - CN

### Programa: 0503 PREVENÇÃO E COMBATE A DESMATAMENTOS, QUEIMADAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS

Objetivo: Manter a integridade das florestas nacionais quanto à ação imprópria de queimadas sem controle, incêndios e desmatamentos ilegais

44000.3021 P	PLANO DE AÇÃO DE COMBATE A INCÊNDIOS, QUEIMADAS E DESMATAMENTOS	Unidade	3	4	1	0	0	0	0
44000.3020 A	Recursos do Orçamento da União	RS1	22.564.949	2.864.849	20.000.000	0	0	0	0
	PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS (PREVIFLOO)					0	0	0	0
44000.3029 P	Recursos do Orçamento da União	ha	181.206	150.000	3.902	0	2.000	23.304	0
	PREVENÇÃO DE QUEIMADAS E INCÊNDIOS NO ARCO DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA - PROCARCO	RS1	3.518.914	2.995.914	80.000	0	41.000	500.000	0
	Recursos do Orçamento da União	ha	780.247.915	0	547.060.146	39.337.129	0	173.660.340	0
		RS1	59.958.893	0	43.598.356	3.047.554	0	13.314.863	0

**PPA 2000/2003****Errata ao PL nº 16/2000 - CN****Programa: 0015 PREVENÇÃO E CONTROLE DA DENGUE**

Objetivo: Reduzir a incidência da dengue e impedir a reurbanização da febre amarela pelo controle do Aedes aegypti



34600.1504	P	ERRADICAÇÃO DO AEDES AEGYPTI PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DA DENGUE	16.345	15.488	0	0	0	0
		Unidade						
		Recursos do Orçamento da União	RS1	299.563.182	280.563.182	0	0	0
						RS7	18.000.000	0
								0

Página: 120/161

# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

## Programa: 0019 PREVENÇÃO E CONTROLE DA TUBERCULOSE E DE OUTRAS PNEUMOPATIAS

Objetivo: Prevenir e controlar a incidência da tuberculose e outras pneumopatias de interesse sanitário



30000.0000 A - PRODUÇÃO, AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DE PACIENTES COM TUBERCULOSE E OUTRAS PNEUMOPATIAS

Programa aprovado

Unidade

RS1

Recursos do Orçamento da União

609.400  
53.937.920

0

0

0

0

0

Página: 121/161

**PPA 2000/2003**

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

**Programa: 0008 PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS**

Objetivo: Prevenir e manter sob controle as doenças passíveis de imunização



35000.3377	P	FOMENTO À PRODUÇÃO NACIONAL DE IMUNOBIOLOGICOS	33	33	0	0	0	0	0	0
		Laboratório especializado	Unidade							
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	46.800.000	46.800.000	0	0	0	0	0

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos  
 OBS.: TIPO DE PROJETO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS





# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 122/161

## Programa: 0002 PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMITIDAS POR VETORES

Objetivo: Reduzir a mortalidade por cólera, peste, tracoma, filariose, oncocercose, raiva, leptospirose, leishmaniose, doença de Chagas e esquistossomose

Código	Atividade	Descrição	Unidade	Recursos do Orçamento da União	População beneficiada	Recursos do Orçamento da União	População beneficiada	Recursos do Orçamento da União	População beneficiada
3000.4317	A	CONTROLE DAS ENDEMIAS FOCAS: CÓLERA, ONCOCERCOSE, PESTE, TRACOMA E FILARIOSE	Unidade	287.998.917	275.000.000	12.998.917	0	0	0
3000.4318	A	CONTROLE DE ZOONOSSES	RS1	340.472.402	325.462.000	75.010.402	0	0	0
3000.3921	P	MELHORIA HABITACIONAL PARA O CONTROLE DA DOENÇA DE CHAGAS	Unidade	84	80	0	0	1	0
		Recursos do Orçamento da União	RS1	37.187.780	38.517.780	0	0	50.000	0
		Unidade		12.456.994	9.437.323	0	2.993.708	5.963	0
		Recursos do Orçamento da União	RS1	208.853.338	154.484.006	0	54.288.333	100.000	0



# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 123/161

## Programa: 0011 PREVENÇÃO E CONTROLE DO CÂNCER E ASSISTÊNCIA ONCOLÓGICA

Objetivo: Promover a prevenção, a detecção precoce dos tipos de câncer prevalentes e a assistência à população para reduzir a mortalidade por câncer no País

36000.4320	A	PREVENÇÃO E TRATAMENTO DO CÂNCER CÉRVICO-UTERINO	exame realizado	32.694.100	0	1.933.252	8.198.421	14.757.324	2.674.399	5.130.704
			Unidade							
36000.3909	P	Recursos do Orçamento da União	RS1	94.035.000	0	5.596.791	23.736.059	42.722.893	7.738.482	14.840.978
		PREVENÇÃO E VIGILÂNCIA PARA CONTROLE DO CÂNCER								
		município com serviço implantado	Unidade	4.000	4.000	0	0	0	0	0
36000.3944	P	Recursos do Orçamento da União	RS1	80.290.000	80.290.000	0	0	0	0	0
		PROMOÇÃO DE EVENTOS TÉCNICOS SOBRE PREVENÇÃO, CONTROLE E								
		ASSISTÊNCIA ONCOLÓGICA								
		evento realizado	Unidade	32	0	22	0	60	0	0
		Recursos do Orçamento da União	RS1	5.500.000	0	1.500.000	0	4.000.000	0	0

# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

## Programa: 0003 PREVENÇÃO, CONTROLE E ASSISTÊNCIA AOS PORTADORES DE DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS E DA AIDS

Objetivo: Reduzir a incidência da infecção pelo vírus da imunodeficiência humana - HIV e de outras doenças sexualmente transmissíveis - DSTs e ampliar o acesso e qualidade do diagnóstico, tratamento e assistência aos portadores das DSTs e HIV/Aids

30000.3954 P		PROMOÇÃO DE PRÁTICAS SEGURAS SOBRE PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS - DST E DO VÍRUS DA IMUNODEFICIÊNCIA HUMANA - HIV/SÍNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA - AIDS		Unidade		Recursos do Orçamento da União		R\$1	
grupo específico									
				90		90		0	
				171.224.500		171.224.500		0	
								0	
								0	
								0	



# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 125/161

## Programa: 0495 PROÁGUA - GESTÃO

Objetivo: Garantir a ampliação da oferta de água de boa qualidade, com a promoção de seu uso racional, visando impedir que sua escassez relativa impeça o desenvolvimento sustentável

DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS - PROÁGUA NACIONAL									
		Unidade							
53000.3227 P	projeto elaborado	2	0	0	0	0	0	0	1
	Recursos do Orçamento da União	RS1	2.500.000	0	0	500.000	0	0	2.000.000
44000.1167 P	DESPOLUIÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS								
	projeto elaborado	79	41	0	0	20	16	0	2
	Recursos do Orçamento da União	RS1	11.560.000	0	0	20.060.000	202.875.000	0	2.000.000
44000.3227 P	ESTUDO PARA REFORMULAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA PROÁGUA - GESTÃO								
	estudo realizado	67	55	3	0	0	7	0	2
	Recursos do Orçamento da União	RS1	12.298.000	800.000	0	0	2.500.000	0	200.000
44000.2867 A	PONTO A PROJETOS DE MANEJO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS								
	projeto aprovado	39	30	0	0	3	3	0	3
	Recursos do Orçamento da União	RS1	21.124.000	0	0	1.000.000	15.000.000	500.000	500.000
44000.3042 P	PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DE CORPOS D'ÁGUA								
	projeto elaborado	65	48	0	0	10	0	4	3
	Recursos do Orçamento da União	RS1	1.968.000	0	0	5.000.000	0	600.000	1.000.000

MANEJO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Suplemento de Planejamento e Investimentos Estratégicos  
OBS.: TIPO DE PROJETO: A-PROJETO; A-ATIVIDADE; E-OPERAÇÕES ESPECÍFICAS



# PPA 2000/2003

## Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 128/161

### Programa: 0515 PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA

Objetivo: Assegurar a ampliação de oferta de água de boa qualidade para o consumo humano e para a produção, por meio da conclusão de obras estruturantes e prioritárias: barragens, açudes e adutoras

RECURSOS									
53000.1846	P	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE CONTENÇÃO DE ENCHENTES							
		obra executada	39.264	0	3.490	9.297	10.770	1.554	4.153
		% de execução física							
		Recursos do Orçamento da União	449.554.199	0	58.715.000	108.357.581	133.355.000	30.727.066	117.399.552
53000.1851	P	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA							
		obra executada	46.735	562	2.520	33.395	6.058	2.320	1.890
		% de execução física							
		Recursos do Orçamento da União	2.867.145.742	244.847.374	37.870.000	1.962.011.352	408.743.018	126.895.000	75.879.000
53000.1862	P	DESSALINIZAÇÃO DE ÁGUA - PROJETO ÁGUA BOA							
		preços beneficiada	4.752.066	0	0	4.406.877	345.189	0	0
		Recursos do Orçamento da União	46.208.356	0	0	42.864.153	3.412.203	0	0
53000.1866	P	ESTUDOS E PROJETOS DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA							
		estudo realizado	359	83	0	224	47	0	4
		Recursos do Orçamento da União	42.798.494	8.104.943	0	28.104.020	5.090.471	0	500.000



# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 127/161

## Programa: 0170 PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL

Objetivo: Aumentar a produção e a difusão cultural para resgatar e consolidar a identidade nacional no País e no exterior

42000.1011	P	IMPLANTACÃO E MODERNIZAÇÃO DE ESPAÇOS CULTURAIS									
		espaço cultural implantado/moderniza									
		Unidade	921	31	25	29	13	62			
		Recursos do Orçamento da União									
		RS1	64.509.470	2.327.000	1.685.000	2.130.000	924.668	4.430.000			
43000.1644	P	REFORMA E ADEQUAÇÃO DE ESPAÇOS CULTURAIS									
		espaço cultural reformado/adequado									
		Unidade	136	12	8	13	0	19			
		Recursos do Orçamento da União									
		RS1	9.483.205	870.000	590.000	895.000	0	1.311.460			

**PPA 2000/2003**

Page: 128/181

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN**

## Programa: 0359 PRODUTIVIDADE DA BOVINOCULTURA

**Objetivo:** Elevar a performance dos rebanhos bovinos mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões produtivas e reprodutivas.

P	CONTROLE E DOENÇAS DA BOMBADEIRA	Unidade			
22005.1486	propriedade estadual	R\$1	212.456	0	12.388
	Recursos do Orçamento da União		30.865.590	0	2.149.162
				4.414	64.534
				788.425	11.219.371
				377.275	22.351.366
				126.943	12.388

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

**PPA 2000/2003**

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN**

Page: 129/181

## Programa: 0377 PRODUTIVIDADE DA CAPRINOCULTURA E DA OVINO CULTURA

**Objetivo:** Elevar a performance dos caprinos, ovinos e de pequenos animais mediante o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM CAPRINOCULTURA	Unidade				
tecnologia gerada					
Recursos do Orçamento da União	R\$1				
51	41	0	10	0	0
14.814.659	11.814.859	0	3.000.000	0	0

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos





## PPA 2000/2003

**Errata ao PL nº 18/2000 - CN**

Página: 130/161

## Programa: 0361 PRODUTIVIDADE DE CEREAIS

**Objetivo:** Elevar a produtividade dos canaviais mediante o controle das pragas e a incorporação das novas tecnologias

[illegible]

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO e Investimentos Estratégicos



# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 131/161

## Programa: 0383 PRODUTIVIDADE DE OLEAGINOSAS

Objetivo: Elevar a produtividade das oleaginosas mediante o controle de pragas e a incorporação de novas tecnologias



22000.3403 P	PREVENÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS DE OLEAGINOSAS								
	área prevenção			na			RS1		
		80.452.561	20.855.776	403.924	4.346.739	8.700.782	40.340.499	5.763.840	
		25.209.239	8.504.133	126.731	1.383.711	2.792.217	12.058.919	1.823.528	



# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 132/161

## Programa: 0374 PRODUTIVIDADE DO ALGODÃO E DE OUTRAS FIBRAS

Objetivo: Elevar a produtividade do algodão e demais fibras mediante o controle de pragas e a incorporação de novas tecnologias

RECURSOS DESENVOLVIDOS EM FIBRAS									
22000.21166	A	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM COTONICULTURA	Unidade	269	152	0	117	0	0
		tecnologia gerada		13.717.842	7.717.842	0	6.000.000	0	0
		Recursos do Orçamento da União	RS1						
22000.21170	A	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM FIBRAS VEGETAIS	Unidade	57	32	0	25	0	0
		tecnologia gerada		6.717.842	3.717.842	0	3.000.000	0	0
		Recursos do Orçamento da União	RS1						

**PPA 2000/2003****Errata ao PL nº 16/2000 - CN****Programa: 0501 QUALIDADE AMBIENTAL**

Objetivo: Promover a melhoria da qualidade do meio ambiente, aprimorando o monitoramento e o controle ambiental

44000.2000 A	FOMENTO A PROJETOS DE CONTROLE AMBIENTAL, ORDENAMENTO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	projeto apoiado	Unidade	RS1	84	0	0	0	0	0	0	4
		Recursos do Orçamento da União	RS1	5.970.581	5.970.581	0	0	0	0	0	0	120.000
44000.2000 A	FOMENTO A PROJETOS DE MELHORIA DA QUALIDADE DO AR E PROTEÇÃO DA ATMOSFERA	projeto apoiado	Unidade	RS1	25	0	0	0	0	0	0	5
		Recursos do Orçamento da União	RS1	1.359.480	1.359.480	0	0	0	0	0	0	200.000
44000.2076 A	MONITORAMENTO E CONTROLE DA POLUIÇÃO AMBIENTAL	projeto apoiado	Unidade	RS1	325	0	0	0	0	0	0	7.066
		Recursos do Orçamento da União	RS1	1.737.705	1.737.705	0	0	0	0	0	0	23.400.000



**PPA 2000/2003**

Página: 134/181

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN**

**Programa: 0004 QUALIDADE E EFICIÊNCIA DO SUS**

**Objetivo:** Elevar o padrão de qualidade e eficiência do atendimento prestado à população por meio da modernização gerencial, física e tecnológica do Sistema Único de Saúde - SUS

	P	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS						
		pessoas capacitada	Unidade					
		R\$1						
		Recursos do Orçamento da União		143.789	126.761	0	324	0
				44.330.000	39.090.000	0	100.000	0
						0		16.704
						0		5.150.000

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos  
OBS.: TIPO DE PROJETO; P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS

**PPA 2000/2003**

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

**Programa: 0101 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO TRABALHADOR**

Objetivo: Aumentar a empregabilidade do trabalhador, reduzindo os riscos de desemprego e subemprego, e elevar sua produtividade e renda

38000.5418	P	CAMPANHA INFORMATIVA SOBRE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO TRABALHADOR	campanha realizada	Unidade	7	4	0	0	0	0	3
				RS1	17.200.000	16.000.000	0	0	0	0	1.200.000
38000.5420	P	QUALIFICAÇÃO DE AGENTES DE TURISMO NOS MUNICÍPIOS	Recursos do Orçamento da União								
			pessoas qualificadas	Unidade	708.578	80.246	59.380	223.026	173.381	120.580	71.965
				RS1	86.500.000	13.000.000	5.368.488	30.348.177	23.592.800	18.407.832	9.782.804
38000.5423	P	QUALIFICAÇÃO DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA E DE ATENDENTES DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA	Recursos do Orçamento da União								
			pessoas qualificadas	Unidade	594.197	167.900	26.252	148.692	115.581	80.387	55.385
				RS1	85.400.000	27.200.000	3.571.524	20.233.690	15.727.823	10.938.686	7.728.476

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

OBS: TPO DE PROJETO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS



# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 138/161

## Programa: 0626 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL

Objetivo: Reaparelhar e adequar a estrutura da Marinha às necessidades da defesa naval



02000.1944 P	MODERNIZAÇÃO DE MEIOS NAVAIS	reaparelhamento modernizado	Recursos do Orçamento da União	Unidade R\$1	112	112	0	0	0	0	0	0	0
					349.016.305	349.016.305	0	0	0	0	0	0	0

**PPA 2000/2003****Errata ao PL nº 16/2000 - CN****Programa: 0474 RECURSOS DO MAR**

Objetivo: Levantar dados e informações relativas ao relevo e os recursos do mar da plataforma continental brasileira a fim de atender às necessidades da defesa naval e exploração comercial desses recursos

82000.2320	A	MANUTENÇÃO DA ESTÇÃO CIENTÍFICA DO AROUPÉLAGO DE SÃO PEDRO E SÃO PAULO	4	4	0	0	0	0	0	0
		estação científica mantida	Unidade							
		Recursos do Orçamento da União	RS1	4.817.042	4.817.042	0	0	0	0	0





# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 139/161

## Programa: 0104 RECURSOS PESQUEIROS SUSTENTÁVEIS

Objetivo: Promover o uso sustentável dos recursos pesqueiros, conciliando os interesses da exploração comercial com a necessidade de sua conservação



44000.2863 A	FOMENTO A PROJETOS DE USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS	projeto apóido	Unidade		Recursos do Orçamento da União	R\$1	146	79	0	0	61	5.000.000	6	500.000	0	0	0



# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 130/161

## Programa: 0881 REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Objetivo: Reduzir o déficit de vagas nas penitenciárias e promover a reintegração do preso à sociedade

30000.3727	A	PROFISSIONALIZAÇÃO DO PRESO									
		preso profissionalizado		Unidade	7.743	7.409	27	167	67	27	46
		Recursos do Orçamento da União		RS1	16.133.550	15.133.550	80.000	500.000	200.000	80.000	140.000
30000.1701	P	REAPARELHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAIS									
		equipamento adquirido		Unidade	573	560	13	0	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União		RS1	15.500.000	15.000.000	500.000	0	0	0	0

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS  
 OBS.: TPO DE PROJETO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS



# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 140/161

## Programa: 0152 REINserção social do adolescente em conflito com a lei

Objetivo: Promover a reinserção social do adolescente em conflito com a lei

Código	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	METAS / CUSTOS				Sul
							Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul	
30000.1724	A	ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	Unidade	13.300	13.300	0	0	0	0	0	
		adolecente assistido									
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	25.386.320	25.386.320	0	0	0	0	0	
30000.1829	P	MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES DO SISTEMA DE JUSTIÇA, SEGURANÇA E ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI									
		equipamento adquirido	Unidade	6.166	5.460	0	0	588	0	118	
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	10.495.228	9.295.228	0	0	1.000.000	0	200.000	
30000.1819	P	REFORMA DE UNIDADES DE ATENDIMENTO A ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI									
		unidade reformada	m²	79.687	48.000	0	21.765	7.922	0	0	
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	5.020.820	3.020.820	0	1.500.000	500.000	0	0	

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos  
OBS.: TIPO DE PROJETO: A=PROJETO, A=ATIVIDADE, E= OPERAÇÕES ESPECIAIS



# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 141/161

## Programa: 0119 SANEAMENTO BÁSICO

Objetivo: Apoiar técnicas e financeiramente as ações de saneamento a partir de critérios epidemiológicos para prevenção de agravos, bem assim atender municípios com até 30.000 habitantes.



36000.3846 P IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE

AGRAVOS

família beneficiada	Unidade	R\$1	23.518	20.720	40.275
Recursos do Orçamento da União			37.227.438	45.190.384	49.470.047

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

OBS.: TIPO DE PROJETO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS



# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 142/161

## Programa: 0122 SANEAMENTO É VIDA

Objetivo: Melhorar a qualidade na prestação dos serviços de saneamento básico pelas concessionárias públicas e privadas em Municípios com população superior a 75 mil habitantes



20117.3978	P	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE COLITA E TRATAMENTO DE ESGOTO NA ILHA DE SÃO LUÍS (MA)	Unidade	177.285	0	0	0	0	0
		Família beneficiada	R\$1	125.000.000	0	0	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União			0	0	0	0	0

**PPA 2000/2003**

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN**

Página: 143/161

**Programa: 0001 SAÚDE DA FAMÍLIA**

**Objetivo:** Ampliar o acesso da população aos serviços básicos de saúde tendo as equipes de Saúde da Família como eixo estruturante

[illegible]

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos



# PPA 2000/2003

Página: 144/161

## Errata ao PL nº 18/2000 - CN

### Programa: 0021 SAÚDE DA MULHER

Objetivo: Reduzir a mortalidade da mulher por complicações da gravidez, parto, puerpério e outros agravos da condição feminina

30000.3079 P	CAMPANHA EDUCATIVA EM ATENÇÃO À SAÚDE DA MULHER	campanha realizada	Unidade	28	10	4	3	4	3	4
30000.7704 P	IMPLANTACÃO DE SERVIÇOS EM UNIDADES DE SAÚDE PARA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DOS AGRAVOS DECORRENTES DA VIOLÊNCIA SEXUAL	serviço implantado	Unidade	337	187	150	0	0	0	0
30000.7705 P	IMPLANTACÃO DE SISTEMAS OU SERVIÇOS PARA ATENÇÃO HUMANIZADA À GRAVÍDEZ E AO PARTO	serviço implantado	Unidade	386	386	0	0	0	0	0
	Recursos do Orçamento da União		RS1	53.027.903	48.277.903	441.067	1.447.167	2.336.500	753.500	371.166
	Recursos do Orçamento da União		RS1	13.500.000	7.500.000	6.000.000	0	0	0	0
	Recursos do Orçamento da União		RS1	15.500.000	15.500.000	0	0	0	0	0







**PPA 2000/2003**

Page: 146/181

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN**

## Programa: 0022 SAÚDE DO TRABALHADOR

**Objetivo:** Prevenir e reduzir riscos, acidentes e doenças relacionadas ao ambiente e processo de trabalho

[illegible]

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos  
 COSS: TIPO DE PROJETO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS



# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 147/161

## Programa: 0018 SAÚDE MENTAL

Objetivo: Reverter o atual modelo hospitalocêntrico para o de intensificação da atenção extra-hospitalar ao portador de transtorno mental e aos dependentes de álcool e outras drogas

38000.3811	P	IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇO AMBULATORIAL DE SAÚDE MENTAL E DE PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE ALCOOL E DROGAS	Unidade	654	651	0	2	8	0	3
		serviço implantado	R\$1	34.544.000	33.858.000	0	100.000	416.000	0	170.000
38000.6501	E	INCENTIVO-BÔNUS PARA ASSISTÊNCIA, ACOMPANHAMENTO E INTEGRAÇÃO FORA DA UNIDADE HOSPITALAR DE PACIENTE PORTADOR DE AGRAVO MENTAL	Unidade	23.210	23.210	0	0	0	0	0
		paciente assistido	R\$1	93.000.000	93.000.000	0	0	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União								

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos  
CPL: TIPO DE PROJETO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E=OPERAÇÕES ESPECIAIS



# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 148/161

## Programa: 0866 SEGURANÇA DO CIDADÃO

Objetivo: Reduzir a criminalidade nos locais de maior incidência de crimes



30000.4286 A	SISTEMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL DAS INFORMAÇÕES DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - INFOSEG	sistema mantido	Recursos do Orçamento da União	Unidade	4	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
--------------	---	-----------------	--------------------------------	---------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

Página: 149/161

**PPA 2000/2003****Errata ao PL nº 16/2000 - CN****Programa: 0863 SEGURANÇA NAS RODOVIAS FEDERAIS**

Objetivo: Reduzir a incidência de acidentes de trânsito nas rodovias federais

39000.5394 P	ELIMINAÇÃO DE PONTOS CRÍTICOS	Unidade	2.395	1.221	335	214	58	223	344
	ponto crítico eliminado	R\$1							
	Recursos do Orçamento da União		317.530.633	192.500.000	40.925.200	24.523.800	5.378.733	20.395.200	33.807.800
39000.5294 A	MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA	km	288.617.033	287.617.033	0	1.000.000	0	0	0
	eliminação mendes								
	Recursos do Orçamento da União	R\$1	288.213.750	288.213.750	0	1.000.000	0	0	0

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos  
 OBS: TIPO DE PROJETO: P=PROJETO, A=ATIVIDADE, E= OPERAÇÕES ESPECIAIS



**PPA 2000/2003**

Página: 150/161

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN**

**Programa: 0504 SEGURANÇA NUCLEAR**

**Objetivo:** Garantir a segurança das atividades nucleares em todo o seu ciclo, desde a pesquisa e desenvolvimento até a aplicação e rejeitos, bem como do pessoal, da população e do meio ambiente

[illegible]

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

COL: TIPO DE PROJETO: A-PROJETO; A-ATIVIDADE; E- OPERAÇÕES ESPECIAIS



# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 151/161

## Programa: 0365 SEGURO RURAL

Objetivo: Garantir compensação financeira aos agricultores em casos de frustrações de safras decorrentes da ação de agentes biológicos e climáticos

26000.0028 E	MANUTENÇÃO DA ESTABILIDADE DO PRÊMIO DO SEGURO RURAL	Unidade					R\$1				
		hectare segurado					Recursos do Orçamento da União				
		12.882.775	2.631.579	0	0	4.646.010	499.572	5.105.614			
		14.886.360	3.000.000	0	0	5.298.451	599.511	5.897.961			

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Obs.: Tipo de Projeto: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS





# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 153/161

## Programa: 0465 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO - INTERNET II

Objetivo: Incrementar o grau de inserção do País na sociedade de informação e conhecimento globalizados



24000.5491 P	REDE NACIONAL DE PESQUISA - INTERNET II	nºs de rede instalado	Gigapop	R\$1	13	0	0	5	3	2	3
	Recursos do Orçamento da União				134.886.839	0	0	51.119.175	32.287.499	20.591.666	30.887.499

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

065: TIPO DE PROJETO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E=OPERAÇÕES ESPECIAIS





# PPA 2000/2003

Página: 154/161

## Errata ao PL nº 16/2000 - CN

### Programa: 0151 TERRITÓRIO E CULTURA INDÍGENAS

Objetivo: Proteger a integridade territorial e o patrimônio cultural e ambiental das sociedades indígenas

30000.4624	A	LOCALIZAÇÃO E PROTEÇÃO DE ÍNDIOS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO	Unidade	204	20	145	0	38	0
		Índio Protegido	RS1	1.988.660	188.660	1.378.470	0	414.708	0
30000.1808	P	PROMOÇÃO DE EVENTOS PARA A REVITALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL INDÍGENA	Unidade	93	74	19	0	0	0
		evento realizado	RS1	547.200	447.200	100.000	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União							

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos  
OBS.: TIPO DE PROJETO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E=OPERAÇÕES ESPECIAIS

**PPA 2000/2003**

Page: 155/181

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN**

## Programa: 0040 TODA CRIANÇA NA ESCOLA

**Objetivo:** Assegurar a equidade nas condições de acesso, permanência e êxito escolar do aluno no ensino fundamental

20000.0045 A	DISTRIBUIÇÃO DE ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS PARA ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL									
	módulo distribuído		Unidade	40.977	40.977	0	0	0	0	0
	Recursos do Orçamento da União		RS1	115.480.732	115.480.732	0	0	0	0	0
20000.0099 P	VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR									
	veículo adquirido		Unidade	2.052	1.962	26	16	23	1	27
	Recursos do Orçamento da União		RS1	102.779.550	98.154.550	1.314.000	780.000	1.135.000	50.000	1.330.000

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

**PPA 2000/2003**

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN**

Página: 156/161

## Programa: 0222 TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS

**Objetivo:** Prestar o serviço de transporte ferroviário urbano de passageiros e melhorar os sistemas para suas transferências aos governos locais

390000.5580	P	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS	obra executada	% de execução física	21	0	0	10	11	0	0
			Recursos do Orçamento da União	RS1	106.081.000	0	0	7.081.000	98.000.000	0	0
390000.5702	P	EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE	trecho construído	% de execução física	41	0	0	0	0	0	41
			Recursos do Orçamento da União	RS1	212.758.406	0	0	0	0	0	212.758.406
390000.5593	P	IMPLANTAÇÃO DO METRÔ DO DISTRITO FEDERAL	trecho construído	% de execução física	100	0	0	0	0	100	0
			Recursos do Orçamento da União	RS1	215.576.866	0	0	0	0	215.576.866	0
390000.5306	P	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE SALVADOR	trecho implantado - 29,9 km	% de execução física	100	0	0	100	0	0	0
			Recursos do Orçamento da União	RS1	378.950.000	0	0	378.950.000	0	0	0
390000.2643	A	MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE PASSAGEIROS	passageiro transportado milhões de	Unidade	1.786.723	0	0	697.600	689.133	0	400.000
			Recursos do Orçamento da União	RS1	285.512.249	0	0	56.399.901	154.813.443	0	74.298.905

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria do Planejamento e Investimentos Estratégicos

Obs.: Tipo de Projeto: P=Projeto; A=Atividade; E=Operações Especiais



# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 157/161

## Programa: 0520 TRANSPOSIÇÃO DE ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO

Objetivo: Garantir a segurança hídrica indispensável ao desenvolvimento sustentável na faixa da região semi-árida do Nordeste Selenional

53000.3400	P	CONSTRUÇÃO DE ADUTORES													
		adutor construído	% de execução física												
			RS1	44	43										
		Recursos do Orçamento da União		1.045.910.000	1.044.910.000										
53000.3401	P	CONSTITUIÇÃO DE UNIDADES DE BOMBEAMENTO													
		unidade de bombeamento construída	% de execução física												
			RS1	101	100										
		Recursos do Orçamento da União		590.500.000	590.000.000										
53000.3414	P	ESTUDOS PARA A TRANSPOSIÇÃO DAS ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO													
		estudo realizado	Unidade	2	1										
			RS1	8.200.000	8.000.000										
		Recursos do Orçamento da União													

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretária de Planejamento e Investimentos Estratégicos  
CNS - TIPO DE PROJETO: P-PROJETO; A-ATIVIDADE; E- OPERAÇÕES ESPECIAIS



# PPA 2000/2003

Errata ao PL nº 16/2000 - CN

Página: 158/161

## Programa: 0500 TURISMO VERDE

Objetivo: Promover o ecoturismo como alternativa de desenvolvimento econômico sustentável na Amazônia Legal

		estudo realizado		Unidade		6		4		0		0		0		2		0	
		Recursos do Orçamento da União		R\$1		2.730.086		2.230.086		0		0		0		500.000		0	
24000.3471	P	FOMENTO À REALIZAÇÃO DE ESTUDOS SOBRE A VIABILIDADE E OS PROCEDIMENTOS PARA A IMPLANTAÇÃO DE PÓLOS DE ECOTURISMO		Unidade		6		4		0		0		0		2		0	
44000.1806	P	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA NOS PÓLOS ECOTURÍSTICOS		Unidade		15		0		12		0		2		0		1	
		pólo com infra-estrutura implantada		R\$1		5.145.000		0		4.375.000		0		200.000		500.000		70.000	
44000.3037	P	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA NOS PÓLOS ECOTURÍSTICOS DA AMAZÔNIA (PROECOTUR)		Unidade		44		0		32		4		0		8		0	
		pólo implantado		R\$1		54.304.398		0		47.157.896		3.573.268		0		3.573.268		0	
		Recursos do Orçamento da União																	

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos  
OBS.: TIPO DE PROJETO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS



# PPA 2000/2003

Página: 159/161

## Errata ao PL nº 16/2000 - CN

### Programa: 0410 TURISMO: A INDÚSTRIA DO NOVO MILÊNIO

Objetivo: Aumentar o fluxo, a taxa de permanência e o gasto de turistas no País

51000.1190	P	CAMPANHA PARA A PROMOÇÃO DO TURISMO INTERNO	Unidade	32	0	0	0	0	0	0	0
		competição realizada	RS1								
51000.0464	E	Recursos do Orçamento da União	Unidade	32	0	0	0	0	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União	RS1								
		FINANCIAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA NACIONAL	Unidade	32	0	0	0	0	0	0	0
		empreendimento financiado	RS1								
		Recursos do Orçamento da União	Unidade	60	3	0	0	0	0	0	0
			RS1								
				41.222.371	1.000.000	0	0	0	0	0	0

**PPA 2000/2003**

**Errata ao PL nº 16/2000 - CN**

Página: 160/161

## Programa: 0066 VALORIZAÇÃO E SAÚDE DO IDOSO

**Objetivo:** Promover a valorização da pessoa idosa no que concerne à sua saúde, independência funcional e assistência social.

[illegible]

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos



# PPA 2000/2003

Página: 161/161

## Errata ao PL nº 16/2000 - CN

### Programa: 0512 ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO

Objetivo: Promover o zoneamento ecológico-econômico das regiões selecionadas, como forma de consolidar o processo de ocupação e de desenvolvimento de forma sustentável

44000.2970	A	GESTÃO INTEGRADA DOS AMBIENTES COSTEIROS E MARINHOS	35	17	10	4	4	0	0
		área com uso e ocupação definido	km²						
		Recursos do Orçamento da União	RS1	722.846	500.000	171.517	171.517	0	0
44800.1970	P	ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DA REGIÃO NORDESTE							
		zoneamento concluído	km²	0	0	357.142	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União	RS1	0	0	1.000.000	0	0	0
44800.3600	P	ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DE ÁREAS SELECIONADAS							
		zoneamento concluído	km²	0	373.11	0	22.386	0	0
		Recursos do Orçamento da União	RS1	0	2.500.000	0	1.500.000	0	0
53000.3671	P	ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO NA AMAZÔNIA LEGAL							
		zoneamento concluído	km²	818.928	211.244	0	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União	RS1	2.333.850	1.100.000	0	0	0	0



O Sr. Efraim Morais, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jader Barbalho, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – A mensagem que acaba de ser lida encaminha errata ao Projeto de Lei nº 16, de 2000-CN, que “altera programas e ações do Plano Plurianual para o período de 2000/2003”, e vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 2, de 1995, do Congresso Nacional, a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação:

até 26/03 – Publicação e distribuição de avulsos;

até 09/04 – Prazo para realização de audiências públicas;

até 12/04 – Prazo para apresentação de emendas perante a Comissão;

até 17/04 – Prazo para publicação e distribuição dos avulsos das emendas;

até 03/05 – Prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do parecer sobre o projeto de lei do Plano Plurianual pela Comissão;

até 10/05 – Prazo para encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) - Encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o *Veto Parcial nº 30, de 2000, aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1, de 2000, que “Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da lei orçamentária de 2001 e dá outras providências”*.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) -Tendo em vista que a matéria já perdeu sua oportunidade, esta Presidência, nos termos do art. 334 do Regimento do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum, declara o Veto Parcial nº 30 de 2000, prejudicado e determina o arquivamento do Projeto de Lei nº 1, de 2000-CN, abrindo, entretanto, o prazo de dois dias úteis, a partir deste momento, para interposição de recurso a esta decisão.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o *Veto Parcial nº 14, de 2000, aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 20, de 1999, que “Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2000”*.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) -Tendo em vista que a matéria já perdeu sua oportunidade, esta Presidência, nos termos do art. 334 do Regimen-

to Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum, declara o Veto Parcial nº 14, de 2000, prejudicado e determina o arquivamento do Projeto de Lei nº 20, de 1999-CN, abrindo, entretanto, o prazo de dois dias úteis a partir deste momento para interposição de recurso a esta decisão.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Nos termos do art. 76 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum, a Presidência declara prejudicado o Requerimento do Congresso Nacional nº 85, de 2000-CN, que requer a constituição de Comissão Mista Especial destinada a analisar a crise das indústrias processadoras de oleaginosas do Brasil, e propor medidas para sua superação. A proposição será encaminhada ao arquivo.

**O SR. SÉRGIO MIRANDA** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. SÉRGIO MIRANDA** (Bloco/PCdoB-MG. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, tomo por base que a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 52, determina que os Poderes têm de apresentar, a cada quadriestral, um relatório de gestão fiscal, e que a Lei nº 10.028, em seu art. 5º, também determina que esses Poderes enviem ao Legislativo relatório de gestão fiscal.

Segundo o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, é para a Comissão Mista de Orçamento que o representante de cada Poder fará um relatório quadriestral indicando se as metas fiscais estão sendo cumpridas ou não. A partir das leis orçamentárias mais recentes, é na Comissão Mista de Orçamento que se tem debatido e apreciado os relatórios de metas fiscais.

A questão que apresento a V.Exa. é a seguinte: o último relatório de gestão fiscal do Poder Executivo foi encaminhado ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados, mas, em vez de encaminhamento a cada uma das Casas — esta é a compreensão que tenho e solicito a apreciação da Mesa do Congresso —, deveria ser encaminhado diretamente à apreciação da Comissão Mista de Orçamento.

É essa Comissão que vai ouvir o representante do Poder Executivo sobre as metas fiscais. Logo, nada mais natural que seja a Comissão Mista a responsável pela apreciação do relatório de gestão fiscal.

É a questão que formulo a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Deputado Sérgio Miranda, não sendo pacífico o entendi-

mento, remeto sua questão à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** - Sr. Presidente, peço a palavra para uma Comunicação de Liderança, pelos 20 minutos que o Regimento Interno me assegura.

**O SR. WALTER PINHEIRO** - Sr. Presidente, peço a palavra para uma Comunicação de Liderança.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) - Com a palavra o Deputado Arthur Virgílio.

**O SR. WALTER PINHEIRO** - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, antes do pronunciamento do nobre Deputado Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** - Sem problema. V.Exa. pode falar à vontade.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) - Tem V.Exa. a palavra, nobre Deputado Walter Pinheiro.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (PT-BA. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estamos dispostos a ouvir o Deputado Arthur Virgílio, Líder do Governo, mas quero lembrar a V.Exa. que o Regimento Interno permite ao nobre Líder o uso da palavra, por 5 minutos, para comunicação urgente. Se V.Exa. deferir a palavra por 20 minutos, nós ouviremos S.Exa., sem nenhum problema, mas quero fazer a ressalva, porque esta tem sido a prática adotada.

Nós também iremos fazer uma Comunicação de Liderança à Casa e, obviamente, se V.Exa. optar por deferir o tempo de 20 minutos à Liderança do Governo, teremos igual direito.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** - Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar a questão de ordem do nobre Deputado Walter Pinheiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) - Com a palavra V.Exa. para contraditar.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (Bloco/PSDB-AM.) - Sr. Presidente, não sei se estamos falando de duas edições diferentes do Regimento Comum. O Título II — "Dos Líderes" — no art. 6º, diz o seguinte:

Ao Líder é lícito usar a palavra, em qualquer fase da sessão, pelo prazo mínimo de vinte minutos, para comunicação urgente.

De toda sorte, tem sido praxe de se falar por cinco minutos. Creio que assuntos momentosos, que tomam conta da consciência e da análise da sociedade brasileira, merecem que a Liderança do Governo fale sobre eles por vinte minutos. E, Sr. Presidente, ela o faz tão desprevenidamente que fala antes de todos. E que, depois, todos falem por vinte minutos.

Gostaria, na verdade, de falar por quarenta minutos e que todos pudessem falar por igual tempo. Creio que quanto mais falarmos, melhor.

Portanto, rogo não ter de falar segundo a praxe estabelecida, ou seja, por cinco minutos, até porque tenho mais que cinco minutos de fatos a arrazoar.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) - Deputado Arthur Virgílio, a Presidência concede vinte minutos a V.Exa., como concede vinte minutos ao ilustre Líder da Oposição.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** - Agradeço em meu nome e no de todos os ilustres colegas.

**O SR. ALEXANDRE CARDOSO** - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. ALEXANDRE CARDOSO** (Bloco/PSB-RJ. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. está fazendo uma concessão anti-regimental e gostaria de ponderar que essa decisão não passasse a constituir jurisprudência, porque o Regimento foi alterado. O Deputado Arthur Virgílio está pautando-se no Regimento anterior, alterado pela Resolução nº 1.

Portanto, só queria que não virasse jurisprudência a concessão a palavra por vinte minutos, porque não é isso que o atual Regimento estabelece.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) - Ilustre Líder, o Deputado Walter Pinheiro ressaltou que não colocava obstáculo à concessão da palavra ao Líder do Governo por vinte minutos, desde que igual tempo fosse concedido à Oposição.

Entendo a preocupação de V.Exa. Como é meu interesse que o Regimento seja cumprido, apelo para o Plenário no sentido que, nesta oportunidade, agíssemos excepcionalmente e, posteriormente, em reunião das Lideranças, acertássemos a questão.

**O SR. ALEXANDRE CARDOSO** - Sr. Presidente, pela excepcionalidade, concordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) - Muito obrigado.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (Bloco/PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apenas gostaria de aditar que o Regimento do bipartidarismo dava vinte minutos a cada partido. Depois, ele foi alterado, e passou para cinco minutos.

Concordo com as razões do Deputado Arthur Virgílio. Penso até que a regra anterior era muito mais democrática, porque eram vinte minutos com direito a aparte. O ideal seria que os Líderes tivessem trinta, quarenta minutos.

Resta saber se, neste caso, serão vinte minutos para cada partido da base do Governo ou para o Líder do Governo, para um partido da Oposição ou para todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Deputado Miro Teixeira, a palavra está sendo dada ao Governo. Em contrapartida, também deverá ser dada à Oposição.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** – Portanto, a um partido da Oposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Tem a palavra o nobre Deputado Arthur Virgílio, para uma Comunicação de Liderança.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (Bloco/PSDB-AM, como Líder.) – Sr. Presidente, antes até de começar, devo pedir desculpas, porque, na verdade, comecei com ironia. De fato, acabo de receber a edição atualizada. Reconheço o erro.

Mas, se forem vinte minutos com apartes, considerarei os apartes, assim como pode vir a parte arto dos aqueles que por vinte minutos aqui falam. É interessante que o debate democrático venha, para que aqui possamos terçar as armas da idéia, da palavra.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, cria-se neste País um falso clima de mar de lama, algo parecido com o que a direita mais extremada praticou e forças de esquerda ditas progressistas à época disso participaram, quando os infaustos acontecimentos de 1954 irromperam no País.

Tenho em mão o regimento da Oposição que trata, a meu ver inconstitucionalmente, de pedido de estabelecimento de Comissão Parlamentar de Inquérito — parece-me até que sem a efetiva vontade de ver funcionar essa mesma Comissão, porque misturando alhos com bugalhos, versando dez, doze temas diferentes, sei lá qual é o número exato.

Gostaria de abordar um por um.

Episódio Eduardo Jorge. Há oito meses sem fato novo. Num belíssimo artigo, o jornalista Clóvis Rossi fez autocritica em relação a esse episódio. Há oito meses não é chamado pelos Procuradores, talvez até por inibição, por não terem eles a necessária

coragem de fazer a auto crítica que aqui fiz quando errei em relação ao Regimento.

Episódio Ricardo Sérgio. Está sendo investigado pelo Ministério Público, a partir da palavra do Senador Antonio Carlos Magalhães, que para alguns vale pela metade. Na verdade, vale para aquilo em que alguns querem acreditar, a outra metade, do que ele diz não vale.

Liberação de verbas públicas, o célebre caso do DNER, órgão que está sendo extinto: o Ministério Público está ali inserido. A Advocacia-Geral da União, primeiro, cassou a representação judicial do DNER e, em seguida, vem a extinção.

Fala-se de uma acusação a empresas. Gostaria muito de saber quais são as empresas, até para poder, com muita consciência, com a consciência da qual jamais fujo, deliberar sobre o Item 4, que se refere à Secretaria de Comunicação da Presidência da República.

Fala-se também do Caso BANPARÁ. Tenho até dúvidas se esse caso é da esfera federal. De qualquer sorte, está prescrito pelo tempo que passou.

Fala-se de remessa de divisas irregulares para as Ilhas Cayman, o Dossiê Cayman, que me causa particular revolta porque envolve a memória do Ministro Sérgio Motta. Se não me engano, esse dossiê foi elaborado não longe do ex-Senador Gilberto Miranda e de gente civicamente com ele parecida.

Fala-se de despesas do Banco Econômico, de contas de campanha eleitoral, parece-me que na Bahia. Se é assim, trata-se de algo afeto à Justiça estadual e, portanto, ao Parlamento estadual.

Fala-se ainda de contas fantasmas do Citibank. O Líder Arnaldo Madeira me disse, com muita sabedoria, que tudo mais parece uma tentativa de se fazer um libelo, um manifesto contra o Governo do que propriamente de se ver algo apurado de verdade.

Sr. Presidente, é incapável de minha parte colocar com o máximo de clareza, em primeiro lugar, que essa pauta negativa vem, no fundo, atrás de medidas já tomadas, de investigações que já estão sendo feitas. Temos, o desprazer de constatar que algumas investigações já foram concluídas e, ainda, assim, fazem parte da peça "acusatória".

Não podemos imaginar que seria esse o motivo para se criar novamente a questão getulista, do qual o Partido Comunista Brasileiro tanto se arrependeu, no episódio do falso, mar de lama que levou ao suicídio de Getúlio Vargas e, dez anos depois, à interrupção da democracia no País.

Sr. Presidente, com enorme vontade de responder aos verdadeiros anseios da opinião pública, digo que nos devemos preocupar para valer com a questão da violência urbana, que não tem absolutamente sensibilizado esta Casa.

Presenciávamos esta troca de dossiês, com a qual não posso compactuar, quando tivemos o episódio da PETROBRAS. Que precisa ser esmiuçado, que merece de todos nós, despidos das vestes de Governo ou de Oposição, chegarmos à conclusão dos porquês dos desastres ecológico, econômico e, sobretudo, humano que vimos acontecer sob nossos olhos e por sobre a nossa vigilância.

Sr. Presidente, sabemos quão rapidamente as más notícias se propagam, e sabemos como a crise econômica da Argentina, como a má gestão política, na sociedade globalizada em que vivemos, podem complicar a economia do nosso País, que é, junto com a China, uma das duas únicas grandes nações a insistir em crescer, num mundo marcado neste ano pelo decréscimo da possibilidade de crescimento.

Sr. Presidente, V.Exa. sabe do respeito em que o tenho. E não é de agora, mas dos tempos que juntos enfrentamos o regime militar sem um só minuto de quartel. Não posso, porém, deixar de dizer com a máxima sinceridade — e refiro-me ao Senador Jader Barbalho e não ao Presidente do Congresso Nacional — que essa briga, que tem raído os limites do ódio, entre V.Exa. e o Senador Antonio Carlos Magalhães a mim, particularmente, não interessa, como tampouco interessa à Nação. Ela apenas prejudica a Nação. Francamente, não entendo que deva ser levada a esse extremo.

Lamento não estar aqui presente o Senador Antonio Carlos Magalhães, porque preciso dizer a S. Exa. que tenho enorme vontade de fazê-lo vir à reflexão. De forma alguma essa briga, que virou pessoal, que é alimentada pelo ódio, tem contribuído para o País assegurar o rumo que tem sido traçado: o rumo do crescimento econômico, com inflação baixa e, portanto, com justa distribuição de riqueza. Não há outra forma de se distribuir riqueza a não ser a do crescimento econômico, com inflação baixa, com estabilidade e com sensibilidade na confecção das políticas públicas.

Por isso, Sr. Presidente, fiquei triste quando hoje soube — eu que lamentara a atuação despropositada do Senador Antonio Carlos Magalhães assinando o pedido de uma CPI para matérias já investigadas longa e fartamente, que está fadada a não nascer — que V.Exa. também teria apostado a sua assinatura. E digo

isso porque, na minha opinião, V.Exa. tem um caminho muito claro, que seria o dizer o que alegaram a seu respeito — e só a Justiça pode se pronunciar sobre isso, e só o Ministério Público pode sobre isso trabalhar no momento —, V.Exa. aguarda serenamente o pronunciamento da Justiça e que o seu dever como Presidente do Senado será cumprido de qualquer maneira, que o seu dever como Presidente do Congresso será montar uma agenda que vá ao encontro do que a Nação está a esperar de nós. E ela espera indebitavelmente a continuidade do crescimento. Ela não espera este Congresso transformado numa fábrica de factóides ou numa chefatura de polícia que, de forma alguma, seria boa para a imagem do País diante de investidores e — acreditem ou não —, daqueles mais arraigadamente colocados em posições antagônicas à da realidade — não se gera emprego sem investimento estrangeiro, não se gera emprego sem a perspectiva de governabilidade assegurada para que a economia não sofra o contágio lamentável da má política.

A agenda está nas mãos de V.Exa., Sr. Presidente. Não é a assinatura em CPIs que deveria estar nas mãos de V.Exa.

Que se constitua logo a Comissão que vai investigar a violência urbana, e que se analise a questão para valer. No meu requerimento peço-lhe que se convide para comparecerem a esta Casa Paulo Singer, Maria da Conceição Tavares, Pedro Malan, Paulo Nogueira Batista Júnior, Armínio Fraga, José Serra, enfim, todos aqueles que consigam pensar a economia de maneira científica, com sensibilidade e competência. Que venham aqui jogar suas idéias para que saibamos diagnosticar corretamente e impedir que o Brasil pereça no esforço que faz para sustentar o crescimento, pereça diante de uma crise que está a nos ameaçar de fora para dentro.

Se a crise é vitoriosa ela gera desemprego. Alguns pensam que CPI cura todos os males da AIDS ao mal da melancolia. Alguns pensam que CPI é panacéia que faz casamentos irresolvidos voltarem às boas. E não é assim. Temos coisas muito mais importantes para resolver neste País.

Passou por uma CPI o célebre Sr. Cacciola e, no entanto, ele não está preso. Não houve milagre. O Sr. Cacciola está vivendo a **Dolce Vita**, de Fellini, em Roma, e não houve CPI que fizesse com que sua liberdade fosse cassada.

É muito clara a Constituição. A CPI deve dizer respeito a fato determinado. Fato determinado, Senador Eduardo Suplicy, que a Prefeita Marta Suplicy dis-

se que não havia em São Paulo, quando, ao iniciar seu Governo, a Oposição propôs uma CPI para investigar contratos de lixo sem licitação. Lá, é possível se dizer com licitude que não cabia CPI e aqui não? O Governador Olívio Dutra também disse não caber CPI sobre o aparato de segurança pública. Lá se podia dizer que não cabia CPI sem se ser acusado de estar sendo pouco ético. Aqui, todas as comissões devem ser instaladas, porque talvez exista a necessidade de se mostrar um palanque eleitoral sem se ter a perspectiva histórica de nos preocuparmos, nós todos, em conjunto, com a democracia e, mais do que isso, com a possibilidade de fazer do Brasil um país governável, seja para os que hoje o governam, seja para uma oposição que se credencie a fazê-lo amanhã.

**O Sr. Eduardo Suplicy** - Permite-me V.Exa. um aparte, Deputado Arthur Virgílio?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** - Concedo o aparte, Senador Eduardo Suplicy, com muita honra, se desta vez V.Exa. for breve. Peço brevidade, contrariando o talento de V.Exa. a expor sem tanta brevidade suas sólidas convicções.

**O Sr. Henrique Fontana** - Deputado Arthur Virgílio, V.Exa. concede também a mim um aparte? Gostaria de falar sobre o tema relativo ao Rio Grande do Sul.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** - Com muita honra, já que de V.Exa. tenho a impressão de que é breve e igualmente brilhante.

Concedo, primeiro, o aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** - Como V.Exa. mencionou a questão relativa à coleta de lixo em São Paulo, quero esclarecer que a Prefeita Marta Suplicy coloca-se à disposição da Câmara Municipal para todo e qualquer esclarecimento. O Secretário de Obras e Vias Públicas, a quem incumbi de tratar do assunto, esteve na Câmara de Vereadores há um mês e meio e voltou ontem, ocasião em que lá permaneceu por várias horas e esclareceu todas as questões relativas à matéria. O Secretário disse que, se houver necessidade de esclarecimento e se a Oposição, em especial o PSDB, desejar de fato a CPI, não haverá qualquer objeção por parte da Prefeita. Então, na medida em que a presença do Secretário na Câmara Municipal e a apresentação de todos os documentos forem considerados necessários pela Câmara Municipal, isto será assim feito. Se desejarem mais CPI, a Prefeita Marta Suplicy é inteiramente a favor. (*Palmas.*) Agora, V.Exa., que é do Amazonas, referiu-se a aspecto importante, ao mencionar o ex-Senador Gilberto Mi-

randa Batista. Neste episódio todo — eu até estava conversando com o Senador Gilberto Mestrinho e com a Senadora Heloísa Helena a propósito —, precisamos ir a fundo e, quem sabe?, quando a CPI estiver examinando toda a história da SUDAM, dos incentivos fiscais e assim por diante, poderá também esclarecer mais um assunto que o Senado e o povo brasileiro merecem ver esclarecido: como, à época em que o PMDB tinha a maior bancada no Senado, por passe de mágica, a certa altura, o Senador Gilberto Miranda passou para o PFL, possibilitando mudança estratégica muito significativa e a eleição do Senador Antonio Carlos Magalhães. Há muitas histórias que o povo merece saber. E, na medida em que V.Exa., como Líder do Governo, estiver disposto, como ainda hoje o fez o Presidente Jader Barbalho e ontem o Senador Antonio Carlos Magalhães, a instalar a CPI e incluir tudo aquilo que merece ser desvendado, então estaremos dando passo muito importante para que o Congresso Nacional, usando os instrumentos da democracia, possa ajudar a desvendar tudo o que merece ser sabido.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** — V.Exa. é figura adorável, adoraria poder ouvi-lo por mais tempo, mas precisamos chegar ao ponto fundamental.

**O Sr. Henrique Fontana** - Deputado, V.Exa. me concede um aparte?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** - Já o concede rei. Respondendo ao Senador Suplicy e em seguida ouço V.Exa.

A Prefeita diz que não existem fatos determinados que justifiquem a convocação da tal CPI dos contratos emergenciais de lixo. Diz mais, que todo o processo foi conduzido rigorosamente dentro da lei. Se foi conduzido rigorosamente dentro da lei, nossa querida ex-colega Marta Suplicy perderá seu tempo colaborando para que haja CPI. Se há a convicção de que a lei foi respeitada, simplesmente ela vai paralisar inutilmente sua administração, porque não passou pela minha cabeça em nenhum momento duvidar da capacidade de D. Marta Suplicy de ser lícita e correta em todos os seus atos. Apenas digo que o vento que venta cá venta lá também. O vento bom é o que venta lá e cá. O vento bom é o que mostra incoerências. A CPI que V.Exa. diz agora que seria aceitável, está aqui:

Assunto domina sessões da Casa. Impedida de discutir contratos de lixo, em São Paulo. A Oposição — e lá a Oposição não é V.Exa., é o PSDB — abandona o Plenário, acusando uma condução ditatorial de modo a, segundo alguém malicioso, abafar o caso.

Segundo alguém não malicioso, como eu, de modo a impedir a criação de uma CPI que não é justa, que não serviria para elucidar nada nem para fazer prosperar administração pela qual torço pessoalmente com muito fervor.

**O Sr. Eduardo Suplicy** – O PSDB, em São Paulo, pediu que houvesse a quinta CPI sobre o Tribunal de Contas do Município e não sobre a coleta do lixo. A do lixo ficou para depois por vontade do partido de V.Exa.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** – Muito bem. Não vou exercitar nenhuma porção vocacional de gari. Respeito muito os garis, mas não vou perder mais tempo. Digo apenas que lá foi negada a CPI pela maioria petista, enquanto aqui a minoria petista, junto com dignos Líderes da Oposição, está a dizer que cabe uma CPI. E se lá paralisa a administração, aqui não paralisaria. Dois pesos e duas medidas e, portanto, clara injustiça.

Com muita honra, ouço o nobre e prezado Deputado Henrique Fontana.

**O Sr. Henrique Fontana** – Nobre Deputado, desejo rapidamente dizer a V.Exa. que partimos do pressuposto de que CPI é instrumento legítimo que o Poder Legislativo deve utilizar sempre que quiser investigar e exercer o seu papel. Por exemplo, governamos Porto Alegre – o PT e a nossa coalizão política – há doze anos. Já respondemos, por iniciativa da Oposição, da qual faz parte o seu partido, há mais de dez CPIs. E de todas elas, Deputado Arthur Virgílio, saímos com um atestado de honestidade, porque as CPIs, depois de investigarem as denúncias,...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** – Eu me referi à da segurança, nobre Deputado.

**O Sr. Henrique Fontana** - ... chegaram à conclusão de que não havia nada contra o nosso Governo do ponto de vista da ética e da honestidade. Segundo, o Governo Olívio Dutra já enfrentou uma CPI. E até hoje não entendi por que, uma vez que foi a partir de decisão política, de vontade política do Governo que resolveu renegociar contratos com a empresa Ford. E a Oposição achou que tinha de fazer uma CPI porque o Governo estava exercendo um ato de vontade política, um ato democrático. O que estranhamos é o fato de o seu e os outros partidos da base governista aqui lá no Rio Grande do Sul assinarem essas CPIs. Aqui, nem todos assinam. Acharmos que CPI é algo saudável, é um instrumento do Legislativo para investigar evidências e denúncias de corrupção. Obrigado pelo aparte.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** – Agradeço a V.Exa. a fidalga intervenção.

Digo-lhe que quando aqui temos convicção – nós temos o direito de ter a nossa própria convicção –, as CPIs saem. Saiu a do sistema financeiro, altamente nevrálgica; saiu a do Poder Judiciário, altamente nevrálgica também. O que não falta é CPI nesta Casa. O tempo inteiro se funciona quase com a carga máxima que o Regimento Permite.

O que ficou bem claro, porém, é que o partido de V.Exa., no episódio da segurança, achou por bem, por ter a convicção de que nada havia de equivocado ali, não ceder à generosa assinatura dos Deputados da sua bancada. E se outras CPIs saíram – e aqui saíram mais do que no Rio Grande do Sul –, essa, a da Segurança, ela precisamente não saiu.

Prossigo, Sr. Presidente. Aliás, não demorarei. Agradeço a V.Exa. a paciência com que me ouve e lhe digo do desejo que tenho de trabalhar ao lado da sua Presidência, de modo a que os seus dois anos de mandato sejam produtivos. E nem um pouco me constrange este momento de debate que estamos enfrentando e que vamos enfrentar daqui para frente. Isso só me faz imaginar que este Congresso tende a crescer, quando nós rompemos com o silêncio de sepultura e partimos para o debate franco. Aqui pude colocar com clareza as minhas convicções. Vejam como foi bom desta vez ultrapassarmos o Regimento. Como foi bom desta vez e como vai ser bom a Oposição poder ultrapassar o Regimento. Se eu sentir que devo ouvir, vou ouvir. Se eu sentir que devo redarguir, vou pedir o aparte e se reida mesma maneira gentilmente atendido pelos meus colegas da Oposição.

Sr. Presidente, quero colaborar com V.Exa. na confecção de uma agenda positiva. Quero trabalhar com V.Exa. – com a mesma convicção da Prefeita Marta Suplicy quanto a de que é desnecessária a CPI lá, ou do Governador Olívio Dutra, quanto a de que foi desnecessária a CPI da Segurança no Rio Grande do Sul – dizendo que esta daqui é inconstitucional, canhestra, descabida, não acrescenta nada positivo ao momento de incertezas internacionais que só podem conturbar esse quadro econômico interno que, aliás, está muito bem posto. Eu entendo que a Oposição deva procurar vencer eleições, como fez o Ministro Tony Blair, não imaginando que tem de suceder ao caos, até porque, se há caos, ela continua no caos, e depois vem alguém para substituí-la. Imagino, isso sim, que é possível um governo ser bom e alguém ser melhor ainda, é possível o governo ser ótimo e alguém ser excelente. É possível, então, imaginarmos

que há, com certeza, a necessidade de buscar três ou quatro pontos de entendimento, e um deles seria o de que nesta hora alguém contribuir para inúteis agitações internas que tumultuem o mercado não é, na minha opinião, a atitude mais correta, mais sóbria, mais patriótica.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Era o que tinha a dizer. (*Palmas. O orador é cumprimentado.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Deputado Arthur Virgílio, antes de conceder a palavra ao ilustre Líder da Oposição, Senador José Eduardo Dutra, quero agradecer a V.Exa. as referências bondosas dirigidas à minha pessoa.

Apesar de respeitarseus argumentos, quero pedir a V.Exa. e aos colegas da Câmara dos Deputados, como pedi hoje aos Senadores, a compreensão de que não me foi possível, de forma alguma, resistir ao constrangimento, sentindo-me moralmente obrigado a assinar a constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito e a ela sugerir adendos. (*Palmas.*)

Entendo que a acusação feita contra mim, que se atribui há cerca de dezessete anos sem que eu nunca tenha tido sequer a oportunidade de receber uma única notificação, obriga-me, em face das circunstâncias, a apoiar a criação dessa CPI.

Antes de iniciaresta sessão, procurei o Senador José Eduardo Dutra. Quero dizer ao ilustre Líder do PT no Senado Federal que, após esta sessão do Congresso Nacional, tendo verificado com S.Exa. se minhas sugestões foram absorvidas – apesar de reconhecer a força dos argumentos de V.Exa., nobre Deputado Arthur Virgílio –, de forma moralmente irrecusável para mim, irei assinar o requerimento de constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra, por vinte minutos, para uma Comunicação de Liderança.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** (Bloco/PT-SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, o orador que me antecedeu, Deputado Arthur Virgílio, procurou fundamentar sua intervenção em alguns fatos históricos do nosso País e em exemplos de outras Casas legislativas. É lógico que no debate político cada um escolhe os fatos históricos que dão sustentação aos seus argumentos. Acho que o Deputado Arthur Virgílio poderia ter escolhido fatos históricos mais recentes e, já que estamos no Congresso Nacional, se referido a alguns que esta Casa testemunhou.

O nobre Líder do Governo diz que o requerimento da CPI proposto pela Oposição é absolutamente genérico, propõe investigar dez ou quinze casos e que, em função disso, não caberia a instalação da referida CPI.

Ora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, há apenas treze anos o Senado da República instalou uma CPI da Corrupção. O que dizia a ementa do projeto de resolução que a criou?

CPI destinada a investigar em profundidade as denúncias de irregularidades, inclusive corrupção na administração pública, ultimamente tornadas tão notória pelos meios de comunicação.

O item A estabelece como objetivo da CPI identificar responsabilidades no setor da administração pública em decorrência de qualquer tipo de corrupção.

O Relator desse projeto de resolução, Senador Chagas Rodrigues, do PMDB, disse o seguinte:

Não apurar as denúncias poderá ser entendido pela sociedade como descaso ou conivência, o que não será admissível, pois, no primeiro caso, significaria o caos da administração e, no segundo, o intuito de beneficiar o infrator. Não se pode permanecer omissos ante tal quadro, posto que com tão candentes acusações ou há injustiças por inverdade, e o acusador é um caluniador e deve ser desmascarado e punido, ou a denúncia é verdadeira, e o corrupto precisa ser identificado como culpado e rigorosamente punido.

Subiu à tribuna do Senado, para encaminhar favoravelmente ao projeto de resolução, o Líder do PMDB, Senador Fernando Henrique Cardoso.

Entre outras pérolas – já que, reconhecidamente, o saudoso Senador Fernando Henrique Cardoso era um belo orador –, disse o seguinte:

Como Líder da bancada do PMDB manifestei meu apoio a essa iniciativa do Senador Carlos Chiarelli e ao parecer do Senador Chagas Rodrigues. Parece-nos indispensável que em matéria de tal relevância, cujo interesse é do País e, portanto, do Governo, tudo se esclareça. O Senado não pode omitir-se. O objetivo exposto pelo Senador Carlos Chiarelli no seu requerimento é auto-explicativo. Trata-se do cumprimento

estrito das nossas funções constitucionais, e é indispensável que o poder de fiscalização do Congresso Nacional seja exercido em toda sua plenitude.

Continua o Senador Fernando Henrique Cardoso:

O fato de termos o partido da Maioria e de sustentarmos o Governo, ao contrário de nos inibir, leva-nos a aprovar manifestações dessa natureza, porque o Governo deseja o esclarecimento cabal dos fatos e, se não o desejar, não é democrático. Portanto, ele o deseja.

A conclusão a que podemos chegar, a partir desse discurso do então Senador Fernando Henrique Cardoso, é que o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso não é democrático, porque não deseja a apuração das denúncias. (*Palmas.*)

O Deputado Arthur Virgílio tem razão em um ponto do seu discurso: são vários os fatos a serem investigados, são muitas as denúncias. É Eduardo Jorge, é TELEBRÁS, é Banco Econômico. Realmente, são muitas as denúncias, porque, no momento em que foram feitas perante a sociedade, a Oposição tentou fazer instalar CPI a fim de que o Congresso Nacional as investigasse, mas a base de sustentação do Governo, de todas as formas, impediu que ela fosse constituída.

Há esse rol de denúncias, esse armário repleto de esqueletos porque, naquelas ocasiões, o Congresso Nacional, em vez de se comportar como Casa autônoma e independente, entre cujas competências constitucionais estão as de fiscalizar e investigar os atos do Governo, fiscalizar-se e auto-investigar-se, o Congresso Nacional, pela decisão de sua maioria, preferiu optar por ser uma espécie de ministério para assuntos parlamentares.

O Deputado Arthur Virgílio disse também uma frase que considero muito perigosa: "A má política complica a economia". Mas quem é o juiz que irá decidir o que é a boa ou a má política? Infelizmente – e o Deputado Arthur Virgílio citou os duros anos da ditadura –, esse tipo de argumento era brandido pela ditadura militar. Era o tempo do "milagre econômico", do "Brasil: ame ou deixe-o", em que diversos democratas, socialistas ou comunistas foram banidos, torturados e mortos exatamente por causa da visão de que a má política atrapalha a economia. A impunidade e a corrupção também atrapalham a economia. (*Palmas.*)

O deus mercado, tão bajulado por muitos, é sensível à impunidade e à corrupção. O deus mercado

também é volúvel com a impunidade e com a corrupção. A impunidade e a corrupção contribuem para a estagnação do País – diria que, neste momento, contribuem muito mais que qualquer investigação que esta Casa possa fazer.

Está provado, Sr. Presidente, Sras e Srs. Congressistas, que esta Casa – com todos os seus problemas, com todos os seus defeitos –, sem dúvida alguma é o Poder mais suscetível à pressão popular e o mais democrático. Com todos os seus defeitos, as investigações e conclusões das CPIs desta Casa têm contribuído fundamentalmente para a punição dos culpados.

Alguns dizem: "Nós somos a favor de investigar através dos trâmites normais da democracia". Como se uma CPI não o fosse. Dizem mais: "O Ministério Público está investigando". É verdade. No entanto, os mesmos que dizem que hoje o Brasil está mudando, porque um Senador foi cassado e preso por dois dias, e um ex-juiz e empresários foram presos, esquecem-se de que eles foram presos em função do trabalho de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. (*Palmas.*) O Ministério Público estava investigando a obra do TRT de São Paulo desde 1994, a partir de representação do Deputado Giovanni Queiroz, mas só com a instalação da CPI foi possível concluir o processo, não porque o Ministério Público seja incompetente, mas por causa das dificuldades que uma série de órgãos, como o Banco Central, por exemplo, impõem para fornecer informações.

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito consegue informações de forma mais rápida, porque temos esta tribuna e a imprensa e os Parlamentares as cobram do Banco Central e de outras instituições.

Ao contrário do que podem dizer alguns, a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito não significa, de forma alguma, diminuir a importância do Ministério Público, até porque todos sabem muito bem que as CPIs, pelo fato de terem mais agilidade e conseguirem provas contundentes com mais facilidade, produzem documentos que servirão para que o Ministério Público faça melhor o seu trabalho. Aí estão os exemplos, que acabei de citar, de Luiz Estevão, do Juiz Nicolau e de Fábio Monteiro de Barros. Exatamente a partir das provas produzidas pela CPI, o Ministério Público pôde concluir seu inquérito e preparar a peça que, sem dúvida alguma, será incontestável quanto à culpabilidade dessas pessoas.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, surpreende-me que agora o Líder do Governo, em função do desejo de evitar a instalação de uma



Comissão Parlamentar de Inquérito, tente, na prática, desqualificar alguns dos acusadores. Adianto a V.Exa., Senador Jader Barbalho, que todas as propostas que V.Exa. fez, em aditamento ao texto original, estão incorporadas ao requerimento de instalação da CPI, o que demonstra que para o PT e demais partidos da Oposição não há essa história de aliança preferencial com um lado ou outro da briga ou de aliança preferencial com essa ou aquela Liderança da base governista. Nossa aliança preferencial é com a ética na política, com o fortalecimento das prerrogativas desta Casa e com o processo de investigação. (Palmas.)

Quero dizer, com muita tranqüilidade e sinceridade, como está dito inclusive no discurso do então Senador Fernando Henrique Cardoso, que não há, por parte da Oposição, nenhum juízo de valor antecipado sobre a culpabilidade de quaisquer pessoas, quaisquer políticos citados nesse requerimento. Mas é pressuposto básico, para uma Casa que procura ratificar suas prerrogativa e independência, que se estabeleça esse processo de investigação até para, se for o caso, como está dito no parecer do Senador Chagas Rodrigues, desmascarar acusadores ou caluniadores e puni-los de acordo com a lei, até para, se for o caso, dar um atestado de honestidade a quaisquer das pessoas citadas.

O fato é que o ditado popular "quem não deve não teme" está ecoando alto na mente e no coração de todos os brasileiros que estão acompanhando esse processo de denúncias que vem desde a época da reeleição e passa pelos casos SIVAM, Pasta Rosa, Banco Central e outros. Gostaria de alertar os Srs. Deputados e os Srs. Senadores da base governista para o fato de que o Governo, qualquer que seja ele, por me lhor que seja – não é essa a minha opinião sobre o atual –, é temporário. Esta instituição, porém, é permanente e fundamental para o fortalecimento da democracia. A independência e as prerrogativas do Congresso Nacional inseridas na Constituição, conquistada a partir de amplo movimento de massas, do sangue e da luta de diversos brasileiros, simplesmente não podem continuar existindo apenas no papel.

**O Sr. Ademir Andrade** – Permite-me V.Exa. um aparte?

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Senador Ademir Andrade, concedo-lhe um aparte com muito prazer.

**O Sr. Ademir Andrade** – Senador José Eduardo Dutra, para contribuir com a Mesa e não tomar tempo especial em nome da Liderança do Partido So-

cialista Brasileiro, devo dizer que a todos os argumentos de V.Exa. se adenda mais um, que considero da maior importância: a CPI, além de apurar os inúmeros fatos objeto do requerimento, pode produzir efeito extremamente positivo, qual seja, a paralisação de mais um crime que o Governo pretende perpetrar contra a sociedade brasileira – a privatização das empresas brasileiras geradoras de energia. As irregularidades são flagrantes e claras, inclusive as cometidas no processo de privatização. Fala-se em polidíssimas comissões, em favorecimentos, em todo tipo de erros cometidos nesse processo. Apesar de tudo, o Governo teima em privatizar – na verdade, entregar – as geradoras de energia, quase o último patrimônio público do País. Acredito que a CPI ajudará a impedir a continuidade dessa política, política que levou a Argentina à situação em que se encontra hoje, mesmo fazendo tudo o que os países do Primeiro Mundo pediram, por intermédio do Fundo Monetário Internacional. O Brasil – ninguém se engane – está numa situação econômica extremamente difícil. A dívida pública brasileira é absolutamente impagável, apesar do enorme sacrifício imposto à população. A execução orçamentária tem gerado superávits primários, no entanto tudo o que arrancamos do povo só serve para pagar serviços da dívida. E tudo o que se vendeu não serviu para absolutamente nada. Portanto, o PSB está solidário com a necessidade de instalação dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, que, além de punir os culpados, esclarecer a opinião pública, fortalecer o conhecimento político do povo brasileiro, pode impedir que se cometa mais um crime contra a Pátria. Muito obrigado.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Muito obrigado, Senador Ademir Andrade. Como disse, o Governo tem procurado desqualificar as Lideranças que têm feito denúncias, talvez com o sentido de demonstrar que as denúncias são meramente fruto do rancor quem perdeu uma fatia do poder.

Ora, as denúncias que o Senador Antonio Carlos Magalhães fez nas conversas com os Procuradores não são novas. Quando da história do Eduardo Jorge tentamos instalar uma CPI, cujo processo foi abortado pelo Governo, inclusive com a ajuda de S.Exa. Ou não foi o Senador Antonio Carlos Magalhães que inventou a história daquela Subcomissão da CPI do Judiciário para poder apoiar o Eduardo Jorge?

O que me surpreende é que, durante seis anos, tenha havido coexistência tão pacífica, tão produtiva na base do Governo e, agora, as denúncias têm de

ser desqualificadas porque partem de alguém rancoroso. Ora, a novidade não são as denúncias em si. O novo é que denúncias formuladas pela Oposição agora são encampadas e reverberadas por alguém que participou do consórcio do poder durante os últimos seis anos, o que aumenta inclusive a responsabilidade da Casa em proceder à apuração.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, não quero ultrapassar os vinte minutos estabelecidos com a condescendência da Mesa. Quero dirigir minhas últimas palavras a V.Exa. Como já disse, todos os pontos propostos por V.Exa. como aditamento foram incorporados por nós ao texto do requerimento. Esses pontos são graves, sim, e merecem apuração do Congresso Nacional, independentemente de quem os tenha formulado. Entendo que V.Exa. não os apresentou meramente em razão de uma briga pessoal, porque sei de sua responsabilidade como Presidente da Casa.

Por isso, solicito a V.Exa. que assine o requerimento de criação dessa CPI. Espero que todos aqueles que seguem a sua liderança, que tenham contribuído com seu voto para elegê-lo, por maioria absoluta, Presidente do Senado acompanhem seu exemplo de V.Exa e também assinem o requerimento. *(Palmas.)*

**O SR. MIRO TEIXEIRA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (Bloco/PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o art. 131, combinado com o art. 6º da Resolução nº 1, de 1995, diz:

Ao Líder é lícito usar da palavra uma única vez, em qualquer fase da sessão, pelo prazo máximo de cinco minutos para comunicação urgente.

V.Exa. concedeu vinte minutos – é ótimo porque faltam debates à Casa – e, democraticamente, permitiu que tanto o Governo quanto a Liderança da Oposição no Senado se manifestassem por vinte minutos, com apartes etc.

Mas a situação é tão séria que deveríamos observar o prazo de cinco minutos para as Lideranças que quisessem se manifestar. Penso que completariamos esse ciclo virtuoso do debate democrático, num momento tão grave para o País.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Deputado Miro Teixeira, concedo cinco minutos a V.Exa.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** – Obrigado.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (Bloco/PTB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em seguida, peço a palavra como Líder do PTB, por cinco minutos também.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Pois não.

**O SR. JOÃO PAULO** – Deputado Miro Teixeira, solicito a V.Exa. aguardar um minutinho, por que o Líder da Oposição, Senador José Eduardo Dutra, está apresentando requerimento de constituição da CPI.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** – Se V.Exa. convencer o Sr. Presidente a paralisar o relógio...

**O SR. JOÃO PAULO** – A Presidência deve fazê-lo, enquanto dialoga com o Senador José Eduardo Dutra sobre a importância do Senador Jader Barbalho assinar o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Sr. Deputado Miro Teixeira, tem V.Exa. a palavra por 5 minutos.

*(Parlamentares apresentam cartazes.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Peço aos Deputados que mantenham o decoro, algo que interessa a todos nós, à instituição.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Tem a palavra o Sr. Deputado Miro Teixeira.

**O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** – Sr. Presidente, autorizo a questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Tem a palavra o nobre Deputado Geddel Vieira Lima.

**O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA** (PMDB-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já que as eminentes autodenominadas "lavadeiras do PT" com seu varal ... *(Apupos.)*

Acho até que poderíamos sugerir algo. E vejo que há casos antigos.

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. JOÃO PAULO** – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que determine a retirada dos Anais...

**O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA** – Há casos antigos. Poderíamos incluir a CPI do...

**O SR. JOÃO PAULO** – ... a palavra proferida pelo Líder...

**O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA** – “Lavadeira” não é ofensa. Mas, Sr. Presidente, não ofendi ninguém. Estou falando, estou sugerindo que coloquem ...

*(A Presidência faz soar as campainhas.)*

**O SR. JOÃO PAULO** – Estamos fazendo manifestação silenciosa, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Eu faria um apelo...

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA** – Ora, Sr. Presidente, vamos colocar a ... e tantas outras coisas. Isso é o que devemos fazer.

**O SR. JOÃO PAULO** – Esta é uma manifestação silenciosa...

**O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA** – Sr. Presidente, o Deputado cabeludo está nervoso, precisamos acalmar o Deputado Babá.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Eu pediria aos ilustres Deputados e Deputadas da Oposição, que já fizeram sua manifestação....

Concedo a palavra ao Deputado Miro Teixeira pelo prazo de 5 minutos.

**O SR. JOÃO PAULO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. JOÃO PAULO** (PT-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que mande retirar dos Anais a palavra proferida pelo Líder do PMDB – dita da maneira como o foi –, diante de manifestação silenciosa da Oposição no plenário, para que continue o debate em alto nível.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Deputado Miro Teixeira, a palavra está com V.Exa., pelo prazo de cinco minutos.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (Bloco/PDT-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, nós, da Oposição, há algum tempo temos tentado instalar Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar alguns fatos da vida nacional, e não temos obtido eco às nossas palavras. Temos mourejado muito pelos corredores em busca de assinaturas. Já denunciemos a maneira, do nosso ponto de vista, absolutamente irregular e nociva ao País como foram privatizadas estatais, especialmente as Teles. Mas não conseguimos nem assinaturas, nem repercussão.

Essa repercussão começa a surgir agora, quando membros da base do Governo adotam algumas poucas denúncias daquelas que fazíamos e acres-

centam outras para as quais, até então, não imaginávamos requerer Comissão Parlamentar de Inquérito, porque não considerávamos possível colher assinaturas de Parlamentares do PMDB para apurar casos relativos ao BANPARÁ, assim como não imaginávamos possível colher assinaturas de Parlamentares do PFL para averiguar fatos sobre a construção de um aeroporto em Salvador.

Na nossa dificuldade de Minoria, íamos tentando obter assinaturas aqui e ali para a apuração de fatos determinados, como manda a Constituição, porque nossos requerimentos são examinados com lupa e remetidos ao arquivo por alegado não-preenchimento dessa exigência constitucional. Não requeremos em nenhum momento Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Dossiê Cayman, mencionado pelo Senador Antonio Carlos Magalhães; quem falou em OAS agora e de outras empresas referidas no nosso requerimento de CPI foi o Sr. Senador Jader Barbalho.

Sr. Senador Jader Barbalho, Sr. Senador Antonio Carlos Magalhães, não nascemos ontem. V.Exas. estão discutindo poder, sucessão presidencial, procurando, pelo menos, encontrar o caminho que seguirão para derrotar um candidato da Oposição, porque estão querendo tomar bandeiras dela. Denunciamos esses aspectos da vida nacional sem obter qualquer repercussão.

Agora se começa a perceber que, enquanto nós da Oposição estamos lutando para encontrar uma candidatura unitária, que nos remeta às ruas, dizendo que queremos um País livre de dúvidas, V.Exas. trazem fatos de quinze, dezesseis anos atrás. A mim não convence a afirmativa de que estão lutando pelos melhores motivos daqueles que se entregam à luta pela ética na política. Estão lutando, sim, mas pelo poder. A nós serve essa briga, porque queremos CPI. Mas devo dizer – e estava ansioso para fazê-lo – que não estamos sendo tapeados.

V.Exas., que conhecem os escaninhos do poder, que se conhecem quando se acusam, subscrevem nossas palavras, antes tachadas de manifestações de ressentidos e derrotados. Podemos realmente perder eleições. Não temos acesso aos meios de campanha que, como se vê nas denúncias por nós acolhidas, são fartos, mas são públicos. É dinheiro que está sendo tirado do povo brasileiro, de hospitais, de escolas, há décadas.

Senador Jader Barbalho, aqui há fatos para investigar da época em que era Presidente o Senador José Sarney. Corrija-me V.Exa., se estiver errado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Deputado Miro Teixeira, peço a V.Exa. que conclua.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** – Estamos demonstrando ao povo brasileiro que a nós nunca faltou a verdade. Não caluniamos, não difamamos e também não nos vamos enganar quanto às realidades da luta na base do Governo. Mas a CPI é necessária.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Tem a palavra o Deputado Roberto Jefferson, pelo prazo de cinco minutos, como Líder.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (Bloco/PTB-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados e Senadores, por unanimidade, a Comissão Executiva meu partido, o Partido Trabalhista Brasileiro, formada pelos trinta Deputados Federais, fechou questão quanto à não-assinatura de pedido de criação de CPI, qualquer que seja.

Sr. Presidente, entendemos sua posição: V.Exa. está premido por circunstância da qual não pode fugir. Temos a mesma fé – que é a comparação que alimenta – de que essa CPI não avance, porque o fascismo que temos visto instalado no País depois da Revolução vem da CPI.

Vi o ex-Presidente desta Casa Ibsen Pinheiro sendo incensado por essa mesma turma que hoje traz o varal para o plenário. O que o povo quer esta Casa acaba querendo. Vi o final do ex-Deputado Ibsen Pinheiro, depois, nas mãos dessa mesma turma, que o pendurou no mesmo varal.

Sr. Presidente, essa gente não é a nossa. O PTB até assinaria a criação de CPI sobre um fato novo, se a CPI do Lixo fosse instalada em São Paulo com o apoio do PT, que a combate e não a quer ver instalada em hipótese alguma, porque vai paralisar um Governo sério.

Essa CPI, hoje, tem um objetivo claro para o Brasil: instalar o processo sucessório e paralisar o País. O mundo da economia sucumbe em torno de nós, e vamos fazer o jogo da Oposição apenas para instalar o debate sucessório neste Parlamento.

O PTB não assina e não tem medo desse clamor que a Oposição levanta e que, como disse o Deputado Miro Teixeira, sequer aduz informações ao café requentado de quinze anos. S.Exa. mesmo diz que essa é uma luta de poder e que quer a CPI porque deseja o processo sucessório.

Não vamos apostar nesse caos, nem no fascismo da CPI, que não depende mais de nós, após instalada. Ela é uma bituta que sempre se move sob o influxo o vento da mídia. Temos visto nesta Casa: as

pessoas mais desprezíveis são as que viram mocinhos de CPI – pessoas que não resistiram a cinco minutos de investigação.

Tenho vinte anos de mandato parlamentar e vi muito cidadão batendo no peito, naquela tribuna: ética, moral, família – ética pelo prisma que olha. Depois, vamos descobrir que ele não resiste a cinco minutos de investigação, que não merece sequer arrostar um disfarce de moralidade pública.

Sr. Presidente, toda a sua fé é moralista; o discurso moralista lhe cai perfeito. O que ele prega não pratica. Ouvi apartes sobre ética de gente que está atada em precatórios até a orelha. Ética dos outros; aqui de casa, não. E nessa o PTB não vai embarcar.

Não há clamor nenhum de rua. Essa é uma luta interna do Congresso Nacional, de qual a Oposição quer tirar proveito. A Oposição não gerou um fato novo, não fez uma investigação sequer. É uma luta de partidos da base, aliados, na qual a Oposição quer pegar carona.

O PTB, com toda a serenidade, já fez questão: não assina pedido CPI. Não vamos colocar azeítone na empada da Oposição, e não vamos vê-la, cavalgando os ventos da mídia, desgraçar companheiros do Congresso Nacional.

Por que CPI só vale se destruir um Senado ou um Deputado. Ela precisa disso, ela é sempre autofágica, é sempre alimentada pelo sentimento mais fascista.

Essa conversa de moralidade pública, de que o povo quer... Como? Esses cidadãos têm o monopólio da vontade do povo? Com as CPIs que fizeram no passado, perderam as eleições. Portanto, não têm o monopólio do pensamento, nem do sentimento do povo!

O Deputado Miro Teixeira disse muito bem. Essa discussão faz parte da guerra de dois grandes políticos nesta Casa. O PTB, que aposta na pacificação, não joga na crise, não vai querer o final do Governo agora, nem tampouco um processo sucessório instalado do pior jeito.

"O homem é o lobo do homem", Herman Hesse já disse. O político é o lobo do político. Aqui só se cresce se tiver a escada do cadáver da reputação alheia. Não vamos assinar essa CPI, Sr. Presidente, vamos combatê-la, vamos ficar contra ela, esperando que o bom senso volte à Casa e que, com serenidade, possamos avançar no papel fundamental do Congresso: legislar em favor do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. WALTER PINHEIRO** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, desta tribuna, o Deputado Arthur Virgílio falou em acúmulo, em quantidade. Agora, ouço alguns falar em café requeijado, em fatos que não foram criados pela Oposição. Obviamente, a Oposição não criou esses fatos. Os fatos hoje estão acumulados por um processo de represamento, mediante longa operação de abafamento da pora aqueles que acham que qualquer apuração é suficiente para paralisar Governo, que qualquer providência adotada por Parlamentares para o cumprimento do dever constitucional é suficiente para que a Casa não vote.

Estamos numa noite de quarta-feira. Não há CPI instalada no Congresso Nacional que tenha tido como objeto a apuração de tal volume de corrupção. No entanto, está assentado no Congresso Nacional o clima da paralisia. A inércia no debate das questões centrais do País, portanto, não foi gerada pela Oposição.

A história recente aponta que a descoberta dos problemas e fatores de corrupção não vem de fora, mas de dentro. Pedro Collor saiu da estrutura familiar do Presidente Fernando Collor de Mello.

Alguns Deputados falam que a Oposição se aproveita de uma discórdia. Mas não se trata de discórdia pessoal entre o Senador Antonio Carlos Magalhães e o Senador Jader Barbalho. Há fatos noticiados, há ações concretas. Alguém acha que a destituição da direção do DNER aconteceu por mera ciúmeira, por picuinha? Falaram aqui, dizia até que de forma ingrata, Deputado Arthur Virgílio, sobre alguém que durante seis anos apoiou sistematicamente o Governo e o defendeu quando estava na Presidência do Senado. Fazia parte da "operação abafa", para que as fitas da TELEBRÁS não pudessem ser objeto de apuração. Empouco tempo desqualificaram o agente das denúncias que durante seis anos foi o fiel condutor da política do Governo nesta Casa. Quatro deles foram como Presidente do Congresso Nacional. Todos têm uma história interessante nesse aspecto.

Há um conjunto de denúncias e fatos a serem apurados. É óbvio que a Oposição não tem condição para julgar nem cabe a ela fazê-lo. Compete-lhe exigir o fórum correto. Alguns falam que esses ataques se devem à mídia. A mídia gostaria, sim, de continuar com esses ataques, com assuntos que reverberam,

que ocupam as páginas dos jornais e das revisões semanais, a cada dia com mais e mais assuntos. A única forma eficaz que o Congresso Nacional tem é cumprir seu dever. Fariseu é o Deputado, é o Senador que quer fugir das suas atribuições constitucionais, de cumprir o papel de fiscalizar os atos do Executivo. Isso, sim, é ser fariseu!

Defender padrões éticos não é falso moralismo. Desde quando defender a ética é falso moralismo? Subverte-se a ordem, tão subvertida quanto à lógica a partir de uma operação que acaba produzindo mais corrupção para abafar a corrupção. O que será distribuído, ofertado? Que promessas serão feitas a Senadores e Deputados para que a suposta estabilidade seja garantida e a corrupção, contra a qual toda a sociedade clama e quer ver apurada, continue sem ser desvendada?

Urge, portanto, a instalação da CPI, e a sociedade gostaria de ver o resultado, porque aqui não temos capacidade de decidir antes de julgar. A única possibilidade de afirmar que há culpados e inocentes se dá no final do processo investigatório.

O desafio está lançado para aqueles que querem olhar nos olhos dos seus filhos, poder bater no peito e sair da vala comum. Nem todos aqui são iguais, e a forma de tratar essa diferença é exatamente apurando, apontando os verdadeiros envolvidos nesse mar de lama lançado sobre o Congresso Nacional. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) - Concedo a palavra ao Deputado Inácio Arruda, por cinco minutos, pelo Bloco PSD/PCdoB.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB-CE. como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, quero inicialmente louvar a iniciativa do Deputado Arthur Virgílio. S.Exa. patrocina uma noite de debate em torno dessa questão e sustenta que os opositores do Governo usam argumentos da velha UDN, do falsos moralistas para investigar denúncias de corrupção.

Ora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, talvez S.Exa. tivesse de buscar artigo mais recente, de outro articulista da **Folha de S.Paulo**, Jânio de Freitas, que diz que o nosso problema é que a corrupção saiu das raias do aceitável. Não se trata, pois, de problema de falso moralismo. Não estamos discutindo isso. Existem sucessivas denúncias de corrupção nesse ente chamado Governo brasileiro.

Não podemos imaginar que possamos destruir a República porque iremos investigar. Pablo Neruda, há mais de 60 anos, para se falar efetivamente de um

poeta e escritor, dizia: "O povo quer saber quem é leal à coisa pública e quem traiu a coisa pública." É isso que o povo quer saber. O povo quer estar ciente de quem está agindo corretamente na máquina pública.

A lealdade de V.Exa., Deputado Arthur Virgílio, não é ao Sr. Fernando Henrique Cardoso, nem ao seu Governo, mesmo que V.Exa. seja seu Líder. V.Exa. tem de prestar lealdade ao povo brasileiro e não ao Governo.

Lastimo o fato de o Presidente da República ir à mídia brasileira pedir lealdade a ele, Presidente da República, à sua pessoa, e não ao nosso povo, ao povo brasileiro que tem assistido a esse mar de denúncias no nosso País. (Palmas.)

Com todo respeito às lavadeiras do nosso País – aliás, elas merecem respeito –, mas não estamos aqui para buscar o falso moralismo. Queremos que as denúncias de corrupção sejam apuradas porque precisamos dessa gordafatia que tem destinada a propinas em nosso País. Precisamos desses recursos. Esses recursos precisam ir efetivamente para a educação, para a saúde, para o combate à praga do dengue, que mata pessoas em todos os lugares do País; para o combate à malária, meu caro Deputado Arthur Virgílio, que ainda vem da floresta amazônica.

As denúncias de corrupção que não são apuradas, no entanto; não deixam que sobre dinheiro para defender a vida do povo brasileiro. É isto que está em causa agora no Congresso Nacional. (Palmas.) Não está em causa a lealdade ao Sr. Fernando Henrique Cardoso e ao seu Governo. Não cabe essa lealdade.

Há, ainda, uma particularidade: todos os nossos Deputados, 100% deles – falo pelo PCdoB e pelo PSB –, assinarão o requerimento de instalação dessa CPI. São todos eles favoráveis à criação dessa CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) - Deputado Inácio Arruda, peço a V.Exa. que conclua seu pronunciamento.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** - Concluirei, Sr. Presidente.

Aliás, se V.Exa. e outros Líderes tiverem alguma suspeita sobre a atividade dos Deputados e Senadores, nós estamos às ordens. Nós não temos receio. (Palmas.)

Como disse o Deputado Roberto Jefferson, nós realizamos uma CPI que casou um bando de corruptos da era Collor e não ganhamos a eleição. Não ganhamos mesmo, porque o objetivo daquela CPI não era ganhar a eleição. Aliás, quem ganhou com a eleição foi o Governo que V.Exa. defende, não fomos nós. Mas nós a fizemos. Nós mantivemos aqui, com firmeza,

a posição que deveríamos apurar até o final. É isso que está em causa. E se V.Exa. quer que este Plenário seja efetivamente leal, peça aos Deputados e Senadores, às Deputadas e Senadoras, que mantenham a sua lealdade ao povo brasileiro. Basta isso. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Passa-se à

## ORDEM DO DIA

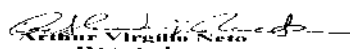
**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) - Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. Secretário em exercício, Deputado Robson Tuma.

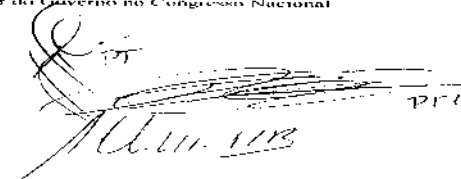
É lido o seguinte:

### REQUERIMENTO Nº 48, DE 2001 \_ CN

Requeremos, nos termos do art. 34, parágrafo único, do Regimento Comum, a inversão da Ordem do Dia para apreciarmos, primeiramente, os seguintes itens da pauta: 18, 29, 30, 36, 37, 47, 7, 8 e 13 referente às Medidas Provisórias nºs 2.099-35, 2.104-16, 2.107-12, 2.118-28, (retirada), 2.121-40, 2.138-4, 2.083-32, 2.084-72 e 2.091-17.

Sala das Sessões, em 21 de março de 2001.

  
Arthur Virgílio Neto  
Deputado  
Líder do Governo no Congresso Nacional



**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Em votação o requerimento.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PPB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar contra o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Não há encaminhamento neste tipo de requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Em votação o Requerimento nº 48, de 2001-CN, de inversão, na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores o aprovam permanentemente como se encontram.

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Item 18 da pauta:

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.099-35, DE 2001**

**Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 2.099-35, publicada em 23 de janeiro de 2001, que "dispõe sobre a renegociação de dívidas no âmbito do Programa de Crédito Educativo e dá outras providências".**

À medida foram apresentadas três emendas, dependendo de pareceres a serem proferidos em plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Concedo a palavra, para oferecer parecer quanto à admissibilidade, ao nobre Senador Gilberto Mestrinho.

**O SR. GILBERTO MESTRINHO** (PMDB-AM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, com fundamento no art. 62 da Constituição, o Presidente editou a Medida Provisória nº 2.099, de 22 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a renegociação de dívidas no âmbito do Programa de Crédito Educativo e dá outras providências.

O referido diploma legal constitui a reedição de medida provisória de idêntico teor, com base em dois artigos, que vai desde a consolidação de refinanciamento uma única vez do saldo devedor daquele conteúdo até as medidas finais de liquidação do crédito.

Essa medida provisória recebeu três emendas, que foram apresentadas no prazo regimental: a Emenda nº 1, que dava nova redação ao parágrafo único do art. 3º, com o objetivo de elevar de 35% para 40% o prêmio pelo pagamento antecipado das prestações.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Senador Gilberto Mestrinho, V.Exa. conclui pela admissibilidade da medida provisória? Há um recurso sobre a mesa. Posteriormente, chamarei V.Exa. para se manifestar, caso o recurso não prospere, sobre a constitucionalidade e o mérito.

Peço, portanto, a V.Exa., neste momento, para submeter o recurso.

**O SR. GILBERTO MESTRINHO** – Constitucional e regimentalmente, pela aprovação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Vou submeter à votação o recurso, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Deputado Robson Tuma.

É lido o seguinte:

#### **RECURSO Nº 2, DE 2001 – CN**

Senhor Presidente,

Apresentamos, nos termos do art. 5º, § 1º, in cis o I, da Resolução nº 1, de 1989 – CN, o presente recurso para que o Plenário do Congresso Nacional delibere sobre a admissibilidade da Medida Provisória nº 2.099-35.

Sala das Sessões, 21 de março de 2001. – Senador **José Eduardo Dutra**, Líder do PT – Deputado **Walter Pinheiro**, Líder do PT – Deputado **Professor Luizinho**.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Em votação, na Câmara dos Deputados, o Recurso nº 2, de 2001-CN.

**O SR. RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. RICARDO BARROS** (PPB-PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, somos pela rejeição do recurso.

**O SR. JOÃO PAULO** – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar, como autor.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. JOÃO PAULO** (PT-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, como apreciaremos nesta noite nove medidas provisórias, quero inaugurar esta tratando da admissibilidade. Evidentemente, mantereí o recurso para todas as medidas, porque é uma questão de princípio o debate sobre o que é urgente e o que é relevante.

Sr. Presidente, o art. 62 da Constituição Federal, quando da sua elaboração, trouxe exatamente ao debate, em que se estava prevendo ou se discutindo com mais ênfase, a possibilidade da instituição do parlamentarismo. De contrabando, esse artigo e seu parágrafo único dizem respeito ao regime presidencialista. Em muitos momentos, o artigo trata, como o caso desta medida provisória, de assunto que não tem urgência ou relevância alguma, poderia ter sido discutido no âmbito da Câmara, passado pelas Comissões, como outros de que trataremos adiante.

V.Exa. é testemunha, assim como Deputados e Senadores. Ele poderia perfeitamente seguir o rito ordinário da Casa: ser debatido na Comissão, o Relator emitiria parecer sobre ele, até chegar ao Plenário e ser votado. Não é o que se percebe. Por meio de medida provisória, que temos de várias formas tentado regulamentar, vemos medidas dessa natureza completamente impertinentes, as quais não têm urgência nem relevância para serem apreciadas.

Sr. Presidente, deixo este recurso contra a admissibilidade inicial, dizendo que não se trata de questão urgente, uma vez que poderia ser tratada no rito ordinário.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

**O SR. RICARDO BARROS** (PPB-PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta medida provisória foi reeditada pela trigésima quinta vez. Temos os seus efeitos já consolidados. Ela foi editada naquele momento para atender ao crédito educativo. Há sobre a mesa recursos para todas as medidas provisórias apresentadas.

Vamos discutir aqui a questão de mérito. Temos o compromisso do Presidente Aécio Neves de colocar em pauta emenda à Constituição que dispõe sobre a restrição ao uso das medidas provisórias. Já é consenso nesta Casa que devemos tratar do assunto.

No caso, repito, estamos examinando medida provisória já reeditada pela trigésima quinta vez; trataremos também de medidas reeditadas setenta vezes. Portanto, não se ria o caso de, no momento, apreciarmos o mérito da edição da medida em si.

Sr. Presidente, o instituto da medida provisória pode não ser o melhor instrumento, mas entendemos ser fundamental que ele, pelo menos, exista. Hoje, a Argentina tem dificuldades por não ter o instrumento da medida provisória para responder imediatamente, por ter que enfrentar crise, momento difícil. É importante que tenhamos esse instrumento, e que analisemos a restrição às medidas provisórias. Não acredito que haja pertinência nesses recursos.

Então, encaminhamos contra o recurso e pela votação e apreciação imediata do mérito da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Em votação o Recurso nº 2, de 2001-CN, na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

REJEITADO.

A matéria não vai ao Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao nobre Relator, Senador Gilberto Mestrinho, para manifestar-se quanto à constitucionalidade e ao mérito da matéria.

**O SR. GILBERTO MESTRINHO** (PMDB-AM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quanto à admissibilidade da Medida Provisória nº 2.099-35, de 2001, somos pelo reconhecimento da urgência e relevância com que a matéria deve ser tratada.

Quanto ao mérito, opinamos pela aprovação, na forma do texto original.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – O parecer conclui pela aprovação da medida provisória e rejeição das emendas apresentadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Em discussão a medida provisória e as emendas.

Concedo a palavra ao Deputado Fernando Coruja, por cinco minutos.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (Bloco/PDT-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tendo em vista a ansiedade do nosso Bloco Parlamentar para ver V.Exa. assinar o requerimento de criação dessa CPI, declinarei deste pronunciamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PPB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, cumprimento o Líder João Paulo por apresentar recurso contra a admissibilidade da matéria. Essa medida provisória está sendo reeditada pela trigésima quinta vez, desde o ano de 1991, época em que foi apresentada pela primeira vez, e não está sendo atualizada. Temos sucessivos problemas quanto ao crédito educativo. O Relator a apresenta para ser apreciada e votada nos termos do projeto original.

Será que, desde a primeira edição, em 1998, até agora, não ocorreram novos fatos com relação ao crédito educativo? Só se não estivermos vivendo no Brasil. Quem vive neste País sabe que temos sérios problemas com o crédito educativo ano a ano.

Certamente, a grande maioria talvez não esteja acompanhando as dificuldades por que passam os estudantes brasileiros nas várias universidades. Admitir que os estudantes universitários não estão tendo problema com o crédito educativo é fazer papel de total desatento à realidade brasileira. O mínimo que se pode fazer é aprovar o projeto de conversão, contemplando as situações de crédito educativo dos demais anos.



Não se pode, depois de 36 reedições, votar a medida nos termos originais. Isso só seria possível no faz-de-conta. Depois de 36 reedições, admitir matéria dessa importância seja apresentada para ser votada, nos termos originais, é considerar que os anos de 1998, 1999 e 2000, com relação ao crédito educativo, foram uma maravilha: ninguém teve problema; ninguém está devendo; a Caixa Econômica Federal está concedendo crédito a todos que dele precisam. Não está havendo problema algum com o crédito educativo. Estou louco, vivendo uma outra realidade. Na minha base, todas as semanas escuto alguém reclamar que não conseguiu crédito educativo.

Estamos votando uma enganação. Aviso a todos estudantes brasileiros que estamos votando medida provisória que só vale para o ano 1998. A situação de 1999, 2000 e 2001 só será resolvida daqui a quatro ou cinco anos. Isso se o estudante conseguir continuar matriculando-se nas faculdades brasileiras. A imagem de que estamos resolvendo a questão do crédito educativo, ao votar a medida provisória, é mentirosa. Só estamos decidindo a questão da dívida remanescente, anterior a 1998, nada estamos resolvendo.

Como lembrou o Deputado João Paulo, se fosse por intermédio de projeto de lei, poderíamos tê-la emendado, ter feito algo que contemplasse as necessidades dos estudantes. Achar que votando a medida provisória será resolvido o problema do crédito educativo é vender ilusão.

Aliás, o que fazemos neste País é só isso. Estas são acabasendo uma ilusão, porque já deveria ter decidido questões das várias medidas que tinham sido acordadas. Quem provocou a discussão de assunto que acabou interessando à Oposição foi o próprio Governo. Quem primeiro pediu a palavra foi o Líder do Governo. S.Exa. trouxe à liça toda a discussão, o que, lógico, interessou à Oposição, que acabou complementando.

Mas o que quero dizer, envergonhado, é que estamos, às 21h38min desta quarta-feira, votando medida provisória de crédito educativo que nada resolve.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao Deputado Orlando Fantazzini.

**O SR. ORLANDO FANTAZZINI** (PT-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, é a primeira vez que venho à tribuna na sessão do Congresso Nacional. Sentado, ouvindo atentamente o Deputado Miro Teixeira pronunciar-se, em razão de a Oposição ter levantado o seu verbal, senti-me de volta à Câmara Municipal de Guarulhos, de onde saí e exerci três mandatos de Vereador.

As acusações à Oposição são idênticas: as lavadeiras. Em Guarulhos, acusavam-nos de lavadeiras porque buscávamos combater a corrupção e o fizemos. Cassamos o mandato do Prefeito Néfi Tales e mandamos quatro Vereadores para a cadeia.

Somos lavadeiras, sim; lava mos a roupa suja da corrupção. Aqueles que nos impingem o nome de lavadeiras conhecem muito bem a Oposição e temem a nossa força, porque lavamos essa imundície que toma conta do País, ou seja, os atos de corrupção.

Não me senti ofendido. Muito pelo contrário, senti-me novamente reconhecido como alguém que continua lutando contra a corrupção. Por isso, o Deputado João Paulo não precisa pedir a retirada da expressão lavadeira, porque esse adjetivo nos cabe – não nos caberia o antônimo de lavadeira. Esse adjetivo cabe à Oposição, sim, porque o nosso papel tem sido o de mandar para a cadeia aqueles cujos comportamentos não condizem com o mandato parlamentar, que deve ser caracterizado pela honra e pela fiscalização da coisa pública, a fim de que seja tratada com respeito e dignidade.

A par dessa questão, diante da problemática abordada pelos Deputados João Paulo e Arnaldo Faria de Sá, entendemos que ainda é o mínimo que se pode oferecer neste momento. Aqueles que reclamam e dizem que isso é pouco dão sustentação a este Governo neoliberal, que nega àqueles que têm necessidade e querem estudar o direito de fazê-lo em universidades públicas, obrigando-os a buscar o ensino particular. Para esses, infelizmente, só resta o crédito educativo.

Essa medida provisória possibilitará um mínimo possível de refinanciamento. E a nossa bancada deliberou votar favoravelmente, embora haja esses problemas a que me referi.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, gostaria ainda de manifestar minha indignação contra a atitude do Secretário de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo, que, apesar de conhecer a problemática que vivemos neste País – violência, insegurança, falta de recursos na área educacional –, tem-se recusado sistematicamente a atender este Deputado Federal e a comunidade que trabalha no Programa Agente Jovem, do Governo Federal, que não vem repassando os recursos da bolsa-escola, no valor de 65 reais por aluno em regime de liberdade assistida pela FEBEM e em área de risco.

Embora ten te dar uma bol sa de es tu do no va lor de 65 reais a jovens carentes, o Governo não fornece as condições básicas da educação, obrigando os es tu dan tes a re cor re rem ao cré dito edu ca ti vo. É um con tra-sen so. Jovens e adolescentes buscam recursos fi nan ce i ros para pagar as mensalidades dos cursos universitários, en quan to o Go ver no Fe de ral faz alarde sobre a bolsa-escola de 15 reais.

Crianças e adolescentes faturam muito mais por dia, em qualquer esquina, do que os 15 reais que o Governo Federal pretende dar-lhes por mês, com o Programa Bolsa-Escola. É o país do contra-senso. Ainda assim somos favoráveis a essa medida provi s ó ri a.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Encer rada a discussão.

Em votação a medida provisória nº 2.099-35, de 2001, na Câmara dos Deputados, ressalvadas as emendas.

As Sras. e os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADA.

**O SR. JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Sr. Presi dente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** (Blo co/PSB-MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presi den te, registro o voto contrário do Bloco Parlamentar PSB/PCdoB.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Está registrado, nobre Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Em votação a Medida Provisória no Senado Federal, ressalvadas as emendas.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADA.

Votação em globo das emendas de nºs 1 a 3, de parecer contrário, na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Deputados que as aprovam per maneçam como se encontram (Pausa.)

REJEITADAS. Não vão ao Senado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a Medida Provisória apro vada:

## **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.099-35, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2001**

### **Dispõe sobre a renegociação de dí- vidas no âmbito do Programa de Crédito Educativo, e dá outras providências.**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Os saldos devedores dos contratos celebra dos no âmbito do Programa de Crédito Educativo poderão ser consolidados e refinanciados, uma única vez, nos termos desta Medida Provisória.

Art. 2º Os contratos de refinanciamento celebra dos nos termos desta Medida Provisória con terão cláusulas de garantia do valor financiado, conforme estabelecido em resolução da Caixa Econômica Fe deral.

Art. 3º No ato de composição do saldo devedor, será concedido abatimento de trinta por cento da im portância devida a título de correção monetária, no caso dos contratos celebrados após 1º de março de 1991, valor este que será automaticamente incorpo rado, devidamente corrigido, ao valor refinanciado na hipótese de inadimplemento do contrato.

Parágrafo único. O abatimento de que trata o ca put será de trinta e cinco por cento no caso dos con tratos que se en con trem com to das as pres ta ções em dia na data da composição.

Art. 4º No contrato de refinanciamento nos ter mos desta Medida Provisória, o valor do saldo deve dor consolidado passará a inte grar o prin ci pal da dí ví da, e, sobre o mesmo passarão a ser calculados os en car gos devidos, na forma da legislação aplicável.

Art. 5º O saldo devedor consolidado poderá ser refinanciado em até cento e oitenta meses, observa do o seguinte:

I – o prazo de refinanciamento não poderá su pe rar três vezes o período da utilização do cré di to edu ca ti vo, computado em semestres; e

II – a prestação resultante do refinanciamento não poderá ser inferior a R\$150.00 (cento e cinquenta reais).

Parágrafo único. Excepcionalmente, na hipótese de a prestação resultante do refinanciamento nos ter mos des te ar ti go ul tra pas sar a trin ta por cen to da ren da familiar bruta do contratante, fica a Caixa Econô mica Federal autorizada a dispensar a aplicação do inciso II.

Art. 6º Na hipótese de quitação imediata do saldo devedor consolidado, serão concedidos os seguintes descontos:

I – dez por cento do valor devido no caso dos contratos celebrados até 28 de fevereiro de 1991;

II – trinta por cento do valor devido no caso dos contratos celebrados a partir de 1º de março de 1991.

Art. 7º As prestações dos contratos refinanciados nos termos desta Medida Provisória terão vencimento no último dia útil de cada mês de competência, e sobre estas incidirão:

I – multa de dois por cento no caso do pagamento até o último dia útil do mês subsequente ao do vencimento;

II – abatimento de cinquenta por cento da importância correspondente aos juros no caso do pagamento até o dia 25 do mês de vencimento, ou dia útil imediatamente anterior.

§ 1º Em qualquer hipótese, a amortização do financiamento será feita pelo valor integral da prestação devida.

§ 2º Fica a Caixa Econômica Federal autorizada a rescindir o contrato de refinanciamento e a proceder à execução do valor total da dívida em caso de não-pagamento da parcela no prazo referido no inciso I deste artigo.

Art. 8º É facultada, a qualquer tempo, a amortização parcial do saldo devedor dos contratos refinanciados na forma desta Medida Provisória, dispensada a cobrança de juros sobre a parcela antecipada, observado o disposto no inciso II do art. 5º.

Parágrafo único. Na hipótese de quitação total do saldo devedor, será concedido um abatimento de vinte por cento do seu valor na data de quitação.

Art. 9º As condições de refinanciamento estabelecidas nos arts. 3º a 7º desta Medida Provisória serão válidas:

I – até 30 de dezembro de 1999, para os contratos cuja carência tenha terminado até 28 de fevereiro de 1999;

II – pelo prazo de noventa dias contados do término da carência, para os contratos com término do período de utilização até o segundo semestre letivo de 1999.

Parágrafo único. Na hipótese de adesão do estudante em fase de utilização do Programa de Crédito Educativo ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, de que trata a Medida Provisória nº 2.094-24, desta data, serão concedidos os abatimentos previstos no art. 3º desta Medida Provi-

sória, sujeitando-se o saldo devedor resultante às normas do referido Fundo.

Art. 10. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida nº 2.099-34, de 25 de janeiro de 2001.

Art. 11. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Item 29:

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.104-16, DE 2001**

**Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 2.104-16, publicada em 26 de fevereiro de 2001, que "acresce dispositivos à Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, para facultar o acesso ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e ao seguro-desemprego".**

À medida foram apresentadas dez emendas, dependendo de parecer a ser proferido em plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado José Thomaz Nonô.

**O SR. JOSÉ THOMAZ NONÔ** (Bloco/PFL-AL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, o Exmo. Sr. Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição Federal, editou a Medida Provisória nº 2.104-16, que "acresce dispositivos à Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, para facultar o acesso ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e ao seguro-desemprego.

Na exposição de motivos que acompanha a mensagem presidencial, o Exmo. Sr. Ministro de Estado do Trabalho e Emprego alega que a referida proposição de correção do veto integral ao Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 1995 – Projeto de Lei nº 2.001, de 1991, na Casa de origem –, que tratou da concessão do seguro-desemprego, sem, no entanto, fixar as necessárias regras para a extensão do benefício a essa categoria profissional, apresentando inadequações que desaconselharam a sanção presidencial.

A matéria é da maior relevância, pois tem por finalidade a efetivação de direitos que os trabalhadores domésticos há muito esperavam. A medida provisória faculta a inclusão do empregado doméstico no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço mediante requerimento do empregador.

A inclusão no sistema do FGTS, instituída pela medida provisória, assegura ao empregado doméstico dispensado sem justa causa o benefício do seguro-desemprego, no valor de um salário mínimo, por um período máximo de três meses de forma contínua ou alternada.

Por último, estabelece ainda que, para fazer jus ao citado benefício, o empregado deverá trabalhar como doméstico por um período mínimo de 15 meses nos últimos 24 meses, contados da dispensa sem justa causa.

À medida provisória foram apresentadas dez emendas.

É o relatório.

Cabe a este Plenário, Sr. Presidente, emitir parecer sobre constitucionalidade e mérito da medida provisória sob exame.

Em relação à constitucionalidade, não há reparos a fazer. O Sr. Presidente da República, ao editá-la e submetê-la à apreciação do Congresso Nacional, fez uso da prerrogativa que lhe confere o art. 62 da Carta Magna.

Houve observância estrita do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal, segundo o qual é competência privativa da União legislar sobre direito do trabalho. Em relação às demais normas da Lei Maior, também não se vislumbra qualquer ofensa.

O ato atende também ao pressuposto da juridicidade, porquanto apto a ingressar no ordenamento jurídico, e atenta para a boa técnica legislativa.

Quanto ao mérito, não há nada a opor, dadas as convincentes razões invocadas pelo Governo na exposição de motivos que acompanhou a primeira edição da medida enviada ao Congresso Nacional. Em verdade, a medida deverá beneficiar cerca de 5 milhões de empregados domésticos. A maioria, infelizmente, ainda trabalha na informalidade.

A iniciativa governamental vem, portanto, em boa hora e constitui, sem dúvida alguma, o resgate de significativa dívida social para com essa classe de trabalhadores.

Como já mencionamos, dez emendas foram apresentadas à medida provisória. As Emendas nºs 1, 3 e 10 dão nova redação ao art. 3º, alínea "a", a fim de obrigar o empregador a incluir o empregado doméstico no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Julgamos que a obrigatoriedade de inclusão do empregado doméstico no FGTS poderia gerar efeitos negativos e contribuir ainda mais para o aumento do nível do desemprego.

É interessante notar, Sr. Presidente, que a categoria dos empregados domésticos reveste-se de peculiaridades intrínsecas. Quanto mais se acrescentar ônus para o empregador – neste caso, a imensa universalidade das donas de casa deste País, o que torna a categoria ainda mais exótica –, mais aumenta o risco de a medida, no lugar de amparar, constituir ônus nesse tipo especial de relação empregatícia.

A Emenda nº 2 suprime o art. 3º, pelo qual se estabelece que o Poder Executivo deverá regulamentar as disposições da medida provisória até o dia 14 de fevereiro de 2000. A emenda tornou-se extemporânea com o advento do Decreto nº 3.361, de 2000, que já regulamentou a espécie normativa sob análise.

A Emenda nº 4 suprime o § 1º do art. 6º, "a", segundo o qual o benefício do seguro-desemprego será concedido apenas ao empregado inscrito no FGTS.

A despeito do mérito da sugestão, concordamos com o argumento do Governo de que seria muito difícil estabelecer controle efetivo da concessão desse benefício, tendo em vista a dificuldade de se obterem informações cadastrais da categoria e o fato de ser a fiscalização da relação de trabalho doméstico praticamente inviável, em razão do preceito constitucional que garante a inviolabilidade do lar.

Assim, faz-se necessário vincular o benefício do seguro-desemprego ao sistema FGTS, que dará maior segurança aos controles administrativos, principalmente em relação aos dispêndios decorrentes da extensão desse benefício.

As Emendas nºs 5 e 6, ao alterar, respectivamente, os arts. 6º, "a", e 6º, "b", visam a assegurar ao empregado doméstico o direito ao seguro-desemprego nos termos da Lei nº 7.998, de 11 de maio de 1990.

O empregado doméstico, devido às peculiaridades de sua atividade, não pode ser equiparado aos demais trabalhadores regidos pela CLT. Vale observar que a Constituição Federal, ao se referir ao empregado doméstico, reservou-lhe um tratamento diferenciado em relação aos demais trabalhadores. Em consequência, a lei não poderia fazê-lo diferentemente.

As Emendas nºs 7, 8 e 9, ao acrescentar dispositivos à medida provisória, objetivam permitir ao empregador que optar pela inclusão de seu empregado no regime do FGTS deduzir de seus rendimentos tributáveis, para fins de Imposto de Renda, os custos com o salário do empregado e seus respectivos encargos.

A sugestão, ainda que palatável no mérito, contraria não só o art. 101 da Lei de Responsabilidade

Fiscal, mas também o § 6º do art. 150 da própria Constituição Federal.

### Voto

Reconhecidas, portanto, a constitucionalidade, a juridicidade e a boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 2.104-16, de 23 de fevereiro de 2001, bem como a conveniência e oportunidade de sua adoção, opinamos pela respectiva aprovação e pela rejeição das emendas a ela apresentadas.

É o parecer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Lido o parecer do Relator não só quanto à admissibilidade, mas também quanto à constitucionalidade e ao mérito, que conclui pela aprovação da medida e rejeição das emendas apresentadas, submeto ao Plenário recurso apresentado à Mesa em relação à admissibilidade, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Deputado Ivan Paixão.

É lido o seguinte:

### RECURSO Nº 3, DE 2001-CN

Senhor Presidente,

Apresentamos, no termos do art. 5º, § 1º, inciso I, da Resolução nº 1, de 1989-CN, o presente recurso para que o Plenário do Congresso Nacional delibere sobre a admissibilidade da Medida Provisória nº 2.104-16.

Sala das Sessões, 21 de março de 2001. – Senador **José Eduardo Dutra**, Líder do PT – Deputado **Walter Pinheiro**, Líder do PT – **Professor Luizinho**.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Em votação, na Câmara dos Deputados o Recurso nº 3, de 2001-CN.

As Sras. e os Srs. Deputados que forem pela aprovação do recurso permaneçam como se encontram. (Pausa.)

REJEITADO.

Não vai ao Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Em discussão a medida provisória e as emendas.

Com a palavra o Deputado José Carlos Aleluia.

**O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA** (Bloco/PFL-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, quero render homenagem ao meu companheiro de partido, Deputado José Thomaz Nonô, pelo excelente relatório.

Serei favorável à aprovação desta medida provisória, que representa um passo nas relações de trabalho das empregadas domésticas. No entanto, é um

passo muito pequeno, um reconhecimento de pouca cidadania. No momento em que dizemos claramente "é facultada a inclusão", estamos adotando uma forma de exclusão, por que sabemos que a grande maioria das empregadas domésticas continuará sem ter direito ao Fundo de Garantia. E ainda dizemos que o benefício relativo ao desemprego será concedido ao empregado inscrito no FGTS.

Então, a discriminação é dupla. Ao que parece, vamos perpetuar essa discriminação sob o argumento vago de que não se ria fácil a inclusão. Esse mesmo argumento foi usado quando não se queria admitir a inclusão das empregadas no sistema de Previdência Social. Foi feita e é um sucesso. Agora, estamos incluindo pequena parcela dos empregados no FGTS. Seria a hora de incluirmos todos os empregados domésticos.

Por isso, votarei favoravelmente, mas com um destaque para votação em separado da minha emenda, a Emenda nº 1, que apresentei tão logo a medida provisória foi editada. Em vez de dizer "é facultada", a emenda estabelece: "É obrigatória a inclusão da empregada doméstica no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço". É só essa a diferença, que, além de incluí-la no FGTS, promove a inclusão também no seguro-desemprego.

Uso a palavra neste instante para fazer um apelo para que aprovemos a medida provisória e o DVS.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PPB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, entre todas as medidas provisórias que estamos apreciando, talvez esta me dê a possibilidade de superar aquele óbice natural que tenho contra elas, por tratar de assunto extremamente importante.

Mesmo reconhecendo a importância do mérito desta medida provisória, não deixo de questionar e de cobrar a necessidade de, em reunião da Câmara, votarmos a regulamentação das medidas provisórias, mas mantendo o art. 246, que impede a utilização de medidas provisórias para a regulamentação de propostas de emendas à Constituição.

É verdade que esta medida cria inovação. Poderá não atender, por exemplo, às diaristas ou a alguns segmentos dos trabalhadores domésticos, mas abre espaço para a criação de um princípio que futuramente poderá ser melhorado.

Quando votamos medida provisória que trata do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para os empregados domésticos, algo que ocorre justamente no

dia em que se celebra o famoso acordo para a reposição das perdas dos planos econômicos dos trabalhadores, alardeado como medida política antes da eleição municipal do ano passado, acabamos percebendo que, no momento em que é realizado esse acordo, aquele que deveria ser o único responsável, o Governo, acaba sozinho dividindo suas responsabilidades com os empregados e empregadores e anunciando-o como medida definitiva. Mas sabemos que ainda não o é, trata-se de intenção que dependerá de legislação, e legislação fatalmente tem de passar por esta Casa.

É verdade que muitas das coisas que passam por esta Casa acabam ficando despercebidas e sendo votadas em acordo. Talvez a própria negociação do Fundo de Garantia dos trabalhadores que tiveram perdas nos planos econômicos poderá vir a ser apresentada não em forma de projeto de lei, mas novamente na forma das famosas medidas provisórias.

Por estarmos próximos do fim do mês, acabará sendo editado também por medida provisória o novo salário mínimo, aquele que foi decidido na votação do Orçamento do ano passado. Praticamente já se passou todo o mês de março, mas o projeto não veio a esta Casa, e deveria ser votado em ambas as Casas, Câmara e Senado. Como ficou estabelecido que o novo salário mínimo vigorará a partir de 1º de abril, repito, também acabará sendo editado por medida provisória.

Entendo por que virá por medida provisória e não por projeto de lei, mas não compreendo e não aceito. Será para impedir que emendemos o projeto de lei e façamos a extensão dos reajustes aos aposentados e pensionistas. Estes ficarão à margem, abandonados, largados à própria sorte, já que, em relação ao reajuste deles, por outra medida provisória que não foi até agora apreciada, transferiu-se sua data-base para junho e o pagamento para julho. Agora o reajuste do salário mínimo, que era em maio, passa para abril, aumentando ainda mais a defasagem de aposentados e pensionistas, imputando-lhes claro prejuízo. Há deliberada intenção de prejudicar essa grande massa de trabalhadores – essa categoria também se enquadra na massa de trabalhadores –, que, como disse, ficará à margem.

Medida provisória, sem dúvida alguma, acabará definindo novo salário mínimo sem permitir que aposentados e pensionistas tenham o seu atendimento, como também outra medida provisória deve ser editada em relação a esse acordo do Fundo de Garantia.

E continuaremos aqui, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, apreciando questões importantes na forma de medidas provisórias, geralmente altas horas da noite, com o plenário quase vazio, por acordo e sem a devida discussão. É lamentável, mas este é o Congresso que temos, por culpa não só do Executivo, mas desta Casa também.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Encerrada a discussão.

Passa-se à votação da Medida Provisória nº 2.104-16, de 2001.

**O SR. JOÃO PAULO** – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. JOÃO PAULO** (PT-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, não poderia deixar de fazer duas observações que, do ponto de vista da bancada do PT, são importantes, para que fiquem registradas.

Primeiro, a medida provisória em debate tem uma virtude, a de ascender à condição de trabalhadores regulares os empregados domésticos. De fato, é algo positivo. Entretanto, deixa a desejar no momento em que estabelece a condição de faculdade, de possibilidade.

Em um debate mais profundo e em um rito mais normalizado, poderíamos fazer com que essa medida provisória fosse aperfeiçoada, de tal forma que déssemos aos trabalhadores domésticos a mesma condição dos outros empregados regulares. Mas não é isso que consta da medida provisória. Contudo, não vamos deixar de dar nosso voto favorável à medida, pelo passo que se dá na direção do reconhecimento do trabalhador doméstico.

Da mesma forma, permite ao trabalhador o saque do Fundo de Garantia nas situações previstas, diferenciando-se também nesse patamar.

Encerro deixando essas observações e dando o voto favorável, mas digo que ainda falta muito para que os trabalhadores domésticos fiquem na mesma condição do trabalhador regular.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Sobre a mesa requerimentos de destaque que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Deputado Ivan Paixão.

São lidos os seguintes:

**REQUERIMENTO Nº 49, DE 2001-CN**

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 50, do Regimento Comum, destaque, para votação em separado da Emenda nº 1, apresentada à MP nº 2.104-16/2001, de autoria do Deputado José Carlos Aleluia.

Sala das Sessões, 21 de março de 2001.

**REQUERIMENTO Nº 50, DE 2001-CN**

Requeremos, nos termos do art. 15, da Resolução nº 1, de 1989-CN, destaque para votação em separado da Emenda nº 2 apresentada à Medida Provisória nº 2.104-16, antiga 1986.

Sala das Sessões, 21 de março de 2001. – Deputado **Walter Pinheiro**, Líder do PT – **Professor Luizinho**.

**REQUERIMENTO Nº 51, DE 2001-CN**

Requeremos, nos termos do art. 15, da Resolução nº 1, de 1989-CN, destaque para votação em separado da Emenda nº 3 apresentada à Medida Provisória nº 2.104-16, antiga 1986.

Sala das Sessões, 21 de março de 2001. – Deputado **Walter Pinheiro**, Líder do PT – **Professor Luizinho**.

**REQUERIMENTO Nº 52, DE 2001-CN**

Requeremos, nos termos do art. 15, da Resolução nº 1, de 1989-CN, destaque para votação em separado da Emenda nº 4, apresentada à Medida Provisória nº 2.104-16, antiga 1986.

Sala das Sessões, 21 de março de 2001. – Deputado **Walter Pinheiro**, Líder do PT – **Professor Luizinho**.

**REQUERIMENTO Nº 53, DE 2001-CN**

Requeremos, nos termos do art. 15, da Resolução nº 1, de 1989-CN, destaque para votação em separado da Emenda nº 5 apresentada à Medida Provisória nº 2.104-16, antiga 1986.

Sala das Sessões, 21 de março de 2001. – Deputado **Walter Pinheiro**, Líder do PT – **Professor Luizinho**.

**REQUERIMENTO Nº 54, DE 2001-CN**

Requeremos, nos termos do art. 15, da Resolução nº 1, de 1989-CN, destaque para votação em separado da Emenda nº 6, apresentada à Medida Provisória nº 2.104-16, antiga 1986.

Sala das Sessões, 21 de março de 2001. – Deputado **Walter Pinheiro**, Líder do PT – **Professor Luizinho**.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Há ainda outro requerimento, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Deputado Ivan Paixão.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 55, DE 2001 – CN**

Requeiro, nos termos do inciso XIV, do art. 162, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, subsidiando o Regimento Comum, a votação em globo dos requerimentos de destaques apresentados à Medida Provisória de nº 2.104-16/01.

Sala das Sessões, 21 de março de 2001. – **Arthur Virgílio Neto**, Deputado e Líder do Governo no Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Em votação na Câmara dos Deputados, o Requerimento nº 55, de 2001, de votação em globo dos requerimentos de destaques à Medida Provisória nº 2.104-16, de 2001.

As Sras. e os Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

**O SR. JOÃO PAULO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Tem a V.Exa. palavra.

**O SR. JOÃO PAULO** (PT-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero registrar o voto contra da bancada do PT.

**O SR. JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** (Bloco/PSB-MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, registro também o voto contrário da bancada do Bloco Parlamentar PSB/PCdoB.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (Bloco/PDT-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PDT e o PPS também votam contrariamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Feitos os registros.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Em votação no Senado.

As Sras. e os Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Os destaques serão apreciados em globo.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Votação, em globo, dos requerimentos de destaque para as emendas nºs 1 a 6.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. (Pausa.)

REJEITADOS. Não vão ao Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Em votação a medida provisória nº 2.104-16, de 2001, na Câmara dos Deputados, ressalvadas as emendas.

As Sras. e os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADA.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADA.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Votação, em globo, das emendas de parecer contrário, na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. (Pausa.)

REJEITADAS.

Não tendo sido aprovadas na Câmara dos Deputados, deixam de ser submetidas ao Senado Federal.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a Medida Provisória aprovada:

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.104-16  
DE 23 DE FEVEREIRO DE 2001**

**Acresce dispositivos à Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, para facultar o acesso ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, e ao seguro-desemprego.**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, fica acrescida dos seguintes artigos:

“Art. 3º-A. É facultada a inclusão do empregado doméstico no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, de que trata a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, mediante requerimento do empregador, na forma do regulamento.” (NR)

“Art. 6º-A. O empregado doméstico que for dispensado sem justa causa fará jus ao benefício do seguro-desemprego, de que trata a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, no valor de um salário mínimo, por um período máximo de três meses, de forma contínua ou alternada.

§ 1º O benefício será concedido ao empregado inscrito no FGTS que tiver trabalhado como doméstico por um período mínimo de quinze meses nos últimos vinte e quatro meses contados da dispensa sem justa causa.

§ 2º Considera-se justa causa para os efeitos desta Medida Provisória as hipóteses previstas no art. 482, com exceção das alíneas **c** e **g** e do seu parágrafo único, da Consolidação das Leis do Trabalho.” (NR)

“Art. 6º-B. Para se habilitar ao benefício, o trabalhador deverá apresentar ao órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego:

I – Carteira de Trabalho e Previdência Social, na qual deverão constar a anotação do contrato de trabalho doméstico e a data da dispensa, de modo a comprovar o vínculo empregatício, como empregado doméstico, durante pelo menos quinze meses nos últimos vinte e quatro meses;

II – termo de rescisão do contrato de trabalho atestando a dispensa sem justa causa;

III – comprovantes do recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, durante o período referido no inciso I, na condição de empregado doméstico;

IV – declaração de que não está em gozo de nenhum benefício de prestação continuada da Previdência Social, exceto auxílio-acidente e pensão por morte; e

V – declaração de que não possui renda própria de qualquer natureza suficiente à sua manutenção e de sua família.” (NR)

“Art. 6º-C. O seguro-desemprego deverá ser requerido de sete a noventa dias contados da data da dispensa.” (NR)

“Art. 6º-D. Novo seguro-desemprego só poderá ser requerido a cada período de dezesseis meses



decorridos da dispensa que originou o benefício anterior.” (NR)

Art. 2º As despesas decorrentes do pagamento do seguro-desemprego previsto nesta Medida Provisória serão atendidas à conta dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Medida Provisória até 14 de fevereiro de 2000.

Art. 4º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.104-15, de 26 de janeiro de 2001.

Art. 5º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. JOÃO PAULO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. JOÃO PAULO** (PT-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero registrar o voto favorável do PT.

**O SR. JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** (Bloco/PSB-MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero registrar o voto favorável do Bloco Parlamentar PSB/PCdoB às emendas apresentadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – O registro será feito.

**O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA** (Bloco/PFL-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sei que é a primeira sessão que V.Exa. preside no Congresso Nacional. Agora, a forma como foi lida a orientação da votação foi equivocada. V.Exa. fez referência ao meu destaque como votação em globo, só que ele era único. Portanto, deixo o registro.

Embora não esteja aqui evidentemente para colocar nenhum tipo de obstáculo, se meu destaque tivesse sido votado como deveria, teria sido aprovado, até porque ninguém se manifestou contra.

Sr. Presidente, deixo meu registro para que não se continue trabalhando dessa forma.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Item 30 da pauta:

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.107-12, DE 2001**

**Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 2.107-12, publicada em 23 de fevereiro de 2001, que “institui o vale-pedágio obrigatório sobre transporte rodoviário de carga e dá outras providências”.**

À medida não foram apresentadas emendas.

Dependendo de parecer a ser proferido em plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado João Henrique para proferir parecer quanto à admissibilidade.

**O SR. JOÃO HENRIQUE** (PMDB-PI. Para emi tirar parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, quanto à admissibilidade, a Medida Provisória nº 2.107-12, de 23 de fevereiro de 2001, atende aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência. Por isso, votamos pela sua admissibilidade.

Quanto ao mérito, verifica-se que, em primeiro lugar, a iniciativa de criar o vale-pedágio, destinado ao transporte rodoviário de carga, foi a solução encontrada pelo Governo Federal para enfrentar o impasse, que, desde 1999, ameaçava a continuidade das operações no setor, até com riscos de desabastecimento e de sérios prejuízos para a economia nacional.

É inegável, portanto, o mérito da iniciativa. Nada mais justo que, persistindo as razões que motivaram sua proposição em caráter emergencial, a concessão do vale-pedágio seja mantida como obrigação devida pelo proprietário da carga ou seu embarcador ao transportador contratado, assegurado ao contratante o direito de deduzir do valor do frete a despesa correspondente ao cumprimento de tal obrigação até o limite de 1% do total.

Reconhecida, portanto, a constitucionalidade, a juridicidade e a boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 2.107-12, de 23 de fevereiro de 2001, bem como a conveniência, a oportunidade de sua adoção, opinamos pela respectiva aprovação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Há recurso em relação à admissibilidade, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Deputado Ivan Paixão.

É lido o seguinte:

**RECURSO Nº 4, DE 2001—CN**

Apresentamos, nos termos do art. 5º, § 1º, inciso I, da Resolução nº 1, de 1989-CN, o presente recurso para que o Plenário do Congresso Nacional delibere sobre a admissibilidade da Medida Provisória nº 2.107-12.

Sala das Sessões, 21 de março de 2001. — Senador **José Eduardo Dutra**, Líder do PT — Deputado **Walter Pinheiro**, Líder do PT — **Prof. Luizinho**.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) — Em votação na Câmara dos Deputados, o Recurso nº 4, de 2001-CN.

As Sras. e os Srs. que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Rejeitado.

Não vai ao Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) — Em discussão a medida provisória.

**O SR. FERNANDO CORUJA** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) — Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (Bloco/PDT — SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, é claro que, como levantou o nobre Relator, no mérito, a matéria é de grande importância, já que partiu de um acordo entre os transportadores e o Governo. Mas é importante lembrar que essas medidas provisórias, e muitas outras que o Governo edita, são absolutamente inconstitucionais.

Esta é claramente inconstitucional, na medida em que cria um vale-pedágio, interferindo na negociação, no contrato privado entre o transportador e o dono da mercadoria; cria como se fosse uma taxa ou contribuições sobre domínio econômico, uma contribuição sobre uma categoria econômica.

Então, no meu entendimento, essa medida está eivada do vício da inconstitucionalidade.

Agora, como muitas vezes se votam projetos nesta Casa de interesse do Governo, como a prorrogação da CPMF e tantos outros também claramente eivados de inconstitucionalidade, nós, diante do mérito, vamos fazer vista grossa e votar a favor da medida provisória.

Mas talvez seja mais importante lembrar que o mérito das coisas é aquilo que vem desde a revolução liberal, da Revolução Francesa, do Estado de Direito, aquele de respeito à lei — o qual nem conseguimos alcançar ainda —, que irá chegar a um Estado con-

temporâneo, em que terá uma função social, uma função ética. Desse, então, estamos mais distantes ainda.

Já ficaríamos contentes se estivessemos no Estado liberal mesmo, aquele em que os partidos da base do Governo sustentam, mas em que se respeita o que é tão importante classicamente para os liberais, que é a legislação e a Constituição.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) — Está encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

Em votação na Câmara dos Deputados a medida provisória nº 2.107-12, de 2001.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Arnaldo Faria de Sá para encaminhar a votação.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PPB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, falarei mais ou menos na linha de raciocínio do Deputado Fernando Coruja. Acho que esta Casa perdeu a condição de legislar. Esta Casa vota matéria totalmente inconstitucional, e isso acaba passando como se fosse algo normal, natural.

O Relator diz que a matéria é constitucional. Como pode ser constitucional criar uma obrigação para o trem pagar, para se safar de uma responsabilidade? Se fosse antes da privatização das rodovias, se fosse um pedágio recebido pelo Governo, poderia ele dispensar o pagamento. A partir do momento em que houve a privatização, não poderia o Governo criar uma obrigação para que terceiro cumprisse, beneficiando os caminhoneiros.

Não sei se alguém mais luminar do que eu vai achar na Constituição algum artigo que possa dar constitucionalidade a essa medida provisória. É uma coisa absurda, inacreditável.

Dizem que há um acordo e, portanto, pode ser aprovada. Será que, por acordo, pode-se descumprir a Constituição? Será que, por acordo, pode-se rasgar a Constituição? Talvez o poder constituinte pudesse fazê-lo, mas o poder derivado, originário, não.

Não entendo essa situação, Sr. Presidente, a não ser que isso tenha sido feito para gerar outra expectativa, permitindo-se a criação de mais pedágios por aí, como os estão criando a mãos-cheias, para resolver um problema.

Não sei se é constitucional a criação do vale-pedágio. Talvez ainda seja um Parlamentar novo e, por isso, não conheça a Constituição. Os doutos juris-

tas ainda não deram seus pareceres. Mas, da forma como está, é inconstitucional.

Não estou discutindo a inconstitucionalidade da medida provisória. Estou discutindo a inconstitucionalidade do contexto da medida provisória. Isso trará um gravame incalculável.

Não entendo como podemos admitir que a Medida Provisória nº 2.107, que já está na sua décima segunda edição, possa passar como normal mesmo estando eivada de inconstitucionalidade.

Sr. Presidente, cumprimento a assessoria da Mesa do Congresso Nacional, porque na Ordem do Dia distribuída hoje já estão encartadas todas as medidas provisórias com seus avulsos e separatas, o que facilita o trabalho do Parlamentar.

Só lamento que a grande maioria dos Parlamentares não se tenham dado conta desse belo trabalho da Secretaria da Mesa do Congresso Nacional, que facilita a vida de quem quer trabalhar, mas, infelizmente, acaba sendo deixado à própria sorte, porque a grande maioria não está preocupada. Amanhã se saberá, pelos jornais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o que foi e o que não foi aprovado.

Registro de maneira clara, envergonhado, que essa medida provisória é inteiramente inconstitucional e já peço antecipadamente a V.Exa. que, quando declará-la aprovada, registre o meu voto contra, porque não posso admitir que uma matéria desse jaez seja votada por uma Casa dita fazedora de leis.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado João Paulo para encaminhar a votação.

**O SR. JOÃO PAULO** (PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, queria dizer que temos três espécies de tributos na nossa Constituição Federal: o imposto, a taxa e a contribuição de melhoria. É difícil alguém sustentar que isso se encaixe em algum deles, porque, ao se estabelecer a relação entre privado e Governo, dever-se-ia cobrar o tributo, por ser obrigação instituída por medida provisória, do Governo, e não se caracteriza isso. Da mesma forma, se for cobrado como taxa, há a necessidade de se considerar que seja uma taxa. Além disso, cria-se com esse vale-pedágio uma renúncia fiscal, porque ele passa a não ser um rendimento tributável.

Portanto, há uma série de elementos de inconstitucionalidade que, pelo tempo, não temos condições de estudar melhor.

De qualquer forma, como o mérito, de fato, é bom, importante, e essa medida é fruto de uma dispu-

ta dos caminheiros com o Governo, vale a pena encaminharmos no sentido da aprovação, mas deixando registrado nos Anais que há elementos de inconstitucionalidade flagrantes na medida.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ricardo Barros para encaminhar a votação.

**O SR. RICARDO BARROS** (PPB – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, como disse o Deputado João Paulo, no mérito, essa matéria é realmente importante. Ela é fruto de um acordo para resolver um problema que se apresentava à sociedade brasileira.

Quero dizer que certos acordos nem sempre são os ideais, mas são necessários. Fizemos hoje um acordo também importante na questão do FGTS, fruto da negociação e do entendimento.

Tenho certeza da importância dessa matéria, e, portanto, encaminhamos o voto a favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Em votação a medida provisória nº 2.107-12, de 2001, na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação no Senado Federal

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a Medida Provisória aprovada:

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.107-12, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2001**

**Institui o Vale-Pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga e dá outras providências.**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica instituído o Vale-Pedágio obrigatório, para utilização efetiva em despesas de deslocamento de carga por meio de transporte rodoviário, nas rodovias brasileiras.

§ 1º O pagamento de pedágio, por veículos de carga, passa a ser de responsabilidade do embarcador.

§ 2º Para efeito do disposto no § 1º, considera-se embarcador o proprietário originário da carga,

contratante do serviço de transporte rodoviário de carga.

§ 3º Equipara-se, ainda, ao embarcador:

I – o contratante do serviço de transporte rodoviário de carga que não seja o proprietário originário da carga;

II – a empresa transportadora que subcontratar serviço de transporte de carga prestado por transportador autônomo.

Art. 2º O valor do Vale-Pedágio não integra o valor do frete, não será considerado receita operacional ou rendimento tributável, nem constituirá base de incidência de contribuições sociais ou previdenciárias.

Parágrafo único. O valor do Vale-Pedágio obrigatório deverá ser destacado em campo específico no documento comprobatório do transporte.

Art. 3º A partir de 12 de maio de 2000, o embarcador passará a antecipar o Vale-Pedágio obrigatório ao transportador, em modelo próprio ou em espécie, independentemente do valor do frete, ressalvado o disposto no § 5º deste artigo.

§ 1º Quando o Vale-Pedágio obrigatório for expedido em modelo próprio, a aquisição, pelo embarcador, para fins de repasse ao transportador de carga, dar-se-á junto às concessionárias das rodovias, podendo a comercialização ser delegada a centrais de vendas ou a outras instituições, a critério da concessionária.

§ 2º O Vale-Pedágio obrigatório deverá ser entregue ao transportador rodoviário autônomo no ato do embarque decorrente da contratação do serviço de transporte no valor necessário à livre circulação entre a sua origem e o destino.

§ 3º Sendo o transporte efetuado por empresa comercial para um só embarcador, aplica-se o disposto no parágrafo anterior.

§ 4º O rateio do valor do Vale-Pedágio obrigatório, no caso do transporte fracionado, será definido em regulamento.

§ 5º No caso de transporte fracionado, efetuado por empresa comercial de transporte rodoviário, o rateio do Vale-Pedágio obrigatório será feito por despacho, destacando-se seu valor no conhecimento para quitação, pelo embarcador, juntamente com o valor do frete a ser faturado.

§ 6º Até o dia 20 de julho de 2000, as concessionárias de rodovias que pratiquem a cobrança de pedágio informarão à Secretaria de Transportes Terrestres do Ministério dos Transportes o modelo próprio de Vale-Pedágio obrigatório que estejam disponibili-

zando aos interessados e os locais em que poderão ser adquiridos.

§ 7º O descumprimento do que estabeleceu parágrafo anterior implicará a aplicação de multa diária de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais).

Art. 4º Ao fornecer o Vale-Pedágio obrigatório ao transportador rodoviário de carga, o embarcador tem o direito de deduzir valor correspondente até um por cento do frete contratado, a título de indenização.

Parágrafo único. A dedução de que trata o caput deste artigo fica limitada ao valor do Vale-Pedágio obrigatório.

Art. 5º O descumprimento do disposto nesta Medida Provisória sujeitará o infrator à aplicação de multa administrativa de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) a R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), a ser aplicada pelo órgão competente, na forma do regulamento.

Art. 6º Compete ao Ministério dos Transportes a adoção das medidas indispensáveis à implantação do Vale-Pedágio obrigatório, a regulamentação, a coordenação, a delegação e a fiscalização, o processamento e a aplicação das penalidades por infrações a esta Medida Provisória.

§ 1º A fiscalização, o processamento e a aplicação das penalidades previstas neste artigo poderão ser descentralizados mediante convênio a ser celebrado com o Ministério do Trabalho e Emprego e com outros órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

§ 2º O Ministério dos Transportes obriga-se a subsidiar os órgãos ou entidades de que trata o parágrafo anterior, fornecendo-lhes elementos necessários e atualizados.

Art. 7º Caso o Ministério do Trabalho e Emprego venha a exercer, por delegação e descentralização, as atividades inerentes ao Ministério dos Transportes, os valores arrecadados, decorrentes das multas por ele aplicadas, constituirão receita adicional do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, de que trata a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.

Art. 8º Sem prejuízo do que estabelece o art. 5º, nas hipóteses de infração ao disposto nesta Medida Provisória, o embarcador será obrigado a indenizar o transportador em quantia equivalente a duas vezes o valor do frete.

Art. 9º Os órgãos competentes do Poder Executivo, no âmbito de suas atribuições, tomarão as providências necessárias, em trinta dias, para o cumprimento do disposto nesta Medida Provisória.

Parágrafo único. A partir das nove horas do dia 4 até às vinte e quatro horas do dia 11 de maio de 2000, os veículos de transporte rodoviário de carga terão livre circulação, sem pagamento da tarifa de pedágio, nas rodovias sob concessão federal.

Art. 10. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.107-11, de 26 de janeiro de 2001.

Art. 11. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PPB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria que fosse registrado meu voto contrário à aprovação dessa medida provisória.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – O registro será feito.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Item 36:

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.118-28, DE 2001**

**Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 2.118-28, publicada em 26 de fevereiro de 2000, que "estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios".**

À medida foram apresentadas 72 emendas, dependendo de pareceres a serem proferidos em plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Concedo a palavra, para proferir parecer, ao Sr. Deputado Armando Monteiro.

**O SR. ARMANDO MONTEIRO** (PMDB – PE. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, quanto à admissibilidade da Medida Provisória nº 2.118-28, de 2000, somos pelo reconhecimento da relevância e da urgência da discussão dessa matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Há recurso quanto à admissibilidade, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Deputado Ivan Paixão.

É lido o seguinte:

#### **RECURSO Nº 5, DE 2001–CN**

Apresentamos, nos termos do art. 5º, § 1º, inciso I, da Resolução nº 1, de 1989-CN, o presente recurso para que o Plenário do Congresso Nacional delibere sobre a admissibilidade da Medida Provisória nº 2.118-28.

Sala das Sessões, 21 de março de 2001. – Senador **José Eduardo Dutra**, Líder do PT – Deputado **Walter Pinheiro** – Líder do PT – **Prof. Luizinho**.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Em votação, na Câmara dos Deputados, o Recurso nº 5, de 2001-CN.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Rejeitado.

A matéria não vai ao Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Para proferir parecer quanto à constitucionalidade e mérito, concedo a palavra ao Sr. Deputado Armando Monteiro.

**O SR. ARMANDO MONTEIRO** (PMDB – PE. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, quanto ao mérito, quero dizer que sobreleva nesta questão especialmente o interesse dos Municípios.

O equacionamento da dívida dos Municípios, a curto prazo é condição necessária para manutenção da estabilidade econômica. A longo prazo, o ajuste fiscal consolidado do setor público é um dos pressupostos necessários para a retomada do crescimento econômico, a criação de novos empregos e o desenvolvimento.

Ressalto, porém, que até a reedição de Medida Provisória nº 2.043, de 25 de agosto de 2000, o art. 16 alterava a Lei nº 9.639, de 25 de maio de 1998, estabelecendo condições para o pagamento por Estados, Distrito Federal e Municípios de suas dívidas para com o Instituto Nacional de Seguridade Social, o INSS, permitindo um prazo de amortização que não poderia ser inferior a 96 meses nem superior a 240 meses. A partir de setembro de 2000, a Medida Provisória nº 2.043/22 apenas convalidou as operações praticadas, não mais permitindo a renegociação das dívidas junto ao INSS em prazos mais adequados. Acredito que seja umanime a constatação de que o refinanciamento das dívidas junto ao INSS tem importante impacto sobre as finanças municipais. Também é entendimento do Ministério da Previdência e Assistência Social a necessidade de se retornar aos critérios de refinanciamento estabelecidos até a edição de

agosto de 2000, no momento em que em muitos casos iniciam-se novas administrações municipais, com a posse de Prefeitos eleitos, cujas dívidas com o INSS não foram negociadas anteriormente, inviabilizando as atuais gestões.

Destaco, ainda, que, além de não haver restrições técnicas do Ministério da Previdência e Assistência Social, apenas 500 Municípios brasileiros formalizaram o refinanciamento até julho do ano passado, quando se encerrou o prazo. Respeitando-se sempre o estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, para as demais dívidas serão mantidos os prazos determinados na Medida Provisória em sua última edição de 23 de fevereiro passado.

Assim, em face das razões de mérito expostas, voto pela rejeição das emendas apresentadas e pela aprovação do texto da Medida Provisória nº 2.118, de 23 de fevereiro de 2001, na forma de projeto de lei de conversão, que apenas reabre o prazo até 31 de maio de 2001 para renegociação das dívidas estaduais e municipais junto ao INSS, permitindo o prazo de amortização não inferior a 96 meses, nem superior a 240 meses, mantendo-se os mesmos critérios de financiamentos adotados até a edição de 25 de agosto de 2000.

É este o parecer.

É o seguinte o parecer na íntegra:

#### **PARECER Nº, DE 2001**

**Da Comissão Mista incumbida de apreciar a constitucionalidade e o mérito da Medida Provisória nº 2.118-29, de 27 de março de 2001, que "estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos municípios".**

Relator: Deputado **Armando Monteiro**

#### **I – Relatório**

O Presidente da República, com base no art. 62 da Constituição Federal, submete à apreciação do Congresso Nacional a Medida Provisória nº 2.118-29, de 27 de março de 2001, que "estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos municípios.

A presente medida provisória é uma reedição, com alterações, da Medida Provisória 1.891-7, que não foi votada dentro do prazo regimental e tiveram que ser reeditadas.

Essas alterações sobre a abrangência da medida provisória modificam alguns pontos essenciais da proposição inicial. A seguir descrevemos os principais aspectos da Medida nesta atual versão.

Fica a União autorizada, até 30 de novembro de 1999, a assumir as seguintes obrigações de responsabilidade dos Municípios:

I – dívida junto a instituições financeiras nacionais ou estrangeiras, cujos contratos tenham sido firmados até 31 de janeiro de 1999, inclusive a decorrente de transformação de operações de antecipação de receita orçamentária em dívida fundada;

II – dívida junto a instituições financeiras nacionais ou estrangeiras, decorrente de cessão de crédito firmada até 31 de janeiro de 1999;

III – dívida mobiliária interna constituída até 12 de dezembro de 1995 ou que, constituída após essa data, consubstancia simples rolagem de dívida mobiliária anterior;

IV – dívida mobiliária externa constituída até 12 de dezembro de 1995 ou que, constituída após essa data, consubstancia simples rolagem de dívida mobiliária anterior; e

V – dívida relativa a operações de antecipação de receita orçamentária, contraída até 31 de janeiro de 1999.

VI – dívida relativa a operações de crédito celebradas com instituições financeiras na qualidade de agente financeiro da União, dos Estados ou de fundos e programas governamentais, regularmente constituídos.

Para efeito dos itens I, III, V e VI, serão consideradas apenas as operações registradas, até 31 de janeiro de 1999, no Banco Central.

As dívidas de entidades integrantes da administração pública municipal indireta, enquadráveis nos itens I a VI supracitados, poderão ser assumidas pela União, desde que sejam, previamente, assumidas pelo Município.

Os serviços das dívidas mencionadas nos itens I, II, V e VI, não pagos e com vencimento entre 31 de janeiro de 1999 e a data de assinatura do contrato de refinanciamento, serão refinanciadas nas seguintes condições:

I – prazo de até 180 prestações mensais e sucessivas; calculadas com base na Tabela Price;

II – encargos calculados pela taxa da SELIC, acrescido, em caso de inadimplên-

cia, de juros moratórios de 1 % ao ano, sobre o saldo devedor previamente atualizado;

III – não serão abrangidas pela assunção as seguintes dívidas:

a) as negociadas com base nas Leis nºs 7.976, de 27 de dezembro de 1989 e 8.727/93.

b) as relativas à dívida externa objeto de renegociação no âmbito do Plano Brasileiro de Financiamento da Dívida Externa;

c) as parcelas das dívidas referidas nos incisos 1, II, III, V e VI que não tenham sido desembolsadas pela Instituição Financeira até 31 de janeiro de 1999; e

d) as dívidas externas junto a organismos internacionais multilaterais ou agências governamentais de crédito estrangeiras.

As dívidas assumidas pela União serão refinanciadas da seguinte maneira:

I – prazo de até 360 prestações mensais e sucessivas;  
calculadas com base na Tabela Price;

II – juros de 9% ao ano, sobre o saldo devedor;

III – atualização monetária pelo IGP – DI ou outro índice que vier a substituí-lo;

IV – Garantias adequadas, que incluam, obrigatoriamente, a vinculação de receitas próprias;

V – Limite de comprometimento de 13% da Receita Líquida Real – RLR;

Também se estabelece que em caso de descumprimento das obrigações pactuadas, sem prejuízo das demais cominações contratuais, os encargos acima mencionados (juros de 9% a.a. e atualização monetária pelo IGP-DI) serão substituídos pela taxa média apurada no Sistema Especial de

Liquidação e Custódia – SELIC, divulgada pelo Banco Central, acrescida de 1% a.a. (um ponto percentual ao ano) com uma elevação de quatro por cento do limite de comprometimento da Receita Líquida Real e ainda juros de mora de 1% a.a.. Tal restrição é prática comum em contratos com a União, inclusive quando se trata de Estados do Distrito Federal.

O refinanciamento de títulos emitidos para o pagamento de precatórios é regulamentado pelo art. 4º da Medida, sendo permitido a sua inclusão no refinanciamento, mesmo que não satisfaçam a condição imposta no § 1º do art. 6º da Resolução nº 78, de

1998, mas que tenham sido emitidos até 12 de dezembro de 1995. Tais dívidas poderão ser refinanciadas em até 120 meses.

O art. 5º estabelece que para a aplicação do limite relativo a Receita Líquida Real poderão ser deduzidas as despesas efetivamente realizadas no mês anterior pelo Município, correspondente a dívidas específicas.

O art. 6º da Medida estabelece as condições a serem observadas nos contratos de refinanciamento a serem celebrados.

O art. 7º define o conceito de Receita Líquida Real como a receita realizada nos doze meses anteriores ao mês imediatamente anterior àquele em que ela estiver sendo apurada, de acordo com alguns critérios.

O art. 8º da Medida estabelece as condições a serem observadas nos contratos de refinanciamento a serem celebrados.

O art. 9º estabelece que o limite de comprometimento da Receita Líquida Real será elevado em dois pontos percentuais para os Municípios que, até 31 de dezembro de 2000:

I – não tenham adequado suas despesas com pessoal aos limites estabelecidos na legislação;

II – não tenham implementado contribuição previdenciária para os servidores ativos e inativos, com alíquota média de, no mínimo, onze por cento da remuneração total;

III – e não tenham limitado suas despesas com aposentados e pensionistas na forma da legislação em vigor.

O art. 10 estabelece que somente por lei poderão ser autorizadas novas composições ou prorrogações das dívidas refinanciadas com base nessa Medida Provisória, ou, ainda, alteração a qualquer título das condições de refinanciamento ora estabelecidas.

O art. 11 estabelece que União assumirá as obrigações decorrentes dos refinanciamentos mediante emissão de títulos do Tesouro Nacional com as características estabelecidas pelo Poder Executivo.

O art. 12 estabelece que a receita proveniente do refinanciamento será utilizada pela União integralmente para abatimento da dívida pública federal.

O art. 13 designa o Banco do Brasil como o agente financeiro para o fim da celebração, acompanhamento e controle dos contratos.

O art. 14 autoriza a União, por intermédio da Caixa Econômica Federal, a realizar operações de crédito com os Municípios, destinadas a programas de modernização e fortalecimento da administração pública municipal.

O art. 15 faculta ao Conselho Curador do FGTS, na hipótese de assunção pela União de obrigações relativas a repasses do FGTS, nos termos desta Medida Provisória, autorizar os agentes financeiros a promover o retorno dos recursos repassados, nas condições originalmente estabelecidas, desde que sejam constituídas garantias suficientes.

O art. 16 convalida os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.118-26, de 27 de dezembro de 2000.

Ao texto da presente Medida, foram apresentadas 76 emendas:

A Emenda nº 1, de autoria do Dep. Geddel Vieira Lima, suprime o inciso 1 do § 3º do art. 1º, de forma que as dívidas renegociadas com base nas Leis 7.976/89 e 8.727/93 possam ser incluídas na rolagem.

A Emenda nº 2, do Senador Paulo Hartung, suprime o inciso II do art. 1º da MP 1811-3, de forma a excluir a dívida junto a instituições financeiras nacionais ou estrangeiras decorrentes de cessão de crédito firmada até 31 de janeiro de 1999.

A Emenda nº 3, de autoria do Senador Paulo Hartung, suprime os incisos IV e V, do **caput**, e os § 2º e 4º do art. 10 da MP, excluindo, da assunção pela União, as dívidas que, segundo o autor, têm relação direta com a competência privativa do Senado Federal.

A Emenda nº 4, de autoria do Deputado João Paulo, dá nova redação ao § 4º do art. 10, determinando que a assunção seja precedida de aplicação de deságio sobre o saldo devedor das obrigações, conforme critérios comuns estabelecidos pelo Poder Executivo para todos os municípios.

A Emenda nº 5, do Deputado João Paulo, propõe a adição de um inciso ao artigo 1º, incluindo na assunção "dívidas e obrigações financeiras de outras naturezas até 31 de janeiro de 1999".

A Emenda nº 6, do Senador Paulo Hartung, suprime o inciso VIII do art. 2º, por julgar que se trata de matéria de competência privativa do Senado Federal.

A Emenda nº 7, do Senador Antero Paes de Barros, sugere nova redação para o inciso I do art. 20, introduzindo um prazo de carência de 24 a 36 meses, conforme o montante renegociado.

A Emenda nº 8, do Senador Antero Paes de Barros, sugere nova redação para o inciso II do art. 2º, reduzindo de 9% ao ano para 5% ao ano a taxa de juros que incidirá sobre a dívida.

A Emenda nº 9, do Senador Paulo Hartung, apresenta nova redação para o § 3º do art. 2º da MP, determinando que os acréscimos a que se refere o inciso VII respeitarão o limite de comprometimento de 13% da RLR.

A Emenda nº 10, de autoria do Deputado João Paulo, propõe a inclusão, no art. 2º, de um parágrafo determinando que os municípios que não forem contemplados nos termos desta medida terão direito a condições especiais de crédito através do BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica.

A Emenda nº 11, do Senador Paulo Hartung, suprime o art. 3º da MP, excluindo os títulos públicos emitidos para pagamentos de precatórios da assunção de dívidas.

A Emenda nº 12, do Deputado João Paulo, propõe a inclusão de um parágrafo único no art. 3º excluindo da renegociação os títulos públicos que estiverem sendo contestados na Justiça ou que sejam objeto de inquérito no Ministério Público.

A Emenda nº 13, do Senador Antero Paes de Barros, acrescenta ao art. 4º inciso determinando que sejam deduzidos para cálculo da Receita Líquida Real os repasses ao FIJNDEP.

A Emenda nº 14, do Senador Paulo Hartung, suprime o art. 5º da MP por julgar que suas disposições invadem a competência privativa do Senado.

A Emenda nº 15, do Senador Paulo Hartung, propõe nova redação para o parágrafo único do art. 7º excluindo das vedações as operações de crédito destinadas à implantação de projetos multissetoriais integrados de combate à miséria.

A Emenda nº 16, do Senador Paulo Hartung, propõe nova redação para o art. 8º, com a inclusão de 3 parágrafos, aumentando em 2% o comprometimento da RLR para os municípios que não adequarem suas despesas com pessoal e com aposentados e pensionistas.

A Emenda nº 17, do Senador Antero Paes de Barros, sugere a inclusão de um artigo determinando a anexação a esta MP da minuta do contrato de adesão a este programa de refinanciamento de dívidas.

A Emenda nº 18, do Senador Paulo Hartung, inclui artigo determinando que as solicitações de contratações de operações de renegociação de dívidas



municipais sejam encaminhadas à apreciação do Senado Federal.

A Emenda nº 19, do Senador Paulo Hartung, propõe a inclusão de um artigo determinando que a eficácia do contrato de refinanciamento de dívida seja condicionada à sua aprovação pelo Senado Federal.

A Emenda nº 20, de autoria do Deputado Hugo Biehl, propõe a inclusão ao **caput** do art. 1º de 2 incisos, incluindo na assunção de dívidas a dívida relativa a precatórios e créditos tributários pertencentes à União.

A Emenda nº 21, de autoria da Deputada Luíza Erundina e do Deputado Aldo Rabelo, sugere a inclusão de 3 novos incisos ao **caput** do art. 1º, incluindo na assunção de dívidas as dívidas contratuais com a iniciativa privada, dívidas junto às entidades da Administração Pública Federal e as dívidas renegociadas com base nas Leis nºs 7.976, de 27 de dezembro de 1989, e 8.717, de 5 de novembro de 1993.

A Emenda nº 22, de autoria do Deputado Fernando Ferro, sugere a inclusão de um inciso ao **caput** do art. 1º, incluindo na assunção de dívidas as dívidas e obrigações de outras naturezas.

A Emenda nº 23, de autoria do Deputado Eurípedes Miranda, propõe a supressão dos incisos VI e VII do art. 2º e os parágrafos 2º e 3º do mesmo artigo, eliminando as sanções adicionais que seriam aplicadas aos municípios nos casos de descumprimento de obrigações pactuadas.

A Emenda nº 24, de autoria da Deputada Luíza Erundina e do Deputado Aldo Rabelo, propõe nova redação para os incisos I e II do parágrafo 4º do art. 2º, tornando mais generosas as reduções nas taxas de juros.

A Emenda nº 25, de autoria da Deputada Luíza Erundina e do Deputado Aldo Rabelo, dá nova redação aos incisos II e V do art. 2º, reduzindo a taxa de juros de 9% a.a. para 6% a.a. e diminuindo de 13% para 10% o limite de comprometimento da RLR.

A Emenda nº 26, de autoria do Deputado Eurípedes Miranda, inclui no **caput** do art. 2º um novo inciso determinando que ficam cessadas as penalidades previstas nos incisos anteriores tão logo se tornem insubsistentes os motivos que lhe deram causa.

A Emenda nº 27, de autoria do Deputado Eurípedes Miranda, sugere nova redação para o § 4º do art. 4º, determinando que o eventual saldo devedor resultante da aplicação do limite de comprometimento deva ser refinanciado nas mesmas condições, sem o limite de cento e vinte meses.

A Emenda nº 28, de autoria do Deputado Eurípedes Miranda, sugere nova redação para o § 5º do art. 4º, determinando que as prestações, no caso de existir saldo devedor como resultado da aplicação do limite de comprometimento, não poderão ser superiores ao valor da última prestação do refinanciamento.

A Emenda nº 29, de autoria também do Deputado Eurípedes Miranda, propõe a supressão do art. 8º e de seus incisos, que impõem penalidades aos entes federados que não se adequem aos novos limites de despesa com pessoal e com aposentados e pensionistas.

A Emenda nº 30, de autoria Deputado Geraldo Magela, propõe nova redação ao § 4º, do art. 1º, objetivando que os critérios de deságios sejam comuns a todos os Municípios.

A Emenda nº 31, de autoria também do Deputado Geraldo Magela, propõe a inclusão no do art. 1º de outras dívidas e obrigações financeiras de qualquer natureza contraídas até 31 de janeiro de 1999.

A Emenda nº 32, de autoria também do Deputado Geraldo Magela, que inclui no art. 2º a possibilidade dos Municípios não beneficiados pelo refinanciamento possam vir a ter outros benefícios do Governo Federal.

A Emenda nº 33, de autoria também do Deputado Geraldo Magela, que inclui parágrafo, no art. 3º, excluindo os precatórios que estejam sendo questionados pela justiça.

A Emenda nº 34, de autoria da Deputada Laura Carneiro, busca estabelecer critérios sociais, vinculados à saúde e assistência social, para que o Município possa requerer a diminuição da taxa de juros.

A Emenda nº 35, de autoria do Deputado Rubem Medina, busca estabelecer critérios sociais, vinculados à educação, para que o Município possa requerer a diminuição da taxa de juros.

A Emenda 36 do Deputado Waldomiro Fioravante suprime a expressão “inativo, e dos pensionistas”, do art. 18, referente ao art. 1º, inciso II da Lei nº 9.717.

A Emenda nº 37 do Deputado Waldomiro Fioravante suprime a expressão “e sociedade de economia mista”, do art. 16, referente ao § 2º, do art. 1º da Lei nº 9.639.

A Emenda nº 38 do Deputado Waldomiro Fioravante suprime o inciso III, no art. 18, referente a Lei nº 9.717.

A Emenda nº 39 do Deputado Eurípedes Miranda inclui o inciso VIII no art. 2º, renumerando o atual para IX.

A Emenda nº 40 do Deputado Eurípedes Miranda suprime os incisos VI e VII do art. 2º e os §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

A Emenda nº 41 do Deputado Eurípedes Miranda dá nova redação ao § 4º do art. 5º.

A Emenda nº 42 do Deputado Eurípedes Miranda dá nova redação ao § 5º do art. 5º.

A Emenda nº 43 do Deputado Eurípedes Miranda suprime o art. 9º e seus incisos.

A Emenda nº 44 do Deputado Eurípedes Miranda suprime do art. 18 a alteração proposta ao art. 1º da Lei nº 9.717/98.

A Emenda nº 45 do Deputado Walter Pinheiro suprime, na redação dada ao inciso III do art. 1º da Lei nº 9.717/98, pelo art. 18, a expressão “e inativo, e dos pensionistas”.

A Emenda nº 46 do Deputado Salvador Zimbaldi suprime o inciso IV do § 3º do art. 1º.

A Emenda nº 47 do Deputado Salvador Zimbaldi inclui o seguinte artigo, onde couber:

“Art. O serviço das dívidas mencionadas nos incisos I, II, V e VI do caput do art. 1º, não pago e com vencimento ou qualquer outra forma de exigibilidade que tenha ocorrida entre 31 de janeiro de 1999 e a data de assinatura de contrato de refinanciamento, poderá ser objeto de assunção pela União e refinanciado aos Municípios”.

Renumerando-se os artigos seguintes.

A Emenda nº 48 do Senador Ney Suassuna insere o inciso VII ao art. 1º.

A Emenda nº 49 do Senador Ney Suassuna insere o § 7º ao art. 1º.

A Emenda nº 50 do Senador Ney Suassuna dá nova redação ao inciso V do art. 2º.

A Emenda nº 51 do Deputado Rubem Medina insere os parágrafos 7º e 8º ao art. 1º.

A Emenda nº 52 do Senador Osmar Dias insere o inciso VII ao art. 1º.

A Emenda nº 53 do Senador Carlos Bezerra dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.639, alterada pelo art. 16 da referida MP.

A Emenda nº 54 do Deputado Arnaldo Faria de Sá dá nova redação ao art. 17.

A Emenda nº 55 do Deputado Paulo Paim dá nova redação ao art. 17.

A Emenda nº 56 do Deputado Professor Luizinho dá nova redação ao art. 17.

A Emenda nº 57 do Deputado Arnaldo Faria de Sá suprime do art. 19, a alteração proposta ao art. 41 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

A Emenda nº 58 do Deputado Paulo Paim dá nova redação ao art. 41 da Lei nº 8.213, alterado pelo art. 19 da referida MP.

A Emenda nº 59 do Deputado Professor Luizinho dá nova redação ao art. 41 da Lei nº 8.213, alterado pelo art. 19 da referida MP.

A Emenda nº 60 do Deputado Professor Luizinho suprime do art. 25, a revogação do § 2º do art. 41 da Lei nº 8.213/91.

A Emenda nº 61 do Deputado Paulo Paim suprime do art. 25, a revogação do § 2º do art. 41 da Lei nº 8.213/91.

A Emenda nº 62 do Deputado Paulo Paim inclui, onde couber, o seguinte artigo: “Art... Os benefícios de aposentadoria e pensão concedidos até 31 de agosto de 1993, bem assim os benefícios decorrentes de aposentadoria concedida até essa data, serão reajustados, em 10 de junho de 2000, em 33,47% (trinta e três vírgula quarenta e sete por cento).

Parágrafo único. Para os benefícios concedidos pela previdência social a partir de 1º de setembro de 1993, o reajuste nos termos do **caput** dar-se-á de acordo com percentuais **pro rata**, fixados em ato do Poder Executivo, observada a data de início do benefício.”

A Emenda nº 63 do Deputado Paulo Paim inclui, onde couber, o seguinte artigo:

“ Art. O art. 11 da Lei nº 9.711, de 20 de novembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11. Os benefícios mantidos pela Previdência Social serão reajustados, a partir de 2001, inclusive, em 10 de maio de cada ano.”

A Emenda nº 64 do Deputado Rubem Medina insere os §§ 7º e 8º ao art. 1º da referida MP.

A Emenda nº 65 do Deputado Walter Pinheiro dá nova redação ao inciso X do art. 1º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, alterada pelo art. 2º da referida MP.

A Emenda nº 66 do Deputado Walter Pinheiro dá nova redação ao § 2º, do art. 1º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, alterada pelo art. 2º da referida MP.

A Emenda nº 67 do Deputado Rubem Medina insere os §§ 7º, 8º e 9º ao art. 1º da referida MP.

A Emenda nº 68 do Deputado Rubem Medina insere os §§ 7º, 8º e 9º ao art. 1º da referida MP.

A Emenda nº 69 do Deputado Waldemir Moka insere o § 8º ao art. 2º da referida MP.

A Emenda nº 70 do Deputado Waldemir Moka substitui o texto do § 4º do artigo 5º da referida MP.

A Emenda nº 71 do Deputado Waldemir Moka substitui o parágrafo único do inciso II do artigo 8º.

A Emenda nº 72 da Senadora Heloísa Helena substitui o Parágrafo Único do inciso II do artigo 8º.

A Emenda nº 73 Deputado Nilson Mourão inclui no inciso V, do art. 2º, a expressão não poderá exceder a“, ficando o texto final com a seguinte redação: V – limite de comprometimento não poderá exceder a treze por cento da Receita Líquida Real – RLR, para efeito de atendimento das obrigações correspondentes ao serviço da dívida refinanciada;

A Emenda nº 74 do Deputado Márcio Bittar modifica o texto do § 4º do artigo 5º da referida MP.

A Emenda nº 75 do Deputado Nilson Mourão suprime o inciso II do art. 9º.

A Emenda nº 76 do Deputado Nilson Mourão suprime o inciso III do art. 9º.

É o relatório.

## II – Voto

Com a incumbência de pronunciar-me sobre a constitucionalidade e mérito da medida provisória em comento, concluo que, em relação a constitucionalidade, não há críticas a registrar. O ato atende ao requisito de juridicidade e foi redigido com observância da boa técnica legislativa.

Os temas tratados na presente medida provisória, objeto deste parecer, apresentam-se como indispensáveis para um efetivo equilíbrio financeiro dos municípios, permitindo que os mesmos colaborem com o ajuste fiscal empreendido pelo Governo Federal. Isso é de vital importância para o País, justificando plenamente o mérito da medida provisória.

Sobreleva, nessa questão, especialmente os interesses dos municípios. O equacionamento das dívidas dos municípios no curto prazo é condição necessária para a manutenção da estabilidade econômica. No longo prazo, o ajuste fiscal consolidado do setor público é um dos pressupostos necessários para a retomada do crescimento econômico, a criação de novos empregos e o desenvolvimento da sociedade brasileira.

Quanto ao mérito, ressalto que até a reedição dessa Medida Provisória com o nº 2.043-2 1, de 25 de

agosto de 2000, o artigo 16, alterava a Lei nº 9.639, de 25 de maio de 1998, estabelecendo condições para o pagamento por Estados, Distrito Federal e Municípios de suas dívidas para com o Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, permitindo um prazo de amortização que não poderia ser inferior a 96 meses e nem superior a 240 meses.

A partir de setembro de 2000 (MP nº 2.043-22), a Medida Provisória apenas convalidou as operações praticadas até julho do ano 2000, não mais permitindo a renegociação das dívidas junto ao INSS em prazos dilatados.

Acredito que seja unânime a constatação que o refinanciamento das dívidas junto ao INSS tem importante impacto sobre as finanças municipais.

Também é de entendimento do Ministério da Previdência e Assistência Social a necessidade de se retornar aos critérios de refinanciamento estabelecidos até a edição de Setembro de 2000, dessa medida provisória, reabrindo o prazo até 30 de junho de 2001, no momento em que, em muitos casos, iniciam-se novas administrações municipais com a posse dos prefeitos eleitos, cujas dívidas com o INSS não foram negociadas anteriormente, inviabilizando as atuais gestões.

No Projeto de Lei de Conversão que apresento em anexo, reabro o prazo até 31 de junho de 2001 para renegociação das dívidas estaduais e municipais junto ao INSS, permitindo prazo de amortização não inferior a 96 meses e nem superior a 240 meses, mantendo-se os mesmos critérios de financiamento adotados até a edição de 25 de agosto de 2000, exceto em relação ao parágrafo 7º do artigo 16, que foi suprimido em minha proposição, permitindo também que as empresas públicas e sociedades de economia mista, estaduais e municipais pudessem renegociar suas dívidas previdenciárias em até 240 meses.

Respeitando-se sempre o estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, para as demais dívidas serão mantidos os prazos determinados na Medida Provisória, em sua última edição de 23 de fevereiro passado.

Assim, em face das razões de mérito expostas, voto pela aprovação do texto da Medida Provisória nº 2118-29, de 27 de março de 2001, na forma de Projeto de Lei de Conversão, bem como pela rejeição das Emendas apresentadas.

Plenário, 21 de março de 2001. – Deputado **Armando Monteiro Neto**, Relator.

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2001**

**Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica a União autorizada, até 15 de junho de 2000, a assumir as seguintes obrigações de responsabilidade dos Municípios:

I – dívida junto a instituições financeiras nacionais ou estrangeiras, cujos contratos tenham sido firmados até 31 de janeiro de 1999, inclusive a decorrente de transformação de operações de antecipação de receita orçamentária em dívida fundada;

II – dívida junto a instituições financeiras nacionais ou estrangeiras, de corrente de cessão de crédito firmada até 31 de janeiro de 1999;

III – dívida mobiliária interna constituída até 12 de dezembro de 1995 ou que, constituída após essa data, consubstancia simples rolagem de dívida mobiliária anterior;

IV – dívida mobiliária externa constituída até 12 de dezembro de 1995 ou que, constituída após essa data, consubstancia simples rolagem de dívida mobiliária anterior;

V – dívida relativa a operações de antecipação de receita orçamentária, contraída até 31 de janeiro de 1999; e

VI – dívida relativa a operações de crédito celebradas com instituições financeiras na qualidade de agente financeiro da União, dos Estados ou de fundos e programas governamentais, regularmente constituídos.

§ 1º Para efeito dos incisos I, III, V e VI, serão consideradas apenas as operações registradas, até 31 de janeiro de 1999, no Banco Central do Brasil.

§ 2º Poderão ser ainda objeto de assunção pela União as dívidas de entidades integrantes da administração pública municipal indireta, enquadráveis nos incisos I a VI do **caput** e que sejam previamente assumidas pelo Município.

§ 3º O serviço das dívidas mencionadas nos incisos I, II, V e VI do **caput** deste artigo, não pago e com vencimento ou qualquer forma de exigibilidade que tenha ocorrido entre 31 de janeiro de 1999 e a data de assinatura do contrato de refinanciamento poderá ser refinanciado pela União, observadas as condições estabelecidas nesta Medida Provisória, exceto quanto a:

I – prazo: em até cento e oitenta meses, com prestações mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira na data de assinatura do contrato de refinanciamento e, as demais, nas datas de vencimento estipuladas para o restante das dívidas refinanciadas ao amparo desta Medida Provisória;

II – encargos: equivalentes ao custo médio de captação da dívida mobiliária interna do Governo Federal (taxa SELIC), acrescidos, em caso de inadimplimento, de juros moratórios de um por cento ao ano, sobre o saldo devedor previamente atualizado;

III – extra-limite das demais dívidas refinanciadas na forma desta Medida Provisória e da Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993; e

IV – amortização mensal mínima de R\$1.000,00 (mil reais), adicionalmente ao previsto no § 1º do art. 2º.

§ 4º Não serão abrangidas pela assunção a que se refere este artigo nem pelo refinanciamento a que se refere o artigo seguinte:

I – as dívidas renegociadas com base nas Leis nº 7.976, de 27 de dezembro de 1989, e 8.727, de 1993;

II – as dívidas relativas à dívida externa objeto de renegociação no âmbito do Plano Brasileiro de Financiamento da Dívida Externa (BIB, BEA, DMLP e Clube de Paris);

III – as parcelas das dívidas referidas nos incisos I, II, III, V e VI do **caput** deste artigo que não tenham sido desembolsadas pela instituição financeira até 31 de janeiro de 1999; e

IV – as dívidas externas junto a organismos internacionais multilaterais ou agências governamentais de crédito estrangeiras.

§ 5º A assunção de que trata este artigo será precedida da aplicação de deságio sobre o saldo devedor das obrigações, conforme estabelecido pelo Poder Executivo.

§ 6º Poderá ainda a União, nos respectivos vencimentos, fornecer os recursos necessários ao pagamento da dívida de que trata o inciso IV do **caput** deste artigo, incorporando o valor pago ao saldo devedor do refinanciamento.

Art. 2º As dívidas assumidas pela União serão refinanciadas aos Municípios, observando-se o seguinte:

I – prazo: até trezentas e sessenta prestações mensais e sucessivas, calculadas com base na Tabela Price, vencendo-se a primeira em até trinta dias após a assinatura do contrato e as seguintes em iguais dias dos meses subsequentes;

II – juros: calculados e debitados mensalmente, à taxa de nove por cento ao ano, sobre o saldo devedor previamente atualizado;

III – atualização monetária: calculada e debitada mensalmente com base na variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que vier a substituí-lo;

IV – garantias adequadas que incluirão, obrigatoriamente, a vinculação de receitas próprias e dos cursos de que tratam os arts. 156, 158 e 159, inciso 1, **b**, e § 3º, da Constituição, e a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996;

V – limite de comprometimento de treze por cento da Receita Líquida Real – RLR, para efeito de atendimento das obrigações correspondentes ao serviço da dívida refinanciada;

VI – em caso de descumprimento das obrigações pactuadas, sem prejuízo das demais cominações contratuais, os encargos referidos nos incisos II e III serão substituídos pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida de um por cento ao ano, elevando-se em quatro pontos percentuais o limite de comprometimento estabelecido no inciso anterior;

VII – em caso de impontualidade no pagamento, sem prejuízo da aplicação do disposto no inciso anterior, o valor da prestação será atualizado pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no SELIC, divulgada pelo Banco Central do Brasil, e acrescido de juros de mora de um por cento ao ano, calculados **pro rata die**; e

VIII – repasse aos Municípios dos deságios aplicados às obrigações assumidas pela União.

§ 1º Para o estabelecimento do prazo, será observado o mínimo de R\$1.000,00 (mil reais) para o valor inicial das amortizações mensais do contrato de refinanciamento.

§ 2º A elevação do limite de comprometimento será aplicada a partir da prestação subsequente ao descumprimento.

§ 3º Os acréscimos a que se refere o inciso VII não estão sujeitos ao limite de comprometimento da RLR.

§ 4º A taxa de juros poderá ser reduzida para:

I – sete inteiros e cinco décimos por cento, se o Município amortizar extraordinariamente valor equivalente a dez por cento do saldo devedor atualizado da dívida assumida e refinanciada pela União; e

II – seis por cento, se o Município amortizar extraordinariamente valor equivalente a vinte por cento do saldo devedor atualizado da dívida assumida e refinanciada pela União.

§ 5º A redução a que se refere o parágrafo anterior será aplicada a partir da data da integralização do correspondente percentual de amortização extraordinária.

§ 6º Não se aplicam à amortização extraordinária de que trata o § 4º deste artigo:

I – o disposto no art. 5º; e

II – o limite de comprometimento da RLR.

§ 7º As dívidas de responsabilidade dos Municípios junto à União, exceto as relativas a impostos e contribuições, contraídas até 31 de janeiro de 1999, poderão ser refinanciadas na forma desta Medida Provisória.

Art. 3º A critério do Município, a dívida poderá ser refinanciada a taxas inferiores à prevista no inciso II do art. 2º, desde que efetuada amortização extraordinária, no prazo de trinta meses, contados da data de assinatura dos respectivos contratos de refinanciamento.

§ 1º As taxas de que tratam o **caput** serão de:

I – sete inteiros e cinco décimos por cento, se o Município comprometer-se a amortizar extraordinariamente valor equivalente a dez por cento do saldo devedor atualizado da dívida assumida e refinanciada pela União; e

II – seis por cento, se o Município comprometer-se a amortizar extraordinariamente valor equivalente a vinte por cento do saldo devedor atualizado da dívida assumida e refinanciada pela União.

§ 2º Findo o prazo estabelecido no **caput** e não sendo realizada integralmente a amortização extraordinária, o saldo devedor será recalculado, desde a data da assinatura do contrato, alterando-se a taxa de juros para:

I – nove por cento, se o Município se comprometeu na forma do inciso I do parágrafo anterior;

II – nove por cento, se o Município se comprometeu na forma do inciso II do parágrafo anterior e a amortização extraordinária não tiver atingido dez por cento do saldo devedor atualizado;

III – sete e meio por cento, se o Município se comprometeu na forma do inciso II do parágrafo anterior e a amortização extraordinária tiver atingido dez por cento do saldo devedor atualizado.

Art. 4º Os títulos públicos emitidos após 12 de dezembro de 1995, para pagamento de precatórios judi-

ciais, nos termos do art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, poderão ser objeto da assunção e do refinanciamento a que se referem os artigos anteriores, observando-se, nesta hipótese, que a prestação mensal do contrato de refinanciamento corresponderá, no mínimo, à prestação que seria devida relativamente a esses títulos, calculada pela Tabela Price, para o prazo de cento e vinte meses.

Parágrafo único. Não será abrangida pela assunção e pelo refinanciamento a que se refere o **caput** a dívida mobiliária em poder do próprio ente emissor, mesmo que por intermédio de fundo de liquidez, ou que tenha sido colocada em mercado após 31 de dezembro de 1998.

Art. 5º Para fins de aplicação do limite estabelecido no inciso V do art. 2º, poderão ser deduzidas do limite apurado as despesas efetivamente realizadas no mês anterior pelo Município, correspondentes aos serviços das seguintes obrigações por ele tituladas:

I – dívida refinanciada com base na Lei nº 7.976, de 1989;

II – dívida externa contratada até 31 de janeiro de 1999, mesmo aquela objeto de reestruturação no âmbito do Plano Brasileiro de Financiamento da Dívida Externa (BIB, BEA, DMLP e Clube de Paris);

III – parcelamento de dívidas firmadas com base no art. 58 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e na Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993;

IV – dívidas parceladas junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, cuja formalização tenha ocorrido até 31 de janeiro de 1999;

V – comissão do agente, incidente sobre o pagamento da prestação decorrente da Lei nº 8.727, de 1993; e VI – dívida relativa a crédito imobiliário refinanciado ao amparo da Lei nº 8.727, de 1993, e efetivamente assumido pelo Município, deduzidas as receitas auferidas com essas operações.

§ 1º Poderão, ainda, ser deduzidas as despesas referentes a principal, juros e demais encargos das operações decorrentes da Lei nº 8.727, de 1993, realizadas no mês, excetuada a comissão do agente.

§ 2º Os valores relativos à redução da prestação pela aplicação do limite a que se refere este artigo ou pela dedução a que se refere o artigo seguinte terão seu pagamento postergado, sobre eles incidindo os encargos financeiros dos contratos de refinanciamento, para o momento em que o serviço da dívida comprometer valor inferior ao limite.

§ 3º O limite de treze por cento estabelecido no art. 2º é aplicável somente para as dívidas refinanciadas nos termos desta Medida Provisória.

§ 4º Eventual saldo devedor resultante da aplicação do limite de comprometimento estabelecido na forma deste artigo, poderá ser refinanciado nas mesmas condições previstas nesta Medida Provisória, em até cento e vinte meses, a partir do vencimento da última prestação do contrato de refinanciamento.

§ 5º No caso previsto no parágrafo anterior, as prestações não poderão ser inferiores ao valor da última prestação do refinanciamento.

Art. 6º O montante efetivamente desembolsado pelo Município relativamente ao serviço das dívidas mencionadas nos incisos I, II, III e IV do art. 1º, vencidas entre 31 de janeiro de 1999 e a data de assinatura do contrato de refinanciamento, poderá ser deduzido das prestações calculadas com base na Tabela Price, limitada a dedução mensal a cinquenta por cento do valor da primeira prestação.

Art. 7º Para os fins desta Medida Provisória, entende-se como RLR a receita realizada nos doze meses anteriores ao mês imediatamente anterior àquele em que ela estiver sendo apurada, observado o seguinte:

I – serão excluídas as receitas provenientes de operações de crédito, de anulação de restos a pagar, de alienação de bens, de transferências vinculadas a qualquer título, de transferências voluntárias ou doações recebidas com o fim específico de atender a despesas de capital; e

II – serão computadas as receitas oriundas do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação destinado à concessão de quaisquer favores fiscais ou financeiros, inclusive na forma de empréstimos ou financiamentos, ainda que por meio de fundos, instituições financeiras ou outras entidades controladas pelo Poder Público, concedidas com base no referido imposto e que resulte em redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus.

Parágrafo único. O superávit financeiro das autarquias e fundações, excluídas as de caráter previdenciário, será considerado como receita realizada para fins de cálculo da RLR.

Art. 8º O contrato de refinanciamento de dívidas deverá prever que o Município:

I – somente poderá emitir novos títulos da dívida pública mobiliária municipal interna ou externa, após a integral liquidação da dívida objeto do refinanciamento previsto nesta Medida Provisória; e

II – somente poderá contrair novas dívidas, inclusive operações de Antecipação de Receita Orçamentária, se a dívida financeira total do Município for inferior à sua RLR anual.

Parágrafo único. Excluem-se das vedações a que se refere o inciso II:

I – a contratação de operações de crédito instituídas por programas federais, destinadas à modernização e ao aparelhamento da máquina administrativa dos Municípios;

II – os empréstimos ou financiamentos junto a organismos financeiros multilaterais e a instituições de fomento e cooperação ligadas a governos estrangeiros, que tenham avaliação positiva da agência financiadora, e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, desde que contratados dentro do prazo de um ano contado de 30 de junho de 1999 e destinados exclusivamente à complementação de programas em andamento.

Art. 9º O limite de comprometimento da RLR de que trata o inciso V do art. 2º será elevado em dois pontos percentuais para os Municípios que, a partir de 1º de janeiro de 2000:

I – não tenham adequado suas despesas com pessoal aos limites estabelecidos na legislação em vigor;

II – não tenham implantado contribuição previdenciária para os servidores ativos e inativos, com alíquota média de, no mínimo, onze por cento da remuneração total; e

III – não tenham limitado suas despesas com aposentados e pensionistas, na forma da legislação em vigor.

Art. 10. Somente por lei poderão ser autorizadas novas composições ou prorrogações das dívidas refinanciadas com base nesta Medida Provisória, ou, ainda, alteração a qualquer título das condições de refinanciamento ora estabelecidas.

Art. 11. A União assumirá as obrigações decorrentes desta Medida Provisória mediante emissão de títulos do Tesouro Nacional, com características a serem definidas pelo Poder Executivo.

Art. 12. A receita proveniente dos pagamentos dos refinanciamentos concedidos aos Municípios, nos termos desta Medida Provisória, será integralmente utilizada para abatimento da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional.

Art. 13. Fica o Banco do Brasil S.A. designado agente financeiro da União para o fim de celebração, acompanhamento e controle dos contratos de assun-

ção e de refinanciamento de que trata esta Medida Provisória, cabendo ao devedor o pagamento da concernente remuneração.

Art. 14. Fica a União autorizada a realizar, por intermédio da Caixa Econômica Federal, operações de crédito com os Municípios, destinadas a programas de fortalecimento e modernização da máquina administrativa municipal, utilizando para esse fim recursos provenientes de contratos de empréstimo junto a organismos financeiros internacionais.

Art. 15. Fica facultado ao Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, na hipótese de assunção pela União de obrigações relativas a repasses do FGTS, nos termos desta Medida Provisória, autorizar os agentes financeiros a promover o retorno dos recursos repassados, nas condições originalmente estabelecidas, desde que sejam constituídas garantias suficientes.

Art. 16. Os dispositivos adiante indicados da Lei nº 9.639, de 25 de maio de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

”Art. 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, até 30 de junho de 2001, poderão optar pela amortização de suas dívidas para com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, oriundas de contribuições sociais, bem como as decorrentes de obrigações acessórias, até a competência de março de 2001, mediante o emprego de quatro pontos percentuais do Fundo de Participação dos Estados – FPE e de nove pontos percentuais do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.

§ 1º As unidades federativas mencionadas neste artigo poderão optar por incluir nessa espécie de amortização as dívidas, até a competência de março de 2001, de suas autarquias e das fundações por elas instituídas e mantidas, hipótese em que haverá o acréscimo de três pontos nos percentuais do FPE e de três pontos nos percentuais do FPM referidos no caput.

§ 2º Mediante o emprego de mais quatro pontos percentuais do respectivo Fundo de Participação, as unidades federativas a que se refere este artigo poderão optar por incluir, nesta espécie de amortização, as dívidas constituídas até a competência março de 2001 para com o INSS, de suas empresas públicas e sociedades de economia mista, mantendo-se os critérios de atualização e incidência de acréscimos legais aplicáveis às empresas desta natureza.

§ 3º A inclusão das dívidas das sociedades de economia mista na amortização prevista neste artigo

dependerá de lei autorizativa estadual, distrital ou municipal.

§ 4º O prazo de amortização será de duzentos e quarenta meses, limitados aos percentuais previstos neste artigo e no art. 3º.

§ 5º Na hipótese de aplicação dos limites percentuais a que se refere o parágrafo anterior o saldo remanescente será repactuado ao final do acordo.

§ 6º A dívida consolidada na forma deste artigo sujeitar-se-á, a partir da data da consolidação, a juros correspondentes à variação mensal da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, vedada a imposição de qualquer outro acréscimo.

”Art. 2º .....

Parágrafo único. O parcelamento celebrado na forma deste artigo conterá cláusula em que o Estado, o Distrito Federal ou o Município autorize a retenção do FPE ou do FPM e o repasse ao INSS do valor correspondente a cada prestação mensal, por ocasião do vencimento desta. (NR)

”Art. 5º O acordo celebrado com base nos arts. 1º e 3º conterá cláusula em que o Estado, o Distrito Federal ou o Município autorize a retenção do FPE e do FPM e o repasse à autarquia previdenciária do valor correspondente às obrigações previdenciárias correntes do mês anterior ao do recebimento do respectivo Fundo de Participação.

§ 1º Às parcelas das obrigações previdenciárias correntes quitadas na forma do **caput** deste artigo, não se aplica o disposto nos arts. 30, inciso I, alínea b, e 34 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

§ 2º Constará, ainda, no acordo mencionado neste artigo, cláusula em que o Estado, o Distrito Federal ou o Município autorize a retenção pelas instituições financeiras de outras receitas estaduais, distritais ou municipais nelas depositadas e o repasse ao INSS do restante da dívida previdenciária apurada, na hipótese em que os recursos oriundos do FPE e do FPM não forem suficientes para a quitação da amortização prevista no art. 1º e das obrigações previdenciárias correntes.

§ 3º O valor mensal das obrigações previdenciárias correntes, para efeito deste artigo, será apurado com base na respectiva Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social – GFIP ou, no caso de sua não-apresentação no prazo legal, estimado, utilizando-se a média das últimas doze competências recolhidas anteriores ao mês da retenção, sem prejuízo da cobrança ou restituição ou compensação de eventuais diferenças.

§ 4º A amortização referida no art. 1º desta Lei, acrescida das obrigações previdenciárias correntes, poderá, mensalmente, comprometer até quinze pontos percentuais da Receita Corrente Líquida Municipal.

§ 5º Os valores devidos ao INSS a título de amortização e não recolhidos, a cada mês, em razão da aplicação do parágrafo anterior serão repactuados ao final da vigência do acordo previsto neste artigo.

§ 6º Para fins do disposto neste artigo, entende-se como Receita Corrente Líquida Municipal a receita calculada conforme a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.” (NR)

Art. 17. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.118-29, de 27 de março de 2001.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 21 de março de 2001. – Deputado **Armando Monteiro Neto**, Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – O parecer conclui pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2001.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Em discussão a medida provisória, as emendas e o projeto de lei de conversão.

**O SR. FERNANDO CORUJA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (Bloco/PDT – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Fizemos reunião de acordo para votar novas medidas provisórias. Entretanto, as que faziam parte do acordo possuem 72 emendas, mas há projeto de lei de conversão que estamos recebendo agora, de chofre. Discutindo com os Líderes do PT e PSB, pensamos na possibilidade de V. Exa. adiar essa discussão. O projeto de lei de conversão altera o espírito da medida provisória, avança no sentido de permitir prolongamento do prazo para discussão de dívidas com o INSS. Portanto, solicitamos ao eminente Líder do Governo que, se possível, transfira essa discussão para a outra semana, porque recebemos neste instante o projeto de lei de conversão e queremos analisá-lo com mais atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Deputado Fernando Coruja, gostaria de alertar V. Exa. e o Congresso que o prazo desta medida provisória vai-se expirar no dia 27 próximo. Portanto, na sessão



da próxima semana, estaríamos, inevitavelmente, diante de prazo expirado e da reedição da medida. Desde que haja acordo das Lideranças, a Mesa retirará de pauta, mas de desejo alertá-los para esse pormenor.

**O SR. PAUDERNEY AVELINO**—Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho)—Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (Bloco/PFL — AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, faço apelo ao nobre Deputado Fernando Coruja e às demais Lideranças presentes para que observem a relevância desta medida provisória e do projeto de conversão do Deputado Armando Monteiro.

A medida provisória original estabelecia em até 60 meses o prazo da renegociação da dívida com o INSS. E o Deputado Armando Monteiro estabeleceu prazo mínimo, no seu projeto de lei de conversão, de 96 meses e o ampliou até 240 meses, prazo em que o Ministério da Previdência Social vinha renegociando suas dívidas com Estados e Municípios.

É da maior relevância para a saúde financeira dos Municípios, a medida provisória não agride a Lei de Responsabilidade Fiscal e vem aliviar o sobrecarregamento dos cofres com balidos das milhares de Prefeituras brasileiras.

Nesse sentido, faço apelo aos nobres Líderes Fernando Coruja, João Paulo e demais presentes para que deliberemos sobre essa matéria.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PPB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, estou inscrito para discutir.

**O SR. RICARDO BARROS** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) — Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. RICARDO BARROS** (PPB — PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, antes de abrir a discussão, gostaria de fazer uma ponderação. Temos trabalhado de forma determinada para estabelecer o consenso nessas medidas provisórias e trazê-las para o plenário. Fizemos reunião na semana passada. Vamos promover amanhã, às 11h30min, nova reunião no gabinete do Deputado Aécio Neves, oportunidade em que as 40 medidas provisórias restantes serão analisadas e delas tiraremos as que virão à votação. Amanhã, proporei aos Líderes e sugeri ao Sr. Presidente que haja sessão na terça-feira à noite, justamente em função do prazo que se expira

para renegociação das dívidas e abertura do prazo para apresentação de emendas. Então, teremos oportunidade, na terça-feira ainda, de votar medidas provisórias que amanhã tenham consenso ou nas quais os pontos de divergência sejam dirimidos em votação plenária, sem nenhuma dificuldade. Sabemos que há divergência e que será necessária a votação. Como sabe V. Exa., o **quorum** sempre esteve à nossa disposição. Os Deputados e Senadores nunca se recusaram a estar em plenário em caso de votação nominal.

Portanto, gostaria que fosse mantido o acordo firmado entre os Líderes. Existem três projetos de lei de conversão nesta sessão de hoje. O projeto do Deputado Ursicino Queiroz tem alteração mínima. O projeto do Deputado Armando Monteiro também tem uma única alteração, a reabertura de prazo para renegociação dos Municípios. E também o Deputado Vicente Caropreso relata medida com uma pequena alteração.

Portanto, gostaria de alertar os Srs. Líderes, tanto da base aliada como da Oposição, para o fato de que os PLVs são de fácil entendimento e os Relatores podem explicar de maneira bastante objetiva as alterações feitas.

Quero solicitar ao Deputado Armando Monteiro nova e breve explicação, pois sua alteração é pequena e favorece todos os Municípios brasileiros. Como ex-Prefeito e municipalista, entendo que estamos avançando bastante e devemos, além de consolidar esse avanço, comemorar o apoio e o fato de o Governo concordar com a reabertura.

Peço atenção especial aos Líderes, especialmente da Oposição, para os projetos de lei de conversão já distribuídos. As alterações são mínimas, pontuais, uma alteração em cada medida provisória.

Por esse motivo, não há necessidade, em função de existir o PLV, de adiarmos a votação, uma vez que as alterações são pequenas e as medidas provisórias praticamente estão mantidas na sua íntegra, Sr. Presidente.

**O SR. JOÃO PAULO** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) — Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. JOÃO PAULO** (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero confessar a V. Exa. que não se trata de dúvida quanto à pequena mudança introduzida pelo Deputado Armando Monteiro. Mas, ao tomar conhecimento do conjunto, achei

que poderíamos, enquanto bancada, aprofundar um pouco mais o debate sobre tal mudança.

Não quero emperrar os trabalhos do Congresso Nacional nem ser obstáculo à aprovação das medidas provisórias. Dessa forma, concordo com o fato de continuarmos a fazer acordos para as sessões do Congresso. Mas sinto-me muito inseguro para votar a matéria, a qual não gostaria de votar hoje.

A medida vai ser reeditada dia 27. Já obtivemos informações de que ainda não se cumpriu o prazo de cinco sessões. Então, podemos, na reedição da próxima terça-feira, pautá-la para a próxima quarta-feira.

Como ela já vem de 28 reedições, não teremos problemas em apreciá-la na próxima quarta-feira. Só pediria este prazo para que pudesse aprofundar mais sobre o tema e para que façamos um debate com a profundidade que ele exige.

Sei que é necessidade imperiosa dos Municípios e sei que o tema é candente, não somente pela medida provisória como pelos próprios parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal — aliás, muitos Municípios já foram beneficiados com esta medida provisória. Mas, para a tornarmos lei é preciso a profundidade que o tema exige. Por isso, faço essa ponderação a V. Exa.: vamos deixar sair a próxima reedição e, na quarta-feira que vem, apreciamos essa medida provisória.

**O SR. ROBSON TUMA** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) — Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. ROBSON TUMA** (Bloco/PFL — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, também não quero atrapalhar os trabalhos do Congresso Nacional. Estamos aqui há várias horas votando medidas provisórias que não foram editadas, nem reeditadas uma única vez. Esta medida provisória foi reeditada várias vezes, 28 vezes, tempo suficiente para cada Parlamentar estudar e reestudar, analisar e reanalisar, tantas vezes quantas fossem necessárias. Não vou aqui, obviamente, ficar querendo atrapalhar os trabalhos desta Casa, se for o entendimento de todos. Não vou aqui discutir absolutamente com nenhum dos meus pares. Agora, 28 vezes reeditada! É tempo suficiente para que todos que tivessem interesse pudessem estudá-la, reestudá-la, analisá-la e reanalisá-la.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) — Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PPB — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, gostaria de informar ao Deputado Robson Tuma que o projeto de lei de conversão foi entregue agora. Não foi entregue há 28 edições. Só agora tomamos conhecimento do projeto de lei de conversão. S.Exa. está equivocado. Nós estamos acompanhando.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) — Deputado Arnaldo Faria de Sá, considerando que não há consenso em relação a esta matéria, a Presidência a retira de pauta para incluí-la na próxima sessão, e abre prazo para emendas.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** — Sr. Presidente, gostaria de dizer por que me havia inscrito para discutir essa medida provisória. Chamei a atenção dos companheiros do PT para o art. 2º, que trata do comprometimento de 13% da receita líquida real. A própria Prefeita Marta Suplicy está reclamando. Se essa medida provisória fosse aprovada, as reclamações perderiam razão, porque essa medida provisória dá o comprometimento de 13% da receita líquida.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) — A matéria já está retirada; é questão vencida.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** — Sr. Presidente, gostaria apenas de mostrar a razão pela qual me inscrevi. Está no art. 2º, item V.

**O SR. RICARDO BARROS** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) — Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. RICARDO BARROS** (PPB — PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em relação à reabertura de prazo, gostaríamos de propor, dado que a grande maioria das medidas provisórias vencem dia 27, uma sessão do Congresso Nacional para essa data, terça-feira, à noite. A reabertura de prazo nos impediria de votar. Como a medida está em vigor até o dia 27 e como, provavelmente, teremos uma sessão do Congresso nessa data, voltaríamos a apreciar a matéria na forma como se apresenta, sem reabertura de prazo. Portanto, antes da reedição.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) — Item 37:

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.121-40, DE 2001**

**Discussão em turno único da Medida Provisória nº 2.121-40, publicada em 26 de fevereiro de 2001, que "Altera dispositivos das Leis nºs 9.082, de 25 de julho de 1995, 9.293, de 15 de julho de 1996, 9.473, de 22 de julho de 1997, 9.692,**

que poderíamos, enquanto bancada, aprofundar um pouco mais o debate sobre tal mudança.

Não quero emperrar os trabalhos do Congresso Nacional nem ser obstáculo à aprovação das medidas provisórias. Dessa forma, concordo com o fato de continuarmos a fazer acordos para as sessões do Congresso. Mas sinto-me muito inseguro para votar a matéria, a qual não gostaria de votar hoje.

A medida vai ser reeditada dia 27. Já obtivemos informações de que ainda não se cumpriu o prazo de cinco sessões. Então, podemos, na reedição da próxima terça-feira, pautá-la para a próxima quarta-feira.

Como ela já vem de 28 reedições, não teremos problemas em apreciá-la na próxima quarta-feira. Só pediria este prazo para que pudesse aprofundar mais sobre o tema e para que façamos um debate com a profundidade que ele exige.

Sei que é necessidade imperiosa dos Municípios e sei que o tema é candente, não somente pela medida provisória como pelos próprios parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal — aliás, muitos Municípios já foram beneficiados com esta medida provisória. Mas, para a tornarmos lei é preciso a profundidade que o tema exige. Por isso, faço essa ponderação a V. Exa.: vamos deixar sair a próxima reedição e, na quarta-feira que vem, apreciamos essa medida provisória.

**O SR. ROBSON TUMA** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) — Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. ROBSON TUMA** (Bloco/PFL — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, também não quero atrapalhar os trabalhos do Congresso Nacional. Estamos aqui há várias horas votando medidas provisórias que não foram editadas, nem reeditadas uma única vez. Esta medida provisória foi reeditada várias vezes, 28 vezes, tempo suficiente para cada Parlamentar estudar e reestudar, analisar e reanalisar, tantas vezes quantas fossem necessárias. Não vou aqui, obviamente, ficar querendo atrapalhar os trabalhos desta Casa, se for o entendimento de todos. Não vou aqui discutir absolutamente com nenhum dos meus pares. Agora, 28 vezes reeditada! É tempo suficiente para que todos que tivessem interesse pudessem estudá-la, reestudá-la, analisá-la e reanalisá-la.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) — Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PPB — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, gostaria de informar ao Deputado Robson Tuma que o projeto de lei de conversão foi entregue agora. Não foi entregue há 28 edições. Só agora tomamos conhecimento do projeto de lei de conversão. S.Exa. está equivocado. Nós estamos acompanhando.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) — Deputado Arnaldo Faria de Sá, considerando que não há consenso em relação a esta matéria, a Presidência a retira de pauta para incluí-la na próxima sessão, e abre prazo para emendas.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** — Sr. Presidente, gostaria de dizer por que me havia inscrito para discutir essa medida provisória. Chamei a atenção dos companheiros do PT para o art. 2º, que trata do comprometimento de 13% da receita líquida real. A própria Prefeita Marta Suplicy está reclamando. Se essa medida provisória fosse aprovada, as reclamações perderiam razão, porque essa medida provisória dá o comprometimento de 13% da receita líquida.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) — A matéria já está retirada; é questão vencida.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** — Sr. Presidente, gostaria apenas de mostrar a razão pela qual me inscrevi. Está no art. 2º, item V.

**O SR. RICARDO BARROS** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) — Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. RICARDO BARROS** (PPB — PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em relação à reabertura de prazo, gostaríamos de propor, dado que a grande maioria das medidas provisórias vencem dia 27, uma sessão do Congresso Nacional para essa data, terça-feira, à noite. A reabertura de prazo nos impediria de votar. Como a medida está em vigor até o dia 27 e como, provavelmente, teremos uma sessão do Congresso nessa data, voltaríamos a apreciar a matéria na forma como se apresenta, sem reabertura de prazo. Portanto, antes da reedição.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) — Item 37:

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.121-40, DE 2001**

**Discussão em turno único da Medida Provisória nº 2.121-40, publicada em 26 de fevereiro de 2001, que "Altera dispositivos das Leis nºs 9.082, de 25 de julho de 1995, 9.293, de 15 de julho de 1996, 9.473, de 22 de julho de 1997, 9.692,**

**de 27 de julho de 1998, 9.811, de 28 de julho de 1999, e 9.995, de 25 de julho de 2000, que dispõem sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para os exercícios de 1996, 1997, 1998, 1999, 2000 e 2001, respectivamente“.**

À medida provisória foi apresentada uma emenda.

Dependendo de pareceres a serem proferidos em plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Ney Suassuna, para proferir parecer quanto à admissibilidade.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, do ponto de vista da admissibilidade, reconhecemos a relevância e a urgência desta matéria. Por essa razão, somos de parecer favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Há recurso sobre a mesa em relação à admissibilidade, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Deputado Ivan Paixão.

É lido o seguinte:

#### **RECURSO Nº 6, DE 2001 – CN**

Senhor Presidente,

Apresentamos, nos termos do artigo 5º, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução nº 1, de 1989-CN, o presente recurso para que o Plenário do Congresso Nacional delibere sobre a admissibilidade da Medida Provisória nº 2121-40.

Sala das Sessões, 21-3-2001. – Senador **José Eduardo Dutra**, Líder do PT – Dep. **Walter Pinheiro**, Líder do PT – **Prof. Luizinho**.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Em votação o Recurso nº 6, de 2001, na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram (Pausa.)

Rejeitado.

A matéria não vai ao Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Devolvo a palavra ao ilustre Senador Ney Suassuna, para proferir parecer quanto à constitucionalidade e ao mérito.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, esta é uma medida provisória que junta um número enorme de outras medidas editadas desde 1995.

Ela cria critérios para financiamentos e investimentos agropecuários aos pequenos produtores rurais e suas cooperativas e associações e também financiamentos a Estados e Municípios. Também uma delas cria normas para a transferência de recursos da União, consignados na lei orçamentária anual para Estados e Municípios, a qualquer título, inclusive auxílios financeiros e contribuições. Inclui Programa de Demissão Voluntária – PDV a servidores civis do Executivo. Uma outra estende para 260 dias o prazo concedido das emendas condicionadas constantes do Orçamento da União, sejam elas canceladas, caso não sejam aprovadas as propostas de alteração da legislação tributária e das contribuições que se encontram em tramitação no Congresso Nacional.

Em condições normais, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu não votaria pela aprovação. Mas, infelizmente, como o processo orçamentário é anual, não nos cabe rejeitar uma medida provisória que já produziu efeitos irreversíveis no tempo e no espaço. Devemos providenciar para que no futuro tenhamos pelo menos o arcabouço jurídico para limitar o poder das medidas provisórias em matéria orçamentária. Até lá, somos obrigados a cumprir a mera formalidade de aprovar medidas provisórias dessa natureza.

Portanto, tendo em vista todos esses argumentos e todo o arrazoado que fizemos também no momento da análise da medida provisória, somos pela aprovação do mérito da citada medida provisória.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – O parecer concluiu pela aprovação da medida provisória e rejeição da emenda apresentada.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Em discussão a medida provisória e a emenda.

Concedo a palavra ao Deputado Fernando Coruja.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (Bloco/PDT – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta votação em relação ao mérito é quase que um despropósito neste momento, tendo em vista que estamos votando alterações em LDOs que já se passaram no tempo.

Mas nunca é demais lembrar à Casa a absoluta inconstitucionalidade que representa a alteração da LDO por meio de medida provisória. O próprio Governo Fernando Henrique Cardoso, no ano de 1995, quando fez alterações na LDO, o fez por meio de lei. Agora estamos votando alterações que foram feitas num desrespeito completo ao Congresso Nacional, porque o Congresso vota a LDO, e o Executivo, logo a seguir, altera por medida provisória, como se fosse um decreto. Se essa fosse a situação, nem precisaria

vir a LDO para o Congresso, como prevê a Constituição Federal, nos arts. 165 e 166.

Gostaria de lembrar, também, que o Ministro José Serra, do Governo Fernando Henrique Cardoso, sobre matéria orçamentária e sobre essa questão, afirmou que nem o Governo militar – S.Exa. não era do Governo –, durante a vigência da Constituição de 1967, usou decretos-leis com o objetivo de alterar o Orçamento. Em nenhum instante, apenas para crédito extraordinário, como a Constituição prevê; mas nem o regime militar fez isso. Entretanto, agora, o Governo usa e abusa da Lei de Diretrizes Orçamentárias por meio de medidas provisórias.

Esperamos que o próximo Presidente da República seja alguém do nosso lado. Estamos trabalhando para fazer uma ampla aliança com os partidos de esquerda, para que possamos vencer as eleições. Mas o candidato do Governo que se encaminha, parece, deve ser o Ministro José Serra. Vamos fazer um esforço danado para derrotá-lo.

Vamos eleger o candidato da Esquerda. Mas, se por uma circunstância qualquer o candidato do Governo se eleger, esperamos que não faça igual ao atual Presidente e escreva o que escreveu. Esperamos que quando ele quiser alterar dispositivos orçamentários, se for o caso, envie a esta Casa o instrumento adequado, ou seja, o projeto de lei.

A medida provisória faz pequenas alterações também na LDO de 2001 – com as quais até estamos de acordo –, sobre previsão de receita e outras questões, mas que deveriam ser feitas através de projeto de lei, para ser analisado pela Comissão Mista de Orçamento etc., porque a principal função do Congresso Nacional, desde que surgiu como figura imponente, há 200 anos – e volto a falar no Estado moderno e liberal –, é discutir o Orçamento, ou seja, para onde vão os recursos públicos. Do contrário, estamos aqui apenas fazendo de conta.

Sinceramente, eminente Relator, Senador Ney Suassuna, não posso concordar em que seja apresentado relatório pela constitucionalidade em projeto desta ordem e que a LDO possa ser alterada por medida provisória. Se me provarem que ela pode ser alterada por medida provisória, volto a rever todos os meus afofarrabios, porque todos os meus conceitos estão equivocados.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao Deputado José Antonio Almeida.

**O SR. JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** (Bloco/PSB – MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, faço coro às palavras do Deputado Fernando Coruja. A Lei de Diretrizes Orçamentárias, LDO, é prevista no art. 166 da Consti-

tuição, que diz que haverá uma lei de diretrizes orçamentárias anual.

Ora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, quando a Constituição já prevê a norma, referindo-se à lei, evidentemente ela não se está referindo à medida provisória, norma de caráter excepcional. Ela não pode suprir uma lacuna já prevista na Constituição, mas somente tratar de algo imprevisto, como dito no art. 62 da Constituição, que seja urgente e relevante e que tenha força de lei. Sr. Presidente, a Constituição diz "que tenha força de lei". Se fosse lei, a Constituição não precisava dizer.

É evidente que uma alteração da Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelece uma vinculação tanto do Congresso como do Executivo no envio da proposta orçamentária, uma proposta que, de certa forma, se formos buscar na origem, representa a necessidade de o Parlamento votar o Orçamento, votar o que vai ser feito pelo Estado na gestão seguinte. Se essa vinculação é feita pela lei, não é possível admitir-se que alguém, sozinho, exerça de maneira autoritária e abusiva um poder que a Constituição não lhe confere, porque a Constituição só confere ao Presidente da República o poder de baixar medida provisória em situação de urgência e relevância. Não é possível conceber que ele tenha o poder de alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias. E, mais, Sr. Presidente, que ele altere inúmeras Leis de Diretrizes Orçamentárias, dos anos de 1995, 1996, 1996, 1998, 1999, 2000 e 2001.

Ou seja, sozinho, o Presidente da República substitui o Poder Legislativo, alterando, de uma canetada só, várias leis do Poder Legislativo sobre matéria orçamentária, como prevê a Constituição.

Portanto, é inconcebível que venhamos a aprovar esta medida provisória, aceitando, como disse o Sr. Relator, o argumento de que não há limites à edição de medidas provisórias. Com certeza, há. A Constituição diz que a medida provisória só é possível quando há urgência e relevância e em casos excepcionais. Não podemos nos demitir de nossa função precípua de legislar e transferir essa função inteiramente ao Presidente da República.

Por essas razões, votaremos contra essa medida provisória, porque ela é inteiramente inconstitucional. Não é o caso de fazer vista grossa. É inadmissível que o Presidente da República modifique, de uma canetada só, leis votadas por este Congresso, como prevê a Constituição. São casos que não podem ser caracterizados como de excepcionalidade ou imprevisibilidade, que justificariam a edição de medida provisória.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Com a palavra o Deputado João Paulo.

**O SR. JOÃO PAULO** (PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é uma pena que o plenário

não esteja cheio, para que pudéssemos fazer uma reflexão com o conjunto da Casa.

É verdade que essa medida provisória já tem pouquíssima medida prática, pois já foi reeditada quarenta vezes. Mas, veja, Sr. Presidente, o paradoxo que ela cria: ao fazer-se uma emenda ao Orçamento, não se pode contrariar o que está previsto na LDO e no Plano Plurianual. Qualquer emenda ao Orçamento, patrocinada por Parlamentar ou bancada, tem de estar de acordo com a LDO. Só que, através da medida provisória, da força do Executivo, altera-se aquilo que já se votou e que o Parlamentar não pode alterar se não estiver compatível com a lei anterior; sem considerar-se que, em todo capítulo que trata de medida orçamentária, a Constituição de 1988 diz: "sem prévia autorização legislativa". Não se pode fazer nada que não tenha previsão legislativa, que não tenha sido objeto de debate do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, esta medida provisória certamente será aprovada, mas com o voto contrário da nossa bancada. Estamos abrindo mão de um instrumento que o Constituinte original deu ao Parlamento, para que fizesse sua grandeza através da discussão da medida legislativa, que é a medida orçamentária.

É lamentável que tenhamos de apreciar, numa noite de plenário vazio, mais uma medida que interfere diretamente na vida do Parlamento.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Barros.

**O SR. RICARDO BARROS** (PPB – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como disse o Relator, Senador Ney Suassuna, ativo Parlamentar da Comissão de Orçamento, a matéria é controversa na questão do mérito. Mas, como as ações já estão consolidadas, votaremos a medida provisória.

Evidentemente, a celeridade com que a Comissão de Orçamento tem dado resposta às matérias que hoje lhe são apresentadas, além do fato de termos votado o Orçamento no ano passado, entre o Natal e o Ano Novo, cumprindo o prazo regimental que nos é dado para votar o Orçamento – no dia 5 de janeiro tínhamos o Orçamento sancionado e, em fevereiro, já havia liberação de investimentos do Orçamento da proposta de 2001 –, vai permitir que possamos dar resposta a essas ações, evitando que novas medidas provisórias sejam editadas sobre as alterações na LDO.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Encerrada a discussão, passa-se à votação.

Em votação a Medida Provisória nº 2.121-40, de 2001, na Câmara, ressalvada a emenda.

As Sras. e os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

**O SR. JOÃO PAULO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. JOÃO PAULO** (PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, registre o voto contrário da bancada do PT na Câmara.

**O SR. JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** (Bloco/PSB-MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, registre o voto da bancada do Bloco Parlamentar PSB/PCdoB.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (Bloco/PDT – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, registre o voto contrário da bancada do Bloco Parlamentar PDT/PPS também.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Acolhidos os registros.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Em votação no Senado a Medida Provisória nº 2.121-40, de 2001, ressalvada a emenda.

As Sras. e Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Votação da emenda de parecer contrário na Câmara dos Deputados. (Pausa.)

As sras e os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Rejeitada.

A emenda não vai ao Senado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a Medida Provisória aprovada:

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.121-40 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2001**

**Altera dispositivos das Leis nºs 9.082, de 25 de julho de 1995, 9.293, de 15 de julho de 1996, 9.473, de 22 de julho de 1997, 9.692, de 27 de julho de 1998, 9.811, de 28 de julho de 1999, e 9.995, de 25 de julho de 2000, que dispõem sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para os exercícios de 1996, 1997, 1998, 1999, 2000 e 2001, respectivamente.**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A Lei nº 9.082, de 25 de julho de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 14. ....

§ 3º Exce tua-se do disposto no **caput** deste artigo a destinação, mediante a abertura de crédito adicional, de recursos de contrapartida para a cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais, sempre que for evidenciada a impossibilidade de sua aplicação original.” (NR)

“Art. 18. As transferências de recursos da União, consignadas na lei orçamentária anual, para Estados, Distrito Federal ou Municípios, a qualquer título, inclusive auxílios financeiros e contribuições, serão realizadas exclusivamente mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, na forma da legislação vigente, ressalvadas aquelas decorrentes de recursos originários da repartição de receitas previstas em legislação específica e as repartições de receitas tributárias e as destinadas a atender a estado de calamidade pública legalmente reconhecido mediante ato ministerial, e dependerão da unidade beneficiada comprovar, no ato da assinatura do instrumento original que:

.....”(NR)

“Art. 34. ....

VIII – a entrega de recursos às Unidades Federadas e seus Municípios, na forma e condições detalhadas no Anexo da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996;

IX – o Programa de Desligamento Voluntário – PDV de servidores civis do Poder Executivo.

.....

.....”(NR)

“Art. 44. ....

Parágrafo único. O prazo previsto no **caput** deste artigo não se aplica a projeto de lei que vise ao resgate antecipado, pela União, de créditos securitizados, resultantes da quitação de débitos da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA e da extinta Fundação Legião Brasileira de Assistência, sub-rogados e assumidos, respectivamente, junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.” (NR)

“Art. 49. ....

§ 4º Não se incluem no limite previsto no **caput** deste artigo as dotações para atendimento de despesas com:

I – pessoal e encargos sociais;

II – pagamento de benefícios previdenciários a cargo do Instituto Nacional do Seguro Social;

III – pagamento do serviço da dívida;

IV – pagamento das despesas correntes relativas à operacionalização do Sistema Único de Saúde;

V – as Operações Oficiais de Crédito – Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda;

VI – o Sistema Nacional de Defesa Civil;

VII – o Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos – PRODEA;

VIII – os subprojetos e subatividades que estavam em execução em 1995, financiados com recursos externos e contrapartida;

IX – os subprojetos e subatividades financiados com doações;

X – a atividade Crédito para Reforma Agrária;

XI – pagamento a bolsas de estudo;

XII – pagamento de benefícios de prestação continuada (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993) e desenvolvimento de ações de enfrentamento à pobreza;

XIII – pagamento de despesas com alimentação, no âmbito do Ministério da Educação e do Desporto;

XIV – pagamento de abono salarial e de despesas à conta de recursos diretamente arrecadados, no âmbito do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT;

XV – pagamento de compromissos contratuais no exterior.” (NR)

Art. 2º A Lei nº 9.293, de 15 de julho de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 18. ....

.....

§ 8º Em caráter excepcional, para o cumprimento das exigências previstas nas alíneas **b** e **c** do inciso II deste artigo, poderão ser utilizados os valores constantes do relatório de execução orçamentária de que trata o § 3º do art. 165 da Constituição, relativo ao quarto bimestre do exercício financeiro de 1997.

§ 9º Para o cumprimento das exigências previstas nas alíneas **b** e **e** do inciso II deste artigo, também poderão ser utilizados os valores constantes da lei orçamentária para o exercício de 1997 e seus créditos adicionais, aprovados pelo Poder Legislativo Municipal até 31 de outubro de 1997.” (NR)

“Art. 19. ....

.....

§ 3º Ressalvam-se ainda das disposições deste artigo as operações realizadas no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, bem como aquelas relativas à redução da presença do setor público nas atividades bancária e financeira." (NR)

"Art. 34. ....

§ 4º A lei orçamentária anual e seus créditos adicionais deverão contemplar ainda dotações necessárias ao atendimento das operações realizadas no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, bem como aquelas relativas à redução da presença do setor público na atividade financeira bancária." (NR)

"Art. 35. ....

V – a equalização de taxas de juros dos financiamentos às exportações, no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações – PROEX, previsto no art. 2º da Lei nº 8.187, de 1991, devendo os títulos conter cláusulas de atualização cambial;

IX – a entrega de recursos às Unidades Federadas e seus Municípios, na forma e condições detalhadas no Anexo da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996;

X – a entrega de recursos financeiros a Estados e seus Municípios e ao Distrito Federal, em conformidade com a legislação pertinente.

....." (NR)

"Art. 53. ....

§ 4º .....

XV – o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE." (NR)

Art. 3º A Lei nº 9.473, de 22 de julho de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 26. ....

§ 9º Em caráter excepcional, para o cumprimento das exigências previstas nas alíneas b e c do inciso II deste artigo, poderão ser utilizados os valores constantes do último relatório publicado de execução orçamentária de que trata o § 3º do art. 165 da Comissão.

§ 10. Para o cumprimento das exigências previstas nas alíneas "b" e "e" do inciso II deste artigo, também poderão ser utilizados os valores constantes da

lei orçamentária para o exercício de 1998 e seus créditos adicionais, aprovados pelo Poder Legislativo.

§ 11. As exigências de que trata o inciso I deste artigo não se aplicam aos municípios com até cinquenta mil habitantes." (NR)

"Art. 27. ....

§ 2º Ressalvam-se das disposições deste artigo as operações realizadas no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações – PROEX, as demais operações de financiamento realizadas com mini e pequenos produtores rurais e as operações de crédito sob o amparo do Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária – RECOOP, bem como os financiamentos para aquisição, por autarquias e empresas públicas federais, de produtos agropecuários destinados à execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, de que trata o Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, e à formação de estoques, nos termos do art. 31 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que deverão ter sua execução efetivada por intermédio do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

....." (NR)

"Art. 31. ....

VI – financiamento aos Estados e ao Distrito Federal destinado a ações complementares à implantação dos dispositivos da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996;

VII – operações de crédito sob o amparo do RECOOP.

§ 4º Os empréstimos e financiamentos para custeio e investimentos agropecuários destinados aos mmi e pequenos produtores rurais e suas cooperativas e associações, à formação de estoques reguladores e estratégicos, obedecidos aos limites e condições estabelecidos em lei e pelo Conselho Monetário Nacional, o financiamento aos Estados e ao Distrito Federal, ao abrigo da Lei nº 9.424, de 1996, e as operações de crédito sob o amparo do Recoop poderão ser lastreados também com recursos não previstos no § 1º." (NR)

"Art. 44. ....

XI – financiamento aos Estados e ao Distrito Federal destinado a ações complementares à implantação dos dispositivos da Lei nº 9.424, de 1996;



XII – operações de crédito sob o amparo do Recoop.

.....“(NR)

”Art. 59. Os projetos de lei de créditos adicionais terão como prazo para encaminhamento ao Congresso Nacional a data de 10 de novembro de 1998.” (NR)

Art. 4º A Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações;

”Art. 28. ....

.....

§ 2º Ressalvam-se das disposições deste artigo as operações realizadas no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações – PROEX, e as demais operações de financiamento realizadas com mmi e pequenos produtores rurais e as operações de crédito sob o amparo do Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária – RECOOP, bem como os financiamentos para aquisição, por autarquias e empresas públicas federais, de produtos agropecuários destinados à execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, de que trata o Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, e à formação de estoques, nos termos do art. 31 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que deverão ter sua execução efetivada por intermédio do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

§ 3º Ressalvam-se ainda das disposições deste artigo as operações realizadas no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, da assunção e refinanciamento da dívida dos municípios, bem como aquelas relativas à redução da presença do setor público nas atividades bancária e financeira.” (NR)

”Art. 33. ....

.....

VII – operações de crédito sob o amparo do Recoop.

§ 3º.....

.....

IV – as operações de crédito sob o amparo do Recoop.” (NR)

”Art. 48. ....

.....

X – as operações de crédito sob o amparo do Recoop.

.....“(NR)

”Art. 60. ....

§ 2º Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, até duzentos e setenta dias após a sanção da lei orçamentária anual, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta dos referidos recursos serão canceladas, mediante decreto, observados os critérios a seguir relacionados, para aplicação sequencial obrigatória e cancelamento linear, até ser completado o valor necessário para cada fonte de receita:

.....“(NR)

Art. 5º A Lei nº 9.811, de 28 de julho de 1999, passa a vigorar com as seguintes alterações:

”Art. 18. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2000 deverão levar em conta a obtenção de um superávit primário de, no mínimo, R\$30.500.000.000,00 (trinta bilhões e quinhentos milhões de reais) nos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e das empresas estatais federais.

.....“(NR)

”Art. 25. ....

.....

§ 2º.....

.....

III – no inciso VII, as ações de segurança pública das polícias estaduais, nos termos do **caput** do art. 144 da Constituição Federal.

.....“(NR)

”Art. 61. ....

.....

Parágrafo único. A implantação dos quadros de pessoal e respectivos níveis remuneratórios das Agências Reguladoras fica condicionada à existência de disponibilidades financeira e orçamentária em cada Agência.” (NR)

”Art. 84. ....

.....

§ 4º.....

.....

XIX – ações voltadas para as comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil.

.....

§ 6º Não se aplica o disposto no § 3º deste artigo do V Centenário do Descobrimento do Brasil.” (NR)

Art. 6º A Lei nº 9.995, de 25 de julho de 2000, passa a vigorar com as seguintes alterações:

”Art. 41. ....

I – portaria do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, para as fontes;

.....“(NR)  
 ”Art. 67. ....

§ 2º Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, até noventa dias após a sanção da lei orçamentária anual, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta dos referidos recursos serão canceladas, mediante decreto, observados os critérios a seguir relacionados, para aplicação sequencial obrigatória e cancelamento linear, até ser completado o valor necessário para cada fonte de receita:

§ 3º O Poder Executivo procederá, mediante decreto, a ser publicado no prazo de até noventa dias após a sanção da lei referida no § 2º ou da aprovação das alterações de que trata este artigo, à troca das fontes de recursos condicionadas constantes da lei orçamentária sancionada, pelas respectivas fontes definitivas.

.....”(NR)

Art. 7º As Metas e Projeções Fiscais e o demonstrativo das metas anuais do Anexo de

Metas Fiscais, bem como os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial do Anexo à Mensagem, de que trata a Lei nº 9.995, de 25 de julho de 2000, passam a vigorar na forma dos Anexos a esta Medida Provisória.

Parágrafo único. Em decorrência do disposto no caput, ficam excluídos os Anexos “Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Anuais” e “Parâmetros e Projeções para os Principais Agregados e Variáveis das Políticas Monetária, Creditícia e Cambial” da Lei nº 9.995, de 2000.

Art. 8º Fica a União autorizada a entregar recursos a Estados, seus Municípios, e ao Distrito Federal, respeitados como limites para as transferências totais os valores fixados na forma do item 5.8 do Anexo da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, bem como o saldo das dotações orçamentárias especificamente destinadas à finalidade.

Parágrafo único. Ato dos Ministros de Estado da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão estabelecerá os limites, critérios, prazos e demais condições para a entrega dos recursos a Estados, seus Municípios, e ao Distrito Federal, devendo ser firmado previamente o respectivo Protocolo.

Art. 9º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.121-39, de 26 de janeiro de 2001.

Art. 10. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Ficam revogadas as alíneas “d” e “e” do inciso II do art. 18 da Lei nº 9.293, de 15 de julho de 1996, e “d” e “e” do inciso II do art. 26 da Lei nº 9.473, de 22 de julho de 1997.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Item nº 47:

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.138-4, DE 2001**

**Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 2.138-4, publicada em 26 de fevereiro de 2001, que define normas de regulação para o setor de medicamentos e institui a Fórmula Paramétrica de Reajuste de Preços de Medicamentos – FPR, cria a Câmara de Medicamentos e dá outras providências.**

À medida foram apresentadas seis emendas, dependendo de pareceres a serem proferidos em plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Vicente Caropreso, para proferir parecer quanto à admissibilidade.

**O SR. VICENTE CAROPRESO** (Bloco/PSDB – SC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, pela alta relevância da matéria, no que diz respeito a uma política pública de controle de preços de medicamentos, voto pela admissibilidade da presente medida provisória.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Há recurso sobre a mesa, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Deputado Ivan Paixão.

É lido o seguinte:

#### **RECURSO Nº 7, DE 2001 – CN**

Senhor Presidente,

Apresentamos, nos termos do art. 5º, § 1º, inciso I, da Resolução nº 1, de 1989-CN, o presente recurso para que o Plenário do Congresso Nacional delibere sobre a admissibilidade da Medida Provisória nº 2.138-04:

Sala das Sessões, 21 de março de 2001. – Senador **José Eduardo Dutra**, Líder do PT – Deputado **Walter Pinheiro**, Líder do PT – **Prof. Luizinho**.

.....“(NR)  
 ”Art. 67. ....

§ 2º Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, até noventa dias após a sanção da lei orçamentária anual, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta dos referidos recursos serão canceladas, mediante decreto, observados os critérios a seguir relacionados, para aplicação sequencial obrigatória e cancelamento linear, até ser completado o valor necessário para cada fonte de receita:

§ 3º O Poder Executivo procederá, mediante decreto, a ser publicado no prazo de até noventa dias após a sanção da lei referida no § 2º ou da aprovação das alterações de que trata este artigo, à troca das fontes de recursos condicionadas constantes da lei orçamentária sancionada, pelas respectivas fontes definitivas.

.....”(NR)

Art. 7º As Metas e Projeções Fiscais e o demonstrativo das metas anuais do Anexo de

Metas Fiscais, bem como os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial do Anexo à Mensagem, de que trata a Lei nº 9.995, de 25 de julho de 2000, passam a vigorar na forma dos Anexos a esta Medida Provisória.

Parágrafo único. Em decorrência do disposto no caput, ficam excluídos os Anexos “Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Anuais” e “Parâmetros e Projeções para os Principais Agregados e Variáveis das Políticas Monetária, Creditícia e Cambial” da Lei nº 9.995, de 2000.

Art. 8º Fica a União autorizada a entregar recursos a Estados, seus Municípios, e ao Distrito Federal, respeitados como limites para as transferências totais os valores fixados na forma do item 5.8 do Anexo da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, bem como o saldo das dotações orçamentárias especificamente destinadas à finalidade.

Parágrafo único. Ato dos Ministros de Estado da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão estabelecerá os limites, critérios, prazos e demais condições para a entrega dos recursos a Estados, seus Municípios, e ao Distrito Federal, devendo ser firmado previamente o respectivo Protocolo.

Art. 9º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.121-39, de 26 de janeiro de 2001.

Art. 10. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Ficam revogadas as alíneas “d” e “e” do inciso II do art. 18 da Lei nº 9.293, de 15 de julho de 1996, e “d” e “e” do inciso II do art. 26 da Lei nº 9.473, de 22 de julho de 1997.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Item nº 47:

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.138-4, DE 2001**

**Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 2.138-4, publicada em 26 de fevereiro de 2001, que define normas de regulação para o setor de medicamentos e institui a Fórmula Paramétrica de Reajuste de Preços de Medicamentos – FPR, cria a Câmara de Medicamentos e dá outras providências.**

À medida foram apresentadas seis emendas, dependendo de pareceres a serem proferidos em plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Vicente Caropreso, para proferir parecer quanto à admissibilidade.

**O SR. VICENTE CAROPRESO** (Bloco/PSDB – SC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, pela alta relevância da matéria, no que diz respeito a uma política pública de controle de preços de medicamentos, voto pela admissibilidade da presente medida provisória.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Há recurso sobre a mesa, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Deputado Ivan Paixão.

É lido o seguinte:

#### **RECURSO Nº 7, DE 2001 – CN**

Senhor Presidente,

Apresentamos, nos termos do art. 5º, § 1º, inciso I, da Resolução nº 1, de 1989-CN, o presente recurso para que o Plenário do Congresso Nacional delibere sobre a admissibilidade da Medida Provisória nº 2.138-04:

Sala das Sessões, 21 de março de 2001. – Senador **José Eduardo Dutra**, Líder do PT – Deputado **Walter Pinheiro**, Líder do PT – **Prof. Luizinho**.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Em votação o recurso nº 7, de 2001, na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Rejeitado.

Rejeitado, deixa de ser apreciado no Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Com a palavra o Deputado Vicente Caropreso, para proferir o parecer quanto à constitucionalidade e mérito.

**O SR. VICENTE CAROPRESO** (Bloco/PSDB – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, essa medida provisória, já reeditada pela quarta vez, traz à tona uma discussão muito importante e coloca para o Parlamento a importância que o Governo tem dado à implementação de uma política pública de controle de preços de medicamentos.

Desde 1990, depois da abertura do mercado, com a liberação dos preços, aconteceram inúmeros abusos das indústrias farmoquímicas nacionais e principalmente multinacionais. No início do Plano Real, houve uma tentativa e vários acordos do Governo com as indústrias farmoquímicas.

Com a alta do dólar, no início de 1999, até agosto, quando o Governo tentou fazer acordo, inúmeros casos de aumento exagerado do preço de medicamentos trouxeram um clima de indignação para a sociedade, suscitando, inclusive, a criação da CPI dos Medicamentos, da qual fiz parte com muita honra.

Das discussões profundas ocorridas na CPI dos Medicamentos, ocorreu a necessidade da implementação de uma política de regulação do setor de medicamentos.

A medida provisória ora em apreciação contempla a vontade governamental. Foram analisados os medicamentos, de acordo com dois fatores, para se ter idéia do índice médio de preços: por indústria farmacêutica e por tipo de fármacos. Foram analisadas 13 mil e 500 apresentações de medicamentos, verificados os preços mês a mês e a produção de cada apresentação a partir de agosto de 1999, época em que havia necessidade de fazê-lo. Tudo isso ocorreu em virtude da alta do dólar, como expliquei, de janeiro de 1999 a novembro de 2000. Chegou-se ao índice EPM.

Aliás, por outro lado, também para comparar com este índice, houve uma análise, tomando-se em conta o Índice Paramétrico de Medicamentos, levando-se em conta a variação de três moedas internacionais:

dólar, marco alemão e franco suíço. Além disso, considerou-se ainda o IGPM, IPA e IPCA.

Com isso, houve comparação da evolução dos preços dos medicamentos com o índice paramétrico obtido, o que levou o Governo a fazer, então, uma análise profunda da variação dos preços dos medicamentos. Com isso, de novembro de 2000 a dezembro de 2001, será analisada a possibilidade de aumento dos preços dos medicamentos de cada empresa por meio da relação entre esses dois índices.

Mais do que isso, houve a criação de uma Câmara de Medicamentos composta por quatro Ministérios, que irão analisar a evolução desses preços no tocante às indústrias. Para se ter uma idéia, já foram abertos 32 inquéritos e quatro situações foram penalizadas, com multas de até 118 mil reais para algumas indústrias que praticaram abuso de preço nos medicamentos.

Dentro das emendas apresentadas, incluímos uma que está filosoficamente inserida na CPI dos Medicamentos: a análise do preço da matéria-prima, sugerida pelo Partido dos Trabalhadores. As de nºs 1, 2, 4, 5 e 6 foram rejeitadas. Portanto, aprovamos na íntegra a Emenda nº 3 do Partido dos Trabalhadores. Como não há qualquer óbice do ponto de vista jurídico ou regimental, aprovamos essa medida provisória com inclusão da Emenda nº 3.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – O parecer conclui pela aprovação da medida provisória com a Emenda nº 3 e rejeição das demais.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Fernando Coruja.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (Bloco/PDT – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, essa medida provisória vem do Ministro da Saúde, José Serra, que afirma não poder a LDO ser alterada por medida provisória. Mas é uma medida provisória importante.

Apresentamos algumas emendas, que não foram acatadas pelo eminente Deputado Vicente Caropreso, e que tinham por finalidade prolongar no tempo o controle de medicamentos. Hoje, há o controle por um ano. Mas mercado de medicamento não pode funcionar como os demais. O medicamento não é uma mercadoria como outra qualquer, um perfume ou um sabonete. Em qualquer lugar do mundo há controle de preço de medicamento, porque não há concorrência na maioria dos medicamentos.

Os eminentes Deputados Dr. Hélio e Vicente Caropreso – este último um brilhante neurologista de

Santa Catarina – sabem que é preciso prolongar no tempo essa medida provisória, que estabelece o controle parcial por um ano, para se ter um controle perene dos medicamentos.

Vamos votar favoravelmente a essa importante medida, mas solicitamos, inclusive, ao Sr. Ministro José Serra – o mesmo que disse que a LDO não pode ser tratada por medida provisória –, que edite uma medida provisória para prolongar esse tempo, ou mande um projeto para se discutir na Casa como controlar os medicamentos.

Apresentamos outras emendas, referentes à planilha. É preciso ter conhecimento claro da questão dos medicamentos. Infelizmente não foram aprovadas. Esperamos que, em outra oportunidade, possamos aprovar aqui uma política de controle perene de preços.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PPB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, Deputado Fernando Coruja, essa medida vale para um ano, só porque é uma medida política. Resolvendo para 2001, está resolvido o problema do Ministro da Saúde.

Existe algo ainda mais grave: efetivamente há uma dissonância entre o art. 1º e o conjunto da medida provisória. O art. 1º diz que a medida provisória estabelece normas de regulação do setor de medicamentos com a finalidade de “promover a assistência farmacêutica à população”.

Sr. Presidente, não vi nos outros artigos nenhuma forma de distribuição de medicamentos. É um engodo!

O primeiro artigo dá a impressão de que realmente essa é a preocupação. A única preocupação é a queda-de-braço do Ministro com a indústria farmacêutica e com o componente político. Por isso, só ocorre no ano de 2001.

Quando houve uma CPI, conforme lembrou o Deputado Vicente Caropreso, foi estabelecido o prazo de seis meses, de julho a dezembro de 2000, para se fazer essa câmara. Terminou o prazo, e não se fez nada.

Antes de terminar o prazo, que já havia sido decidido, baixou-se a medida provisória dizendo que era para atender à população quanto ao aspecto farmacêutico. Não sei de que forma. Talvez alguém tenha que traduzir para mim, explicando, efetivamente, onde essa medida provisória vai permitir que a população de baixa renda tenha atendimento farmacêutico. Não há, em hipótese alguma, essa possibilidade.

Li tudo, de ponta-cabeça, de trás para a frente, inclusive com essas fórmulas complicadas que estão aqui com um monte de chaves, colchetes, parênteses, mas não consta a solução que todos procuramos. Repito: na verdade, é apenas uma forma de o Ministério da Saúde jogar sua queda-de-braço com a indústria farmacêutica e o componente político. Está claramente demonstrado, por todas as suas ações, que esse é o único objetivo, e não resolver efetivamente a questão.

Sr. Presidente, quando aprovamos a Lei dos Genéricos, foi dito pelo próprio Ministério da Saúde que seria a grande solução. Já temos genéricos aprovados, alguns autorizados há mais de nove meses, e não encontram solução, porque não existe. É só conversa fantasiosa, argumentação, discussão. Não há resultado prático. Inclusive soubemos que a própria Agência Nacional de Vigilância Sanitária retirou genérico de comercialização, porque estava traduzindo para o paciente aquilo que deveria.

Sr. Presidente, não sou médico, não tenho a sapiência dos Deputados Dr. Hélio, Vicente Caropreso e outros doutos que estão aqui. Mas falo com o peso al da periferia, que vive no dia-a-dia com uma receita surrada na mão, que não consegue nada, dá para eu entender um pouco. E olha que não traduzo letra de médico, mas dá para saber que a situação está complicada.

Sr. Presidente, esta medida provisória é apenas um jogo de queda-de-braço do Ministério da Saúde com os laboratórios, com efeito político, e não, repito, com a necessidade de atendimento à população. Logicamente, repudio o art. 1º da medida provisória, que diz que o objetivo é promover assistência farmacêutica à população. Gostaria que o Ministro da Saúde me explicasse onde se insere nela a necessidade de atendimento e assistência farmacêutica à população.

Infelizmente, não é aqui que está a solução. Mas conhecemos bem o jogo político, que está claro. Não é este analgésico que vai tirar a dor de cabeça da população brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Com a palavra o Deputado João Paulo.

**O SR. JOÃO PAULO** (PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, essa medida provisória, consequência em parte da CPI dos Medicamentos, apesar dos limites temporais impostos, não é ruim.

Ao introduzir a fórmula paramétrica de elaboração do índice a ser adotado no reajuste, reconhece que o preço dos medicamentos tem de ser tratado de maneira diferente dos outros produtos, porque remé-

dio não é algo facultativo a ser comprado, ele trata da vida. E o reajuste a ser dado tem de ser diferente de qualquer outro na economia.

Destaco que o nobre Deputado Vicente Caropreso acolheu emenda da nossa bancada, de autoria do Deputado Geraldo Magela, que auxilia o projeto, porque introduz na composição do preço a matéria-prima, até então não considerada. S.Exa. a acolheu, dando, vamos dizer assim, garantia maior ao projeto, já que os cálculos vão ser realizados em toda a cadeia da produção.

É evidente que poderíamos ter melhoras mais significativas. Essa fórmula poderia ser perene, e não ter validade por um prazo apenas. Poderíamos fazer com que os reajustes haviados agora, acima do índice, voltassem para o índice estabelecido na fórmula e aqueles que estivessem abaixo do valor permitido pelo índice subissem até lá de forma paulatina. Mas não há essa garantia no projeto.

Apesar dessas considerações, nossa posição é favorável à medida provisória.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Encerrada a discussão.

O Sr. Relator ainda deseja tecer alguma consideração.

Concedo a palavra a S. Exa.

**O SR. VICENTE CAROPRESO** (Bloco/PSDB – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esclareço o nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá a respeito da sua inclinação de que a edição desta medida provisória é eleitoreira. Lamento profundamente esse tipo de comentário. O assunto é muito importante e toca no dia-a-dia de milhões e milhões de brasileiros.

Gostaria que S. Exa. lembre-se que hoje em dia, em conversas em qualquer lugar do Brasil, ouvimos, principalmente nos consultórios médicos: "Eu gostaria, doutor, que o senhor me oferecesse ou me receitasse medicamentos genéricos". Foi a partir de debate sério na CPI dos Medicamentos que esse tipo de discussão prosperou.

Hoje percebemos que a política nacional dos genéricos não é eleitoreira. Pelo contrário, foi uma luta contragigantes, que ainda está sendo implementada pelo Ministro da Saúde, que tem demonstrado toda a sua fibra, principalmente contra os interesses da indústria multinacional, a fim de derrubar oligopólios, monopólios, enfim, de que a população brasileira tem sido vítima nas últimas décadas, pela não-existência de uma política real de controle de preços de medicamentos.

Esse foi um passo dado e uma análise que se propõe a fazer neste primeiro ano, para, certamente,

melhorarmos o atendimento a esse mercado sujeito a tantas variáveis.

Obrigado.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, por ter sido citado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PPB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, talvez o nobre Relator não tenha entendido o que disse. Vou repetir: não são os genéricos que se constituem em medida eleitoreira; esta medida provisória é que é eleitoreira. E reafirmo.

Esta Casa não tem o direito de ter censor. Eu me manifestei durante o prazo regimental, teci meu comentário. S. Exa. tem de ter a oportunidade de oferecer seu relatório. Repito: não falei que os genéricos eram uma medida eleitoreira, falei que esta medida é eleitoreira. E assim reafirmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Encerrada a discussão.

**O SR. JOÃO PAULO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. JOÃO PAULO** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, regimentalmente, retiro o desta que à Emenda nº 3, pelo fato de o Relator a ter acatado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Já foi retirada, Sr. Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Em votação a medida provisória, nº 2.138-4, de 2001, ressalvadas as emendas, na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Em votação a Emenda nº 3, à Medida Provisória nº 2.138-4, de 2001, de parecer favorável, na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Há sobre a Mesa requerimento de destaques que serão li-

dos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Deputado Ivan Paixão.

São lidos os seguintes:

**REQUERIMENTO Nº 56, DE 2001–CN**

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do artigo 15, da Resolução nº 1, de 1989-CN, destaque para votação em separado da Emenda nº 001, apresentada à Medida Provisória nº 2138-04, antiga 2063.

Sala das Sessões, 21 de março de 2001. – Dep. **Walter Pinheiro**, Líder do PT – **Prof. Luizinho**.

**REQUERIMENTO Nº 57, DE 2001–CN**

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do artigo 15, da Resolução nº 1, de 1989-CN, destaque para votação em separado da Emenda nº 002, apresentada à Medida Provisória nº 2138-04, antiga 2063.

Sala das Sessões, 21 de março de 2001. – Deputado. **Walter Pinheiro**, Líder do PT – **Prof. Luizinho**.

**REQUERIMENTO Nº 58, DE 2001–CN**

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do artigo 15, da Resolução nº 1, de 1989-CN, destaque para votação em separado da Emenda nº 004, apresentada à Medida Provisória nº 2138-04, antiga 2063.

Sala das Sessões, 21 de março de 2001. – Dep. **Walter Pinheiro**, Líder do PT – **Prof. Luizinho**.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Há outro requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Deputado Ivan Paixão.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 59, DE 2001–CN**

Requeiro, nos termos do inciso XIV, do art. 162, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, subsidiando o Regimento Comum, a votação em globo dos requerimentos de destaques apresentados à Medida Provisória de nº 2.138-04/01.

Sala das Sessões, 21 de março de 2001. – Deputado, **Arthur Virgílio Neto**, Líder do Governo no Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Em votação na Câmara dos Deputados o Requerimento nº 59, de 2001.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Votação em globo dos requerimentos de destaque, na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados.

**O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Tem V. Exa a palavra.

**O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO** (Bloco/PSDB– SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, temos dúvida no encaminhamento feito por V. Exa. Poderia repeti-lo, por favor?

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Estão sendo votados em globo os requerimentos de destaque para as Emendas nº 1, 4 e 2, de pareceres contrários.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Em votação na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Rejeitados.

A matéria não irá ao Senado.

**O SR. JOÃO PAULO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. JOÃO PAULO** (PT– SP. Sem revisão do orador.) – Gostaria de registrar o voto favorável da bancada do PT.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Registrado.

**O SR. JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** (Bloco/PSB – MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Bloco Parlamentar PSB/PCdoB também vota favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Registrado.

**O SR. DR. HÉLIO** (Bloco/PDT– SP. Sem revisão do orador.) – Bloco PDT/PPS também.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Sobre a mesa redação final, consolidando o texto da Medida Provisória nº 2.138-4, de 2001, e da Emenda nº 3, que será lida pelo Sr. 1º Secretário, Deputado Ivan Paixão.

É lida a seguinte:

**REDAÇÃO FINAL**  
**PARECER Nº 1, DE 2001-CN**  
**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO**  
**Nº 5, DE 2001**

Define normas de regulação para o setor de medicamentos, institui a Fórmula Paramétrica de Reajuste de Preços de Medicamentos - FPR, cria a Câmara de Medicamentos e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Esta Lei estabelece normas de regulação do setor de medicamentos, com a finalidade de promover a assistência farmacêutica à população, por meio de mecanismos que estimulem a oferta de medicamentos, a competitividade do setor e a estabilidade de preços.

**Art. 2º** Consideram-se empresas produtoras de medicamentos, para os fins desta Lei, os estabelecimentos industriais que, operando sobre matéria-prima ou produto intermediário, modificam-lhes a natureza, o acabamento, a apresentação ou a finalidade do produto, gerando, por meio desse processo, medicamentos.

§ 1º Equiparam-se a empresas produtoras de medicamentos:

I - os estabelecimentos importadores de medicamentos de procedência estrangeira que derem saída a esses produtos; e

II - os estabelecimentos, ainda que varejistas, que receberem para comercialização, diretamente da repartição que os liberou, medicamentos importados por outro estabelecimento da mesma firma.

§ 2º Considera-se medicamento todo produto farmacêutico, tecnicamente obtido ou elaborado, com finalidade profilática, curativa, paliativa ou para fins de diagnóstico, nos termos do inciso II do art. 4º da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973.

**CAPÍTULO I**  
**DA REGULAÇÃO SOBRE MEDICAMENTOS**

**Seção I**  
**Das Disposições Gerais**

**Art. 3º** A partir de 1º de dezembro de 2000 e até 31 de dezembro de 2001, as empresas produtoras de medicamentos observarão, para o reajuste dos seus preços, as regras definidas nesta Lei.



Parágrafo único. Não serão permitidas elevações de preços de medicamentos durante o período compreendido entre os dias 19 de dezembro de 2000 e 15 de janeiro de 2001.

## **Seção II**

### **Da Fórmula Paramétrica de Reajuste de Preços de Medicamentos - FPR e do Reajuste de Preços**

**Art. 4º** A Fórmula Paramétrica de Reajuste de Preços de Medicamentos - FPR, contida no Anexo, define os parâmetros para reajustes de preços de medicamentos, bem como estabelece as condições determinantes do regime regulatório de preços de que trata esta Lei.

Parágrafo único. A fórmula a que se refere o **caput** determinará o valor máximo do Reajuste Médio de Preços - RMP para todas as empresas produtoras de medicamentos, a ser permitido em janeiro de 2001.

**Art. 5º** Cada empresa produtora de medicamentos, classificada conforme a diferença, em valores absolutos, entre a sua Evolução Média de Preços - EMP e o Índice Paramétrico de Medicamentos - IPM, definidos no Anexo, deverá apresentar à Câmara de Medicamentos, até o dia 15 de janeiro de 2001, Relatório de Comercialização, contendo:

I - EMP verificada, para cada empresa, no período compreendido entre agosto de 1999 e novembro de 2000, e os elementos utilizados em seu cálculo;

II - a diferença, em valor absoluto, verificada entre a EMP e o IPM;

III - classificação da empresa conforme o § 2º deste artigo e, quando couber, o reajuste de preços para cada apresentação de medicamentos que pretende praticar para o mês de janeiro de 2001, respeitados os parâmetros definidos no artigo seguinte;

IV - lista contendo os preços máximos da empresa produtora, para cada uma das apresentações de seus medicamentos, obtidos a partir dos parâmetros definidos nesta Lei;

V - documentação contendo as informações referidas no art. 11 desta Lei, referente ao período decorrido entre agosto de 1999 a novembro de 2000.

§ 1º Os preços constantes da lista a que se refere o inciso IV deverão ser acompanhados dos valores discriminados dos seguintes tributos:

I - Contribuição para os Programas de Integração Social e Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP;

II - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS; e

III - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

§ 2º As empresas produtoras de medicamentos serão classificadas nos seguintes Grupos:

I - Grupo I - composto pelas empresas que tiverem apresentado EMP do período igual ou superior ao IPM;

II - Grupo II - composto pelas empresas produtoras de medicamentos que tiverem apresentado EMP do período inferior ao IPM.

**Art. 6º** Em janeiro de 2001, cumprida integralmente a exigência de que trata o **caput** do artigo anterior, os reajustes de preços de medicamentos, permitidos para cada empresa, observarão os seguintes critérios:

I - para as empresas classificadas no Grupo I não serão permitidas elevações de preços;

II - para as empresas classificadas no Grupo II:

a) será permitido RMP até o limite da diferença, em valor absoluto, entre a EMP de cada uma das empresas e o IPM do período;

b) não será permitido RMP maior do que o valor do IPM;

c) os reajustes de preços, por apresentação de medicamento, a serem efetuados em janeiro de 2001, não poderão exceder ao valor resultante da multiplicação por um inteiro e trinta e cinco centésimos do IPM, observado o limite estabelecido na alínea "a" deste inciso.

Parágrafo único. Em qualquer caso os preços de medicamentos deverão ser reajustados em conformidade com as regras de reajuste definidas no Anexo.

**Art. 7º** Os preços máximos fixados pelas empresas, para cada apresentação de medicamento, em janeiro de 2001, não poderão ser elevados até 31 de dezembro de 2001, ressalvado o disposto no inciso I do art. 12 desta Lei.

**Art. 8º** Quando houver a inclusão de novas apresentações de medicamentos à lista de produtos vendidos pela empresa, os preços unitários iniciais não poderão exceder à média dos preços unitários das apresentações já existentes, e nem ser elevados até 31 de dezembro de 2001.

**Art. 9º** Quando houver a inclusão de produtos novos à lista de produtos vendidos pela empresa, o preço inicial não poderá ser elevado até 31 de dezembro de 2001.

**Art. 10.** Serão incorporadas aos cálculos dos preços de medicamentos das empresas sujeitas ao regime regulatório desta Lei as alterações ocorridas nos tributos referidos no § 1º do art. 5º.

§ 1º Quando a alteração a que se refere o **caput** resultar em redução de tributos, a empresa beneficiada deverá efetuar a redução nos preços dos medicamentos atingidos pela nova sistemática, na forma estabelecida pela Câmara de Medicamentos.

§ 2º Para os efeitos do regime especial de utilização do crédito presumido tributário instituído pelo art. 3º da Lei nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000, ficam dispensadas da celebração de compromisso de ajustamento de conduta, previsto naquele dispositivo, as empresas produtoras de medicamentos que cumprirem a sistemática estabelecida pela Câmara de Medicamentos na forma deste artigo.

### **Seção III**

#### **Dos Relatórios de Comercialização**

**Art. 11.** Ficam as empresas produtoras de medicamentos obrigadas a apresentar à Câmara de Medicamentos o Relatório de Comercialização, contendo a relação, por apresentação, dos medicamentos vendidos pela empresa, a quantidade vendida de cada produto, os seus respectivos preços máximos e médios, "o custo da matéria-prima adquirida", deduzidos os tributos mencionados no § 1º do art. 5º, valores pagos em salários e encargos, bem como o faturamento bruto e líquido com medicamentos, sem prejuízo de outras informações necessárias para o acompanhamento do cumprimento do disposto nesta Lei.

### **CAPÍTULO II**

#### **DA CÂMARA DE MEDICAMENTOS**

**Art. 12.** Fica criada a Câmara de Medicamentos com as seguintes competências:

- I - julgar os pedidos de reajustes extraordinários de preços;
- II - decidir pela exclusão de grupos ou classes de medicamentos da incidência do regime de regulação de que trata esta Lei;
- III - definir os documentos a serem apresentados pelas empresas produtoras de medicamentos nos Relatórios de Comercialização, bem como a periodicidade do envio dos relatórios e os respectivos procedimentos para entrega e análise;
- IV - receber os Relatórios de Comercialização das empresas produtoras de medicamentos;
- V - regulamentar a redução dos preços dos medicamentos que forem objeto de redução de tributos;
- VI - decidir sobre a aplicação das sanções administrativas previstas nos arts. 14 e 15 desta Lei, na forma do regulamento;
- VII - elaborar o regimento interno, regulamentando o seu funcionamento, os critérios para concessão de reajuste extraordinário, bem como os procedimentos para apresentação dos pedidos, instrução e julgamento;

VIII - adotar as medidas necessárias para o cumprimento desta Lei.

**Art. 13.** A Câmara de Medicamentos será composta pelo Conselho de Ministros e pelo Comitê Técnico.

§ 1º Compõem o Conselho de Ministros:

I - o Chefe da Casa Civil, que o presidirá;

II - o Ministro de Estado da Justiça;

III - o Ministro de Estado da Fazenda; e

IV - o Ministro de Estado da Saúde.

§ 2º Compõem o Comitê Técnico:

I - o Secretário de Gestão de Investimentos em Saúde do Ministério da Saúde;

II - o Secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça;

III - o Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda; e

IV - um representante da Casa Civil, designado pelo Chefe da Casa Civil.

§ 3º As decisões do Conselho de Ministros serão tomadas por unanimidade.

§ 4º A Câmara de Medicamentos terá uma Secretaria-Executiva, a ser exercida pelo Ministério da Saúde, com as seguintes atribuições:

I - receber os pedidos das empresas submetidas ao regime de que trata esta Lei, para a concessão de aumentos extraordinários de preços;

II - instruir os pedidos, elaborando as propostas de decisão, que serão submetidas à apreciação do Comitê Técnico, conforme definido em regimento interno da Câmara.

§ 5º Cabe exclusivamente ao Conselho de Ministros as competências referidas nos incisos I, II e VIII do artigo anterior.

### CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 14.** A empresa que infringir as regras sobre elevação e redução de preços de medicamentos estabelecidas nesta Lei fica sujeita às sanções administrativas previstas no art. 56 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

**Art. 15.** A recusa, omissão, enganosidade, ou retardamento injustificado de informações ou documentos requeridos nos termos desta Lei constitui infração punível com multa diária de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), podendo ser aumentada em até vinte vezes, se necessário, para garantir sua eficácia.

**Art. 16.** Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.138-4, de 23 de fevereiro de 2001.

**Art. 17.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## ANEXO

### 1 - FÓRMULA PARAMÉTRICA DE REAJUSTE DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS - FPR:

1.1) Se  $EMP \geq IPM$  então:

- a)  $RMP = 0$ ; e
- b) Preço janeiro de 2001  $\leq$  Preço novembro de 2000.

1.2) Se  $EMP < IPM$  então:

- a)  $RMP = IPM - EMP$ , sendo obrigatoriamente  $RMP \leq IPM$ ;
- b) limite superior para o reajuste de cada apresentação de medicamento = 1,35 do IPM; e
- c) Preço janeiro de 2001 = Preço novembro de 2000  $\times$  (1 + taxa unitária de reajuste da apresentação de cada medicamento).

### 2 - COMPONENTES DA FÓRMULA:

2.1) Evolução Média de Preços - EMP

$$EMP = \sum_{i=1}^n (FP_i \times \Delta P'_{EMP}),$$

onde:

- a)  $i$  representa cada uma das apresentações dos medicamentos produzidos pela empresa produtora de medicamentos; e
- b)  $FP_i$  representa o fator de ponderação da apresentação  $i$  e é

calculado do seguinte modo:  $FP_i = \frac{F^i}{\sum_{i=1}^n F^i},$

onde:

b.1)  $F^i$  representa o faturamento acumulado entre 1º de novembro de 1999 e 31 de outubro de 2000 obtido com a venda da apresentação  $i$  e é calculado do seguinte modo:  $F^i = \sum_{j=\text{nov}/99}^{\text{out}/00} (P'_j \times Q'_j),$

onde:

b.1.1)  $P'_j$  é o preço médio da apresentação  $i$  no mês  $j$ , com  $j$  variando entre novembro de 1999 e outubro de 2000; e

b.1.2)  $Q'_j$  é a quantidade vendida da apresentação  $i$  no mês  $j$ , com  $j$  variando entre novembro de 1999 e outubro de 2000;

c)  $\Delta P'_{EMP}$  representa a variação percentual de preço da apresentação  $i$  entre 1º de agosto de 1999 e 30 de novembro de 2000 e é calculado do seguinte modo:  $\Delta P'_{EMP} = \left( \frac{P'_{nov/00} - P'_{ago/99}}{P'_{ago/99}} \right) \times 100$ , onde:

c.1)  $P'_{ago/99}$  é o preço máximo da apresentação  $i$  no mês de agosto de 1999; e

c.2)  $P'_{nov/00}$  é o preço máximo da apresentação  $i$  no mês de novembro de 2000.

2.2) Índice Paramétrico de Medicamentos - IPM = 4,4%.

2.3) Reajuste Médio de Preços - RMP, calculado do seguinte modo:

$$RMP = \sum_{i=1}^n (FP_i \times \Delta P'_{RMP}),$$

onde:

a)  $i$  e  $FP_i$  são definidos como no item 2.1; e

b)  $\Delta P'_{RMP}$  representa a variação percentual de preço da apresentação  $i$  entre 1º de novembro de 2000 e 31 de janeiro de 2001 e é calculado do seguinte modo:  $\Delta P'_{RMP} = \left( \frac{P'_{jan/01} - P'_{nov/00}}{P'_{nov/00}} \right) \times 100$ ,

onde:

b.1)  $P'_{nov/00}$  é o preço máximo da apresentação  $i$  no mês de novembro de 2000; e

b.2)  $P'_{jan/01}$  é o preço máximo da apresentação  $i$  no mês de janeiro de 2001.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Em discussão o Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2001. Encerrada a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto vai à sanção.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Lembro ao Sr. Deputado Vicente Caropreso que o projeto de lei de conversão aprovado deverá convalidar os atos praticados na medida provisória nº 2.138-4.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – **Item 7:**

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.083-32, DE 2001**

**Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 2.083-32, publicada no dia 23 de fevereiro de 2001, que altera dispositivos da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento.**

À medida foram apresentadas três emendas, dependendo de pareceres a serem proferidos em plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao Deputado Ursicino Queiroz, para proferir parecer quanto à admissibilidade.

**O SR. URSICINO QUEIROZ** (Bloco/PFL – BA. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, há relevância e urgência para a edição da medida provisória.

Somos pela admissibilidade da mesma.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Há recurso sobre a mesa, em relação à admissibilidade, que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Deputado Ivan Paixão.

É lido o seguinte:

#### **RECURSO Nº 8, DE 2001 – CN**

Senhor Presidente,

Apresentamos, nos termos do art. 5º, § 1º, inciso I, da Resolução nº 1, de 1989-CN, o presente recurso para que o Plenário do Congresso Nacional deliberasse sobre a admissibilidade da Medida Provisória nº 2.083-32.

Sala das Sessões, 21 de março de 2001. – Senador **José Eduardo Dutra**, Líder do PT – Deputado **Walter Pinheiro**, Líder do PT – **Prof. Luizinho**.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Em votação o Recurso nº 8, de 2001, na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Rejeitado.

Não vai ao Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Devolvo a palavra ao ilustre Sr. Relator para proferir parecer.

**O SR. URSICINO QUEIROZ** (Bloco/PFL – BA. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, trata-se de diploma legal que altera dispositivos da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que legisla sobre transplantes de órgãos. Na verdade, essa lei, aprovada em 1997, significou grande avanço na área de transplantes de pesquisas em medicina. Nesta lei estava prevista a doação presumida de órgãos. Parecia-nos que deveria ser feita ampla publicidade sobre o que significava a doação presumida de órgãos. Houve uma reação da sociedade organizada, em especial do Conselho Federal de Medicina e outros tantos conselhos, o que levou o Sr. Presidente da República a editar a primeira medida provisória sobre o assunto, exatamente suprimindo a doação presumida de órgãos.

Todavia, esta medida provisória – e já estamos na 32ª reedição – passou para o sentido diametralmente oposto. A doação de órgãos e o seu transplante exigem urgência e também que a coisa se processe de maneira muito célere.

Nestas medidas provisórias e no próprio corpo da Lei nº 9.434, na verdade, alguns pontos ficaram nebulosos. Primeiro, não se permite, com a reedição das medidas provisórias, que o indivíduo possa dispor dos seus órgãos após sua morte para que sejam transplantados. Por outro lado, dava à família o direito de decidir sobre a possibilidade ou não desse transplante. Em não estabelecendo uma linha hierárquica de pronunciamento de membros da família, seria estabelecido o caos no momento do possível transplante.

De maneira que achamos lógico fazer um projeto de conversão permitindo que o indivíduo, em vida, possa fazer expressamente a doação de seus órgãos e que, na ausência dessa manifestação expressa, possa a família, seguindo a linha sucessória preconizada no Código Civil, manifestar-se sobre os possíveis transplantes de órgãos.

De maneira, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, que somos pela aprovação da medida provisória, no seu mérito, com o projeto de conversão.

Precisamos também esclarecer que foram apresentadas três emendas: a Emenda nº 1, do Deputado Walter Pinheiro, que foi atendida parcialmente numa das reedições da medida provisória; a Emenda nº 2, do nobre Deputado Fernando Coruja, que previa a

publicação mensal da lista de receptores em todos os hospitais do País.

Ora, parece-nos que isso fere o código de ética profissional, no momento em que se quebra o sigilo diagnóstico a que o paciente tem direito. Por outro lado, era praticamente impossível reeditar e afixar em hospitais do Brasil uma lista com cerca de 30 mil no-

mes. Acho que isso deveria estar disponibilizado na Internet, como o Ministério da Saúde já o faz.

De maneira que o nosso parecer é pela aprovação da medida provisória transformada em conversão.

É o seguinte o parecer na íntegra:

**PARECER Nº , DE 2001**

Da Comissão Mista sobre a **constitucionalidade e o mérito** da Medida Provisória nº 2.083-32, de 22 de fevereiro de 2001, que altera dispositivos da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que "Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento".

RELATOR: Deputado **URSICINO QUEIROZ**

## **I – RELATÓRIO**

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República adotou a medida provisória em epígrafe.

Trata-se de diploma legal que "altera dispositivos da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento".

A Nova Lei de Transplantes -- que a medida provisória pretende alterar -- foi o resultado da tramitação de três projetos de lei apresentados ao Senado Federal no ano de 1995, tratando de modificar ou substituir a regulamentação em vigor (Lei nº 8.489, de 18 de novembro de 1992, e Decreto nº 879, de 22 de julho de 1993), considerada inadequada por não ter alterado significativamente a situação quer dos serviços que realizam transplantes no País, quer dos beneficiários de tais recursos terapêuticos.

Nas vinte e seis primeiras edições, a Medida alterava apenas o art. 4º da Lei 9.434/97 -- que institui o princípio da doação presumida e define as formas válidas de manifestação da vontade do potencial doador --, pela inclusão de um novo parágrafo (§ 6º), segundo o qual determinados parentes poderiam manifestar-se contrários à doação, na ausência de manifestação de vontade do potencial doador.



A partir da 27ª edição, as modificações realizadas na Lei de Transplantes são bem mais extensas, atingindo o *caput* do art. 4º, todos os seus parágrafos e os arts. 2º, 8º e 9º. A 31ª edição, além de manter as alterações anteriores, modificou também o art. 10 e seus parágrafos.

A presente edição não traz novas alterações.

As modificações feitas à Lei de Transplantes pela Medida Provisória em apreciação são as seguintes:

### **1. Alteração do parágrafo único do art. 2º**

Este dispositivo determina a obrigatoriedade de realização, no doador, de testes de triagem para diagnóstico de infecção e infestação.

A Lei nº 9.434, de 1997, prevê que esses testes são aqueles definidos pela Lei nº 7.649, de 1988 (que trata da qualidade do sangue) e "regulamentos do Poder Executivo". A alteração proposta altera a redação da parte final do parágrafo para: "[exames] exigidos em normas regulamentares expedidas pelo Ministério da Saúde".

### **2. Alterações do artigo 4º**

Esse artigo institui o princípio da doação presumida em seu *caput* e, por meio de cinco parágrafos, estabelece que:

- a forma de manifestação em contrário quanto a ser doador será o registro da expressão "não-doador de órgãos e tecidos" em documentos de identidade (§ 1º);
- tal gravação é obrigatória em todo o território nacional para os órgãos de identificação civil e departamentos de trânsito (§ 2º);
- o portador de documentos já emitidos à data de entrada em vigor da lei que não queira doar seus órgãos e tecidos após a morte pode manifestar e fazer registrar sua vontade junto àqueles órgãos públicos (§ 3º);
- a manifestação da vontade e seu registro nos documentos podem ser reformulados a qualquer momento (§ 4º);
- no caso de dois documentos legalmente válidos, prevalecerá o de emissão mais recente (art. 5º).

Até a 26ª edição, a alteração promovida consistiu em acrescentar um novo parágrafo (§ 6º) ao art. 4º, segundo o qual "na ausência de manifestação de vontade do potencial doador, o pai, a mãe, o filho ou o cônjuge poderá manifestar-se contrariamente à doação, o que será obrigatoriamente acatado pelas equipes de transplante e remoção".

A partir da 27ª edição, no entanto, as alterações relacionadas a esses dispositivos foram bem maiores: é alterado o *caput* e revogados todos os cinco parágrafos do art. 4º, ao mesmo tempo em que se estabelece a perda de validade (após 22 de dezembro de 2000) das manifestações de vontade constantes na Carteira de Identidade Civil e Carteira Nacional de Habilitação.

Por fim, o § 6º, que havia sido acrescentado em edições anteriores da Medida, deixou de existir, ainda que os atos praticados na sua vigência fiquem convalidados.

Com isso, o art. 4º, agora reduzido ao *caput*, passou a ter a seguinte redação:

*"A retirada de tecidos, órgãos e partes do corpo de pessoas falecidas, para transplante ou outra finalidade terapêutica, dependerá da autorização de qualquer um de seus parentes maiores, na linha reta ou colateral, até o segundo grau inclusive, ou do cônjuge, firmada em documento subscrito por duas testemunhas presentes à verificação da morte".*

Isso significa, na prática, muito mais do que a revogação do princípio da doação presumida. Em não reconhecendo meios legalmente válidos para a manifestação e o registro da vontade, a nova redação impede que qualquer pessoa se defina como doador ou não, transferindo para familiares o direito de decidir em seu lugar.

### 3. Alterações do art. 8º

Em sua redação original, o art. 8º determina que, após a retirada de partes do corpo, o cadáver seja condignamente recomposto e entregue aos parentes do morto ou seus representantes legais, para sepultamento.

A nova redação dada pela Medida Provisória inclui – explicitamente – a obrigatoriedade de o cadáver ser necropsiado após a retirada dos órgãos, nos casos de morte sem assistência médica, de óbito em decorrência de causa mal definida ou de outras situações nas quais houver indicação de verificação da causa médica da morte.

#### 4. Alteração do art. 9º

O art. 9º trata da disposição de tecidos, órgãos e partes do corpo humano vivo para fins de transplante e tratamento (transplante inter-vivos).

A lei aprovada pelo Congresso reconhecia esse direito à pessoa juridicamente capaz, permitindo a doação entre cônjuges, pais e filhos e irmãos, e determinando que qualquer doação entre pessoas outras que não as relacionadas somente poderia ser realizada mediante prévia autorização judicial. As limitações citadas foram vetadas na sanção, desaparecendo do texto da lei.

As alterações constantes da Medida Provisória destinam-se a:

- restabelecer a limitação do direito à doação inter-vivos, que é agora permitida entre cônjuges e entre parentes consanguíneos até o quarto grau;
- restabelecer a possibilidade de doação entre quaisquer outras pessoas, mediante autorização judicial – o que corresponde a reintroduzir dispositivo que foi vetado na sanção da lei;
- excluir, dessas limitações, a doação de medula óssea.

#### 5. Alteração do art. 10

Segundo esse dispositivo, o transplante ou enxerto só se fará com o consentimento expresso do receptor, após aconselhamento. No caso de este ser juridicamente incapaz ou estar em condições de saúde que impeçam ou comprometam a manifestação válida de sua vontade, o consentimento será exigido de um dos pais ou responsáveis legais.

As alterações aqui introduzidas pela Medida incluem:

- a necessidade de que o receptor esteja inscrito em lista única de espera;
- estabelecimento de ressalva segundo a qual a inscrição referida não confere ao receptor ou sua família direito subjetivo de indenização, nos casos em que o transplante não se realize em decorrência de alterações no estado dos órgãos, tecidos ou partes que lhe sejam destinadas, provocadas por acidente ou incidente em seu transporte.

Até a presente edição, a Medida Provisória em causa recebeu três emendas.

A Emenda nº 1, de autoria do Deputado Walter Pinheiro, foi apresentada à 7ª edição. Por meio do dispositivo que acresce a Medida Provisória, pretende alterar, também, o

art. 9º da Lei de Transplantes que, àquela altura, ainda não havia sido modificado - o que só viria a ser feito na 27ª edição, ainda que com teor um pouco diverso.

As demais emendas foram apresentadas à 31ª edição: a Emenda nº 2, de autoria do Deputado Fernando Coruja, que acrescenta um terceiro parágrafo ao art. 10 - cuja alteração pela Medida cria a lista única de espera - para obrigar o Ministério da Saúde a divulgar e afixar mensalmente, nos hospitais e clínicas credenciados, a lista de todos os candidatos a transplantes ou enxertos; e a Emenda nº 3, do Deputado Vicente Caropreso, que dá outra redação ao art. 4º, sobre a transferência, para os familiares do morto, da decisão quanto à doação ou não.

## II - ANÁLISE

As alterações propostas para a Lei de Transplantes consistem, na sua maioria, em aperfeiçoamentos tecnicamente justificados e se mostram relevantes.

A entrada em vigor dessa nova lei de transplantes obrigou a um rearranjo institucional, à revisão de políticas e de normas e à implementação de ações coerentes por parte do Sistema Único de Saúde. Induziu a implementação de melhorias nos sistemas de notificação, captação e distribuição de órgãos; nas sistemáticas e nos valores dos pagamento dos executores pelo Sistema Único de Saúde; nos investimentos na área e na preparação de pessoal. Mais importante que tudo, o número de transplantes realizados no País aumentou, após a entrada em vigor da nova lei e na sua conseqüente regulamentação.

A lei cumpriu seu objetivo indutor de modernização e de aumento da eficiência do setor e não reduziu o número de doadores nem o número de transplantes realizados no País. Ao contrário, esse número vem apresentando crescimento, desde a entrada em vigor da nova lei.

## III - ANÁLISE DAS EMENDAS

A Emenda nº 1 consiste em acrescentar dois parágrafos, vetados quando da sanção da Lei de Transplantes, ao art. 9º, que trata da doação inter-vivos.

Ela permite esse tipo de doação apenas entre pessoas juridicamente capazes e entre cônjuges e parentes consanguíneos até o segundo grau, permitindo a doação entre outras

pessoas apenas com autorização judicial, ouvido o Ministério Público quando o juiz assim deliberar.

As alterações a este dispositivo propostas pela Medida Provisória ampliam a permissão para parentes até o quarto grau, mantêm a necessidade de autorização judicial para doação inter-vivos entre outras pessoas, mas não prevê a oitiva do Ministério Público, e exclui dessas restrições a doação de medula óssea.

Nos parece que a alternativa dada pela redação da Medida Provisória é melhor, razão pela qual a emenda é parcialmente acatada, isto é, concordamos com a reintrodução dessa matéria no texto da lei, ainda que com redação diversa.

A Emenda nº 2 acrescenta um terceiro parágrafo ao art. 10 – cuja alteração pela Medida cria a lista única de espera – para obrigar o Ministério da Saúde a divulgar e afixar mensalmente, nos hospitais e clínicas credenciados, a lista de todos os candidatos a transplantes ou enxertos. A solução proposta não apenas fere princípios de ética profissional que impedem os médicos e os serviços de saúde de divulgar informações sobre o diagnóstico ou a condição de saúde de seus clientes e pacientes como nos parece, na prática, inviável de operacionalizar, uma vez que, atualmente, só a lista de espera para transplantes de rim relaciona mais de vinte mil pessoas.

A Emenda nº 3 propõe outra redação para o art. 4º – que transfere para familiares a decisão sobre a doação ou não –, de forma a “estabelecer uma escala de precedência” entre os familiares que têm esse direito. Visa a evitar conflitos que a redação da Medida pode causar, baseando sua proposta em “situações análogas da legislação”, em especial no Código Civil, que definem o critério de “linha sucessória”, com o “cuidado de privilegiar o cônjuge”.

A preocupação do proponente procede, razão pela qual nós a acatamos.

#### **IV – VOTO**

Diante do exposto, o voto é pela APROVAÇÃO da Medida Provisória nº 2.083-32, de 2001; ACATANDO as emendas de números 1 (parcialmente) e 3 (integralmente), na forma do seguinte

#### **PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO**

## PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 6, DE 2001.

Altera dispositivos da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que “Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento”.

### O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Os dispositivos adiante indicados, da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º .....

Parágrafo único. A realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos e partes do corpo humano só poderá ser autorizada após a realização, no doador, de todos os testes de triagem para diagnóstico de infecção e infestação exigidos em normas regulamentares expedidas pelo Ministério da Saúde.” (NR)

“Art. 4º A retirada de tecidos, órgãos e partes do corpo de pessoas falecidas para transplantes ou outra finalidade terapêutica, dependerá da autorização por cônjuge ou parente, maior de idade, obedecida a linha sucessória, reta ou colateral, até o segundo grau inclusive, firmada em documento subscrito por duas testemunhas presentes à verificação da morte”. (NR)

“Parágrafo único. A retirada de tecidos, órgãos e partes do corpo de pessoas falecidas poderá ser realizada a partir de registro feito em vida, pelo *de cujus*, nos termos do regulamento.” (AC)

“Art. 8º Após a retirada de tecidos, órgãos e partes, o cadáver será imediatamente necropsiado, se verificada a hipótese do parágrafo único do artigo anterior, e, em qualquer caso, condignamente recomposto para ser entregue, em seguida, aos parentes do morto ou seus responsáveis legais para sepultamento.” (NR)

“Art. 9º É permitida à pessoa juridicamente capaz dispor gratuitamente de tecidos, órgãos e partes do próprio corpo vivo, para fins terapêuticos ou para transplantes em cônjuge ou parentes consanguíneos até o quarto grau, inclusive, na forma do § 4º deste artigo, ou em qualquer outra pessoa, mediante autorização judicial, dispensada esta em relação à medula óssea.

.....” (NR)

“Art. 10. O transplante ou enxerto só se fará com o consentimento expresso do receptor, assim inscrito em lista única de espera, após aconselhamento sobre a excepcionalidade e os riscos do procedimento.

§ 1º Nos casos em que o receptor seja juridicamente incapaz ou cujas condições de saúde impeçam ou comprometam a manifestação válida da sua vontade, o consentimento de que trata este artigo será dado por um de seus pais ou responsáveis legais.

§ 2º A inscrição em lista única de espera não confere ao pretendo receptor ou à sua família direito subjetivo a indenização, se o transplante não se realizar em decorrência de alteração do estado de órgãos, tecidos e partes, que lhe seriam destinados, provocado por acidente ou incidente em seu transporte.” (NR)

**Art. 2º** As manifestações de vontade relativas à retirada “post mortem” de tecidos, órgãos e partes, constantes da Carteira de Identidade Civil e da Carteira Nacional de Habilitação, perdem sua validade a partir de 22 de dezembro de 2000.

**Art. 3º** Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.083-32, de 22 de fevereiro de 2001.

**Art. 4º** Ficam revogados os §§ 1º a 5º do art. 4º da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997.

**Art. 5º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Sala da Comissão

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – O parecer conclui pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 06, de 2001.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Em discussão a medida provisória, nº 2.083-32, de 2001, as emendas e o projeto de lei de conversão nº 6, de 2001.

Para discutir, concedo a palavra ao nobre Deputado Dr. Hélio.

**O SR. DR. HÉLIO** (Bloco/PDT–SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, essa é uma medida provisória que faz bem. É uma boa medida provisória. Agora, lógico que o mérito deve ser dado, em primeiro lugar, aos profissionais médicos que já fazem isso no seu cotidiano de vida. Quando se negou ao profissional médico a possibilidade de definir, juntamente com os parentes dos possíveis doadores, a possibilidade da doação, cometeu-se uma injustiça com os profissionais médicos e com essas famílias. Consequência disso, a Lei 9.434, de fevereiro de 1997, contribuiu para a diminuição do número de doadores no País. Aí está o mérito dos profissionais da área de saúde que, a despeito de uma lei malfeita, estabeleceram o que o nosso código regional já estabelece: a família tem o direito de autorizar a doação na impossibilidade de o doador fazê-lo.

Em segundo lugar, o mérito é das organizações de doentes e de familiares de enfermos que exigiram a lista única para que pudéssemos combater o negócio na área do transplante de órgãos. Esse negócio já foi realizado no País, mas hoje não tem mais lugar, porque existe uma lista única estabelecendo, democrática e claramente, por mérito e justiça, aquele que deve ser transplantado.

Gostaria de lembrar que há o destaque, também positivo e de caráter humanitário. O corpo da pessoa já falecida e doadora poderá e deverá ser recomposto; algo que não havia na lei original. Ora, se aquele falecido deu parte do seu corpo para salvar vidas,

nada mais justo e humanitário que esse corpo seja recomposto para ser entregue à sua família.

Seria importante ressaltar uma alteração, que merece por parte daquele que aqui está, da área da saúde, um reparo com relação à lista afixada em hospitais. Ao lado das questões de sigilo profissional existem dois aspectos que considero de muita relevância. O primeiro transfere ao receptor e suas famílias, ou ao doador e seus familiares e parentes, a responsabilidade do controle e fiscalização, que deve ser de órgãos públicos, seja da parte médica, seja da parte dos setores públicos de saúde. Não é possível que se transfira a uma pessoa a rente e simplória a possibilidade de se ver em uma lista de prioridades.

Em segundo lugar, e tão importante quanto isso, é que essa lista pode dar jurisprudentia para que se cometa fraude. No momento em que o indivíduo não tiver possibilidade de ter acesso a uma lista colocada nos corredores de hospital, isso poderá ser usado de forma criminal: estabelecer transplante para pessoas que possam pagar, como acontecia num passado não muito recente.

Portanto, em relação à questão de lista, concordo com o Deputado Ursicino Queiroz, traria mais um dispêndio e seria favorecedor de alguma fraude.

Entendemos, portanto, que essa medida provisória irá contribuir, em primeiro lugar, para o aumento do número de doadores de órgãos neste País. E, em segundo, para criar obstáculo, para sempre, ao comércio de órgão que existiu num passado recente deste País.

Deste modo, sugerimos a aprovação dessa medida provisória.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Encerrada a discussão, passa-se à votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Sobre a mesa requerimento de destaque que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Deputado Ivan Paixão.

É lido o seguinte:



**REQUERIMENTO Nº 60, DE 2001—CN**

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 15, da Resolução nº 1, de 1989 – CN, destaque para votação em separado da Emenda nº 1, apresentada à Medida Provisória nº 2083-32, antiga 1718-07.

Sala das Sessões, 21 de março de 2001. – Dep.

**Walter Pinheiro**, Líder do PT – Deputado **Professor Luizinho**.

**O SR. JOÃO PAULO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. JOÃO PAULO** (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero retirasse destaque porque o nosso Relator acolheu, em parte, a emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Deferido.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Em votação o projeto de lei de conversão nº 6, de 2001, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o projeto de lei de conversão nº 6, de 2001, ficam prejudicadas a medida provisória e as emendas.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO  
Nº 6, DE 2001**

**Altera dispositivos da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que “Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento.”**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os dispositivos adiante indicados, da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º .....

Parágrafo único. A realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos e

partes do corpo humano só poderá ser autorizada após a realização, no doador, de todos os testes de triagem para diagnóstico de infecção e infestação exigidos em normas regulamentares expedidas pelo Ministério da Saúde.” (NR)

“Art. 4º A retirada de tecidos, órgãos e partes do corpo de pessoas falecidas para transplantes ou outra finalidade terapêutica, dependerá da autorização por cônjuge ou parente, maior de idade, obedecida a linha sucessória, reta ou colateral, até o segundo grau inclusive, firmada em documento subscrito por duas testemunhas presentes à verificação da morte.” (NR)

“Parágrafo único. A retirada de tecidos, órgãos e partes do corpo de pessoas falecidas poderá ser realizada a partir de registro feito em vida, pelo **de cujus**, nos termos do regulamento.” (AC)

“Art. 8º Após a retirada de tecidos, órgãos e partes, o cadáver será imediatamente necropsiado, se verificada a hipótese do parágrafo único do artigo anterior, e, em qualquer caso, condignamente recomposto para ser entregue, em seguida, aos parentes do morto ou seus responsáveis legais para sepultamento.” (NR)

“Art. 9º É permitida à pessoa juridicamente capaz dispor gratuitamente de tecidos, órgãos e partes do próprio corpo vivo, para fins terapêuticos ou para transplantes em cônjuge ou parentes consanguíneos até o quarto grau, inclusive, na forma do § 4º deste artigo, ou em qualquer outra pessoa, mediante autorização judicial, dispensada esta em relação à medula óssea.

.....”(NR)

“Art. 10. O transplante ou enxerto só se fará com o consentimento expresso do receptor, assim inscrito em lista única de espera, após aconselhamento sobre a excepcionalidade e os riscos do procedimento.

§ 1º Nos casos em que o receptor seja juridicamente incapaz ou cujas condições de saúde impeçam ou comprometam a manifestação válida da sua vontade, o consentimento de que trata este artigo será dado por um de seus pais ou responsáveis legais.

§ 2º A inscrição em lista única de espera não confere ao pretendo receptor ou à

sua família direito subjetivo à indenização, se o transplante não se realizar em decorrência de alteração do estado de órgãos, tecidos e partes, que lhe seriam destinados, provocado por acidente ou incidente em seu transporte." (NR)

Art. 2º As manifestações de vontade relativas à retirada **post mortem** de tecidos, órgãos e partes, constantes da Carteira de Identidade Civil e da Carteira Nacional de Habilitação, perdem sua validade a partir de 22 de dezembro de 2000.

Art. 3º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.083-32, de 22 de fevereiro de 2001.

Art. 4º Ficam revogados os §§ 1º a 5º do art. 4º da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – **Item 8:**

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.084-72, DE 2001**

**Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 2.084-72, publicada em 23 de fevereiro de 2001, que altera a legislação referente ao Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM e ao Fundo da Marinha Mercante – FMM, e dá outras providências.**

À medida foram apresentadas dezenove emendas, dependendo de pareceres a serem proferidos em plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Gilberto Mestrinho, para proferir o parecer quanto à admissibilidade.

**O SR. GILBERTO MESTRINHO** (PMDB – AM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quanto à admissibilidade da medida provisória, nós somos pelo reconhecimento da relevância e da urgência da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Há recurso, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Deputado Ivan Paixão.

É lido o seguinte:

#### **RECURSO Nº 9, DE 2001–CN**

Senhor Presidente,

Apresentamos, nos termos do art. 5º, § 1º, inciso I, da Resolução nº 1, de 1989-CN, o presente re-

curso para que o Plenário do Congresso Nacional delibere sobre a admissibilidade da Medida Provisória nº 2.084-72.

Sala das Sessões, 21 de março de 2001. – Senador **José Eduardo Dutra**, Líder do PT – Deputado **Walter Pinheiro**, Líder do PT – **Prof. Luizinho**.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Em votação o Recurso nº 9, de 2001, na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Rejeitado.

Não vai ao Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Devolvo a palavra ao ilustre Senador Gilberto Mestrinho, para proferir parecer.

**O SR. GILBERTO MESTRINHO** (PMDB – AM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta medida provisória recebeu 19 emendas. Ela trata de um assunto muito importante para a região amazônica, que é a participação do BNDES no financiamento da construção de embarcações para o tráfego fluvial na região. Assim, é louvável a medida do Governo procurando fazer com que este banco oficial atue na região amazônica, o que tem sido muito difícil até hoje, mas abre uma perspectiva e faz com que todos nós reconheçamos o mérito da medida e tenhamos rejeitado as emendas. O nosso parecer é favorável à sua aprovação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – O parecer concluiu pela aprovação da medida provisória e pela rejeição das emendas apresentadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Em discussão a medida provisória nº 2.084-72, de 2001, e as emendas. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Passa-se à votação.

Em votação a medida provisória nº 2.084-72, de 2001, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados, ressalvadas as emendas.

As Sras. e os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação no Senado.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Votação em globo das emendas de parecer contrário, na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Rejeitadas. Não vão ao Senado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a medida provisória aprovada:

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.084-72  
DE 22 DE FEVEREIRO DE 2001**

**Altera a legislação referente ao Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM e ao Fundo da Marinha Mercante – FMM, e dá outras providências.**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Os arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 8º, 9º, 10, 16, 22, 23, 24, 25 e o parágrafo único do art. 29 do Decreto-Lei nº 2.404, de 23 de dezembro de 1987, alterado pelo Decreto-Lei nº 2.414, de 12 de fevereiro de 1988, pela Lei nº 7.742, de 20 de março de 1989, e pela Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º O AFRMM incide sobre o frete cobrado pelas empresas brasileiras e estrangeiras de navegação que operem em porto brasileiro, de acordo com o conhecimento de embarque e o manifesto de carga, pelo transporte de carga de qualquer natureza, e constitui fonte básica do Fundo da Marinha Mercante.

§ 3º O adicional de que trata este artigo não incidirá sobre a navegação fluvial e lacustre, exceto sobre cargas de grânéis líquidos, transportadas no âmbito das regiões Norte e Nordeste.” (NR)

“Art. 3º .....

I – vinte e cinco por cento, na navegação de longo curso;

II – dez por cento, na navegação de cabotagem;

III – quarenta por cento, na navegação fluvial e lacustre, a que se refere o § 3º do artigo anterior.

.....”(NR)

“Art. 4º .....

§ 3º Na navegação de longo curso, quando o frete estiver expresso em moeda estrangeira, a conversão para o padrão monetário nacional será feita com base na mesma taxa empregada para o cálculo e o pagamento do Imposto de Importação e do Imposto

sobre Produtos Industrializados, de acordo com diretrizes baixadas pelo Ministério da Fazenda.” (NR)

“Art. 5º .....

III – .....

a) por belonaves, nacionais ou estrangeiras, quando não empregadas em viagem de caráter comercial;

b) nas atividades de exploração e de apoio à exploração de hidrocarbonetos e outros minerais sob a água, desde que na zona econômica exclusiva brasileira;

IV – .....

c) exportados temporariamente para outro país e condicionados à reimportação em prazo determinado;

d) armamentos, produtos, materiais e equipamentos importados pelo Ministério da Defesa e pelas Forças Armadas, ficando condicionados, em cada caso, à declaração do titular da Pasta respectiva de que a importação destina-se a fins exclusivamente militares e é de interesse para a segurança nacional;

e) destinados à pesquisa científica e tecnológica, conforme disposto em lei, cabendo ao CNPq encaminhar ao órgão competente do Ministério dos Transportes, para fins de controle, relação de importadores e o valor global, por entidade, das importações autorizadas;

V – .....

b) importadas em decorrência de atos firmados entre pessoas jurídicas, de direito público externo, celebrados e aprovados pelo Presidente da República e ratificados pelo Congresso Nacional, que contenham cláusula expressa de isenção de pagamento do AFRMM, sendo o pedido de reconhecimento de isenção formulado ao órgão competente do Ministério dos Transportes;

c) que sejam objeto das operações previstas nos regimes estabelecidos no art. 78 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, ficando a isenção condicionada à exportação para o exterior das mercadorias submetidas aos referidos regimes aduaneiros especiais, excetuando-se do atendimento desta condição de efetiva exportação as operações realizadas a partir de 5 de outubro de 1990, nos termos do § 2º do art. 1º da Lei nº 8.402, de 8 de janeiro de 1992;

d) importadas pela União através de órgão federal da Administração direta e entidades autárquicas e fundacionais supervisionadas;

e) que retornem ao País nas seguintes condições:

1. enviadas em consignação e não vendidas nos prazos autorizados;

2. por defeito técnico que exija sua devolução, para reparo ou substituição;

3. por motivo de modificações na sistemática do país importador;

4. por motivo de guerra ou calamidade pública;

5. por quaisquer outros fatores comprovadamente alheios à vontade do exportador brasileiro;

f) importadas em substituição a outras idênticas, em igual quantidade e valor, que tenham sido devolvidas ao exterior após a importação, por terem se revelado defeituosas ou imprestáveis para os fins a que se destinavam;

g) que sejam destinadas ao consumo ou industrialização na Amazônia Ocidental, excluídas armas, munições, fumo, bebidas alcoólicas, perfumes, automóveis de passageiros e cargas ou grãos líquidos;

h) que sejam destinadas ao consumo ou à industrialização na Zona Franca de Manaus, excluídas armas, munições, fumo, bebidas alcoólicas, perfumes e automóveis de passageiros;

i) importadas por permissionários autorizados pelo Ministério da Fazenda, para venda, exclusivamente em lojas francas, a passageiros de viagens internacionais;

j) submetidas a transbordo ou baldeação em portos brasileiros, quando destinadas à exportação e provenientes de outros portos brasileiros;

l) que estejam expressamente definidas em lei como isentas do AFRMM.

§ 1º Sobre as mercadorias destinadas a porto brasileiro, que efetuarem baldeação ou transbordo em um ou mais portos nacionais, não incidirá novo AFRMM, referente ao transporte entre os citados portos, se este já tiver sido calculado sobre o frete desde a sua origem até seu destino final.

§ 2º O pagamento do AFRMM incidente sobre o transporte de mercadoria importada submetida a regime aduaneiro especial ou atípico fica suspenso até a data do registro da correspondente declaração de importação em caráter definitivo ou do seu retorno ao exterior no mesmo estado ou após ter sido submetida a processo de industrialização.

§ 3º O não-pagamento do AFRMM, finda a suspensão prevista no § 2º, implicará sua cobrança com os encargos financeiros mencionados no § 4º do art. 6º." (NR)

"Art. 6º O AFRMM será recolhido pelo consignatário da mercadoria transportada, ou por seu representante legal, ambos devidamente identificados pelo seu número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica ou no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, em agência do banco recolhedor, conforme disposto em regulamento.

§ 1º A liberação do conhecimento de embarque fica condicionada à apresentação do documento de arrecadação do AFRMM devidamente autenticado pelo banco recolhedor, ou ao reconhecimento do direito à isenção ou suspensão, conforme disposto em regulamento.

§ 2º O controle do pagamento do AFRMM, referido no parágrafo anterior poderá ser efetuado por meio eletrônico.

§ 3º Os dados imprescindíveis ao controle da arrecadação do AFRMM, oriundos dos manifestos de carga e dos conhecimentos de embarque, terão de ser disponibilizados pelas empresas de navegação ou seus agentes, ao Departamento de Marinha Mercante da Secretaria de Transportes Aquaviários do Ministério dos Transportes, antes do início do processo de liberação dos conhecimentos de embarque, conforme disposto em regulamento.

§ 4º O banco recolhedor, em caso de ocorrência relativa à insuficiência de fundos ou qualquer restrição ao recebimento dos meios de pagamento a ele entregues pelo recolhedor, dará conhecimento ao Departamento de Marinha Mercante, que providenciará a cobrança administrativa ou executiva da dívida, ficando o valor originário do débito acrescido de:

a) multa de mora de trinta e três centésimos por cento por dia de atraso, contado a partir do primeiro dia subsequente à data de liberação do Conhecimento de Embarque até o dia em que ocorrer o pagamento, limitada ao percentual de vinte por cento;

b) juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da liberação do Conhecimento de Embarque até o mês anterior ao do pagamento e de um por cento no mês do pagamento.

§ 5º Esgotados os meios administrativos para a cobrança do AFRMM, o débito será inscrito na dívida

ativa da União, para cobrança executiva, nos termos da legislação em vigor.

§ 6º A entrega ao importador de mercadoria submetida a despacho aduaneiro fica condicionada à apresentação do conhecimento de embarque devidamente liberado, nos termos do § 1º deste artigo.

§ 7º Após a implantação do controle do pagamento do AFRMM por meio eletrônico, a que se refere o § 2º deste artigo, a regularidade desse pagamento ou o reconhecimento do direito à isenção ou suspensão serão informados pelo Departamento de Marinha Mercante à Secretaria da Receita Federal, também por meio eletrônico e previamente ao registro da declaração de importação, substituindo o procedimento previsto no parágrafo precedente.

§ 8º Na navegação de cabotagem e na navegação fluvial e lacustre de percurso nacional, a empresa de navegação ou o seu representante legal, que liberar o conhecimento de embarque sem a comprovação do pagamento do AFRMM, ficará responsável pelo seu recolhimento como os encargos financeiros previstos no § 4º deste artigo.

§ 9º O Ministério dos Transportes estabelecerá o cronograma para implantação da nova sistemática de recolhimento." (NR)

"Art. 8º .....

I – .....

**a)** cem por cento do AFRMM gerado por empresa estrangeira de navegação;

**b)** cem por cento do AFRMM gerado por empresa brasileira de navegação, operando embarcação afretada de registro estrangeiro;

**c)** cinquenta por cento do AFRMM gerado por empresa brasileira de navegação, operando embarcação, própria ou afretada, de registro brasileiro, na navegação de longo curso;

**d)** dezessete por cento do AFRMM gerado por empresa brasileira de navegação, operando embarcação, própria ou afretada, na navegação de longo curso, inscrita no Registro Especial Brasileiro – REB de que trata a Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997;

II – a empresa brasileira de navegação, operando embarcação própria ou afretada, de registro brasileiro:

**a)** quatorze por cento do AFRMM que tenha gerado na navegação de longo curso, quando a embarcação não estiver inscrita no REB;

**b)** quarenta e sete por cento do AFRMM que tenha gerado na navegação de longo curso, quando a embarcação estiver inscrita no REB;

**c)** cem por cento do AFRMM que tenha gerado nas navegações de cabotagem, fluvial e lacustre;

§ 1º O AFRMM gerado por embarcação de registro estrangeiro, afretado por empresa brasileira de navegação, poderá ter a destinação prevista no item I, alíneas **c** e **d**, e nos itens II e III, desde que tal embarcação esteja substituindo outra em construção em estaleiro brasileiro, com contrato em eficácia, de tipo semelhante e porte bruto equivalente àquela afretada.

....." (NR)

"Art. 9º As parcelas recolhidas à conta a que se refere o item III do art. 8º serão aplicadas pelos agentes financeiros em operações de mercado aberto, com títulos públicos federais, e o valor total será rateado entre as empresas brasileiras de navegação autorizadas a operar, proporcionalmente ao total de fretes por elas gerados nos tráfegos de importação e exportação do comércio exterior brasileiro, obtido quando operando embarcações próprias ou afretadas de registro brasileiro, bem como embarcações afretadas de registro estrangeiro no regime de que tratam os § 1º e 3º do art. 8º, incluídas as embarcações fluviais que participarem do transporte de bens para exportação.

....." (NR)

"Art. 10. ....

I – .....

.....

**e)** para pagamento de prestações de principal e encargos de empréstimos concedidos pelo Agente Financeiro, com recursos de outras fontes, que tenham por objeto as modalidades de apoio previstas nos itens 1, 2 e 3 da alínea **a** do inciso I do art. 16;

**f)** para pagamento de prestações de principal e encargos de empréstimos obtidos junto à FINAME e ao Programa Amazônia Integrada – PAI, por intermédio de qualquer estabelecimento bancário autorizado a operar com estes recursos e que tenham por objeto as modalidades de apoio previstas nos itens 1, 2 e 3 da alínea **a** do inciso I do art. 16, desde que a interessada esteja adimplente com as obrigações previstas nas alíneas **d** e **e** deste inciso;

II – compulsoriamente, na amortização de dívidas vencidas decorrentes dos empréstimos referidos nas alíneas **d** e **e** do inciso anterior." (NR)

"Art. 16. ....

I – em apoio financeiro reembolsável, mediante concessão de empréstimo, ou para honrar garantias concedidas:

a) as empresas brasileiras de navegação, até noventa por cento do valor do projeto aprovado:

1. para a construção de embarcações em estaleiros brasileiros;

2. para o reparo de embarcações próprias, quando realizado por empresas brasileiras;

3. para a manutenção ou modernização de embarcações próprias, inclusive para a aquisição e instalação de equipamentos necessários, quando realizadas por empresas brasileiras;

b) as empresas brasileiras de navegação, estaleiros brasileiros e outras empresas ou entidades brasileiras, para projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico e formação de recursos humanos voltados para os setores da marinha mercante, construção ou reparo naval;

c) a estaleiros brasileiros, para financiamento à produção de embarcações:

1. destinadas à exportação, até oitenta por cento do seu preço de venda;

2. destinadas a empresas brasileiras de navegação, até noventa por cento do seu preço de venda;

d) à Marinha do Brasil, para a construção de embarcações auxiliares, hidrográficas e oceanográficas, em estaleiros brasileiros;

e) a empresas brasileiras, para a construção de diques flutuantes, dragas e cábreas, no interesse da marinha mercante brasileira, em estaleiros brasileiros;

f) a estaleiros brasileiros, para financiamento a reparo de embarcações, até oitenta e cinco por cento do preço total do reparo;

g) para outras aplicações em investimentos, no interesse da marinha mercante brasileira;

II – no pagamento ao Agente Financeiro:

a) de valor correspondente à diferença apurada entre o custo de captação para o Agente Financeiro e o custo dos financiamentos contratados com o beneficiário;

b) das comissões devidas pela concessão de financiamentos realizados com recursos do FMM e de outras fontes, a título de administração ou risco das operações;

c) da comissão devida pela administração de operações aprovadas pelo Ministro de Estado dos Transportes com base no § 5º do art. 12 do Decre-

to-lei nº 1.801, de 18 de agosto de 1980, ou contratadas até 31 de dezembro de 1987;

d) de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), para títulos federais incidentes sobre os adiantamentos de recursos realizados pelo Agente Financeiro com recursos de outras fontes, destinado ao pagamento das comissões de risco devidas em operações de repasse de recursos do FMM;

III – na diferença entre o custo interno efetivo de construção de embarcações e o valor das operações contratadas, com recursos do FMM e de outras fontes, limitada a dez por cento do valor do contrato de construção de embarcação destinada ao mercado interno;

IV – na constituição de um crédito-reserva, até o limite de vinte por cento do valor do contrato de financiamento, concedido com recursos do FMM e de outras fontes, à produção de embarcação destinada à exportação, visando assegurar o término da obra, no caso de descumprimento da correspondente obrigação de fazer, por parte do estaleiro.

§ 1º As comissões de que tratam as alíneas **b** e **c** do inciso, II deste artigo serão fixadas pelo Conselho Monetário Nacional, e serão cobertas, exclusivamente, com recursos do FMM, deduzida a parcela destinada ao serviço da dívida assumida pela União, na qualidade de sucessora da extinta Superintendência Nacional da Marinha Mercante – SUNAMAM.

§ 2º As operações financeiras reembolsáveis, resultantes das aplicações a que se referem os incisos III e IV, deste artigo, terão seus prazos e encargos regulados na forma do disposto no art. 26." (NR)

"Art. 22. Os financiamentos concedidos com recursos do FMM, destinados à construção, reparo ou melhoria de embarcações, poderão ter como garantia a alienação fiduciária ou hipoteca da embarcação financiada, ou outras modalidades de garantia, a critério do Agente Financeiro.

Parágrafo único. A alienação fiduciária só terá validade e eficácia após sua inscrição no Registro de Propriedade Marítima, junto ao Tribunal Marítimo, aplicando-se-lhe, no que couber, o disposto nos arts. 148 a 152 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986." (NR)

"Art. 23. A alienação das embarcações que, para construção, reparo ou melhoria, tenham sido objeto de financiamento com recursos do FMM, depen-

derá de prévia autorização do Ministério dos Transportes, quando o risco da operação for do FMM.” (NR)

“Art. 24. O FMM terá como agente financeiro o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e, nas condições fixadas em regulamento a ser baixado pelo Poder Executivo, outras instituições financeiras.

Parágrafo único. O BNDES poderá habilitar-se seus agentes financeiros para atuar nas operações de financiamento com recursos do FMM, continuando a suportar, perante o Fundo, os riscos resultantes das referidas operações.” (NR)

“Art. 25. Os riscos resultantes das operações com recursos do FMM serão suportados pelos agentes financeiros, na forma que dispuser o Conselho Monetário Nacional, por proposta do Ministro de Estado dos Transportes.

.....” (NR)

“Art. 29. ....

Parágrafo único. O orçamento anual do FMM poderá conter dotações para despesas que se refiram ao pagamento do serviço da dívida, de estudos e projetos do interesse da marinha mercante e dos serviços administrativos da arrecadação.” (NR)

Art. 2º Fica o FMM autorizado a efetuar, até 30 de junho de 1996, cessão de créditos ao agente financeiro, relativos às operações de financiamento realizadas com recursos do FMM.

§ 1º A autorização concedida nos termos do **caput** deste artigo fica condicionada à audiência prévia da Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 2º Nos casos em que exercida a faculdade de que trata o **caput** deste artigo, o agente financeiro transferirá ao FMM direitos que detenha contra o Tesouro Nacional.

§ 3º Caso o montante dos direitos do agente financeiro contra o Tesouro Nacional seja inferior ao dos valores cedidos, o saldo será liquidado na forma referida no inciso II do art. 16 do Decreto-lei nº 2.404, de 1987, com a redação dada pelo art. 1º desta Medida Provisória.

§ 4º O FMM utilizará os direitos recebidos do agente para quitação de suas obrigações vencidas junto à União, na qualidade de sucessora da extinta Sunamam, em relação ao sistema bancário e à indústria naval.

§ 5º A União responderá pela inexistência parcial ou total do crédito cedido nos termos do **caput** deste artigo, por força de decisão judicial transitada

em julgado, ficando para tanto autorizada a emissão de títulos do Tesouro Nacional, com registro na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP.

§ 6º Os valores recebidos pelo FMM, em pagamento de qualquer obrigação referente aos contratos cedidos, em conformidade com o disposto no **caput** deste artigo, entre a data base de referência estabelecida no Contrato de Cessão e a data de sua celebração, serão devidos pelo FMM ao Agente Financeiro e remunerados, a partir de seu recebimento até a data de sua liquidação, pelo mesmo critério de remuneração aplicado às disponibilidades do FMM.

Art. 3º Não se aplicam ao disposto no inciso V, alínea c, do art. 5º do Decreto-lei nº 2.404, de 1987, as operações realizadas nos termos do § 2º do art. 1º da Lei nº 8.402, de 1992.

Art. 4º Os armadores ou seus prepostos poderão exercer as atribuições de corretor de navios e de despachante aduaneiro no tocante às suas embarcações, de quaisquer bandeiras, quer empregadas em longo curso, em cabotagem ou navegação interior.

Parágrafo único. Só será devida remuneração aos corretores de navios e aos despachantes aduaneiros quando houver prestação efetiva de serviço.

Art. 5º O art. 7º da Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

“§ 2º O disposto no **caput** deste artigo não se aplica às operações de financiamento à produção de embarcações na Amazônia Legal, com recursos do Fundo da Marinha Mercante, que terão como remuneração nominal a TJLP.” (NR)

Art. 6º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.084-71, de 25 de janeiro de 2001.

Art. 7º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se o parágrafo único do art. 15 e os arts. 17, 18, 19 e 20 do Decreto-Lei nº 2.404, de 23 de dezembro de 1987, o art. 11 da Lei nº 7.742, de 20 de março de 1989, o **caput** do art. 9º da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, o § 7º do art. 11 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, e o art. 19 da Lei nº 9.493, de 10 de setembro de 1997.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – **Item 13:**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.091-17, DE 2001**

**Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 2.091-17, publicada em 23 de fevereiro de 2001, que altera dispositivos da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares.**

À medida foram apresentadas 31 emendas, dependendo de pareceres a serem proferidos em plenário.

**O SR. RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. RICARDO BARROS** (PPB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito, atendendo a pedido do Relator, a retirada dessa última medida provisória, adiando sua votação também para a próxima semana.

Quero novamente lembrar aos Sr. Líderes que amanhã, às 11h30min, procuraremos encontrar novas medidas provisórias que possamos votar.

Peço também a V. Exa. que estude a possibilidade de convocar para a próxima terça-feira, dia 27, sessão do Congresso Nacional, uma vez que, nesse dia, vence o prazo de validade da grande maioria das 41 medidas provisórias ainda não apreciadas por esta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Faço um acordo de Liderança e defiro o requerimento de V. Exa.

Retiro a matéria de pauta.

*São os seguintes os itens retirados, em virtude de acordo das lideranças:*

**Item 1**

Medida Provisória nº 2.071-28, publicada no dia 23 de fevereiro de 2001, que dá nova redação a dispositivos da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. (Mensagem nº 94/2001-CN – nº 148/2001, na origem).

**Item 2**

Medida Provisória nº 2.072-65, publicada no dia 23 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a emissão

de Notas do Tesouro Nacional – NTN destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências. (Mensagem nº 95/2001-CN – nº 149/2001, na origem).

**Item 3**

Medida Provisória nº 2.073-34, publicada no dia 23 de fevereiro de 2001, que acrescenta dispositivo à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. (Mensagem nº 96/2001-CN – nº 150/2001, na origem).

**Item 4**

Medida Provisória nº 2.075-36, publicada no dia 23 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a adoção de medidas relacionadas com o Sistema Financeiro da Habitação – SFH, altera as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.692, de 28 de julho de 1993, e dá outras providências. (Mensagem nº 97/2001-CN – nº 151/2001, na origem).

**Item 5**

Medida Provisória nº 2.077-29, publicada no dia 23 de fevereiro de 2001, que institui o Auxílio-Transporte, dispõe sobre o pagamento dos militares, e dos servidores do Poder Executivo Federal, inclusive de suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, e dá outras providências. (Mensagem nº 98/2001-CN – nº 165/2001, na origem).

**Item 6**

Medida Provisória nº 2.080-60, publicada no dia 23 de fevereiro de 2001, que altera os arts. 1º, 4º, 14, 16 e 44, e acresce dispositivos à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal, bem como altera o art. 10 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, e dá outras providências.

**Item 9**

Medida Provisória nº 2.085-33, publicada no dia 23 de fevereiro de 2001, e republicada em 24 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária – RECOOP, autoriza a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP, e dá outras providências. (Mensagem nº 102/2001-CN – nº 155/2001, na origem).



**Item 10**

Medida Provisória nº 2.086-36, publicada no dia 23 de fevereiro de 2001, que estende aos servidores públicos civis do Poder Executivo Federal a vantagem de vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento, objeto da decisão do Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências. (Mensagem nº 103/2001-CN – nº 156/2001, na origem).

**Item 11**

Medida Provisória nº 2.087-29, publicada no dia 23 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a administração dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, consolida e atualiza a legislação pertinente ao assunto e dá outras providências. (Mensagem nº 104/2001-CN – nº 157/2001, na origem).

**Item 12**

Medida Provisória nº 2.089-25, publicada no dia 23 de fevereiro de 2001, que estabelece a nulidade das disposições contratuais que menciona e inverte, nas hipóteses que prevê, o ônus da prova nas ações intentadas para sua declaração. (Mensagem nº 105/2001-CN – nº 158/2001, na origem).

**Item 14**

Medida Provisória nº 2.092-21, publicada no dia 23 de fevereiro de 2001, que institui, no âmbito do Poder Executivo da União, o Programa de Desligamento Voluntário – PDV, a jornada de trabalho reduzida com remuneração proporcional e a licença sem remuneração com pagamento de incentivo em pecúnia, destinados ao servidor da administração pública direta, autárquica e fundacional. (Mensagem nº 107/2001-CN – nº 160/2001, na origem).

**Item 15**

Medida Provisória nº 2.093-22, publicada no dia 23 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional e organização da Carreira Auditoria-Fiscal da Previdência Social e da Carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho. (Mensagem nº 108/2001-CN – nº 161/2001, na origem).

**Item 16**

Medida Provisória nº 2.094-24, publicada no dia 23 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências. (Mensagem nº 109/2001-CN – nº 162/2001, na origem).

**Item 17**

Medida Provisória nº 2.095-72, publicada no dia 23 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e en-

tidades federais, e dá outras providências. (Mensagem nº 110/2001-CN – nº 163/2001, na origem).

**Item 19**

Medida Provisória nº 2.065-18, publicada no dia 24 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a Cédula de Crédito Bancário. (Mensagem nº 112/2001-CN – nº 171/2001, na origem).

**Item 20**

Medida Provisória nº 2.081-46, publicada no dia 24 de fevereiro de 2001, que autoriza a União a receber em valores mobiliários os dividendos e juros sobre o capital próprio a serem pagos por entidades de cujo capital o Tesouro Nacional participe, e dá outras providências. (Mensagem nº 113/2001-CN – nº 172/2001, na origem).

**Item 21**

Medida Provisória nº 2.100-29, publicada no dia 24 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, que dispõe sobre programa de garantia de renda mínima, institui programas de apoio da União às ações dos Estados e Municípios, voltadas para o atendimento educacional, e dá outras providências. (Mensagem nº 114/2001-CN – nº 170/2001, na origem).

**Item 22**

Medida Provisória nº 2.062-63, publicada no dia 26 de fevereiro de 2001, que altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências. (Mensagem nº 115/2001-CN – nº 199/2001, na origem).

**Item 23**

Medida Provisória nº 2.076-34, publicada no dia 26 de fevereiro de 2001, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para dispor sobre o trabalho a tempo parcial, a suspensão do contrato de trabalho e o programa de qualificação profissional, modifica as Leis nºs 4.923, de 23 de dezembro de 1965, 6.321, de 14 de abril de 1976, 6.494, de 7 de dezembro de 1977, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 9.601, de 21 de janeiro de 1998, e dá outras providências. (Mensagem nº 116/2001-CN – nº 173/2001, na origem).

**Item 24**

Medida Provisória nº 2.088-37, publicada no dia 26 de fevereiro de 2001, que altera as Leis nºs 6.368, de 21 de outubro de 1976, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.249, de 2 de junho de 1992, e 9.525, de 3

de dezembro de 1997, e dá outras providências. (Mensagem nº 1 17/2001-CN -191/2001, na origem).

#### **Item 25**

Medida Provisória nº 2.097-37, publicada no dia 26 de fevereiro de 2001, que “Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde, e dá outras providências. (Mensagem nº 118/2001-CN– nº 174/2001, na origem).

#### **Item 26**

Medida Provisória nº 2.101-29, publicada no dia 26 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre as relações financeiras entre a União e o Banco Central do Brasil e dá outras providências. (Mensagem nº 119/2001-CN– nº 192/2001, na origem).

#### **Item 27**

Medida Provisória nº 2.102-28, publicada no dia 26 de fevereiro de 2001, que acresce e altera dispositivos das Leis nºs 8.437, de 30 de junho de 1992, 9.028, de 12 de abril de 1995, 9.494, de 10 de setembro de 1997, 7.347, de 24 de julho de 1985, 8.429, de 2 de junho de 1992, 9.704, de 17 de novembro de 1998, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.869, de 11 de janeiro de 1973, e 4.348, de 26 de junho de 1964 e dá outras providências. (Mensagem nº 120/2001-CN– 175/2001, na origem).

#### **Item 28**

Medida Provisória nº 2.103-38, publicada no dia 26 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre operações financeiras entre o Tesouro Nacional e as entidades que menciona, e dá outras providências. (Mensagem nº 121/2001-CN – nº 176/2001, na origem).

#### **Item 31**

Medida Provisória nº 2.108-11, publicada no dia 26 de fevereiro de 2001, que institui, no âmbito da União, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. (Mensagem nº 124/2001-CN– nº 179/2001, na origem).

#### **Item 32**

Medida Provisória nº 2.109-49, publicada no dia 26 de fevereiro de 2001, que acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nºs 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.629, de 25 de feve-

reiro de 1993 e dá outras providências. (Mensagem nº 125/2001-CN– nº 193/2001, na origem).

#### **Item 33**

Medida Provisória nº 2.113-28, publicada no dia 26 de fevereiro de 2001, que altera a legislação das Contribuições para a Seguridade Social – COFINS, para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências. (Mensagem nº 126/2001-CN– nº 180/2001, na origem).

#### **Item 34**

Medida Provisória nº 2.115-16, publicada no dia 26 de fevereiro de 2001, que “Dispõe sobre a atuação das câmaras e dos prestadores de serviços de compensação e de liquidação, no âmbito do sistema de pagamentos brasileiros, e dá outras providências”. (Mensagem nº 127/2001-CN– nº 181/2001, na origem).

#### **Item 35**

Medida Provisória nº 2.116-16, publicada no dia 26 de fevereiro de 2001, que assegura percepção de gratificação por servidores das carreiras Policial Federal, Delegado de Polícia do Distrito Federal, e de Polícia Civil do Distrito Federal, altera as Leis nºs 4.878, de 3 de dezembro de 1965, 5.619, de 3 de novembro de 1970, e 5.906, de 23 de julho de 1973, e dá outras providências. (Mensagem nº 128/2001-CN– nº 182/2001, na origem).

#### **Item 38**

Medida Provisória nº 2.123-29, publicada no dia 26 de fevereiro de 2001, que altera dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. (Mensagem nº 131/2001-CN– nº 194/2001, na origem).

#### **Item 39**

Medida Provisória nº 2.126-9, publicada no dia 26 de fevereiro de 2001, que regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os arts. § 8º, alínea “j”, 10, alínea “c”, 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e a transferência de tecnologia para sua conservação e utilização, e dá outras providências. (Mensagem nº 132/2001-CN– nº 185/2001, na origem).

**Item 40**

Medida Provisória nº 2.128-7, publicada no dia 26 de fevereiro de 2001, que altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências. (Mensagem nº 133/2001-CN– nº 186/2001, na origem).

**Item 41**

Medida Provisória nº 2.129-6, publicada no dia 26 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social, e altera dispositivos das Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 9.604, de 5 de fevereiro de 1998, 9.639, de 25 de maio de 1998, 9.717, de 27 de novembro de 1998, e 9.796, de 5 de maio de 1999, e dá outras providências. (Mensagem nº 134/2000-CN– nº 195/2001, na origem).

**Item 42**

Medida Provisória nº 2.131-2, publicada no dia 26 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares da Forças Armadas, altera as Leis nº 3.765, de 4 de maio de 1.960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências. (Mensagem nº 135/2001-CN- nº 187/200 1, na origem).

**Item 43**

Medida Provisória nº 2.132-42, publicada no dia 26 de fevereiro de 2001, que altera a legislação do imposto de renda relativamente à incidência na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras, inclusive de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, à conversão, em capital social, de obrigações no exterior de pessoas jurídicas domiciliadas no País, amplia as hipóteses de opção, pelas pessoas físicas, pelo desconto simplificado, regula a informação, na declaração de rendimentos, de depósitos mantidos em bancos no exterior, e dá outras providências. (Mensagem nº 136/2001 -CN -188/200 1, na origem).

**Item 44**

Medida Provisória nº 2.134-27, publicada no dia 26 de fevereiro de 2001, que altera dispositivos da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal e estabelece as sanções respecti-

vas, e dá outras providências. (Mensagem nº 137/2001-CN– nº 196/2001, na origem).

**Item 45**

Medida Provisória nº 2.136-35, publicada no dia 26 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras, cargos e funções comissionadas técnicas no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências. (Mensagem nº 138/2001-CN– nº 197/2001, na origem).

**Item 46**

Medida Provisória nº 2.137-2, publicada no dia 26 de fevereiro de 2001, que acresce e altera dispositivos da Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e dá outras providências. (Mensagem nº 139/2001-CN– nº 189/200 1, na origem).

**Item 48**

Medida Provisória nº 2.139-63, publicada no dia 26 de fevereiro de 2001, que estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e de outras providências. (Mensagem nº 141/2001-CN– nº 198/200 1, na origem).

**Item 49**

Medida Provisória nº 2.140-1, publicada no dia 15 de março de 2001, que cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação – “Bolsa Escola”, e dá outras providências. (Mensagem nº 142/2001-CN– nº 227/2001, na origem).

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Antes de encerrar a sessão, ainda há expediente a ser lido.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (Bloco/PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, informo a V.Exa. e à Casa que estou encaminhando recurso à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, a partir da idéia de que a assinatura de V.Exa. aposta à solicitação de CPI, ainda há pouco verificada, não teria cabimento legal. Talvez não seja competência de V.Exa., como Presidente da Casa, decidir sobre questão de ordem ligada a encaminhamento dessa CPI, da qual V.Exa. passaria a ser parte também. Como se vê, talvez não se coadunem os papéis de magistrado – para decidir –

e de parte que tem interesse no prosseguimento da matéria.

Estou encaminhando pedido à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação para que ela, soberanamente, julgue o acerto ou não da matéria que ora encaixa no âmbito ao exame e à ciência de V.Exa. e dos ilustres pares desta Casa.

**O SR. JOÃO PAULO** – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

Trata-se de uma questão de ordem?

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Não, trata-se de uma comunicação. Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. JOÃO PAULO** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, eu gostaria de contraditar a informação. Ele informou a V. Exa. uma medida que a Liderança do Governo está tomando, não é isto?

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Mas não há questão de ordem a ser resolvida. Há uma comunicação feita pelo ilustre Líder do Governo.

**O SR. JOÃO PAULO** – É uma comunicação?

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Trata-se de uma comunicação de uma providência que ele estará tomando.

**O SR. JOÃO PAULO** – Mas S.Exa. está recorrendo. S.Exa. iniciou dizendo o seguinte: estou recorrendo à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação. Recorrendo de quê? S.Exa. tem de apontar.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Deputado João Paulo, a Presidência não tomou decisão alguma. Portanto, o Deputado Arthur Virgílio está, neste momento, comunicando à Presidência que formalizará a medida.

**O SR. JOÃO PAULO** – Não é uma questão de ordem?

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Eu recebo, portanto, a manifestação do ilustre Líder do Governo como uma comunicação.

**O SR. JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** (Bloco/PSB – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na realidade, o Deputado Arthur Virgílio

está dizendo que entrará com um recurso. No entanto, trata-se de recurso de uma decisão que não houve. Recurso só se interpõe de uma decisão.

Veja V.Exa. que a observação feita pelo Deputado João Paulo é plenamente pertinente, porque recurso se interpõe de uma decisão, de algo que foi decidido. Se o Deputado Arthur Virgílio não fez questão de ordem alguma e não houve decisão, não há possibilidade de recurso.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (Bloco/PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Para não nos perdermos nos “juridicismos”, tentarei ser sutil.

Faço uma consulta à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação – e creio que seja do meu alvitre fazê-lo – por entender que V. Exa. não poderia ser ao mesmo tempo magistrado – aquele que vai decidir – e parte, no caso dessa CPI. Creio que as duas funções são incompatíveis entre si, e, por isso, atendendo à acuidade jurídica do nobre Líder do PSB, reformulo minha intervenção e passo a fazer uma consulta à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação para saber se há cabimento em considerar-se legal essa assinatura ou se estou certo eu, com a intuição e com a opinião que ora formo e comunico à Casa e a V. Exa.

**O SR. JOÃO PAULO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. JOÃO PAULO** (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para a reflexão de V. Exa. e da Casa, veja bem: V. Exa. assinou requerimento na condição de Senador e Presidente do Senado.

Portanto, não há base para que o Líder do Governo, Deputado Arthur Virgílio, faça sua consulta perante a Câmara dos Deputados. Ela deveria ser procedida por algum Senador.

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado é que tem de avaliar se V. Exa., na condição de magistrado, poderia ou não assinar o recurso. Não há procedimento, enquanto Deputado, fazer consulta à Comissão de Constituição e Justiça do Senado ou recorrer a ela, a qual irá responder ou não. Não é atribuição do Líder do Governo, na qualidade de Deputado, proceder nesse sentido.

A comunicação da Liderança do Governo não tem procedimento, não cabe exatamente nesta sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Deputado João Paulo, a Presidência entende que não há questão a ser resolvida no momento. O Deputado Arthur Virgílio fez comunicação de um ato que cremos ser unilateral, de consulta a uma comissão técnica do Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Solicito ao Sr. 1º Secretário em exercício, Deputado Ivan Paixão, que faça a leitura do expediente que encontra-se sobre a mesa.

É lido o seguinte:

Brasília, 20 de fevereiro de 2001.

Senhor Presidente,

Comunico a V. Ex<sup>a</sup> que ao acatar texto do Projeto de Lei de Conversão nº 1/2001 (MP nº 2.053-35), verifiquei que no momento da transcrição do art. 12, § 1º, houve um equívoco na digitação da palavra fundamentados a qual foi trocada por fundamentais. Diante do exposto, solicito que seja efetuada a correção do referido parágrafo.

Atenciosamente, – **José Carlos Aleluia**, Deputado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – A Presidência comunica aos Srs. Parlamentares que se encontram sobre as bancadas cópias do documento que acaba de ser lido.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Em votação a retificação na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A Presidência tomará as providências necessárias em cumprimento da decisão do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Convoco sessão conjunta a realizar-se na próxima terça-feira, dia 27 de março, às 19h, neste plenário, destinada à apreciação de medidas provisórias.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 23 horas e 32 minutos)*

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA  
DO MERCOSUL  
(Seção Brasileira)

51ª LEGISLATURA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA

**Atada Sétima Reunião (Ordinária) Realizada  
em 24 de novembro de 1999**

Às 15 horas e 5 minutos do dia 24 de novembro de mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se a Representação Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, no plenário 16 do Anexo II da Câmara dos Deputados. Estiveram presentes os seguintes Deputados: Júlio Redecker, Presidente; Feu Rosa, Secretário-Geral Adjunto; titulares, Deputados Celso Russomano, Edison Andri no e João Herrmann, Paulo Delgado, suplentes. Senadores: Jorge Bornhausen, Secretário-Geral, Casildo Maldaner e Geraldo Althoff, titulares. Deixaram de comparecer os senhores Senadores José Fogaça, Vice-Presidente, Roberto Requião, Álvaro Dias, Pedro Piva e Emília Fernandes, titulares; Pedro Simon, Marluce Pinto, Amir Lando, Djalma Bessa, José Jorge, Antero Paes de Barros, Luzia Toletto e Roberto Saturnino, suplentes; Os Deputados Ney Lopes, Santos Filho, Confúcio Moura, Germano Rigotto e Luiz Mainardi, titulares; Maluly Netto, Luciano Pizzato, Osmar Serraglio e Antonio Carlos Pannunzio, suplentes; O Presidente, Deputado Júlio Redecker, abriu os trabalhos, colocando a ata da reunião anterior em discussão, não havendo quem a quisesse discutir, passou à votação: aprovada. Ordem do Dia: Votação para retirar o item nº 4 da pauta: aprovado. Em seguida, o presidente solicitou inversão de pautas sanando a discussão do item nº 5. Leituras dos Relatórios, oferecidos como subsídios, às Proposições distribuídas à Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, com base no art. 2º, II, da Resolução nº 1/196-CN. 1) Projeto de Lei nº 1.477/99 (do Sr. Antônio Carlos Konder Reis e outros) – que “Dispõe sobre o Programa Grande Fronteira do MERCOSUL”. Relator: Senador Jorge Bornhausen. Relatório: FAVORÁVEL; que após lido pelo relator, foi colocado em votação: aprovado. Item 2) Mensagem nº 229/99 (do Poder Executivo) – que “Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo Multilateral de Segurança Social do Mercado Comum do Sul e seu Regulamento Administrativo, celebrados em Montevidéu, em 15 de dezembro de 1997”. Relator: Senador Geraldo Althoff. Relatório: FAVORÁVEL; que após lido pelo relator, foi colocado em votação: aprovado. 3) Mensagem nº

827/99 (do Poder Executivo) – que “Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Protocolo de Extradicação entre os Estados Partes do MERCOSUL e a República da Bolívia e a República do Chile, concluído no Rio de Janeiro, em 10 de dezembro de 1998”. Relator Senador Casildo Maldaner. Relatório: FAVORÁVEL; que após lido pelo relator, foi colocado em votação: aprovado. Item 4) Mensagem nº 821/99 (do Poder Executivo) – que “Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Arbitragem Comercial Internacional entre o MERCOSUL, a República da Bolívia e a República do Chile, concluído em Buenos Aires, em 23 de julho de 1998”. Relator Deputado Santos Filho. Relatório: FAVORÁVEL; o relatório foi lido pelo Deputado Edison Andrino. Foi colocado em votação e aprovado. O Presidente Júlio Redecker informou que este Presidente e o Senador Geraldo Althoff participaram recentemente da Reunião de Mesa Diretora Preparatória para a XIV Reunião Quadripartite da Comissão Parlamentar Conjunta. Colocou em votação o nome do senhor Mário Selbach, para assumir na Comissão o cargo de Assessor – CNE-12. Comu-

nicou, ainda, a participação de membros desta Comissão na Rodada do Milênio, que reunirá os países integrantes da Organização Mundial do Comércio – OMC, no dia 30 de novembro em Seattle (EUA), lembrando que o prazo para a confirmação da participação de parlamentares desta Comissão será até o dia 25 de novembro do corrente. O Presidente informou da XIV Reunião Quadripartite da Comissão Parlamentar Conjunta que será realizada nos dias 6, 7 e 8 de dezembro na cidade de Montevideu, Uruguai. O Presidente registrou a presença dos Deputados Estaduais do Rio Grande do Sul, Carlos Frederico e Onix Lorenzoni e do Vereador de Porto Alegre, Reginaldo Pujol. Não havendo mais nada a tratar o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a presente reunião às 15 horas e 40 minutos. Para constar, eu Antonio Ferreira Costa Filho, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no **Diário do Congresso Nacional**. Deputado Júlio Redecker, Presidente.

## **COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

(Número de membros: 22 Senadores e 64 Deputados)

(Comissão instalada em 12/9/2000)

**PRESIDENTE: Deputado ALBERTO GOLDMAN**

**1º VICE-PRESIDENTE: Senador Jonas Pinheiro**

**2º VICE-PRESIDENTE: Deputado Pedro Chaves**

**3º VICE-PRESIDENTE: Senador Lúcio Alcântara**

**Relator-Geral do Orçamento: Senador Amir Lando**

### **DEPUTADOS**

#### **TITULARES**

#### **SUPLENTE**

FELIX MENDONÇA  
FERNANDO GONÇALVES  
JOSÉ CARLOS ELIAS  
ARNON BEZERRA  
ALBERTO GOLDMAN  
ALEXANDRE SANTOS  
ANIVALDO VALE  
ADOLFO MARINHO  
SÉRGIO GUERRA  
HELENILDO RIBEIRO  
JOÃO LEÃO  
NÁRCIO RODRIGUES  
NILO COELHO  
PAULO KOBAYASHI  
PAULO MOURÃO  
PEDRO CANEDO

1 – EDUARDO PAES  
2 – NILTON CAPIXABA  
3 – RENILDO LEAL  
4 – MAX ROSENMAN  
5 – FÁTIMA PELAES  
6 – JUQUINHA  
7 – LÍDIA QUINAN  
8 – MARCUS VICENTE  
9 – MÁRIO NEGROMONTE  
10 – PEDRO HENRY  
11 – RAIMUNDO G. DE MATOS  
12 – RICARTE DE FREITAS  
13 – ROBERTO ROCHA  
14 – DANILO DE CASTRO  
15 – RICARDO RIQUE  
16 – JOÃO ALMEIDA

MILTON MONTI  
ARMANDO ABÍLIO  
DOMINICIANO CABRAL  
EUNÍCIO OLIVEIRA  
JOSÉ BORBA  
JOSÉ PRIANTE  
MARÇAL FILHO  
NAIR XAVIER LOBO  
PEDRO CHAVES  
PEDRO NOVAIS  
SILAS BRASILEIRO  
RENATO VIANNA  
IGOR AVELINO

1 – ANTÔNIO FEIJÃO  
2 – CORIOLANO SALES  
3 – DARCÍSIO PERONDI  
4 – JORGE WILSON  
5 – ALBERTO MOURÃO  
6 – OLAVO CALHEIROS  
7 – JORGE ALBERTO  
8 – JOSÉ CHAVES  
9 – WALDEMIR MOKA  
10 – TETÉ BEZERRA  
11 – JOÃO HENRIQUE  
12 – ALCESTE ALMEIDA  
13 – VAGO

ANTÔNIO C. KONDER REIS  
ARACELY DE PAULA  
CÉSAR BANDEIRA  
JORGE KHOURY  
LAURA CARNEIRO  
LUCIANO CASTRO  
MUSSA DEMES  
NEUTON LIMA  
OSVALDO COELHO  
PAULO BRAGA  
SANTOS FILHO  
WILSON BRAGA

1 – BENITO GAMA  
2 – ATILA LINS  
3 – FRANCISCO GARCIA  
4 – FRANCISCO RODRIGUES  
5 – JAIME MARTINS  
6 – JOÃO RIBEIRO  
7 – EXPEDITO JÚNIOR  
8 – JOSÉ THOMAZ NONÔ  
9 – ILDEFONSO CORDEIRO  
10 – ZILÁ BEZERRA  
11 – GERSON GABRIELLI  
12 – GERVÁSIO SILVA

## DEPUTADOS

### TITULARES

### SUPLENTES

JORGE BITTAR  
JOÃO COSER  
VIRGÍLIO GUIMARÃES  
JOÃO GRANDÃO  
LUIZ SÉRGIO  
PEDRO CELSO  
CARLITO MERSS

1 - JOÃO PAULO  
2 - ARLINDO CHINAGLIA  
3 - JOÃO FASSARELLA  
4 - FERNANDO MARRONI  
5 - DR. ROSINHA  
6 - GILMAR MACHADO  
7 - PROFESSOR LUIZINHO

IBERÉ FERREIRA  
ALMIR SÁ  
NELSON MEURER  
ROBERTO BALESTRA  
CLEONÂNCIO FONSECA  
WAGNER SALUSTIANO

1 - ELISEU MOURA  
2 - JOÃO TOTA  
3 - ARY KARA  
4 - AUGUSTO NARDES  
5 - MÁRCIO REINALDO MOREIRA  
6 - RICARDO BARROS

AIRTON DIPP  
EURÍPEDES MIRANDA  
GIOVANNI QUEIROZ

1 - FERNANDO CORUJA  
2 - OLÍPIO PIRES  
3 - POMPEO DE MATTOS

GONZAGA PATRIOTA  
SÉRGIO MIRANDA

1 - AGNELO QUEIROZ  
2 - DJALMA PAES

JOÃO CALDAS  
PASTOR VALDECI PAIVA

1 - EUJÁCIO SIMÕES  
2 - MARCOS CINTRA

JOÃO HERRMANN NETO  
RUBENS BUENO

1 - AGNALDO MUNIZ  
2 - CLEMENTINO COELHO



## SENADORES

### TITULARES

### SUPLENTE

RAMEZ TEBET  
WELLINGTON ROBERTO  
NABOR JÚNIOR  
GILBERTO MESTRINHO  
AMIR LANDO  
CARLOS BEZERRA  
MARLUCE PINTO

1 - ALBERTO SILVA  
2 - GILVAM BORGES  
3 - NEY SUASSUNA  
4 - VAGO  
5 - VAGO  
6 - VAGO  
7 - VAGO

MOZARILDO CAVALCANTI  
MOREIRA MENDES  
JUVÊNCIO DA FONSECA  
CARLOS PATROCÍNIO  
JONAS PINHEIRO  
VAGO

1 - JOSÉ JORGE  
2 - ROMEU TUMA  
3 - HUGO NAPOLEÃO  
4 - FRANCELINO PEREIRA  
5 - GERALDO ALTHOFF  
6 - EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS

ANTERO PAES DE BARROS  
LÚCIO ALCÂNTARA  
LUIZ PONTES  
ROMERO JUCÁ

1 - RICARDO SANTOS  
2 - SERGIO MACHADO  
3 - OSMAR DIAS  
4 - LÚDIO COELHO

EMILIA FERNANDES  
LAURO CAMPOS  
TIÃO VIANA  
SEBASTIÃO ROCHA

1 - ANTONIO CARLOS VALADARES  
2 - EDUARDO SUPPLY  
3 - JOSÉ EDUARDO DUTRA  
4 - JEFFERSON PÉRES

PAULO HARTUNG

1 - ROBERTO FREIRE

## CONGRESSO NACIONAL

### ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

#### COMPOSIÇÃO

**Presidente: Senador JOSÉ SARNEY**

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado AÉCIO NEVES (PSDB-MG) Telefones: 318-5648 e 318-7167/8224	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador JADER BARBALHO (PMDB-PA) Telefones: 311-2441/47 e 311-3051/3052
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) Telefones: 318-5825 e 318-5170	<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Senadora HELOÍSA HELENA (Bloco PT/PDT-AL) Telefones: 311-3197/3199 e 311-3191/3192
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR) Telefones: 318-5701 e 318-6992/6997	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador JOSÉ SARNEY (PMDB-AP) Telefones: 311-3430/3431 e 311-3259/3496/4777

#### SENADO FEDERAL

##### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SACOP)

Telefones: 311-4561 e 311-3265

# COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

**PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY**

## MESA DIRETORA

CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETÁRIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4208	323 5470
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

## MEMBROS TITULARES    MEMBROS SUPLENTEs

### SENADORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
<b>PMDB</b>									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC		311 2141	323 4063	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
ROBERTO REQUIÃO	PR	*** 09	311 2401	3234198	MARLUCE PINTO	RR	**08	311 1301	225 7441
<b>PFL</b>									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4208	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSÉ JORGE	PE	@ 04	311 3245	323 6494
<b>PSDB</b>									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	** 24	311 1248	321 9470	GERALDO LESSA	AL	#02	311 1102	3233571
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO (1)	ES	*13	311 2022	323 5625
<b>PT/PSB/PDT/PPS</b>									
EMÍLIA FERNANDES	RS	###59	311-2331	323-5984	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

<b>LEGENDA:</b>		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCRÉDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	*# ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ALA SEN. DINARTE MARIZ		

(1) Afastada do exercício do mandato em 31/05/2000.

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	328	318 5328	318 2328	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2622	LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARCHEZAN	RS	# 13	318 5963	318 2963	MARISA SERRANO (*)				
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	JOÃO HERRMANN NETO	SP	637	318 5637	318 5637
PPB									
JULIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 268	318 5268	318 2268

<b>LEGENDA:</b>
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
# GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

<b>SECRETARIA DA COMISSÃO:</b>
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7438 - 318 7188 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
<a href="http://www.camara.gov.br">http://www.camara.gov.br</a> (botão de Comissões Mistas)
e_mail - <a href="mailto:mercosul@abordo.com.br">mercosul@abordo.com.br</a>
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Atualizada em 25/10/2000